

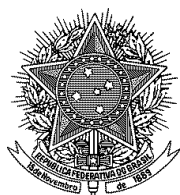


Poder Judiciário Justiça do Trabalho



2013 Relatório Anual





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

RELATÓRIO ANUAL

2013

RELATÓRIO ANUAL DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO – 2013

EXPEDIENTE

COORDENAÇÃO GERAL	Soraia Bohn – Secretária-Geral da Presidência
ORGANIZAÇÃO	Maria Letícia Möllmann e Lara Göbhardt Martins Borges Fortes
REVISÃO ORTOGRÁFICA	Lara Göbhardt Martins Borges Fortes
REVISÃO FINAL	Mauricio Oliveira Agliardi e Marcela Sevaio Portillo
CAPA	Daniel Aguiar Dedavid
FOTO DA CAPA	Inácio do Canto Rocha Filho

Relatório Anual do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região. Porto Alegre: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, 1963- .

Anual

1. Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região. 2. Relatórios. 3. Relatório do TRT 4ª R – 2013.

CDU 347.998.72R4(047)

Gestão 2011/2013

Posse em 09 de dezembro de 2011

Maria Helena Mallmann

Presidente

Rosane Serafini Casa Nova

Vice-Presidente

Cleusa Regina Halfen

Corregedora Regional

Ana Rosa Pereira Zago Sagrilo

Vice-Corregedora Regional

Gestão 2013/2015

Posse em 13 de dezembro de 2013

Cleusa Regina Halfen

Presidente

Ana Luiza Heineck Kruse

Vice-Presidente

Beatriz Renck

Corregedora Regional

Carmen Izabel Centena Gonzalez

Vice-Corregedora Regional

APRESENTAÇÃO

A história da Justiça do Trabalho foi marcada por grandes acontecimentos em 2013, a começar pela promulgação, em âmbito nacional, da Emenda Constitucional nº 72/2013. Referida Emenda ampliou os direitos dos empregados domésticos, igualando-os aos dos demais trabalhadores urbanos e rurais, e causou repercussão interna e alterações nos julgamentos proferidos por nossos magistrados. Importante lembrar também que, no mesmo ano, o Brasil comemorou 25 anos da promulgação da Constituição Federal de 1988, a Constituição Cidadã.

Em 2013, ainda, comemoraram-se os 70 anos da sanção, pelo Presidente Getúlio Vargas, daquele que seria nosso principal instrumento de labor, a Consolidação das Leis do Trabalho. Nesse ano, também, coincidentemente, celebraram-se os 50 anos da presença da Justiça do Trabalho nas cidades de Santa Cruz do Sul, Santa Rosa, Taquara e Ijuí, motivo de muita alegria e orgulho para nossa Instituição.

Além disso, deu-se continuidade ao processo de democratização interna do Tribunal, por meio das reuniões do Fórum de Relações Administrativas, do Fórum de Relações Institucionais e da consulta não vinculativa aos magistrados de primeiro grau sobre os nomes para ocuparem os cargos de Presidente, Vice-Presidente da Instituição e Diretor da Escola Judicial, iniciativa inédita no Poder Judiciário, e que por certo contribuirá para sua democratização. Com isso, somos a primeira Mesa Diretora de um Tribunal do país a ser eleita com a participação dos magistrados de primeiro grau.

Em termos de estrutura, ampliamos nossas instalações, inaugurando o Prédio Administrativo, o Protocolo Expresso no Shopping Praia de Belas e mais cinco novas unidades da Justiça do Trabalho nas cidades de Frederico Westphalen, Panambi (Posto Avançado), Estrela, Tramandaí (Posto Avançado) e Capão da Canoa (Posto Avançado), bem como completamos o quadro de desembargadores da Corte, que passou de 36 cargos, em 2012, para 48.

Mas o nosso maior desafio e a mais importante conquista em 2013 foi a expansão do Sistema de Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT, implantado em 42 unidades gaúchas no ano passado, e previsto para outras 40 Varas do Trabalho, 3 Postos Avançados e 8 Turmas Julgadoras em 2014. O novo sistema, tem que se admitir, está exigindo constantes esforços para a melhor adaptação de todos os envolvidos nesse processo de mudança, que requer paciência e tenacidade. Nesse contexto, é certo que novos e diferentes obstáculos, além de reiteradas e incessantes demandas exigirão, dia após dia, ações imediatas e eficazes por parte da Administração do Tribunal, que não medirá esforços para cumpri-las a contento.

Além disso, é importante citar o aumento da demanda processual por que passou a Justiça do Trabalho no ano de 2013, quando foram ajuizadas 161.000 novas ações no primeiro grau, 8% a mais do que em 2012 e com crescimento acumulado nos últimos quatro anos que chega a 28% e, no segundo grau de jurisdição, 59.169 processos, isto é, 6% a mais do que no ano anterior. Mas, em contraponto, as estatísticas mostraram que houve considerável crescimento da produtividade de desembargadores e juízes, bem como dos servidores que prestam suporte à atividade-fim no mesmo período. Entre 2010 e 2013, o número de processos julgados na primeira instância da

Justiça do Trabalho gaúcha cresceu 26%. No Tribunal, o incremento foi de 13% ao longo desses quatro anos. Em termos numéricos, tem-se que, em 2013, a primeira instância proferiu 157.672 sentenças, ou seja, 10% a mais do que no ano anterior. No segundo grau, foram julgados 57.206 processos, o que perfaz um aumento de 7% em relação a 2012.

Nessa quadra, a partir de agora, cabe-nos dar continuidade à expansão do PJe-JT e aos projetos de democratização interna e de transparência, bem como à conscientização de todos os magistrados e servidores sobre a necessidade de aumentar cada vez mais nossa produtividade, para que, no ano que vem, o Relatório Anual de 2014 noticie dados satisfatórios, assim como este, e sejam solucionados tantos mais processos quanto possível.

Assim, em cumprimento ao inciso XXVII do art. 39 do Regimento Interno deste Tribunal, e também em observância ao princípio constitucional da publicidade, previsto no art. 37 da Constituição Federal, apresento o Relatório Anual de Atividades do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região relativo aos trabalhos prestados no ano de 2013.

Enfatizo que esta publicação cumpre exigência legal a que está submetida a Presidência do Tribunal de veicular as informações de maior importância, por meio de dados minuciosos ajustados em textos, gráficos e tabelas, e demonstra todo o esforço empreendido na busca da efetivação do direito constitucional à razoável duração do processo e aos meios que garantam a celeridade de sua tramitação. Além do mais, contribui para a divulgação dos assuntos de interesse coletivo que envolvem a nossa Justiça Especializada e serve para fomentar o desenvolvimento da cultura da transparência na administração pública, em linguagem de fácil compreensão, conforme dispõe a Lei nº 12.527/2011.

Este relatório demonstra, no particular, os frutos do trabalho conjunto e do esforço coletivo de todos os magistrados, servidores e operadores do Direito que atuaram no âmbito da Justiça do Trabalho da 4ª Região/RS em 2013 para que se chegasse aos resultados mencionados e para que esta Justiça seja reconhecida como acessível, célere e efetiva na realização da justiça social, que constitui nossa grande missão.

Desejo a todos uma boa leitura.

Porto Alegre, 14 de maio de 2014.



Cleusa Regina Halfen

Presidente do TRT da 4ª Região/RS

Gestão 2013/2015

SUMÁRIO

ADMINISTRAÇÕES DO TRT DA 4ª REGIÃO	8
ÓRGÃOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO NA 4ª REGIÃO	11
2º GRAU	11
DESEMBARGADORES	11
TRIBUNAL PLENO	28
ÓRGÃO ESPECIAL	31
SEÇÃO DE DISSÍDIOS COLETIVOS	33
1ª SEÇÃO DE DISSÍDIOS INDIVIDUAIS	34
2ª SEÇÃO DE DISSÍDIOS INDIVIDUAIS	34
SEÇÃO ESPECIALIZADA EM EXECUÇÃO	36
1ª TURMA	37
2ª TURMA	37
3ª TURMA	38
4ª TURMA	38
5ª TURMA	38
6ª TURMA	39
7ª TURMA	39
8ª TURMA	39
9ª TURMA	40
10ª TURMA	40
11ª TURMA	40
1º GRAU	42
JUÍZES TITULARES	42
JUÍZES SUBSTITUTOS	45
POSSES, PROMOÇÕES, REMOÇÕES E APOSENTADORIAS	48
COMISSÕES REGIMENTAIS	51
GESTORES DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS – 2º GRAU	53
PRESIDÊNCIA	57
SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA	69
ASSESSORIA JURÍDICA	71
SECRETARIA DE APOIO A MAGISTRADOS	71
ASSESSORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA	72
CERIMONIAL	76
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO	77
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES – SETIC	79
SECRETARIA DE GESTÃO DE MUDANÇAS	104
ESCOLA JUDICIAL	110
COORDENADORIA DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA	130
JUÍZO AUXILIAR DE CONCILIAÇÃO	135
VICE-PRESIDÊNCIA	144
CORREGEDORIA REGIONAL	149
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL	162
OUVIDORIA	166
MEMORIAL	169

SECRETARIA-GERAL JUDICIÁRIA.....	178
SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO, DO ÓRGÃO ESPECIAL E DA SEÇÃO DE DISSÍDIOS COLETIVOS	180
SECRETARIA DA 1ª SEÇÃO DE DISSÍDIOS INDIVIDUAIS.....	180
SECRETARIA DA 2ª SEÇÃO DE DISSÍDIOS INDIVIDUAIS.....	181
SECRETARIA ESPECIALIZADA EM EXECUÇÃO.....	182
SECRETARIAS DAS TURMAS.....	183
SECRETARIA PROCESSUAL.....	185
 DIRETORIA-GERAL	 198
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.....	202
SECRETARIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS.....	214
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS.....	232
SECRETARIA DE APOIO ADMINISTRATIVO.....	236
SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS.....	249
SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	266
COORDENADORIA DE SAÚDE	269
 MOVIMENTO JUDICIÁRIO.....	 271
1º GRAU.....	271
VARAS DO TRABALHO.....	271
DADOS ESTATÍSTICOS DOS JUÍZES DE 1º GRAU.....	288
2º GRAU.....	296
TRIBUNAL PLENO.....	297
ÓRGÃO ESPECIAL.....	298
SEÇÃO DE DISSÍDIOS COLETIVOS.....	300
1ª SEÇÃO DE DISSÍDIOS INDIVIDUAIS.....	310
2ª SEÇÃO DE DISSÍDIOS INDIVIDUAIS.....	303
SEÇÃO ESPECIALIZADA EM EXECUÇÃO.....	305
TURMAS.....	306
 REGISTRO FOTOGRÁFICO.....	 311

ADMINISTRAÇÕES DO TRT DA 4ª REGIÃO

GESTÃO	ADMINISTRAÇÃO
1941 – 1943	DJALMA DE CASTILHO MAYA – Presidente ¹
1943 – 1946	DJALMA DE CASTILHO MAYA – Presidente
1946 – 1949	JORGE ANTÔNIO DA SILVA SURREAUX – Presidente DILERMANDO XAVIER PORTO – Vice-Presidente
1949 – 1951	DILERMANDO XAVIER PORTO – Presidente JORGE ANTÔNIO DA SILVA SURREAUX – Vice-Presidente
1951 – 1953	JORGE ANTÔNIO DA SILVA SURREAUX – Presidente DILERMANDO XAVIER PORTO – Vice-Presidente
1953 – 1955	JORGE ANTÔNIO DA SILVA SURREAUX – Presidente DILERMANDO XAVIER PORTO – Vice-Presidente
1955 – 1958	DILERMANDO XAVIER PORTO – Presidente JORGE ANTÔNIO DA SILVA SURREAUX – Vice-Presidente
1958 – 1961	DILERMANDO XAVIER PORTO – Presidente JORGE ANTÔNIO DA SILVA SURREAUX – Vice-Presidente
1961 – 1963	JORGE ANTÔNIO DA SILVA SURREAUX – Presidente CARLOS ALBERTO BARATA SILVA – Vice-Presidente
1963 – 1965	JORGE ANTÔNIO DA SILVA SURREAUX – Presidente CARLOS ALBERTO BARATA SILVA – Vice-Presidente
1965 – 1967	CARLOS ALBERTO BARATA SILVA – Presidente MOZART VICTOR RUSSOMANO – Vice-Presidente (até 1966) PERY SARAIVA – Vice-Presidente (de 1966 a 1967)
1967 – 1969	CARLOS ALBERTO BARATA SILVA – Presidente PERY SARAIVA – Vice-Presidente
1969 – 1971	CARLOS ALBERTO BARATA SILVA – Presidente PERY SARAIVA – Vice-Presidente
1971 – 1973	PAJEHÚ MACEDO SILVA – Presidente IVÉSCIO PACHECO – Vice-Presidente
1971 – 1973	PAJEHÚ MACEDO SILVA – Presidente IVÉSCIO PACHECO – Vice-Presidente
1973 – 1975	PAJEHÚ MACEDO SILVA – Presidente IVÉSCIO PACHECO – Vice-Presidente
1975 – 1977	PAJEHÚ MACEDO SILVA – Presidente IVÉSCIO PACHECO – Vice-Presidente

¹Presidente do Conselho Regional do Trabalho, vinculado ao então Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

GESTÃO	ADMINISTRAÇÃO
1977 – 1979	IVÉSCIO PACHECO – Presidente ANTONIO TOMAZ GOMES SALGADO MARTINS – Vice-Presidente
1979 – 1981	ANTONIO TOMAZ GOMES SALGADO MARTINS – Presidente CLOVIS PEREIRA ASSUNÇÃO – Vice-Presidente
1981 – 1983	ERMES PEDRO PEDRASSANI – Presidente JOÃO ANTONIO GUILHEMBERNARD PEREIRA LEITE – Vice-Presidente
1983 – 1985	JOÃO ANTÔNIO GUILHEMBERNARD PEREIRA LEITE – Presidente ALCINA TUBINO ARDAIZ SURREAUX – Vice-Presidente
1985 – 1987	ALCINA TUBINO ARDAIZ SURREAUX – Presidente SILENO MONTENEGRO BARBOSA – Vice-Presidente
1987 – 1989	FERNANDO ANTÔNIO PIZARRO BARATA SILVA – Presidente JOÃO LUIZ TORALLES LEITE – Vice-Presidente
1989 – 1991 ²	JOSÉ FERNANDO EHLERS DE MOURA – Presidente PAULO MAYNARD RANGEL – Vice-Presidente (até 1990) JOSÉ LUIZ FERREIRA PRUNES – Vice-Presidente (de 1990 a 1991) RONALDO LOPES LEAL – Corregedor Regional (1990-1991) JOSÉ LUIZ FERREIRA PRUNES – Vice-Corregedor Regional (1990) VILSON ANTONIO RODRIGUES BILHALVA – Vice-Corregedor Regional (1990-1991)
1991 – 1993	JOSÉ LUIZ FERREIRA PRUNES – Presidente CARLOS EDMUNDO BLAUTH – Vice-Presidente MAURO AUGUSTO BRETON VIOLA – Corregedor Regional PAULO JOSÉ DA ROCHA – Vice-Corregedor Regional
1993 (julho a dezembro)	CARLOS EDMUNDO BLAUTH – Presidente ANTONIO TOMAZ GOMES SALGADO MARTINS – Vice-Presidente RONALDO LOPES LEAL – Corregedor Regional VILSON ANTONIO RODRIGUES BILHALVA – Vice-Corregedor Regional
1993 – 1995	RONALDO JOSÉ LOPES LEAL – Presidente VILSON ANTONIO RODRIGUES BILHALVA – Vice-Presidente PAULO JOSÉ DA ROCHA – Corregedor Regional SEBASTIÃO ALVES MESSIAS – Vice-Corregedor Regional
1995 – 1997	VILSON ANTONIO RODRIGUES BILHALVA – Presidente FLAVIO PORTINHO SIRANGELO – Vice-Presidente MAURO AUGUSTO BRETON VIOLA – Corregedor Regional DARCY CARLOS MAHLE – Vice-Corregedor Regional

² Pela Lei n. 7.911, de 7 de dezembro de 1989, foram criados os cargos de Corregedor Regional e Vice-Corregedor Regional, providos por juízes togados, quando da eleição do Presidente e do Vice-Presidente. No período anterior a esta lei, a Corregedoria Regional era exercida pelo Presidente do TRT.

GESTÃO	ADMINISTRAÇÃO
1997 – 1999	FLAVIO PORTINHO SIRANGELO – Presidente SEBASTIÃO ALVES DE MESSIAS – Vice-Presidente BEATRIZ BRUN GOLDSCHMIDT – Corregedora Regional CARLOS AFFONSO CARVALHO DE FRAGA – Vice-Corregedor Regional
1999 – 2001	DARCY CARLOS MAHLE – Presidente BELATRIX COSTA PRADO – Vice-Presidente ROSA MARIA WEBER CANDIOTA DA ROSA – Corregedora Regional MARIO CHAVES – Vice-Corregedor Regional
2001 – 2003	ROSA MARIA WEBER CANDIOTA DA ROSA – Presidente FABIANO DE CASTILHOS BERTOLUCCI – Vice-Presidente MARIO CHAVES – Corregedor Regional PEDRO LUIZ SERAFINI – Vice-Corregedor Regional
2003 – 2005	FABIANO DE CASTILHOS BERTOLUCCI – Presidente DENIS MARCELO DE LIMA MOLARINHO – Vice-Presidente PEDRO LUIZ SERAFINI – Corregedor Regional MARIA GUILHERMINA MIRANDA – Vice-Corregedora Regional
2005 – 2007	DENIS MARCELO DE LIMA MOLARINHO – Presidente JOÃO GHISLENI FILHO – Vice-Presidente MARIA GUILHERMINA MIRANDA – Corregedora Regional (até 2006) BEATRIZ ZORATTO SANVICENTE – Corregedora Regional (2006 a 2007) BEATRIZ ZORATTO SANVICENTE – Vice-Corregedora Regional(até 2006) JURACI GALVÃO JÚNIOR – Vice-Corregedor Regional (2007)
2007 – 2009	JOÃO GHISLENI FILHO – Presidente CARLOS ALBERTO ROBINSON – Vice-Presidente BEATRIZ ZORATTO SANVICENTE – Corregedora Regional JURACI GALVÃO JÚNIOR – Vice-Corregedor Regional
2009 – 2011	CARLOS ALBERTO ROBINSON – Presidente MARIA HELENA MALLMANN – Vice-Presidente JURACI GALVÃO JÚNIOR – Corregedor Regional ROSANE SERAFINI CASA NOVA – Vice-Corregedora Regional
2011 – 2013	MARIA HELENA MALLMANN – Presidente ROSANE SERAFINI CASA NOVA – Vice-Presidente CLEUSA REGINA HALFEN – Corregedora Regional ANA ROSA PEREIRA ZAGO SAGRILO – Vice-Corregedora Regional
2013 – 2015	CLEUSA REGINA HALFEN – Presidente ANA LUIZA HEINECK KRUSE – Vice-Presidente BEATRIZ RENCK – Corregedora Regional CARMEN IZABEL CENTENO GONZALEZ – Vice-Corregedora Regional

ÓRGÃOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO NA 4ª REGIÃO

2º GRAU

DESEMBARGADORES

Composição atual

Flavio Portinho Sirangelo

Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (RS) desde 04.09.1987, ocupando vaga reservada ao quinto constitucional do Ministério Público do Trabalho. Natural de Porto Alegre/RS (1954). Formado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 1977. Exerceu advocacia em Porto Alegre (1977 – 1985). Tomou posse como Procurador do Trabalho (Ministério Público do Trabalho), após aprovação em concurso público, em março de 1985. Foi Assessor Jurídico do Gabinete do Ministro de Estado da Justiça (1986 – 1987). Foi Presidente do TRT-RS no biênio 1998/1999. Foi Vice-Presidente do TRT-RS no biênio 1996/1997. Presidiu as Comissões de Informatização, de Jurisprudência e de Regimento Interno do Tribunal. Presidiu e integrou bancas de concursos para o ingresso de Juízes do Trabalho Substitutos. Foi membro da Comissão pela Efetividade da Justiça da AMB (Associação dos Magistrados Brasileiros). Foi bolsista da Fundação Fulbright e conquistou o título de Especialista em Administração Judiciária pela American University, em 2002 (Washington DC – EUA). Foi pesquisador convidado do Centro Federal da Justiça dos Estados Unidos (Federal Judicial Center) em Washington, em 2002. É Mestre em Direito pela Washington College of Law, em Washington, DC – EUA, 2003 (LL. M. Program on Law and Government). Foi diretor e cofundador da Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região. É instrutor da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento da Magistratura do Trabalho do Tribunal Superior do Trabalho (Enamat/TST) na área de Administração Judiciária. Compõe o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) desde 27 de agosto de 2013, por indicação do Tribunal Superior do Trabalho (TST). Atuou em duas ocasiões como Juiz Convocado no TST, tendo integrado as 3ª, 2ª e 7ª Turmas e as Subseções I e II Especializadas em Dissídios Individuais. Presidiu as 2ª, 5ª e 7ª Turmas do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS. Preside a 7ª Turma e a 2ª Seção de Dissídios Individuais do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS.



João Ghisleni Filho

Natural de Tupanciretã/RS, é formado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Turma de 1979. Foi servidor público estadual no período de maio de 1973 até outubro de 1984. De abril de 1979 até 1991, atuou como advogado. Em 1984, foi membro do Ministério Público do Trabalho. Ingressou no Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região em 1998 como membro representante do Ministério Público do Trabalho, em vaga do quinto constitucional. Em 2002, atuou como Juiz Convocado na 5ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho. Foi Conselheiro Suplente do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, no biênio 2005/2007. Presidiu o Conselho da Fundação Escola da Magistratura do Trabalho RS – Femargs, como representante do Tribunal, no período 2001/2003. De 1993 a 2001, foi professor na Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do RS. Exerceu os cargos de Presidente da 2ª Turma do TRT-RS, no biênio 2004/2005 e da Comissão de Jurisprudência, no período 2004/2005. Foi Vice-Presidente do TRT-RS (2005-2007), Presidente (2007-2009) e, atualmente, é Presidente da 11ª Turma e integra o Órgão Especial e a Seção de Dissídios Coletivos do TRT-RS.



Juraci Galvão Júnior



Natural de São Paulo, formado em Ciências Jurídicas e Sociais. Mestre em Direito Público pela Universidade Pompeu Fabra, Barcelona – Espanha. Ingressou na Justiça do Trabalho da 4ª Região em 1981, mediante concurso para Juiz do Trabalho, tendo presidido a 1ª e 2ª Varas do Trabalho de Rio Grande, a Vara do Trabalho de Carazinho, a Vara do Trabalho de Lajeado, a Vara do Trabalho de Osório e a 12ª Vara do Trabalho de Porto Alegre. Em 2000, foi promovido a Juiz do Tribunal Regional do Trabalho pelo critério de merecimento. Ex-advogado trabalhista e ex-professor de Direito do Trabalho e Processo do Trabalho. Em novembro de 2006, tomou posse como Juiz Vice-Corregedor Regional, sendo também o Presidente da 2ª Seção de Dissídios Individuais. Foi Corregedor Regional no biênio 2009/2011 e membro do Colégio de Presidentes e Corregedores de TRTS (Coleprecior).

Traduziu do idioma espanhol para o português a obra “Conflitos Coletivos do Trabalho”, de autoria do Prof. Guilherme Cabanellas, Presidente da Associação Ibero-Americana de Direito do Trabalho, editada pela Editora Revista dos Tribunais, São Paulo, edição 1979. Coordenador do Livro “Estudos de Direito do Trabalho e Processo do Trabalho” em homenagem a J. L. Ferreira Prunes, Editora LTR, 1998. Membro Titular do Instituto de Direito Social, com sede em São Paulo. Membro titular do Instituto Latino Americano de Derecho del Trabajo y de la Seguridad Social, com sede na Argentina. Membro Titular da Sociedad Internacional de Derecho del Trabajo y de la Seguridad Social, com sede em Genebra. Membro titular da Academia Ibero-Americana de Derecho del Trabajo y de la Seguridad Social, com sede em Madri. Atualmente, compõe o Órgão Especial e a Seção de Dissídios Coletivos (SDC). Preside a 8ª Turma deste Tribunal. Agraciado com o prêmio de Jurista Eminente conferido pela Sociedade dos Advogados Trabalhistas de empresas do Estado do Rio Grande do Sul (Satergs) no ano de 2012.

Rosane Serafini Casa Nova



Natural de Porto Alegre, é formada em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, e em Letras – Português/Inglês pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Ingressou no Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região como servidora. Em 1981, tomou posse como Juíza do Trabalho Substituta, sendo promovida a Juíza Titular, por merecimento, em 1985, atuando nas Varas do Trabalho de Rio Grande, Uruguaiana, Carazinho, Montenegro e na 4ª e 7ª Varas de Porto Alegre. De 1993 a 1996 e novamente a partir de outubro de 1998 foi professora da disciplina de Prática de Sentença do Curso Regular de Preparação à Magistratura do Trabalho – Femargs. Na gestão 1994/1996, foi Vice-Presidente da Amatra IV. No período de 1996/1997, atuou como Juíza Diretora do Foro de Porto Alegre. Promovida pelo critério de merecimento,

tomou posse como Juíza do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região em 10 de novembro de 2000. Foi Vice-Corregedora Regional no biênio 2009/2011. Foi Vice-Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região no biênio 2011/2013 e Vice-Presidente da Seção de Dissídios Coletivos (SDC). Atualmente, preside a 1ª Turma e a Comissão de Orçamento, Finanças e Planejamento Estratégico, integra o Órgão Especial e a 2ª Seção de Dissídios Individuais.

João Alfredo Borges Antunes de Miranda



Nascido em 6 de março de 1951 em Santa Maria/RS. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (19.12.1977) e em Ciências Políticas e Econômicas pela Fundação Universidade de Rio Grande (20.12.1974). Atuou na iniciativa privada na área de administração de recursos humanos, tendo ingressado no Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, como Técnico Judiciário, em 03.05.1979. Tomou posse como Juiz do Trabalho Substituto em 27.03.1980, tendo atuado nas então Juntas de Conciliação e Julgamento de Guaíba, Bagé, São Jerônimo, Taquara, Osório e Porto Alegre. Como Juiz Titular, a partir de 20.10.1983, presidiu as Juntas de Conciliação e Julgamento de Rosário do Sul e Camaquã e a 21ª Vara do Trabalho de Porto Alegre.

Integra o TRT da 4ª Região desde 10.11.2000. Participou da Comissão de Jurisprudência. Integrou a 2ª Seção de Dissídios Individuais. Presidiu a 3ª Turma e atualmente preside a 9ª Turma. Integra a Seção Especializada em Execução (Presidente), o Órgão Especial e a Comissão de Regimento Interno.

Maria Helena Mallmann

Natural de Estrela/RS, é formada em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos de São Leopoldo/RS, tendo colado grau em dezembro de 1976. Trabalhou na Elevadores Sûr S/A, admitida como estagiária em 1975, permanecendo na empresa como advogada até março de 1981. Ingressou na magistratura do Trabalho em 22.10.1981 e foi promovida à Presidente de Junta de Conciliação e Julgamento em 22.08.1986. Atuou como Juíza Convocada em 1994 e de 1997 a 2001 e foi promovida ao Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região em 10.07.2001. Na Associação dos Magistrados do Trabalho da IV Região – AmatralV, foi Vice-Presidente de junho de 1990 a junho de 1992; Presidente de junho de 1992 a junho de 1994. Da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, foi Vice-Presidente de maio de 1993 a maio de 1995 e Presidente, de maio de 1995 a maio 1997. No período de 18.08.2006 a 11/12.2009, foi Presidente da 3ª Turma, Vice-Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região na gestão 2009/2011 e Vice-Presidente da Seção de Dissídios Coletivos (SDC). Em 9 de dezembro de 2011, tomou posse como Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região para a gestão 2011/2013. Presidiu o Órgão Especial e a Seção de Dissídios Coletivos (SDC). Atualmente, preside a 10ª Turma. Integra a Seção Especializada em Execução, o Órgão Especial e a Comissão de Orçamento, Finanças e Planejamento Estratégico.



Ana Luiza Heineck Kruse – Vice-Presidente

Nasceu em Porto Alegre, em 30 de outubro de 1952. Graduiu-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 1976. Desde 1974, trabalha no Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região. Em 1980, tomou posse como Juíza do Trabalho Substituta, tendo exercido suas atividades em diversas Varas do Trabalho do Estado até sua promoção para Juíza do Trabalho Titular da Vara de Santo Ângelo, ocorrida em 31.10.1984. Neste cargo exerceu suas funções em Santa Cruz do Sul de 10.01.1985 a 17.09.1986, na 2ª Vara de Novo Hamburgo até 25.08.1988, 1ª Vara de São Leopoldo até 20.04.1993, 10ª Vara de Porto Alegre até 04.08.1993 e na 19ª Vara de Porto Alegre. Em Porto Alegre, foi Diretora do Foro de 1994 a 1996 e, em julho de 2001, foi promovida para o Tribunal, atuando na 1ª e 8ª Turmas e, também, na Seção de Dissídios Coletivos e 1ª Seção de Dissídios Individuais. Foi Vice-Ouvidora e Ouvidora nos anos de 2004 a 2006. Presidiu a 1ª Turma e a 1ª Seção de Dissídios Individuais. Atualmente é Vice-Presidente do TRT da 4ª Região, integra o Órgão Especial, é Vice-Presidente da Seção de Dissídios Coletivos e preside a Comissão de Regimento Interno.



Berenice Messias Corrêa

Natural de Porto Alegre/RS, formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, onde posteriormente foi professora de Direito Administrativo (1975/76). Trabalhou na Universidade Federal do Rio Grande do Sul de 1970 a 1980 como Redatora-Chefe do Gabinete do Reitor, Professora de Direito Civil e Procuradora Autárquica. Na Escola da Ajuris, fez “Curso de Processo Civil”. Aprovada em concursos públicos praticamente simultâneos para Promotora de Justiça Estadual e Juíza do Trabalho Substituta, optou pela carreira da magistratura, onde ingressou em 1980. Presidiu as Juntas de Conciliação e Julgamento de Santo Ângelo, Lajeado, Gravataí e 8ª de Porto Alegre. Tomou posse em 2001 como Juíza do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região. Atualmente, integra a Seção de Dissídios Coletivos (SDC) e preside a 5ª Turma.



Tânia Rosa Maciel de Oliveira



Natural de Santa Maria (RS), é formada na 1ª Turma de Direito da Universidade Federal de Santa Maria. Ingressou no TRT da 4ª Região em junho de 1976, mediante concurso público para o cargo de Técnico Judiciário, hoje Analista Judiciário, do qual se exonerou para assumir como Juíza Substituta em 1981, com zoneamento em Santa Maria e atuando também nas então Juntas de Conciliação e Julgamento de Cachoeira do Sul, Cruz Alta e Passo Fundo. Foi promovida por merecimento a Juíza Titular da JCJ de Santa Maria em maio de 1986. Foi Diretora do Foro Trabalhista de Santa Maria por muitos anos. Lecionou as disciplinas de Direito do Trabalho III e IV na UFSM, durante os anos de 1985 e 1986. Integrrou a Diretoria da Amatra IV como uma das Coordenadoras do Interior. Foi sucessivamente convocada para atuar nas 6ª e 3ª Turmas deste Tribunal, a partir de 10.03.1999 até a posse, em razão de

promoção por antiguidade, para o cargo de Juíza do Tribunal. Atuou na 4ª e 5ª Turma e integrou a 1ª Seção de Dissídios Individuais (1ª SDI). Atualmente, preside a 2ª Turma e integra a Seção de Dissídios Coletivos (SDC).

Leonardo Meurer Brasil



Natural de Porto Alegre/RS, Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, formado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Em 1979, ingressou como estagiário na Defensoria Pública da Consultoria-Geral do Estado, junto às Varas Criminais do Tribunal de Justiça do Estado do RS, onde permaneceu até 1980. De maio a dezembro de 1981, frequentou o Curso promovido pela Ajuris de Preparação à Magistratura da Escola Superior de Magistratura. No período de 30.04.1980 a julho de 1982, exerceu o cargo de Secretário Adjunto de Câmara, no Tribunal de Alçada do RS. No período de 01.08.1982 a 02.04.1985, exerceu a função de Pretor na Comarca de Bagé, na 2ª Vara Criminal e 1ª Vara Cível. De 01.06.1989 a 30.08.1990, exerceu o cargo de Professor Titular da Cadeira de Direito do Trabalho, na Universidade da Região da Campanha – Urcamp. Ingressou como Juiz do

Trabalho Substituto da 4ª Região em 12.03.1985, iniciando suas atividades nas Varas do Trabalho de Uruguaiana, Livramento, Rosário, Bagé, Pelotas, Santa Maria e Porto Alegre. No período de 11.07.1989 a 13.12.2001, presidiu a Vara do Trabalho de Bagé/RS. Foi convocado para atuar neste Tribunal desde 1998, junto às 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª Turmas, bem como na 1ª SDI, 2ª SDI e SDC, em períodos, por vezes, cumulativos. Tomou posse como Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região em 14.12.2001, atuando, inicialmente, na 1ª Turma e 2ª SDI. Integra, atualmente, a 5ª Turma e a 2ª SDI.

Cleusa Regina Halfen – Presidente



Graduou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal de Pelotas, cidade onde nasceu. É pós-graduada em Direitos Humanos e Fundamentais e as Relações de Trabalho pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Exerceu o Cargo de Pretora do Tribunal de Justiça do Estado do RS. No Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, ingressou como servidora. Após, tomou posse como Juíza do Trabalho Substituta. Em 1986, foi promovida a Juíza do Trabalho Presidente, sendo titular das Varas do Trabalho de Uruguaiana (1986/1987), São Jerônimo (1987 – 1990), Viamão (1990 – 1997), 15ª de Porto Alegre (1997 – 1998) e 11ª de Porto Alegre (1998 – 2001). Nomeada para o Tribunal em 2001, passou a integrar a 3ª e a 8ª Turmas, a 1ª Seção de Dissídios Individuais e a Seção de Dissídios Coletivos. Foi Ouvidora no período 2008 – 2010 e Diretora da Escola Judicial durante o ano de 2011. Atuou como Corregedora

Regional na gestão 2011 – 2013. Atualmente, é Presidente do TRT da 4ª Região, da Seção de Dissídios Coletivos e do Órgão Especial da Instituição.

Ana Rosa Pereira Zago Sagrilo

Nasceu em Porto Alegre/RS, em 28 de maio de 1951. Formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais no ano de 1974 pela Pontifícia Universidade Católica (PUCRS). Concluiu em 2001 o curso de Especialização em Direito Processual Civil, pelo Instituto de Ensino Superior de Santo Ângelo (IESA), com Coordenação dos Professores Dr. Lênio Luiz Streck e Dr. Rogério Gesta Leal (Unisc). Em 2007, concluiu o curso de Especialização em Direito do Trabalho, Direito Processual do Trabalho e Direito Previdenciário, pela Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc). Em 27 de dezembro de 2012, finalizou o curso de Pós-Graduação *Lato sensu*, Especialização em Direito do Trabalho, pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Ingressou como servidora do TRT da 4ª Região, por concurso público, no ano de 1978. No início de 1983, tomou posse como Juíza do Trabalho Substituta, atuando, inicialmente, na 5ª JCJ de Porto Alegre e, posteriormente, em diversas Juntas do Interior do Estado. Participou dos trâmites necessários à criação e instalação da então Junta de Conciliação e Julgamento de Santiago, da qual foi a 1ª Presidente, e à qual foi promovida por merecimento no ano de 1990, onde atuou até 2001. Passou a atuar como Juíza Convocada no TRT da 4ª Região a partir de 7 de fevereiro de 2002. Foi promovida ao Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região em 6 de setembro de 2002. Em 9 de dezembro de 2011, tomou posse como Vice-Corregedora Regional do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região para a gestão 2011/2013. Integra a 9ª Turma e a Seção Especializada em Execução.



Ricardo Carvalho Fraga

Juiz do Trabalho desde 1985. Foi promovido ao TRT-RS em 2002. Participou e/ou organizou os seguintes livros: "Aspectos dos Direitos Sociais na Nova Constituição", "Modernização do Direito Processual do Trabalho", "Democracia e Direito do Trabalho", "Direito e Castelos" e "Avanços e Possibilidades do Direito do Trabalho", pela Editora LTR e também "Perspectivas do Direito do Trabalho" e "Direito do Trabalho Necessário", pela Editora Livraria do Advogado. Associado na Amatra IV, tendo sido Coordenador dos Juizes Substitutos, Secretário de Informática, Segundo Secretário, Presidente, Vice-Presidente e Secretário de Valorização Profissional. Atualmente, preside a 3ª Turma, integra a 2ª Seção de Dissídios Individuais e a Comissão de Regimento Interno deste Tribunal. Também é suplente da Comissão Coordenadora do Memorial.



José Felipe Ledur

Nasceu em 19 de janeiro de 1957, no município gaúcho de Bom Princípio. Graduiu-se em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 1983. Pela mesma instituição, concluiu mestrado em 1998 e, em 2002, a Universidade Federal do Paraná concedeu-lhe o título de Doutor, por estudo sobre Direito do Estado. É autor de "A Realização do Direito ao Trabalho" (1998) e "Direitos Fundamentais Sociais – Efetivação no Âmbito da Democracia Participativa" (2009). É coautor de "Aspectos dos Direitos Sociais na Constituição de 1988" (1989), "Modernização do Processo Judiciário do Trabalho" (1990). Publicou também artigos, sobre temas como correção monetária na Justiça do Trabalho, abusividade de greve, terceirização no serviço público, contrato coletivo de trabalho e Direito Trabalhista alemão. Presidiu, no período de 1994 a 1997, a Associação Americana de Juristas, ONG com *status* consultivo ante o Conselho Econômico e Social da ONU. Servidor da Justiça do Trabalho desde 1980, ingressou na Magistratura Trabalhista em 1985. Passou pelas unidades trabalhistas de Uruguaiana, Osório e Alvorada antes de tornar-se Desembargador em 2003. Atualmente, é Diretor da Escola Judicial do TRT4, preside a 6ª Turma e compõe a 2ª Seção de Dissídios Individuais.



Flávia Lorena Pacheco



Natural de Passo Fundo/RS, formada em 1982 em Ciências Jurídicas e Sociais, pela Universidade de Passo Fundo/RS. Foi servidora da Caixa Econômica Estadual (1977 – 1978). Concursada da Procergs (1978 – 1981) e da Caixa Econômica Federal (1984 – 1986). Ingressou na magistratura trabalhista em 1987, como Juíza do Trabalho Substituta, aprovada em 10º lugar, em concurso de provas e títulos promovido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS. Em 1991, foi promovida por merecimento ao cargo de Juíza Presidente, tendo exercido inicialmente a presidência da Junta de Conciliação e Julgamento de Santana do Livramento e, a partir de 1993, a 2ª Junta de Conciliação e Julgamento de Santa Maria. Participou da secretaria do Interior da Associação dos Magistrados do Trabalho da 4ª Região – AmatraIV (1992 – 1994; 1996 – 1998) e da secretaria Cultural (1998 – 2000). Convocada para atuar na segunda instância desde 2000, foi promovida por merecimento em julho de 2004 ao cargo de Juíza do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região. Atualmente, integra a 11ª Turma e a Seção de Dissídios Coletivos.

João Pedro Silvestrin



Natural de Guaporé/RS. Graduiu-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 1985. É pós-graduado em Direito da Economia e da Empresa pela Fundação Getúlio Vargas em 1999 e Especialista em Direito do Trabalho, Direito Processual do Trabalho e Direito Previdenciário pela Universidade de Santa Cruz do Sul em 2007. Admitido nos quadros da Caixa Econômica Federal, por meio de concurso público no ano de 1982, passou a integrar o quadro de advogados daquela empresa pública em 1988, tendo exercido na área jurídica da Caixa Econômica Federal as funções de Supervisor da área trabalhista do Jurídico Regional no Estado do Rio Grande Sul e posteriormente a de Gerente Nacional do Contencioso junto à diretoria da empresa em Brasília/DF. Tomou posse como Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região em 22.10.2004, ocupando vaga destinada aos advogados. Atualmente, compõe a Seção de Dissídios Coletivos e preside a 4ª Turma Julgadora. Atua como Desembargador convocado no Tribunal Superior do Trabalho.

Luiz Alberto de Vargas



Nasceu em Porto Alegre, em 28 de agosto de 1956. Formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 1979. Foi servidor do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (1976 – 1983). Foi advogado (1983 – 1986). Juiz do Trabalho desde 1987, atuou como Substituto nas Juntas de Conciliação e Julgamento de Vacaria, Frederico Westphalen, Porto Alegre, Caxias do Sul, Canoas, Novo Hamburgo, Osório, Camaquã, Montenegro, São Jerônimo, Rio Grande e Pelotas, até ser promovido, por merecimento, a Juiz Presidente da 1ª JCJ de Rio Grande, onde atuou até sua transferência, em 1994, para Pelotas. Em Rio Grande, recebeu, da Câmara dos Vereadores, voto de louvor pelo trabalho realizado. De 1994 a 2002, foi Juiz da 1ª JCJ de Pelotas, agora denominada 1ª Vara do Trabalho de Pelotas. Foi Presidente da 28ª Vara do Trabalho de Porto Alegre, de 2003 a 2004. Convocado para o Tribunal Regional do Trabalho, de fevereiro de 2002 a dezembro de 2003, atuando na 2ª Turma. Desembargador do Trabalho desde 2004, atua hoje na 10ª Turma e na Seção Especializada em Execução.

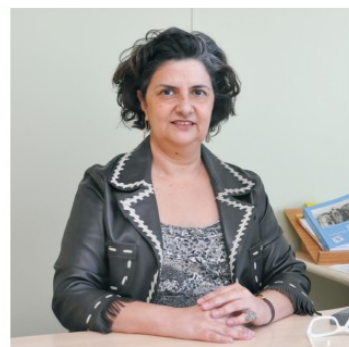
Beatriz Renck – Corregedora Regional

Natural de Taquara/RS, graduou-se em Direito pela UFRGS em dezembro de 1985. Em 6 de abril de 1989, tomou posse como Juíza Substituta do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região. Promovida a Juíza Titular em 14.05.1991, esteve à frente das varas de Uruguaiana, Passo Fundo, Osório e, finalmente, ocupou a Presidência da 16ª Vara de Porto Alegre em 05.05.1992, tendo assumido a Direção do Foro Trabalhista de Porto Alegre de julho de 1997 a julho de 1999. De maio de 2001 a novembro de 2006, atuou como Juíza Convocada no Tribunal em cinco oportunidades. Em 17 de novembro de 2006, foi promovida, por merecimento, a Juíza Togada do Tribunal. Em 2007, concluiu o curso de pós-graduação em Direito do Trabalho, Processo do Trabalho e Direito Previdenciário da Universidade de Santa Cruz em convênio com o TRT da 4ª Região e a Fundação Escola da Magistratura do Trabalho do Rio Grande do Sul João Antônio Guilhembernard Pereira Leite. Atuou como Presidente da Comissão de Concurso para Servidores do Tribunal em 1998, foi membro suplente da banca da 1ª prova do Concurso de Juiz Substituto em 2003, supervisora pedagógica da Fundação da Escola da Magistratura João Antônio Guilhembernard Pereira Leite de 1993 a 2000 e membro do Conselho Consultivo da Escola Judicial do TRT da 4ª Região entre o ano de 2006, com a criação da Escola, e o dia 6 de novembro de 2010. Concomitantemente com as atividades jurisdicional e institucional do Tribunal, também atuou na Amatra IV, onde exerceu atribuições como Vice-Coordenadora e Coordenadora dos Juízes Substitutos, Secretária de Valorização Profissional, Membro do Fórum em Defesa da Justiça do Trabalho, Conselheira Fiscal e Secretária Adjunta da Mulher. Tendo presidido a Comissão de Jurisprudência e exercido a função de Ouvidora do TRT4, é a Corregedora Regional da Administração 2014/2015 da Instituição, além de integrar o Órgão Especial.



Maria Cristina Schaan Ferreira

Natural de Passo Fundo, formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade de Passo Fundo (UPF) em 1979. Exerceu a advocacia até o seu ingresso no Tribunal Regional do Trabalho em 1980, como servidora. Tomou posse como Juíza Substituta em 1987 e como Juíza-Presidente em 1990, tendo atuado nas Varas do Trabalho de Passo Fundo, Triunfo, São Jerônimo, São Leopoldo (1ª) e Porto Alegre (6ª e 3ª). Exerceu o cargo de Secretária da Fundação Escola da Magistratura do Trabalho do Rio Grande do Sul João Antônio Guilhembernard Pereira Leite, no período de 1997 a 2000. Foi Professora de Legislação Rural I, na Faculdade de Economia e Administração da Universidade de Passo Fundo em 1985. Atuou como convocada no Tribunal em 2002 e 2003. Tomou posse como Juíza do Tribunal em 2007, ocupando a cadeira vaga em decorrência da aposentadoria da Juíza Maria Guilhermina Miranda. Atualmente integra a 6ª Turma e a 1ª Seção de Dissídios Individuais (Presidente).



Cláudio Antônio Cassou Barbosa

Natural de Porto Alegre, Cláudio Antônio Cassou Barbosa colou grau de Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais em 1987, pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Logo após a formatura, passou a atuar como advogado trabalhista. Adquiriu grande experiência na advocacia sindical, nas lides trabalhistas massivas, e especialmente nas negociações coletivas de trabalho. Foi diretor da Associação Gaúcha de Advogados Trabalhistas (Agetra) em várias gestões. Foi assessor jurídico e advogado de diversas entidades sindicais por mais de 20 anos. Nomeado pelo Presidente da República para ocupar a vaga do quinto constitucional, como representante dos advogados, tomou posse como Desembargador do Trabalho em 29 de agosto de 2008. É especialista em "Direitos Humanos e Fundamentais e as Relações de Trabalho", tendo atendido também ao curso de pós-graduação promovido pela Escola Judicial do TRT4 em convênio com a



PUCRS. Atualmente, preside a Comissão de Informática do TRT4 e o Comitê Gestor Regional do PJe-JT. Compõe o Órgão Especial, a 3ª Turma e a Seção de Dissídios Coletivos.

Carmen Izabel Centena Gonzalez – Vice-Corregedora



Natural de Santana do Livramento/RS, graduou-se em Direito pela PUCRS em 27.12.1981. Trabalhou como advogada nos Diários e Emissoras Associados e no escritório de advocacia de Luiz Heron Araújo, assessorando diversos sindicatos de trabalhadores. Em 24.04.1989, tomou posse como Juíza Substituta e, em 1992, foi promovida a Juíza-Presidente, pelo critério de antiguidade. Presidiu as então Juntas de Conciliação e Julgamento de Ijuí, Guaíba, 2ª e 30ª VT de Porto Alegre. Exerceu a Direção do Foro de Porto Alegre de 01.07.1999 a 30.06.2001, tendo presidido a Comissão do Concurso Público para provimento de cargos do Quadro de Pessoal do TRT da 4ª Região. No período de novembro de 1994 a junho de 1995, em Madri/Espanha, fez curso de especialização em Direitos Humanos no Instituto de Derechos Humanos de la Facultad de Derecho da Universidad Complutense, e, no período de outubro de 2011 a setembro de 2012, cursou pós-graduação em Direito do Trabalho no Instituto de Direito do Trabalho na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa/Portugal. Diversas vezes convocada, atuou na 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 6ª, 7ª e 8ª Turmas do Regional, bem assim na SDC e na 1ª e 2ª SDIs. Foi Secretária Tesoureira do Sindicato dos Advogados do Estado do Rio Grande do Sul e também da Associação Gaúcha de Advogados Trabalhistas (Agetra). Na Associação dos Magistrados do Trabalho da IV Região, (Amatra IV), foi Coordenadora dos Juízes Substitutos, Secretária Cultural, Secretária Tesoureira, Secretária de Divulgação e atualmente integra a Secretaria Social. Em agosto de 2003, recebeu a Comenda da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, no grau de Oficial, conferida pelo Tribunal Superior do Trabalho. Em setembro de 2008, pelo critério de merecimento, foi promovida ao cargo de Desembargadora do Trabalho. No âmbito administrativo, integrou a Comissão de Comunicação Social e Relações Institucionais e o Conselho Consultivo da Escola Judicial. É a Vice-Corregedora Regional da Administração na gestão 2013/2015 do TRT4, integrando também o Órgão Especial.

Emílio Papaléo Zin



Foi empossado Desembargador Federal do Trabalho em 6 de fevereiro de 2009, pelo quinto constitucional, representando os advogados. Nasceu em 21 de julho de 1964, em Porto Alegre/RS. Formou-se no Curso de Ciências Jurídicas e Sociais pela PUCRS em 6 de janeiro de 1987. Sua experiência profissional inclui, em 1984, estágio no Departamento de Pessoal do Estaleiro Só S.A. e ingresso, como estagiário, no escritório de advocacia de Carlos César Cairoli Papaléo. Em 1987, foi admitido como sócio, onde exerceu atividade advocatícia no âmbito do Direito Coletivo e Individual do Trabalho. O contencioso judicial se desenvolveu não só nas VTs e no TRT do Rio Grande do Sul, mas, igualmente, nas de outros Estados e no TST. Em sua experiência como docente, entre 1990 e 1999, foi professor das disciplinas de Direito Processual do Trabalho I e II, e Direito do Trabalho III, na Faculdade de Direito da PUCRS. Em 2000 e 2001, foi professor de Cursos para Preparação ao Exame da OAB, nas disciplinas de Direito do Trabalho e Processo do Trabalho do Instituto de Desenvolvimento Cultural – IDC. Em 2005, professor da disciplina de Direito do Trabalho na Faculdade de Direito da UniRitter. Ocupou os seguintes cargos de representação profissional: 1987/1988, de Diretor da Associação Gaúcha dos Advogados Trabalhistas; 1991/1993 e 1993/1995, de Diretor da Sociedade de Advogados Trabalhistas de Empresas do Rio Grande do Sul; 1995/1997 e 2001/2003, de Vice-Presidente da Satergs; 2003/2005, de Presidente da Satergs; 1998/2000, de Conselheiro da OAB/RS; 2004/2006, Conselheiro Federal suplente da OAB/RS; 1998, membro da 2ª Câmara do Conselho de Ética Profissional da OAB/RS; 1996, de Coordenador do Fórum Permanente da Justiça do Trabalho; antes de ser empossado Desembargador do Trabalho, foi Conselheiro da Agetra e Diretor da Satergs. Teve participação em bancas examinadoras em 1997, como Integrante suplente da comissão examinadora da prova dissertativa do concurso para provimento de cargo de Juiz Substituto do Trabalho do TRT4; em 2003, foi integrante titular da comissão examinadora da prova oral do concurso para provimento de cargo de Juiz Substituto do Trabalho do TRT4; em 2004, foi integrante titular da comissão examinadora da prova de sentença do concurso para provimento de cargo de Juiz Substituto de Trabalho do TRT4; em 2006, foi integrante titular da comissão examinadora da prova oral do concurso para provimento de cargo de Juiz

Substituto do Trabalho do TRT4. Atualmente, integra a 7ª Turma, a Seção de Dissídios Coletivos e a Comissão Permanente de Segurança.

Vania Mattos

Porto-alegrense, formada em Ciências Jurídicas e Sociais pela UFRGS; pós-graduada em Planejamento Governamental pela Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos e Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas São Judas Tadeu de Porto Velho (Rondônia); pós-graduada em Economia do Trabalho e Sindicalismo pela Universidade Estadual de Campinas (São Paulo); pós-graduada em Relações de Trabalho pela UFRGS; foi advogada da Associação de Assistência Técnica e Extensão Rural de Roraima; advogada do Território Federal de Roraima; servidora do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, tendo trabalhado como assistente administrativa em vários gabinetes do Tribunal. Aprovada no concurso público para Juíza Substituta do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, tendo ali atuado no período de agosto de 1986 a fevereiro de 1987. No mesmo mês, foi aprovada em 1º lugar no concurso para Juíza Substituta do TRT 4ª Região. Foi Titular da Vara do Trabalho de Lajeado de novembro de 1990 a maio de 1992, quando assumiu a 13ª Vara de Porto Alegre, onde atuou até ser promovida ao Tribunal. Assumiu como Desembargadora do Trabalho em 17 de julho de 2009. É integrante da 10ª Turma e Coordena a Comissão de Cultura do TRT4. Integra a Seção Especializada em Execução.



Denise Pacheco

Natural de Porto Alegre, graduou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela PUCRS em 1987. Realizou o Curso de Preparação para o Ministério Público na Escola Superior do Ministério Público em 1989. Ingressou no quadro funcional da Justiça do Trabalho da 4ª Região em 1981, no cargo de Auxiliar Judiciário, tendo exercido as funções comissionadas de Assistente de Diretor de Secretaria, Assistente e Assessor de Juiz do Tribunal. Aprovada em concurso público de provas e títulos, tomou posse como Juíza do Trabalho Substituta do TRT da 12ª Região em 1990, mesmo ano em que se exonerou para assumir o cargo de Juíza do Trabalho Substituta do TRT da 4ª Região. Promovida a Juíza do Trabalho Titular em 1993, pelo critério de merecimento, presidiu as Juntas de Conciliação e Julgamento de Uruguaiana, Sapiranga (3ª), São Leopoldo (2ª) e, por último, a 15ª Vara do Trabalho de Porto Alegre. Exerceu a docência, como professora convidada, na Unisinos e na Femargs. Atuou como Juíza Convocada do TRT da 4ª Região no período de 1999 a 2009. Integrou a Comissão Examinadora de Concurso para Juiz do Trabalho do TRT da 4ª Região em 2007. Promovida pelo critério de merecimento, tomou posse como Desembargadora em julho de 2009, integrando hoje a 7ª Turma, a Seção de Dissídios Coletivos e o Órgão Especial do Tribunal. Foi Conselheira da Escola Judicial no período de 2008 a 2010. Atualmente é Ouvidora, coordenadora do Núcleo de Conciliação e presidente da Comissão de Comunicação Social e Relações Institucionais.



Alexandre Corrêa da Cruz

Natural de Porto Alegre/RS, formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da UFRGS no ano de 1993. Realizou o Curso de Formação de Magistrados do Estado do Rio Grande do Sul (Ajuris), no ano de 1993, e o Curso de Formação de Magistrados na Fundação Escola da Magistratura do Trabalho do Rio Grande do Sul (Femargs), em 1994. Ingressou no Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, no ano de 1993, em virtude da aprovação no Concurso Público de Técnico Judiciário. No ano de 1995, ingressou, mediante certame público, no Ministério do Trabalho, tendo exercido o cargo de Auditor Fiscal do Trabalho. Posteriormente, foi aprovado no 5º Concurso Público para o cargo de Procurador do Trabalho, tomando posse em junho de 1996, na Procuradoria Regional do Trabalho da 4ª Região, com sede em Porto Alegre, oficiando perante o TRT da 4ª Região e várias Juntas de Conciliação e Julgamento do Interior e da Capital. Exerceu a função de Coordenador da



Coordenadoria do 1º Grau de Jurisdição da PRT da 4ª Região, nos períodos de 2005/2007 e 2009/2010 e, no ano de 2010, tomou posse no Cargo de Desembargador do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, ocupando vaga destinada a membros do Ministério Público do Trabalho. Integra, atualmente, a 1ª Seção de Dissídios Individuais e a 2ª Turma. É Vice-Diretor da Escola Judicial do TRT4. No magistério, exerce a função de Professor de Direito do Trabalho na Escola da Magistratura do Trabalho do Rio Grande do Sul (Femargs). É mestre em Direito pela UFRGS (2004) e doutorando em Direitos Humanos na Universidade Pablo de Olavide, em Sevilha/Espanha, tendo obtido nesta instituição o Diploma de Estudos Avançados (DEA).

Clóvis Fernando Schuch Santos



Natural de Porto Alegre, nascido em 24 de julho de 1958. Graduado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, trabalhou em escritório de advocacia especializado na área trabalhista, de 1981 a 1986, ano em que ingressou na magistratura após aprovação em Concurso Público de Provas e Títulos para o Cargo de Juiz do Trabalho Substituto. Atuou como Juiz Substituto até março de 1991, quando promovido, por merecimento, a Juiz Titular da então Junta de Conciliação e Julgamento de Alegrete. Passou, ainda, pelas seguintes unidades: 2ª Vara do Trabalho de Rio Grande, Carazinho e 2ª Vara do Trabalho de Novo Hamburgo (foi Juiz Diretor deste Foro em diversos períodos e participou da informatização da unidade judiciária, agilizando a prestação jurisdicional e o

atendimento das partes). Foi Professor da disciplina de Direito do Trabalho da Faculdade de Direito da Universidade Luterana do Brasil (Ulbra), de 1º de março de 1992 a 18 de fevereiro de 1998, em Canoas e Gravataí. Foi eleito Presidente da Associação dos Magistrados do Trabalho da 4ª Região, Amatra IV, em 21 de junho de 1996, após ter exercido o cargo de secretário do Interior, Congressos e Eventos e Cultural. Exerceu o cargo até 19 de junho de 1998, ocasião em que foi eleito Secretário de Divulgação, atuando na Secretaria da Erradicação do Trabalho Infantil. Foi escolhido pela Amatra IV para integrar o Conselho Deliberativo da Femargs em março de 2002. Em 3 de setembro de 2010, assumiu o cargo de Desembargador do Trabalho da 4ª Região. É hoje membro da 5ª Turma, da 2ª Seção de Dissídios Individuais e suplente do Órgão Especial. Faz parte da Comissão de Orçamento, Finanças e Planejamento Estratégico.

Maria da Graça Ribeiro Centeno



Natural de Moçambique, país do sudeste africano, graduada em Ciências Jurídicas e Sociais pelas Faculdades Integradas do Instituto Ritter dos Reis em 1982, iniciou a carreira como servidora concursada do TRT da 4ª Região, em julho de 1983, onde exerceu as funções de Secretária Executiva, Assistente Administrativa e Assessora. Em outubro de 1987, tomou posse como Juíza do Trabalho Substituta no TRT da 12ª Região, passando a Juíza do Trabalho Presidente de Junta de Conciliação e Julgamento do referido Tribunal em outubro de 1989. Retornou ao Tribunal Regional do Trabalho gaúcho em julho de 1992, por permuta. Foi titular da 1ª Vara do Trabalho de Taquara, da Vara do Trabalho de Viamão e da 14ª Vara do Trabalho de Porto Alegre. Exerceu a Direção do Foro de Taquara, no período de 1995 a 1997, e de Porto Alegre no período de 2003 a 2004. Em 2002, atuou como Juíza

Convocada pela primeira vez, situação que se repetiu em 2003 e de 2006 a 2010. Promovida por merecimento a Desembargadora do Trabalho, tomou posse em 10 de dezembro de 2010, ato ratificado em sessão solene no dia 4 de abril de 2011. Atualmente integra a 9ª Turma, a Seção Especializada em Execução e a Comissão de Cultura do TRT.

Marçal Henri dos Santos Figueiredo

Natural de Porto Alegre, formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais em 1982, na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Realizou cursos de extensão universitária na Escola Osvaldo Vergara de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas e Sociais (OAB/RS), nas áreas de Direito Securitário (conclusão em maio de 1983), Direito Previdenciário (maio de 1984), Direito de Família (julho de 1984), Direito Civil, Posse e Propriedade (setembro de 1984), Direito Processual Civil, Medidas Cautelares e Ações Declaratórias (outubro de 1984) e Processo de Execução (junho de 1985). Concluiu curso de especialização em Sociologia Jurídica e Direitos Humanos, em 1997, também pela Unisinos. Em 2006, realizou curso de especialização em Direito do Trabalho, Processo do Trabalho e Direito Previdenciário, através do convênio entre o Tribunal Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul, Universidade de Santa Cruz (Unisc) e Fundação Escola da Magistratura do Trabalho do Rio Grande do Sul (Femargs). Profissionalmente, atuou como advogado trabalhista de 1982 a 1986. Foi Técnico em Atividades Judiciárias do TRT entre 1986 e 1989, ano em que ingressou na magistratura trabalhista como Juiz Substituto. Em 1991, foi promovido a Juiz Titular da Vara do Trabalho de Triunfo. Em abril de 1994, assumiu a titularidade da 29ª Vara do Trabalho de Porto Alegre. Exerceu, entre 1996 e 1998, a Vice-Direção do Foro Trabalhista da Capital. A partir de fevereiro de 2002, atuou como Juiz Convocado do TRT-RS em diversas ocasiões. Tomou posse como Desembargador do Trabalho em 1º de setembro de 2011. É coautor dos livros "Modernização do Processo do Trabalho" (organizado por José Felipe Ledur, editora LTr, 1990) e "Sumaríssimo" (Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da IV Região – Amatra IV, HS Editora, 2000). Atualmente, integra a 1ª Turma Julgadora e a 2ª Seção de Dissídios Individuais. É suplente do Órgão Especial.



Rejane Souza Pedra

A porto-alegrense Rejane Souza Pedra ingressou na magistratura em 21 de abril de 1989 como Juíza do Trabalho Substituta. Antes disto, exerceu a advocacia trabalhista por 13 anos na Capital. Em 20 de agosto de 1992, assumiu a titularidade da 1ª Vara do Trabalho (VT) de Uruguaiana. Também foi titular da 2ª VT de Passo Fundo (1992-1993), da VT de Montenegro (1993-1994), da VT de Estância Velha (1994-1998) e da 4ª VT de Novo Hamburgo (de 1998 até 2012). Convocada pelo Tribunal por diversas ocasiões, desde 1999, hoje atua na 10ª Turma e na Seção Especializada em Execução.



Wilson Carvalho Dias

Nascido em Bagé/RS, graduou-se em Direito na universidade local, a atual Universidade da Região da Campanha (URCAMP), em agosto de 1985. Desde o início de sua formação jurídica, dedicou-se à área trabalhista, tendo atuado na assessoria de entidades sindicais. Em 1988, mudou-se para Porto Alegre para atuar como Assessor de Juiz no TRT4, ingressando, em 1990, no quadro de servidores em razão de concurso público para o cargo então denominado Técnico Judiciário. Em 1990, foi aprovado no concurso para Juiz do Trabalho Substituto da 12ª Região, Santa Catarina, e também desta 4ª Região, optando em permanecer no Rio Grande do Sul. Atuou como Juiz Substituto em diversas Varas do Trabalho do Estado, especialmente em Santo Ângelo, Guaíba, São Jerônimo, Triunfo e algumas unidades judiciárias da Capital (14ª e 19ª). Foi promovido em junho de 1993 para Juiz Titular da Vara do Trabalho de São Borja, mas assumiu o cargo, já por remoção, diretamente na Vara do Trabalho de Rosário do Sul, em julho de 1993 e, a partir de 2004, na Vara do Trabalho de Alvorada. Atuou como Juiz Convocado no Tribunal desde outubro de 2009, onde compôs a 8ª Turma. Atualmente, como



Desembargador, integra a 7ª Turma e a 2ª Seção de Dissídios Individuais. Preside a Comissão de Jurisprudência do TRT4.

Ricardo Hofmeister de Almeida Martins Costa



Natural de Porto Alegre, ingressou na magistratura trabalhista em 28 de setembro de 1990, como Juiz Substituto. Em 27 de julho de 1993, foi promovido pelo critério de merecimento, assumiu a titularidade da Vara do Trabalho de Santo Ângelo, passando, depois, pelas unidades de Montenegro (1994 – 1998), Guaíba (1998 – 2000), Viamão (2000 – 2001), 10ª VT de Porto Alegre (2001 – 2007) e 2ª VT de Gramado (de 2007 até maio de 2012). Atuou pela primeira vez como Juiz Convocado em 1999, e, até sua posse como Desembargador, houve 13 outras convocações. Integrou a Seção de Dissídios Coletivos e atualmente está vinculado à 2ª Seção de Dissídios Individuais e à 11ª Turma. É especialista com MBA em Poder Judiciário, em Curso de Pós-Graduação *Lato sensu* pela Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas – FGV. Foi eleito membro do Conselho Consultivo da Escola

Judicial (EJ) do TRT4 em 25 de junho de 2007 e reconduzido para o biênio 2008/2009, mesmo período em que compôs a Comissão da Revista do TRT4. É integrante do Núcleo de Conciliação do TRT gaúcho.

Francisco Rossal de Araújo



Natural de Alegrete/RS, ingressou na magistratura em 27 de setembro de 1990, quando tomou posse como Juiz do Trabalho da 4ª Região Trabalhista. Em 22 de junho de 1993, assumiu a titularidade da 1ª Vara do Trabalho de Erechim. Também foi titular da VT de São Gabriel (1993 – 1996), da 27ª VT de Porto Alegre (1996 – 2006), da VT de Rosário do Sul (2006) e da 16ª VT de Porto Alegre (de 2006 até 2012). Tomou posse como Desembargador em 28 de maio de 2012. Atualmente, integra a 8ª Turma e a 1ª Seção de Dissídios Coletivos. Formou-se em 1988 pela UFRGS, onde também alcançou o grau de Mestre em Direito Público. É professor de Direito do Trabalho e Economia Política da UFRGS desde 2007, após aprovação em primeiro lugar em concurso de provas e títulos. Presidiu a Associação dos Magistrados da

Justiça do Trabalho da 4ª Região (Amatra IV) entre 2000 e 2002. Atualmente, também integra a Comissão de Orçamento, Finanças e Planejamento Estratégico.

Marcelo Gonçalves de Oliveira



Natural de Pelotas/RS, graduou-se em Direito pela Universidade Federal de Pelotas, em 1987. Foi advogado em sua cidade natal e em Porto Alegre, e tomou posse na Magistratura em 28 de setembro de 1990, como Juiz do Trabalho Substituto. Em 27 de julho de 1993, foi promovido a Juiz Titular, assumiu a jurisdição da Vara do Trabalho de Palmeira das Missões. Também foi o titular da 2ª VT de Passo Fundo (1993 – 2010), da VT de Lagoa Vermelha (2010 – 2012) e da 1ª VT de Passo Fundo (em 2012, até a posse como Desembargador, em maio daquele ano). Como Juiz Convocado do TRT, atuou na 4ª Turma, a qual integra atualmente. Também compõe a 2ª Seção de Dissídios Individuais e a Comissão de Comunicação Social e Relações Institucionais.

Maria Helena Lisot

Nascida em Nova Prata/RS, ingressou na magistratura trabalhista em 28 de setembro de 1990. Em 22 de junho de 1993, assumiu a titularidade da 2ª Vara do Trabalho de Santa Cruz do Sul. Esteve na titularidade também da 1ª VT de Sapiranga (1993 – 1994), 1ª VT de Novo Hamburgo (1994), 24ª VT de Porto Alegre (1994 – 2005), 2ª VT de Gramado (2005 – 2007) e, em 2007, assumiu a jurisdição da 10ª VT de Porto Alegre. Atuou como Juíza Convocada no TRT e tomou posse como Desembargadora em 28 de maio de 2012. Integra a 6ª Turma Julgadora e a 2ª Seção de Dissídios Individuais.



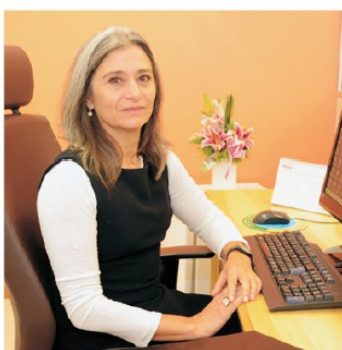
Lucia Ehrenbrink

Natural de Estrela/RS, iniciou sua graduação em Direito na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), concluindo-a nas Faculdades Integradas de Santa Cruz do Sul (FISC, atual Unisc), em 1985. Foi servidora da Caixa Econômica Federal de 1981 a 1990, tendo atuado, inclusive, como advogada da CEF. Em 25 de setembro de 1990, tomou posse como Juíza Substituta na 4ª Região Trabalhista. Em 27 de julho de 1993, foi promovida, pelo critério do merecimento, ao cargo de Juíza Titular, que exerceu na 1ª VT de Lajeado, na 2ª VT de Sapiranga, na 23ª VT de Porto Alegre (nesta, da criação da unidade, em abril de 1994, até fevereiro de 2012) e na VT de São Gabriel. Como convocada ao TRT4, atuou nos seguintes períodos: de 1º.04.2002 a 03.05.2002, de 16.09.2002 a 19.12.2002, de 07.01.2010 a 05.02.2010, de 10.03.2010 a 10.08.2010 e de 08.12.2011 até a posse como Desembargadora, ocorrida em 15 de outubro de 2012. Foi promovida pelo critério de merecimento em vaga aberta pela aposentadoria da Desembargadora Ione Salin Gonçalves. Atualmente, compõe a Seção Especializada em Execução e a 9ª Turma. Participou de cursos de aperfeiçoamento promovidos pela Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 4ª Região (Amatra IV), pela Escola Judicial do TRT4 e pela Escola Superior da Magistratura (ESM) da Ajuris (Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul).



Iris Lima de Moraes

Natural de Porto Alegre, iniciou sua carreira na magistratura trabalhista da 4ª Região em 28 de setembro de 1990. Foi promovida a Juíza Titular em 27 de julho de 1993, quando assumiu a jurisdição da Vara do Trabalho de Três Passos. Também exerceu a titularidade da Vara do Trabalho de Montenegro (1998 – 2003) e da 1ª Vara do Trabalho de Gramado (2003 – 2012). Atuou como Juíza Convocada do Tribunal e tomou posse como Desembargadora em 28 de maio de 2012. Atualmente, integra a 1ª Turma Julgadora e a 2ª Seção de Dissídios Individuais.



Maria Madalena Telesca



Porto-alegrense, graduada em Direito pela UFRGS, tomou posse como Juíza do Trabalho em 28 de setembro de 1990. A promoção a Juíza Titular ocorreu em 27 de julho de 1993, quando assumiu a jurisdição da Vara do Trabalho de Ijuí. Também atuou na VT de São Jerônimo (1993 – 1994) e na 22ª VT de Porto Alegre (de 1994 a 2012, quando tomou posse como Desembargadora). Foi presidente da Amatra IV (Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 4ª Região) de 1998 a 2000. É especialista em Direitos Humanos e Fundamentais e as Relações de Trabalho, curso promovido pela Escola Judicial do TRT4 em convênio com a PUCRS. É membro da comissão permanente de organização do Fórum Mundial de Juizes. Entre 2010 e 2011, fez parte do Conselho Consultivo da Escola Judicial. É Vice-Presidente da Associação Latino-Americana de Juizes do Trabalho – ALJT e da Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB. Atua na 3ª Turma Julgadora e na 1ª Seção de Dissídios Individuais. Integra também a Comissão de Jurisprudência.

Herbert Paulo Beck



Nascido em Porto Alegre, ingressou na magistratura trabalhista do Rio Grande do Sul em 28 de setembro de 1990. Promovido a titular, assumiu a jurisdição da 1ª Vara do Trabalho de Erechim em 20 de agosto de 1993. Também ocupou a titularidade da 3ª Vara do Trabalho de Caxias do Sul (1993) e da Vara do Trabalho de Farroupilha (de 1994 em diante). Atuou como Juiz Convocado no TRT e atualmente integra a 11ª Turma e a 1ª Seção de Dissídios Individuais. Formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela PUCRS em 1987. Em 2006, concluiu curso de pós-graduação em Direito do Trabalho, Processo do Trabalho e Direito Previdenciário, oferecido por convênio entre Unisc, Femargs e TRT4. Compõe a Comissão de Informática do Tribunal.

George Achutti



Natural de Porto Alegre, é graduado pela PUCRS em Ciências Jurídicas e Sociais, tendo atuado como advogado desde 17 de dezembro de 1973 a 6 de janeiro de 1992, com ênfase na área trabalhista. Aprovado em concurso público de provas e títulos, tomou posse em 7 de janeiro de 1992 como Juiz do Trabalho Substituto. Foi promovido, em abril de 1994, por critério de merecimento, a Juiz Titular. Presidiu as Varas do Trabalho de Santo Ângelo, Sapiranga (2ª), Gravataí (1ª, 1995 – 1997), Novo Hamburgo (5ª, 1997 – 2001), Porto Alegre (8ª, 2001 – 2009) e, de 2009 em diante, a 15ª Vara do Trabalho. Atuou em anteriores convocações para o Tribunal, em 1999, 2002, 2006 e 2011. Integrou, ainda, como convocado, a 1ª Turma e a 2ª Seção de Dissídios Individuais, passando, posteriormente, à Seção Especializada em Execução. Após promoção ao Tribunal, pelo critério de merecimento, e posse em 28 de maio de 2012, ratificou a permanência nos mesmos órgãos julgadores. Foi conselheiro da Escola Judicial, bem como integrante da Comissão de Informática do Tribunal, eleito, em ambas, em vaga de Juiz de 1º grau, no período de dezembro 2010/2011, e Juiz Orientador de Magistrado Vitaliciando, na Escola Judicial, onde atuou, ainda, no Curso de Formação Inicial de Juizes do Trabalho da 4ª Região, na matéria "Audiências – Dificuldades". Em 2012, passou a integrar a 4ª Turma (desde 26 de julho) e a 2ª Seção de Dissídios Individuais (desde 13 de dezembro). Integra a Comissão de Informática.

Tânia Regina Silva Reckziegel

Nasceu no Rio de Janeiro, em 29 de agosto de 1970. Formou-se na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) em 1994. É Mestre em Direitos Sociais e Políticas Públicas pela Unisc e especialista em Gestão Pública pela UFRGS. Advogada especializada na área de Direito do Trabalho (1994 a 2012), foi Coordenadora e Professora de cursos de pós-graduação *lato sensu* na Unisc/ENA nas matérias de Direito do Trabalho, Direito Eleitoral, Processos do Trabalho e Civil. Foi Presidente da Agetra e Diretora do Departamento de Direito do Trabalho do largs. Foi Vice-Presidente da Comissão de Estágio e Exame de Ordem da OAB/RS e Diretora da Federação das Mulheres Gaúchas. Foi Conselheira Seccional da OAB/RS, Diretora da Escola Nacional da OAB, Secretária-Geral da Caixa de Assistência da OAB/RS e Secretária-Geral da OAB/Canoas. Recebeu Votos de Louvor da OAB/RS em 2006, 2009 e 2011 pelos relevantes serviços prestados à advocacia gaúcha e nacional. É autora de diversos artigos científicos publicados em obras jurídicas. Ingressou no Tribunal em outubro de 2012 pelo quinto constitucional, como representante dos advogados. Atuou na 9ª e na 7ª Turma. Atualmente, integra a 2ª Turma e a 1ª Seção de Dissídios Individuais (1ª SDI). Integra também a Comissão de Comunicação Social e Relações Institucionais.



Laís Helena Jaeger Nicotti

Natural de Porto Alegre/RS, ingressou na magistratura em 28 de setembro de 1990, quando tomou posse como Juíza do Trabalho Substituta da 4ª Região Trabalhista. Em 22 de setembro de 1993, assumiu a titularidade da Vara do Trabalho de São Borja. Também foi titular da 1ª VT de Erechim, da VT de Cruz Alta, da 2ª VT de Santa Cruz do Sul, da 1ª VT de Lajeado, da 3ª VT de Canoas e da 1ª VT de Porto Alegre (de dezembro de 2000 a janeiro de 2013, quando tomou posse como Desembargadora). Como Juíza Convocada, atuou em 2007 na 1ª Turma, órgão julgador em que voltou a atuar a partir de seu ingresso no 2º Grau, em 2013. A magistrada, que também compõe a 1ª Seção de Dissídios Individuais, graduou-se em Direito na PUCRS em 1982. Coursou especialização em Processo Civil pela UFRGS e em Direito do Trabalho pela PUCRS.



Marcelo José Ferlin D'Ambroso

Nasceu em Xanxerê/SC em 1º de março de 1974. Formado em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (1995), realizou o curso de preparação à Magistratura da Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina em 1996, possuindo várias especializações na área jurídica, em direitos humanos, trabalho escravo, relações laborais (pela OIT, Universidade de Bolonha e Universidade Castilla-La Mancha), e jurisdição social (pelo Consejo General del Poder Judicial da Espanha). Foi estagiário, Chefe de Gabinete e Assessor do Ministério Público do Trabalho, na Procuradoria Regional do Trabalho da 12ª Região (SC). Também atuou como advogado. Em 1998, foi aprovado no VII Concurso Público para o cargo de Procurador do Trabalho e ingressou na PRT da 14ª Região (RO), exercendo o encargo de Procurador-Chefe entre 1999 e 2003. Entre 2004 e 2010 foi membro da PRT12 em Florianópolis, onde exerceu as funções de Coordenador da Coordenadoria do 1º Grau de Jurisdição e Coordenador Regional da Coordenadoria de Combate às Irregularidades na Administração Pública. De 2010 a 2012, atuou na Procuradoria do Trabalho no Município de Chapecó/SC, na qualidade de Coordenador. Após, atuou na PRT da 4ª Região, exercendo suas funções no segundo grau de jurisdição. Também foi Coordenador da Escola Superior do Ministério Público da União na PRT14 (2000/2002) e na PRT12 (2006/2010). Lecionou na Universidade Federal de Rondônia, na pós-graduação da Amatra XII (SC), na Rede LFG (RJ/SP) e no curso Toga (RJ), ministrando aulas na área trabalhista. É autor de diversos artigos científicos publicados em obras jurídicas. Foi membro do grupo de Assessoramento Técnico Externo da nova CLT (PL 1987/07), indicado pela Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho. Foi sócio-fundador e primeiro Presidente do Ipeatra – Instituto de Pesquisas e



Estudos Avançados da Magistratura e do Ministério Público do Trabalho, seguindo como atual Diretor Legislativo. Ingressou no TRT4 pelo quinto constitucional, e tomou posse como Desembargador do Trabalho em 16 de abril de 2013. Atualmente, integra a 2ª Turma Julgadora, a 1ª Seção de Dissídios Individuais e a Comissão de Jurisprudência.

Gilberto Souza dos Santos



Natural de Porto Alegre/RS, nasceu em 25 de setembro de 1962. É formado em Direito pela Universidade Federal de Santa Maria. Foi advogado de federações e sindicatos profissionais. Em 2009, tomou posse como Procurador do Trabalho no Ministério Público do Trabalho. Pelo MPT, atuou no estado de Roraima, em atividades voltadas à regularização do trabalho informal em madeiras, ao combate ao trabalho infantil, à exploração sexual de crianças e adolescentes, e no resgate de trabalhadores em condições análogas às de escravos. Vinha atuando na Procuradoria do Trabalho em Pelotas (RS). Atuou como representante estadual nas coordenadorias nacionais do MPT das áreas do trabalho portuário e aquaviário, da liberdade sindical, do meio ambiente do trabalho e do combate às fraudes. É um dos autores da obra “Direitos Fundamentais na visão de Procuradores do

Trabalho”, lançado em 2012 pela Editora LTr. Tomou posse como Desembargador do Trabalho em 17 de abril de 2013, pelo quinto constitucional. Atualmente, integra a 3ª Turma Julgadora e a 1ª Seção de Dissídios Individuais.

Raul Zoratto Sanvicente



Natural de Porto Alegre/RS, nasceu em 4 de fevereiro de 1953. Formado em Jornalismo (PUCRS) e em Direito (UFRGS), atuou como jornalista em veículos de comunicação de Porto Alegre e Belém (PA). Em 1979, ingressou no TRT da 4ª Região como servidor. Exerceu as funções de Secretário de Audiências, Diretor de Secretaria e Secretário da Corregedoria. Aprovado em concurso da magistratura, tomou posse como Juiz Substituto na 4ª Região em 1992. Foi promovido a Juiz Titular em 1994, passando por unidades judiciárias de Uruguaiana, Cruz Alta, Santa Cruz do Sul (1ª VT), Triunfo, Caxias do Sul (3ª VT), Sapiranga (3ª VT), Canoas (1ª VT) e Porto Alegre (19ª VT). Foi titular da 30ª VT da Capital, especializada em acidentes de trabalho, e atuou como Juiz Convocado do Tribunal. Promovido pelo critério de merecimento, em 19 de abril de 2013, tomou posse como

Desembargador do Trabalho. Atualmente, integra a 6ª Turma Julgadora e a 1ª Seção de Dissídios Individuais.

André Reverbel Fernandes



Natural de Santa Vitória do Palmar/RS (1966), formou-se em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 1988. Tomou posse como Juiz Substituto da 4ª Região Trabalhista em 7 de janeiro de 1992. Promovido em 1994, assumiu a titularidade da Vara do Trabalho de Alegrete. Após, passou por unidades de Palmeira das Missões, Caxias do Sul (1ª VT), Sapucaia do Sul e, a partir de 2001, foi titular da 5ª Vara do Trabalho de Porto Alegre. Atuou como Juiz Convocado no Tribunal a partir de 2010 e tomou posse como Desembargador em 19 de abril de 2013, promovido pelo critério de antiguidade. Atualmente, integra a 5ª Turma Julgadora e a 1ª Seção de Dissídios Individuais. É mestre em Poder Judiciário pela Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

João Paulo Lucena

Natural de Porto Alegre/RS (1965), graduou-se na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS em 1988. Como pós-graduação, cursou a Escola da Magistratura do Rio Grande do Sul – Ajuris, Especialização em Direito e Processo do Trabalho na Universidade do Rio dos Sinos – Unisinos/RS, Especialização em Processo Civil na Pontifícia Universidade Católica – PUCRS, os créditos relativos ao Mestrado em Direito Público pela UFRGS e o programa internacional de extensão em Direito Norte-Americano na Universidade da Califórnia em Davis/EUA. Em Porto Alegre, exerceu a advocacia laboral autônoma, foi advogado e coordenador jurídico da Fundação Banrisul de Seguridade Social de 1988 a 2001, associado e coordenador trabalhista do escritório internacional corporativo Trench, Rossi e Watanabe/Baker & McKenzie de 2003 a 2009, e sócio-coordenador da área trabalhista de Pita Machado Advogados, especializado em advocacia sindical de trabalhadores, de 2009 a 2012, atuando como assessor jurídico especial dos Sindicatos dos Metalúrgicos de Caxias do Sul e região e de Carlos Barbosa/RS. Na representação profissional, ocupou cargos de Diretoria da Associação Gaúcha dos Advogados Trabalhistas (Agetra) de 2009 a 2012, entidade que integrou por 25 anos, e do Sindicato dos Advogados do Rio Grande do Sul entre 1996 e 2013. Autor de obras jurídicas nas áreas de Processo Civil, Direito do Trabalho e Processo do Trabalho, é professor e pesquisador convidado em cursos de pós-graduação e na Escola Judicial do TRT4. Foi nomeado Desembargador do Trabalho pela Presidência da República para ocupar a vaga destinada ao quinto constitucional da advocacia trabalhista em 12 de junho de 2013, tendo sido empossado no dia 24 de junho do mesmo ano. Atualmente integra a 8ª Turma Julgadora, a 1ª Seção de Dissídios Individuais e a Comissão Coordenadora do Memorial da Justiça do Trabalho da 4ª Região.



TRIBUNAL PLENO

Composição até 13 de dezembro de 2013:

MARIA HELENA MALLMANN – Presidente
ROSANE SERAFINI CASA NOVA – Vice-Presidente
CLEUSA REGINA HALFEN – Corregedora Regional
ANA ROSA PEREIRA ZAGO SAGRILO – Vice-Corregedora Regional
FLAVIO PORTINHO SIRANGELO
DENIS MARCELO DE LIMA MOLARINHO
JOÃO GHISLENI FILHO
JURACI GALVÃO JÚNIOR
JOÃO ALFREDO BORGES ANTUNES DE MIRANDA
ANA LUIZA HEINECK KRUSE
BERENICE MESSIAS CORRÊA
TÂNIA ROSA MACIEL DE OLIVEIRA
LEONARDO MEURER BRASIL
RICARDO LUIZ TAVARES GEHLING
RICARDO CARVALHO FRAGA
JOSÉ FELIPE LEDUR
FLÁVIA LORENA PACHECO
JOÃO PEDRO SILVESTRIN
LUIZ ALBERTO DE VARGAS
BEATRIZ RENCK
MARIA CRISTINA SCHAAN FERREIRA
CLÁUDIO ANTÔNIO CASSOU BARBOSA
CARMEN IZABEL CENTENA GONZALEZ
EMÍLIO PAPALÉO ZIN
VANIA MARIA CUNHA MATTOS
DENISE PACHECO
ALEXANDRE CORRÊA DA CRUZ
CLÓVIS FERNANDO SCHUCH SANTOS
MARIA DA GRAÇA RIBEIRO CENTENO
MARÇAL HENRI DOS SANTOS FIGUEIREDO
REJANE SOUZA PEDRA
WILSON CARVALHO DIAS
RICARDO HOFMEISTER DE ALMEIDA MARTINS COSTA
FRANCISCO ROSSAL DE ARAÚJO
MARCELO GONÇALVES DE OLIVEIRA
MARIA HELENA LISOT
LUCIA EHRENBRINK
IRIS LIMA DE MORAES
MARIA MADALENA TELESCA

HERBERT PAULO BECK
GEORGE ACHUTTI
TÂNIA REGINA SILVA RECKZIEGEL
LAÍS HELENA JAEGER NICOTTI
MARCELO JOSÉ FERLIN D'AMBROSO
GILBERTO SOUZA DOS SANTOS
RAUL ZORATTO SANVICENTE
ANDRÉ REVERBEL FERNANDES
JOÃO PAULO LUCENA

Composição em 31 de dezembro de 2013:

CLEUSA REGINA HALFEN – Presidente
ANA LUIZA HEINECK KRUSE – Vice-Presidente
BEATRIZ RENCK – Corregedora Regional
CARMEN IZABEL CENTENA GONZALEZ – Vice-Corregedora Regional
FLAVIO PORTINHO SIRANGELO
DENIS MARCELO DE LIMA MOLARINHO
JOÃO GHISLENI FILHO
JURACI GALVÃO JÚNIOR
ROSANE SERAFINI CASA NOVA
JOÃO ALFREDO BORGES ANTUNES DE MIRANDA
MARIA HELENA MALLMANN
BERENICE MESSIAS CORRÊA
TÂNIA ROSA MACIEL DE OLIVEIRA
LEONARDO MEURER BRASIL
ANA ROSA PEREIRA ZAGO SAGRILO
RICARDO LUIZ TAVARES GEHLING
RICARDO CARVALHO FRAGA
JOSÉ FELIPE LEDUR
FLÁVIA LORENA PACHECO
JOÃO PEDRO SILVESTRIN
LUIZ ALBERTO DE VARGAS
MARIA CRISTINA SCHAAN FERREIRA
CLÁUDIO ANTÔNIO CASSOU BARBOSA
EMÍLIO PAPALÉO ZIN
VANIA MARIA CUNHA MATTOS
DENISE PACHECO
ALEXANDRE CORRÊA DA CRUZ
CLÓVIS FERNANDO SCHUCH SANTOS
MARIA DA GRAÇA RIBEIRO CENTENO
MARÇAL HENRI DOS SANTOS FIGUEIREDO
REJANE SOUZA PEDRA

WILSON CARVALHO DIAS
RICARDO HOFMEISTER DE ALMEIDA MARTINS COSTA
FRANCISCO ROSSAL DE ARAÚJO
MARCELO GONÇALVES DE OLIVEIRA
MARIA HELENA LISOT
LUCIA EHRENBRINK
IRIS LIMA DE MORAES
MARIA MADALENA TELESKA
HERBERT PAULO BECK
GEORGE ACHUTTI
TÂNIA REGINA SILVA RECKZIEGEL
LAÍS HELENA JAEGER NICOTTI
MARCELO JOSÉ FERLIN D'AMBROSO
GILBERTO SOUZA DOS SANTOS
RAUL ZORATTO SANVICENTE
ANDRÉ REVERBEL FERNANDES
JOÃO PAULO LUCENA

Tomaram posse, no ano de 2013, os Exmos. Desembargadores:

LAÍS HELENA JAEGER NICOTTI, em 24.01.2013;
MARCELO JOSÉ FERLIN D'AMBROSO, em 16.04.2013, em vaga destinada a membro oriundo do Ministério Público do Trabalho, criada pela Lei nº 12.421, de 16.06.2011;
GILBERTO SOUZA DOS SANTOS, em 17.04.2013, em vaga destinada a membro oriundo do Ministério Público do Trabalho, criada pela Lei nº 12.421, de 16.06.2011;
RAUL ZORATTO SANVICENTE, em 19.04.2013;
ANDRÉ REVERBEL FERNANDES, em 19.04.2013;
JOÃO PAULO LUCENA em 24.06.2013, em vaga destinada ao quinto constitucional da advocacia trabalhista;

Juizes de 1º grau, Titulares de Vara do Trabalho, convocados para atuar no Tribunal em 2013:

JOÃO BATISTA DE MATOS DANDA
JOSÉ CESÁRIO FIGUEIREDO TEIXEIRA
LENIR HEINEN (falecimento em 31.08.2013)
ÂNGELA ROSI ALMEIDA CHAPPER
ROBERTO TEIXEIRA SIEGMANN
RICARDO FIOREZE
FERNANDO LUIZ DE MOURA CASSAL
ANDRÉ REVERBEL FERNANDES
RAUL ZORATTO SANVICENTE
LAÍS HELENA JAEGER NICOTTI
MANUEL CID JARDÓN
MARCOS FAGUNDES SALOMÃO

BRÍGIDA JOAQUINA CHARÃO BARCELOS TOSCHI

ANDRÉA SAINT PASTOUS NOCCHI

Representando o Ministério Público do Trabalho nas sessões do Tribunal Pleno compareceram os procuradores Ivan Sérgio Camargo dos Santos, Adriane Arnt Herbst, Fabiano Holz Beserra e Paulo Joarez Vieira.

ÓRGÃO ESPECIAL

Composição até 13 de dezembro de 2013:

ANTIGUIDADE:

MARIA HELENA MALLMANN – Presidente

FLAVIO PORTINHO SIRANGELO

DENIS MARCELO DE LIMA MOLARINHO

JOÃO GHISLENI FILHO

JURACI GALVÃO JÚNIOR

ROSANE SERAFINI CASA NOVA – Vice-Presidente

JOÃO ALFREDO BORGES ANTUNES DE MIRANDA

ANA LUIZA HEINECK KRUSE

ELEITOS:

CLEUSA REGINA HALFEN – Corregedora Regional

ANA ROSA PEREIRA ZAGO SAGRILO – Vice-Corregedora Regional

JOÃO PEDRO SILVESTRIN

LUIZ ALBERTO DE VARGAS

BEATRIZ RENCK

CLÁUDIO ANTÔNIO CASSOU BARBOSA

VANIA MARIA CUNHA MATTOS

DENISE PACHECO

SUPLENTE:

BERENICE MESSIAS CORRÊA

JOSÉ FELIPE LEDUR

MARÇAL HENRI DOS SANTOS FIGUEIREDO

ALEXANDRE CORRÊA DA CRUZ

CARMEN IZABEL CENTENA GONZALEZ

CLÓVIS FERNANDO SCHUCH SANTOS

MARIA DA GRAÇA RIBEIRO CENTENO

REJANE SOUZA PEDRA

Composição em 31 de dezembro de 2013:

ANTIGUIDADE:

FLAVIO PORTINHO SIRANGELO
DENIS MARCELO DE LIMA MOLARINHO
JOÃO GHISLENI FILHO
JURACI GALVÃO JÚNIOR
ROSANE SERAFINI CASA NOVA
JOÃO ALFREDO BORGES ANTUNES DE MIRANDA
MARIA HELENA MALLMANN
ANA LUIZA HEINECK KRUSE – Vice-Presidente

ELEITOS:

CLEUSA REGINA HALFEN – Presidente
BEATRIZ RENCK – Corregedora Regional
CLÁUDIO ANTÔNIO CASSOU BARBOSA
CARMEN IZABEL CENTENA GONZALEZ – Vice-Corregedora Regional
DENISE PACHECO
FRANCISCO ROSSAL DE ARAÚJO
TÂNIA REGINA SILVA RECKZIEGEL
RAUL ZORATTO SANVICENTE

SUPLENTE:

MARÇAL HENRI DOS SANTOS FIGUEIREDO
MARCELO GONÇALVES DE OLIVEIRA
IRIS LIMA DE MORAES
MARCELO JOSÉ FERLIN D'AMBROSO
CLÓVIS FERNANDO SCHUCH SANTOS
MARIA HELENA LISOT
LAÍS HELENA JAEGER NICOTTI
REJANE SOUZA PEDRA

Representando o Ministério Público do Trabalho nas Sessões do Órgão Especial, compareceram os procuradores Ivan Sérgio Camargo dos Santos, Adriane Arnt Herbst, Fabiano Holz Beserra, Paulo Jôarez Vieira, Silvana Ribeiro Martins, Maria Cristina S. Gomes Ferreira, Beatriz de Holleben Junqueira Fialho e Marcelo José Ferlin D'Ambroso.

SEÇÃO DE DISSÍDIOS COLETIVOS

Composição até 13 de dezembro de 2013:

MARIA HELENA MALLMANN – Presidente
ROSANE SERAFINI CASA NOVA
DENIS MARCELO DE LIMA MOLARINHO
JURACI GALVÃO JÚNIOR
BERENICE MESSIAS CORRÊA
TÂNIA ROSA MACIEL DE OLIVEIRA
RICARDO LUIZ TAVARES GEHLING
FLÁVIA LORENA PACHECO
JOÃO PEDRO SILVESTRIN
CLÁUDIO ANTONIO CASSOU BARBOSA
FRANCISCO ROSSAL DE ARAÚJO
MARIA MADALENA TELESKA

Composição em 31 de dezembro de 2013:

CLEUSA REGINA HALFEN – Presidente
ANA LUIZA HEINECK KRUSE
DENIS MARCELO DE LIMA MOLARINHO
JOÃO GHISLENI FILHO
JURACI GALVÃO JÚNIOR
BERENICE MESSIAS CORRÊA
TÂNIA ROSA MACIEL DE OLIVEIRA
RICARDO LUIZ TAVARES GEHLING
FLÁVIA LORENA PACHECO
JOÃO PEDRO SILVESTRIN
CLÁUDIO ANTONIO CASSOU BARBOSA
EMÍLIO PAPALÉO ZIN

Integraram também a Seção de Dissídios Coletivos, no ano de 2013, os Exmos. Juízes Ângela Rosi de Almeida Chapper, na cadeira do Exmo. Desembargador Denis Marcelo de Lima Molarinho, então Diretor da Escola Judicial, João Batista de Matos Danda, na cadeira do Exmo. Desembargador João Pedro Silvestrin, convocado para atuar no TST, e Marcos Fagundes Salomão, na cadeira do Exmo. Desembargador Cláudio Antônio Cassou Barbosa, afastado para atuar em regime de dedicação exclusiva no PJe-JT.

Representando o Ministério Público do Trabalho nas sessões e audiências da Seção de Dissídios Coletivos compareceram os procuradores Beatriz de Holleben Junqueira Fialho e Paulo Eduardo Pinto de Queiroz.

1ª SEÇÃO DE DISSÍDIOS INDIVIDUAIS

Composição até 13 de dezembro de 2013:

ANA LUIZA HEINECK KRUSE – Presidente
MARIA CRISTINA SCHAAN FERREIRA
EMÍLIO PAPALÉO ZIN
DENISE PACHECO
ALEXANDRE CORRÊA DA CRUZ
MARIA DA GRAÇA RIBEIRO CENTENO
HERBERT PAULO BECK
TÂNIA REGINA SILVA RECKZIEGEL
LAÍS HELENA JAEGER NICOTTI
GILBERTO SOUZA DOS SANTOS
RAUL ZORATTO SANVICENTE
ANDRÉ REVERBEL FERNANDES
JOÃO PAULO LUCENA
LENIR HEINEN (Juiz Convocado – falecimento em 31.08.2013)
FERNANDO LUIZ DE MOURA CASSAL (Juiz Convocado)

Composição em 31 de dezembro de 2013:

MARIA CRISTINA SCHAAN FERREIRA – Presidente
DENISE PACHECO
ALEXANDRE CORRÊA DA CRUZ
FRANCISCO ROSSAL DE ARAÚJO
MARIA MADALENA TELESCA
HERBERT PAULO BECK
TÂNIA REGINA SILVA RECKZIEGEL
LAÍS HELENA JAEGER NICOTTI
MARCELO JOSÉ FERLIN D'AMBROSO
GILBERTO SOUZA DOS SANTOS
RAUL ZORATTO SANVICENTE
ANDRÉ REVERBEL FERNANDES
JOÃO PAULO LUCENA

Representando o Ministério Público do Trabalho nas sessões da 1ª Seção de Dissídios Individuais, compareceram os Procuradores Paulo Borges da Fonseca Seger, Gilson Luiz Laydner de Azevedo, Zulma Hertzog Fernandes Veloz, Denise Maria Schellenberger Fernandes, Adriane Arnt Herbst, Cristiano Bocorny Corrêa, Leandro Araújo, Luiz Fernando Mathias Vilar e Paulo Eduardo Pinto de Queiroz.

2ª SEÇÃO DE DISSÍDIOS INDIVIDUAIS

Composição até 13 de dezembro de 2013:

FLAVIO PORTINHO SIRANGELO – Presidente
LEONARDO MEURER BRASIL
RICARDO CARVALHO FRAGA
JOSÉ FELIPE LEDUR
CARMEN IZABEL CENTENA GONZALEZ
CLÓVIS FERNANDO SCHUCH SANTOS
MARÇAL HENRI DOS SANTOS FIGUEIREDO
RICARDO HOFMEISTER DE ALMEIDA MARTINS COSTA
MARCELO GONÇALVES DE OLIVEIRA
MARIA HELENA LISOT
IRIS LIMA DE MORAES

Composição em 31 de dezembro de 2013:

ROSANE SERAFINI CASA NOVA – Presidente
LEONARDO MEURER BRASIL
RICARDO CARVALHO FRAGA
JOSÉ FELIPE LEDUR
CLÓVIS FERNANDO SCHUCH SANTOS
MARÇAL HENRI DOS SANTOS FIGUEIREDO
WILSON CARVALHO DIAS
RICARDO HOFMEISTER DE ALMEIDA MARTINS COSTA
MARCELO GONÇALVES DE OLIVEIRA
MARIA HELENA LISOT
IRIS LIMA DE MORAES
GEORGE ACHUTTI
MANUEL CID JARDON (Juiz Convocado)

Integraram também a 2ª Seção de Dissídios Individuais no ano de 2013:

Desembargadores:

CARMEN IZABEL CENTENA GONZALEZ, empossada como Vice-Corregedora Regional em 13.12.2013;
DENISE PACHECO, para compor *quorum*.

Juízes Convocados – Titulares de Varas do Trabalho:

BRÍGIDA JOAQUINA CHARÃO BARCELOS TOSCHI

LENIR HEINEN (falecimento em 31.08.2013)

MANUEL CID JARDON (Juiz Convocado)

Representando o Ministério Público do Trabalho nas sessões da 2ª Seção de Dissídios Individuais compareceram os Procuradores Adriane Arnt Herbst, Ana Luiza Alves Gomes, André Luís Spies, Denise Maria Schellemberger, Leandro Araújo, Luiz Fernando Mathias Vilar, Maria Cristina Sanchez Gomes Ferreira, Paulo Borges da Fonseca Seger e Paulo Eduardo Pinto de Queiróz.

SEÇÃO ESPECIALIZADA EM EXECUÇÃO

Composição até 13 de dezembro de 2013:

JOÃO GHISLENI FILHO – Presidente

JOÃO ALFREDO BORGES ANTUNES DE MIRANDA

LUIZ ALBERTO DE VARGAS

BEATRIZ RENCK

VANIA MARIA CUNHA MATTOS

MARIA DA GRAÇA RIBEIRO CENTENO

REJANE SOUZA PEDRA

WILSON CARVALHO DIAS

LUCIA EHRENBRINK

GEORGE ACHUTTI

MARCELO JOSÉ FERLIN D'AMBROSO

Composição em 31 de dezembro de 2013:

JOÃO ALFREDO BORGES ANTUNES DE MIRANDA – Presidente

MARIA HELENA MALLMANN

ANA ROSA PEREIRA ZAGO SAGRILO

LUIZ ALBERTO DE VARGAS

VANIA MARIA CUNHA MATTOS

MARIA DA GRAÇA RIBEIRO CENTENO

REJANE SOUZA PEDRA

WILSON CARVALHO DIAS

LUCIA EHRENBRINK

GEORGE ACHUTTI

MARCELO JOSÉ FERLIN D'AMBROSO

Integraram também a Seção Especializada em Execução no ano de 2013:

Juiz Convocado – Titular de Vara do Trabalho:

JOSÉ CESÁRIO FIGUEIREDO TEIXEIRA

Desembargador vinculado:

JOÃO PEDRO SILVESTRIN

1ª TURMA

Composição até 13 de dezembro de 2013:

ANA LUIZA HEINECK KRUSE – Presidente

IRIS LIMA DE MORAES

LAÍS HELENA JAEGER NICOTTI

MARCELO JOSÉ FERLIN D'AMBROSO

Composição em 31 de dezembro de 2013:

ROSANE SERAFINI CASA NOVA – Presidente

MARÇAL HENRI DOS SANTOS FIGUEIREDO

IRIS LIMA DE MORAES

LAÍS HELENA JAEGER NICOTTI

2ª TURMA

Composição até 13 de dezembro de 2013:

TÂNIA ROSA MACIEL DE OLIVEIRA – Presidente

VANIA MARIA CUNHA MATTOS

ALEXANDRE CORRÊA DA CRUZ

RAUL ZORATTO SANVICENTE

Composição em 31 de dezembro de 2013:

TÂNIA ROSA MACIEL DE OLIVEIRA – Presidente

ALEXANDRE CORRÊA DA CRUZ

TÂNIA REGINA SILVA RECKZIEGEL

MARCELO JOSÉ FERLIN D'AMBROSO

3ª TURMA

Composição até 13 de dezembro de 2013:

RICARDO CARVALHO FRAGA – Presidente
LUIZ ALBERTO DE VARGAS
CLÁUDIO ANTÔNIO CASSOU BARBOSA
MARIA MADALENA TELESCA

Composição em 31 de dezembro de 2013:

RICARDO CARVALHO FRAGA – Presidente
CLÁUDIO ANTÔNIO CASSOU BARBOSA
MARIA MADALENA TELESCA
GILBERTO SOUZA DOS SANTOS

4ª TURMA

Composição até 13 de dezembro de 2013:

RICARDO LUIZ TAVARES GEHLING – Presidente
JOÃO PEDRO SILVESTRIN
GEORGE ACHUTTI
GILBERTO SOUZA DOS SANTOS

Composição em 31 de dezembro de 2013:

RICARDO LUIZ TAVARES GEHLING – Presidente
JOÃO PEDRO SILVESTRIN
MARCELO GONÇALVES DE OLIVEIRA
GEORGE ACHUTTI

5ª TURMA

Composição até 13 de dezembro de 2013:

BERENICE MESSIAS CORRÊA – Presidente
LEONARDO MEURER BRASIL
CLÓVIS FERNANDO SCHUCH SANTOS
REJANE SOUZA PEDRA

Composição em 31 de dezembro de 2013:

BERENICE MESSIAS CORRÊA – Presidente
LEONARDO MEURER BRASIL
CLÓVIS FERNANDO SCHUCH SANTOS
ANDRÉ REVERBEL FERNANDES

6ª TURMA

Composição até 13 de dezembro de 2013:

JOSÉ FELIPE LEDUR – Presidente

BEATRIZ RENCK

MARIA CRISTINA SCHAAN FERREIRA

MARIA HELENA LISOT

Composição em 31 de dezembro de 2013:

JOSÉ FELIPE LEDUR – Presidente

MARIA CRISTINA SCHAAN FERREIRA

MARIA HELENA LISOT

RAUL ZORATTO SANVICENTE

7ª TURMA

Composição até 13 de dezembro de 2013:

FLAVIO PORTINHO SIRANGELO – Presidente

MARIA DA GRAÇA RIBEIRO CENTENO

MARCELO GONÇALVES DE OLIVEIRA

TÂNIA REGINA SILVA RECKZIEGEL

Composição em 31 de dezembro de 2013:

FLAVIO PORTINHO SIRANGELO – Presidente

EMÍLIO PAPALÉO ZIN

DENISE PACHECO

WILSON CARVALHO DIAS

8ª TURMA

Composição até 13 de dezembro de 2013:

DENIS MARCELO DE LIMA MOLARINHO – Presidente

JURACI GALVÃO JUNIOR

FRANCISCO ROSSAL DE ARAÚJO

LUCIA EHRENBRINK

Composição em 31 de dezembro de 2013:

DENIS MARCELO DE LIMA MOLARINHO – Presidente

JURACI GALVÃO JUNIOR

FRANCISCO ROSSAL DE ARAÚJO

JOÃO PAULO LUCENA

9ª TURMA

Composição até 13 de dezembro de 2013:

JOÃO ALFREDO BORGES ANTUNES DE MIRANDA – Presidente
CARMEN IZABEL CENTENA GONZALEZ
MARÇAL HENRI DOS SANTOS FIGUEIREDO
ANDRÉ REVERBEL FERNANDES

Composição em 31 de dezembro de 2013:

JOÃO ALFREDO BORGES ANTUNES DE MIRANDA – Presidente
ANA ROSA PEREIRA ZAGO SAGRILO
MARIA DA GRAÇA RIBEIRO CENTENO
LUCIA EHRENBRINK

10ª TURMA

Composição até 13 de dezembro de 2013:

EMÍLIO PAPALÉO ZIN – Presidente
DENISE PACHECO
WILSON CARVALHO DIAS
JOÃO PAULO LUCENA

Composição em 31 de dezembro de 2013:

MARIA HELENA MALLMANN – Presidente
LUIZ ALBERTO DE VARGAS
VANIA MARIA CUNHA MATTOS
REJANE SOUZA PEDRA

11ª TURMA

Composição até 13 de dezembro de 2013:

JOÃO GHISLENI FILHO – Presidente
FLÁVIA LORENA PACHECO
RICARDO HOFMEISTER DE ALMEIDA MARTINS COSTA
HERBERT PAULO BECK

Composição em 31 de dezembro de 2013:

JOÃO GHISLENI FILHO – Presidente

FLÁVIA LORENA PACHECO

RICARDO HOFMEISTER DE ALMEIDA MARTINS COSTA

HERBERT PAULO BECK

ÓRGÃOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO NA 4ª REGIÃO

1º GRAU

JUÍZES TITULARES

Em 31 de dezembro de 2013 (por ordem de antiguidade)

- 1 BRÍGIDA JOAQUINA CHARÃO BARCELOS TOSCHI
- 2 KARINA SARAIVA CUNHA
- 3 JOÃO BATISTA DE MATOS DANDA
- 4 JOÃO BATISTA SIECZKOWSKI MARTINS VIANNA
- 5 ANGELA ROSI ALMEIDA CHAPPER
- 6 JANNEY CAMARGO BINA
- 7 MARCOS FAGUNDES SALOMÃO
- 8 JOSÉ CESÁRIO FIGUEIREDO TEIXEIRA
- 9 NEURI GABE
- 10 MANUEL CID JARDÓN
- 11 JOÃO CARLOS FRANCKINI
- 12 FERNANDO LUIZ DE MOURA CASSAL
- 13 SIMONE MARIA NUNES KUNRATH
- 14 BEN-HUR SILVEIRA CLAUS
- 15 MARIA SILVANA ROTTA TEDESCO
- 16 CARLOS ALBERTO MAY
- 17 LUIS CARLOS PINTO GASTAL
- 18 ROBERTO ANTONIO CARVALHO ZONTA
- 19 ROBERTO TEIXEIRA SIEGMANN
- 20 VANDA IARA MAIA MÜLLER
- 21 LUIZ FERNANDO BONN HENZEL
- 22 NOÊMIA SALTZ GENSAS
- 23 ROSIUL DE FREITAS AZAMBUJA
- 24 JOE ERNANDO DESZUTA
- 25 MAURICIO SCHMIDT BASTOS
- 26 FREDERICO RUSSOMANO
- 27 ANDRÉ LUIZ DA SILVA SCHECH
- 28 VALERIA HEINICKE DO NASCIMENTO
- 29 ENY ONDINA COSTA DA SILVA
- 30 ROSEMARIE TEIXEIRA SIEGMANN
- 31 SÔNIA MARIA FRAGA DA SILVA
- 32 CLAUDIO SCANDOLARA
- 33 ANITA JOB LÜBBE
- 34 EDSON PECIS LERRER
- 35 CLÁUDIO ROBERTO OST
- 36 JOSÉ LUIZ DIBE VESCOVI
- 37 CARLOS HENRIQUE SELBACH

38	LUCIANE CARDOSO BARZOTTO
39	CERES BATISTA DA ROSA PAIVA
40	ANA ILCA HÄRTER SAALFELD
41	HORISMAR CARVALHO DIAS
42	EDUARDO DE CAMARGO
43	LUIZ ANTONIO COLUSSI
44	ANDREA SAINT PASTOUS NOCCHI
45	JOSÉ RENATO STANGLER
46	PAULO LUIZ SCHMIDT
47	EDSON MOREIRA RODRIGUES
48	THEMIS PEREIRA DE ABREU
49	CACILDA RIBEIRO ISAACSSON
50	ARY FARIA MARIMON FILHO
51	MARCELO PAPALÉO DE SOUZA
52	RICARDO FIOREZE
53	RUI FERREIRA DOS SANTOS
54	MARCELO SILVA PORTO
55	CELSO FERNANDO KARSBURG
56	ALEXANDRE SCHUH LUNARDI
57	LUIS FETTERMANN BOSAK
58	SILVANA MARTINEZ DE MEDEIROS
59	JORGE ALBERTO ARAUJO
60	MÁRCIA CARVALHO BARRILI
61	PAULO ANDRÉ DE FRANÇA CORDOVIL
62	ARTUR PEIXOTO SAN MARTIN
63	NEUSA LÍBERA LODI
64	GUSTAVO FONTOURA VIEIRA
65	LILA PAULA FLORES FRANÇA
66	LAURA ANTUNES DE SOUZA
67	LUIS ANTÔNIO MECCA
68	DANIEL DE SOUSA VOLTAN
69	RITA DE CÁSSIA DA ROCHA ADÃO
70	MARILENE SOBROSA FRIEDL
71	CLOCEMAR LEMES SILVA
72	BERNARDA NUBIA TOLDO
73	ELISABETE SANTOS MARQUES
74	DANIEL SOUZA DE NONOHAY
75	ANDRÉ IBAÑOS PEREIRA
76	MARIA TERESA VIEIRA DA SILVA OLIVEIRA
77	ADRIANO SANTOS WILHELMS
78	SIMONE SILVA RUAS
79	ROSANE MARLENE DE LEMOS
80	CLEINER LUIZ CARDOSO PALEZI
81	LEANDRO KREBS GONÇALVES
82	ALCIDES OTTO FLINKERBUSCH

83	MARCELO CAON PEREIRA
84	RUBENS FERNANDO CLAMER DOS SANTOS JÚNIOR
85	PATRICIA HERINGER
86	ROSÂNE MARLY SILVEIRA ASSMANN
87	MAURÍCIO MACHADO MARCA
88	ROGÉRIO DONIZETE FERNANDES
89	FERNANDO FORMOLO
90	MARCO AURÉLIO BARCELLOS CARNEIRO
91	LUÍS ERNESTO DOS SANTOS VEÇOZZI
92	VOLNEI DE OLIVEIRA MAYER
93	JARBAS MARCELO REINICKE
94	IVANILDO VIAN
95	SILVIONEI DO CARMO
96	FLÁVIA CRISTINA PADILHA VILANDE
97	MÁRCIO LIMA DO AMARAL
98	TATYANNA BARBOSA SANTOS KIRCHHEIM
99	CARLA SANVICENTE VIEIRA
100	JANAÍNA SARAIVA DA SILVA
101	INGRID LOUREIRO IRION
102	FABIANE RODRIGUES DA SILVEIRA TRINDADE EMERY
103	PATRÍCIA DORNELLES PERESSUTTI
104	ADRIANA FREIRES
105	SIMONE OLIVEIRA PAESE
106	VALDETE SOUTO SEVERO
107	MARISTELA BERTEI ZANETTI
108	ANA JULIA FAZENDA NUNES
109	RAFAEL DA SILVA MARQUES
110	CINARA ROSA FIGUEIRÓ
111	GLÓRIA VALÉRIO BANGEL
112	LUCIANO RICARDO CEMBRANEL
113	EDUARDO DUARTE ELYSEU
114	RENATO BARROS FAGUNDES
115	CANDICE VON REISSWITZ
116	ODETE CARLIN
117	LUCIANA BÖHM STAHNKE
118	CINTIA EDLER BITENCOURT
119	CRISTIANE BUENO MARINHO
120	CRISTINA BASTIANI
121	JOSÉ CARLOS DAL RI
122	RAQUEL NENÊ SANTOS
123	JULIETA PINHEIRO NETA
124	LUIS ULYSSES DO AMARAL DE PAULI
125	LINA GORCZEWSKI
126	ANDRÉ VASCONCELLOS VIEIRA
127	DÉBORAH MADRUGA COSTA LUNARDI

JUÍZES SUBSTITUTOS

Em 31 de dezembro de 2013 (por ordem de antiguidade)

- 1 SONIA MARIA POZZER
- 2 ANA CAROLINA SCHILD CRESPO
- 3 ELSON RODRIGUES DA SILVA JUNIOR
- 4 PAULO ERNESTO DORN
- 5 RITA DE CÁSSIA AZEVEDO DE ABREU
- 6 CARLOS ALBERTO ZOGBI LONTRA
- 7 PATRICIA IANNINI DOS SANTOS
- 8 GILBERTO DESTRO
- 9 FERNANDA PROBST MARCA
- 10 RACHEL DE SOUZA CARNEIRO
- 11 ADRIANA MOURA FONTOURA
- 12 PATRÍCIA HELENA ALVES DE SOUZA
- 13 SÉRGIO GIACOMINI
- 14 CAROLINA SANTOS COSTA DE MORAES
- 15 DEISE ANNE HEROLD
- 16 LUÍS HENRIQUE BISSO TATSCH
- 17 DIOGO SOUZA
- 18 ADAIR JOÃO MAGNAGUAGNO
- 19 BÁRBARA SCHÖNHOFEN GARCIA
- 20 RAQUEL HOCHMANN DE FREITAS
- 21 MARCELO BERGMANN HENTSCHE
- 22 ROZI ENGELKE
- 23 ELIANE COVOLO MELGAREJO
- 24 GIOVANI MARTINS DE OLIVEIRA
- 25 PAULA SILVA ROVANI WEILER
- 26 MARIANA ROEHE FLORES ARANCIBIA
- 27 LENARA AITA BOZZETTO
- 28 JOSÉ FREDERICO SANCHES SCHULTE
- 29 MARCELE CRUZ LANOT ANTONIAZZI
- 30 LIGIA MARIA FIALHO BELMONTE
- 31 RITA VOLPATO BISCHOFF
- 32 FABIOLA SCHIVITZ DORNELLES MACHADO
- 33 EDUARDO VIANNA XAVIER
- 34 CAROLINA HOSTYN GRALHA BECK
- 35 ADRIANA SEELIG GONÇALVES
- 36 ALINE DORAL STEFANI FAGUNDES
- 37 ALMIRO EDUARDO DE ALMEIDA

38	ELIZABETH BACIN HERMES
39	MAURÍCIO DE MOURA PEÇANHA
40	LUCIANA KRUSE
41	RAFAELA DUARTE COSTA
42	DANIELA ELISA PASTÓRIO
43	DENILSON DA SILVA MROGINSKI
44	JULIANA OLIVEIRA
45	GRACIELA MAFFEI
46	RODRIGO TRINDADE DE SOUZA
47	MARIA CRISTINA SANTOS PEREZ
48	ADRIANA KUNRATH
49	GUSTAVO JAQUES
50	RUBIANE SOLANGE GASSEN ASSIS
51	CESAR ZUCATTI PRITSCH
52	MAX CARRION BRUECKNER
53	LAURA BALBUENA VALENTE GABRIEL
54	GLÓRIA MARIANA DA SILVA MOTA
55	NIVALDO DE SOUZA JUNIOR
56	RODRIGO DE ALMEIDA TONON
57	VINÍCIUS DANIEL PETRY
58	ALINE VEIGA BORGES
59	GUILHERME DA ROCHA ZAMBRANO
60	TIAGO MALLMANN SULZBACH
61	JEFFERSON LUIZ GAYA DE GOES
62	LUCIANA CARINGI XAVIER
63	ANA LUIZA BARROS DE OLIVEIRA
64	LUÍS FERNANDO DA COSTA BRESSAN
65	FABIANE MARTINS
66	EDENILSON ORDOQUE AMARAL
67	OSVALDO ANTONIO DA SILVA STOCHER
68	LUÍSA RUMI STEINBRUCH
69	DANIELA FLOSS
70	CAROLINA TOALDO DUARTE DA SILVA FIRPO
71	RAQUEL GONÇALVES SEARA
72	VALTAIR NOSCHANG
73	ANA PAULA KOTLINSKY SEVERINO
74	FERNANDA GUEDES PINTO CRANSTON WOODHEAD
75	GUSTAVO FRIEDRICH TRIERWEILER
76	NADIR FÁTIMA ZANOTELLI COIMBRA
77	EDUARDO BATISTA VARGAS
78	ANA PAULA KEPPELER FRAGA
79	SOFIA FONTES REGUEIRA

80	MARCIA PADULA MUCENIC
81	MATHEUS BRANDÃO MORAES
82	CARLOS ERNESTO MARANHÃO BUSATTO
83	BRUNO MARCOS GUARNIERI
84	LÚCIA RODRIGUES DE MATOS
85	CHARLES LOPES KUHN
86	DANIELA MEISTER PEREIRA
87	THIAGO BOLDT DE SOUZA
88	CAROLINA CAUDURO DIAS DE PAIVA
89	MILENA ODY
90	RODRIGO MACHADO JAHN
91	FELIPE LOPES SOARES
92	BRAULIO AFFONSO COSTA
93	PATRICIA ZEILMANN COSTA
94	EVANDRO LUÍS URNAU
95	IVANISE MARILENE UHLIG DE BARROS
96	JULIANE PENTEADO DE CARVALHO BERNARDI
97	KELEN PATRÍCIA BAGETTI
98	GIANI GABRIEL CARDOZO
99	NELSILENE LEÃO DE CARVALHO DUPIN
100	MARCOS RAFAEL PEREIRA PISCINO
101	GUSTAVO PUSCH
102	CLÁUDIA ELISANDRA DE FREITAS CARPENEDO
103	BERNARDO GUIMARÃES FERNANDES DA ROCHA
104	MAURICIO JOEL ZANOTELLI
105	ANDRÉ SESSIM PARISENTI
106	ELISEU CARDOZO BARCELLOS
107	EDENIR BARBOSA DOMINGOS
108	ALESSANDRA CASARIL
109	GABRIELA LENZ DE LACERDA
110	RAFAEL MOREIRA DE ABREU
111	RACHEL ALBUQUERQUE DE MEDEIROS MELLO
112	JAQUELINE MARIA MENTA

POSSES, PROMOÇÕES, REMOÇÕES E APOSENTADORIAS EM 2013

POSSES

Tomaram posse no ano de 2013:

No cargo de Juiz do Tribunal:

LAÍS HELENA JAEGER NICOTTI, em 24.01.2013;

MARCELO JOSÉ FERLIN D'AMBROSO, em 16.04.2013, em vaga destinada a membro oriundo do Ministério Público do Trabalho, criada pela Lei nº 12.421, de 16.06.2011;

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS, em 17.04.2013, em vaga destinada a membro oriundo do Ministério Público do Trabalho, criada pela Lei nº 12.421, de 16.06.2011;

RAUL ZORATTO SANVICENTE, em 19.04.2013;

ANDRÉ REVERBEL FERNANDES, em 19.04.2013;

JOÃO PAULO LUCENA, em 24.06.2013, em vaga destinada ao quinto constitucional da advocacia trabalhista;

No cargo de Juiz do Trabalho Substituto:

BERNARDO GUIMARÃES FERNANDES DA ROCHA, em 17.06.2013;

MAURÍCIO JOEL ZANOTELLI, em 17.06.2013;

ANDRÉ SESSIM PARISENTI, em 17.06.2013;

GUSTAVO PUSCH, em 03.05.2013 (permuta – TRT da 1ª Região/RJ);

CLÁUDIA ELISANDRA DE FREITAS CARPENEDO, em 14.06.2013 (permuta – TRT da 2ª Região/SP);

ELISEU CARDOZO BARCELLOS, em 11.07.2013 (permuta – TRT da 15ª Região/Campinas);

EDENIR BARBOSA DOMINGOS, em 11.07.2013 (permuta – TRT da 15ª Região/Campinas);

ALESSANDRA CASARIL, em 13.08.2013 (permuta – TRT da 21ª Região/RN).

PROMOÇÕES PARA O CARGO DE JUIZ TITULAR DE VARA DO TRABALHO:

RAQUEL NENÊ SANTOS, em 09.05.2013, para a 2ª VT de Santa Rosa;

LINA GORCZEVSKI, em 09.05.2013, para a 3ª VT de Rio Grande;

ANDRÉ VASCONCELLOS VIEIRA, em 09.05.2013, para a 2ª VT de Bagé;

LUIS ULYSSES DO AMARAL DE PAULI, em 09.05.2013, para a 1ª VT de Bagé;

JULIETA PINHEIRO NETA, em 09.05.2013, para a VT de São Borja;

DÉBORAH MADRUGA COSTA LUNARDI, em 13.09.2013, para a 2ª VT de Uruguaiana;

FABIANA GALLON, em 22.11.2013, para a 2ª VT de Uruguaiana.

REMOÇÕES

SILVIONEI DO CARMO, em 25.01.2013, para a 2ª VT de Bento Gonçalves;
CLÁUDIO ROBERTO OST, em 29.01.2013, para a 2ª VT de Santa Rosa;
ALCIDES OTTO FLINKERBUSCH, em 29.01.2013, para a VT de São Gabriel;
ALEXANDRE SCHUH LUNARDI, em 29.01.2013, para a 3ª VT de Novo Hamburgo;
RAFAEL DA SILVA MARQUES, em 15.02.2013, para a 4ª VT de Caxias do Sul;
RICARDO FIOREZE, em 15.02.2013, para a 1ª VT de Porto Alegre;
CRISTIANE BUENO MARINHO, em 15.02.2013, para a VT de Frederico Westphalen;
RENATO BARROS FAGUNDES, em 15.02.2013, para a VT de Camaquã;
TATYANNA BARBOSA SANTOS KIRCHHEIM, em 15.02.2013, para a 1ª de Esteio;
CRISTIANE BUENO MARINHO, em 04.03.2013, para a 1ª VT de Passo Fundo;
JOE ERNANDO DESZUTA, em 04.03.2013, para a 2ª VT de Gramado;
CÍNTIA EDLER BITENCOURT, em 04.03.2013, para a 4ª VT de Rio Grande;
ODETE CARLIN, em 04.03.2013, para a 4ª VT de Passo Fundo;
CANDICE VON REISSWITZ, em 04.03.2013, para a VT de Santana do Livramento;
JOSÉ CARLOS DAL RI, em 18.03.2013, para a VT de Frederico Westphalen;
CRISTINA BASTIANI, em 18.03.2013, para a 1ª VT de Erechim;
CLÁUDIO ROBERTO OST, em 19.03.2013, para a 1ª VT de Santa Rosa;
LUCIANA BÖHM STAHNKE, em 19.03.2013, para a 3ª VT de Santa Cruz do Sul;
JORGE ALBERTO ARAUJO, em 08.05.2013, para a 5ª VT de Porto Alegre;
LUIZ ANTONIO COLUSSI, em 08.05.2013, para a 30ª VT de Porto Alegre;
ALCIDES OTTO FLINKERBUSCH, em 03.06.2013, para a 1ª VT de São Leopoldo;
ELISABETE SANTOS MARQUES, em 03.06.2013, para a 10ª VT de Porto Alegre;
MARIA TERESA VIEIRA DA SILVA OLIVEIRA, em 20.06.2013, para a VT de Viamão;
GLÓRIA VALÉRIO BANGEL, em 20.06.2013, para a VT de São Gabriel;
CINTIA EDLER BITENCOURT, em 10.06.2013, para a VT de Alegrete;
FABIANE RODRIGUES DA SILVEIRA, em 11.06.2013, para a 2ª VT de Gravataí;
LINA GORCZEWSKI, em 30.06.2013, para a 4ª VT de Rio Grande;
FERNANDO LUIZ DE MOURA CASSAL, em 04.09.2013, para a 1ª VT de Bento Gonçalves;
ROSANE MARLENE DE LEMOS, em 04.09.2013, para a 2ª VT de Sapiranga;
ANDRÉ IBAÑOS PEREIRA, em 13.09.2013, para a 7ª VT de Porto Alegre;
RICARDO FIOREZE, em 23.09.2013, para a 15ª VT de Porto Alegre;
DÉBORAH MADRUGA COSTA LUNARDI, em 26.09.2013, para a 3ª VT de Rio Grande;
CINARA ROSA FIGUEIRÓ, em 27.09.2013, para a 4ª VT de Taquara;
FABIANE RODRIGUES DA SILVEIRA TRINDADE EMERY, em 04.10.2013, para a 1ª VT de Canoas;
MARIA TERESA VIEIRA DA SILVA OLIVEIRA, em 16.10.2013, para a 1ª VT de Porto Alegre;
DÉBORAH MADRUGA COSTA LUNARDI, em 22.10.2013, para a 2ª VT de Rio Grande;
PATRÍCIA DORNELLES PERESSUTTI, em 22.10.2013, para a 2ª VT de Gravataí;
BRÍGIDA JOAQUINA CHARÃO BARCELLOS TOSCHI, em 11.11.2013, para a VT de Viamão;
CLOCEMAR LEMES SILVA, em 13.11.2013, para a 2ª VT de Estrela;
ADRIANA FREIRES, em 21.11.2013, para a 3ª VT de Sapiranga;
LEANDRO KREBS GONÇALVES, em 26.11.2013, para a 6ª VT de Porto Alegre;

ROGÉRIO DONIZETE FERNANDES, em 26.11.2013, para a 1ª VT de Estrela;

GLÓRIA VALÉRIO BANGEL, em 10.12.2013, para a VT de Montenegro;

SIMONE OLIVEIRA PAESE, em 13.12.2013, para a 2ª VT de Canoas;

CRISTINA BASTIANI, em 20.12.2013, para a 2ª VT de Lajeado.

PERMUTA PARA OUTROS REGIONAIS

VICTOR PEDROTTI MORAES, em 03.05.2013, para o TRT da 1ª Região/RJ;

ANDREA RENZO BRODY, em 14.06.2013, para o TRT da 2ª Região/SP;

CAUÊ BRAMBILLA DA SILVA, em 11.07.2013, para o TRT da 15ª Região/Campinas;

ANA PAULA SARTORELLI BRANCACCIO, em 11.07.2013, para o TRT da 15ª Região/Campinas;

INACIO ANDRÉ DE OLIVEIRA, em 13.08.2013, para o TRT da 15ª Região/Campinas.

REMOÇÕES PARA OUTROS REGIONAIS

MARCELO DIBI ERCOLANI, em 28.06.2013, para o TRT da 9ª Região/PR;

PAULO CEZAR HERBST, em 23.10.2013, para o TRT da 12ª Região/SC.

REMOVEDOS DE OUTROS REGIONAIS

GABRIELA LENZ DE LACERDA, em 08.10.2013, do TRT da 15ª Região/Campinas;

RAFAEL MOREIRA DE ABREU, em 08.10.2013, do TRT da 15ª Região/Campinas;

RACHEL ALBUQUERQUE DE MEDEIROS MELLO, em 08.10.2013, do TRT da 23ª Região/MT;

JAQUELINE MARIA MENTA, em 18.10.2013, do TRT da 14ª Região/RO/AC.

APOSENTADORIAS DE JUÍZES

MIRIAN ZANCAN, em 14.08.2013;

RENATO WALMOR MEDINA GUEDES, em 16.08.2013.

COMISSÕES REGIMENTAIS

COMISSÃO DE REGIMENTO INTERNO

Composição até 13.12.2013:

Desembargadora ROSANE SERAFINI CASA NOVA – Presidente

Desembargadora ANA LUIZA HEINECK KRUSE

Desembargador RICARDO CARVALHO FRAGA

Composição em 31.12.2013:

Desembargadora ANA LUIZA HEINECK KRUSE – Presidente

Desembargador JOÃO ALFREDO BORGES ANTUNES DE MIRANDA

Desembargador RICARDO CARVALHO FRAGA

COMISSÃO DE JURISPRUDÊNCIA

Composição até 13.12.2013:

Desembargadora BEATRIZ RENCK – Presidente

Desembargador ALEXANDRE CORREA DA CRUZ

Desembargador MARÇAL HENRI DOS SANTOS FIGUEIREDO

Juiz JORGE ALBERTO ARAUJO

Juiz LEANDRO KREBS GONÇALVES

Composição em 31.12.2013:

Desembargador WILSON CARVALHO DIAS – Presidente

Desembargadora MARIA MADALENA TELESCA

Desembargador MARCELO JOSÉ FERLIN D'AMBROSO

Juíza ÂNGELA ROSI ALMEIDA CHAPPER

Juiz JORGE ALBERTO ARAUJO

COMISSÃO DE INFORMÁTICA

Composição até 13.12.2013:

Desembargador CLÁUDIO ANTÔNIO CASSOU BARBOSA – Presidente a partir de 29.04.2013

Desembargador FRANCISCO ROSSAL DE ARAÚJO

Desembargador RAUL ZORATTO SANVICENTE

Juíza MARIA SILVANA ROTTA TEDESCO

Juíza JULIETA PINHEIRO NETA

Servidor LUIZ FERNANDO TABORDA CELESTINO (a partir de 11.09.2013)

Servidor ONÉLIO LUIS SOARES DOS SANTOS (a partir de 11.09.2013)

Servidora NATACHA MORAES DE OLIVEIRA (a partir de 11.09.2013)

Servidora JÚLIA HELENA VARGAS VIEGAS (a partir de 18.10.2013)

Servidora JANINE SCHARLAU STOEVEER (a partir de 18.10.2013)

Integraram também a Comissão:

Des. RICARDO LUIZ TAVARES GEHLING (até 28.04.2013, como Presidente);

Des. JOÃO PEDRO SILVESTRIN (até 28.04.2013).

Composição em 31.12.2013

Desembargador CLÁUDIO ANTÔNIO CASSOU BARBOSA – Presidente

Desembargador HERBERT PAULO BECK

Desembargador GEORGE ACHUTTI

Juiz MAURÍCIO SCHMIDT BASTOS

Juíza MARIA SILVANA ROTTA TEDESCO

Servidor LUIZ FERNANDO TABORDA CELESTINO

Servidor ONÉLIO LUIS SOARES DOS SANTOS

Servidora NATACHA MORAES DE OLIVEIRA

Servidora JULIA HELENA VARGAS VIEGAS

Servidora JANINE SCHARLAU STOEVE

COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

Composição até 13.12.2013:

Desembargador LUIZ ALBERTO DE VARGAS – Presidente

Desembargadora VANIA MARIA CUNHA MATTOS

Desembargador CLÓVIS FERNANDO SCHUCH SANTOS

Composição em 31.12.2013:

Desembargadora DENISE PACHECO – Presidente

Desembargador MARCELO GONÇALVES DE OLIVEIRA

Desembargadora TÂNIA REGINA SILVA RECKZIEGEL

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Composição até 13.12.2013:

Desembargador EMÍLIO PAPALÉO ZIN – Presidente

Desembargadora VANIA MARIA CUNHA MATTOS (Amatra IV)

Desembargador FRANCISCO ROSSAL DE ARAÚJO

Desembargador MARCELO GONÇALVES DE OLIVEIRA

Juiz MAURICIO SCHMIDT BASTOS (Amatra IV)

Servidor THOMAZ DA COSTA FARIAS (Sintrajufe – titular)

Servidor LUCAS ANDRE GUARNIER RODHE (Sintrajufe – suplente)

Composição em 31.12.2013:

Desembargadora ROSANE SERAFINI CASA NOVA – Presidente

Desembargadora MARIA HELENA MALLMANN

Desembargador CLÓVIS FERNANDO SCHUCH SANTOS (Amatra IV)

Desembargador FRANCISCO ROSSAL DE ARAÚJO

Juiz RUBENS FERNANDO CLAMER DOS SANTOS JÚNIOR (Amatra IV)

Servidor CRISTIANO BERNARDINO MOREIRA (Sintrajufe – titular)

Servidor RUY BITTENCOURT DE ALMEIDA NETO (Sintrajufe – suplente)

GESTORES DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS

2º GRAU

PRESIDÊNCIA

Secretária-Geral da Presidência

Rejane Terezinha Escarrone Corrêa *(até 15.12.2013)*

Soraia Bohn *(a partir de 16.12.2013)*

Assessoria Jurídica da Presidência

Fernando Freitas de Souza *(até 15.12.2013)*

Bruna Calsing *(a partir de 16.12.2013)*

Assessora de Gestão Estratégica

Dalva Stracke Ferreira

Assessor de Comunicação Social

Ari da Silva Teixeira *(até 15.12.2013)*

Diretor da Secretaria de Apoio aos Magistrados

João Carlos Giroto

Diretora da Secretaria de Controle Interno

Tânia Mara de Araújo Borges

Coordenadora da Secretaria de Gestão de Mudanças

Julia Helena Vargas Viegas *(a partir de 18.09.2013)*

Diretora da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações

Natasha Moraes de Oliveira

Coordenador de Planejamento e Projetos

Alberto Daniel Muller

Coordenadora de Atendimento a Usuários

Therezinha Schaab

Coordenador de Infraestrutura Tecnológica

Paulo Mendes Ribeiro Junior

Coordenador de Desenvolvimento de Sistemas

André Soares Farias

JUÍZO AUXILIAR DE CONCILIAÇÃO**Assessora do Juízo Auxiliar de Conciliação**

Márcia Jaqueline Leal Vargas

ESCOLA JUDICIAL**Secretária Executiva da Escola Judicial**

Carmen Rosane da Silva Carvalho

Coordenadora de Documentação e Pesquisa

Regina Otília Figueira Maciel de Marco Ferreira

Coordenadora de Formação e Aperfeiçoamento

Camila Frigo

VICE-PRESIDÊNCIA

Assessoras

Sônia Maria Licks *(até 15.12.2013)*

Ana Lucia Silveira Coitinho *(a partir de 16.12.2013)*

CORREGEDORIA REGIONAL

Secretária da Corregedoria

Soraia Bohn *(até 15.12.2013)*

Katia Viegas *(a partir de 16.12.2013)*

Assessoria Técnico Operacional

Janine Scharlau Stoevers *(até 15.12.2013)*

Sidnei Gomes da Silva *(a partir de 16.12.2013)*

Assessoria Jurídica

Bruna Calsing *(até 15.12.2013)*

Rodrigo Velleda Lázaro da Silva *(a partir de 16.12.2013)*

Assessoria Administrativa

Mauricio Oliveira Agliardi *(até 15.12.2013)*

Carine Moehlecke Kohmann *(a partir de 16.12.2013)*

VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

Assessores

Paulo Ricardo Cipolatti *(até 15.12.2013)*

Nadia Beatriz Dadalt *(a partir de 16.12.2013)*

MEMORIAL

Coordenador do Memorial

Alexandre Veiga *(até 22.07.2013)*

Walter Oliveira *(a partir de 09.08.2013)*

OUVIDORIA

Sidnei Gomes da Silva *(até 15.12.2013)*

Renato Annen Júnior *(a partir de 16.12.2013)*

DIRETORIA-GERAL

Diretor-Geral

Luiz Fernando Taborda Celestino

Assessor do Gabinete da Diretoria-Geral

Antônio Carlos Lantmann

Diretor da Secretaria de Administração

Carlos Aita

Coordenador de Contabilidade

Eder Giovane Scherer Oliveira

Coordenador de Planejamento

André Luis de Assis

Coordenadora de Licitações e Contratos

Daniela Vaz dos Santos

Coordenador de Material e Logística

Sandro Schiavon

Diretor da Secretaria de Orçamento e Finanças

Fernando Sodré

Coordenadora de Orçamento e Finanças

Tatiana Pedragosa Severo

Coordenador de Pagamento

Cesar Augusto Collatto

Diretor da Secretaria de Apoio Administrativo

Beny Stewson Siqueira da Fontoura

Coordenador de Segurança Institucional

João Luiz Peixoto da Silva

Diretora da Secretaria de Manutenção e Projetos

Débora Becker

Coordenador de Projetos e Execução de Obras e Serviços

Marcos Aurélio da Rosa Silva

Coordenador de Manutenção e Instalações Prediais

Luis Fernando Pontello

Diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas

Mauro Baltar Grillo

Coordenadora de Informações Funcionais

Fátima Mesquita *(até 30.06.2013)*

Lucia Thome de Oliveira *(a partir de 01.07.2013)*

Coordenador de Desenvolvimento de Pessoas

Paulo Ricardo Barreto Ferreira

Diretor da Secretaria de Comunicação Social

Gabriel Pereira Borges Fortes Neto

Coordenador de Saúde

Pedro Ivo Siqueira de Belli

SECRETARIA-GERAL JUDICIÁRIA**Secretário-Geral Judiciário**

Onélio Luís Soares dos Santos

Assessor da Secretaria-Geral Judiciária

Aldo da Silva Jardim

Secretária do Tribunal Pleno, do Órgão Especial e da Seção de Dissídios Coletivos

Cláudia Regina Schröder

Secretária da 1ª Seção de Dissídios Individuais

Ialdari Maria Benvenuto Santin

Secretária da 2ª Seção de Dissídios Individuais

Mauren Reinoldi da Silva

Secretária da Seção Especializada em Execução

Ivone Costa Weege

Secretária da 1ª Turma

Elizete de Fátima de Freitas Machado

Secretária da 2ª Turma

Ceci Dal Mass Coser

Secretário da 3ª Turma

Paulo de Assis Bergman

Secretária da 4ª Turma

Luciane Ramos Barros

Secretário da 5ª Turma

Guilherme Augusto Schander de Almeida *(até 08.10.2013)*

Francine Costa Weege *(a partir de 28.10.2013)*

Secretário da 6ª Turma

Rubmar Fanni Adami

Secretária da 7ª Turma

Marguit Elisa Landmeier

Secretária da 8ª Turma

Rejane Fátima Scandolara Rubio

Secretária da 9ª Turma

Marcia Lamberti Doval

Secretário da 10ª Turma

Geraldo Cruz Teixeira

Secretário da 11ª Turma

Paulo Eduardo Vieira Correa

Diretor da Secretaria Processual

Isnard Peixoto Neto

Coordenadora de Cadastramento Processual

Sílvia Regina de Oliveira Sieczkowski

Coordenador de Recursos

José Leopoldo Tiecher Bronfmann

Coordenadora de Agravos e Certidões

Ana Cândida Costa Carvalho

Coordenadora de Precatórios

Rejane Teresinha Kohlrausch dos Santos

Assessoria de Recurso de Revista

Tatiana Kraemer Leal

Roberta Zoratto Gastaldo

A Desembargadora-Presidente, Maria Helena Mallmann, na forma regimental, representou o Tribunal perante os demais Poderes Públicos e suas autoridades, bem como dirigiu o serviço judiciário da Região e os trabalhos do Tribunal no ano de 2013, até o dia 13 de dezembro.

A atuação da Presidente, tanto em despachos, como relatora, na área judiciária, está sintetizada no demonstrativo que segue:

Agravos regimentais de competência do Órgão Especial	6
Embargos declaratórios de competência do Órgão Especial	3
Precatórios	64
Recursos ordinários*	122
Outros (cobrança de custas, remessa de processos ao 1º Grau e ao Arquivo, etc.)	185

*Andamento RECO (NovaJus4) relativo aos locais Órgão Especial e SDC.

Da extensa agenda cumprida pela Desembargadora-Presidente, destacam-se:

JANEIRO

Dia 22	Visita da Desa. Marga Inge Barth Tessler, Presidente do Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Local: Gabinete da Presidente
Dia 23	Reunião com Dr. Luís Antônio Alcoba de Freitas, Procurador Regional da União na 4ª Região, e Dra. Karoline Busatto, Coordenadora da Equipe de Débitos e Precatórios da AGU – PRU4. Local: Salão Nobre da Presidência
Dia 24	Reunião com Juiz Daniel Souza de Nonohay, Presidente da Amatra IV. Local: Gabinete da Presidente Posse em gabinete da Juíza Laís Helena Jaeger Nicotti como Desembargadora do Trabalho. Local: Salão Nobre da Presidência
Dia 25	Reunião com a Juíza Maria Silvana Rotta Tedesco, Diretora do Foro Trabalhista de Porto Alegre. Local: Prédio das Varas
Dia 28	Reunião com a Comissão do Memorial. Local: Gabinete da Presidente
Dia 30	Visita cortesia do Procurador-Geral do Trabalho. Local: Gabinete da Presidente
Dia 31	Reunião com a Diretoria Executiva da Amatra IV. Local: Salão Nobre da Presidência

FEVEREIRO

Dia 05	Visita institucional da OAB/RS – Dr. Marcelo Machado Bertoluci, Presidente, e demais diretores da Gestão 2013/2015. Local: Salão Nobre da Presidência
Dia 06	Reunião com representantes da OAB de Rio Grande. Local: Salão Nobre da Presidência Visita da Desa. Denise Pacheco, do Núcleo de Conciliação Visita do Des. Denis Molarinho, da Escola Judicial. Local: Gabinete da Presidente
Dia 13	Desa. Maria Helena Mallmann esteve no exercício da Corregedoria, por ocasião das férias da Desa. Corregedora Regional, Cleusa Regina Halfen, no período de 13.02.2013 a 17.02.2013.
Dia 18	Reunião com Representantes do Banco do Brasil: Gerente de Assessoria Jurídica do RS, Silvio Oliveira Torves; Gerente de Gestão de Pessoas do RS, Célia Maria e Advogado Ércio Klein. Local: Salão Nobre da Presidência
Dia 20	Instalação do Fórum de Coordenação do Judiciário na Copa do Mundo. Local: Conselho Nacional de Justiça (Anexo I, 2º andar, no STF) Reunião no Gabinete da Presidência do CSJT. Local: Brasília/DF

	1ª Sessão do Ordinária do Conselho Superior da Justiça do Trabalho. Local: Brasília/DF
Dia 21	Reunião com o Ministro Carlos Alberto Reis de Paula. Local: TST – Brasília/DF
Dia 22	Sessão Ordinária do Órgão Especial. Local: Plenário do TRT
Dia 25	Abertura da Assembleia-Geral Ordinária do Conematra – Conselho Nacional das Escolas de Magistratura do Trabalho
	Jantar de Confraternização do Conematra. Local: Galpão Crioulo do Palácio Piratini
Dia 26	Homenagem do Conematra ao Ministro Aloysio Corrêa da Veiga – Diretor da Enamat. Local: Escola Judicial
Dia 27	Reunião com a Procuradora Regional Federal Substituta da 4ª Região, Dra. Beatriz Caravaglione. Local: Salão Nobre da Presidência
	Reunião com Juiz André Ibaños Pereira, Diretor do Foro Trabalhista de Canoas. Local: Gabinete da Presidente

MARÇO

Dia 05	1ª Reunião Ordinária do Coleprecor. Local: Brasília/DF
	Posse da nova administração do TST – Biênio 2013/2015. Local: Brasília/DF
	Jantar comemorativo da posse da nova Administração do TST. Local: Brasília/DF
Dia 06	1ª Reunião Ordinária do Coleprecor. Local: Brasília/DF
Dia 08	Aula Magna de 2013 na Escola Judicial, ministrada pelo Ministro Teori Zavascki, sobre Antecipação de Tutela e Liminar. Local: Plenário do TRT
	Sessão Solene de Posse da Nova Diretoria da OAB/RS, CAA/RS, Conselheiros Federais e Estaduais (2013/2015). Local: Teatro do Bourbon Country
Dia 11	Seminário Atualidade e Futuro da Administração da Justiça. Local: TRF da 4ª Região
Dia 12	Grande Expediente em comemoração aos 80 anos do Sindicato dos Metalúrgicos de Caxias do Sul. Local: Plenário 20 de Setembro do Palácio Farroupilha, na Assembleia Legislativa
Dia 13	Reunião com o Ministério Público do Trabalho para tratar sobre a ameaça de paralisação dos rodoviários. Local: Gabinete da Presidente
	Reunião com a Escola Judicial. Local: Gabinete da Presidente
Dia 14	Reunião com o Reitor da Unijuí, Prof. Martinho Kelm. Local: Salão Nobre da Presidência
	Inauguração do Prédio Administrativo e Plenário do TRT. Local: Prédio Administrativo
Dia 15	Sessão Ordinária do Órgão Especial. Local: Plenário do TRT
	Reunião de Mediação – Sindicato dos Rodoviários. Local: Salão Nobre da Presidência
Dia 18	Inauguração do Protocolo Expresso no Praia de Belas Shopping. Local: Praia de Belas Shopping
Dia 19	Reunião Extraordinária do Coleprecor. Local: TST – Brasília/DF
	Reunião Extraordinária do Coleprecor e na Comissão de Finanças e Tributação, com Deputado João Magalhães. Local: Brasília/DF
Dia 21	Reunião com o Secretário-Geral do CNJ, Dr. Fábio Cesar dos Santos Oliveira. Local: Brasília/DF
Dia 22	Reunião com o Ministro Carlos Alberto Reis de Paula, Presidente do TST. Local: Gabinete da Presidência do TST – Brasília/DF
	Reunião com os desembargadores da 1ª SDI. Local: Salão Nobre da Presidência
Dia 25	Reunião do Fórum de Relações Institucionais. Local: Salão Nobre
Dia 26	Reunião com representantes do Sintrajufe. Local: Gabinete da Presidente
	Comissão da VT de Torres – Juiz Cláudio Scandolara, Prefeita Nilvia Pinto Pereira e Procuradora do Município. Local: Salão Nobre da Presidência

ABRIL

Dia 01	Reunião com a Comissão do Memorial. Local: Gabinete da Presidente
Dia 04	Reunião sobre a 1ª Sipat – Semana Interna de Prevenção a Acidentes de Trabalho. Local: Salão Nobre da Presidência
	Reunião com a OAB de São Borja/RS. Local: Salão Nobre da Presidência
Dia 05	Reunião do Fórum de Relações Administrativas. Local: Sede da Amatra IV
Dia 11	Sessão Extraordinária do Órgão Especial. Local: Salão Nobre da Presidência
	Seminário de Acesso à Informação e Transparência. Local: Escola Judicial
Dia 12	Seminário de Acesso à Informação e Transparência. Local: Escola Judicial
	Homenagem à Ministra Rosa Weber, no Seminário Acesso à Informação e Transparência. Local: Escola Judicial
Dia 16	Reunião com a Diretoria da Amatra IV. Local: Gabinete da Presidente
	Sessão Extraordinária do Órgão Especial. Local: Salão Nobre da Presidência
	Posse em gabinete do Procurador do Trabalho Marcelo José Ferlin D'Ambroso como Desembargador do Trabalho. Local: Salão Nobre da Presidência
Dia 17	Posse em gabinete do Procurador do Trabalho Gilberto Souza dos Santos como Desembargador do Trabalho. Local: Salão Nobre da Presidência
Dia 18	Visita da Sra. Leticia Iolovitch, representante da Fiergs. Local: Gabinete da Presidente
	"Clássico Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região" – Prova central da corrida do Jockey Club do Rio Grande do Sul. Local: Hipódromo do Cristal
Dia 19	Posse em gabinete dos Juízes André Reverbel Fernandes e Raul Zoratto Sanvicente como Desembargadores do Trabalho. Local: Salão Nobre da Presidência
Dia 22	Assinatura da renovação do Acordo de Cooperação Técnica do Programa Trabalho Seguro Local: Escola Judicial
	Abertura da 1ª Sipat. Local: Escola Judicial
Dia 24	Reunião Ordinária do Coleprecor. Local: Brasília/DF
	Reunião com o Presidente do TST, Ministro Carlos Alberto Reis de Paula. Local: TST – Brasília/DF
Dia 25	Reunião Ordinária do Coleprecor. Local: Brasília/DF
Dia 26	Reunião com o Presidente do CSJT. Local: Gabinete do Presidente – Brasília/DF
	3ª Sessão Ordinária do Conselho Superior da Justiça do Trabalho. Local: TST – Brasília/DF
Dia 29	Sessão Extraordinária do Tribunal Pleno. Local: Plenário do TRT
	Sessão Ordinária do Órgão Especial. Local: Plenário do TRT
Dia 30	Sessão Solene alusiva ao Dia Internacional dos Trabalhadores. Local: Plenário 20 de Setembro do Palácio Farroupilha, na Assembleia Legislativa

MAIO

Dia 02	2ª Reunião Extraordinária do Coleprecor. Local: Brasília/DF
	Sessão Solene em comemoração dos "70 anos de Consolidação das Leis do Trabalho – CLT".
	Local: TST – Brasília/DF
Dia 03	Reunião com a Comissão de Informática. Local: Salão Nobre da Presidência
	Posse do Juiz do Trabalho Substituto Gustavo Pusch. Local: Salão Nobre da Presidência
Dia 07	Reunião da Administração com Juízes Titulares e Substitutos das Varas do Trabalho de Porto Alegre sobre o PJe -JT. Local: Auditório Ruy Cirne Lima
Dia 09	Abertura do Itinerário Formativo de Diretores de Secretaria, com a aula "Sistema Judiciário: Estrutura e Organização do TRT4", com o Diretor-Geral Luiz Fernando Taborda Celestino. Local: Escola Judicial

Dia 10	Inauguração das novas instalações do Foro Trabalhista de Torres. Local: Torres/RS
Dia 13	Sessão Ordinária do Órgão Especial. Local: Plenário do TRT Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da Femargs e Assinatura do Acordo Técnico entre o TRT da 4ª Região/RS e a Femargs. Local: Femargs
Dia 15	Sessão solene em homenagem aos 70 Anos da CLT. Local: Câmara de Deputados – Brasília/DF
Dia 17	“Conhecendo a Indústria”, evento promovido pela Fiergs – Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul. Local: Polo Petroquímico de Triunfo, unidade fabril da Braskem S.A.
Dia 20	Sessão Extraordinária do Tribunal Pleno em homenagem aos 70 anos da CLT. Local: Plenário do TRT
Dia 22	Reunião Ordinária do Coleprecór. Local: Brasília/DF Solenidade de Posse da nova Diretoria da Anamatra. Local: Brasília/DF
Dia 23	Reunião Ordinária do Coleprecór. Local: Brasília/DF
Dia 24	Sessão do Conselho Superior da Justiça do Trabalho. Local: Brasília/DF
Dia 28	Reunião com representantes da Escola Judicial. Local: Gabinete da Presidente
Dia 31	Reunião com Juízes do Foro Trabalhista de Rio Grande. Local: Salão Nobre da Presidência Reunião da Administração com representantes da OAB, Associação Gaúcha dos Advogados Trabalhistas – Agetra e Sociedade dos Advogados Trabalhistas de Empresas – Satergs. Local: Salão Nobre da Presidência

JUNHO

Dia 03	Reunião com o Advogado Antonio Vicente Martins, da Agetra. Local: Salão Nobre da Presidência
Dia 04	<i>Workshop</i> do Prof. Francisco Kliemann (UFRGS) com a área administrativa. Local: Salão Nobre da Presidência
Dia 05	Inauguração das novas instalações da Vara do Trabalho de Frederico Westphalen. Local: Vara do Trabalho de Frederico Westphalen
Dia 07	Sessão Ordinária do Órgão Especial. Local: Plenário do TRT
Dia 10	Reunião Institucional com os Desembargadores. Local: Salão Nobre da Presidência
Dia 11	Reunião com representantes da Amatra IV
Dia 12	Sessão Extraordinária do Tribunal Pleno. Local: Plenário do TRT Sessão Extraordinária do Órgão Especial. Local: Plenário do TRT
Dia 13	Inauguração das novas instalações do Posto Avançado de Capão da Canoa. Local: Capão da Canoa/RS Inauguração das novas instalações do Posto Avançado de Tramandaí. Local: Tramandaí/RS
Dia 14	Inauguração da Exposição 10 anos do Memorial da Justiça do Trabalho. Local: Saguão do prédio-sede do TRT4
Dia 17	Reunião com o Comitê de Gestão Estratégica. Local: Salão Nobre da Presidência Solenidade de posse dos Juízes Substitutos Bernardo Guimarães Fernandes da Rocha, Maurício Joel Zanotelli e André Sessim Parisenti. Local: Salão Nobre da Presidência
Dia 18	Reunião da Presidência e do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos com magistrados aposentados. Local: Salão Nobre da Presidência
Dia 19	Módulo de Formação Inicial – Visita à Administração do TRT4. Local: Salão Nobre da Presidência
Dias 20 a 22	XXIII Encontro dos Juízes do Trabalho do Rio Grande do Sul. Local: Rivera/Uruguai
Dia 24	Posse em Gabinete do Advogado João Paulo Lucena como Desembargador do Trabalho. Local: Salão Nobre da Presidência
Dia 25	Reunião com Comissão para estudos sobre proposta de participação e voto de todos os

	magistrados na eleição para os cargos de direção do TRT. Local: Salão Nobre da Presidência
	Reunião com os Juizes Ingrid Loureiro Irion e Márcio Lima do Amaral, das 4ª e 5ª VT de Canoas

JULHO

Dia 03	Desa. Maria Helena Mallmann em Brasília para acompanhamento da sabatina do Des. Flavio Portinho Sirangelo no Senado Federal
Dia 05	Sessão Solene de Ratificação de posse dos Desembargadores Laís Helena Jaeger Nicotti, Marcelo José Ferlin D'Ambroso, Gilberto Souza dos Santos, Raul Zoratto Sanvicente, André Reverbel Fernandes e João Paulo Lucena. Local: Plenário do TRT
Dia 08	Reunião da Comissão de alteração dos órgãos fracionários. Local: Gabinete da Presidente
Dia 10	Reunião da Presidente e do Núcleo de Conciliação com os juizes de Canoas. Local: Salão Nobre da Presidência
	Solenidade de posse dos Juizes do Trabalho Substitutos Eliseu Cardozo Barcellos e Edenir Barbosa Domingos. Local: Salão Nobre da Presidência
Dia 12	Sessão Ordinária do Órgão Especial. Local: Plenário do TRT
	Fórum de Relações Institucionais e Assinatura do Convênio para intimação dos acórdãos e despachos entre o TRT e a Procuradoria Regional da Fazenda Nacional da 4ª Região. Local: Salão Nobre da Presidência
	Visita do Deputado Assis Melo. Local: Salão Nobre da Presidência
Dia 16	Reunião com representantes da Escola Judicial. Local: Gabinete da Presidente
	Cerimônia de Entrega de Prêmio Qualidade RS – 18ª Edição (promovido por Qualidade RS – PGQP). Local: Centro de Exposições da Fiergs
Dia 19	Jantar comemorativo aos 50 anos da Justiça do Trabalho em Santa Cruz do Sul. Local: Santa Cruz do Sul/RS
Dia 22	Reunião com o Núcleo de Conciliação e com o Juiz Diretor do Foro de Caxias do Sul, Adriano Wilhelms. Local: Gabinete da Presidente
Dia 25	Visita do Advogado Renato Almeida Belloli para verificação das práticas inscritas pelo TRT4 no Prêmio Inovare. Local: Salão Nobre da Presidência
Dia 26	Homenagens e jantar comemorativo aos 50 anos da Justiça do Trabalho em Santa Rosa. Local: AABB de Santa Rosa/RS

AGOSTO

Dia 05	Reunião institucional com os desembargadores. Local: Salão Nobre da Presidência
Dia 07	Reunião com o Núcleo do Trabalho Seguro. Local: Salão Nobre da Presidência.
	Visita do Presidente da Ajuris para entrega de convites. Local: Salão Nobre da Presidência
	Reunião com a Administração eleita do Sintrajufe. Local: Salão Nobre da Presidência
	Reunião com integrantes do Juízo de Conciliação. Local: Salão Nobre da Presidência
Dia 08	Aposição do Retrato do Des. Carlos Alberto Robinson na Galeria de Presidentes do TRT. Local: Salão Nobre da Presidência
Dia 09	Sessão Ordinária do Órgão Especial. Local: Plenário do TRT
Dia 12	Reunião com a Procuradora Regional da PRU4, Dra. Lisiane Ferrazzo Ribeiro. Local: Salão Nobre da Presidência
Dia 13	Solenidade de Posse da Juíza Substituta Alessandra Casaril. Local: Salão Nobre da Presidência
Dia 14	3ª Reunião Extraordinária do Coleprecór. Local: TST – Brasília/DF
Dia 15	Sessão Extraordinária do Órgão Especial. Local: Salão Nobre da Presidência
Dia 16	Solenidade e Jantar em Comemoração aos 50 anos de instalação da VT de Ijuí. Local: Ijuí/RS

SETEMBRO

Dia 02	Sessão Extraordinária do Órgão Especial. Local: Salão Nobre da Presidência
	Reunião Extraordinária da Femargs. Local: Sede da Femargs – Porto Alegre/RS
Dia 04	Reuniões em Brasília, no TST, no CSJT e no CNJ. Local: Brasília/DF
Dia 05	Lançamento da Exposição em Comemoração aos 80 Anos do Jornal do Comércio. Local: Saguão do TRT4
Dia 06	Sessão Extraordinária do Tribunal Pleno. Local: Plenário do TRT
	Sessão Ordinária do Órgão Especial. Local: Plenário do TRT
	Aposição do retrato do Des. Juraci Galvão Júnior na Galeria dos Corregedores do TRT da 4ª Região. Local: Átrio da Corregedoria Regional
Dia 09	Reunião com o Sintrajufe. Local: Salão Nobre da Presidência
	Visita do Des. Marcelo D'Ambroso e do Juiz Rodrigo Goldschmidt. Local: Gabinete da Presidente
	Reunião com o Presidente da OAB/RS, Marcelo Bertoluci. Local: Sede da OAB/RS
Dia 10	Sessão Extraordinária do Órgão Especial. Local: Salão Nobre da Presidência
	Visita da comitiva de Alegrete, composta pela OAB, pelo Sindicato dos Bancários e outros. Local: Salão Nobre da Presidência
	Reunião com representantes de municípios incluídos no projeto de criação de Varas do Trabalho. Local: Salão Nobre da Presidência
Dia 16	Solenidade de Inauguração do Foro Central, Prédio II, do Tribunal de Justiça do RS. Local: Porto Alegre/RS
	Seminário 70 Anos da CLT e Sociedade. Local: Hotel Continental, em Canela/RS
	VIII Encontro Institucional da Magistratura do Trabalho do RS. Local: Hotel Continental em Canela/RS
Dia 17 a 19	VIII Encontro Institucional da Magistratura do Trabalho do RS. Local: Hotel Continental em Canela/RS
Dia 23	Solenidade de Implantação do Sistema PJe-JT no Foro Trabalhista de Porto Alegre. Local: Foro Trabalhista de Porto Alegre
	Inauguração do painel comemorativo aos 70 anos da CLT – Obra do artista Alfredo Larre. Local: Saguão do prédio-sede do TRT
	Seminário "Os 70 anos da CLT". Local: Plenário do TRT
Dia 24	Participação no Programa Polêmica da Rádio Gaúcha. Local: RBSTV
	Visita do Presidente da Fundação do Ministério Público – FMP, Mauro Luís Silva de Souza, e do Diretor da Faculdade de Direito, Fabio Roque Sbardellotto. Local: Gabinete da Presidente
Dias 25 e 26	Reunião Ordinária do Colepdecor. Local: Brasília/DF
Dia 27	6ª Sessão do Conselho Superior da Justiça do Trabalho – CSJT. Local: Brasília/DF
Dia 30	Sessão Ordinária do Órgão Especial. Local: Plenário do TRT

OUTUBRO

Dia 01	Reunião institucional com Desembargadores. Local: Salão Nobre da Presidência
Dia 04	Reunião com o Deputado Federal Eliseu Padilha. Local: Av. Siqueira Campos, 1184/12º andar
	Sessão Ordinária do Tribunal Pleno para eleição da nova Administração. Local: Plenário do TRT
Dia 07	Reunião com nova Administração da PRT4 – Procurador-Chefe Fabiano Holz Beserra e Procurador-Chefe Adjunto, Rogério Ozun Fleischmann, e coordenadoras do 1º e 2º Graus. Local: Gabinete da Presidente
Dia 08	Solenidade de Posse de Juízes Substitutos Gabriela Lenz de Lacerda, Rafael Moreira de Abreu e Rachel Albuquerque de Medeiros Mello. Local: Salão Nobre da Presidência

	Visita do Desembargador Federal Victor Laus – TRF4. Local: Salão Nobre da Presidência
Dia 15	VI Seminário Justiça em Números. Local: Auditório do Tribunal Superior do Trabalho – Brasília/DF
	Audiências com Ministros do TST. Local: TST – Brasília/DF
Dia 16	Audiências com Ministros do TST. Local: TST – Brasília/DF
Dia 18	Palestra do Ministro do TST Augusto César Leite de Carvalho. Local: Auditório Ruy Cirne Lima, na Escola Judicial
	Aposição do retrato do Juiz Marcos Salomão na Amatra IV. Local: Amatra IV
Dia 23	Visita ao TRT4 do candidato à presidência da AMB, Dr. João Ricardo dos Santos Costa. Local: Salão Nobre da Presidência
Dia 24	Abertura do VII Simpósio de Relações do Trabalho, promovido pela Fiergs. Local: Hotel Serra Azul, em Gramado/RS
Dia 28	7ª Sessão do Conselho Superior da Justiça do Trabalho. Local: Brasília/DF
	Sessão Extraordinária do Órgão Especial. Local: Salão Nobre da Presidência
Dia 31	7ª Reunião Ordinária do Coleprecór. Local: Cuiabá/MT

NOVEMBRO

Dia 01	7ª Reunião Ordinária do Coleprecór. Local: Cuiabá/MT
Dia 04	Participação na Reunião da Bancada Gaúcha no Congresso Nacional. Local: Auditório da Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul – Famurs
Dia 05	Reunião com o Comitê de Gestão Estratégica. Local: Salão Nobre da Presidência
	Palestra "O reconhecimento da prestação de serviços – modelo para novas gerações", ministrada pelo Professor José Augusto Pereira das Neves. Local: Auditório Ruy Cirne Lima
	Entrega dos distintivos por tempo de serviço aos servidores que completaram 10, 20 e 30 anos de serviço no TRT4. Local: Auditório Ruy Cirne Lima
Dia 18	Solenidade de entrega da insígnia da Ordem do Mérito <i>Jus et Labor</i> do TRT8. Local: TRT da 8ª Região
Dias 18 e 19	VII Encontro Nacional do Poder Judiciário. Local: Belém/PA
Dia 21	Jantar comemorativo ao 15º aniversário da UniTV, com entrega do Prêmio Destaque UniTV. Local: Restaurante Panorama Gastronômico, no <i>campus</i> da PUCRS
Dia 25	Reunião com os Desembargadores integrantes da Seção Especializada em Execução. Local: Sala 506, do prédio-sede

DEZEMBRO

Dia 02	Recepção ao Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, Ministro Ives Gandra Martins Filho. Local: Aeroporto Salgado Filho
	Reunião do Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho e de sua equipe com a Presidente e os Diretores do TRT4. Local: Gabinete da Presidente
	Reunião do Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho com a Presidente do TRT4. Local: Gabinete da Presidente
Dia 03	Acompanhou a visita do Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho à Escola Judicial e às Varas do Trabalho de Porto Alegre
	Gravação do Programa da UniTV. Local: PUCRS
	Acompanhou a visita do Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho à Amatra IV
Dia 04	Palestra sobre a Nova Lei de Cooperativas pelo Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, Ministro Ives Gandra Martins Filho. Local: Escola Judicial
Dia 06	Sessão do Conselho Superior da Justiça do Trabalho. Local: Tribunal Superior do Trabalho – Brasília/DF
Dia 10	Instalação da 2ª Vara do Trabalho de Estrela. Local: Estrela/RS

Dia 12	Entrega do exemplar da primeira edição da CLT pela Des. Vânia Mattos em doação ao TRT4. Local: Salão Nobre da Presidência
Dia 13	Sessão Solene de Posse da Nova Administração do Tribunal. Local: Plenário do TRT

Em 13 de dezembro, tomou posse no cargo de Presidente do TRT da 4ª Região a Exma. Desa. Cleusa Regina Halfen, que cumpriu os seguintes compromissos:

DEZEMBRO

Dia 17	Reunião com os Diretores do Tribunal. Local: Salão Nobre da Presidência
Dia 18	Sessão Ordinária do Órgão Especial. Local: Plenário do TRT
Dia 19	Posse dos novos dirigentes do TRT da 16ª Região. Local: São Luís/MA Jantar comemorativo à posse da nova administração do TRT da 16ª Região. Local: São Luís/MA

PARTICIPAÇÃO EM COMISSÕES, COMITÊS, FÓRUMS, NÚCLEOS E GRUPOS

A Presidência esteve representada nos seguintes grupos de trabalho, fóruns, núcleos e comissões:

- **Comissão Permanente de Avaliação de Documentos:** servidora Rejane Corrêa, Secretária-Geral da Presidência.
- **Comissão de Gestão Ambiental:** servidoras Ana Luísa Johann Leal, Assistente de Gabinete, e Marguit Renate Schneider, Assessora da Presidência.
- **Comissão de Gestão Estratégica:** Desa. Maria Helena Mallmann, Presidente, e servidora Rejane Corrêa, Secretária-Geral da Presidência.
- **Comitê Gestor do Programa de Gestão de Pessoas por Competências:** servidora Rejane Corrêa, Secretária-Geral da Presidência.
- **Fórum de Relações Administrativas:** Desa. Maria Helena Mallmann, Presidente.
- **Fórum de Relações Institucionais:** Desa. Maria Helena Mallmann, Presidente.
- **Núcleo Multidisciplinar de Capacitação para prospecção e proposições de ações de capacitação a serem implementadas e definição da competência para executar as ações do Plano de Capacitação:** servidora Marguit Renate Schneider, Assessora da Presidência.
- **Grupo Gestor do ADM Eletrônico (Portaria nº 4.404/2010):** servidora Rejane Corrêa, Secretária-Geral da Presidência.
- **Grupo Gestor Regional das Tabelas Unificadas (Portarias nº 6.471/2012, 729/2010, 323/2010 e 3.172/08):** servidora Marguit Renate Schneider, Assessora da Presidência.
- **Grupo de Trabalho responsável pela apresentação de estudo para elaboração de anteprojeto de lei que contemple as demandas relevantes e urgentes de ordem organizacional e pessoal, conforme Resolução nº 63/10, do CSJT (Portarias nº 6.067/2012 e 6.470/2012):** servidora Rejane Corrêa, Secretária-Geral da Presidência.
- **Grupo de Trabalho para elaboração de projeto visando à digitalização dos processos de competência da Seção Especializada em Execução (Portaria nº 4.175/2012):** servidora Rejane Corrêa, Secretária-Geral da Presidência.
- **Grupo de Trabalho para organizar e acompanhar as atividades de lançamento de dados do Banco Nacional de Devedores da Justiça do Trabalho – BNDT (Portaria nº 1.886/2012):** servidora Rejane Corrêa, Secretária-Geral da Presidência.

- **Grupo de Trabalho para elaboração de projeto destinado a aprimorar o armazenamento dos processos arquivados (Portarias nº 1.521/2012 e 2.343/2012):** servidora Rejane Corrêa, Secretária-Geral da Presidência.
- **Equipe de Transição (Portaria nº 7.957/2013):** servidora Rejane Corrêa, Secretária-Geral da Presidência.

ATOS NORMATIVOS EDITADOS PELA PRESIDÊNCIA

PROVIMENTOS

Provimento Conjunto nº 01, de 10 de janeiro de 2013 – Prorroga o termo final a que se refere o Art. 2º do Provimento Conjunto nº 02/2012, da Presidência e da Corregedoria Regional, e dá outras providências.

Provimento Conjunto nº 02, de 18 de fevereiro de 2013 – Dispõe sobre a instituição de Posto de Atendimento Integrado da Justiça do Trabalho – PAI-JT, no âmbito da Justiça do Trabalho da 4ª Região, e dá outras providências.

Provimento Conjunto nº 03, de 11 de abril de 2013 – Estabelece as unidades judiciárias em que não será designado Juiz do Trabalho Substituto para realização de audiências na totalidade ou em parte dos períodos de férias do Juiz Titular ou do Juiz do Trabalho Substituto no exercício da titularidade, que venham a ser usufruídas de 15 de julho de 2013 a 13 de julho de 2014.

Provimento Conjunto nº 04, de 27 de maio de 2013 – Dá nova redação ao Provimento Conjunto nº 02/2013, que instituiu o Posto de Atendimento Integrado da Justiça do Trabalho – PAI-JT no âmbito da Justiça do Trabalho da 4ª Região.

Provimento Conjunto nº 05, de 18 de junho de 2013 – Regulamenta a concessão das férias referentes ao 1º semestre de 2014 aos juízes de primeiro grau da 4ª Região da Justiça do Trabalho.

Provimento Conjunto nº 06, de 25 de Junho de 2013 – Regulamenta a concessão de férias aos juízes de primeiro grau da 4ª Região da Justiça do Trabalho nos meses de janeiro e fevereiro de 2014.

Provimento Conjunto nº 07, de 22 de agosto de 2013 – Dispõe sobre as atribuições das Coordenadorias de Controle e dos servidores lotados nas Direções dos Foros Trabalhistas em que implantado o Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT).

Provimento Conjunto nº 08, de 27 de setembro de 2013 – Dispõe sobre a instituição de modelo de requisição e procedimentos para pagamento de honorários de perito, de tradutor e de intérprete, no âmbito da Justiça do Trabalho da 4ª Região, e dá outras providências.

Provimento Conjunto nº 09, de 15 de outubro de 2013 – Fixa a data do término da greve dos empregados em estabelecimentos bancários.

Provimento Conjunto nº 10, de 13 de novembro de 2013 – Dispõe sobre o julgamento de embargos de declaração, interpostos após 29.11.2013, em processos com sentença prolatada pelo Juiz Auxiliar da Presidência em decorrência de auxílio prestado pelo Gabinete Extraordinário

Provimento Conjunto nº 11, de 25 de novembro de 2013 – Dispõe sobre procedimentos a serem observados nas Varas do Trabalho da 4ª Região da Justiça do Trabalho em razão da implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT.

Provimento Conjunto nº 12, de 19 de dezembro de 2013 – Dispõe sobre a dispensa de intimação da União nos casos especificados no art. 1º da Portaria nº 582, de 11 de dezembro de 2013, do Ministério da Fazenda, e revoga o Provimento Conjunto nº 13/2011.

PRINCIPAIS PORTARIAS

Portaria nº 510, de 25 de janeiro de 2013 – Institui Comissão para realizar estudos sobre a proposta de participação e voto de todos os magistrados integrantes da Justiça do Trabalho da 4ª Região na eleição para os cargos de direção do TRT.

Portaria Conjunta nº 553, de 29 de janeiro de 2013 – Dispõe sobre a utilização do Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT nas Varas do Trabalho de Encantado e Gualba a partir de 20 de fevereiro de 2013.

Portaria nº 1.223, de 07 de março de 2013 – Estabelece os setores responsáveis pela adoção de medidas visando ao cumprimento das metas nacionais do Conselho Nacional de Justiça para o ano de 2013.

Portaria nº 2.218, de 05 de abril de 2013 – Estabelece as diretrizes básicas para o gerenciamento de projetos estratégicos na Justiça do Trabalho da 4ª Região, a estrutura organizacional do Escritório de Projetos Estratégicos e as responsabilidades dos envolvidos; revoga os artigos 2º e 3º da Portaria nº 2.556, de 15 de junho de 2011.

Portaria nº 2.238, de 08 de abril de 2013 – Indica os membros natos para compor o Núcleo de Apoio à Execução, estabelecido na Resolução Administrativa nº 24, de 29.12.2011, do Órgão Especial do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

Portaria nº 2.338, de 11 de abril de 2013 – Altera a composição do Comitê Gestor Regional do Sistema de Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT, do TRT da 4ª Região, criado pela Portaria nº 5.370, de 16.8.2012.

Portaria nº 2.339, de 11 de abril de 2013 – Altera a composição do Grupo de Trabalho Multidisciplinar responsável pela coordenação e execução das ações de implementação do Sistema de Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT, instituído pela Portaria nº 5.371, de 16.8.2012.

Portaria nº 2.340, de 11 de abril de 2013 – Institui Grupo de Trabalho para elaborar estudo sobre os órgãos fracionários de que trata o art. 5º, III e IV, do Regimento Interno do Tribunal.

Portaria nº 2.726, de 30 de abril de 2013 – Estabelece atribuições da Assessoria de Gestão Estratégica.

Portaria nº 3.148, de 14 de maio de 2013 – Amplia a composição do Grupo de Trabalho instituído pela Portaria nº 2.340, de 11 de abril de 2013, para elaborar estudo sobre os órgãos fracionários de que trata o art. 5º, III e IV, do Regimento Interno do Tribunal.

Portaria nº 3.179, de 15 de maio de 2013 – Cria Grupo de Trabalho responsável por elaborar termo de convênio entre o TRT e instituições de atendimento de programas de proteção e socioeducativos.

Portaria Conjunta nº 3.593, de 03 de junho de 2013 – Institui Comissão responsável pelo desenvolvimento dos temas a serem tratados no VIII Encontro Institucional da Magistratura do Trabalho do Rio Grande do Sul.

Portaria nº 3.617, de 03 de junho de 2013 – Altera a composição do Comitê Gestor Regional do Sistema de Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT, do TRT da 4ª Região, criado pela Portaria nº 5.370, de 16.8.2012.

Portaria nº 3.782, de 07 de junho de 2013 – Define as microrregiões da Justiça do Trabalho da 4ª Região e a sua composição.

Portaria nº 4.194, de 18 de junho de 2013 – Institui Grupo de Trabalho para apresentar projeto para a uniformização de procedimentos nas Varas do Trabalho em razão da implantação do Processo Judicial Eletrônico – PJe.

Portaria nº 4.205, de 21 de junho de 2013 – Institui Grupo de Trabalho para apresentar alternativas e sugestões destinadas à redução do número de processos pendentes de julgamento no primeiro grau de jurisdição.

Portaria nº 4.231, de 19 de junho de 2013 – Dispõe sobre a utilização do Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT nas unidades judiciárias de competência recursal do Tribunal Regional do Trabalho.

Portaria nº 4.264, de 20 de junho de 2013 – Suspende o expediente nas unidades judiciárias e administrativas de Porto Alegre no dia 20 de junho de 2013.

Portaria nº 4.294, de 24 de junho de 2013 – Suspende o expediente nas unidades judiciárias e administrativas de Porto Alegre no dia 24 de junho de 2013.

Portaria nº 4.447, de 26 de junho de 2013 – Suspende o expediente nas unidades judiciárias e administrativas de Porto Alegre no dia 27 de junho de 2013.

Portaria nº 4.854, de 10 de julho de 2013 – Dispõe sobre a suspensão das audiências e do curso dos prazos nas Varas do Trabalho da 4ª Região no dia 11 de julho de 2013.

Portaria nº 4.855, de 10 de julho de 2013 – Dispõe sobre a faculdade de os Presidentes de Turma suspenderem a realização de sessões e os prazos processuais, no Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, no dia 11 de julho de 2013.

Portaria nº 4.984, de 11 de julho de 2013 – Regulamenta a Gratificação por Encargo de Curso no âmbito da Justiça do Trabalho na 4ª Região e dá outras providências.

Portaria nº 5.134, de 16 de julho de 2013 – Dispõe sobre a utilização do Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT nas Varas do Trabalho de Canoas a partir de 29 de julho de 2013.

Portaria nº 5.347, de 26 de julho de 2013 – Altera a composição da Comissão Permanente de Segurança, instituída pela Portaria nº 5.755, de 25.11.2011.

Portaria nº 5.791, de 07 de agosto de 2013 – Institui o teletrabalho no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região e dá outras providências.

Portaria nº 5.928, de 12 de agosto de 2013 – Altera o art. 9º, inciso II, da Portaria nº 7.465, de 10 de novembro de 2012.

Portaria nº 6.086, de 15 de agosto de 2013 – Altera composição do Núcleo Regional do Programa Nacional do Trabalho Seguro

Portaria nº 6.265, de 21 de agosto de 2013 – Institui Grupo de Trabalho para apresentar projeto sobre os critérios de designação e a distribuição de funções comissionadas e cargos em comissão, nas áreas administrativa e judiciária do TRT da 4ª Região.

Portaria Conjunta nº 6.392, de 02 de setembro de 2013 – Prorroga o prazo do Grupo de Trabalho criado pela Portaria Conjunta nº 4.205, de 18 de junho de 2013, para apresentar alternativas e sugestões destinadas à redução do número de processos pendentes de julgamento no primeiro grau de jurisdição.

Portaria nº 6.529, de 02 de setembro de 2013 – Vincula a Seção de Cálculos Trabalhistas à Secretaria Processual

Portaria Conjunta nº 6.933, de 16 de setembro de 2013 – Dispõe sobre a utilização do Sistema de Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT nas Varas do Trabalho de Porto Alegre a partir de 23 de setembro de 2013.

Portaria Conjunta nº 6.954, de 16 de setembro de 2013 – Cria a Secretaria de Gestão de Mudanças da Justiça do Trabalho da 4ª Região e dá outras providências.

Portaria nº 7.472, de 03 de outubro de 2013 – Institui o Juízo Auxiliar de Execução, estrutura e organiza seu funcionamento e dá outras providências.

Portaria nº 7.662, de 10 de outubro de 2013 – Altera a composição do Núcleo Regional do Programa do Trabalho Seguro.

Portaria nº 7.886, de 18 de outubro de 2013 – Louva servidores pela organização do 16º Encontro Anual de Gestores.

Portaria nº 7.923, de 18 de outubro de 2013 – Nomeia servidores para integrar a Comissão de Informática do TRT da 4ª Região.

Portaria Conjunta nº 7.957, de 22 de outubro de 2013 – Designa equipe para atuar no processo de transição dos cargos de Direção do Tribunal.

Portaria nº 8.252, de 24 de outubro de 2013 – Altera a composição do Comitê Gestor Regional do Sistema de Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT, do TRT da 4ª Região.

Portaria nº 8.602, de 05 de novembro de 2013 – Estabelece procedimentos para a aplicação da Resolução 112/2012, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, no âmbito deste Tribunal.

Portaria nº 8.603, de 05 de novembro de 2013 – Institui o grupo de melhoria do processo de desenvolvimento de *software* da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações, no âmbito do TRT 4ª Região.

Portaria nº 8.604, de 05 de novembro de 2013 – Altera a Política de Segurança da Informação no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

Portaria nº 8.605, de 05 de novembro de 2013 – Altera a Política de Segurança da Informação no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (Anexo 4)

Portaria nº 9.230, de 29 de novembro de 2013 – Altera a Portaria nº 5.587, de 04 de outubro de

2007, que institui o selo “Acervo Histórico” na identificação de processos e documentos relevantes para a História da Justiça e do Direito do Trabalho do Rio Grande do Sul.

Portaria nº 9.309, de 02 de dezembro de 2013 – Dispõe sobre a instalação da 2ª Vara do Trabalho de Estrela e a utilização do Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT nas Varas do Trabalho de Estrela a partir de 10 de dezembro de 2013.

Portaria nº 9.311, de 02 de dezembro de 2013 – Altera composição do Grupo de Trabalho criado pela Portaria nº 3.179, de 15.5.2013, responsável por elaborar termo de convênio entre o TRT e instituições de atendimento de programas de proteção e socioeducativos.

Portaria nº 9.474, de 09 de dezembro de 2013 – Institui política de gestão de equipamentos de microinformática da Justiça do Trabalho da 4ª Região.

SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA

A Secretaria-Geral da Presidência dirigiu, orientou e apoiou administrativamente os trabalhos do Gabinete da Presidência, por meio das seguintes atividades:

- Assessorou a Presidente e organizou sua agenda;
- Encaminhou aos setores interessados as informações que vieram ao conhecimento da Presidência;
- Preparou material relativo a viagens e reuniões da Presidente, bem como adotou as providências necessárias para que elas ocorressem;
- Preparou a pauta da Presidência, minutou votos e organizou o material para as sessões do Tribunal Pleno e do Órgão Especial;
- Revisou as minutas das atas das sessões do Órgão Especial e do Tribunal Pleno para posterior assinatura pela Presidente;
- Examinou expedientes administrativos e elaborou minutas de decisão;
- Atuou nos expedientes de natureza reservada, preparando-os para decisão da Presidente;
- Minutou votos e preparou material para as sessões do Conselho Superior da Justiça do Trabalho – CSJT;
- Preparou material para as sessões do Colégio de Presidentes e Corregedores dos Tribunais Regionais do Trabalho – Coleprecór;
- Acompanhou o trâmite de processo e projetos de lei de interesse do Tribunal;
- Respondeu e/ou encaminhou consultas e requerimentos recebidos;
- Recebeu, registrou e acompanhou o trâmite das correspondências encaminhadas pelo Correio, por Malote Digital, e-mail e telegrama, no âmbito da Secretaria;
- Minutou os ofícios e as demais correspondências subscritas pela Presidente;
- Atendeu aos públicos interno e externo, fornecendo-lhes subsídios e informações;

- Elaborou minutas de resposta para a coluna “Por dentro da Lei”, do Caderno Empregos do Jornal Zero Hora;
- Coordenou o trabalho do Grupo de Auditoria e Apoio Administrativos;
- Promoveu o intercâmbio de informações entre os órgãos dos Poderes Judiciário, Legislativo e Executivo;
- Requereu às diversas unidades do Tribunal informações e medidas necessárias ao bom andamento dos trabalhos de apoio ao Gabinete da Presidência;
- Comunicou a outros órgãos e setores os afastamentos da Presidente, quando ocorreram;
- Organizou e divulgou os plantões das áreas judiciária e administrativa nos feriados;
- Organizou o Relatório de Atividades do Tribunal;
- Organizou o material para a Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho por ocasião da Correição Ordinária realizada no Tribunal de 2 a 6 de dezembro de 2013 e assessorou o Ministro-Corregedor-Geral e sua equipe.

Apoio a Comissões Permanentes

A Secretaria-Geral da Presidência prestou assessoramento à Comissão de Jurisprudência, à Comissão de Regimento Interno, à Comissão de Gestão Ambiental, a Grupos de Trabalho e a Comissões temporárias.

No assessoramento à Comissão de Jurisprudência, foram realizadas pesquisas na jurisprudência e na legislação para fundamentar propostas de edição, revisão e cancelamento de Súmulas do TRT da 4ª Região, bem como para embasar manifestação da Comissão em Incidentes de Uniformização de Jurisprudência. Na sessão de 8 de novembro de 2013, o Tribunal Pleno aprovou a edição de cinco novas Súmulas (nº 56 a 60).

No assessoramento à Comissão de Regimento Interno, foram realizadas pesquisas, elaboradas minutas de ofícios, de Resoluções Administrativas e de propostas de alteração regimental, além de elaboração de material para reuniões e lavratura de atas, acompanhamento de expedientes, gerenciamento da caixa de correio eletrônico e atualização do *site*. O Tribunal Pleno aprovou dois Assentos Regimentais em 2013, destacando-se a inserção de norma relativa à consulta não vinculativa aos juízes de 1º Grau para os cargos de Presidente e Vice-Presidente do TRT4 e de Diretor e Vice-Diretor da Escola Judicial, alterações na estrutura da Direção e do Conselho Consultivo da Escola Judicial, na composição das Seções Especializadas e na disciplina da Ouvidoria.

Na Comissão de Gestão Ambiental, destaca-se o gerenciamento da caixa de correio eletrônico, o acompanhamento dos projetos desenvolvidos pela Comissão e a participação em reuniões junto ao Grupo Interinstitucional de Cooperação Socioambiental (Gisa) – formado por treze instituições do Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul, reunidas em acordo de cooperação –, promovendo a participação do TRT da 4ª Região na organização conjunta da “IV Semana Interinstitucional do Meio Ambiente”, realizada em 06.06.2013, no Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.

Também assessorou o Grupo de Trabalho instituído pelas Portarias nº 2.340 e 3.148/2013 – para elaborar estudo sobre os órgãos fracionários de que trata o art. 5º, III e IV, do Regimento Interno do Tribunal –, à Comissão instituída pela Portaria nº 510/2013 – para realizar estudos sobre a proposta de participação e voto de todos os magistrados integrantes da Justiça do Trabalho da 4ª Região na eleição para os cargos de Direção do TRT – e à Comissão de Consulta, instituída pelo Tribunal Pleno na sessão de 06.09.2013, na forma da RA nº 18/2013.

ASSESSORIA JURÍDICA

A Assessoria Jurídica da Presidência desenvolveu as seguintes atividades em 2013:

- Elaboração de pareceres jurídicos em matérias diversas de interesse do Tribunal;
- Assessoramento e elaboração de estudos sobre matérias de natureza jurídico-administrativa;
- Prestação de informações e fornecimento de subsídios sobre assuntos de interesse do Tribunal e da Justiça do Trabalho, em geral;
- Pareceres jurídicos em processos licitatórios e nos contratos administrativos neles originados, assim como em processos judiciais e administrativos de competência da Presidência;
- Acompanhamento dos expedientes formados para a prestação de informações e fornecimento de subsídios aos órgãos da Advocacia-Geral da União, bem como a outros órgãos da Administração Pública;
- Assessoramento em matérias de natureza jurídico-administrativa à Diretoria-Geral e à Secretaria-Geral Judiciária;
- Assessoramento à Comissão de Concurso Público para o Provimento de Cargos de Juiz do Trabalho;
- Elaboração de minutas de Portarias, Provimentos e Resoluções Administrativas;
- Acompanhamento de processos em trâmite no Conselho Nacional de Justiça e no Conselho Superior da Justiça do Trabalho, bem assim dos atos administrativos emanados daqueles órgãos.

SECRETARIA DE APOIO AOS MAGISTRADOS

Em 2013, a Secretaria de Apoio aos Magistrados tratou de:

- Assuntos referentes aos Juízes Titulares de Vara do Trabalho e Juízes Substitutos da 4ª Região, em especial o cumprimento às determinações da Corregedora Regional quanto às designações dos juízes substitutos para atuação nas diversas unidades judiciárias da Região;
- Elaboração de pareceres referentes a matérias submetidas à sua apreciação, destacando-se,

principalmente, em relação a férias, remoções, promoções e pedidos de afastamento dos magistrados de 1º Grau, regimes de Juiz Auxiliar nas diversas unidades judiciárias da Região;

- Elaboração semestral da Escala de Férias dos magistrados de 1º Grau, submetida à deliberação da Corregedora Regional;
- Elaboração de portarias relacionadas aos magistrados de primeiro grau (designações de juízes substitutos, concessão de férias, concessão de diárias, redistribuição de processos, remoções, etc.);
- Criação de Processos Administrativos Eletrônicos dentro do sistema ADMEletrônico com inclusão de pedidos, informações e portarias, relativamente a Férias, Remoção, Diárias, Redistribuição, Designação e outros;
- Lançamento no sistema informatizado das designações dos juízes substitutos, gerando o pagamento de substituição, férias e saldos de férias no sistema de folha de pagamento da Secretaria de Orçamento e Finanças – Secof.

Além dessas, a Secretaria de Apoio aos Magistrados desenvolveu as seguintes atividades:

Confecção de carteiras de identificação de magistrados	54
Correspondências expedidas via e-mail	1.870
Correspondências recebidas inclusive via e-mail	1.640
Propostas de concessão de diárias recebidas via e-mail	1.168
Informações em processos administrativos e administrativos eletrônicos	14.540
Portarias expedidas	3.600
Processos recebidos ou expedidos (Varas do Trabalho da Capital e do Interior)	31.305
Processos redistribuídos	4.917
Editais expedidos	72
Protocolo físico	309

ASSESSORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA

1. GESTÃO ESTRATÉGICA

1.1 Acompanhamento dos indicadores – Sigest

No final do ano de 2012, foi instalado no TRT4 o sistema Sigest, *software* fornecido pelo CSJT para todos os tribunais regionais para acompanhamento do Plano Estratégico e respectivos projetos. No início de 2013 a Assessoria de Gestão Estratégica começou a alimentar os dados referentes aos indicadores do Plano Estratégico do TRT4 e aos projetos estratégicos neste sistema. O *software* permite que o CSJT acompanhe os planos estratégicos e projetos de todos os Tribunais Regionais do Trabalho, assim como o desempenho de cada um nas metas nacionais do Poder Judiciário.

1.2 Relatórios trimestrais dos indicadores do Plano Estratégico

Em 2013, a Assessoria de Gestão Estratégica começou a elaborar e divulgar um relatório do desempenho dos indicadores do Plano Estratégico do TRT4. Os relatórios trimestrais ficam disponíveis no Portal da Gestão Estratégica (no *site* do Tribunal) e são enviados à Administração, aos Juízes Auxiliares da Presidência e da Corregedoria Regional, ao Comitê de Gestão Estratégica, à Comissão de Orçamento, Finanças e Planejamento Estratégico e aos Diretores.

1.3 Reuniões de Análise Estratégica

Em 2013, ocorreu Reunião de Análise Estratégica com o Comitê de Gestão Estratégica. Nesta reunião, forneceu-se uma visão geral do andamento dos projetos estratégicos do período 2012 – 2013.

1.4 Subcomitê de Metas Nacionais dos Tribunais de Grande Porte

Nos dias 13 e 14 de junho de 2013, foi realizado, em Brasília, o I Encontro de Trabalho – Revisão do Planejamento Estratégico 2015 – 2020. No evento, propôs-se a criação da Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário, com a finalidade de desenvolver gestão estratégica mais adaptativa e conectada à realidade de cada segmento de Justiça e região geográfica. Na oportunidade, os segmentos de Justiça foram reunidos separadamente para estabelecer a forma de trabalho de seu Comitê. No caso da Justiça do Trabalho, o grupo decidiu que, para fins de constituição do Comitê do segmento, os tribunais seriam divididos por portes, da seguinte forma: grande, médio e pequeno porte. Com esta divisão, o Comitê Gestor Nacional das Metas do segmento Justiça do Trabalho ficou subdividido em três subcomitês de acordo com os portes dos tribunais. O Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região integra o subcomitê dos tribunais de grande porte, junto aos Tribunais Regionais do Trabalho das 1ª, 2ª, 3ª e 15ª Regiões. O Comitê Gestor Nacional das Metas do segmento Justiça do Trabalho é coordenado pelo TRT12, pelo Juiz Gestor das Metas Nacionais daquele Tribunal. O Tribunal Regional da 4ª Região, por intermédio da Assessora de Gestão Estratégica, coordena o subcomitê dos tribunais de grande porte. Desde então, o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região vem trabalhando em conjunto com os demais tribunais de grande porte, elaborando sugestões para o Plano Estratégico do Poder Judiciário.

1.5 Acompanhamento das metas nacionais do Poder Judiciário

A Assessoria de Gestão Estratégica é responsável pelo controle das metas nacionais do poder judiciário no âmbito do TRT4, compilando em relatório mensal o desempenho do Tribunal. Os relatórios são divulgados mensalmente no Portal da Gestão Estratégica (internet e intranet) e enviados à Administração, aos Juízes Gestores das Metas Nacionais do TRT4 e às áreas responsáveis pela adoção de medidas para o cumprimento de cada meta específica.

1.6 Assessoramento à Comissão de Orçamento, Finanças e Planejamento Estratégico

A Assessoria de Gestão Estratégica presta apoio à Comissão de Orçamento, Finanças e Planejamento Estratégico. A Comissão reuniu-se nos meses de junho e outubro de 2013, quando foram repassadas informações atualizadas sobre o andamento dos projetos estratégicos.

1.7 Normas aplicáveis à Assessoria de Gestão Estratégica

Em 30 de abril de 2013, foi editada a Portaria nº 2.726, estabelecendo as atribuições da Assessoria de Gestão Estratégica, que passaram a ser:

a) quanto ao Planejamento Estratégico e aos projetos:

- Coordenar o processo de elaboração, acompanhamento e revisão do Plano Estratégico Institucional;
- Apoiar o planejamento e o acompanhamento de ações para o cumprimento das metas estratégicas definidas para a Instituição e as estabelecidas para o Poder Judiciário;
- Contribuir no processo de alinhamento das unidades judiciárias e administrativas à estratégia;
- Dar suporte e orientação às unidades do Tribunal na implementação do planejamento estratégico e na gestão de projetos, monitorando os indicadores de desempenho e metas;
- Gerenciar o portfólio de projetos estratégicos;

b) quanto à Estatística:

- Consolidar, divulgar e atualizar indicadores e dados estatísticos;
- Elaborar relatórios e estudos de acompanhamento e projeções de dados estatísticos;
- Atualizar os sistemas estatísticos e informar às instâncias superiores, inclusive quanto às metas do Poder Judiciário;
- Desenvolver e disponibilizar painéis com informações gerenciais apropriadas à gestão das áreas.

c) quanto aos fluxos e às rotinas de trabalho:

- Coordenar ações de melhoria de rotinas de trabalho;
- Opinar sobre as propostas de alteração na estrutura organizacional.

2. ESCRITÓRIO DE PROJETOS ESTRATÉGICOS

2.1 Regulamentação

Em 05 de abril de 2013, foi editada a Portaria nº 2.218, que estabelece as diretrizes básicas para o gerenciamento de projetos estratégicos na Justiça do Trabalho da 4ª Região, a estrutura organizacional do Escritório de Projetos Estratégicos e as responsabilidades dos envolvidos, revogando também os artigos 2º e 3º da Portaria nº 2.556, de 15 de junho de 2011. No Anexo desta Portaria, consta o Manual de Gerenciamento de Projetos Estratégicos do TRT, cuja metodologia vem sendo adotada nos projetos estratégicos.

2.2 Acompanhamento de projetos estratégicos

A Assessoria de Gestão Estratégica, por meio de quatro monitores internos, acompanhou os seguintes projetos estratégicos: Atendimento ao Público, Comunicações Unificadas, Consolidação do Escritório de Projetos Estratégicos, Gestão em 1º Grau, Implantação do PJe-JT, Implantação de Sistema de Apoio à Decisão, Justiça mais Próxima, Melhoria da Comunicação Interna, Melhoria da Qualidade de Vida, Promoção da Saúde Ocupacional e Sentença Líquida.

2.3 Capacitação – Curso “Gestão da Mudança”

No decorrer do acompanhamento do projeto de implantação do PJe-JT, verificou-se que a capacitação em gestão da mudança, para o grupo envolvido com o projeto, representaria um grande ganho, uma vez que permanentemente a equipe se defronta com a resistência à mudança. Em função disso, a Assessoria de Gestão Estratégica propôs a realização de um curso com o tema. O curso foi realizado em outubro de 2013 e dele participaram, além de cinco integrantes da Assessoria, os servidores da Secretaria de Gestão de Mudanças e gerentes de projetos estratégicos com maior impacto em rotinas. Também participaram do curso alguns servidores que viriam a ocupar cargos na Administração (Gestão 2013/2015).

2.4 Confraternização com os gestores dos projetos estratégicos

No dia 29 de novembro de 2013, realizou-se um coquetel de confraternização reunindo os gestores de projetos estratégicos, a Comissão de Orçamento, Finanças e Planejamento Estratégico e a Assessoria de Gestão Estratégica. Este evento foi realizado com a finalidade de agradecer a dedicação de magistrados e servidores que se envolveram nos projetos estratégicos do período 2012 – 2013. A Administração esteve representada pela Vice-Presidente, Desa. Rosane Serafini Casanova.

3. ESTATÍSTICA

3.1. Relatórios

3.1.1 Relatório Mensal

A Assessoria de Gestão Estratégica elaborou o informativo mensal do Tribunal, com informações referentes ao movimento processual do 2º Grau. Este relatório, disponível na internet e na intranet, é remetido à Administração do Tribunal, assim como aos Desembargadores, Assessores e Órgãos Julgadores do Tribunal. O informativo fornece uma visão global da movimentação processual na área judiciária, auxiliando no planejamento, na gestão estratégica e nas tomadas de decisões que visem a melhorar e agilizar a prestação jurisdicional.

3.1.2 Relatório Justiça em Números

O Relatório Justiça em Números, encaminhado ao CNJ (Conselho Nacional de Justiça), com informações tanto da área judiciária como da área administrativa, abrange o 1º e 2º Graus de jurisdição, com dados acumulados dos indicadores processuais mensais e saldos obtidos no final do período. Os

indicadores obtidos por meio do Relatório, confeccionado por todos os Tribunais do País, permitem uma visão panorâmica do Judiciário Brasileiro.

Para a elaboração do relatório Justiça em Números, a Assessoria de Gestão Estratégica envia dados em dois momentos: nos meses de fevereiro e agosto. A primeira remessa, enviada em fevereiro, contempla dados relativos à área administrativa do ano anterior (recursos humanos, orçamento) e área judiciária (movimentação processual do 2º semestre do ano anterior). A segunda remessa, enviada no mês de agosto, inclui dados da área administrativa do 1º semestre do ano, como número de magistrados e de servidores, além de dados da área judiciária (movimentação processual do 1º semestre).

3.2 Principais estudos realizados

- Estudo da distribuição para auxiliar na definição do número de integrantes da SEEx e do número de processos distribuídos para cada um de seus integrantes e cada uma das Turmas Julgadoras;
- Estudo sobre dados da Execução (SEEx);
- Estudo para avaliação do regime de lotação – elaboração de gráficos evolutivos de todas as VTs do Estado;
- Levantamento de dados de produtividade dos juízes para estudo de viabilidade da alteração de critérios para promoção por merecimento;
- Cálculo dos indicadores do IPC-jus (Índice de Produtividade Comparada da Justiça) do TRT4, conforme critério da Resolução nº 184 do CNJ.

3.3 Nova Estatística (TRT4 em Números)

Em maio de 2013, teve início a elaboração de uma proposta de alteração da estatística do TRT4. A ideia é que os dados sejam apresentados de uma forma mais simples e com melhor identidade visual. Os gráficos passarão a ser elaborados com a mesma configuração gráfica do “Justiça em Números”, relatório que tem sido referência na divulgação dos dados do Poder Judiciário. O trabalho em andamento, até o momento, foi elaborado em conjunto com a Corregedoria Regional e com a Secretaria-Geral Judiciária.

4. OUTRAS ATIVIDADES

- Alimentação mensal de dados dos parâmetros e indicadores do Planejamento Estratégico do TRT4 no Sigest;
- Alimentação mensal de dados no sistema de controle das metas nacionais do CNJ e Sigest;
- Definição do novo mapa das Microrregiões.

CERIMONIAL

O Cerimonial da Justiça do Trabalho do Rio Grande do Sul, estrutura subordinada à Secretaria-Geral da Presidência, foi criado em 12 de setembro de 2011 pela Portaria nº 4.388/2011 e tem como

atribuições planejar, organizar, operacionalizar e supervisionar as solenidades no TRT4 e os eventos que contam com a participação da Presidente.

O Cerimonial prima pela busca da aplicação da disciplina de precedências, envolvendo, dentre outros misteres, a observância de lugares de honra, e os procedimentos necessários para a execução de hinos, fixação de bandeiras, filas de cumprimentos, condecorações e homenagens.

O Cerimonial também controla as correspondências relativas a eventos e elabora propostas de convites para solenidades da Justiça do Trabalho da 4ª Região.

Além disso, cabe ao Cerimonial recepcionar e acompanhar autoridades em visitas institucionais; planejar e organizar visitas de acadêmicos e de outros segmentos da comunidade ao Tribunal; fornecer aos integrantes da Administração informações e orientações acerca do protocolo em solenidades, bem como providenciar a representação institucional, quando necessário.

Compete ao Cerimonial, ainda, planejar e coordenar eventos institucionais com a participação do Presidente, bem como auxiliar nas inaugurações de novas unidades judiciárias, na posse de magistrados, na aposição de retratos (de Presidentes e Corregedores), no lançamento de pedras fundamentais, na implantação do Sistema de Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT, entre outras.

Dos eventos organizados pelo Cerimonial do TRT em 2013, destaca-se a inauguração do Prédio Anexo, do Plenário do TRT, do Protocolo Expresso no Shopping Praia de Belas, da sessão coletiva de posse de seis Desembargadores, da sessão extraordinária do Tribunal Pleno em homenagem aos 70 anos da CLT, da implantação do PJe-JT no Foro Trabalhista de Porto Alegre e da Cerimônia de Posse da Nova Administração – Gestão 2013/2015.

SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

No exercício de 2013, a Secretaria de Controle Interno – Secont desenvolveu suas atividades com o objetivo de realizar acompanhamento, levantamento, controle e auditoria na gestão de pessoal, contábil, financeira, patrimonial e operacional, bem como nos respectivos controles internos, visando a comprovar a legalidade e a legitimidade dos atos de gestão e avaliar os resultados quanto à economicidade, eficiência e eficácia.

Na execução de suas atribuições, a Secont buscou zelar pela qualidade e independência dos trabalhos de auditoria, evitando a cogestão em suas atividades, em atendimento à Resolução do CNJ nº 86/2009, bem como às recomendações do TCU contidas no Acórdão nº 1.074/2009, e às do Acórdão do CSJT no processo nº CSJT – A – 10583-05.2012.5.90.000, de 01.03.2013, referente à auditoria no TRT4-RS, em junho de 2012.

Foram realizadas pela Secont as seguintes auditorias de conformidade e operacional:

AUDITORIAS REALIZADAS EM 2013	
Especificação	Processo Adm. Eletrônico
Resolução CSJT nº 70/2010 – Conformidade	0001645-73.2013.5.04.0000

AUDITORIAS REALIZADAS EM 2013

Resolução CSJT nº 87/2011 – Conformidade	0003403-87.2013.5.04.0000
Avaliação da Política de Segurança da Informação – Operacional	0003802-19.2013.5.04.0000
Locação de Imóveis – Conformidade	0003956-37.2013.5.04.0000
Tomada de Preços – Conformidade	0004469-05.2013.5.04.0000
Diárias PJe-JT – Conformidade	0004725-30.2013.5.04.0000
Suprimento de Fundos – Conformidade	0008976-09.2013.5.04.0000

Adicionalmente, conforme disposto no art. 9º da Resolução CSJT nº 70/2010, a Unidade de Controle Interno do TRT emitiu parecer quanto ao atendimento das diretrizes e dos referenciais de área e à adequação aos sistemas de custos para as seguintes obras:

PARECERES EXPEDIDOS PARA ATENDIMENTO À RESOLUÇÃO CSJT Nº 70/2010

Obra	Processo Adm. Eletrônico
Estrela: Projeto – Encaminhamento de documentação do projeto do Foro de Estrela para análise do CSJT	0001832-81.2013.5.04.0000
São Leopoldo: Projeto – Encaminhamento de documentação do projeto do Foro de São Leopoldo para análise pelo CSJT	0006026-27.2013.5.04.0000

Em relação à análise das compras e licitações, foi emitida a Nota de Auditoria nº 01/2013 referente ao monitoramento do atendimento das recomendações formuladas no Relatório de Auditoria nº 11/2011 (PA 0006712-87.2011.5.04.0000).

Quanto aos atos de gestão de pessoal, estão especificados, no demonstrativo a seguir, os atos de admissão/desligamento de pessoal e de aposentadoria e pensão. Foram verificados sua exatidão e legalidade, e, posteriormente, encaminhados ao Tribunal de Contas da União para fins de exame e registro.

ATOS, CONCESSÕES E PROCESSOS DE PESSOAL

Especificação	Quantidade
Formulários de aposentadoria, cancelamento de aposentadoria, pensão, admissão e desligamento de pessoal encaminhados com parecer ao TCU	382
Processos de novas aposentadorias conferidos	69
Processos de novas pensões conferidos	28
Diligências do TCU	17
TOTAL	496

Cabe mencionar, também, as seguintes atividades desenvolvidas pela Seconti:

- Acompanhamento das ações previstas no Plano de Obras do TRT4 para o período 2011 – 2015 (PA nº 0000802-79.2011.5.04.0000);
- Acompanhamento da execução orçamentária e financeira mediante monitoramento do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi;

- Verificação da consistência dos dados dos Relatórios de Gestão Fiscal emitidos pelo Tribunal ao final de cada quadrimestre por determinação do art. 54 da Lei Complementar nº 101/2000 (PA nº 0001033-43.2010.5.04.0000);
- Auditoria de avaliação e conformidade das informações prestadas pela Secof em atendimento às solicitações do Tribunal de Contas da União, TC-007.570/2012-0, Acórdão 217/2013-TCU, quanto ao reconhecimento de passivos de pessoal com URV – Unidade Real de Valor, ATS – Adicional de Tempo de Serviço, PAE – Parcela Autônoma de Equivalência e VPNI – Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada, encaminhadas ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho com emissão de Certificado de Auditoria (PA nº 0001057-66.2013.5.04.0000);
- Avaliação da conformidade com as normas do TCU (Decisão Normativa nº 124/2012 e Portaria nº 119/2012) das peças do Relatório de Gestão do exercício de 2012 (PA nº 0005230-70.2012.5.04.0000), encaminhado pelo TRT4 à Corte de Contas para exame;
- Avaliações da gestão inseridas no Relatório de Auditoria de Gestão, elaborado em atendimento à Decisão Normativa – TCU nº 124/2012, com emissão de Parecer e Certificado sobre a regularidade das contas, que integram a Tomada de Contas do exercício de 2012 (PA nº 0002189-61.2013.5.04.0000), aprovada pelo Órgão Especial do TRT4 em 13.05.2013 e enviada, em 04.06.2013, ao TCU, para julgamento;
- Atendimento às diligências propostas pelo TCU e às determinações do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e do Conselho Nacional de Justiça.

SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES – SETIC

O Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação tem a mesma vigência do Planejamento Estratégico Institucional, por manter alinhamento com ele, tendo sido elaborado em 2010, com validade até 2015. Acompanha o plano estratégico o Plano Diretor de TIC, onde estão descritas as demandas aprovadas para atendimento pela Setic. O Planejamento é anualmente revisado a fim de responder às mudanças que se apresentam. A revisão mais recente ocorreu em agosto de 2013 (PA nº 0003158-76.2013.5.04.0000), tendo sido aprovada em reunião da Comissão de Informática no dia 24 de junho de 2013.

Processo Judicial Eletrônico em 2013

A partir de decisão da Administração, que concluiu pela migração dos processos eletrônicos do sistema local para o Sistema PJe-JT, com vistas a manter apenas um sistema de processo eletrônico em uso na 4ª Região, a implantação do Sistema PJe-JT, em 2013, iniciou pelas Varas do Trabalho de Guaíba e Encantado, unidades originalmente atendidas pelo sistema PJ4.

A seguir, o sistema foi implantado em 5 Varas do Trabalho de Caxias do Sul, 5 Varas do Trabalho em Canoas e no Foro Trabalhista de Porto Alegre, constituído de 30 Varas do Trabalho, superando a meta de 40% das unidades de primeiro grau operando com Sistema PJe-JT até o final do ano de 2013.

O Sistema PJe-JT é desenvolvido por técnicos de vários Tribunais, reunidos no Conselho Superior da Justiça do Trabalho, com o apoio da fábrica de *software* INFOX. A Setic disponibilizou três servidores de seu quadro técnico para compor essa equipe. Dessa forma, não há acesso ao código-fonte do programa. A Setic responde, nesse contexto, pela administração, implantação, análise e identificação de problemas, pelo registro e monitoramento de demandas junto às equipes técnicas do Conselho Nacional de Justiça – CNJ e Conselho Superior da Justiça do Trabalho – CSJT, pela homologação técnica, atualização de versões e pelo suporte especializado ao sistema, no âmbito do TRT da 4ª Região.

Recentemente, o CSJT iniciou estratégia de treinamento no desenvolvimento do código-fonte do PJe-JT, solicitando que os Tribunais indicassem profissionais com o perfil necessário para trabalhar presencialmente no CSJT durante o período de dois meses, a fim de obterem o conhecimento técnico adequado. Ao final de 2013, a Setic havia treinado um servidor para atuar na sustentação remota do Sistema PJe-JT nessa iniciativa.

O PJ4 permanece em utilização, atendendo todo o serviço de peticionamento eletrônico para processos físicos e cadastro e autenticação de usuários para uso das redes *wireless* disponibilizadas pelo TRT aos operadores do Direito.

Para viabilizar a operação do PJe-JT e manter as condições de funcionamento dos demais sistemas em uso, foram feitos investimentos na infraestrutura tecnológica que atende a 4ª Região. A rede que interliga as unidades geograficamente distantes ao centro de processamento de dados do Tribunal foi substituída por *links* de maior capacidade, considerando, principalmente, a operação centralizada do PJe, que passa a concorrer com os demais recursos já utilizados por redes de longa distância, como acesso a serviços na Internet e correio eletrônico. A sala-cofre, que abriga o *datacenter* principal, foi interligada ao *datacenter* secundário, localizado no Foro de Porto Alegre, através de dupla abordagem (anel de fibra ótica) em busca de alta disponibilidade em caso de incidente grave envolvendo qualquer um dos centros de processamento.

A seguir estão apresentadas, de modo resumido, as ações de cada Coordenadoria que compõe a Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações.

INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA

1. Ampliação dos *links* de longa distância (rede WAN):

Em 2013, foi substituída a rede, antes provida pela Embratel, por rede da Oi/Brasil Telecom, contratada através de projeto nacional. O TRT, em busca de oferecer melhores serviços de comunicação aos usuários do interior do Estado, com recursos orçamentários próprios, ampliou a capacidade de todos os *links* fornecidos pelo CSJT aos Regionais, em média, em 800%. Dessa forma, o TRT da 4ª Região possui a maior rede de dados de tecnologia MPLS da Justiça do Trabalho. O quadro a seguir apresenta informações sobre a expansão dos *links*, por localidade.

LOCALIDADE	VELOCIDADE ANTERIOR EMBRATEL	VELOCIDADE ATUAL OI
Alegrete	512 Kbps	2 Mbps

LOCALIDADE	VELOCIDADE ANTERIOR EMBRATEL	VELOCIDADE ATUAL OI
Alvorada	512 Kbps	4 Mbps
Arroio Grande	512 Kbps	2 Mbps
Bagé	512 Kbps	8 Mbps
Bento Gonçalves	512 Kbps	8 Mbps
Cachoeira do Sul	512 Kbps	4 Mbps
Cachoeirinha	512 Kbps	8 Mbps
Camaqua	512 Kbps	4 Mbps
Canoas	1 Mbps	12 Mbps
Capão da Canoa	512 Kbps	2 Mbps
Carazinho	512 Kbps	4 Mbps
Caxias do Sul	1 Mbps	12 Mbps
Cruz Alta	512 Kbps	4 Mbps
Dom Pedrito	512 Kbps	2 Mbps
Encantado	512 Kbps	2 Mbps
Erechim	512 Kbps	8 Mbps
Estância Velha	512 Kbps	6 Mbps
Esteio	512 Kbps	8 Mbps
Estrela	512 Kbps	8 Mbps
Farroupilha	512 Kbps	4 Mbps
Frederico Westphalen	512 Kbps	2 Mbps
Gramado	512 Kbps	8 Mbps
Gravataí	512 Kbps	8 Mbps
Guaíba	512 Kbps	4 Mbps
Ijuí	512 Kbps	4 Mbps
Itaqui	512 Kbps	2 Mbps
Lagoa Vermelha	512 Kbps	2 Mbps
Lajeado	512 Kbps	8 Mbps
Marau	512 Kbps	2 Mbps
Montenegro	512 Kbps	4 Mbps
Nova Prata	512 Kbps	2 Mbps
Novo Hamburgo	1 Mbps	12 Mbps
Osório	512 Kbps	6 Mbps
Palmeira das Missões	512 Kbps	4 Mbps
Panambi	512 Kbps	2 Mbps
Passo Fundo II	Local inexistente	8 Mbps
Pelotas	1 Mbps	8 Mbps
Porto Alegre – Almoxarifado	1 Mbps	8 Mbps
Porto Alegre – Arquivo	1 Mbps	8 Mbps
Porto Alegre – Depósito Judicial	512 Kbps	8 Mbps
Porto Alegre – TRT I (TRT)	32 Mbps	150 Mbps
Porto Alegre – TRT II (CPD2)	32 Mbps	150 Mbps
Porto Alegre – Unidade Adm. I – Manutenção	1 Mbps	8 Mbps
Porto Alegre – Unidade Adm. II – Cad. de Bens	ADSL	8 Mbps

LOCALIDADE	VELOCIDADE ANTERIOR EMBRATEL	VELOCIDADE ATUAL OI
Rio Grande I	512 Kbps	8 Mbps
Rio Grande II	Local inexistente	8 Mbps
Rosário do Sul	512 Kbps	2 Mbps
Santa Cruz do Sul	1 Mbps	8 Mbps
Santa Maria	512 Kbps	8 Mbps
Santa Rosa	512 Kbps	8 Mbps
Santa Vitória do Palmar	512 Kbps	2 Mbps
Santana do Livramento	512 Kbps	2 Mbps
Santiago	512 Kbps	2 Mbps
Santo Ângelo	512 Kbps	6 Mbps
São Borja	512 Kbps	4 Mbps
São Gabriel	512 Kbps	2 Mbps
São Jerônimo	512 Kbps	4 Mbps
São Leopoldo I	1 Mbps	8 Mbps
São Leopoldo II	Local inexistente	2 Mbps
São Lourenço do Sul	512 Kbps	2 Mbps
São Sebastião do Caí	512 Kbps	2 Mbps
Sapiranga	1Mbps	8 Mbps
Sapucaia do Sul	512 Kbps	8 Mbps
Soledade	512 Kbps	4 Mbps
Taquara	1 Mbps	8 Mbps
Taquari	512 Kbps	2 Mbps
Torres	512 Kbps	6 Mbps
Tramandaí	512 Kbps	2 Mbps
Três Passos	512 Kbps	2 Mbps
Triunfo	512 Kbps	4 Mbps
Uruguaiana	512 Kbps	8 Mbps
Vacaria	512 Kbps	2 Mbps
Viamão	512 Kbps	4 Mbps

2. Anel de fibra ótica:

Ampliação do número de fibras entre o Foro Trabalhista de Porto Alegre e o Prédio Administrativo, onde está localizada a sala-cofre, permitindo alta disponibilidade, segundo desenho a seguir:

3. Instalação de redes sem fio:

A rede sem fio, no final de 2013, estava disponível no Foro Trabalhista de Porto Alegre, onde foram instaladas 85 antenas.

4. Estabelecimento de rede privada virtual com o Espaço Judiciário do Tribunal de Justiça, no Shopping Praia de Belas.

5. Ampliação da infraestrutura do PJe-JT

Instalação de gabinetes e servidores em lâmina (*blades*), fornecidos pelo CSJT, para atender o Processo Judicial Eletrônico;

O quadro a seguir mostra a evolução da infraestrutura diretamente vinculada ao PJe-JT, a cada expansão do sistema.

Etapa		Dimensionamento inicial (CSJT)		Estrutura Pré-Canoas		Canoas e Porto Alegre	
Localidades atendidas				Caxias do Sul, Santa Rosa, Erechim, Esteio, Rio Grande, São Leopoldo, São Sebastião do Caí, Encantado e Guaíba		Caxias do Sul, Santa Rosa, Erechim, Esteio, Rio Grande, São Leopoldo, São Sebastião do Caí, Encantado, Guaíba, Canoas e Porto Alegre	
PJe Homologação e Treinamento	Máquinas físicas	01 <i>Blade</i> Tipo 2		01 <i>Blade</i> Tipo 2		01 <i>Blade</i> Tipo 2	
	Máquinas virtuais	07 (HML, TRN e BUGFIX)		10 (HML, TRN, OAB e BUGFIX)		13 (HML, TRN, OAB, TST e BUGFIX)	
	Instâncias JBoss	02 (HML e TRN)		03 (HML, TRN e OAB)		03 (HML, TRN, OAB e TST)	
	Espaço em disco para o banco de dados	50 GB		150 GB		150 GB	
PJe Produção	Máquinas físicas	04 <i>Blades</i> Tipo 2 (02 para VMWare, 02 para Banco de Dados)		04 <i>Blades</i> Tipo 2 (02 para VMWare, 02 para Banco de Dados)		06 <i>Blades</i> Tipo 2 (04 para VMWare, 02 para Banco de Dados)	
	Máquinas virtuais	Apache: 04 (1 CPU, 4GB RAM, 40GB HD). JBoss: 04 (2 CPU, 8GB RAM, 80GB HD)		Apache: 04 (4 CPU, 4GB RAM, 40GB HD). JBoss: 04 (8 CPU, 12GB RAM, 80GB HD)		Apache: 04 (4 CPU, 8GB RAM, 40GB HD). JBoss: 08 (8 CPU, 24GB RAM, 80GB HD)	
	Instâncias JBoss	Interno	Externo	Interno	Externo	Interno	Externo
		1º Grau	2	2	2	8	8
		2º Grau	2	2	2	4 + 1 (Sessão de Julgamento)	4
	Espaço em disco para o banco de dados	250 GB		1.5 TB		1.5 TB	

6. Substituição da biblioteca de fitas de *backup*: Aquisição de sistema de maior capacidade e migração de todos os dados históricos para as novas mídias, garantindo a disponibilidade da informação digital.

7. Melhoria na solução de *backup* sugerida pelo CSJT para uso no PJe. O TRT da 4ª Região passou a utilizar o sistema *BARMAN*, mais confiável e rápido.

8. Substituição dos *firewalls* por equipamentos novos, de maior capacidade, fornecidos pelo CSJT em projeto nacional.

9. Instalação de Proxy em sistema livre: Considerando que o CSJT não forneceu sistema para substituir o que estava em operação, conforme planejamento, foi preciso atuar em contingência para que o serviço de *proxy* e filtro de conteúdo permanecesse ativo. Foram instalados quatro servidores de *proxy*, rodando sistema *Squid*.

10. Reorganização de *datacenters* no interior do Estado.

Foram reorganizados em *rack* próprio, equipamentos de infraestrutura de mais nove localidades. Há 20 localidades nas quais tal organização não foi viável em decorrência da necessidade de atuação da Secretaria de Engenharia, Manutenção e Projetos.

11. Ampliação da monitoração dos serviços disponibilizados pela Setic, incluindo PJe, utilizando ferramenta livre Zabbix.

12. Firmados contratos de manutenção corretiva e preventiva do PABX central do TRT e das centrais telefônicas do interior do Estado.

13. Aquisição, em nacional, de 128 comutadores de rede (*switches*) para renovação de todo o parque do interior do Estado e instalação da rede *wireless*, para a qual esses equipamentos são essenciais.

14. Instalação de equipamentos otimizadores de redes WAN, para melhorar ainda mais a qualidade do serviço de comunicação de dados que serve o interior do Estado, garantindo melhor experiência aos usuários. Em 2013, foram instalados 20 equipamentos, nas seguintes localidades: Porto Alegre (sala-cofre), Porto Alegre (CPD secundário), Canoas, Marau, Porto Alegre (rua André Belo), São Leopoldo (principal), São Leopoldo (4ª VT), Marau, Caxias do Sul, Santa Rosa, Ijuí, Estrela, Estância Velha, Esteio, Sapucaia do Sul, São Sebastião do Caí, Rio Grande (1ª e 2ª VTs), Rio Grande (3ª e 4ª VTs), Guaíba, Encantado e Erechim.

15. Alteração das rotinas de *backup* para utilizar as novas funcionalidades do 11g, reduzindo drasticamente a quantidade de dados armazenados (adoção do *Backup rman*).

15. Ampliação das formas de comunicação do TRT, pelas ferramentas disponíveis no contrato com a Google.

16. Ampliação do ambiente de virtualização (VMWARE).

Problemas e riscos sendo tratados ao final de 2013

- **Proxy:**

Proxies ou filtros de conteúdo *web* são equipamentos com dupla função: melhorar a experiência de navegação na internet dos usuários e impedir a abertura de *sites* que não atendam os critérios da política de segurança da organização. Em 2012, o CSJT anunciou um projeto nacional de renovação dos equipamentos de *proxy* de todos os Regionais, mas uma sucessão de problemas impediu a conclusão desse projeto. De fato, a não renovação dessa solução acarretou a inviabilidade do serviço no TRT a partir de outubro de 2013, momento em que a equipe técnica adotou solução baseada em *software* livre como ação emergencial. No momento, o Tribunal está participando de projeto licitatório em conjunto com o TRT da 2ª Região visando à aquisição de equipamentos com a função de *proxy*/filtro de conteúdo. Durante esse período em que se atua em contingência, não é viável a manutenção de *logs* de acesso de modo a atender a política de segurança vigente, que é de noventa dias.

- **PJe:**

Indica-se como um risco a indefinição sobre futuras demandas do PJe com relação à necessidade de armazenamento. Faz-se uma suposição de consumo de disco com base nas instalações previamente realizadas.

- **Links de grande capacidade, mas únicos, interligando os Foros ao centro da rede:**

Considerando que o PJe é um sistema centralizado, depende da rede para operar adequadamente. Assim, há a necessidade de projeto para a contratação de *links* secundários (de menor custo) para servirem de contingência à WAN-JT nos momentos de indisponibilidade. O processo de licitação desses *links* terá início ainda em 2014.

- **Falta de mão de obra para especializar na área de telefonia:** A Setic depende da implantação dos novos cargos para habilitar a atuação em telefonia, o que deve ocorrer no ano de 2014.

Desenvolvimento de Sistemas

1. Processo Judicial Eletrônico Regional (PJ4)

- Desenvolvimento de funcionalidades que possibilitassem o registro, a migração e a consulta à íntegra dos processos eletrônicos do PJ4, para uso do PJe nas unidades de Guaíba e Encantado;
- Implantação e apoio, inclusive presencial, à migração dos sistemas nessas Varas do Trabalho;
- Desenvolvimento de autovalidação no cadastro de usuários com certificado digital para uso do serviço de peticionamento eletrônico.

2. Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT)

Foram instaladas oito versões do PJe-JT:

- versão 1.4.6 em janeiro;
- versão 1.4.6.1 em fevereiro;
- versão 1.4.6.2 em março;

- versão 1.4.7, 1.4.7.1 e 1.4.7.2 em junho;
 - versão 1.4.7.3 em agosto;
 - versão 1.4.7.4 em outubro.
-
- Parametrização técnica e testes das versões do PJe-JT de 1º e 2º Graus;
 - Identificação de *bugs* (falhas) do sistema;
 - Registro e acompanhamento de erros, problemas e sugestões no sistema JIRA do CSJT e CNJ;
 - Apoio técnico especializado às equipes de atendimento na solução de problemas, funcionamento do sistema e identificação de soluções de contorno para os problemas encontrados;
 - Preparação de ambientes de homologação, treinamento e testes para treinamentos de magistrados e servidores, homologações de versão e realização de testes específicos para cada um desses ambientes;
 - Participação em Grupos de Requisitos do PJe de 1º e 2º Graus, coordenados pelo CSJT, para definição de novas funcionalidades do PJe;
 - Análise e especificação do mecanismo de controle e segurança de leitura, revisão e alteração de votos, existente no e-Jus² para ser desenvolvido no PJe-JT;
 - Análise e definição do novo módulo de Gestão de Pauta de Audiências do PJe 1º Grau que deverá ser disponibilizado pelo CSJT em versão futura.

3. Integração e-Jus² e PJe-JT

Considerando que nem todas as necessidades dos gabinetes e da sessão de julgamento estão atendidas por módulo específico no PJe-JT, a Administração obteve aprovação do CSJT para desenvolvimento de integração desse com o sistema e-Jus².

Desde a aprovação da referida integração, a Setic trabalhou com prioridade máxima para viabilizá-la tecnicamente, tendo realizado estudos e construído proposta de implementação de *webservices*, que foi apresentada ao corpo técnico do CSJT e aprovada. A implantação dessa integração consiste no desenvolvimento de novas funcionalidades e ajustes nos dois sistemas envolvidos. Ao mesmo tempo em que acompanha o andamento do trabalho de desenvolvimento no sistema PJe-JT, a equipe da Setic trabalha no desenvolvimento dos ajustes necessários ao e-Jus² para viabilizar tal integração.

4. Solução de Apoio à Tomada de Decisão (BI)

Aquisição e implantação de solução para exploração de dados, independentemente da aplicação e de seu local de armazenamento original. Permite, assim, a combinação de informações de sistemas de 1º e 2º Graus e Administrativos, dados presentes em planilhas e gerados por aplicações que venham a ser adotadas pelo TRT.

Foi definido pela equipe do projeto que a base de dados referência para o desenvolvimento de estatísticas de 1º e 2º Graus (e possíveis cruzamentos) seria a gerada para o e-Gestão, já que é estatística formal e padronizada na Justiça do Trabalho por meio desse sistema. A meta definida para esse projeto era atingir 80% dos dados do e-Gestão até o final de 2013, o que foi atingido com sucesso, conforme segue:

- Desenvolvida e entregue a aplicação Resíduo Processual de 1º Grau, prevista na contratação da solução para ser implementada como projeto inicial;

- Desenvolvida e entregue a Estatística de 1º Grau, contendo as seguintes informações para livre seleção: período, classe processual, ano/mês (intervalo), magistrado, item estatístico, item estatístico agrupado (permitindo aglutinar itens estatísticos e criando novos itens necessários ao trabalho da Corregedoria Regional) e unidade judiciária. O painel estatístico de 1º Grau apresenta seis gráficos para análise: acompanhamento mensal; gráfico de estatística comparada, permitindo selecionar dois itens estatísticos para comparação visual direta; gráfico por unidade judiciária; gráfico por magistrado; gráfico por município da prestação do trabalho; e mapa geográfico da 4ª Região. A pedido da Corregedoria Regional, implementou-se também a possibilidade de o usuário solicitar itens incluídos (funcionalidade entregue), em que se poderia analisar determinado item estatístico em processos que necessariamente participaram da seleção por outro critério, como, por exemplo, analisar o prazo em processos que tiveram sentença líquida proferida. Da mesma forma, está em andamento o desenvolvimento de funcionalidade para permitir ao usuário solicitar itens excluídos (por exemplo, analisar prazo em processos que não tiveram sentença líquida proferida).
- Desenvolvida e entregue a Estatística de 2º Grau, nos mesmos moldes do 1º Grau, mas mediante o trabalho sobre os dados estatísticos de 2º Grau.
- Desenvolvida e entregue a incorporação de informações administrativas de lotação, cargo e função à estatística das unidades judiciárias, de forma a permitir uma análise mais concreta da situação de cada Vara do Trabalho.

5. Requisições de Pagamento de Honorários Periciais (RPHP):

Desenvolvido novo Sistema – RPHP, em atendimento ao Provimento Conjunto nº 08/2013, que trata de modelo de requisição e procedimentos para pagamento de honorários de perito, tradutor e intérprete. Esse sistema substituiu o procedimento manual anteriormente existente para a solicitação de pagamento de honorários periciais por um procedimento informatizado com maior segurança e padronização. O sistema também permite um maior controle dos honorários periciais devidos. Podem ser emitidas requisições tanto para os processos físicos, cadastrados no inFOR, bem como para os processos eletrônicos, cadastrados no PJe-JT.

6. Sistema de Precatórios:

O Sistema de Precatórios é uma aplicação em desenvolvimento desde 2011 que visa a atender às demandas do Serviço de Precatórios e do Juízo Auxiliar de Conciliação não contempladas pelo atual sistema em uso. Essas necessidades estão ligadas à manipulação de cálculos, à atualização de valores, ao registro de pagamentos, à emissão de certidões, à importação de dados da origem, à exportação de dados para outros órgãos, entre outras.

Após etapa de alta complexidade e segurança envolvendo saneamento, migração e homologação de dados oriundos do sistema legado, o novo sistema de precatórios entrou em produção em julho de 2013, e cerca de setenta demandas por melhorias foram implementadas a pedido e segundo priorização das áreas usuárias.

7. Novo e-Sentença (Web):

Para o devido aprimoramento do novo e-Sentença, sistema desenvolvido em 2012 em substituição ao e-Sentença antigo, dependente do sistema Microsoft Word, foram implementadas em 2013 as seguintes funcionalidades: versionamento automático da sentença, permitindo que o magistrado acesse versões anteriores se assim desejar, e a duplicação de modelos e autotextos, facilitando o cadastro de novos modelos a partir de modelos preexistentes.

8. Desenvolvimento para a Seção Especializada em Execução (SEEx):

Implementada consulta a pressupostos, programa novo para permitir à secretaria de órgãos julgadores a consulta a dados sobre a representação no processo. Solicitação da SEEx para facilitar o trabalho de criação de pautas de julgamento. Com esse novo módulo, é possível consultar dados já verificados no gabinete antes de elaborar a minuta, bem como localizar no processo, diretamente pelo número da folha, as procurações dos advogados.

Ampliação do programa de publicação de súmulas para atender também às orientações jurisprudenciais da SEEx.

9. Aprimoramento do e-Jus²:

A partir de solicitação da 3ª Turma, priorizada e aprovada pela Comissão de Informática, foi desenvolvido módulo do e-Jus² para mostrar o resultado do julgamento ao advogado inscrito para sustentação oral, sistema que está disponível para todas as Turmas Julgadoras.

10. Pesquisa de Jurisprudência:

Considerando as reclamações recebidas dos desembargadores e dos gabinetes sobre a precariedade da pesquisa de jurisprudência existente no sistema PJe-JT, a Setic implementou e disponibilizou pesquisa de jurisprudência em acórdãos gerados no PJe-JT, que pode ser acessada na Intranet (pelo Portal VOX), integrada à pesquisa já existente. Assim, o serviço de pesquisa interna passou a conter 100% dos acórdãos publicados na 4ª Região, sejam eles físicos ou eletrônicos. Não foi possível publicar a pesquisa de jurisprudência do PJe na Internet, pois o sistema de processo eletrônico gera um documento único, contendo o cabeçalho com os dados das partes, os quais não podem ser divulgados por força de dispositivo legal.

11. e-Gestão:

Revisão e reprogramação do e-Gestão, visando a eliminar as inconsistências identificadas pelo CSJT, resultando na entrega de estatísticas de 1º e 2º Graus com 100% de validação.

Implementadas diversas melhorias na máquina de cálculo do e-Gestão e no procedimento de cálculo em todo o Estado, como, por exemplo, e-mail automático para monitoramento dos cálculos do e-Gestão; melhorias no registro dos problemas, caso ocorra alguma falha durante o cálculo, facilitando a verificação nas diversas bases de dados.

Desenvolvimento de Painel de Controle do e-Gestão.

12. Catálogo de Normas Coletivas

Desenvolvimento de ferramenta para pesquisa de acórdãos de dissídios coletivos, de forma que possam ser referenciados dentro de textos processuais, sem que haja necessidade de transcrição ou cópia de grande volume de páginas. A ferramenta encontra-se concluída, porém aguarda aprovação da Administração para ser disponibilizada aos usuários.

13. Distribuição, redistribuição de processos e regimes de lotação

Para os Foros em que houve redistribuição de processos em 2012, foram desenvolvidos ajustes e relatórios auxiliares, realizado sorteio dos processos arquivados provisoriamente e incluído automaticamente andamento indicando para qual Vara do Trabalho o processo deve ser remetido após o desarquivamento.

Além disso, atendeu-se à Portaria nº 01/2013, da Corregedoria Regional, que dispôs sobre a divisão e a distribuição de processos entre os juízes que atuam na 5ª Vara do Trabalho de Caxias do Sul e nas 4ª e 5ª Varas do Trabalho de Canoas em razão da adoção do regime de lotação.

Atendeu-se também à Portaria nº 02/2013, da Corregedoria Regional, que definiu o termo inicial de vigência do regime de lotação e dispôs sobre a divisão e a distribuição de processos entre os juízes que atuarem nas Varas do Trabalho de Santo Ângelo, Bagé e Uruguaiana.

14. Melhorias do inFOR

Foi desenvolvido um conjunto de melhorias definidas e priorizadas pela Comissão de Informática, visando a aprimorar a dinâmica do trabalho no 1º Grau, até que o sistema Infor seja completamente substituído pelo Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT), quais sejam:

- Criação de andamentos que possibilitem que a Direção do Foro registre a remessa de processos para as Varas e que estas registrem a remessa para a Direção do Foro e o recebimento de processos desse setor;
- Criação de grupo de usuário para manutenção dos valores dos índices do cálculo antigo no inFOR, bem como melhorias na interface da inclusão de índices de cálculos antigos; criação e configuração de usuário, permitindo que a Seção de Cálculos possa alimentar os índices do Cálculo Antigo pelo inFOR e copiá-los para todo o Interior pelo sistema Replicante;
- Criação de andamentos para cancelamento de distribuição/autuação de processos;
- Adaptação do sistema inFOR para auxiliar a confecção de cálculos novos para os processos do sistema PJe-JT;
- Implementação de diversas melhorias solicitadas no inFORpro – Boletim de Produção de Juízes;
- Alteração do inFOR, e-Sentença e inFORpro para compatibilidade com cliente Oracle 11g – requisito técnico;
- Adaptação do inFOR para funcionar com novo pacote do LibreOffice 4.1.0;
- Desenvolvimento de módulo para emissão de relatórios dinâmicos para substituir a geração manual (em andamento).

15. Aprimoramento de sistemas judiciários

Foi desenvolvida nova funcionalidade para compensação da distribuição do NovaJus4 com a distribuição de processos eletrônicos, já que a distribuição pelo PJe-JT apresenta discrepâncias.

Além disso, alterou-se o formato da consulta de jurisprudência, para que não apresente nomes de partes na Internet em acórdãos gerados pelo sistema e-Jus², assim como assegurar a indexação por nome de parte para o público interno pelo Portal VOX e da pesquisa integrada ao e-Jus².

Também foi desenvolvido módulo para permitir cargas de processos no Protocolo Expresso (Shopping Praia de Belas).

16. Pesquisa e produção de relatórios

Fornecimento de dados para planejamento estratégico, para o Tribunal Superior do Trabalho, metas do Conselho Nacional de Justiça, Justiça em Números, distribuição de processos, além de diversos relatórios estatísticos solicitados pela Corregedoria Regional, como:

- Cálculo dos itens da Meta 2 de 2010;
- Listagem dos processos de 2008 e 2009 (meta 2/2013) e até 2007 (metas de anos anteriores), ainda não solucionados;
- Dados para o relatório Justiça em Números;
- Levantamento dos acordos realizados mensalmente;
- Relatório sobre o BNDT, dos 100 maiores devedores – pessoa física e jurídica –, na 4ª Região, e 50 maiores devedores em cada Foro Trabalhista/Posto Avançado;
- Pesquisas no inFOR sobre resíduo de 1º Grau;
- Relatórios de perícias designadas e realizadas no inFOR em 2013;
- Relatório de precatórios expedidos;
- Relatório diário para acompanhamento da Semana da Execução do TST (agosto de 2013).

ÁREA ADMINISTRATIVA

1. Solução de apoio à Eleição para a Gestão 2013/2015

- Criação de ferramenta para consulta não vinculativa para a Gestão 2013/2015 para magistrados de 1º Grau, tendo como resultado a quantidade de votos recebidos por candidato.
- Criação de sistema de apoio à Sessão do Tribunal Pleno para eleição da nova administração e composição de órgãos julgadores e comissões, com apresentação *on-line* dos resultados em painel.

2. Sistema de Atestado de Serviços Contratados

Desenvolvimento de sistema para otimizar a rotina de conferência dos serviços contratados para fornecimento de luz, correio e água pelas unidades judiciárias, agilizando e tornando mais confiável o pagamento desses serviços. O sistema também agilizará as tarefas das seções de expedição e liquidação, responsáveis pelo encaminhamento do pagamento dessas despesas.

Em linhas gerais, o sistema tornará disponível às unidades judiciárias os arquivos com a descrição do uso mensal dos serviços. A unidade conferirá e atestará os serviços, ressaltando, se necessário.

Benefícios esperados:

- Diminuição dos custos do contrato, tendo em vista que não serão enviados controles ou recibos ao gestor;
- Responsabilidade ambiental com a diminuição de papéis em tramitação;
- Segregação de função em atendimento à legislação, com a separação da responsabilidade entre o servidor que atesta a nota fiscal e o que faz a liquidação;
- Liberação do servidor que atualmente exerce esta atividade no Setor de Liquidação, para que possa colaborar em outras tarefas igualmente importantes;
- Possibilidade de o gestor visualizar a movimentação mensal em cada localidade e apontar distorções, já que os registros serão armazenados de forma padronizada e em meio eletrônico;
- Arquivamento eletrônico das informações sem a necessidade de ocupação de espaços físicos;
- Rapidez do modelo de controle proposto em relação ao atual;
- Conferência da fatura antes do pagamento;
- Maior eficiência.

O sistema encontra-se concluído, em fase de homologação pela área de negócio, para entrada em produção.

3. Sistema de processos eletrônicos administrativos – ADMEletrônico

- Melhoria da pesquisa de unidades-destino e adequação do sistema para torná-lo compatível com o navegador Google Chrome.
- Organização do sistema e criação de pacote de instalação para o TRT da 1ª Região (RJ), a pedido daquele Tribunal.

4. Folha de Pagamento

Atendimento ao Ofício Circular CSJT.SG.CCAUD nº 1/2013, que trata de um recálculo global dos passivos de Parcela Autônoma de Equivalência (PAE), Adicional por Tempo de Serviço (ATS), diferenças de Unidade Real de Valor (URV) e Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (VPNI – quintos incorporados) determinados pelo TCU. Desde fevereiro de 2013, foi desenvolvida uma base de dados para esse recálculo e, até hoje, esta base continua demandando desenvolvimento para ajustes e processamentos dos recálculos dos passivos mencionados. Geração de dados solicitados por órgãos como o CSJT e TCU.

5. Gestão de Pessoas

- Melhorias implementadas para Controle de Movimentação Prevista (substituição da chamada pasta “rosa”), geração de *scripts* para realizar o reenquadramento de acorco com o novo PCS;
- Migração do sistema Folha para RH, do módulo de geração de dados para envio ao Siprev, e ajuste ao novo *layout* para 2013;
- Produção de relatórios específicos solicitados.

6. Compras

- Desenvolvimento de novo módulo de Cálculo de Correção Monetária – Requisições de pagamento de honorários periciais;

- Desenvolvimento de nova versão do módulo de envio de informações de liquidações para o Novo Siafi (arquivos XML);
- Criação de módulo de envio de informações de contratos para o Siasg (arquivos XML).

AÇÕES DESENVOLVIDAS EM PARCERIA COM A SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Em 2013, a Setic também atuou em parceria com a Secretaria de Comunicação Social, a fim de atualizar os meios de comunicação utilizados pelo TRT. Dentre as ações realizadas, cabe ressaltar a criação do Novo Portal de Intranet (VOX), bem como o estudo da solução de desenvolvimento de *sites* da plataforma Google e do uso da tecnologia *Google Gadgets*. Além disso, a Setic atuou na migração de conteúdo da Intranet antiga ao Portal VOX e colaborou na implantação do novo Portal. Continuamente, fornece apoio técnico à tecnologia que suporta o VOX.

PROJETOS EM ANDAMENTO EM 2013

1. Protocolo Eletrônico de Documentos

Está em planejamento a solução de sistema de protocolo que substitua os cadernos físicos utilizados em cada unidade administrativa, com o objetivo de identificar unicamente cada documento e registrar seu trâmite no Tribunal. A solução também substituirá os mais diversos sistemas de controle existentes em algumas áreas, implementados em tecnologias diversas (Access, documentos em formato doc ou odt, planilhas, Clipper, etc.), padronizando o ambiente tecnológico e a sistemática, permitindo à Setic prover o suporte técnico adequado. O desenvolvimento da solução se dará por fábrica de *software*.

2. Guias de Depósito Eletrônicas – IN33

A solução trazida do TRT da 18ª Região, implementada sobre o protocolo FTP, adaptada ao ambiente tecnológico e aos sistemas da 4ª Região, encontrava-se ainda na fase de homologação pelo Banco do Brasil e pela Caixa Econômica Federal, quando os bancos informaram que já haviam desenvolvido esse mecanismo via *webservices*, protocolo de comunicação mais inteligente e seguro, baseado na Instrução Normativa nº 36, que substituiu a IN33. A nova instrução normativa prevê, ainda, a implementação de alvarás eletrônicos.

Nesse sentido, a Setic reformulará o projeto e precisará adequar a solução já implementada, para atender ao que estabelece a IN36.

DESENVOLVIMENTO E PESQUISA

Tecnologia Java

Pesquisa e definição de novo *framework* (ambiente tecnológico) para desenvolvimento de aplicações Java, inclusive para uso pela nova fábrica de *software* contratada. Migração da última aplicação originalmente desenvolvida no *framework* JCompany para o novo padrão estabelecido.

Núcleo de Ensino à Distância

- Apoio a eventos promovidos pela Secretaria de Gestão de Pessoas e Escola Judicial, no que se refere a recursos audiovisuais;
- Montagem de cursos utilizando Mideateca, Fóruns e Pesquisas da plataforma Moodle;
- Produção de vídeos em *flash* para apoio à Secretaria de Comunicação Social;
- Início da migração da plataforma Moodle da versão 1.9.9 para a 2.5.

Atendimento a Usuários

A Coordenadoria de Atendimento a Usuários é a área da Setic que interage diretamente com os usuários dos serviços tecnológicos para o desempenho de suas tarefas diárias.

As equipes de Atendimento atuam para solucionar problemas e orientar os usuários quanto ao uso dos recursos disponibilizados pelo Tribunal, bem como para manter o parque de equipamentos de microinformática atualizado e em excelentes condições de uso.

O gráfico a seguir apresenta o desempenho dessa área durante o ano de 2013:



Em 2013, os atendimentos somam 30.520. Importante registrar que esse é o ponto único de contato com a Secretaria de TIC, de acordo com as boas práticas indicadas pelo Tribunal de Contas da União. Assim, entre esses registros, há pedidos de suporte para utilização dos serviços disponíveis, atendidos pela equipe de Atendimento, e solicitações envolvendo aquisição de *softwares* e equipamentos, alteração em sistemas, dentre outros, que são encaminhados para outras áreas da Setic.

No final de 2013, a Seção de Atendimento a Usuários contava com 12 servidores e 12 profissionais terceirizados.

Parque de microinformática

O parque de microinformática, ou seja, o conjunto de computadores, *notebooks*, impressoras, *scanners*, terminais de autoatendimento, monitores adicionais e *docking stations*, está apresentado a seguir.

Equipamento	Quantidade	Garantia	Observações
Microcomputadores			
POSITIVO D570 com 2 monitores 20" modelo E2011PX	546	26.02.2017	
ITAUTEC 4272 com 1 monitor LG 18,5	1.000	06.08.2017	

Equipamento	Quantidade	Garantia	Observações
ITAUTEC 4271 com 1 monitor LG 19"	1.907	02.05.2014	
ITAUTEC 3330 com 1 monitor LG 19"	212	04.03.2015	
LENOVO 6234-E82 M58p	365	vencido	em substituição
LENOVO 9196 M57p	604	vencido	em substituição
HP Compaq 8000 Elite	109	vencido	em substituição
Notebooks			
HP 8460 (295 Magistrados)	313	1º.12.2014	
LENOVO T410	36	17.05.2015	
LENOVO T400	300	03.12.2012	
Impressoras			
SAMSUNG 5835 Multifuncional	450	vencido	80 em uso
LEXMARK T654	715	29.02.2016	
LEXMARK MS812dn	312	Junho de 2016	
LEXMARK MX711de Multifuncional	312	21.05.2016	
Monitores			
Monitor LG 23	3.200	vencido	Em uso
Terminal de autoatendimento			
TAA Impley	110	17/07/2015	
Docking Station			
Doca HP	200	04.06.2015	
Doca Lenovo	270	vencido	
Nobreak			
Nobreak SMS 1400	1.000	18.06.2015	
Scanner			
Scanner EPSON WorkForce Pro GT-S50 (Secretaria das Varas)	136	vencido	
Scanner Fujitsu Fi 6130z (Secretaria das Varas)	150	1º.02.2014	
Scanner Fujitsu FI 6140 (Digitalização)	45	14.07.2009	
Scanner Fujitsu S510 (Quiosque)	78	25.08.2009	
Scanner de produção Fujitsu, modelo FI-	4	vencido	

Equipamento	Quantidade	Garantia	Observações
6770			

Seguindo política de substituição de equipamentos proposta pelo CSJT, estes são substituídos ao final do período de garantia, o que ocorre normalmente a cada 3 anos. Assim, anualmente, cerca de 33% do parque de equipamentos precisa ser substituído. Em 2013, ocorreu movimentação dos seguintes equipamentos.

Microcomputadores – substituição	1.135
Microcomputadores – acréscimo	250
Impressoras – substituição	298
Impressoras – acréscimo	25
Scanners – acréscimo	139
Monitores (19 e 23 polegadas)	1.045
Nobreaks – acréscimo	617

Um dos projetos mais importantes de 2013 ainda em andamento é o desenvolvimento de uma sistemática que permita reinstalar a imagem de um microcomputador no interior do Estado, sem precisar remover a máquina para Porto Alegre. Atualmente, quando uma estação de trabalho precisa ser refeita, substitui-se o equipamento, e transporta-se a máquina com problemas para reinstalação de *softwares*, na Capital. O projeto prevê, assim, que isso possa ser feito remotamente, reduzindo-se custos de movimentação de equipamentos e atendendo aos usuários com maior agilidade.

Treinamentos

A Secretaria promoveu treinamento para uso do e-Sentença e Infor para 35 novos magistrados. Além disso, atuou na implantação do PJe desenvolvendo as seguintes tarefas:

- Suporte para todos os treinamentos para implantação do PJe-JT;
- Operação assistida em todas as cidades do interior do Estado na primeira semana de funcionamento do PJe-JT;
- Acompanhamento das primeiras audiências das Varas do Trabalho utilizando essa nova tecnologia.

Cadastramento de usuários

A Coordenadoria de Atendimento a Usuários realiza o cadastramento dos usuários para acesso aos sistemas de informação adotados, a partir de solicitação dos próprios usuários, autorizada pelas respectivas chefias imediatas.

Durante o ano de 2013, foram efetuados 4.429 novos cadastros e alterações em registros existentes decorrentes de movimentação de pessoal.

Planejamento e Projetos

A área de Planejamento e Projetos atua na formalização e manutenção dos processos de gestão de tecnologia da informação. A equipe gerencia todos os processos de contratação de bens e serviços de TI, acompanhando, assim, a execução orçamentária da Secretaria, que prima pelo alinhamento entre os investimentos e os planos estratégicos Institucional e de TI.

Orientam, também, as demais áreas da Secretaria com relação à observância de procedimentos de segurança da informação e gerenciamento de projetos.

Entre as principais atividades dessa área, cabe destacar:

1. Revisão do Planejamento Estratégico de TIC

A revisão completa do planejamento estratégico de TI resultou em um novo mapa estratégico mais simples e consistente, com indicadores e metas efetivamente mensuráveis.

Além dos demais projetos do portfólio da TI, durante a revisão, foi criado o projeto “Desenvolvimento de competências gerenciais e relacionamento interpessoal”, visando a contribuir para que se atinja o objetivo estratégico de “Promover a contínua integração das equipes da Setic”.

2. Ferramenta de Gestão Estratégica (Sigest)

Acompanhamento da implementação do Sigest, sistema adquirido pelo CSJT e disponibilizado para uso dos TRTs pela Internet, bem como atualização do mapa, dos objetivos e indicadores estratégicos, resultantes da revisão do PETI, permitindo o acompanhamento da gestão estratégica pelo Tribunal.

3. Padronização e formalização dos processos de trabalho e das metodologias utilizadas

Em 2013, foram definidos e aprimorados alguns processos de trabalho adotados na Setic, no sentido de prover mecanismos mais eficientes para a gestão e governança dessa área, assim como atender às recomendações de auditoria do TCU:

- Definição dos processos de incidentes e mudanças, a partir de uma abordagem simplificada do modelo de qualidade ITIL para serviços de TI;
- Padronização e formalização da fase de gestão da contratação de TI, com base na IN 04/2010. PA PA nº 0001637-96.2013.5.04.0000.

4. Gestão Orçamentária

Devido a sua natureza, a área de TI gerencia uma parcela da ordem de R\$16,4 milhões anuais do orçamento do Tribunal. Além disso, nos últimos anos, o Tribunal tem recebido recursos para aquisição de soluções de TI a partir de projetos nacionais custeados pelo CSJT pelo Sistema Integrado de Gestão da Informação da Justiça do Trabalho.

5. Processos de contratações:

Em 2013, foram elaborados importantes processos de contratações de bens e serviços de TI para a manutenção e melhoria da infraestrutura tecnológica que suporta os diversos serviços disponibilizados, considerando especialmente a implantação do processo judicial eletrônico. Dentre as contratações, destacam-se a aquisição de aceleradores de rede WAN, o licenciamento ilimitado de banco de dados,

nobreaks para estações de trabalho, fábrica de *software* por pontos de função, serviços de atendimento, renovação da solução de pesquisa textual, aquisição de roteadores, ativos de rede para o interior do Estado e serviço de instalação de microcomputadores e equipamentos em geral para renovação e ampliação do parque com maior agilidade.

Ao todo, foram gerenciados 19 processos de contratação por pregão, 3 adesões a registros de preços, 4 participações em registros de preços, 20 aditivos contratuais e 71 dispensas de licitação.

Gestão de contratos

Durante o ano de 2013, foram gerenciados 167 contratos de diversas naturezas relativos a fornecimento de equipamentos, prestação de serviços técnicos, garantias, comunicação de dados, entre outros, dos quais 113 encontravam-se vigentes no final de 2013. No mesmo período, foram conferidas e atestadas 564 faturas de produtos e serviços contratados e realizadas 251 consultas de preços no mercado.

A seguir a relação dos contratos de tecnologia da informação vigentes ao final de 2013:

	DESCRIÇÃO	CONTRATO/ COMPRA	VENCIMENTO
1	Acesso e consulta às bases de dados de CPF/CNPJ da Receita Federal – Serpro	64/11	07.01.2014
2	Serviços de transporte, preparação, instalação e configuração de microcomputadores	0063/12-8	07.01.2014
3	Suporte e assistência técnica de PDDE	68/11	17.01.2014
4	TVs de LCD	0071/10-8	25.01.2014
5	Microcomputadores	71/10	27.01.2014
6	Microcomputadores	120/10	04.02.2014
7	Monitores de vídeo e TVs de LCD	0071/10-8	09.02.2014
8	Servidores 2008 – servidor de aplicação	0018/08-9	17.02.2014
9	<i>Scanners</i> incluindo assistência técnica e garantia	58/2010	01.03.2014
10	Aquisição de licenças Oracle com direito de uso ilimitado (ULA)	128/12	04.03.2014
11	Consultoria Modelo de qualidade MPS.BR	122/10	15.03.2014
12	Consultoria e suporte técnico JBOSS	017/11	18.03.2014
13	Consultoria suporte técnico Red Hat Enterprise Linux	018/11	18.03.2014
14	Consultoria e suporte técnico IBM	019/11	18.03.2014
15	Consultoria e suporte técnico VMware	019/11	18.03.2014
16	Consultoria e suporte técnico Zabbix	022/11	18.03.2014
17	Acesso à base de dados dos sistemas de cadastro de CPF/CNPJ	27/2011	27.03.2014

18	Transporte, instalação, manutenção, substituição de peças e execução de rotinas em equipamentos de TI	104/11	01.04.2014
19	Renovação de Suporte ABBYY Recognition Server 3.0 – 20 milhões de páginas por ano	0425/13-4	15.05.201
20	Acesso <i>software</i> DEBIT (10 acessos)	0351/13-4	23.05.2014
21	Computadores <i>workstation</i> (estação de trabalho)	12/2010	27.05.2014
22	Serviço de comunicação de dados – internet 100 Mbps	40/12	30.05.2014
23	Renovação suporte <i>software</i> CITRIX XENAPP – 316 subscrições	0018/12-8	1º.06.2014
24	Renovação de subscrições do <i>software</i> CITRIX XENAPP	0485/13-4	1º.06.2014
25	Serviço de comunicação de dados – João Telles (BB 353320)	44/11	16.06.2014
26	Subscrições de suporte de <i>software</i> VMWARE (BB 479695)	0023/13-8	18.06.2014
27	Links ADSL – SETIC	0622/13-4	30.06.2014
28	Acesso <i>software</i> DEBIT (30 acessos)	0600/13-4	1º.07.2014
29	Acesso à internet (34MB)	63/11	31.07.2014
30	Manutenção de licenças de <i>softwares</i> Oracle	53/12	1º.08.2014
31	<i>Scanner</i> de produção	88/11	05.08.2014
32	Solução de gravação de audiências de primeiro grau	157/11	22.08.2014
33	Serviço de análise e desenvolvimento Java	37/2013	26.08.2014
34	Acesso <i>software</i> DEBIT (45 acessos)	0739/13-4	26.08.2014
35	Serviço de contagem de pontos de função	38/2013	26.08.2014
36	<i>Software</i> Radar – Enciclopédia Homeopática	0730/13-4	28.08.2014
37	<i>Notebooks</i>	89/11	25.09.2014
38	Manutenção de grupos de geradores trifásicos	107/11	29.09.2014
39	Suporte e manutenção do <i>software</i> Trace GP	09/12	30.09.2014
40	Leitoras de <i>smart card</i>	0852/13-4	21.10.2014
41	Projetor multimídia Full HD	0984/11-4	02.11.2014
42	Manutenção de <i>softwares</i> Oracle – Doação CSJT/TST	127/2012	04.11.2014
43	<i>Switches</i> de rede para o interior do Estado	147/11	16.11.2014
44	Configuração e parametrização do <i>software</i> Trace GP	146/11	18.11.2014
45	Aquisição de solução de gerenciamento de chamados telefônicos da Setic na central telefônica	96/13	21.11.2014
46	Pistolas de código de barras	0938/13-4	24.11.2014
47	Acesso Internet – <i>notebooks</i>	110/09	26.11.2014

48	Associação à Sucesu	1028/13-4	10.12.2014
49	Serviços de <i>help-desk</i> – área TIC	81/2013	13.12.2014
50	Bateria de <i>nobreak</i> – CPD secundário	0935/13-4	15.12.2014
51	Servidores de aplicação	0027/10-9	26.12.2014
52	Computador <i>workstation</i> (estação de trabalho)	1014/11-4	16.01.2015
53	Rede corporativa WAN	66/2012	23.01.2015
54	Solução Integrada de Gerenciamento de Serviços de TIC	121/13	16.02.2015
55	<i>Software Jaws</i> para deficientes visuais	118/13	27.02.2015
56	Microcomputadores	59/2010	10.03.2015
57	Solução de prevenção de intrusão para conexão à rede IPS	PE-96/11	1º.04.2015
58	Multiplexadores SAN	158/11	02.04.2015
59	<i>Link</i> de Dados – Espaço Judiciário do Shopping Praia de Belas	0345/13-4	21.04.2015
60	Projetores multimídia – Núcleo de Ensino a Distância	0384/13-4	07.05.2015
61	Serviço de acesso a solução integrada de colaboração e comunicação corporativa baseada em nuvem, incluindo suporte técnico, implantação e treinamento	109/2012	08.05.2015
62	<i>Notebooks</i>	116/10	18.05.2015
63	<i>Docking stations</i>	39/12	05.06.2015
64	Solução de Business Intelligence (BI)	113/2012	24.06.2015
65	Manutenção preventiva e corretiva – Sala-cofre	126/12	07.07.2015
66	<i>Nobreaks</i>	163/11	16.07.2015
67	Terminais de autoatendimento	169/11	17.07.2015
68	Monitores e TVs de LED	161/2011	07.08.2015
69	Subsistema automatizado de <i>backup</i> Tape Library	81/12	18.10.2015
70	Fibra ótica para interligação dos dois prédios do Foro Trabalhista de Santa Rosa	0902/13-4	18.10.2015
71	<i>Software</i> SIABI Biblioteca	0884/12-4	13.11.2015
72	Certificação de Assinatura de Código	1025/13-4	12.12.2015
73	Subscrições JBOSS	121/12	20.12.2015
74	Manutenção preventiva e corretiva de central telefônica	49/2013	08.01.2016
75	Monitores e TVs de LED	123/12	14.01.2016
76	Computadores servidores de rede (RP CMB e INMETRO)-	160/11	18.01.2016
77	Impressoras <i>laser</i> monocromáticas e suprimentos	166/11	30.01.2016
78	Scanners de mesa para digitalização de documentos	130/2012	06.02.2016

79	Impressoras <i>laser</i> monocromáticas e suprimentos	171/11	15.02.2016
80	Subsistema automatizado de <i>backup</i> – Tape Library	80/12	19.02.2016
81	<i>Firewall</i>	100/12	28.02.2016
82	Sistemas de armazenamento de dados – SAN Storage	150/11	08.03.2016
83	Console para <i>rack</i> (teclado, vídeo, <i>mouse</i>)	15/2013	21.03.2016
84	<i>Tokens</i> para certificação digital	0027/12-9	31.03.2016
85	Manutenção preventiva e corretiva de centrais telefônicas	84/2013	01.04.2016
86	Convênio para intercâmbio de informações textuais – IOB Online Jurídico.	0301/11-4	03.04.2016
87	Solução de ativos de rede local (<i>switches</i>)	61/12	07.04.2016
88	Manutenção dos <i>switches</i> que compõem a solução de armazenamento de dados do Tribunal	116/2013	08.04.2016
89	Solução integrada de <i>software</i> de gestão de portfólios e projetos	38/11	10.04.2016
90	<i>Blades</i>	CSJT	19.04.2016
91	Aquisição de impressoras <i>laser</i> monocromáticas e multifuncionais	132/12	05.06.2016
92	Aquisição de <i>nobreak</i>	14/2013	17.06.2016
93	Impressoras <i>laserjet color</i> M551DN	0503/13-4	1º.07.2016
94	Ampliação da solução de armazenamento de dados do Tribunal	117/13	09.09.2016
95	Licenças e subscrições de <i>software</i> IBM TSM	114/2013	30.11.2016
96	<i>Racks</i> para CPDs do Foros Trabalhistas do Interior	103/12	13.12.2016
97	Licenças e subscrições de <i>software</i> VMware	115/13	25.12.2016
98	Contratação de consultoria e treinamento no <i>software</i> Trace GP, para a implantação de escritório de projetos na Seapa, Segesp e Semprow	167/11	26.12.2016
99	<i>Scanners</i> para renovação do parque de equipamentos	122/13	05.03.2017
100	Aquisição de microcomputadores para renovação e expansão do parque do Tribunal	129/2012	1º.04.2017
101	Sistema de busca corporativa (Pesquisa Textual Google)	112/13	02.04.2017
102	<i>Blades</i>	CSJT	02.04.2017
103	Cartões tipo <i>smart card</i>	0004/11-9	23.06.2017
104	Acesso ao sistema de gerenciamento de informações do Detran/RS	12/2013	30.06.2017
105	Microcomputadores para renovação e expansão do parque do Tribunal	129/2012-1	18.09.2017
106	Estações de trabalho (<i>Workstations</i>) para CFTV do	0003/13-9	04.11.2018

104	Acesso ao sistema de gerenciamento de informações do Detran/RS	12/2013	30.06.2017
	Tribunal		
107	Otimizadores de Rede WAN	85/2013	28.11.2018
108	Comutadores de rede (<i>switches</i>) para o interior do Estado	90/2013	08.12.2018
109	Servidores de Rede	110/13	20.03.2019
110	<i>Nobreaks</i> para CDPs dos Foros Trabalhistas do Tribunal	100/13	36 meses do recebimento definitivo
111	Microcomputadores	111/13	48 meses do recebimento definitivo
112	<i>Workstation</i> (estação de trabalho) – Escola Judicial	0007/13-9	5 anos do recebimento definitivo
113	Roteadores para Acesso à Internet	103/13	5 anos do recebimento definitivo

7. Plano Anual de Capacitação:

Em 2013, foi elaborado novo Plano Anual de Capacitação que visa a aperfeiçoar as competências técnicas e gerenciais dos servidores da Setic. O Plano Anual de Capacitação é um instrumento da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal, instituído pelo Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006. A elaboração de um plano anual de capacitação voltado à gestão de tecnologia da informação foi uma das determinações do Acórdão nº 381/2011 do TCU, observando as práticas contidas nas Normas Técnicas – ITGI – Cobit 4.1, PO7.2 e PO7.4, bem assim no guia de orientação para elaboração do plano de capacitação, no Portal SIPEC/MPOG (PA nº 0001295-85.2013.5.04.0000).

8. Expansão do uso do *Software* TraceGP no TRT

O *software* TraceGP permite o registro e o gerenciamento de projetos e demandas. Utilizado inicialmente apenas pela Setic, hoje atende diversas áreas do Tribunal como suporte ao gerenciamento de projetos e demandas.

A Setic auxiliou e acompanhou a implantação nas seguintes áreas:

- Reformulação do formulário da Central de Serviços da TI para atender às novas regras de contratação de equipes de *help-desk*;
- Seção de Transportes;
- Seção de Manutenção de Viaturas;
- Seção de Artífices;
- Criação de um formulário próprio para atendimento de demandas oriundas do PJe-JT;

9. Portfólio de projetos de TI

Durante o ano de 2013, o Escritório de Projetos acompanhou os projetos de TI em diversas fases de seu ciclo de vida (propostas, planejamento, execução ou encerramento). A atuação se deu em forma de *coaching* aos gerentes na fase de planejamento, acompanhamento pela ferramenta TraceGP, encaminhamento de pontos de atenção identificados e disponibilização de relatórios e *dashboards* dos projetos para a Direção da Setic e a Comissão de Informática.

10. Política de Segurança da Informação

- Revisão da atual Política de Segurança da Informação (PSI): a PSI foi revisada em atendimento às recomendações do Tribunal de Contas da União, contidas no relatório do Acórdão nº 381/2011, bem como em face da contratação da solução integrada de colaboração e comunicação baseada em nuvem. Aprovada pelo Comitê de Segurança da Informação e pela Comissão de Informática, a proposta foi encaminhada à Presidência em abril de 2013, com publicação da Portaria nº 8.604/2013, em 07.11.2013 (PA nº 0003728-96.2012.5.04.000).
- Proposta de novas normas complementares, aprovadas pelo Comitê de Segurança da Informação e pela Comissão de Informática
- Uso de recursos de tecnologia da informação e controle de acesso. Aprovada e publicada Portaria nº 8.604/2013, em 07.11.2013 (PA nº 0003728-96.2012.5.04.000);
- Procedimentos de *backup* e recuperação de dados. Aprovada e publicada Portaria nº 8.605/2013, em 06.11.2013 (PA nº 0004550-85.2012.5.04.000).

11. Classificação da Informação

Em atendimento às recomendações do Tribunal de Contas da União, contidas no relatório de auditoria do Acórdão 381/2011, foi realizado estudo pelo Escritório de Segurança que, após análise pelo Comitê de Segurança da Informação, foi encaminhado à Presidência em 27.05.2013 o expediente (PA nº 0001100-03.2013.5.04.0000) para definição sobre o prosseguimento do projeto. O expediente retornou ao Comitê de Segurança em 09.12.2013 e aguarda análise.

12. Análise de riscos

Foi realizada a análise de riscos sobre os ativos do TRT, tendo como foco principal o sistema de Processo Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT. Nova análise deve ocorrer em 2014.

13. Campanha de Sensibilização de Segurança da Informação

Promoção de palestras nos programas de ambientação para novos servidores.

14. Certificação Digital

Por meio do Pregão Eletrônico nº 37/2012 e da Ata de Registro de Preços nº 3/2013, o CNJ adquiriu certificados digitais para vários órgãos do Poder Judiciário, visando ao atendimento das exigências dos atuais sistemas utilizados nos diversos Tribunais.

Ao TRT 4ª Região foram destinados 287 certificados digitais, cuja emissão tem como finalidade suprir a necessidade de um segundo certificado digital para os magistrados, considerando a implantação do sistema de processo eletrônico – PJe-JT.

A emissão dos referidos certificados, segundo cronograma aprovado pelo CNJ, teve início em agosto de 2013 e término em dezembro de 2013, tendo sido, nesse intervalo de tempo, emitidos 268 certificados digitais.

Importante salientar que o prazo definido em conjunto com o CNJ foi cumprido graças ao trabalho colaborativo da Secretaria de Apoio aos Magistrados, que realizou todos os agendamentos e a solicitação de documentos previamente junto aos magistrados.

Em novembro de 2013, foi encaminhada estimativa ao CNJ para fornecimento, em 2014, de certificados digitais para os servidores, consideradas as unidades em que já implantado e em que prevista a implantação do processo eletrônico.

15. Auditoria Seconti

Em 2013, foi realizada Avaliação da Política de Segurança pela Secretaria de Controle Interno do TRT (formalizada por meio dos PAs nº 1086-19.2013.5.04.0000 e nº 3802-19.2013.5.04.0000). Em face das recomendações apresentadas, foram apresentados relatório circunstanciado pela Setic e cronograma de ações.

16. Auditoria TCU (Acórdão nº 381/2011)

ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES A CARGO DA SETIC

AÇÕES	SITUAÇÃO NA SETIC	DATA	SITUAÇÃO NO TRT
Atualização da norma de segurança da informação vigente	Concluída	Abril de 2013	Concluída. Portaria nº 8604/2013 publicada em novembro de 2013.
Elaboração da Política de Classificação da Informação	Concluída	Abril de 2013	Em andamento. Expediente devolvido ao Comitê de Segurança da Informação em dezembro de 2013
Regulamentação dos processos de gestão de incidentes e mudanças, mapeados com base na biblioteca ITIL	Concluída	Abril de 2013	Concluída
Definição do processo de gestão de incidentes de segurança da Informação	Em andamento	-	-

AÇÕES	SITUAÇÃO NA SETIC	DATA	SITUAÇÃO NO TRT
Regulamentação do processo de gestão de projetos da STI	Concluída	Abril de 2013	Concluída
Aprimoramento do processo de contratação e gestão de contratos de TI, com base na IN-4			
1) Regulamentação da fase de planejamento	Concluída	Julho de 2013	Concluída
2) Regulamentação da fase de gestão do contrato	Concluída	Abril de 2013	
Inventariar principais ativos de informação	Concluída	Agosto de 2013	Concluída
Implementar solução capaz de consolidar os inventários dos ativos de informação, atualmente dispersos	Em andamento		Adquirida no final de 2013 a solução vencedora do certame gerenciado pelo TRT 9ª Região. Implantação prevista para 2014.
Elaboração do PDTI	Concluída	Abril de 2013	Concluída
Acompanhamento do comportamento dos indicadores elencados no Planejamento Estratégico de TIC	Contínuo	Contínuo	-
Reunião de avaliação da estratégia	Contínuo	Periódico, a cada 3 meses	-
Definição dos papéis e responsabilidades de todas as áreas da Setic	Concluída	Abril de 2013	-
Regulamentação do processo de desenvolvimento de <i>software</i>	Concluída	Abril de 2013	Concluída
Elaboração dos itinerários formativos	Concluída	Abril de 2013	-
Elaboração do plano anual de capacitação	Concluída	Abril de 2013	Aguarda aprovação

SECRETARIA DE GESTÃO DE MUDANÇAS

A implantação do Sistema Processo Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT no TRT4 teve início em agosto de 2012, sob responsabilidade do Grupo de Trabalho Multidisciplinar instituído pela Portaria nº 5.371, de 16.08.2012, e do Comitê Gestor Regional, criado pela Portaria nº 5.370, de 16.08.2012.

A execução do projeto envolve a coordenação de diferentes atividades, inerentes às áreas administrativa e judiciária do Tribunal, e, em razão disso, a partir de abril de 2013, o Desembargador do Trabalho Cláudio Antônio Cassou Barbosa passou a atuar na implantação do Sistema PJe-JT, de acordo com a Resolução Administrativa nº 04, de 11.04.2013.

Em setembro de 2013, foi criada a Secretaria de Gestão de Mudanças, por meio da Portaria Conjunta nº 6.954/2013, para atender a necessidade de gerenciar e acompanhar adequadamente os principais processos de mudança organizacional, planejando e executando o suporte operacional a estes projetos e eventos, por suas Coordenadorias de 1º e 2º Graus, e das ações de promoção da saúde ocupacional desenvolvidas pela Assessoria de Relações Internas.

Antes da criação da Secretaria de Gestão de Mudanças, a Assessoria de Relações Internas vinha executando projetos relacionados à saúde física e mental de magistrados e servidores e às relações de trabalho. A partir da publicação da Portaria nº 6.954/2013, referida Assessoria passou a compor a Secretaria de Gestão de Mudanças para atuar de forma coordenada com as equipes de implantação do PJe-JT e participar da preparação e do acompanhamento relativos às mudanças inerentes ao processo eletrônico.

A Secretaria de Gestão de Mudanças reuniu em um mesmo setor, sob a coordenação-geral do Presidente do Comitê Gestor Regional do Sistema PJe-JT, Desembargador Cláudio Antônio Cassou Barbosa, servidores que já vinham atuando na implantação, com lotação em diferentes áreas, para atuarem nas principais etapas das mudanças que o sistema PJe-JT impõe à cultura organizacional no âmbito do TRT da 4ª Região, e tem funções e atividades direcionadas a grandes grupos de ações, elencadas nas seguintes vertentes:

AÇÕES INSTITUCIONAIS

- Identificar os fatores de resistência à mudança, para adoção de medidas preventivas e tratamento de suas causas;
- Identificar e gerenciar os riscos técnicos, externos, gerenciais e organizacionais dos processos de mudança;
- Planejar ações preventivas relacionadas à saúde física e mental como forma de amenizar os efeitos das mudanças;
- Planejar o envolvimento das partes interessadas em tais processos;
- Planejar a comunicação com o público afetado pelas mudanças;
- Operar contatos para troca de experiências com outros Regionais.
- Realização de visitas aos Foros com PJe para avaliação;
- Realização de reuniões sobre a implantação e configuração do PJe com Procuradorias (PGE, MPT, PGM).
- Realização de palestras para a sensibilização dos futuros usuários do sistema;
- Apresentação do projeto de implantação do Sistema PJe-JT no Encontro da Magistratura e no Encontro de Gestores;
- Realização de cursos de capacitação para advogados e peritos;
- Capacitação de advogados para serem instrutores de PJe pela OAB;
- Realização de reuniões com a OAB;
- Visitas a outros TRTs para troca de experiências;
- Participação de reuniões em Brasília;
- Acompanhamento dos grupos de negócios para definição de novas funcionalidades do PJe.

As principais ações internas realizadas nesse sentido foram:

- 23.04.2013 – Visita ao Foro Trabalhista de Caxias do Sul;
- 08.05.2013 – Reunião com os juízes de Porto Alegre;
- 09.05.2013 – Reunião com Diretores de Secretaria de Porto Alegre;
- 09.05.2013 – Visita a São Leopoldo;
- 10.05.2013 – Reunião com a Secretaria de Gestão de Pessoas – Segesp sobre a capacitação de servidores;
- 14.05.2013 – Visita à Vara do Trabalho de Guaíba;
- 14.05.2013 – Reunião com instrutores de PJe-JT de 1º Grau;
- 16.05.2013 – Reunião com juízes do Foro Trabalhista de Canoas;
- 16.05.2013 – Reunião com juízes do Foro Trabalhista de Esteio;
- 17.05.2013 – Reunião com Assessoria de Gestão Estratégica;
- 22.05.2013 – Reunião com Juízes de Erechim e visita ao Foro Trabalhista de Erechim;
- 27.05.2013 a 29.05.2013 – Realização de palestras de introdução ao PJe-JT para servidores de Canoas e Porto Alegre;
- 05.06.2013 – Reunião sobre a Central de Atendimento aos Advogados;
- 07.06.2013 – Reunião do Comitê Gestor;
- 07.06.2013 – Participação na palestra do Juiz José Hortêncio para os Juízes de 1º Grau;
- 11.06.2013 – Realização de palestra de introdução ao PJe para servidores da CDF, CM e segurança de Canoas;
- 11.06.2013 – Reunião com instrutores de 1º Grau;
- 20.06.2013 – Reunião do Comitê Gestor;
- 02.07.2013 – Reunião do Grupo de Trabalho para uniformização de procedimentos;
- 09.07.2013 – Reunião com a área judiciária de 2º Grau;
- 15.07.2013 – Reunião com o Des. Ricardo Fraga sobre o Encontro da Magistratura;
- 16.07.2013 – Reunião com os juízes e Diretores de Secretaria de Canoas;
- 26.07.2013 – Visita ao Foro Trabalhista de Santa Rosa;
- 29.07.2013 – Acompanhamento da implantação no Foro Trabalhista de Canoas;
- 30.07.2013 – Reunião de alinhamento com demais projetos estratégicos;
- 02.08.2013 – Projeto Auditoria;
- 15.08.2013 – Reunião de levantamento de riscos do projeto;
- 19.08.2013 – Treinamento para Central de Atendimento de Porto Alegre;
- 29.08.2013 – Reunião com a AGE;
- 04.09.2013 – Reunião com os juízes do Foro Trabalhista de Porto Alegre;
- 23.09.2013 – Acompanhamento da implantação do Sistema PJe-JT em Porto Alegre;
- 26.09.2013 e 27.09.2013 – Participação no projeto Auditoria em Caxias do Sul;
- 17.09.2013 e 18.09.2013 – Participação no Encontro Institucional da Magistratura;
- 07.10.2013 e 08.10.2013 – Visitas às Varas do Trabalho de Porto Alegre;
- 08.10.2013 – Reunião com a AGE;
- 09.10.2013 a 11.10.2013 – Participação no Encontro de Gestores;
- 11.10.2013 – Acompanhamento da primeira audiência utilizando o Sistema PJe-JT em Porto Alegre;

- 16.10.2013 – Reunião de análise de riscos;
- 18.10.2013 – Reunião sobre a integração do Sistema PJe-JT com o e-Jus²;
- Agosto de 2013 – Acompanhamento do Projeto Auditoria e Apoio Administrativos em Porto Alegre e Guaíba;
- Setembro de 2013 – Acompanhamento do Projeto Auditoria e Apoio Administrativos em Caxias;
- Outubro de 2013 – Participação no Encontro de Gestores;
- Outubro de 2013 – Acompanhamento do Projeto Auditoria e Apoio Administrativos em Rio Grande;
- Novembro de 2013 – Acompanhamento do Projeto Auditoria e Apoio Administrativos em Erechim;
- Novembro de 2013 – Preparação para implantação do Sistema PJe-JT em Estrela;
- Dezembro de 2013 – Treinamentos para servidores de Estrela;
- Dezembro de 2013 – Inauguração do Sistema PJe-JT em Estrela;

As principais ações externas realizadas nesse sentido foram:

- 26.04.2013 – *Workshop* no Seminário de Processo Eletrônico da OAB/RS;
- 02.05.2013 – Visita ao TRT da 12ª Região/SC;
- 06.05.2013 – Visita ao TRT da 1ª Região/RJ;
- 09.05.2013 – Reunião com a Comissão de TI da OAB/RS;
- 10.05.2013 – Apresentação do Sistema PJe-JT para Procuradores e servidores no MPT;
- 22.05.2013 e 23.05.2013 – Reunião do Coleprecór com o Juiz José Hortêncio;
- 24.05.2013 – Visita ao TRT da 3ª Região/MG;
- 29.05.2013 – Reunião com advogados da AGU;
- 06.06.2013 – Participação no IV Encontro Nacional de Processo Eletrônico em Porto Alegre (TJ/RS);
- 07.06.2013 – Reunião com representantes da OAB/RS, Agetra e Satergs com a presença do Juiz José Hortêncio Júnior;
- 13.06.2013 – Reunião com advogados da CEF;
- 21.06.2013 – Participação em audiência pública da Agetra;
- 26.06.2013 e 27.06.2013 – Participação em curso para instrutores de PJe-JT em Brasília (Enamat);
- 04.07.2013 – Participação em reunião com o Sintrajufe;
- 25.07.2013 – Reunião com a OAB/RS;
- 31.07.2013 – Reunião com a PGE;
- Agosto de 2013 – Palestra em Cachoeira do Sul para OAB/RS;
- 27.08.2013 e 28.08.2013 – Reuniões do Coleprecór, com o Juiz Paulo Cristóvão;
- 25.09.2013 e 26.09.2013 – Reunião de Comissão de Desembargadores em Brasília sobre parametrização, distribuição e competências.
- 27.09.2013 – Reunião na OAB sobre portal único do processo eletrônico (TRF, TJ, TRT);
- 23.10.2013 – Reunião com o MPT.

AÇÕES OPERACIONAIS

Em 2013, foram desenvolvidas as seguintes ações operacionais pela Secretaria de Gestão de Mudanças:

- Planejamento e organização de cursos de capacitação para magistrados e servidores;
- Acompanhamento de audiências de processos eletrônicos;
- Acompanhamento de todas as sessões de 2º Grau com processos eletrônicos;
- Apoio constante a magistrados e servidores quanto à operação do Sistema PJe-JT;
- Realização de testes de novas versões do Sistema PJe-JT;
- Elaboração e atualização de manuais de uso do sistema;
- Atendimento de demandas sobre processos eletrônicos recebidas pela Ouvidoria;
- Definição das datas de atualização de versões do Sistema PJe-JT;
- Encaminhamento de melhoras no sistema junto ao CSJT;
- Realização de reuniões para integração do projeto de Implantação do Sistema PJe-T com os demais projetos estratégicos do Tribunal (Atendimento ao Público, Saúde, Ergonomia, *layout* de salas de audiências).

Nesse sentido, foram realizadas as seguintes atividades:

- Reuniões com assessores e secretários das 3ª, 7ª e 8ª Turmas;
- Capacitação de usuários do PJe, nos quantitativos apresentados no seguinte quadro:

NÚMERO DE USUÁRIOS CAPACITADOS EM PJE	
Servidores de 1º Grau	746
Servidores de 2º Grau	312
Juízes de 1º Grau	163
Desembargadores	42
Advogados	4.000
Procuradores Públicos	80
Peritos	500

A capacitação de usuários externos ocorreu nas seguintes datas, e conforme descrito:

- 10.05.2013 – Apresentação do Sistema PJe-JT para procuradores e servidores no MPT;
- 14.05.2013 – Palestra sobre o Sistema PJe-JT para advogados de Viamão pelo Juiz Marcelo Bergmann Hentschke;
- 16.05.2013 – Capacitação de funcionários da OAB/RS em PJe-JT;
- 17.05.2013 – Reunião com Procuradores da PGE;
- 21.05.2013 e 22.05.2013 – Treinamento para advogados em Erechim;
- 24.05.2013 – Apresentação do PJe no Colégio de Diretorias da OAB, em Novo Hamburgo;
- 31.05.2013 – Treinamento para Procuradores da PGE;
- 04.06.2013 – Treinamento para advogados da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT;
- 14.06.2013 – Treinamento para advogados de Canoas;
- 03.07.2013 – Treinamento para advogados de São Leopoldo;
- 05.07.2013 – Treinamento para advogados de Canoas;
- 19.07.2013 – Treinamentos para advogados de Canoas;
- 02.08.2013 – Treinamentos para advogados na OAB de Porto Alegre;

- 07.08.2013 – Palestra sobre o Sistema PJe-JT para advogados de Tramandaí pelo Juiz Marcelo Bergmann Hentschke;
- 16.08.2013 – Treinamento para Procuradores do MPT;
- Outubro de 2013 – Treinamento para advogados de Caxias do Sul e região;
- Novembro de 2013 – Treinamento para peritos de Porto Alegre;
- Novembro de 2013 – Palestra para universitários de Porto Alegre.

Atualmente, o sistema de Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT) opera em 60 das 132 Varas do Trabalho (Foros Trabalhistas de Porto Alegre, Caxias do Sul, Canoas, São Leopoldo, Rio Grande, Erechim, Santa Rosa, Esteio, Estrela e varas isoladas de Guaíba e Encantado), além do Posto Avançado de São Sebastião do Caí. No 2º Grau, o PJe-JT está implantado em todas as classes processuais originárias (seções especializadas) e em 3 Turmas-piloto (Terceira, Sétima e Oitava), além da Seção Especializada em Execução.

Assessoria de Relações Internas

Desde seu surgimento, no início de 2012, até outubro de 2013, a Assessoria Extraordinária de Relações Internas desenvolveu as seguintes atividades:

a) Assessoria a ações e projetos institucionais:

- **Projeto Auditoria e Apoio Administrativos:** Construção e coordenação do projeto; acompanhamento do processo de trabalho pelo grupo de apoio através de reuniões internas e com as áreas; coordenação das equipes nas visitas em quase todas as unidades de 1º Grau.
- **PJe-JT:** A Assessoria buscou um alinhamento com ações que já ocorriam para acompanhar e sensibilizar as Unidades (como o Projeto Auditoria). Foi realizada parceria com doutoranda da UFRGS para estudo aprofundado dos impactos do processo eletrônico na saúde de magistrados e servidores.
- **Projeto de Atendimento ao Público:** Assessoria na condução do projeto e na elaboração e execução em ações de capacitação e sensibilização das pessoas para consolidação da Central de Atendimentos em Porto Alegre.
- **Núcleo Multidisciplinar de Capacitação:** Foi realizada apenas uma reunião da equipe, com o intuito de discutir a política de capacitação institucional através de diversas áreas.
- **Núcleo Trabalho Seguro:** Assessoria no planejamento e na execução da Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho.
- **Projeto de Promoção da Saúde Ocupacional (PCMSO/PPRA):** Participação nas reuniões de equipe e acompanhamento das unidades-piloto no início da implantação.
- **Fundação de Atendimento Socioeducativo – Fase:** Assessoria a grupo de trabalho sob responsabilidade da Vice-Presidente para convênio de estágio entre TRT4 e Fase/FPE/Fasc para a prestação de trabalho educativo.

b) Planejamento e acompanhamento de ações de capacitação e desenvolvimento:

- **Assessoria à Direção do Foro:** Foi realizado diagnóstico de problemas e necessidades em todas as unidades da Direção do Foro, e aberto espaço de discussão entre os gestores para troca de experiências e construção de soluções coletivas para demandas levantadas. O trabalho possibilitou também a liberação de espaço semanal para discussão entre os Diretores das Varas do Trabalho. A integração com o Projeto Auditoria permitiu concluir o diagnóstico nas unidades de 1º Grau em Porto Alegre para, a partir disso, propor ações de acompanhamento dos impactos do processo eletrônico.
- **Formação inicial de magistrados:** Participação na elaboração e execução de ação de integração e sensibilização de magistrados para o papel de gestor.
- **Apoio à Comissão de Concursos:** Assessoria na seleção de empresas para realização de etapa de entrevistas e avaliação psicológica.
- **Itinerário formativo para diretores, da EJ:** Elaboração da ementa de gestão de pessoas, assessoria na seleção dos profissionais que executaram o programa e acompanhamento das aulas para aprimoramento.
- **Programa de Ambientação – Integrar-te:** Participação para apresentação da Assessoria e sensibilização quanto ao lugar dos novos servidores na Justiça do Trabalho.
- **Desenvolvimento de equipes:** VT de Guaíba; Secretaria de Manutenção e Projeto – Sempro; 10ª VT de Porto Alegre; 12ª VT de Porto Alegre; Escola Judicial.
- **Participação em Encontros Institucionais:** Painel sobre Saúde no Trabalho no Encontro de Gestores de 2012; construção da proposta e acompanhamento dos grupos temáticos no Encontro de Magistrados em 2012; apresentação da Secretaria de Gestão de Mudanças em 2013.
- **Mediação de conflitos.**

ESCOLA JUDICIAL

1. Composição da Escola Judicial

Em 2013, a Direção da Escola Judicial foi exercida pelo Desembargador Denis Marcelo de Lima Molarinho. O Conselho Consultivo foi integrado pelos Desembargadores Ione Salin Gonçalves (aposentada), João Ghisleni Filho, Ricardo Carvalho Fraga, Carmen Izabel Centena Gonzalez, e pelos Juízes Luciane Cardoso Barzotto, Rubens Fernando Clamer dos Santos Júnior, Carlos Alberto Zogbi Lontra e Carolina Hostyn Gralha Beck. O Juiz Carlos Alberto Zogbi Lontra atuou como Coordenador Acadêmico até o dia 28 de maio de 2013, quando renunciou ao cargo. Em reunião do Conselho Consultivo realizada em 10 de junho de 2013, o Desembargador Ricardo Carvalho Fraga foi eleito como o novo Coordenador Acadêmico da EJ.

Composição até 13.12.2013:

Desembargador DENIS MARCELO DE LIMA MOLARINHO – Diretor

Juiz CARLOS ALBERTO ZOGBI LONTRA – Coordenador Acadêmico até 28.05.2013

Desembargador RICARDO CARVALHO FRAGA – Coordenador Acadêmico de 10.06.2013 a 13.12.2013

Conselho Consultivo:

Desembargadora aposentada IONE SALIN GONÇALVES

Desembargador JOÃO GHISLENI FILHO

Desembargador RICARDO CARVALHO FRAGA

Desembargadora CARMEN IZABEL CENTENA GONZALEZ

Juiz RUBENS FERNANDO CLAMER DOS SANTOS JÚNIOR

Juíza LUCIANE CARDOSO BARZOTTO

Juiz CARLOS ALBERTO ZOGBI LONTRA

Juíza CAROLINA HOSTYN GRALHA BECK

Composição em 31.12.2013:

Desembargador JOSÉ FELIPE LEDUR – Diretor

Desembargador ALEXANDRE CORRÊA DA CRUZ – Vice-Diretor

Juiz LEANDRO KREBS GONÇALVES – Coordenador Acadêmico

Conselho Consultivo – Mandato até 2014

Desembargadora ROSANE SERAFINI CASA NOVA

Desembargadora ANA ROSA PEREIRA ZAGO SAGRILO

Juiz MÁRCIO LIMA DO AMARAL

Juiz Substituto TIAGO MALLMANN SULZBACH

Conselho Consultivo – Mandato até 2015

Desembargador RICARDO HOFMEISTER DE ALMEIDA MARTINS COSTA

Desembargadora aposentada TERESINHA MARIA DELFINA SIGNORI CORREIA

Juiz LEANDRO KREBS GONÇALVES

Juiz Substituto RODRIGO TRINDADE DE SOUZA

Coordenadoria de Formação e Aperfeiçoamento

Camila Frigo – Assessora-Chefe

Glades Helena Ribeiro do Nascimento – Assistente Administrativa

Tamira Kiszewski Pacheco – Assistente Administrativa

Ane Denise Baptista – Assistente Administrativa

Marco Aurélio Popoviche de Mello – Assistente Administrativo

Tassia Nunes da Silva – Estagiária de Administração

Bernardo Avalone Dreher – Estagiário de Informática

Coordenadoria de Documentação e Pesquisa

Regina Otília Figueira Maciel de Marco Ferreira – Assessora-Chefe – Bibliotecária

Adriana Godoy da Silveira Sarmento – Assistente – Bibliotecária

Clarissa Pereira Viana – Secretária Especializada

Eloísa Roveda Tschoepke – Secretária Especializada

Nilva Kalikosk – Assistente

Carla Teresinha Flores Torres – Bibliotecária

Norah Burchardt Piccoli – Bibliotecária

Rosemary de Vasconcellos Meissner – Técnico Judiciário – Área Administrativa

Bela Marina Ramos Mallmann – Estagiária de Biblioteconomia

Filipe Copetti – Estagiário de Biblioteconomia

Secretaria Executiva

Carmen Rosane Carvalho Dorfmann – Secretária-Executiva

Rosangela Menchik – Assistente

Karin Kazmierczak – Assistente

Dênis Ricardo Schorr – Assistente

Maria Luiza Beck Rad – Assistente

Beatriz Teresinha Marcante Flores – Auxiliar Especializado

Deborah Ullmann Volkind – Estagiária de Comunicação Social (até maio de 2013)

Ana Luiza de Sá – Estagiária de Comunicação Social (a partir de maio de 2013)

Em setembro de 2013, a Escola Judicial teve sua estrutura organizacional alterada, passando o Vice-Diretor a integrar sua composição (RA nº 19/2013, disponibilizada no DEJT de 11.09.2013, e publicada dia 12.09.2013) e 4 suplentes, para mandato de dois anos, permitida uma recondução.

Em sessão realizada no dia 4 de outubro de 2013, o Tribunal Pleno elegeu, para a gestão 2014-2015, os Desembargadores José Felipe Ledur e Alexandre Corrêa da Cruz, como Diretor e Vice-Diretor da Escola Judicial, respectivamente. Ambos tomaram posse nos cargos no dia 13 de dezembro de 2013.

Na mesma sessão plenária, também foram escolhidos os novos membros do Conselho Consultivo. Com mandato até 2014, passaram a integrar o Conselho as Desembargadoras Rosane Serafini Casa Nova e Ana Rosa Pereira Zago Sagrilo e os Juízes Márcio Lima do Amaral e Tiago Mallmann Sulzbach. Com mandato até 2015, foram eleitos os Desembargadores Ricardo Hofmeister de Almeida Martins Costa e Teresinha Maria Delfina Signori Correia (aposentada), juntamente com os Juízes Leandro Krebs Gonçalves e Rodrigo Trindade de Souza. Como Conselheiros suplentes foram escolhidos, por ordem de votação: Desembargador Marçal Henri dos Santos Figueiredo, Desembargador Raul Zoratto Sanvicente, Juíza Janaína Saraiva da Silva e Desembargador André Reverbel Fernandes.

Cumprindo o Regulamento da Escola Judicial, na primeira reunião realizada após a eleição no dia 17 de dezembro de 2013, o Conselho Consultivo designou para exercer as atribuições de Coordenador Acadêmico o Juiz Leandro Krebs Gonçalves, que sucede o Desembargador Ricardo Carvalho Fraga.

2. Eventos de Capacitação Profissional 2013

2.1 Ações de Formação Continuada de Magistrados

AÇÕES DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE MAGISTRADOS				
Data	Atividade	Ministrante	H/A	Magistrados
01.12.2012 a 04.01.2013	4º Módulo de Formação Inicial Juízes Vitaliciandos – Parte 1a	Ricardo Fioreze	58	27
07.01.2013	4º Módulo de Formação Inicial	Ricardo Fioreze	4,5	1

AÇÕES DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE MAGISTRADOS

Data	Atividade	Ministrante	H/A	Magistrados
	Juizes Vitaliciandos – Parte 1b			
22.01.2013	Treinamento do PJe para os Desembargadores da SDC – Turma 1	Marcela Sevaio Portillo	2	4
15.02.2013	Capacitação Presencial de Magistrados de Varas do Trabalho no PJe-JT	Ricardo Fioreze	6	8
07.01 a 01.03.2013	4º Módulo de Formação Inicial Juizes Vitaliciandos – Parte 2	Acácia Zeneida Kuenzer, Adilson Kemmerich da Cruz, Alberto Nudelmann, Ana Teresa Cirne Lima, Arthur Rogério Bork, Ben-Hur Silveira Claus, Carlos Alberto Zogbi Lontra, Carlos Henrique Selbach, Cinara Rosa Figueiró, Cláudio Scandolara, Cloceimar Lemes Silva, Cristiano Munhoz Thormann, Débora Brum, Denise Pacheco, Ewerton Renato Konkewicz, Fabíola Schivitz Dornelles Machado, George Achutti, Gustavo Friedrich Trierweiler, Gustavo Jaques, Homero Batista Mateus da Silva, Janaína Saraiva da Silva, João Alberto Maeso Montes, João Ghisleni Filho, João Luiz Peixoto da Silva, Joe Deszuta, Luis Antônio Alcoba de Freitas, Marcelo Bergmann Hentschke, Marcelo Papaléo de Souza, Marcos Josue Nonnenmacher, Maria Ester Fonseca Vieira, Mauricio Schmidt Bastos, Mauro Augusto Breton Viola, Oscar Marcelo Silveira da Silveira, Patrícia Gomes, Raul Zoratto Sanvicente, Renato Barros Fagundes, Ricardo Fioreze, Rubens Fernando Clamer dos Santos Júnior, Tiago Mallmann Sulzbach	311,5	26
15.03.2013	Palestra e Ateliê: Contribuições do Saber Psicanalítico para os Operadores do Direito	Maria Mônica Ouro Reis Veras	3	27
15.03.2013	Capacitação Presencial de Magistrados de Varas do Trabalho no PJe/JT	Ricardo Fioreze	6	10
26.03.2013	13º Curso de Formação Inicial da Enamat – Juizes Vitaliciandos*	Diversos	131	24
01.04.2013	Capacitação Presencial de Magistrados de Varas do Trabalho no PJe-JT	Ricardo Fioreze	2,5	6
11.04.2013	Seminário Acesso à Informação e Transparência – EJ/Memorial/TRT4 – Parte I	Benito Bisso Schmidt e Cristiano Paixão	4	21

AÇÕES DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE MAGISTRADOS				
Data	Atividade	Ministrante	H/A	Magistrados
12.04.2013	Seminário Acesso à Informação e Transparência – EJ/Memorial/TRT4 – Parte II	Fabiano Engelmann, Leandro Fortes e Keila Grimberg	3	13
12.04.2013	Seminário Acesso à Informação e Transparência – EJ/Memorial/TRT4 – Parte III	Dulce Chaves Pandolfi, Jessie Jane, Marcelo Chalreo, Maria de Assis Calsing e Silvia Hunold Lara	8	11
22.04.2013	Palestra Qualidade de Vida no Trabalho – EJ/Sipat	Mário César Ferreira	1,5	5
24.04.2013	Painel “As Mutações do Trabalho e a Saúde, O Processo Eletrônico e suas Repercussões sobre o Trabalho e Avaliação das Condições de Trabalho e Saúde dos Servidores do Judiciário Federal do RS” a partir de Pesquisa de Saúde Realizada pelo Sintrajufe – EJ/Sipat	Cândido Alfredo Silva Leal Júnior, Carlos Alberto Colombo e Geraldo Azevedo e Souza Filho	2,5	7
25.04.2013	Palestra Prevenção e Combate a Incêndio e Primeiros Socorros – EJ/SIPAT	Representante do Corpo de Bombeiros e Fábio Bortolotti	1,5	3
26.04.2013	Palestra Psicologia e Prestação Jurisdicional: o Juiz e a Emoção – EJ/Sipat	Lidia Reis de Almeida Prado	1,5	13
10.05.2013	Encontro dos Juízes Orientadores e Juízes Vitaliciandos	Acácia Zeneida Kuenzer e Ana Rosa Pereira Zago Sagrilo	7	20
28.10.2011 a 16.05.2013	Curso de Especialização em Direito do Trabalho – Convênio EJ-TRT4/Udelar	Mario Garmendia, Hugo Barretto, Jorge Rosenbaum, Hector Babace, Alvaro Rodriguez Azcue, Juan Faroppa, Alejandro Castello, Hugo Fernandez e Rosina Rossi	250	16
03 e 17.05.2013	Itinerário de Docentes: Teoria e Prática Pedagógica e Oficina de Prática em Docência	Maria Isabel da Cunha	14	5
26.04.2013, 03, 10 e 17.05.2013	Comunicação Assertiva	Débora Brum	16	10
24.05.2013	Sentença Líquida: Sistemas de Cálculo	Gustavo Adriano Weber e Jackson Ribeiro de Souza	7	9
24.05.2013	Coleta da Prova Oral – Curso 2 – Análise de Vídeos	Oscar Marcelo Silveira de Silveira	7	17
13.06.2013	Curso de Formação de Formadores em Teoria Geral do Juízo Conciliatório – Enamat*	Min. João Oreste Dalazen, Adriana Goulart de Sena Orsini, Antonio Rodrigues de Freitas Junior e outros	24	2
13 e 15.06.2013	III Congresso Brasileiro de Filosofia do Direito*	Não informado	24	1
20 e 21.06.2013	Curso de Formação Continuada em Temas de Perspectiva Comparada EUA – Brasil: Ações Coletivas e Direito Sindical – Enamat*	Antonio Gidi, Raimundo Simão de Melo, Américo Bedê Freire Júnior e Stanley Arthur Gacek	20	6

AÇÕES DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE MAGISTRADOS

Data	Atividade	Ministrante	H/A	Magistrados
26 e 27.06.2013	Curso de Formação de Formadores em Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – Enamat*	Márcia Csik, Cláudio Mascarenhas Brandão, Ricardo Mohallem, Alexandre de Azevedo Silva e José Hortêncio Ribeiro Júnior	10	7
14 e 28.06.2013	Capacitação Presencial de Magistrados de Varas do Trabalho no PJe-JT	Ricardo Fioreze	8	13
06.05 a 28.06.2013	Teoria Geral do Juízo Conciliatório – EaD	Denise Pacheco	40	24
03.06 a 07.07.2013	Curso de Formação de Formadores em Técnica de Instrução Processual – à Distância – Enamat*	Ricardo Córdova Diniz	40	1
15.05 a 09.07.2013	Efetividade da Execução Trabalhista – EaD	Rogério Fernandes Donizete	40	12
19.04 a 31.07.2013	4º Módulo de Formação Inicial Juízes Vitaliciandos – Parte 1c	Clocemar Silva, Patrícia Gomes, Gustavo Jaques, Ricardo Fioreze e outros	134,76	1
19.04 a 31.07.2013	4º Módulo de Formação Inicial Juízes Vitaliciandos – Parte 3	Acácia Zeneida Kuenzer, Patrícia Gomes, Ana Rosa Pereira Zago Sagrilo e Ricardo Fioreze	42	21
2013 – 1º semestre	Midiateca – EaD	vários	118,5	28
18.06 a 16.08.2013	5º Módulo de Formação Inicial Juízes Vitaliciandos	Adilson Kemmerich da Cruz, Antonia Mara Loguércio, Carlos Alberto Zogbi Lontra, Clocemar Lemes Silva, Denilson Ribeiro de Quadros, George Achutti, Gustavo Friedrich Trierweiler, Janaína Saraiva da Silva, João Luiz Peixoto da Silva, Marcelo Papaléo de Souza, Maria Ester Fonseca Vieira, Patrícia Gomes, Paula Goldmeier, Ricardo Carvalho Fraga, Ricardo Fioreze e Tiago da Silva Sutili.	300,5	3
09 e 23.08.2013	Capacitação PJe para Magistrados – Porto Alegre	Marcelo Bergmann Hentschke e Raquel Nenê Santos	12	11
16 e 30.08.2013	Capacitação PJe para Magistrados – Porto Alegre	Marcelo Bergmann Hentschke e Raquel Nenê Santos	12	3
26 a 30.08.2013	2º Curso Interinstitucional de Formação de Formadores: ENM-FRANÇA/ENAMAT/CEJ-CJF – ENAMAT*	Anne-Marie Morice e Catherine Grosjean	30	1
09, 16, 23 e 30.08.2013	Capacitação PJe para Magistrados – Porto Alegre	Luis Henrique Bisso Tatsch e Maria Silvana Rotta Tedesco	12	16
05.08 a 08.09.2013	2º Curso de Formação Continuada em Teoria Geral do Juízo Conciliatório – Modalidade à	Adriana Freitas de Aguiar, Ana Paola Diniz, Carolina França, Denise Couto, Agenor Pereira e	40	3

AÇÕES DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE MAGISTRADOS

Data	Atividade	Ministrante	H/A	Magistrados
	Distância – Enamat*	Bruno Motejunas		
06.09.2013	Encíclica Papal <i>Rerum Novarum</i> – Grupo de Estudos Direito Material	Dom Dadeus Grings	2,5	2
22.07 a 09.09.2013	Forum de Discussão Prévia VIII Encontro Institucional	Marcelo Bergmann Hentschke, Márcio Lima do Amaral e Ricardo Hofmeister de Almeida Martins Costa	2	28
30.08 e 13.09.2013	Capacitação PJe para Magistrados – Porto Alegre	Ricardo Fioreze, Maria Silvana Rotta Tedesco e Raquel Nenê Santos	12	29
13.09.2013	Debate Prévio Seminário de Jurisprudência Regional – Pelotas	Beatriz Renck e João Ghisleni Filho	3	7
16 a 19.09.2013	VIII Encontro Institucional da Magistratura do Trabalho do RS	José Hortêncio Júnior, Ricardo Antônio Mohallem, Cláudio Antônio Casou Barbosa, Natacha Moraes de Oliveira, João Alfredo Borges Antunes de Miranda, Beatriz Renck, Paulo Orval Particheli Rodrigues, Hélio Faraco de Azevedo, Reginald Felker e José Luciano de Castilho Pereira	21	196
19.08 a 20.09.2013	14º Curso de Formação Inicial da Enamat – Juízes Vitaliciandos*	vários	107	3
23.09.2013	Seminário “Os 70 Anos da CLT” – Femargs	Carlos Alberto Reis de Paula, Estevão Mallet e Cezar Britto	3	22
25.09.2013	Debate Prévio Seminário de Jurisprudência Regional – Caxias do Sul	Beatriz Renck e João Ghisleni Filho	3	7
27.09.2013	Debates Prévios Seminário de Jurisprudência Regional – EaD	Beatriz Renck e João Ghisleni Filho	3	42
27.09 e 04.10.2013	Capacitação PJe para Magistrados – Porto Alegre	Marcelo Bergmann Hentschke e Raquel Nenê Santos	12	13
11.10.2013	Palestra e Ateliê: Contribuições do Saber Psicanalítico para os Operadores do Direito	Maria Mônica Ouro Reis Veras	7	5
11.10.2013	Seminário de Jurisprudência Regional: Cognição e Execução	Beatriz Renck e João Ghisleni Filho	6	23
18.10.2013	Sentença Líquida: Treinamento Debit	Gustavo Adriano Weber	7	5
23.10.2013	Seminário Jurisdição Brasileira e Cooperação Internacional – CNJ*	Joaquim Barbosa, Guilherme Calmon Nogueira da Gama, Ricardo César Pérez Manrique e outros	6	1
24 e 25.10.2013	Seminário Direito Portuário – com visita técnica	Ronaldo Curado Fleury	14	15
25.10.2013	Mediação e Conciliação com Enfoques Práticos	Martha Halfeld de Furtado Mendonça	7	13
16.09 a 27.10.2013	Curso de Formação Continuada em Técnica de Instrução Processual – EaD – Enamat*	Andréa Presas Rocha, Flávio Luiz da Costa, Helena Rosa Mônico da Silva Lins Coelho e outros	40	17

AÇÕES DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE MAGISTRADOS

Data	Atividade	Ministrante	H/A	Magistrados
08.11.2013	Sentença Líquida: Treinamento Debit	Gustavo Adriano Weber	7,5	1
21 e 22.11.2013	Sentença Líquida: Treinamento Juriscalc	Sandra Mara Bom Nunes	7	1
08 e 22.11.2013	Capacitação PJe para Magistrados – Porto Alegre	Marcelo Bergmann Hentschke e Ricardo Fioreze	12	12
09.12.2013	Seminário A Justiça do Trabalho e sua História – Memorial TRT4	Marcelo Mac Cord	3	4
04.11 a 19.12.2013	Efetividade na Execução Trabalhista (EaD) – EJ/TRT6*	Maria Inês Cerqueira César Targa e Rodrigo Samico Carneiro	40	1
2013 – 2º semestre	Midiateca – EAD	vários	78	29

* Atividades externas de treinamento

AÇÕES DE APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS E SERVIDORES NA ÁREA JURÍDICA

Data	Atividade	Ministrante	H/A	Mag.	Serv.
08.03.2013	Aula Magna – Antecipação de Tutela	Teori Zavascki	2	51	155
21.03.2013	33º Fim de Tarde na EJ: A Ideia de Justiça: de Platão a Amartya Sen	Donaldo Schuler	1,5	18	68
22.03.2013	Programa Análise de Laudos Periciais – Saúde Mental	Guilherme Starosta	3,5	20	30
04 e 05.04.2013	Cálculos Trabalhistas – Passo Fundo	Arthur Rogério Bork	14	1	40
05.04.2013	Itinerário de Docentes: Módulo Pedagogia do Trabalho e Projeto Pedagógico da EJ/TRT4	Acácia Zeneida Kuenzer	7	10	4
19.04.2013	Seminário sobre Acidentes de Trabalho – Parte I	Hugo Carlos Scheuermann, Raimundo Simão, Ricardo Wagner Garcia e Sandro Eduardo Sarda	7	27	98
25.04.2013	34º Fim de Tarde na EJ: O Teletrabalho e o Real Decreto nº 03/2012	Jesus Lahera Forteza	1,5	5	27
26.04.2013	Itinerário de Docentes: Módulo Aprendizagem Significativa	Marco Antonio Moreira	7	8	8
09.05.2013	35º Fim de Tarde na EJ: Programa Preparação para a Aposentadoria – "Aspectos Emocionais" – 1ª Atividade	Claudio Eizirik	1,5	4	27
10.05.2013	Painel Repercussão Geral	Taís Schilling Ferraz	3,5	13	28
09, 30.04 e 14.05.2013	Introdução à Sociologia do Direito	Gabriel Eidelwein Silveira	9	3	20
21.05.2013	Pierre Bourdieu: a Sociologia do Campo Jurídico	Gabriel Eidelwein Silveira	4	2	18
07.06.2013	Função Revisora dos Tribunais	Manoel Antônio Teixeira Filho, Sérgio Gilberto Porto, Flavio	3,5	14	49

AÇÕES DE APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS E SERVIDORES NA ÁREA JURÍDICA					
Data	Atividade	Ministrante	H/A	Mag.	Serv.
		Portinho Sirangelo e Ben-Hur Silveira Claus			
14.06.2013	Seminário Sobre Acidentes de Trabalho – Parte II	Edilton Meireles de Oliveira Santos, Remígio Todeschini, Wanderley Codo e Claudia Salles Vilela Vianna	7	13	72
28.06.2013	Oficina de Sensibilização Trabalho Decente e a Coletivização do Processo – Parceria Conatrae*	José Armando Fraga Diniz Guerra, Jonas Ratier Moreno, Martha Halfeld Furtado de Mendonça Schmidt, Luis Alexandre de Faria e Rinaldo Guedes Rapassi	7	7	22
05.07.2013	Sentença Líquida: Sistemas de Cálculo	Gustavo Adriano Weber e Jackson Ribeiro de Souza	7	10	4
08 e 09.08.2013	Seminário Acidentes de Trabalho: Perícias	Evandro Krebs, Lis Andrea Soboll, Carlos Alberto Pereira de Castro, Wanderley Codo, Álvaro Merlo, Nelson Tombini, Raul Zoratto Sanvicente, Luiz Antonio Colussi, Marcelo Silva Porto, Luciana Caringi Xavier e Maria Maeno	8,5	19	31
23.08.2013	Atividade Aberta do Grupo de Estudos sobre Direito do Trabalho Contemporâneo – Responsabilidade Civil – Passo Fundo	Eugênio Facchini Neto	2,5	1	6
23.08.2013	Frigoríficos: Seminário e Visita Técnica – Montenegro	Sandro Sardá e Álvaro Merlo	7	15	2
30.08.2013	Seminário Justiça e Trabalho Infantil: Uma Questão de Direitos Humanos	Kátia Magalhães Arruda, Ricardo Tadeu Marques da Fonseca, Marinalva Cardoso Dantas, Velloir Dirceu Furst, Marcelo Mairon Rodrigues, José Roberto Dantas Oliva, Caroline Vaz, Sandra Regina Cavalcante, Rosemeire Fernandes e José Roberto de Carvalho	8	23	52
05.09.2013	Novas Leis: Cooperativas de Trabalho (Lei nº 12.690, de 19.07.2012)	Luiz Alberto de Vargas e Guilherme Guimarães Feliciano	2	7	65
06.09.2013	Coleta de Prova Oral – Curso 3 – Análise de Vídeos	Oscar Marcelo Silveira da Silveira	7	16	4
16.09.2013	Seminário 70 Anos da CLT e Sociedade	André Machado, Maria Tereza Sadek, Francisco Sérgio Silva Rocha, Eduardo Campos, Jairo Carneiro, Guiomar Vidor, Tereza Aparecida Asta Gemignani, Wilson Ramos Filho e Paulo Luiz Schmidt	5	5	107
27.09.2013	Seminário Acidentes, Trabalho e Saúde no Século XXI	Dolores Wünsch, Paulo Rogério Albuquerque de Oliveira, Cláudio Brandão e Giovanni Alves	4	7	41

AÇÕES DE APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS E SERVIDORES NA ÁREA JURÍDICA					
Data	Atividade	Ministrante	H/A	Mag.	Serv.
17.10.2013	Palestra: Trabalho e Sofrimento	Celso Rodrigues	1,5	3	25
17.10.2013	Ferramentas Eletrônicas na Execução	Ben-Hur Silveira Claus e Adilson Kemmerich da Cruz	7	4	40
18.10.2013	Novos Entendimentos do TST	Augusto César Leite de Carvalho	2	22	98
28.10.2013	Seminário sobre Terceirização	Daniela Muradas Reis, Guiomar Vidor e Grijalbo Fernandes Coutinho	3	10	42
19.11.2013	Palestra: Cooperativas na Espanha	Faustino Rodriguez Garcia	1	8	10
21.11.2013	Conferência: Uma Releitura sobre a Ultratividade dos Convênios Coletivos e o Princípio da Progressividade – Encerramento do Curso de Especialização Convênio EJ-TRT/Udelar	Jorge Rosenbaum	2	18	14
28.11.2013	Painel Nova Lei de Motoristas	Marcelo José Ferlin D'Ambroso, Maria de Lourdes Leiria e Nelson Leiria	1,5	14	44
02.12.2013	Seminário Caminhos para um Trabalho Seguro: da Prevenção às Tutelas Inibitórias	Guilherme Guimarães Feliciano, Vanius João de Araújo, Valdemor Antonio Trentin, Marcelo Silva Porto, Paulo Douglas de Moraes, Marco Antonio Ballejo Canto e Noedi Rodrigues da Silva	7,5	6	47
04.12.2013	Nova Lei de Cooperativas	Ives Gandra Martins	1	13	42
06.12.2013	A Ética e o Poder Judiciário	José Ricardo Cunha	3,5	2	10
09.12.2013	Visita a Caxias do Sul – Grupo de Estudos Responsabilidade Civil – Outros Participantes	-----	8	1	6

* Atividades externas de treinamento

AÇÕES DE APERFEIÇOAMENTO DE SERVIDORES NA ÁREA JURÍDICA				
Data	Atividade	Ministrante	H/A	Servidores
28.02 e 01.03.2013	Cálculos Trabalhistas – Pelotas	Arthur Rogério Bork	14	30
07 e 08.03.2013	Execução Geral e Ferramentas Eletrônicas na Execução – Pelotas	Ben-Hur Silveira Claus e Adilson Kemmerich da Cruz	18	48
18 e 19.04.2013	Execução Geral e Ferramentas Eletrônicas na Execução – Passo Fundo	Ben-Hur Silveira Claus e Adilson Kemmerich da Cruz	18	34
07.05.2013	Módulo Acidentes de Trabalho – PAIR	Nádia Beatriz Dadalt	3,5	13
09.05.2013	Itinerário de Diretores – Sistema Judiciário: Estrutura e Organização do TRT4	Luiz Fernando Taborda Celestino	4	34
10.05.2013	Itinerário de Diretores – Processo de Trabalho da Secretaria e	Ricardo Fioreze	7	48

AÇÕES DE APERFEIÇOAMENTO DE SERVIDORES NA ÁREA JURÍDICA				
Data	Atividade	Ministrante	H/A	Servidores
	Processo de Trabalho do Diretor			
10.05.2013	Atividade Aberta do Grupo de Estudos sobre Direito do Trabalho Contemporâneo – Responsabilidade Civil	Eugênio Facchini Neto	2,5	15
23 e 24.05.2013	Itinerário de Diretores – Módulo Gestão de Pessoas – Cultura Organizacional	Lilian Weber	11	23
06 e 07.06.2013	Itinerário de Diretores – Módulo Gestão de Pessoas – Papel do Gestor	Carla Garcia Bottega	11	25
18.06.2013	Módulo Acidentes de Trabalho – Oficina de Estudos de Caso – LER/DORT	Nádia Beatriz Dadalt	3,5	10
20 e 21.06.2013	Itinerário de Diretores – Módulo Gestão de Pessoas – Gestão de Desempenho na Prática	Patrícia Gomes, Luciani Fontoura de Campos e Felipe Luckmann	11	19
28.06.2013	Itinerário de Docentes: Avaliação de Aprendizagem	Benigna Maria de Freitas Villas Boas	7	4
04 e 05.07.2013	Itinerário de Diretores – Módulo Gestão de Pessoas – Desenvolvimento de Equipes	Lilian Weber	11	24
01 e 02.08.2013	Itinerário de Diretores – Módulo Gestão de Pessoas – Papel do Gestor: Discussão de Casos Práticos	Carla Garcia Bottega	11	16
15 e 16.08.2013	Cálculos Trabalhistas – Santana do Livramento	Arthur Rogério Bork	14	22
05, 06, 12, 13, 19 e 20.08.2013	Cálculos Trabalhistas – Formação Inicial – Porto Alegre	Arthur Rogério Bork	21	49
22 e 23.08.2013	Itinerário de Diretores – Formação Inicial – Sistema Judiciário: Estrutura e Organização do TRT4 e Processo de Trabalho da Secretaria e do Diretor	Luiz Fernando Taborda Celestino e Ricardo Fioreze	11	22
29 e 30.08.2013	Execução Geral e Ferramentas Eletrônicas na Execução – Santana do Livramento	Ben-Hur Silveira Claus e Adilson Kemmerich da Cruz	18	19
05 e 06.09.2013	Itinerário de Diretores – Módulo Gestão de Pessoas – Qualidade de Vida no Trabalho	Patrícia Argôllo Gomes e Felipe Duarte	11	16
03 e 04.10.2013	Itinerário de Diretores – Módulo Gestão por Processos – Como Implementar a Gestão em Unidades Judiciárias	Maria Elisa Bastos Macieira	11	18
03 e 04.10.2013	Cálculos Trabalhistas – Sapiranga	Arthur Rogério Bork	14	25
21 e 22.10.2013	Cálculos Trabalhistas – Formação Intermediária 1	Arthur Rogério Bork	7	34
07 e 08.11.2013	Cálculos Trabalhistas – Caxias do Sul	Arthur Rogério Bork	14	27

AÇÕES DE APERFEIÇOAMENTO DE SERVIDORES NA ÁREA JURÍDICA

Data	Atividade	Ministrante	H/A	Servidores
18.11.2013	Cálculos Trabalhistas – Formação Intermediária 1 – Turma 2	Arthur Rogério Bork	7	14
21 e 22.11.2013	Itinerário de Diretores – Módulo Gestão de Pessoas – Desenvolvimento de Liderança	Miguel Vizioli	11	23
21 e 22.11.2013	Execução Geral e Ferramentas Eletrônicas na Execução – Caxias do Sul	Ben-Hur Silveira Claus e Adilson Kemmerich da Cruz	18	13
05.09 a 07.11.2013	Itinerário de Assistentes de Juízes – Formação Inicial e Continuada Intermediária – Módulo I – Direito Processual e Técnicas de Sentença – Caxias do Sul	Adriano Santos Wilhelms, Ana Julia Fazenda Nunes, Tiago Mallmann Sulzbach e Rafael da Silva Marques	48	32
25.10, 08, 22 e 29.11 e 06.12.2013	Curso Básico de Direito Processual do Trabalho – Passo Fundo	Marcelo Caon Pereira	40	27

NÚMERO TOTAL DE TREINADOS E DE HORAS-AULA

Total de participações de Magistrados em 2013	1.312
Total de participações de Servidores** em 2013	2.040
NÚMERO TOTAL DE TREINADOS EM 2013 (Magistrados e Servidores)	3.352
Carga-Horária Total de Atividades Realizadas em 2013	2.784,76

** Com frequência superior a 75%, nos termos da Portaria TRT4 nº 2.143/2

3. Desenvolvimento do Projeto pedagógico da EJ-TRT4

A implantação, a execução e a avaliação do Projeto Pedagógico da Escola Judicial do TRT da 4ª Região conta com a assessoria da Ephistheme – Pesquisa e Planejamento em Educação, empresa com experiência em identificação de necessidades e desenvolvimento de metodologias para formação, soluções educacionais, acompanhamento e avaliação.

A sócia-gerente da empresa Ephistheme, Acácia Zeneida Kuenzer, Doutora em Educação, professora titular aposentada da Universidade Federal do Paraná, prestou, ao longo de 2013, suporte pedagógico ao Serviço de Formação e Aperfeiçoamento da EJ principalmente no desenvolvimento das seguintes atividades:

- Implementar e acompanhar a proposta de formação inicial – módulo regional dos novos magistrados, selecionados no final de 2012 (itinerário formativo);
- Implementar o acompanhamento por juiz orientador para os juízes vitaliciandos que ingressaram na carreira em 2012;
- Capacitar docentes e orientadores que implementarão o itinerário formativo de juízes vitaliciandos;
- Desenvolver e implementar a metodologia de avaliação mediante portfólio para acompanhamento da formação dos juízes vitaliciandos;

- Acompanhar o desenvolvimento dos itinerários formativos em processo de implementação, identificando as necessidades de melhoria;
- Capacitar servidores mediante a implementação do itinerário de formação pedagógica;
- Atualizar o Projeto Pedagógico da Escola Judicial do TRT da 4ª Região;
- Adequar a organização da Secretaria ao Projeto Pedagógico.

4. Grupos de Estudo

Em 2013, deu-se continuidade aos Grupos de Estudo destinados aos magistrados do TRT da 4ª Região visando à consolidação de conhecimento para a melhora da prestação jurisdicional.

Os encontros dos grupos de Direito Material, Direito Processual e Responsabilidade Civil ocorreram na sede da Escola Judicial; no Foro Trabalhista de Passo Fundo, ocorreram os encontros do grupo Direito do Trabalho Contemporâneo; e, no Foro Trabalhista de São Leopoldo, os do grupo sobre as Perspectivas do Direito do Trabalho.

GRUPOS DE ESTUDO – 2013		
Datas dos encontros		
Direito Processual Coordenação: Juiz Ben-Hur Silveira Claus Local: Sede da Escola Judicial	Data	Duração (H/A)
	05.04.2013	2
	24.05.2013	2
	07.06.2013	3,5
	23.08.2013	2,5
	27.09.2013	2,5
	04.10.2013	2,5
	08.11.2013	2,5
Direito Material Coordenação: Desembargador Francisco Rossal de Araújo Local: Sede da Escola Judicial	06.12.2013	2
	15.03.2013	1,5
	12.04.2013	2,5
	26.04.2013	1,7
	14.06.2013	2
	12.07.2013	2
	16.08.2013	2,5
	06.09.2013	2,5
Direito do Trabalho Contemporâneo – Passo Fundo Coordenação: Desembargador Marcelo Gonçalves de Oliveira Local: Foro Trabalhista de Passo Fundo	11.10.2013	2,5
	22.11.2013	2,5
	15.03.2013	2,5
	26.04.2013	2,5
	10.05.2013	2,5
	17.05.2013	3
	21.06.2013	2,75
	23.08.2013	2,5
Responsabilidade Civil Coordenação: Desembargador Ricardo Carvalho Fraga Local: Sede da Escola Judicial	13.09.2013	3,5
	10.05.2013	2
	14.06.2013	7
	12.07.2013	3
	02.08.2013	2
	08 e 09.08.2013	8,5
	16.08.2013	2
	13.09.2013	2
	27.09.2013	4
	11.10.2013	1,5
	25.10.2013	2
	08.11.2013	2,5
	22.11.2013	1,5
	29.11.2013	1,5

As Perspectivas do Direito do Trabalho Coordenação: Juíza Janaína Saraiva da Silva Local: Foro Trabalhista de São Leopoldo	09.12.2013	8
	25.04.2013	3
	23.05.2013	3
	04.07.2013	3
	12.07.2013	6
	08.08.2013	3
	10.10.2013	3
	07.11.2013	3
	06.12.2013	6

5. Convênio: Universidad de la República del Uruguay – Udelar

Em 2013, houve a conclusão do Curso de Especialização em Direito do Trabalho – ênfase em Direito Internacional e em Direito Comparado, realizado por um convênio firmado em 2011 com a Universidad de La República del Uruguay – Udelar. O Curso de Especialização oportunizou a participação de 16 juízes de 1º e 2º Graus do TRT4, tendo duração total de 250 horas.

Coordenado pelo Prof. Dr. Hugo Barretto, o curso teve início em 28 de outubro de 2011, com aula inaugural em Montevidéu. As aulas foram ministradas por professores da universidade uruguaia na área do Direito Comparado e contou com a contribuição de convidados de outros países.

Os encontros, realizados na sede da Escola Judicial, foram organizados em módulos e oferecidos como cursos de extensão aos demais magistrados, bem como aos servidores que exercem cargos e funções de assessoria e chefia, bem como aos assistentes de gabinete dos desembargadores e aos assistentes de juízes de 1º Grau. A organização deste curso oportunizou à Escola Judicial oferecer, além dos módulos, simpósios com palestras extensivas ao restante dos servidores do TRT4, proferidas pelos professores da referida Universidade, bem como um Seminário Internacional sobre Direito Comparado do Trabalho.

O ato formal de encerramento aconteceu no dia 21 de novembro de 2013, na Escola Judicial, com a realização da Conferência “Uma releitura sobre a ultratividade dos convênios coletivos e o princípio da progressividade”, proferida pelo Professor Jorge Rosenbaum. Na mesma ocasião, houve o lançamento do Caderno da EJ nº 07, sob o título “Jurisprudência Trabalhista Comparada Brasil/Uruguai”, obra que reuniu reflexões de docentes uruguaios e de alunos-juízes brasileiros do Curso de Especialização.

6. Publicações da Escola Judicial

6.1 Revista Impressa

A 41ª edição da Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, de periodicidade anual e publicada pela HS Editora, foi lançada no dia 21.11.2013, no Auditório Ruy Cirne Lima, no Foro Trabalhista de Porto Alegre.

A obra é fonte oficial de jurisprudência e traz à comunidade jurídica uma pequena parte da excelência do trabalho realizado pelos magistrados no Estado. A publicação conta com acórdãos, sentenças, trabalhos científicos de autoria de magistrados e juristas convidados, informações institucionais, Súmulas, Precedentes Normativos, Orientações Jurisprudenciais da Seção Especializada em Execução, além de registros que marcam a continuidade e a evolução histórica da Justiça do Trabalho do RS.

Além dos julgados enviados pelos magistrados a título de colaboração, o conteúdo da publicação é resultado do trabalho da equipe da Escola Judicial na pesquisa de decisões de 1º e 2º Graus, na elaboração dos índices analíticos e remissivos dos acórdãos e das sentenças, na organização e na revisão

dos trabalhos, bem como na confecção da arte da capa.

Os exemplares têm distribuição dirigida e são também comercializados pela HS Editora.

6.2 Cadernos da EJ

Em 2013, foi publicada a sétima edição dos Cadernos da EJ, intitulada “Jurisprudência Trabalhista Comparada Brasil/Uruguai”, obra que reuniu reflexões de docentes e de alunos-juízes do Curso de Especialização da Faculdade de Direito da Universidade da República do Uruguai no Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região. A edição contém, no mesmo volume, versões em português e em espanhol. O lançamento da obra foi em conjunto com o da edição nº 41 da Revista.

Os Cadernos da EJ são publicações sem periodicidade definida, editados de acordo com a oportunidade e a conveniência dos materiais disponibilizados na Escola Judicial. A publicação, de acordo com os termos do contrato atual, não é comercializada, e os exemplares têm distribuição dirigida. Após o lançamento da publicação, esta é disponibilizada na íntegra, para acesso universal, no *site* da Escola Judicial, na aba “Outras Publicações”.

6.3 Revista Eletrônica

A partir de março de 2013, o periódico passou a contar com edições mensais. Foram publicados em 2013, ao todo, 12 números da revista, da edição nº 152 (janeiro) à 163 (dezembro).

Trata-se de publicação dedicada a temas atuais, relevantes, polêmicos e de interesse prático no mundo do direito material e processual do trabalho. O periódico veicula decisões tanto de 1º quanto de 2º Graus; artigos assinados não apenas por magistrados, mas também por operadores do Direito em geral; notícias do âmbito do Judiciário, com destaque para o trabalhista, e indicações de leitura.

De acordo com a ferramenta Google Analytics, que informa o tráfego e gera as estatísticas de acesso do periódico, foram computadas 32.709 visitas em 2013. Importante ressaltar que o índice de visitantes que retornaram ao *site* comporta a grande maioria dos acessos: 65,4% (34,6% foram de novos visitantes). Verifica-se, com este dado, que o conteúdo veiculado é de interesse do público e que os acessos são feitos com habitualidade. Além dos visitantes regionais e de todo o Brasil, foram também registrados acessos oriundos dos Estados Unidos, do Uruguai, da Argentina, de Portugal, da Itália, da França, do Reino Unido, do Canadá, dentre outros.

O periódico é disponibilizado no Portal do TRT4 e no *site* da Escola Judicial.

7. Instrutoria em eventos organizados pela Escola Judicial do TRT4 em 2013

7.1 Interna

7.1.1 Magistrados

Adriano Santos Wilhelms; Ana Julia Fazenda Nunes; Ana Rosa Pereira Zago Sagrilo; Beatriz Renck; Ben-Hur Silveira Claus; Carlos Alberto Zogbi Lontra; Carlos Henrique Selbach; Cinara Rosa Figueiró; Cláudio Antônio Casou Barbosa; Cláudio Scandolara; Cloceimar Lemes Silva; Denise Pacheco; Fabíola Schivitz Dornelles Machado; Flavio Portinho Sirangelo; Gabriel Eidelwein Silveira; George Achutti; Gustavo Friedrich Trierweiler; Gustavo Jaques; Hugo Carlos Scheuermann; Janaina Saraiva da Silva; João Alfredo Borges Antunes de Miranda; João Ghisleni Filho; Joe Deszuta; Luciana Caringi Xavier; Luis Henrique Bisso Tatsch; Luiz Alberto de Vargas; Luiz Antonio Colussi; Marcelo Bergmann Hentschke; Marcelo Caon Pereira; Marcelo José Ferlin D'Ambroso; Marcelo

Papaléo de Souza; Marcelo Silva Porto; Márcio Lima do Amaral; Maria Silvana Rotta Tedesco; Mauricio Schmidt Bastos; Mauro Augusto Breton Viola (aposentado); Paulo Orval Particheli Rodrigues (aposentado); Rafael da Silva Marques; Raquel Nenê Santos; Raul Zoratto Sanvicente; Renato Barros Fagundes; Rubens Fernando Clamer dos Santos Júnior; Ricardo Fioreze; Ricardo Carvalho Fraga; Ricardo Hofmeister de Almeida Martins Costa; Rogério Fernandes Donizete; Tiago Mallmann Sulzbach.

7.1.2 Servidores

Adilson Kemmerich da Cruz; Benito Bisso Schmidt; Denílson Ribeiro de Quadros; Felipe Luckmann; Gabriel Eidelwein Silveira; Gustavo Adriano Weber; Jeckson Ribeiro de Souza; João Luiz Peixoto da Silva; Luciani Fontoura de Campos; Luiz Fernando Taborda Celestino; Marcela Sevaio Portillo; Maria Ester Fonseca Vieira; Nádia Beatriz Dadalt; Natacha Moraes de Oliveira; Paula Goldmeier; Sandra Mara Bom Nunes; Tiago da Silva Sutili.

7.2 Externa

Acácia Zeneida Kuenzer; Alberto Nudelmann; Ana Teresa Cime Lima; Antonia Mara Loguércio; Alejandro Castello; Alvaro Roberto Crespo Merlo; Alvaro Rodriguez Azcue; André Machado; Arthur Rogério Bork; Augusto César Leite de Carvalho; Benigna Maria de Freitas Villas Boas; Carla Garcia Bottega; Carlos Alberto Pereira de Castro; Carlos Alberto Reis de Paula; Caroline Vaz; Celso Rodrigues; Cezar Britto; Claudio Laks Eizirik; Cristiano Munhoz Thormann; Cristiano Paixão; Claudia Salles Vilela Vianna; Cláudio Brandão; Daniela Muradas Reis; Débora Brum; Dolores Wünsch; Dom Dadeus Grings; Donaldo Schuler; Edilton Meireles de Oliveira Santos; Eduardo Campos; Estevão Mallet; Eugênio Facchini Neto; Evandro Krebs; Ewerton Renato Konkewicz; Faustino Rodriguez Garcia; Luiz Felipe Duarte; Francisco Sérgio Silva Rocha; Giovanni Alves; Grijalbo Fernandes Coutinho; Guilherme Guimarães Feliciano; Guilherme Starosta; Guiomar Vidor; Hector Babace; Hélio Faraco de Azevedo; Homero Batista Mateus da Silva; Hugo Barretto; Hugo Fernandez; Ives Gandra Martins; Jairo Carneiro; Jesus Lahera Forteza; Jorge Rosenbaum; João Alberto Maeso Montes; Jonas Ratier Moreno; José Armando Fraga Diniz Guerra; José Hortêncio Júnior; José Luciano de Castilho Pereira; José Ricardo Cunha; José Roberto Dantas Oliva; José Roberto de Carvalho; Juan Faroppa; Kátia Magalhães Arruda; Lilian Weber; Lis Andrea Soboll; Luis Alexandre de Faria; Luis Antônio Alcoba de Freitas; Manoel Antônio Teixeira Filho; Marco Antonio Ballejo Canto; Marco Antonio; Moreira; Marcos Josue Nonnenmacher; Marcelo Mairon Rodrigues; Maria Elisa Bastos Macieira; Maria de Lourdes Leiria; Maria Isabel da Cunha; Maria Maeno; Maria Mônica Ouro Reis Veras; Maria Tereza Sadek; Marinalva Cardoso Dantas; Mario Garmendia; Martha Halfeld de Furtado Mendonça; Miguel Vizioli; Nelson Leiria; Nelson Tombini; Noedi Rodrigues da Silva; Oscar Marcelo Silveira da Silveira; Patrícia Argôllo Gomes; Paulo Douglas de Moraes; Paulo Rogério Albuquerque de Oliveira; Paulo Luiz Schmidt; Raimundo Simão; Reginald Felker; Remígio Todeschini; Ricardo Antônio Mohallem; Ricardo Tadeu Marques da Fonseca; Ricardo Wagner Garcia; Rinaldo Guedes Rapassi; Ronaldo Curado Fleury; Rosemeire Fernandes; Rosina Rossi; Sandra Regina Cavalcante; Sandro Eduardo Sardá; Sérgio Gilberto Porto; Taís Schilling Ferraz; Tereza Aparecida Asta Gemignani; Teori Zavascki; Valdemor Antonio Trentin; Vaníus João de Araújo; Veloir Dirceu Furst; Wanderley Codo; Wilson Ramos Filho.

8. Quadro Resumo das Ações de Formação em 2013

AÇÕES DE FORMAÇÃO – ANO DE 2013				
EVENTOS (internos e externos)	Número de participantes			Carga Horária
	Magistrados	Servidores	Total	
4º Módulo de Formação Inicial Juízes Vitaliciandos – Parte 1a	27	-	27	58
4º Módulo de Formação Inicial Juízes Vitaliciandos – Parte 1b	1	-	1	4,5
Treinamento do PJe para os Desembargadores da SDC – Turma 1	4	-	4	2
Capacitação Presencial de Magistrados de Varas do Trabalho no PJe-JT	8	-	8	6
4º Módulo de Formação Inicial Juízes Vitaliciandos – Parte 2	26	-	26	311,5
Palestra e Ateliê: Contribuições do Saber Psicanalítico para os Operadores do Direito	27	-	27	3
Capacitação Presencial de Magistrados de Varas do Trabalho no PJe-JT	10	-	10	6
13º Curso de Formação Inicial da ENAMAT – Juízes Vitaliciandos*	24	-	24	131
Capacitação Presencial de Magistrados de Varas do Trabalho no PJe-JT	6	-	6	2,5
Seminário Acesso à Informação e Transparência – EJ/Memorial/TRT4 – Parte I	21	-	21	4
Seminário Acesso à Informação e Transparência – EJ/Memorial/TRT4 – Parte II	13	-	13	3
Seminário Acesso à Informação e Transparência – EJ/Memorial/TRT4 – Parte III	11	-	11	8
Palestra Qualidade de Vida no Trabalho – EJ/SIPAT	5	-	5	1,5
Painel “As Mutações do Trabalho e a Saúde, O Processo Eletrônico e suas Repercussões sobre o Trabalho e Avaliação das Condições de Trabalho e Saúde dos Servidores do Judiciário Federal do RS” a partir de Pesquisa de Saúde Realizada pelo Sintrajufe – EJ/Sipat	7	-	7	2,5
Palestra Prevenção e Combate a Incêndio e Primeiros Socorros – EJ/Sipat	3	-	3	1,5
Palestra Psicologia e Prestação Jurisdicional: o Juiz e a Emoção – EJ/Sipat	13	-	13	1,5
Encontro Juízes Orientadores e Juízes Vitaliciandos	20	-	20	7
Curso de Especialização em Direito do Trabalho – Convênio EJ-TRT4/Udelar	16	-	16	250
Itinerário de Docentes: Teoria e Prática Pedagógica e Oficina de Prática em Docência	5	-	5	14
Comunicação Assertiva	10	-	10	16
Sentença Líquida: Sistemas de Cálculo	9	-	9	7
Coleta da Prova Oral – Curso 2 – Análise de Vídeos	17	-	17	7
Curso de Formação de Formadores em Teoria Geral do Juízo Conciliatório – Enamat*	2	-	2	24
III Congresso Brasileiro de Filosofia do Direito*	1	-	1	24
Curso de Formação Continuada em Temas de Perspectiva Comparada EUA-Brasil: Ações Coletivas e Direito Sindical – Enamat*	6	-	6	20
Curso de Formação de Formadores em Processo Judicial	7	-	7	10

AÇÕES DE FORMAÇÃO – ANO DE 2013

EVENTOS (internos e externos)	Número de participantes			Carga Horária
	Magistrados	Servidores	Total	
Eletrônico da Justiça do Trabalho – Enamat*				
Capacitação Presencial de Magistrados de Varas do Trabalho no PJe-JT	13	-	13	8
Teoria Geral do Juízo Conciliatório – EaD	24	-	24	40
Curso de Formação de Formadores em Técnica de Instrução Processual – à Distância – Enamat*	1	-	1	40
Efetividade da Execução Trabalhista – EaD	12	-	12	40
4º Módulo de Formação Inicial Juizes Vitaliciandos – Parte 1c	1	-	1	134,76
4º Módulo de Formação Inicial Juizes Vitaliciandos – Parte 3	21	-	21	42
Midioteca – EaD – 1º semestre	28	-	28	118,5
5º Módulo de Formação Inicial Juizes Vitaliciandos	3	-	3	300,5
Capacitação PJe para Magistrados – Porto Alegre	11	-	11	12
Capacitação PJe para Magistrados – Porto Alegre	3	-	3	12
2º Curso Interinstitucional de Formação de Formadores: ENM-FRANÇA/ENAMAT/CEJ-CJF – Enamat*	1	-	1	30
Capacitação PJe para Magistrados – Porto Alegre	16	-	16	12
2º Curso de Formação Continuada em Teoria Geral do Juízo Conciliatório – Modalidade à Distância – Enamat*	3	-	3	40
Encíclica Papal <i>Rerum Novarum</i> – Grupo de Estudos Direito Material	2	-	2	2,5
Forum de Discussão Prévia VIII Encontro Institucional	28	-	28	2
Capacitação PJe para Magistrados – Porto Alegre	29	-	29	12
Debate Prévio Seminário de Jurisprudência Regional – Pelotas	7	-	7	3
VIII Encontro Institucional da Magistratura do Trabalho do RS	196	-	196	21
14º Curso de Formação Inicial da Enamat – Juizes Vitaliciandos*	3	-	3	107
Seminário Os 70 Anos da CLT – Femargs	22	-	22	3
Debate Prévio Seminário de Jurisprudência Regional – Caxias do Sul	7	-	7	3
Debates Prévios Seminário de Jurisprudência Regional – EaD	42	-	42	3
Capacitação PJe para Magistrados – Porto Alegre	13	-	13	12
Palestra e Ateliê: Contribuições do Saber Psicanalítico para os Operadores do Direito	5	-	5	7
Seminário de Jurisprudência Regional: Cognição e Execução	23	-	23	6
Sentença Líquida: Treinamento Debit	5	-	5	7
Seminário Jurisdição Brasileira e Cooperação Internacional – CNJ*	1	-	1	6
Seminário Direito Portuário – com visita técnica	15	-	15	14
Mediação e Conciliação com Enfoques Práticos	13	-	13	7
Curso de Formação Continuada em Técnica de Instrução Processual – EaD – Enamat*	17	-	17	40
Sentença Líquida: Treinamento Debit	1	-	1	7,5
Sentença Líquida: Treinamento Juriscalc	1	-	1	7
Capacitação PJe para Magistrados – Porto Alegre	12	-	12	12
Seminário A Justiça do Trabalho e sua História – Memorial TRT4	4	-	4	3
Efetividade na Execução Trabalhista (EaD) – EJ/TRT6*	1	-	1	40

AÇÕES DE FORMAÇÃO – ANO DE 2013

EVENTOS (internos e externos)	Número de participantes			Carga Horária
	Magistra- dos	Servidores	Total	
Midiateca – EAD – 2º semestre	29	-	29	78
Aula Magna – Antecipação de Tutela	51	155	206	2
33º Fim de Tarde na EJ: A Ideia de Justiça: de Platão a Amartya Sen	18	68	86	1,5
Programa Análise de Laudos Periciais – Saúde Mental	20	30	50	3,5
Cálculos Trabalhistas – Passo Fundo	1	40	41	14
Itinerário de Docentes: Módulo Pedagogia do Trabalho e Projeto Pedagógico da EJ-TRT4	10	4	14	7
Seminário sobre Acidentes de Trabalho – Parte I	27	98	125	7
34º Fim de Tarde na EJ: O Teletrabalho e o Real Decreto nº 03/2012	5	27	32	1,5
Itinerário de Docentes: Módulo Aprendizagem Significativa	8	8	16	7
35º Fim de Tarde na EJ: Programa Preparação para a Aposentadoria – "Aspectos Emocionais" – 1ª Atividade	4	27	31	1,5
Painel Repercussão Geral	13	28	41	3,5
Introdução à Sociologia do Direito	3	20	23	9
Pierre Bourdieu: a Sociologia do Campo Jurídico	2	18	20	4
Função Revisora dos Tribunais	14	49	63	3,5
Seminário Sobre Acidentes de Trabalho – Parte II	13	72	85	7
Oficina de Sensibilização Trabalho Decente e a Coletivização do Processo – Parceria Conatrae*	7	22	29	7
Sentença Líquida: Sistemas de Cálculo	10	4	14	7
Seminário Acidentes de Trabalho: Perícias	19	31	50	8,5
Atividade Aberta do Grupo de Estudos sobre Direito do Trabalho Contemporâneo – Responsabilidade Civil – Passo Fundo	1	6	7	2,5
Frigoríficos: Seminário e Visita Técnica – Montenegro	15	2	17	7
Seminário Justiça e Trabalho Infantil: Uma Questão de Direitos Humanos	23	52	75	8
Novas Leis: Cooperativas de Trabalho (Lei nº 12.690, de 19.07.2012)	7	65	72	2
Coleta de Prova Oral – Curso 3 – Análise de Vídeos	16	4	20	7
Seminário 70 Anos da CLT e Sociedade	5	107	112	5
Seminário Acidentes, Trabalho e Saúde no Século XXI	7	41	48	4
Palestra: Trabalho e Sofrimento	3	25	28	1,5
Ferramentas Eletrônicas na Execução	4	40	44	7
Novos Entendimentos do TST	22	98	120	2
Seminário sobre Terceirização	10	42	52	3
Palestra: Cooperativas na Espanha	8	10	18	1
Conferência: Uma Releitura sobre a Ultratividade dos Convênios Coletivos e o Princípio da Progressividade – Encerramento do Curso de Especialização Convênio EJ-TRT/Udelar	18	14	32	2
Painel Nova Lei de Motoristas	14	44	58	1,5
Seminário Caminhos para um Trabalho Seguro: da Prevenção às Tutelas Inibitórias	6	47	53	7,5
Nova Lei de Cooperativas	13	42	55	1
A Ética e o Poder Judiciário	2	10	12	3,5

AÇÕES DE FORMAÇÃO – ANO DE 2013				
EVENTOS (internos e externos)	Número de participantes			Carga Horária
	Magistrados	Servidores	Total	
Visita a Caxias do Sul – Grupo de Estudos Responsabilidade Civil – Outros Participantes	1	6	7	8
Cálculos Trabalhistas – Pelotas	-	30	30	14
Execução Geral e Ferramentas Eletrônicas na Execução – Pelotas	-	48	48	18
Execução Geral e Ferramentas Eletrônicas na Execução – Passo Fundo	-	34	34	18
Módulo Acidentes de Trabalho – PAIR	-	13	13	3,5
Itinerário de Diretores – Sistema Judiciário: Estrutura e Organização do TRT4	-	34	34	4
Itinerário de Diretores – Processo de Trabalho da Secretaria e Processo de Trabalho do Diretor	-	48	48	7
Atividade Aberta do Grupo de Estudos sobre Direito do Trabalho Contemporâneo – Responsabilidade Civil	-	15	15	2,5
Itinerário de Diretores – Módulo Gestão de Pessoas – Cultura Organizacional	-	23	23	11
Itinerário de Diretores – Módulo Gestão de Pessoas – Papel do Gestor	-	25	25	11
Módulo Acidentes de Trabalho – Oficina de Estudos de Caso – LER/DORT	-	10	10	3,5
Itinerário de Diretores – Módulo Gestão de Pessoas – Gestão de Desempenho na Prática	-	19	19	11
Itinerário de Docentes: Avaliação de Aprendizagem	-	4	4	7
Itinerário de Diretores – Módulo Gestão de Pessoas – Desenvolvimento de Equipes	-	24	24	11
Itinerário de Diretores – Módulo Gestão de Pessoas – Papel do Gestor: Discussão de Casos Práticos	-	16	16	11
Cálculos Trabalhistas – Santana do Livramento	-	22	22	14
Cálculos Trabalhistas – Formação Inicial – Porto Alegre	-	49	49	21
Itinerário de Diretores – Formação Inicial – Sistema Judiciário: Estrutura e Organização do TRT4 e Processo de Trabalho da Secretaria e do Diretor	-	22	22	11
Execução Geral e Ferramentas Eletrônicas na Execução – Santana do Livramento	-	19	19	18
Itinerário de Diretores – Módulo Gestão de Pessoas – Qualidade de Vida no Trabalho	-	16	16	11
Itinerário de Diretores – Módulo Gestão por Processos – Como Implementar a Gestão em Unidades Judiciárias	-	18	18	11
Cálculos Trabalhistas – Sapiranga	-	25	25	14
Cálculos Trabalhistas – Formação Intermediária 1	-	34	34	7
Cálculos Trabalhistas – Caxias do Sul	-	27	27	14
Cálculos Trabalhistas – Formação Intermediária 1 – Turma 2	-	14	14	7
Itinerário de Diretores – Módulo Gestão de Pessoas – Desenvolvimento de Liderança	-	23	23	11
Execução Geral e Ferramentas Eletrônicas na Execução – Caxias do Sul	-	13	13	18
Itinerário de Assistentes de Juízes – Formação Inicial e	-	32	32	48

AÇÕES DE FORMAÇÃO – ANO DE 2013				
EVENTOS (internos e externos)	Número de participantes			Carga Horária
	Magistrados	Servidores	Total	
Continuada Intermediária – Módulo I – Direito Processual e Técnicas de Sentença – Caxias do Sul				
Curso Básico de Direito Processual do Trabalho – Passo Fundo	-	27	27	40
TOTAL	1.312	2.040	3.352	2.784,76

* Atividades externas de treinamento

LEGENDA: PÚBLICO-ALVO
MAGISTRADOS
MAGISTRADOS E SERVIDORES
SERVIDORES

COORDENADORIA DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA

Serviço de Documentação

No ano de 2013, foram adquiridos 10 livros estrangeiros e renovadas 10 assinaturas de periódicos estrangeiros, especializados em Direito do Trabalho.

A leitura de estante para elaboração do inventário do material documental vem sendo realizada, desde 2012, de maneira informatizada, nos meses de dezembro e janeiro. O ano começa com o inventário já realizado e os livros, com sua localização conferida.

No mês de dezembro de 2013, por ocasião da Correição Ordinária realizada pelo Corregedor-Geral Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho, constou no relatório da inspeção:

No tocante à sua estruturação física, verificou-se que a Escola Judicial dispõe de excelentes instalações, ocupando edifício próprio, localizado ao lado do das Varas do Trabalho e próximo ao prédio do 2º grau. Conta com ampla secretaria, duas excelentes salas de aula, auditório (com capacidade para 150 pessoas) e biblioteca, além de recursos materiais adequados e suficientes ao desenvolvimento de suas atividades. A EJUD4 informou que a Enamat vem contribuindo para a melhoria da estrutura física e de material das Escolas Regionais, disponibilizando aporte financeiro para tanto. A Biblioteca, vinculada à EJUD4, dispõe de excelente estrutura, encontrando-se instalada no 3º andar do prédio da Escola Judicial, em local amplo e arejado. Conta com uma sala para a assessoria de processamento técnico (onde é feito o trabalho de catalogação das obras), duas salas para estudos em grupo, três salas de estudo individual, uma sala para videoconferências, setor apartado destinado às obras recentemente adquiridas, setor de coleções especiais/obras de literatura e setor de obras raras (coleção antiqua). Merece destaque a preocupação da Biblioteca com a conservação das obras e documentos de seu acervo, fazendo o uso de aparelhagem moderna para eliminação de fungos e bactérias e controle da umidade do ambiente.

Em 2013, a quase totalidade dos servidores da Coordenadoria participaram de eventos de aperfeiçoamento e desenvolvimento em suas áreas de atribuição. A seguir, a lista de cursos que os servidores participaram:

Formalização, Gerenciamento e Fiscalização dos Contratos Administrativos	24.04.2013	Interno
Introdução à Gestão por Competências no Setor Público	17.05.2013	Interno

Planejamento, Organização e Administração do Tempo	24.06.2013	Interno
4º Seminário Nacional de Documentação Informação Jurídica	08.07.2013	Externo
XXV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia	08.07.2013	Externo
Elaboração de Editais, Termos de Referência e Projetos Básicos	09.07.2013	
Catálogo de Autoridades	29.07.2013	Externo
Gestão e Desenvolvimento de Equipes	06.08.2013	Interno
Avaliação de Desempenho: Ferramenta e Aspectos Legais	19.08.2013	Interno
Comunicação Assertiva para Gestores	20.08.2013	Interno
Gestão da Informação	26.08.2013	Interno
Introdução ao Direito Constitucional (curso sem tutoria)	05.09.2013	Externo
Gestão da Informação	09.09.2013	Interno
Direito, Justiça e Preservação Documental da JT no RS	09.09.2013	Interno
Introdução à Gestão de Acervos Bibliográficos Especiais	09.09.2013	Externo
Gestão Estratégica	16.09.2013	Interno
Noções Básicas em Direito Processual do Trabalho	07.10.2013	Interno
Gestão Unificada de Documentos Híbridos: do Ambiente Físico ao Digital	01.10.2013	Externo
I Simpósio Sobre Inovação, Desenvolvimento e Tecnologia de Preservação de Acervos	09.10.2013	Externo
Planejamento, Organização e Administração do Tempo	21.10.2013	Interno
Comunicação e Postura no Atendimento ao Público	22.10.2013	Interno
Reprografia de Preservação	21.11.2013	Interno
IX Encontro Internacional de Catalogadores (EIC)	27.11.2013	Externo
II Encontro Nacional de Catalogadores (Enacat)	27.11.2013	Externo

A seguir, apresenta-se o quadro que resume o Serviço de Documentação. Em 2013, foram trabalhados 232 dias. O horário de atendimento ao público externo é das 10h às 18h. O expediente interno é das 8 às 19 horas.

RESUMO DO ACERVO	
Livros	15.233 documentos
Periódicos	18.145 fascículos
Analíticas de artigo de periódico	40.253 artigos
DVDs	1.060 discos
Normas catalogadas	26.052 normas
Total cadastrado em base de dados	100.743 itens
Coletânea de leis:	60 volumes
Diário da Justiça da União, I:	coleção histórica
Diário da Justiça do Estado:	coleção histórica
Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho 4ª Região	coleção digital
Diário Oficial da União, I	coleção digital
Diário Oficial da União, II	coleção histórica
Diário Oficial da União, seção III:	coleção histórica
Diário Oficial do Estado:	coleção histórica

RESUMO DAS ATIVIDADES

Total de documentos processados	10.502
Total de documentos consultados	21.52
Empréstimos internos	8.787
Empréstimos reprografia	1.905
Total de documentos emprestados	10.692
Total de documentos circulados	32.644
Malotes enviados	1.218
Pesquisas realizadas na sala de leitura	8.103
Pesquisas realizadas na base de dados	321.478
Total de pesquisas realizadas	329.581
Total de atendimentos no ano	362.225
Média de atendimentos por dia	1.561
Total de acessos na página da Biblioteca* por ano	321.478
Média de acessos por dia	1.385

Serviços ao Usuário

O Setor de Serviços ao Usuário é um conjunto de serviços disponibilizados para o atendimento das necessidades informacionais e documentais dos usuários, cujo objetivo é sua formação, informação e atualização, sendo composto pelo Serviço de Empréstimo, pelo Serviço de Atendimento e Pesquisa e pelo Serviço de Notificação Corrente.

1. Serviço de Empréstimo

Responsável pelo controle da circulação dos documentos (livros, revistas, diários oficiais, legislação esparsa, etc.), por usuários internos e externos, dentro e fora da sede, via documento, malote ou digital. No ano de 2013, desenvolveu as seguintes atividades:

- Empréstimo de documentos a prazo para usuários internos;
- Empréstimo provisório para usuários externos;
- Empréstimo interbibliotecário;
- Empréstimo para cópia reprográfica;
- Reserva de documentos emprestados por parte do usuário;
- Cobrança de documentos em atraso;
- Conferência de documentos emprestados.

2. Serviço de Atendimento e Pesquisa

Realiza atividades que têm por objetivo atender às necessidades de informação dos usuários, detectando-as e fornecendo-lhes, conforme o caso, as fontes e/ou os documentos, tais como:

- Questões específicas solicitadas por e-mail ou telefone;
- Localização de livros, periódicos e outros documentos;
- Demanda de livros e periódicos no SR;
- Levantamentos bibliográficos correntes e retrospectivos;
- Pesquisas de Doutrina, Legislação e Jurisprudência;

- Pesquisas na Internet;
- Orientação aos alunos de Direito nos trabalhos de conclusão;
- Normalização de documentos pelas normas da ABNT;
- Referência Legislativa e localização de legislação no acervo;
- Inclusão e atualização de Legislação e Doutrina na Biblioteca Virtual;
- Referência Jurisprudencial;
- Orientação à pesquisa de Jurisprudência;
- Manutenção da legislação no acervo digital;
- Manutenção da página da internet.

3. Serviço de Notificação Corrente

Tratou da comunicação sobre novos livros, periódicos, legislação e jurisprudência de interesse dos usuários, na íntegra ou referencial, via papel, e-mail ou malote, tendo desenvolvido as seguintes atividades, em 2013:

- Envio de legislação, na íntegra, por e-mail ou malote;
- Disponibilização de artigos de doutrina na Biblioteca Virtual;
- Disparo de comunicação aos usuários, via sistema.

Serviço de Gerenciamento de Informação e Acervo Documental

Compreende o elenco de atividades necessárias à formação, ao gerenciamento, ao desenvolvimento e à manutenção do acervo documental e do sistema de recuperação de informação, por meio das atividades de seleção, aquisição e registro, análise e indexação, recuperação de informação e biblioteca virtual.

1. Seleção, aquisição e registro

Atividade que tem a responsabilidade de planejar e gerenciar o desenvolvimento do acervo documental. Em 2013, desenvolveu as seguintes atividades:

- Recebimento de sugestões;
- Seleção de material documental a ser incorporado ao acervo;
- Envio dos pedidos de livros à livraria licitada;
- Solicitação do material a ser adquirido;
- Conferência do material recebido;
- Envio das notas para pagamento;
- Registro do material adquirido;
- Elaboração e colocação de etiquetas para registro e localização;
- Preparo para circulação;
- Alimentação da bases de dados do Siabi.

2. Análise e indexação

Aplicação de técnicas que viabilizem a recuperação da informação contida nos documentos, por leitura técnica, catalogação, classificação e indexação de documentos e desenvolvimento e aplicação de linguagem documentária específica em Direito do Trabalho. Em 2013, realizou as seguintes atividades:

- Leitura técnica de livros e periódicos;
- Leitura técnica de Diários Oficiais, edição em papel e eletrônica;
- Seleção de atos e legislação pertinente para análise, classificação e indexação;
- Seleção de acórdãos para análise e indexação;
- Catalogação de documentos;
- Classificação de livros por assunto e autor;
- Indexação de material bibliográfico;
- Indexação de legislação, acórdãos e atos administrativos.

3. Sistema de recuperação de informação

Sistema responsável pela implantação, pelo desenvolvimento e pelo gerenciamento de sistemas automatizados de recuperação de informação, por meio da utilização do Siabi. Em 2013, desenvolveu as seguintes atividades:

- Identificação de necessidade de alteração no sistema;
- Solicitação de alterações no sistema;
- Alimentação da base de dados do Siabi e THES;
- Manutenção de bases de dados e do Sistema de Empréstimo;
- Manutenção e desenvolvimento de linguagem documentária pela base THES.

3.4 Biblioteca Virtual

Responsável pela disponibilização de legislação, doutrina e jurisprudência na página da Internet, disponibilizando seu acesso nas dependências da JT e, remotamente, pela internet. Em 2013, desenvolveu as seguintes atividades:

- Identificação de legislação, doutrina e jurisprudência a ser incluída na página;
- Busca por arquivo disponível na internet;
- Elaboração de arquivo quando não encontrado na internet ou sua digitalização;
- Atualização de legislação alterada e já incluída;
- Inclusão de notícias sobre julgados.

Serviços Administrativos

1. Serviços de Secretaria

Em 2013, foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- Elaboração de memorandos;
- Controle e arquivamento de memorandos, ofícios e correspondências;
- Atendimento de ligações telefônicas;
- Elaboração de e-mails;
- Elaboração de formulários, cartazes e manuais;
- Controle de material de consumo;
- Reuniões de equipe.

2. Manutenção da coleção

Relacionadas ao controle da integridade física do acervo documental, foram desenvolvidas as seguintes atividades em 2013:

- Identificação de documentos a serem reparados/encadernados;
- Realização de reparos em livros e periódicos;
- Confeção de listagem para encadernador;
- Conferência de material recebido do encadernador;
- Identificação de etiquetas a serem repostas;
- Confeção de etiquetas;
- Organização e guarda de material;
- Controle diário de temperatura e umidade.

JUÍZO AUXILIAR DE CONCILIAÇÃO

O Tribunal Regional da 4ª Região, pela Resolução nº 08/2003, implantou em sua estrutura o Juízo Auxiliar de Conciliação, estruturado pela Portaria nº 5.427/2003, a fim de enfrentar o passivo de precatórios pendentes de pagamentos. Os procedimentos adotados e os resultados obtidos até o ano de 2013 estão a seguir detalhados.

1. Procedimentos

O Juízo Auxiliar de Conciliação iniciou suas atividades efetuando um levantamento de todos os devedores e suas respectivas dívidas, elegendo como estratégia inicial a verificação de dados atinentes às entidades municipais, utilizando como critério básico a reunião de informações em microrregiões coincidentes com a área de jurisdição de cada uma das Varas do Trabalho.

As informações foram organizadas indicando-se o número de entidades devedoras por jurisdição, o número de precatórios pendentes de pagamento, o número de processos com acordo em andamento, a ocorrência, ou não, de preterição, o número de obrigações de pequeno valor consignadas em precatório, os valores totais devidos. Para cada uma das entidades devedoras foi aberta uma pasta de controle, equivalente aos autos de um processo, na qual são armazenadas todas as informações relevantes aos procedimentos negociais.

Realizados os estudos necessários para o início das atividades de negociação, passou-se a elaborar formas de convencer os representantes das entidades municipais devedoras a participarem do Juízo Auxiliar de Conciliação, bem como facilitar a quitação de suas dívidas, extrapolando-se o que era consignado como OPV (Obrigações de Pequeno Valor), e incluindo-se todos precatórios vencidos.

Para o início das negociações, utilizou-se o contato via ligação telefônica visando à apresentação do Juízo, sua finalidade, além de relatar a situação das pendências, convidando os representantes das entidades devedoras para que comparecessem em audiência, realizada na respectiva jurisdição, conferindo um caráter itinerante ao Juízo.

A solução para o passivo consiste em celebrar acordos para que a entidade devedora repasse verbas mensais, destinadas a uma conta bancária judicial específica (no Banco do Brasil ou na Caixa Econômica Federal), para, com os recursos financeiros ali depositados, enfrentar a dívida, ficando o Juízo responsável pela administração de tal conta, responsabilizando-se pela realização dos pagamentos que envolvem distintas e específicas atividades, já que, além da correção e atualização dos cálculos, com

verificação das parcelas componentes da dívida, também se procedem às retenções fiscais e os recolhimentos previdenciários. Os pagamentos são feitos em audiência, nas respectivas jurisdições.

O Juízo iniciou suas atividades externas no início de 2004 e empreendeu esforços exclusivamente às dívidas das entidades Municipais vencidas até o exercício de 2003. A partir de 2005, a cada mudança de exercício, foram incluídos os precatórios vencidos no exercício anterior e, em alguns casos, os que venceriam em exercícios futuros. Também naquele ano foi firmado o primeiro acordo com o Estado do Rio Grande do Sul, viabilizando repasses mensais para o pagamento de dívidas consignadas como pequeno valor, vencidas a partir de 1998. Outros acordos foram realizados, os quais permitiram o pagamento de todos os precatórios que consignavam “obrigações pequeno valor”, bem como daqueles de responsabilidade da Superintendência de Portos e Hidrovias, inscritos no exercício 1998, cuja quitação ocorreu com deságio de 27,5%, redução esta aceita por todos os 1.069 credores.

Em dezembro de 2009, por força da Emenda Constitucional nº 62/2009, foi instituído o Regime Especial, no qual os Municípios e os Estados que possuíssem dívidas vencidas na data da publicação da Emenda, isto é, 9 de dezembro de 2009, fariam o pagamento dos seus precatórios mediante o Regime Especial. O Estado do Rio Grande do Sul, observando a nova regra constitucional, editou ato optando pelo repasse de 1,5% de sua receita líquida, e o Decreto nº 47.470, de 13 de outubro de 2010, que autorizou o pagamento de precatórios pela ordem crescente de valores. Os valores são repassados ao Tribunal de Justiça do RS, responsável pelo gerenciamento das contas do Regime Especial. Além da Administração Estadual, vários Municípios estão efetuando repasses ao Tribunal de Justiça para liquidação de seus precatórios, sendo o pagamento realizado pelo Tribunal de origem, observada a ordem cronológica.

2. Resultados

2.1 Entidades Municipais

O Juízo Auxiliar de Conciliação administrou, em 2013, 118 entidades com dívida. Após expedição de ofícios, contatos telefônicos e realização de audiências para busca de solução, 41 municípios quitaram seus débitos de forma integral. Aderiram ao Juízo, para repasses mensais de recursos financeiros, 30 entidades. Em razão do Regime Especial instituído pela Emenda Constitucional nº 62/2009, a dívida de 47 municípios foi informada ao Tribunal de Justiça do RS, responsável pela administração dos recursos financeiros disponibilizados, bem como pela ordem de pagamento. Repassados os recursos ao TRT, o Juízo Auxiliar de Conciliação efetuou a análise dos autos, atualização dos valores e efetivação do pagamento. Também, diante da autorização prevista na Resolução nº 115/2010, do Conselho Nacional de Justiça, muitas dessas entidades, embora no Regime Especial, foram convidadas, em audiências realizadas nas respectivas jurisdições, a celebrar acordo com o JAC, para repasse direto de verba para satisfação dos precatórios trabalhistas. Foram celebrados acordos com 12 dessas entidades, entre elas Alvorada, Rio Grande, Gravataí, Porto Alegre, Três Passos e Viamão. O Regime Especial autoriza que os Municípios parcelam a dívida em até 15 anos. Os acordos celebrados para repasse direto ao TRT reduzem consideravelmente esse prazo, buscando esse Juízo a liquidação da dívida dentro do exercício em vigor.

Em 2013, foram pagos 644 precatórios municipais, totalizando R\$ 26.541.500,24, o que beneficiou 1.139 credores.

3. Estado do Rio Grande do Sul, suas Fundações e Autarquias

Dando continuidade ao pagamento dos precatórios estaduais, em razão das regras estabelecidas pela Emenda Constitucional nº 62/2009, o JAC, durante todo o ano, administrou as listas de pagamento, observadas as duas modalidades de pagamento: ordem cronológica de autuação, com precedência para as preferências (maiores de 60 anos ou portadores de doença grave) e ordem crescente de valores (do menor ao maior).

Foram analisados 629 precatórios e atualizados 3.538 cálculos, com o respectivo pagamento, total ou parcial. Esses pagamentos somaram R\$ 30.265.592,10.

4. Atividades Desenvolvidas no Ano de 2013

Em 2013, além do pagamento dos 1.273 precatórios, o Juízo Auxiliar de Conciliação na Execução contra a Fazenda Pública deu continuidade à análise dos inúmeros pedidos de pagamento preferencial. Foram 1.564 petições juntadas, analisadas e despachadas, e que, conseqüentemente, resultaram em notificações expedidas e prazos controlados.

Em razão do novo regramento constitucional, que alterou significativamente a forma de pagamento dos precatórios, o JAC foi demandado durante todo o ano pelo Tribunal de Justiça, responsável pelo recebimento dos valores e controle da ordem de pagamento, para fornecimento de dados, a saber: arquivos informatizados de cada entidade para fins de ordenação da lista unificada; relação das preferências habilitadas e o respectivo valor; informação do valor total a ser repassado de cada entidade incluída no Regime Especial. Esses dados foram fornecidos mensalmente. Com a perspectiva de pagamento, anunciada pelo Tribunal de Justiça, o Juízo determinou abertura de conta judicial específica, que é objeto de controle e conferência periódicos.

Em junho de 2013, foi renovado o Termo de Convênio, assinado pelo Tribunal de Justiça, pelo Tribunal Regional do Trabalho e pelo Tribunal Regional Federal, que estabeleceu a forma de repasse das verbas disponibilizadas pelas entidades. Atualmente, são duas as possibilidades de rateio dos valores repassados pelas entidades incluídas no regime especial: em relação ao Estado do Rio Grande do Sul, o termo de convênio prevê a manutenção da lista em cada tribunal, com autonomia plena para o controle da fila de pendências e o rateio da verba repassada de forma proporcional ao valor da dívida de cada instituição; para os Municípios, ficaram pactuadas fila única de credores e disponibilização de verba considerando a ordem cronológica geral.

Demanda menos onerosa, mas não de menor importância, foi o atendimento aos credores e procuradores. A ânsia pelo recebimento de seus direitos, após anos de inércia, inundou, em 2013, a secretaria do Juízo Auxiliar de Conciliação de pessoas buscando informações sobre previsão de recebimento. Também foi disponibilizado o atendimento por telefone, tendo em vista que boa parte dos credores residem no interior do Estado. Muitos foram os pedidos de confecção de certidões de cálculos atualizadas.

O atendimento aos interessados intensificou-se após declaração, pelo Supremo Tribunal Federal, de inconstitucionalidade parcial da já referida emenda, que instituiu o Regime Especial de pagamento. Este Juízo foi demandado por diversos interessados, que questionavam a validade, ou não, do Regime Especial, o alcance do julgamento e as ações do TRT4, diante da falta de modulação dos efeitos da decisão

proferida. Embora tenha sido julgada inconstitucional a referida emenda, este Juízo está cumprindo as regras ali estabelecidas, em cumprimento à ordem do próprio Supremo Tribunal Federal, publicada em 11.04.2013, conforme segue:

[...] Determino, *ad cautelam*, que os Tribunais de Justiça de todos os Estados e do Distrito Federal deem imediata continuidade aos pagamentos de precatórios, na forma como já vinham realizando até a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal em 14/03/2013, segundo a sistemática vigente à época, respeitando-se a vinculação de receitas para fins de quitação da dívida pública, sob pena de sequestro. Expeça-se ofício aos Presidentes de todos os Tribunais de Justiça do País. Publique-se.

PROJETO CONCILIAÇÃO

A partir da Portaria nº 386/2003, que instituiu o Juízo Auxiliar de Conciliação em 2º Grau – ampliado pela Resolução Administrativa nº 15/2006, alterada pelas Resoluções Administrativas nº 01/2007 e 16/2007, iniciou-se um processo de tentativa de aproximar os litigantes, com o intuito de por fim à lide de forma harmoniosa. O procedimento adotado e os resultados obtidos no ano de 2013 estão detalhados a seguir.

1. Procedimento

Com a interposição de recurso de revista por alguma das partes, é expedida nota de expediente, sob a responsabilidade da Coordenadoria de Recursos do TRT4, questionando sobre o interesse na realização de audiência para tentativa de conciliação. Caso um dos litigantes se manifeste, os autos são remetidos ao Projeto Conciliação.

Ingressando o processo no Projeto Conciliação, faz-se uma primeira triagem para verificar a possibilidade de ajuste (não raras as vezes, em recurso ordinário, a reclamada é absolvida da condenação imposta pela sentença, o autor interpõe recurso de revista e expressa interesse na conciliação), bem como localizar o prefixo telefônico e/ou endereço eletrônico pertinentes aos procuradores jurídicos.

Após, mantém-se contato telefônico com a parte que não se pronunciou, para saber de seu efetivo interesse na realização de audiência para tentativa de conciliação. Caso positiva a resposta, designa-se data para a correspondente audiência e, logo a seguir, intima-se a outra parte, também por telefone. Quando do telefonema, os procuradores são advertidos para apresentar, na data da solenidade, cálculos – ainda que estimativos – e uma objetiva e compatível proposta.

Em muitos casos, em razão da distância ou da conveniência, os próprios defensores jurídicos estabelecem tratativas diretamente entre si e elaboram petição conjunta de acordo, protocolando-a no Projeto Conciliação, ou por meio do sistema peticionamento eletrônico, no Protocolo-Geral do TRT4. Nessa situação, os autos e o acordo são analisados, a fim de verificar a compatibilidade dos termos do ajuste com a lide existente. Estando adequado, o acordo é homologado pelo juiz designado para atuar no Projeto, com expedição de eventuais alvarás (seguro-desemprego, movimentação do FGTS ou liberação de depósitos recursais existentes e integrantes das condições de pagamento do *quantum* acordado) e a imediata intimação dos defensores jurídicos dos litigantes, via telefonemas e/ou por mensagem eletrônica.

Na hipótese de não ser viável a composição ou em não havendo interesse da parte contrária, os autos são remetidos à Coordenadoria de Recursos, para imediato exame de admissibilidade do recurso de revista interposto.

Previamente à realização da audiência, faz-se nova triagem nos autos, a fim de identificar dados como a condenação imposta pela sentença, ou acórdão; o valor dos depósitos recursais, se houver; o período contratual; o salário percebido pelo autor; e outros que se revelem importantes. No caso de agravo de petição, solicita-se à Vara do Trabalho de origem certidão atualizada do débito.

Na audiência específica, o juiz conciliador questiona as partes sobre a proposta de cada uma, procurando orientá-las para que cheguem a um acordo. Havendo necessidade de consulta aos constituintes ou de realizar cálculos, defere-se prazo para as diligências indispensáveis, pelos defensores jurídicos, ou adia-se a audiência para data próxima. Muitas vezes, o acordo prospera em uma única audiência e, caso prevista a liberação de depósito recursal ou judicial, expede-se o correspondente alvará ao reclamante, na mesma oportunidade.

Exitosa a conciliação, remetem-se os autos à origem. Caso contrário, como já assinalado, os autos são remetidos à Coordenadoria de Recursos, para análise do recurso de revista; ou à Secretaria da Turma a que se vincula o relator do recurso ordinário ou do agravo de petição correspondente.

2. Incrementos

Com o trabalho desenvolvido pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos na Justiça do Trabalho – criado nos moldes do art. 7º da Resolução nº 125/2010 do CNJ e implantado no primeiro semestre no TRT4, sob a coordenação da Desembargadora Denise Pacheco, foram identificadas as empresas com o maior número de demandas, sendo que, a partir de encontros motivacionais, os representantes de algumas destas demandadas revelaram a intenção de suas constituintes em, efetivamente, participar do esforço nacional em conciliar, reduzindo seu passivo trabalhista. Nesse diapasão, destacaram-se WMS Supermercados do Brasil Ltda., Banco Santander – Brasil – S/A, Brasil Telecom S/A, Companhia de Bebidas das Américas – Ambev, Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan, Grupo Hospitalar Conceição, Banco do Brasil S/A, Companhia Estadual de Silos e Armazéns – Cesa, Engenharia de Telecomunicações e Eletricidade Ltda. – ETE, entre outros.

Os procedimentos específicos iniciam-se a partir de reuniões mantidas com os Juízes Auxiliares de Conciliação, os defensores jurídicos das reclamadas, que passam a apresentar listas, de forma gradual, com os processos passíveis de serem ajustados. Tais listagens, cada qual com suas peculiaridades, acarretam atividades extras, adequando-as às necessidades de acelerar os passos prévios às desejadas audiências: a) conformidade de formatação; b) checagem e complementação dos dados fornecidos (número integral do processo, nome completo do reclamante, identificação procurador jurídico da parte reclamante, prefixo telefônico e endereço eletrônico do advogado); c) identificação do andamento em que se encontra o respectivo feito; d) agrupamento de processos, por critérios mais relevantes (por escritórios profissionais dos defensores jurídicos da parte autora e, depois, por estágio em que se encontram as ações), etc. A organização das planilhas envolvem consultas aos sistemas de acompanhamento de processos no 1º e 2º Graus do TRT4, bem como aos cadastros da OAB/RS e, até mesmo, na Internet.

A etapa seguinte consiste em estabelecer os contatos prévios e necessários (telefônicos, prioritariamente, ou por *e-mail*) com os procuradores jurídicos dos reclamantes, a fim de obter sua concordância sobre a audiência conciliatória.

Havendo consonância do advogado da parte acionante, mantém-se contato, logo após, com a correspondente Vara do Trabalho – se os autos estiverem no Juízo de origem – ou com a Assessoria do Gabinete do Relator, e também com a Secretaria da respectiva Turma, quando pendente de julgamento no

TRT4, ou, ainda, com a Secretaria Judiciária do Tribunal.

Recebidos os autos do processo e a partir da aquiescência do procurador jurídico da parte reclamante, mediante novo telefonema, inclui-se o feito em um dos horários disponíveis na pauta específica – anteriormente designada e aceita pelos defensores da empresa.

Após, efetua-se a prévia análise dos autos, a partir das decisões já existentes e dos eventuais depósitos recursais ou judiciais, assim como dos outros dados pertinentes à contratualidade e aos pedidos até então deferidos.

Muitas vezes são necessários vários contatos até a obtenção de uma resposta objetiva quanto ao efetivo interesse da parte em ajustar o feito; bem como o fato de que, em se tratando de algumas demandadas (como foi o caso do WMS), há uma multiplicidade de escritórios advocatícios a serem perquiridos, e detêm mais de uma ação em que a reclamada deseja conciliar.

Todavia, das dezenas e, até mesmo, centenas de processos indicados, nem todos acabam sendo pautados. No particular, os anos de 2011 e 2012 foram significativos.

A sociedade bancária “Itaú Unibanco” vem implementando uma política altamente positiva quanto à efetiva persecução de ajustes definitivos e integrais de feitos, num elevado montante

3. Dos Grandes Litigantes

3.1 Companhia Estadual de Silos e Armazéns – Cesa

A partir de negociações iniciadas em maio de 2012, a Companhia Estadual de Silos e Armazéns – Cesa, com a concordância da Procuradoria-Geral do Estado e dos representantes do Sindicato dos Auxiliares de Administração de Armazéns Gerais no Estado do Rio Grande do Sul, consolidou acordo envolvendo a formação de um condomínio de credores (Primeiro Condomínio), pertinentes a 58 execuções trabalhistas, das quais 19 já se encontravam quitadas até dezembro de 2013.

Durante o exercício de 2013, constituíram-se – a partir do manifesto interesse da Companhia Estadual, com a aquiescência dos credores – outros 3 condomínios, com o acréscimo de mais 5 execuções (02 + 02 + 01), somando-se 63, com 44 ativas no momento.

Isso tem permitido, além da satisfação das dívidas mais prementes da Companhia, a sustação das penhoras de créditos da Cesa com seus clientes, o que tem permitido a manutenção das atividades e o pagamento regular das parcelas acordadas.

Relativamente aos procedimentos para a consecução de tal condomínio e seu controle, são adotados alguns procedimentos básicos:

- a) solicitação dos respectivos autos aos seus Juízos de origem, com certidão atualizada de cálculos;
- b) recepção dos correspondentes volumes;
- c) inclusão dos dados pertinentes à execução em planilhas próprias;
- d) controle dos depósitos da Cesa e do correspondente saldo da conta judicial específica;
- e) emissão de alvarás (principal e honorários assistenciais) para cada demanda;
- f) intimação dos procuradores jurídicos dos credores;
- g) retirada das vias originais dos alvarás;
- h) juntada das cópias dos alvarás aos correspondentes autos;
- j) retorno dos autos às prateleiras; e
- k) aguardo do próximo depósito.

3.2 Universidade da Região da Campanha – Urcamp

A Universidade da Região da Campanha – Urcamp, tradicional instituição educacional e de saúde da fronteira oeste do Estado, e sua mantenedora, Fundação Áttila Taborda, procuraram o TRT4, em 2012, em busca de solução para seu elevado passivo trabalhista.

A partir de várias reuniões com seus representantes, de audiências com os sindicatos representativos dos empregados e de reuniões com os juízes das Varas do Trabalho envolvidas, está sendo construída uma proposta que implica o recolhimento mensal de percentual da receita bruta da entidade à conta bancária gerida pelo JAC, bem como deverá ser levada a efeito a alienação de bens imóveis da Instituição.

Participaram também, em audiências específicas, representantes do Ministério Público do Trabalho e Emprego e da Caixa Econômica Federal, em razão da elevada dívida de FGTS, bem como de representantes do Ministério Público Estadual, em face da pretendida venda de bens da fundação.

Das 297 execuções informadas pelos Juízos de origem, até o final de 2013, 13 foram quitadas nas próprias Varas do Trabalho, restando 284 processos ativos e contemplados pelo acordo celebrado com a Urcamp.

Com referência aos procedimentos observados, destacam-se:

a) envio periódico de ofícios e memorandos às Varas do Trabalho que tenham execuções promovidas em face da Fundação Áttila Taborda, informando-as e atualizando dados referentes ao andamento das negociações, junto ao JAC;

b) solicitação (inicialmente, via telefonemas; após, convalidadas por mensagens eletrônicas) aos diretores de Secretaria das unidades judiciárias, para que noticiem os valores (principal e, em destaque o FGTS a ser depositado) afetos a cada uma das execuções em curso;

c) recepção e organização dos dados em planilhas;

d) contatos frequentes com o Departamento Jurídico da Urcamp, a fim serem observadas, pela Instituição de Ensino, as diligências avençadas, no prazo e na forma convencionada;

e) motivação, junto às Secretarias dos Juízos das Execuções, para prestar informações necessárias ao correto e célere andamento das negociações, incluindo o fornecimento do rol das preferências comprovadas e deferidas (doença e idoso);

f) identificação das preferências e inclusão das respectivas notícias nos controles;

g) identificação das unidades judiciárias e da Assessoria Jurídica da Urcamp quanto às preferências contempladas e adequação aos termos acordados, a fim de sanar eventuais equívocos e aprimorar o cumprimento do ajuste;

h) emissão de alvarás, com transferências dos valores aos Juízos das Execuções; e

i) controle do saldo da conta judicial;

3.3 Universidade Luterana do Brasil – Ulbra

Diversas reuniões e audiências foram realizadas, desde o segundo semestre de 2012, com o objetivo de obter recursos, pela venda judicial de imóveis de grande valor, localizados no Município de Canoas (RS), a fim de suportar ou, ao menos, reduzir o montante e o desconforto financeiro com que centenas de execuções promovidas nas diversas Varas do Trabalho do Estado vêm pressionando a instituição de ensino superior.

Para isso, mostram-se de inestimável relevância as atuações dos Magistrados das Varas do

Trabalho de Canoas, de modo especial a do Titular da 3ª VT daquele Foro Trabalhista, onde tramita o processo em que penhorados os imóveis levados à alienação judicial.

Nesse sentido, os números são impressionantes. Segundo critérios e parâmetros preliminares estabelecidos e noticiados pelo Juízo da 3ª VT do Município de Canoas, serão contempladas 528 execuções informadas, em abril e agosto de 2013: 452 no total de R\$ 69.751.908,21; e 76 no montante de R\$ 10.845.114,22.

3.4 Grupo Hospitalar Conceição – GHC

O Grupo Hospitalar Conceição, ao final de 2013, retomou suas tratativas conciliatórias, depositando R\$ 77.631.969,16, entre 30 de novembro e 20 de dezembro, para um rol de 208 processos: 109 do Hospital Nossa Senhora da Conceição S/A; 54 do Hospital Cristo Redentor S/A; e 35 do Hospital Fêmina S/A.

Entretanto, já nas primeiras tentativas de conciliar, detectou-se que, para a maioria das ações elencadas, havia indicativo sentencial para que as correspondentes execuções se dessem de forma indireta, por meio de precatórios.

Frente a essa imposição processual, a maior parte do montante depositado pelo GHC foi transferida para os respectivos juízos de origem dos feitos trabalhistas, a fim de que os magistrados decidissem pela melhor destinação da verba disponibilizada pelo GHC.

Ainda assim, foi possível conciliar 29 execuções, ultrapassando-se os R\$ 10 milhões.

4. Da Interiorização

Dando prosseguimento à interiorização das atividades desenvolvidas pelo Projeto Conciliação, foram ministradas palestras em Caxias do Sul, Rio Grande e em Alegrete, com a colaboração das respectivas Seccionais da OAB/RS.

Além disso, o Juízo Auxiliar de Conciliação ministrou palestras em outros Tribunais Regionais do Trabalho, como São Paulo, Paraná, Amazonas, Goiás, Alagoas e Santa Catarina.

5. Impulso do Núcleo de Conciliação do TRT4

A partir do trabalho desenvolvido pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos, implantado em 2011 no âmbito do TRT4, expandiu-se a atuação do Projeto Conciliação. Assim, mediante a introdução de novos procedimentos e técnicas de trabalho, atinge-se, a cada ano, um número mais abrangente de ações e, de forma particular, a grupos de demandas trabalhistas com matérias específicas, respondendo-se com rapidez evidente e necessária ao anseio de colocar término a contendas judiciais, especialmente às reclamationes ajuizadas por cidadãos com poucas condições financeiras, à míngua do que se constatou com as demandas pertinentes à empresa WMS e, no findo exercício de 2013, com o avanço sucedido com o grupo financeiro Itaú Unibanco, com Cesa, com a Ulbra e com a Urcamp.

6. Resultados

O ano de 2013 revelou resultados favoráveis. Foram realizadas 747 audiências, a partir de 675 processos pautados, as quais resultaram em 531 conciliações, perfazendo um percentual de 78,67%. Nesse mesmo exercício, 1.281 partes foram atendidas e R\$ 105.604.772,87 foi o valor pago no Juízo Auxiliar de Conciliação.

No mês de setembro, o índice de processos conciliados chegou a 83,54%, com 66 ajustes, e foram atendidas 159 partes. Em abril, apurou-se o mais expressivo montante ajustado: R\$ 39.948.669,81. Já o maior patamar mensal de números absolutos de audiências (104), de processos conciliados (83) e de partes atendidas (197) ocorreu em julho.

VICE-PRESIDÊNCIA

A Desembargadora Rosane Serafini Casa Nova atuou como Vice-Presidente do Tribunal até o dia 13 de dezembro de 2013, quando tomou posse a Desembargadora Ana Luiza Heineck Kruse, eleita para a Gestão 2013/2015.

No exercício de sua competência exclusiva, conferida pelos incisos I e II do art. 41 do Regimento Interno, a Vice-Presidente atuou:

- No exercício da Presidência, em substituição à Desembargadora Presidente, Maria Helena Mallmann, nos dias 21.02.2013, 05.03.2013, 06.03.2013, 24 a 26.04.2013, 03.05.2013, 15.05.2013, 22 a 24.05.2013, 20 a 21.06.2013, 23 a 25.07.2013, 29 a 31.07.2013, 01 e 02.08.2013, 04.09.2013, 25 a 27.09.2013, 10 e 11.10.2013, 15 e 16.10.2013, 28.10 a 13.11.2013 e 06.12.2013;
- No exercício da Corregedoria, nos dias 05.03.2013, 20 e 21.06.2013.

A Desembargadora Ana Luiza Heineck Kruse, empossada em 13.12.2013, atuou no exercício da Presidência nos dias 19 e 20.12.2013, ocasião em que a Desembargadora-Presidente, Cleusa Regina Halfen, participou da Sessão Solene de Posse da nova administração do TRT da 16ª Região/MA.

Ainda no exercício de sua competência exclusiva, a Vice-Presidente atuou como Relatora nos recursos administrativos dirigidos ao Órgão Especial e nos processos da mesma natureza cujas decisões são da competência privativa do Colegiado, excetuados os processos disciplinares.

Foram recebidos no Gabinete da Vice-Presidência 30 processos de natureza administrativa, consubstanciados em:

- 25 Recursos Administrativos (RECADM), tendo sido 8 julgados;
- 5 Processos Administrativos (PA e PADMAG), sendo 11 julgados;
- 13 Agravos Regimentais (AGR), sendo 5 julgados;
- 2 Embargos Declaratórios (ED).

Por delegação da Presidente, nos termos dos incisos III e suas alíneas, e IV do art. 41 do Regimento Interno, desempenhou as seguintes atividades:

- Exerceu a Presidência da Seção de Dissídios Coletivos (SDC), tendo, até 13.12.2013, atuado em 9 sessões da Seção de Dissídios Coletivos e presidido 76 audiências de Dissídio Coletivo e 51 reuniões de mediação. A Desembargadora Ana Luiza Heineck Kruse, a partir de 13.12.2013, realizou 3 reuniões de mediação.
- Recebeu, por distribuição, 520 processos nas classes DC, PROTES, AACC, DCG e OPOSIC;
- Proferiu 469 decisões monocráticas em processos de dissídio coletivo;
- Recebeu 33.215 recursos de revista conclusos, proferindo 10.737 despachos admitindo recurso de revista, 22.108 despachos denegando o seu seguimento e 71 determinando a baixa dos autos;

- Despachou 19.133 agravos de instrumento interpostos contra despachos que negaram seguimento a recursos de revista;
- Proferiu 565 despachos em requerimentos diversos recebidos na Assessoria de Recurso de Revista;
- No PJe-JT, proferiu 17 despachos recebendo recurso de revista e 30 denegando seu seguimento.

Na forma do que prevê o art. 42 do Regimento Interno, a Vice-Presidente, Rosane Serafini Casa Nova, desempenhou atividades de representação do Tribunal, comparecendo, entre outros, aos seguintes eventos no decorrer de 2013:

FEVEREIRO

Dia 25	Abertura da Assembleia Geral Ordinária do Conselho Nacional de Escolas de Magistratura do Trabalho – Conematra. Local: Escola Judicial

MARÇO

Dia 08	Aula Magna 2013, ministrada pelo Ministro Teori Zavascki (Antecipação de Tutela e Liminar). Local: Plenário do TRT
Dia 14	Solenidade de Inauguração do Prédio Administrativo do TRT4

ABRIL

Dia 11	Seminário Acesso à Informação e Transparência. Local: Escola Judicial do TRT4
Dia 16	Solenidade de Posse em Gabinete do Procurador do Trabalho Marcelo José Ferlin D'Ambroso como Desembargador do Trabalho. Local: Salão Nobre da Presidência
Dia 17	Solenidade de Posse em Gabinete do Procurador do Trabalho Gilberto Souza dos Santos como Desembargador do Trabalho. Local: Salão Nobre da Presidência
Dia 19	Seminário de Acidente do Trabalho. Local: Escola Judicial
	Solenidade de Posse em Gabinete dos Juízes do Trabalho Raul Zoratto Sanvicente e André Reverbel Fernandes como Desembargadores do Trabalho. Local: Salão Nobre da Presidência

MAIO

Dia 02	Solenidade de Comemoração dos 70 anos da CLT no TST. Local: TST – Brasília/DF
Dia 03	Posse do Juiz Substituto Gustavo Pusch. Local: Salão Nobre da Presidência
Dias 06 e 07	Representou o TRT4 no Seminário Regras de Concurso para Magistratura promovido pelo CNJ. Local: Conselho de Justiça Federal – Brasília/DF
Dia 10	Solenidade de inauguração das novas instalações do Foro Trabalhista de Torres
Dia 13	Solenidade de assinatura do Acordo Técnico entre TRT4 e Femargs. Local: Femargs
Dia 20:	Sessão Solene em comemoração aos 70 anos da CLT. Local: Plenário do TRT
Dia 24	Participou do Forum de Relações Administrativas. Local: Sede da Amatra IV
Dia 24	No exercício da Presidência, representou o TRT4 na Cerimônia de Transmissão do Cargo de Procurador Regional da União na 4ª Região. Local: Auditório da Escola da AGU
Dia 27	Representou o TRT4 na Solenidade de Comemoração aos 70 anos da CLT. Local: Senado Federal – Brasília/DF

JUNHO

Dia 04	Workshop relativo ao Projeto de Apoio ao Desdobramento e Implantação da Estratégia. Local: Salão Nobre da Presidência
Dia 05	Inauguração das novas instalações da Vara do Trabalho de Frederico Westphalen

JUNHO

Dia 13	Inauguração das novas instalações dos Postos Avançados de Capão da Canoa e de Tramandaí
Dia 14	Solenidade de Posse da Juíza do Trabalho Substituta Cláudia Carpenedo. Local: Salão Nobre da Presidência
Dia 17	Solenidade de Posse dos Juízes do Trabalho Substitutos Bernardo Guimarães Fernandes da Rocha, Maurício Joel Zanotelli e André Sessim Parienti. Local: Salão Nobre da Presidência
Dia 19	Recepção aos novos Juízes do Trabalho Substitutos em visita à Administração do TRT4 (Módulo de Formação Inicial). Local: Gabinete da Vice-Presidência
Dia 21	No exercício da Presidência, representou o TRT4 na Sessão Solene de Posse dos novos dirigentes do Tribunal Regional Federal da 4ª Região – Gestão 2013/2015. Local: Plenário do TRT
Dia 24	Solenidade de Posse em Gabinete do Advogado João Paulo Lucena como Desembargador do Trabalho. Local: Salão Nobre da Presidência

JULHO

Dia 05	Posse dos novos Desembargadores. Local: Plenário do TRT4
Dia 11	Solenidade de posse dos Juízes do Trabalho Substitutos Eliseu Cardozo Barcellos e Edénir Barbosa Domingos. Local: Salão Nobre da Presidência
Dia 19	Jantar Comemorativo aos 50 anos da Justiça do Trabalho em Santa Cruz do Sul. Local: Santa Cruz do Sul/RS
Dia 26	Solenidade de Comemoração dos 50 anos da Justiça do Trabalho em Santa Rosa. Local: Santa Rosa/RS
Dia 31	No exercício da Presidência, representou o TRT4 no evento “Diálogos CDES-RS Gestão de Informação e Controle Público no Enfrentamento à Corrupção”, promovido pela Secretaria Executiva do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. Local: Palácio Piratini

AGOSTO

Dia 07	Representou o TRT4 no II Encontro Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil. Local: TST – Brasília/DF
Dia 08	Solenidade de aposição do retrato do Des. Carlos Alberto Robinson na Galeria de Presidentes do Tribunal. Local: Salão Nobre da Presidência Seminário Acidentes de Trabalho: Perícia. Local: Escola Judicial
Dia 13	Solenidade de posse da Juíza Substituta do Trabalho Alessandra Casaril. Local: Salão Nobre da Presidência
Dia 14	Representou o TRT4 na solenidade de Entrega da Comenda da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho. Local: TST – Brasília/DF

SETEMBRO

Dia 04	Reunião com Representante da Procuradoria-Geral do Estado. Local: Gabinete da Vice-Presidência
Dia 06	Aposição do retrato do Des. Juraci Galvão Júnior na Galeria dos Corregedores do TRT da 4ª Região. Local: Átrio da Corregedoria Regional, prédio-sede, 6º andar
Dia 12	Reunião da Comissão de Estudos dos Órgãos Fracionários. Local: Sala 506, prédio-sede
Dias 16 a 19	VIII Encontro Institucional da Magistratura do Trabalho do RS. Local: Canela/RS
Dia 25	Reunião com representante da Comissão Municipal de Trabalho e Emprego, vinculada à Secretaria Municipal de Trabalho e Emprego de Porto Alegre. Local: Gabinete da Vice-Presidência
Dia 26	Representou o Tribunal na Conferência de Abertura do V Congresso Internacional Revisitando o Direito Público promovido pela Associação dos Procuradores do Estado do Rio Grande do Sul – Apergs. Local: Auditório da Escola da Ajuris – Porto Alegre/RS

OUTUBRO

Dia 02	Reunião com o Secretário Estadual do Trabalho e do Desenvolvimento Social do RS, Luis Augusto Lara. Local: Salão Nobre da Presidência
Dia 07	Reunião com a nova Administração da PRT4. Local: Salão Nobre da Presidência
Dia 08	Solenidade de Posse dos Juízes Substitutos Gabriela Lenz de Lacerda, Rafael Moreira de Abreu e Rachel Albuquerque de Medeiros Mello. Local: Salão Nobre da Presidência
Dia 16	Reunião com o Secretário Estadual do Trabalho e Desenvolvimento Social Luis Augusto Lara. Local: Salão Nobre da Presidência
Dia 18	Posse da Juíza Substituta Jaqueline Menta. Local: Salão Nobre da Presidência
Dia 21	Reunião com o Secretário Estadual do Trabalho e Desenvolvimento Social Luis Augusto Lara. Local: Sala 506, prédio-sede
Dia 23	Reunião de Grupo de Trabalho para tratar de assuntos relativos à distribuição de processos. Local: Sala 506, prédio-sede
Dia 24	Participação no Seminário de Direito Portuário, com visita técnica ao Porto Público de Rio Grande e Terminal de Contêineres (Tecon). Local: Rio Grande/RS
Dia 25	Seminário de Direito Portuário, com visita técnica ao Porto Público de Rio Grande e Terminal de Contêineres (Tecon). Local: Rio Grande/RS
Dia 28	Reunião do Grupo de Trabalho sobre assuntos relativos ao Polo Naval de Rio Grande

NOVEMBRO

Dia 05	Participou, como mediadora, do 2º Forum Municipal do Mercado de Trabalho de Porto Alegre, promovido pela Secretaria Municipal do Trabalho e Emprego de Porto Alegre. Local: Auditório Romildo Bolzan do Tribunal de Contas do Estado – Porto Alegre/RS

DEZEMBRO

Dia 09	Apresentação do Projeto de <i>Business Intelligence</i> , etapa 2013. Local: Salão Nobre da Presidência
Dia 10	Instalação da 2ª Vara do Trabalho de Estrela/RS
Dia 13	Sessão Solene de Posse da Nova Administração do Tribunal

A Desembargadora Rosane Serafini Casa Nova presidiu a Comissão de Regimento Interno, na forma do art. 213, I, do Regimento Interno. Também integraram a Comissão os Desembargadores Ana Luiza Heineck Kruse e Ricardo Carvalho Fraga. Em 2013, foram aprovados dois Assentos Regimentais pelo Tribunal Pleno.

Presidiu, também, o Grupo de Trabalho instituído pelas Portarias nº 2.340/2013 e 3.148/2013, para elaborar estudo sobre os órgãos fracionários de que trata o art. 5º, III e IV, do Regimento Interno do Tribunal, integrado também pelos Desembargadores Ana Luiza Heineck Kruse, Ricardo Carvalho Fraga, João Ghisleni Filho, João Alfredo Borges Antunes de Miranda, Luiz Alberto de Vargas, Francisco Rossal de Araújo, Carmen Izabel Centena Gonzalez e Íris Lima de Moraes –, e a Comissão criada pela Portaria nº 510/2013, para realizar estudos sobre a proposta de participação e voto de todos os magistrados integrantes da Justiça do Trabalho da 4ª Região na eleição para os cargos de direção do TRT. É composta ainda pelos Desembargadores Ana Luiza Heineck Kruse, Ricardo Carvalho Fraga, José Felipe Ledur e Clóvis Fernando Schuch Santos. Integrou, ainda, a Comissão de Consulta, prevista na Resolução Administrativa nº 18/2013 e constituída pelo Tribunal Pleno na sessão de 06.09.2013, presidida pelo Desembargador Juraci Galvão Júnior e também integrada pelo Juiz Daniel Souza de Nonohay, Presidente da Amatra IV.

No desenvolvimento das atividades, presidiu reuniões, manifestou-se em expedientes administrativos, coordenou as pesquisas e a elaboração das propostas de Resoluções Administrativas e

alterações regimentais decorrentes dos estudos desenvolvidos.

A Desembargadora-Vice-Presidente, Rosane Serafini Casa Nova, participou, ainda, do Grupo de Trabalho para elaboração de Termo de Convênio para Estágio entre o TRT e a Fundação de Proteção Especial (FPE) e Fundação de Assistência Social e Cidadania de Porto Alegre, criado pela Portaria nº 3.179/2013. O termo foi assinado em 30 de agosto de 2013.

CORREGEDORIA REGIONAL

As Excelentíssimas Desembargadoras Cleusa Regina Halfen e Ana Rosa Pereira Zago Sagrilo exerceram, na forma regimental, os cargos de Corregedora Regional e Vice-Corregedora Regional, respectivamente.

No desempenho de suas atribuições regimentais, expediram, no ano de 2013, 39 (trinta e nove) Portarias e 16 (dezesesseis) Provimentos, destes, 3 (três) e 12 (doze), respectivamente, em conjunto com a Presidente.

PORTARIAS

Portaria nº 001, de 23 de janeiro de 2013 – Dispõe sobre a divisão e a distribuição de processos entre os juízes que atuarem na 5ª Vara do Trabalho de Caxias do Sul e nas 4ª e 5ª Varas do Trabalho de Canoas em razão da adoção do regime de lotação.

Portaria nº 002, de 18 de fevereiro de 2013 – Define o termo inicial de vigência do regime de lotação e dispõe sobre a divisão e a distribuição de processos entre os juízes que atuarem nas Varas do Trabalho de Santo Ângelo, Bagé e Uruguaiana.

Portaria nº 003, de 18 de fevereiro de 2013 – Prorroga o termo final da suspensão do curso dos prazos determinada no art. 3º da Portaria Conjunta nº 553, de 29 de janeiro de 2013, da Presidência e da Corregedoria Regional do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

Portaria nº 004, de 25 de fevereiro de 2013 – Constitui os grupos responsáveis pela elaboração e validação do Plano de Gestão da Corregedoria Regional do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

Portaria nº 005, de 07 de março de 2013 – Institui regime de Juiz Auxiliar na Vara do Trabalho de Carazinho, nos períodos de 08 de abril a 12 de julho de 2013 e de 14 de agosto a 19 de novembro de 2013, e dá outras providências.

Portaria nº 006, de 07 de março de 2013 – Institui regime de Juiz Auxiliar no Foro Trabalhista de Passo Fundo, no período de 11 de março a 19 de dezembro de 2013, e dá outras providências.

Portaria nº 007, de 07 de março de 2013 – Institui regime de Juiz Auxiliar na Vara do Trabalho de Guaíba, nos períodos de 08 de abril a 12 de julho de 2013 e de 14 de agosto a 19 de novembro de 2013, e dá outras providências.

Portaria nº 008, de 07 de março de 2013 – Institui regime de Juiz Auxiliar nas Varas do Trabalho de Novo Hamburgo (1ª a 5ª), nos períodos de 08 de abril a 12 de julho de 2013 e de 14 de agosto a 19 de dezembro de 2013, e dá outras providências.

Portaria nº 009, de 07 de março de 2013 – Institui regime de Juiz Auxiliar na Vara do Trabalho de Osório, no período de 08 de abril a 12 de junho de 2013, e dá outras providências.

Portaria nº 010, de 07 de março de 2013 – Institui regime de Juiz Auxiliar nas Varas do Trabalho de Sapiranga (1ª a 3ª), nos períodos de 08 de abril a 12 de julho de 2013 e de 14 de agosto a 19 de dezembro de 2013, e dá outras providências.

Portaria nº 011, de 07 de março de 2013 – Institui regime de Juiz Auxiliar nas Varas do Trabalho de Taquara (1ª a 4ª), nos períodos de 08 de abril a 12 de julho de 2013 e de 14 de agosto a 19 de dezembro de 2013, e dá outras providências.

Portaria nº 012, de 07 de março de 2013 – Institui regime de Juiz Auxiliar na Vara do Trabalho de Viamão, nos períodos de 08 de abril a 12 de julho de 2013 e de 14 de agosto a 19 de dezembro de 2013, e dá outras providências.

Portaria nº 013, de 08 de março de 2013 – Institui regime de Juiz Auxiliar na Vara do Trabalho de Montenegro, nos períodos de 08 de abril a 05 de junho de 2013 e de 21 de outubro a 19 de dezembro de 2013, e dá outras providências.

Portaria nº 014, de 13 de março de 2013 – Institui regime de Juiz Auxiliar no Foro Trabalhista de Palmeira das Missões, no período de 08 de abril a 12 de julho de 2013, e dá outras providências.

Portaria nº 015, de 01 de abril de 2013 – Define o termo inicial de vigência do regime de lotação e dispõe sobre a divisão e a distribuição de processos entre os juízes que atuarem na 4ª Vara do Trabalho de São Leopoldo.

Portaria nº 016, de 09 de maio de 2013 – Institui regime de Juiz Auxiliar na Vara do Trabalho de Osório, no período de 23 de setembro a 19 de novembro de 2013, e dá outras providências.

Portaria nº 017, de 09 de maio de 2013 – Institui regime de Juiz Auxiliar na Vara do Trabalho de Estância Velha, no período de 14 de agosto a 19 de dezembro de 2013, e dá outras providências.

Portaria nº 018, de 09 de maio de 2013 – Institui regime de Juiz Auxiliar na 30ª Vara do Trabalho de Porto Alegre, no período de 14 de agosto a 19 de dezembro de 2013, e dá outras providências.

Portaria nº 019, de 15 de maio de 2013 – Institui regime de Juiz Auxiliar na 2ª Vara do Trabalho de Cachoeirinha, no período de 23 de setembro a 19 de novembro de 2013, e dá outras providências.

Portaria nº 020, de 12 de setembro de 2013 – Regula, excepcionalmente, no período de 13.09.2013 a 23.10.2013, o horário de funcionamento externo do Posto de Dom Pedrito.

Portaria nº 021, de 09 de dezembro de 2013 – Louva servidores.

Portaria nº 022, de 09 de dezembro de 2013 – Louva Juiz Auxiliar da Corregedoria.

Portaria nº 023, de 09 de dezembro de 2013 – Louva Juiz Auxiliar do Juízo de Conciliação.

Portaria nº 024, de 10 de dezembro de 2013 – Regula, excepcionalmente, no período de 07.01.2014 a 08.03.2014, o horário de funcionamento externo do Posto de Dom Pedrito.

Portaria nº 027, de 17 de dezembro de 2013 – Delega atribuições à Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora Regional.

Portaria nº 028, de 18 de dezembro de 2013 – Institui regime de Juiz Auxiliar nas Varas do Trabalho de Cachoeirinha (1ª e 2ª), no período de 10 de abril a 11 de julho de 2014, e dá outras providências.

Portaria nº 029, de 18 de dezembro de 2013 – Institui regime de Juiz Auxiliar na Vara do Trabalho de Carazinho, no período de 10 de março a 11 de junho de 2014, e dá outras providências.

Portaria nº 030, de 18 de dezembro de 2013 – Institui regime de Juiz Auxiliar na Vara do Trabalho de Guaíba, no período de 10 de março a 11 de julho de 2014, e dá outras providências.

Portaria nº 031, de 18 de dezembro de 2013 – Institui regime de Juiz Auxiliar na Vara do Trabalho de Montenegro, no período de 10 de março a 09 de maio de 2014, e dá outras providências.

Portaria nº 0032, de 18 de dezembro de 2013 – Institui regime de Juiz Auxiliar nas Varas do Trabalho de Novo Hamburgo (1ª a 5ª), no período de 10 de março a 11 de junho de 2014, e dá outras providências.

Portaria nº 33, de 18 de dezembro de 2013 – Institui regime de Juiz Auxiliar no Foro Trabalhista de Palmeira das Missões, no período de 11 de junho a 11 de julho de 2014, e dá outras providências.

Portaria nº 034, de 18 de dezembro de 2013 – Institui regime de Juiz Auxiliar no Foro Trabalhista de

Passo Fundo, no período de 07 de janeiro a 19 de dezembro de 2014, e dá outras providências.

Portaria nº 035, de 18 de dezembro de 2013 – Institui regime de Juiz Auxiliar nas Varas do Trabalho de Santa Cruz do Sul (1ª a 3ª), no período de 10 de abril a 11 de julho de 2014, e dá outras providências.

Portaria nº 036, de 18 de dezembro de 2013 – Institui regime de Juiz Auxiliar nas Varas do Trabalho de Sapiranga (1ª a 3ª), no período de 10 de abril a 11 de julho de 2014, e dá outras providências.

Portaria nº 037, de 18 de dezembro de 2013 – Institui regime de Juiz Auxiliar nas Varas do Trabalho de Taquara (1ª a 4ª), no período de 10 de março a 11 de junho de 2014, e dá outras providências.

Portaria nº 038, de 18 de dezembro de 2013 – Institui regime de Juiz Auxiliar na Vara do Trabalho de Viamão, no período de 10 de abril a 11 de julho de 2014, e dá outras providências.

Portaria Conjunta nº 553, de 29 de janeiro de 2013 – Dispõe sobre a utilização do Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT nas Varas do Trabalho de Encantado e Guaíba a partir de 20 de fevereiro de 2013.

Portaria Conjunta nº 9.309, de 10 de dezembro de 2013 – Dispõe sobre a instalação da 2ª Vara do Trabalho de Estrela e a utilização do Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT nas Varas do Trabalho de Estrela a partir de 10 de dezembro de 2013.

Portaria Conjunta nº 1.632, de 08 de março de 2013 – Dispõe sobre a utilização do Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT nas 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª Varas do Trabalho de Caxias do Sul a partir de 25 de março de 2013.

PROVIMENTOS

Provimento nº 242, de 24 de abril de 2013 – Regulamenta as atividades exercidas pelo Serviço de Apoio Temporário – SAT nas Varas do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região e dá outras providências.

Provimento nº 243, de 24 de abril de 2013 – Altera as disposições contidas na Seção IV, “Do Arquivo”, da Consolidação de Provimentos da Corregedoria Regional do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

Provimento nº 244, de 24 de abril de 2013 – Dispõe sobre a uniformização de procedimentos decorrentes da utilização do Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT.

Provimento nº 245, de 19 de agosto de 2013 – Regulamenta a estrutura organizacional da Corregedoria Regional e das suas Assessorias.

Provimento Conjunto nº 01, de 10 de janeiro de 2013 – Prorroga o termo final a que se refere o Art. 2º do Provimento Conjunto nº 02/2012, da Presidência e da Corregedoria Regional e dá outras providências.

Provimento Conjunto nº 02, de 18 de fevereiro de 2013 – Dispõe sobre a instituição de Posto de Atendimento Integrado da Justiça do Trabalho – PAI-JT, no âmbito da Justiça do Trabalho da 4ª Região, e dá outras providências.

Provimento Conjunto nº 03, de 11 de abril de 2013 – Estabelece as unidades judiciárias em que não será designado Juiz do Trabalho Substituto para realização de audiências na totalidade ou em parte dos períodos de férias do Juiz Titular ou do Juiz do Trabalho Substituto no exercício da titularidade, que venham a ser usufruídas de 15 de julho de 2013 a 13 de julho de 2014.

Provimento Conjunto nº 04, de 27 de maio de 2013 – Dá nova redação ao Provimento Conjunto nº 02/2013, que instituiu o Posto de Atendimento Integrado da Justiça do Trabalho – PAI-JT no âmbito da Justiça do Trabalho da 4ª Região.

Provimento Conjunto nº 05, de 18 de junho de 2013 – Regulamenta a concessão das férias referentes ao 1º semestre de 2014 aos juízes de primeiro grau da 4ª Região da Justiça do Trabalho.

Provimento Conjunto nº 6, de 25 de junho de 2013 – Regulamenta a concessão de férias aos juízes de primeiro grau da 4ª Região da Justiça do Trabalho nos meses de janeiro e fevereiro de 2014.

Provimento Conjunto nº 07, de 22 de agosto de 2013 – Dispõe sobre as atribuições das Coordenadorias de Controle e dos servidores lotados nas Direções dos Foros Trabalhistas em que implantado o Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT).

Provimento Conjunto nº 08, de 27 de setembro de 2013 – Dispõe sobre a instituição de modelo de requisição e procedimentos para pagamento de honorários de perito, de tradutor e de intérprete, no âmbito da Justiça do Trabalho da 4ª Região, e dá outras providências.

Provimento Conjunto nº 09, de 15 de outubro de 2013 – Fixa a data do término da greve dos empregados em estabelecimentos bancários.

Provimento Conjunto nº 10, de 13 de novembro de 2013 – Dispõe sobre o julgamento de embargos de declaração, interpostos após 29.11.2013, em processos com sentença prolatada pelo Juiz Auxiliar da Presidência em decorrência de auxílio prestado pelo Gabinete Extraordinário

Provimento Conjunto nº 11, de 25 de novembro de 2013 – Dispõe sobre procedimentos a serem observados nas Varas do Trabalho da 4ª Região da Justiça do Trabalho em razão da implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT.

Provimento Conjunto nº 12, de 19 de dezembro de 2013 – Dispõe sobre a dispensa de intimação da União nos casos especificados no art. 1º da Portaria nº 582, de 11 de dezembro de 2013, do Ministério da Fazenda, e revoga o Provimento Conjunto nº 13/2011.

PARTICIPAÇÃO EM COMISSÕES, COMITÊS, FÓRUNS, NÚCLEOS E GRUPOS

A Corregedoria Regional esteve representada nos seguintes grupos de trabalho:

1. Regime de lotação: Grupo de trabalho criado para acompanhar e avaliar o Regime de Lotação implementado pelo Provimento Conjunto nº 02/2012, bem como para propor alternativas e sugestões tendentes ao aperfeiçoamento do regime.

2. Núcleo de Apoio à Execução – NAE: Criado em atendimento a Meta nº 5 do CNJ para 2011, o Núcleo de Apoio à Execução é composto por membros natos, conforme art. 2º da Resolução Administrativa nº 24, de 29.12.2011, nomeados pela Portaria nº 2.238/2013.

Além destes, a Corregedoria Regional está ou esteve representada (pelo Juiz Auxiliar da Corregedoria, pela Secretária da Corregedoria ou pela Assessora Técnico-Operacional) nos seguintes grupos de trabalho:

- **Portaria nº 2.339, de 11 de abril de 2013** – Grupo de trabalho multidisciplinar responsável pela coordenação e execução das ações de implementação do sistema de processo judicial eletrônico da justiça do trabalho – PJe-JT, instituído pela portaria nº 5.371, de 16.8.2012.
- **Portaria conjunta nº 4.194, de 18 de junho de 2013** – Grupo de trabalho para apresentar projeto para a uniformização de procedimentos nas Varas do Trabalho em razão da implantação do Processo Judicial eletrônico – PJe-JT.
- **Portaria conjunta nº 4.205, de 18 de junho de 2013** – Grupo de trabalho para apresentar alternativas e sugestões destinadas à redução do número de processos pendentes de julgamento no primeiro grau de jurisdição.
- **Portaria nº 6.265, de 21 de agosto de 2013** – Grupo de trabalho para apresentar projeto sobre os critérios de designação e a distribuição de funções comissionadas e cargos em comissão, nas áreas administrativa e judiciária do TRT da 4ª Região.

SINDICÂNCIAS e PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES

Por determinação da Corregedoria Regional, foram instaurados 8 expedientes, a saber:

- 4.1 – 0004260-36.2013.5.04.0000 (PADSERV)
- 4.2 – 0006347-62.2013.5.04.0000 (PADSERV)
- 4.3 – 0008102-24.2013.5.04.0000 (PADSERV)
- 4.4 – 0008221-82.2013.5.04.0000 (PADSERV)
- 4.5 – 0008843-64.2013.5.04.0000 (PADSERV)
- 4.6 – 0001132-08.2013.5.04.0000 (PADMAG)
- 4.7 – 0000030-48.2013.5.04.0000 (SIND)
- 4.8 – 0006224-64.2013.5.04.0000 (SIND)

ASSESSORIA TÉCNICO-OPERACIONAL

A Assessoria de Informática da Corregedoria, durante o ano de 2013, solicitou à equipe da UFRGS, coordenada pelo professor Francisco José Kliemann Neto (Projeto de Apoio ao desdobramento e a implantação da Estratégia no Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região), estudo para mudança da nomenclatura da Assessoria, com o objetivo de retratar de forma mais fiel o escopo do trabalho desenvolvido, tendo sido aprovada pela Presidência a nova denominação, que passou a ser Assessoria Técnico-Operacional.

Referida Assessoria, no decorrer do ano de 2013, acompanhou e participou dos diversos Projetos na área de tecnologia da informação relativos ao 1º Grau, e do desenvolvimento de novas funcionalidades e melhorias nos programas e sistemas disponibilizados aos usuários do 1º Grau da 4ª Região, bem como da implementação de mudanças necessárias nos sistemas, visando a facilitar a rotina de trabalho de magistrados e servidores, bem como a atender às diversas determinações dos Conselhos e Tribunais Superiores. Dentre elas destacam-se:

1. e-Gestão: A partir de janeiro de 2013, os boletins estatísticos do 1º Grau foram substituídos pelo sistema e-Gestão.

2. Processo Eletrônico: Durante o ano de 2013, o PJe-JT foi implementado nas Varas do Trabalho de Encantado e Guaíba, concluído o Foro Trabalhista de Caxias (da 1ª a 5ª Varas do Trabalho), Foro de Canoas (5 Varas do Trabalho), Foro de Porto Alegre (30 Varas do Trabalho) e Foro de Estrela (2 Varas do Trabalho), totalizando no ano mais 44 Unidades Judiciárias abarcadas pelo Sistema PJe-JT.

3. Aperfeiçoamento do sistema inFOR: Foram realizadas melhorias solicitadas pelos usuários, bem como alterações corretivas visando à adequação do sistema ao e-Gestão, com a disponibilização de 6 novas versões do inFOR no decorrer do ano (versões 4.54.1, 4.54.2, 4.55, 4.56, 4.57 e 4.58).

4. Distribuição de Equipamentos: Em reuniões da Comissão de Informática ficou definido que a distribuição de equipamentos compete à Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações.

5. Malote Digital: Cadastro de todas as unidades judiciárias de 1º Grau e servidores para acesso ao Malote Digital, consoante recomendação do CNJ.

A Assessoria Técnico-Operacional atuou ainda no desenvolvimento das seguintes atividades:

- Assessoramento à Corregedora Regional e Vice-Corregedora Regional relativamente aos sistemas e serviços de tecnologia de informação;
- Curso de capacitação "inFOR e repercussões no e-Gestão", ministrado por servidores da Assessoria Técnico-Operacional e da Assessoria Jurídica da Corregedoria, com a supervisão da Seção de Capacitação da Secretaria de Gestão de Pessoas – Segesp.
- Treinamento e acompanhamento (operação assistida) de servidores e magistrados na implantação do Processo Eletrônico – PJe-JT;
- Repasse das definições à equipe de desenvolvimento da Setic necessárias às alterações dos sistemas;
- Resposta às solicitações encaminhadas pela Ouvidoria a respeito dos sistemas em funcionamento;
- Elaboração de pareceres nos expedientes submetidos à apreciação da Corregedora Regional e relativos aos sistemas utilizados pelos servidores e magistrados de 1º Grau;
- Compilação de dados e elaboração de relatórios a respeito da produtividade dos Magistrados de 1º Grau;
- Elaboração do IMC (Informativo Mensal da Corregedoria);
- Geração e definição das consultas para envio de dados estatísticos do 1º Grau ao TST e CNJ, destacando-se os dados relativos às Metas Prioritárias do CNJ e Justiça em Números;
- Acompanhamento da Semana Nacional da Execução e repasse dos resultados (dados estatísticos);
- Atendimento aos usuários das Unidades Judiciárias de 1º Grau da Justiça do Trabalho da 4ª Região (consultas sobre uso de andamentos, dúvidas sobre a estatística das Varas, sistemas, convênios, orientações para ajustes do boletim de produção de juízes);
- Atendimento a usuários externos (em especial advogados) a respeito dos serviços e sistemas disponibilizados pelo TRT na área de tecnologia da informação;
- Atendimento às solicitações de outros Tribunais do Trabalho, da Corregedoria-Geral da Justiça do

Trabalho e da Subsecretaria de Estatística do Tribunal Superior do Trabalho relativamente aos sistemas e dados estatísticos de 1º Grau;

- Atendimento às solicitações de advogados, da Advocacia-Geral da União, da Receita Federal, do Ministério Público do Trabalho e do Ministério Público Estadual, relativas a informações nos processos em curso e arquivados que abranjam toda a 4ª Região;
- Atendimento às solicitações relativas a cadastro e geração de senhas no Renajud e HOD; encaminhamento junto ao Serpro sobre problemas relatados pelos usuários;
- Cadastro dos desembargadores e juízes do 1º Grau no sistema INFOJUD (disponibilizado pela Receita Federal);
- Cadastro dos usuários de 1º Grau no Malote Digital e orientação quanto ao uso do sistema;
- Orientações aos servidores e magistrados e realização de procedimentos para exclusão de despachos e sentenças divulgados equivocadamente na internet;
- Solicitação de cadastro de usuários para acesso ao sistema da Junta Comercial do RS – Jucergs e realização de pesquisas para as unidades judiciárias sempre que necessário;
- Publicação na intranet e internet das matérias relativas à Corregedoria Regional e aos sistemas disponíveis;
- Encaminhamento diário das publicações de 1º Grau ao Diário Oficial Eletrônico da Justiça do Trabalho, publicações de Editais das Varas do Trabalho (quando existentes problemas na unidade que impedem a publicação) e efetivação de cadastro dos usuários de 1º Grau para publicações de editais no referido Diário;
- Adaptação das regras de negócio do sistema e-Gestão aos procedimentos e registros nos sistemas informatizados da 4ª Região.

CONVÊNIOS E SISTEMAS DE INFORMAÇÕES GERENCIADOS PELA CORREGEDORIA REGIONAL

INFOJUD	Origem: Convênio Acesso às informações da Receita Federal, restrito aos magistrados, por meio do certificado digital (não há necessidade de renovação de senhas). Cadastro de novos Juízes: Assessoria Técnico-Operacional – assteco@trt4.jus.br . Cadastro dos servidores que poderão fazer a solicitação é feito pelo próprio juiz no sistema e tem prazo de 60 dias. Administradores do sistema: Juízes Francisco Rossal de Araújo e Roberto Teixeira Siegmann.
REGISTRO DE IMÓVEIS DA 1ª ZONA DE PORTO ALEGRE	Convênio assinado em 13.12.2012, visando a obter certidões referentes a imóveis registrados na 1ª Zona da Capital. A ferramenta “Matrículas Online” poderá ser utilizada por Juízes Trabalhistas de todo o Estado. Gestor do convênio: Corregedoria Regional (assteco@trt4.jus.br). Ramais: 2597 ou 2697
GID – Detran	Consulta a situação detalhada de veículos junto ao Detran/RS (cadeia sucessória dominial, alienações fiduciárias, licenciamento e dados do proprietário atual).
RENAJUD	Origem: Convênio Acesso aos dados do Renavam – permite consulta, inclusão e exclusão de restrição a veículos. Acesso concedido a Juízes, Diretores e Substitutos. Solicitações de cadastro e senhas devem ser encaminhadas à assicor@trt.jus.br .

	Administradores do sistema: Cleonice Santos Condotta e Flávio César Giroto.
JUCERGS	Origem: Convênio Acesso aos dados da Junta Comercial – Acesso aos Diretores de Secretaria e Assessores de Gabinetes. A solicitação de cadastro é feita via Assessoria Técnico-Operacional (assteco@trt4.jus.br), mas o cadastro é realizado pela própria Junta Comercial, que encaminha e-mail aos usuários informando os dados para primeiro acesso. Na Assessoria Técnico-Operacional, há acesso ao sistema para efetuar consultas nos casos em que o usuário ainda não tem ou não consegue acesso ao sistema.
CEEE	Acesso às bases de dados dos clientes da CEEE – acesso concedido aos Juízes mediante assinatura de termo disponível na intranet, que deve ser enviado à Corregedoria Regional para o correspondente envio à CEEE. O expediente em que são mantidos arquivados os termos assinados está arquivado na Assessoria de Informática.
INFOSEG	Origem: Convênio O Provimento nº 233/2009 disciplina a matéria. A solicitação é feita por e-mail à Secretaria da Corregedoria Regional, pelo Diretor de Secretaria ou da Central de Mandados, na forma do Provimento (dados e justificativas) e encaminhada à Seapa – Setor de Inteligência e Tecnologia, que tem acesso ao sistema e fornece as informações.
HOD	Origem: Convênio Acesso ao sistema da Receita Federal que possibilita a consulta aos dados de pessoas físicas e jurídicas cadastradas na Receita Federal.
AES-SUL	Acesso às bases de dados dos clientes da AES Sul. Serviço disponível aos juízes e aos servidores por eles autorizados.
TRE	Acesso ao Serviço de Informações Eleitorais – Siel. Visa a atender, por meio eletrônico, às solicitações de dados constantes do Cadastro Eleitoral. Serviço disponível aos Juízes e aos Servidores por eles autorizados.
e-CNJ	Origem: CNJ – Sistema de Processo Eletrônico Acesso aos processos que tramitam no CNJ. Por intermédio deste sistema são recebidas intimações e prestadas as informações solicitadas pelo CNJ, nos processos em que este Tribunal Regional é parte. Usuário e senha de acesso disponíveis na Secretaria da Corregedoria.
SAPRS	Origem: CNJ – Justiça Plena – Sistema de Acompanhamento de Processos de Relevância Social Acesso ao sistema para inclusão e acompanhamento dos processos indicados por este Tribunal Regional que apresentam relevância social. Usuário e senha de acesso disponíveis na Secretaria da Corregedoria.
Malote Digital	Origem: CNJ – Resolução nº 100/2009 Meio de troca de comunicações oficiais eletrônicas entre o CNJ e o CJF, CSJT, STJ e os demais Tribunais integrantes das Justiças Federal, Estadual e Distrital, bem como das Justiças Especializadas e suas unidades judiciárias. Usuário e senha de acesso disponíveis na Secretaria da Corregedoria.

INSPEÇÕES CORRECIONAIS

A Justiça do Trabalho da 4ª Região conta com 132 (cento e trinta e duas) Varas do Trabalho, sendo 30 (trinta) na Capital e 102 (cento e duas) no Interior, 23 (vinte e três) Centrais de Mandados, 19 (dezenove) Coordenadorias de Distribuição dos Feitos e 10 (dez) Postos Avançados da Justiça do

Trabalho, totalizando 180 (cento e oitenta) unidades judiciárias.

Durante o ano de 2013, foram feitas 182 (cento e oitenta e duas) inspeções correcionais em unidades da Capital e do Interior, sendo 65 (sessenta e cinco) pela Corregedora Regional e 117 (cento e dezessete) pela Vice-Corregedora Regional.

A Corregedora Regional inspecionou 47 (quarenta e sete) Varas do Trabalho, 18 (dezoito) em Porto Alegre e 29 (vinte e nove) no interior do Estado; 8 (oito) Centrais de Mandados, 7 (sete) Coordenadorias de Distribuição dos Feitos e 3 (três) Postos Avançados da Justiça do Trabalho. A Vice-Corregedora Regional inspecionou 84 (oitenta e quatro) Varas do Trabalho, 12 (doze) em Porto Alegre e 72 (setenta e duas) no interior do Estado; 14 (quatorze) Centrais de Mandados, uma Coordenadoria de Execução de Mandados, 11 (onze) Coordenadorias de Distribuição dos Feitos e 7 (sete) Postos Avançados da Justiça do Trabalho.

Inspeções Correcionais realizadas pela Corregedora Regional no ano de 2013

UNIDADE JUDICIÁRIA	DATA DA INSPEÇÃO
1. 5ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	13.03.2013
2. 27ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	19.03.2013
3. 21ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	21.03.2013
4. 23ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	26.03.2013
5. Vara do Trabalho de São Gabriel	02.04.2012
6. Vara do Trabalho de Rosário do Sul	03.04.2012
7. Vara do Trabalho de Santana do Livramento	04.04.2012
8. 1ª Vara do Trabalho de Bento Gonçalves	09.04.2013
9. 2ª Vara do Trabalho de Bento Gonçalves	09.04.2013
10. Coordenadoria de Distribuição dos Feitos de Bento Gonçalves	09.04.2013
11. Central de Mandados de Bento Gonçalves	09.04.2013
12. Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Nova Prata	11.04.2013
13. Vara do Trabalho de Encantado	16.04.2013
14. 1ª Vara do Trabalho de Lajeado	17.04.2013
15. 2ª Vara do Trabalho de Lajeado	17.04.2013
16. Coordenadoria de Distribuição dos Feitos de Lajeado	17.04.2013
17. Central de Mandados de Lajeado	17.04.2013
18. Vara do Trabalho de Estrela	18.04.2013
19. 22ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	30.04.2013
20. Vara do Trabalho Cachoeira do Sul	07.05.2013
21. 1ª Vara do Trabalho de Santa Cruz do Sul	08.05.2013
22. 2ª Vara do Trabalho de Santa Cruz do Sul	08.05.2013
23. 3ª Vara do Trabalho de Santa Cruz do Sul	08.05.2013

UNIDADE JUDICIÁRIA	DATA DA INSPEÇÃO
24. Coordenadoria de Distribuição dos Feitos de Santa Cruz do Sul	08.05.2013
25. Central de Mandados de Santa Cruz do Sul	08.05.2013
26. 1ª Vara do Trabalho de Esteio	14.05.2013
27. 2ª Vara do Trabalho de Esteio	14.05.2013
28. Central de Mandados de Esteio	14.05.2013
29. 10ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	28.05.2013
30. 24ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	04.06.2013
31. 17ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	07.06.2013
32. Vara do Trabalho de Arroio Grande	11.06.2013
33. 1ª Vara do Trabalho de Pelotas	12.06.2013
34. 2ª Vara do Trabalho de Pelotas	12.06.2013
35. 3ª Vara do Trabalho de Pelotas	12.06.2013
36. 4ª Vara do Trabalho de Pelotas	12.06.2013
37. Coordenadoria de Distribuição dos Feitos de Pelotas	12.06.2013
38. Central de Mandados de Pelotas	12.06.2013
39. Vara do Trabalho de Osório	06.08.2013
40. Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Tramandaí	07.08.2013
41. Vara do Trabalho de Torres	07.08.2013
42. Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Capão da Canoa	08.08.2013
43. 8ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	13.08.2013
44. Vara do Trabalho de Alegrete	20.08.2013
45. 1ª Vara do Trabalho de Uruguaiana	21.08.2013
46. 2ª Vara do Trabalho de Uruguaiana	21.08.2013
47. Coordenadoria de Distribuição dos Feitos de Uruguaiana	21.08.2013
48. Central de Mandados de Uruguaiana	21.08.2013
49. 20ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	07.10.2013
50. 25ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	08.10.2013
51. 1ª Vara do Trabalho de Santa Maria	15.10.2013
52. 2ª Vara do Trabalho de Santa Maria	15.10.2013
53. Coordenadoria de Distribuição dos Feitos de Santa Maria	15.10.2013
54. Central de Mandados de Santa Maria	15.10.2013
55. 4ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	21.10.2013
56. 16ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	22.10.2013
57. 11ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	23.10.2013
58. 3ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	06.11.2013

UNIDADE JUDICIÁRIA	DATA DA INSPEÇÃO
59. 1ª Vara do Trabalho de Gramado	11.11.2013
60. 2ª Vara do Trabalho de Gramado	11.11.2013
61. Coordenadoria de Distribuição dos Feitos de Gramado	11.11.2013
62. Central de Mandados de Gramado	11.11.2013
63. 6ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	13.11.2013
64. 13ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	14.11.2013
65. 12ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	25.11.2013

Considerando o levantamento efetuado pela Corregedoria Regional e pela Vice-Corregedoria Regional em suas inspeções, observou-se que os juízes atuantes nas Unidades Judiciárias – Varas do Trabalho, Coordenadorias de Distribuição dos Feitos, Coordenadoria de Execução de Mandados, Centrais de Mandados e Postos Avançados da Justiça do Trabalho – integrantes da 4ª Região, de modo geral, nelas compareceram assiduamente. Tanto os magistrados quanto os servidores, ressalvadas situações pontuais, vêm apresentando bom nível de aperfeiçoamento e capacitação. Essa avaliação teve como base a Meta 15 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para o ano de 2012 e a Meta 11, para o ano de 2013, no que tange à gestão estratégica e à utilização do processo judicial eletrônico e o Plano Estratégico Institucional deste TRT em relação aos anos de 2010 a 2015 quanto à capacitação em geral.

A implantação do processo judicial eletrônico (PJe-JT) teve início em 24.09.2012 na Justiça do Trabalho da 4ª Região, tendo sido concluída nos Foros de Caxias do Sul, Santa Rosa, Erechim, Esteio, São Leopoldo (incluindo o Posto Avançado da Justiça do Trabalho de São Sebastião do Caí), Rio Grande e Canoas, bem como nas Varas do Trabalho de Encantado, Guaíba e Porto Alegre. Nesse processo, foram oferecidos pela Corregedoria Regional, em parceria com a Secretaria de Tecnologia da Informação – Setic, capacitação e apoio aos servidores e juízes lotados nas unidades judiciárias em que houve implantação do PJe.

No que se refere aos dados estatísticos das unidades judiciárias, destacam-se, quanto à fase de conhecimento, os seguintes aspectos analisados: a existência de processos pendentes de julgamento ajuizados até 2009; o quantitativo de reclamações trabalhistas ajuizadas e solucionadas; o quantitativo de processos solucionados por conciliação; o prazo médio de tramitação dos processos na fase de conhecimento; o prazo médio para realização das audiências; e a média mensal de processos em pauta e dias com audiências. Quanto à fase de execução, foram analisados, principalmente: o quantitativo de execuções encerradas e arquivadas frente ao número de execuções iniciadas no mesmo período; o quantitativo de processos pendentes de execução; o tempo médio de tramitação dos processos na fase de execução; e a utilização dos principais convênios disponibilizados pelo TRT (Bacen Jud, HOD, InfoJud, RENAJUD, Jucergs, CEEE, TRE-RS). As unidades judiciárias, de modo geral, tiveram bom desempenho nos quesitos avaliados, destacando-se, em alguns casos, as características e os problemas peculiares das regiões em que se situam, sobretudo quanto ao movimento processual frente ao número de servidores em atividade.

Quanto ao conhecimento técnico necessário ao desempenho das atribuições dos servidores, verificou-se, de maneira geral, bom domínio e correto uso do sistema eletrônico de informações (inFOR) e do Sistema PJe-JT, salvo em reduzido número de casos, em relação aos quais foram expedidas recomendações para atendimento do sistema informatizado, alertando-se sobre a importância do integral registro dos atos processuais no andamento dos processos nesse sistema. Também foi oferecido aos servidores do Foro de Porto Alegre e aos Diretores de Secretaria e seus Assistentes presentes no XVI Encontro Anual de Gestores realizado em Bento Gonçalves. Destaca-se, igualmente, a manutenção do esforço envidado pelas unidades judiciárias para a composição do Banco Nacional dos Devedores Trabalhistas (BNDT).

Observou-se que as unidades judiciárias, quando expressamente advertidas em ata, procuram atender com presteza às determinações e recomendações prescritas pela Corregedoria Regional. Uma vez constatada a existência de processos pendentes de decisão com atraso, nas Varas do Trabalho e nos Postos Avançados da Justiça do Trabalho inspecionados, solicitou-se aos magistrados a prolação de sentenças de modo a reduzir pendências com a maior brevidade possível.

Houve, no decorrer do ano de 2013, acompanhamento das rotinas das Secretarias das Varas inspecionadas e da situação na data da visita correcional, o que tornou conhecidas diferentes maneiras de estruturação das atividades cartorárias e maior troca de informação entre os servidores desta Justiça Especializada. A metodologia utilizada na análise da tramitação dos processos englobou o exame do atendimento dos pressupostos e das rotinas cartoriais previstas na Consolidação dos Provimentos da Corregedoria Regional do TRT da 4ª Região, assim como a celeridade e a efetividade da atividade jurisdicional. A situação geral dos arquivos inspecionados é boa, tanto no que tange à conservação do acervo, como no tocante à remessa de processos arquivados ao Depósito Centralizado.

Finalmente, observou-se que as Unidades Judiciárias, em sua maioria, encontram-se instaladas em prédio próprio, enquanto outras ocupam prédios alugados, algumas aguardando a conclusão de obras iniciadas.

REGISTROS DOS ATOS RELATIVOS À FUNÇÃO CORRECIONAL

Expedientes NovaJus

NATUREZA	REMANESCENTES	REGISTRADOS	CANCELADOS	SOLUCIONADOS	PENDENTES
Correição Parcial (CORPAR)	11	58	05	59	05
Reclamação Disciplinar (RCLDISC)	03	10	-	10	03
Pedido de Providências	23	345	-	338	30
TOTAL	37	413	05	407	38

Processos administrativos no sistema ADM Eletrônico

NATUREZA	PENDENTES	REGISTRADOS	ENCERRADOS	SOBRES-TADOS	EM TRAMITAÇÃO
Correg – Afastamento de	-	52	50	-	02

CORREGEDORIA REGIONAL

Juiz					
Correg – Diversos	39	18	49	-	08
Correg – Expedientes internos	45	41	74	-	12
Correg – Ocorrências	-	1	1	-	-
Correg – Pedido de Providências	-	-	-	-	-
Correg – Portarias Varas	01	85	85	-	1
Correg – SAT	27	10	27	-	10
Correg – Solicitação	-	10	06	-	04
Correg – Solicitação oriunda de unidade judiciária	12	13	22	-	03
Correg – Sugestão	05	2	05	-	02
TOTAL	129	232	319	-	42

Movimento Geral

Documentos protocolizados na Secretaria da Corregedoria	1.637
Atualizações Legislativas	12
Informativos Mensais da Corregedoria – IMC	12

VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

No ano de 2013, a Vice-Corregedoria Regional realizou 117 Inspeções Correcionais Ordinárias em unidades da Justiça do Trabalho de todo o Estado, todas com a publicação do Relatório de Inspeção Correcional. Os Relatórios estão disponibilizados no *site* do TRT, na aba “Consultas – Correições – Relatórios”. A Vice-Corregedora Regional inspecionou 84 (oitenta e quatro) Varas do Trabalho, 12 (doze) em Porto Alegre e 72 (setenta e duas) no interior do Estado; 14 (quatorze) Centrais de Mandados, uma Coordenadoria de Execução de Mandados, 11 (onze) Coordenadorias de Distribuição dos Feitos e 7 (sete) Postos Avançados da Justiça do Trabalho.

Inspeções Correcionais realizadas pela Vice-Corregedora Regional no ano de 2013

UNIDADE JUDICIÁRIA	DATA DA INSPEÇÃO
1. 1ª Vara do Trabalho de Cachoeirinha	16.04.2013
2. 2ª Vara do Trabalho de Cachoeirinha	16.04.2013
3. Coordenadoria de Distribuição dos Feitos de Cachoeirinha	16.04.2013
4. Central de Mandados de Cachoeirinha	16.04.2013
5. Vara do Trabalho de Viamão	18.04.2013
6. Vara do Trabalho de Alvorada	22.04.2013
7. Vara do Trabalho de Montenegro	23.04.2013
8. Vara do Trabalho de Estância Velha	24.04.2013
9. 7ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	30.04.2013
10. 9ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	02.05.2013
11. Vara do Trabalho de Santiago	07.05.2013
12. Vara do Trabalho de São Borja	08.05.2013
13. Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Itaqui	08.05.2013
14. 1ª Vara do Trabalho de Canoas	14.05.2013
15. 2ª Vara do Trabalho de Canoas	14.05.2013
16. 3ª Vara do Trabalho de Canoas	14.05.2013
17. 4ª Vara do Trabalho de Canoas	14.05.2013
18. 5ª Vara do Trabalho de Canoas	14.05.2013
19. Coordenadoria de Distribuição dos Feitos de Canoas	14.05.2013
20. Central de Mandados de Canoas	14.05.2013
21. 1ª Vara do Trabalho de Rio Grande	21.05.2013
22. 2ª Vara do Trabalho de Rio Grande	21.05.2013
23. 3ª Vara do Trabalho de Rio Grande	21.05.2013
24. 4ª Vara do Trabalho de Rio Grande	21.05.2013

UNIDADE JUDICIÁRIA	DATA DA INSPEÇÃO
25. Central de Mandados de Rio Grande	21.05.2013
26. Vara do Trabalho de Santa Vitória do Palmar	23.05.2013
27. Posto Avançado da Justiça do Trabalho de São Lourenço	28.05.2013
28. Vara do Trabalho de Camaquã	29.05.2013
29. 1ª Vara do Trabalho de Saporanga	04.06.2013
30. 2ª Vara do Trabalho de Saporanga	04.06.2013
31. 3ª Vara do Trabalho de Saporanga	04.06.2013
32. Coordenadoria de Distribuição dos Feitos de Saporanga	04.06.2013
33. Central de Mandados de Saporanga	04.06.2013
34. Coordenadoria de Distribuição dos Feitos de Porto Alegre	11.06.2013
35. Coordenadoria de Execução de Mandados de Porto Alegre	11.06.2013
36. 1ª Vara do Trabalho de Gravataí	12.06.2013
37. 2ª Vara do Trabalho de Gravataí	12.06.2013
38. 3ª Vara do Trabalho de Gravataí	12.06.2013
39. 4ª Vara do Trabalho de Gravataí	12.06.2013
40. Coordenadoria de Distribuição dos Feitos de Gravataí	12.06.2013
41. Central de Mandados de Gravataí	12.06.2013
42. 1ª Vara do Trabalho de Sapucaia do Sul	09.07.2013
43. 2ª Vara do Trabalho de Sapucaia do Sul	09.07.2013
44. Coordenadoria de Distribuição dos Feitos de Sapucaia do Sul	09.07.2013
45. Central de Mandados de Sapucaia do Sul	09.07.2013
46. 19ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	10.07.2013
47. Vara do Trabalho de Triunfo	15.07.2013
48. Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Taquari	15.07.2013
49. 1ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	17.07.2013
50. 29ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	18.07.2013
51. 2ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	19.07.2013
52. 1ª Vara do Trabalho de São Leopoldo	23.07.2013
53. 2ª Vara do Trabalho de São Leopoldo	23.07.2013
54. 3ª Vara do Trabalho de São Leopoldo	23.07.2013
55. 4ª Vara do Trabalho de São Leopoldo	23.07.2013
56. Central de Mandados de São Leopoldo	23.07.2013
57. Posto Avançado da Justiça do Trabalho de São Sebastião do Caí	25.07.2013

UNIDADE JUDICIÁRIA	DATA DA INSPEÇÃO
58. Vara do Trabalho de Farroupilha	05.08.2013
59. 1ª Vara do Trabalho de Caxias do Sul	06.08.2013
60. 2ª Vara do Trabalho de Caxias do Sul	06.08.2013
61. 3ª Vara do Trabalho de Caxias do Sul	06.08.2013
62. 4ª Vara do Trabalho de Caxias do Sul	06.08.2013
63. 5ª Vara do Trabalho de Caxias do Sul	06.08.2013
64. 6ª Vara do Trabalho de Caxias do Sul	06.08.2013
65. Coordenadoria de Distribuição dos Feitos de Caxias do Sul	06.08.2013
66. Central de Mandados de Caxias do Sul	06.08.2013
67. 1ª Vara do Trabalho de Erechim	13.08.2013
68. 2ª Vara do Trabalho de Erechim	13.08.2013
69. 3ª Vara do Trabalho de Erechim	13.08.2013
70. Central de Mandados de Erechim	13.08.2013
71. 1ª Vara do Trabalho de Passo Fundo	14.08.2013
72. 2ª Vara do Trabalho de Passo Fundo	14.08.2013
73. 3ª Vara do Trabalho de Passo Fundo	14.08.2013
74. 4ª Vara do Trabalho de Passo Fundo	14.08.2013
75. Coordenadoria de Distribuição dos Feitos de Passo Fundo	14.08.2013
76. Central de Mandados de Passo Fundo	14.08.2013
77. Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Marau	16.08.2013
78. Vara do Trabalho de Vacaria	20.08.2013
79. Vara do Trabalho de Lagoa Vermelha	21.08.2013
80. 14ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	23.08.2013
81. Vara do Trabalho de Guaíba	26.08.2013
82. 26ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	28.08.2013
83. 15ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	30.08.2013
84. 1ª Vara do Trabalho de Novo Hamburgo	03.09.2013
85. 2ª Vara do Trabalho de Novo Hamburgo	03.09.2013
86. 3ª Vara do Trabalho de Novo Hamburgo	03.09.2013
87. 4ª Vara do Trabalho de Novo Hamburgo	03.09.2013
88. 5ª Vara do Trabalho de Novo Hamburgo	03.09.2013
89. Coordenadoria de Distribuição dos Feitos de Novo Hamburgo	03.09.2013
90. Central de Mandados de Novo Hamburgo	03.09.2013
91. 18ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	05.09.2013

UNIDADE JUDICIÁRIA	DATA DA INSPEÇÃO
92. 1ª Vara do Trabalho de Taquara	07.10.2013
93. 2ª Vara do Trabalho de Taquara	07.10.2013
94. 3ª Vara do Trabalho de Taquara	07.10.2013
95. 4ª Vara do Trabalho de Taquara	07.10.2013
96. Coordenadoria de Distribuição dos Feitos de Taquara	07.10.2013
97. Central de Mandados de Taquara	07.10.2013
98. Vara do Trabalho de Frederico Westphalen	15.10.2013
99. Vara do Trabalho de Três Passos	16.10.2013
100. Vara do Trabalho de Palmeira das Missões	17.10.2013
101. Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Panambi	17.10.2013
102. Vara do Trabalho de São Jerônimo	21.10.2013
103. Vara do Trabalho de Carazinho	29.10.2013
104. Vara do Trabalho de Soledade	30.10.2013
105. 30ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	05.11.2013
106. 28ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	06.11.2013
107. 1ª Vara do Trabalho de Bagé	12.11.2013
108. 2ª Vara do Trabalho de Bagé	12.11.2013
109. Coordenadoria de Distribuição dos Feitos de Bagé	12.11.2013
110. Central de Mandados de Bagé	12.11.2013
111. Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Dom Pedrito	13.11.2013
112. 1ª Vara do Trabalho de Santa Rosa	19.11.2013
113. 2ª Vara do Trabalho de Santa Rosa	19.11.2013
114. Central de Mandados de Santa Rosa	19.11.2013
115. Vara do Trabalho de Santo Ângelo	20.11.2013
116. Vara do Trabalho de Ijuí	21.11.2013
117. Vara do Trabalho de Cruz Alta	22.11.2013

A Ouvidoria, órgão independente da administração da justiça (art. 227-D, do Regimento Interno), atendeu ao público externo, objetivando essencialmente a satisfação dos cidadãos, a transparência do Poder Judiciário e a viabilização de medição da qualidade dos serviços prestados, em respeito aos princípios constitucionais da eficiência, eficácia e da participação do usuário na administração pública.

Especificação da Demanda

O volume de manifestações ficou distribuído nas seguintes classes:

FREQUÊNCIA ABSOLUTA POR CLASSES								
CLASSES DAS DEMANDAS	ANO							
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Convite	15	24	31	18	28	18	17	19
Crítica		60	19	20	13	9	5	2
Crítica ou elogio ¹	38	-	-	-	-	-	-	-
Denúncia	3	8	8	7	8	13	7	8
Desdobramento de expediente	619	749	1.122	1.085	1.014	1.377	2.215	1.847
Elogio	-	11	32	22	40	29	67	40
Outros	261	481	1.139	1.146	1.332	1.921	1.837	1.475
Pedido de acesso à informações ²	-	-	-	-	-	-	36	33
Pedido de informação	743	912	1.186	1.569	2.491	4.244	4.014	3.019
Reclamação	210	287	214	227	284	683	862	934
Sugestão	29	33	30	42	39	49	30	29
Aguarda classificação ³	-	-	-	-	-	-	-	-
Total de manifestações recebidas	1.918	2.565	3.781	4.136	5.249	8.343	9.090	7.406
Total de expedientes formados	1.299	1.816	2.659	3.051	4.235	6.966	6.875	5.559

(¹) Por força da Resolução Administrativa nº 16/2006, a classe denominada "Crítica ou elogio" foi desmembrada, a contar do exercício de 2007, em duas novas classes distintas.

(²) Classe criada no exercício de 2012 por força da Lei nº 12.527/2011.

(³) Quantidade de expedientes que aguarda a classificação do assunto.

Em relação ao total de manifestações no exercício de 2013, houve uma redução de 19%, aproximadamente, em relação ao ano anterior, a qual se infere tenha ocorrido em virtude da diminuição, de quatro para três, do número de servidores à disposição da Ouvidoria no período de fevereiro a dezembro de 2013.

A tabela que segue representa a demanda de 2013 em termos relativos:

FREQUENCIA RELATIVA POR CLASSES	
Classe do Expediente	Composição Relativa (%)
Pedido de informação	54,31

Crítica	0,05
Reclamação	16,8
Elogio	0,72
Pedido de acesso a informações	0,59
Sugestão	0,52
Convite	0,34
Denúncia	0,14
Outros	26,53

Na classe "Pedidos de Informação", a mais expressiva em termos de volume (54,31%), as manifestações recebidas disseram respeito, em regra, à natural angústia dos interessados, que, na maior parte dos casos, decorre da falta de esclarecimento sobre o trâmite de seu processo e da linguagem utilizada em seus andamentos. Dentro dessa classe, destacaram-se os esclarecimentos sobre atos processuais (na ordem de 61,2%), os quais não se confundem com o fornecimento de andamentos, que, por estarem disponíveis em diversas fontes de consulta, não são prestados pela Ouvidoria.

O grupo "Outros" (26,53%) diz respeito às manifestações que não se enquadram nas atribuições da Ouvidoria, seja em razão da matéria (pedidos de consultas jurídicas, inconformidade com decisões judiciais, etc.), seja em razão da entidade pública ou privada responsável pela resposta pretendida (Superintendência Regional do Trabalho e Emprego, Ministério Público, tribunais diversos, sindicatos, OAB, etc.). Nessa classe, revelaram-se significativos os assuntos de competência de outras entidades (42,3%) e as tentativas de consultas jurídicas (33,3%). Os manifestantes que forneceram dados válidos para contato foram esclarecidos acerca do responsável pelo atendimento da demanda, bem como, quando viável, das formas para contatá-lo.

A classe "Reclamações", que representou 12% do total dos expedientes do exercício de 2012, subiu para 16,8% em 2013. A demora no andamento dos processos continuou sendo o volume mais expressivo, constituindo 54,8% das reclamações. Nesse cálculo, foram mantidos os mesmos critérios empregados nos exercícios anteriores. Assim, não foram consideradas como reclamações as manifestações relativas a processos que tramitam no TST, tampouco quanto aqueles cujo andamento depende necessariamente do julgamento de agravos de instrumento naquele Tribunal. Também não se contaram os atrasos decorrentes do cumprimento de orientações administrativas que afetaram as unidades indistintamente. Revelaram-se significativas, também, as manifestações acerca da demora na prolação de sentenças, as quais representaram 25,3% do total das reclamações. Quando detectados prazos demasiadamente longos entre um ato processual e outro, buscou-se identificar seus motivos a partir dos andamentos disponíveis nas consultas processuais. Quando esse procedimento não foi suficiente para esclarecer as razões da demora, solicitaram-se informações aos magistrados e às unidades responsáveis pelos processos.

As demais classes foram de pouca monta, tendo representado, aproximadamente, 2,36% do volume total.

Na consecução da sua missão institucional, a Ouvidoria contou, em cerca de 30% dos expedientes de sua competência, com o apoio dos magistrados e das unidades judiciárias e administrativas, que, em geral, a atenderam com presteza, fornecendo elementos que viabilizaram a apresentação de respostas aos interessados.

Relativamente à forma de acesso à Ouvidoria, o modo predominante foi o formulário eletrônico

disponível na página do Tribunal na internet (59% dos casos). O envio de mensagens eletrônicas representou 20,7% do total, e o terceiro modo mais utilizado pelos usuários foi a via telefônica (19,1%). Na composição do total da demanda, o comparecimento pessoal representou apenas 1% dos casos.

Outras Atividades

Durante o exercício de 2013, a Desembargadora-Ouvidora e a Desembargadora-Vice-Ouvidora palestraram acerca do funcionamento da Ouvidoria aos acadêmicos em visita ao Tribunal, bem como aos novos servidores da Justiça do Trabalho.

A Ouvidoria foi representada, também, nas reuniões regulares do Colégio de Ouvidores da Justiça do Trabalho (Coleouv), conforme quadro que segue:

REUNIÕES DO COLEOUV		
REUNIÃO	PAUTA	REPRESENTAÇÃO
21 e 22.03.2013	Palestra do Ministro Ouvidor do CNJ; aprovação do Estatuto do Coleouv; aprovação da logomarca do Coleouv; proposta de sistema informatizado padronizado para as ouvidorias; participação do Coleouv no projeto do TST acerca da erradicação do trabalho infantil; estudo de estrutura mínima a ser disponibilizada às ouvidorias; normatização relativa à autonomia e independência do ouvidor; elaboração de estatísticas.	Desembargadora Beatriz Renck, Ouvidora.
21 e 22.05.2013	Estudo de acordo/convênio com a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (Enamat); debates acerca da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), precedida de Palestra do Ouvidor-Geral da União; estudo acerca dos procedimentos internos relativos aos pedidos de acesso à informação no âmbito da Justiça do Trabalho em face da Lei nº 12.527/2011, propondo ao CSJT, se for o caso, alterações na Resolução nº 107/2012; oficina de gestores realizada em paralelo à reunião do Coleouv, destinada à compilação e estudo da normatização e rotinas das ouvidorias dos diversos Regionais, com elaboração de brochura para distribuição aos membros do Colégio e à Presidência do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.	Desembargadora Beatriz Renck, Ouvidora, e Desembargadora Denise Pacheco, Vice-Ouvidora.
20 e 21.11.2013	Participação do ministro Carlos Alberto Reis de Paula, Presidente do TST; palestra do Conselheiro Gilberto Valente Martins, Ouvidor do CNJ; palestra do Juiz José Hortêncio Ribeiro Júnior, integrante da coordenação nacional do processo judicial eletrônico no âmbito da Justiça do Trabalho (PJe-JT); apresentação do perfil de acesso que será utilizado pelos ouvidores para o desempenho da sua atividade sem a necessidade de consulta à unidade judiciária onde a causa tramite em meio eletrônico; eleição dos membros para a nova gestão do Coleouv.	Desembargadora Beatriz Renck, Ouvidora, Desembargadora Denise Pacheco, Ouvidora eleita, e Desembargador Marçal Henri dos Santos Figueiredo, Vice-Ouvidor eleito.

Por ocasião da última reunião do Coleouv, a signatária foi eleita para exercer o encargo de Secretária-Geral do Colégio.

MEMORIAL

1. Apresentação

O Memorial da Justiça do Trabalho no RS foi criado pela Resolução Administrativa nº 22/2003 e teve seu funcionamento regulamentado pela Resolução Administrativa nº 05/2006. É constituído por uma Comissão Coordenadora, um Coordenador e uma Equipe Técnica Multidisciplinar. Tem como principais objetivos preservar, organizar e disponibilizar ao público a documentação da Justiça do Trabalho gaúcha, patrimônio de toda sociedade; realizar pesquisas sobre a história da Justiça e do Direito do Trabalho no Rio Grande do Sul e no Brasil em suas articulações com o mundo do trabalho; desenvolver atividades voltadas à divulgação desse acervo e dessas pesquisas: cursos de capacitação, eventos científicos, exposições, publicações, entre outras atividades.

Além de dar continuidade às políticas de preservação do acervo histórico da Justiça do Trabalho no RS, promovendo sua disponibilização a pesquisadores externos, participar de eventos e atividades internas e externas, o ano de 2013 teve como principal feito a qualificação do acervo de processos arquivados e a promoção de eventos de capacitação a servidores e magistrados.

2. Estrutura e Funcionamento do Memorial

A Comissão Coordenadora do Memorial, no período 2012/2013, foi integrada pelas Desembargadoras aposentadas Maria Guilhermina Miranda, Magda Barros Biavaschi e Denise Barros (titulares), e pelo Desembargador Ricardo Carvalho Fraga, pela Juíza Anita Job Lübke e pelo Juiz Artur Peixoto San Martin (suplentes).

No período de 08.02.2012 a 22.07.2013, o Memorial contou com a Coordenação do Arquivista e Historiador Alexandre Veiga, cedido pelo Memorial do Rio Grande do Sul. Alexandre foi coordenador do Arquivo Judicial Centralizado da Justiça Estadual de 2006 a 2010, quando assumiu cargo no Memorial do Rio Grande do Sul, vinculado ao Governo do Estado. Finda a cedência, o servidor Walter Oliveira, integrante da Equipe Técnica do Memorial, foi designado para o cargo de Coordenador.

Integram a Equipe Técnica do Memorial os seguintes servidores: Antonio Francisco Ransolin (Mestre em História), Elton Luiz Decker (Sociólogo), Katia Teixeira Kneipp (Bacharel em Direito, especialista em Educação e artista plástica), Paulo Roberto Rodrigues Guadagnin (especialista em História Contemporânea), e Walter Oliveira (Bacharel em Direito e Administração de Empresas, e doutorando em Ciência Política). Ingressou na equipe técnica, no final de 2012, o servidor Fernando Estanislau Bressani Allgayer, bacharel em artes visuais pela UFRGS, que já colaborara com o setor em 2004.

Exerceu atividades de estágio no Memorial, em 2013, Elisa dos Santos Dias, do curso de Museologia da UFRGS, e, atualmente, os estudantes Franco Pedot Bauer, Marina Gris da Silva e Janice Moser Correa, do curso de História da UFRGS, e Maria Ricken Medeiros, do curso de Museologia da UFRGS.

3. Atividades Internas de Organização

3.1 Acervo

O acervo histórico do Judiciário Trabalhista é composto por documentos essenciais ao exercício da prestação jurisdicional, em especial para a constituição da prova e para a pesquisa em diversas áreas do conhecimento.

O acervo do Memorial é constituído por processos trabalhistas, acórdãos, documentos administrativos, entrevistas, fotografias, objetos, além de bibliografia e coleções privadas.

3.2.1 Processos

Ao longo do ano, o Memorial prosseguiu no cadastramento dos processos trabalhistas de Montenegro e Novo Hamburgo, aprimorando o sistema com o apoio do setor de informática do TRT4.

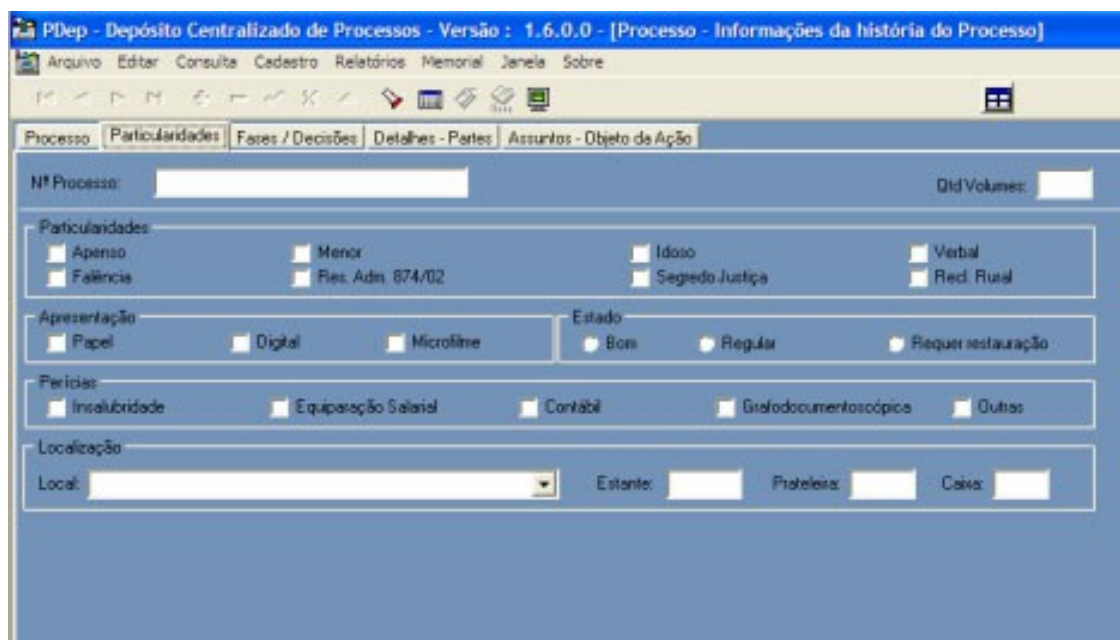


Imagem 2 – Tela do Módulo do Memorial do Sistema PDEP

3.2.2 Objetos tridimensionais e documentos administrativos

Em 2013, a estagiária de Museologia Elisa dos Santos Dias prosseguiu na higienização e catalogação do acervo tridimensional e dos livros oriundos de diversos setores do TRT4, contribuindo com informações sobre as metodologias próprias da museologia para o correto tratamento do material. Esse trabalho agora está sob responsabilidade da estagiária do curso de museologia da UFRGS Maria Riken de Medeiros.

3.3 Plano Museológico

Durante o ano de 2013, em atendimento à legislação específica³, o Memorial deu continuidade ao estudo e ao aprimoramento de seu plano museológico. A tarefa contou com expressiva contribuição da estagiária Elisa dos Santos Dias, sob supervisão da servidora Katia Teixeira Kneipp.

3.4 Participação na Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD) do TRT4

Consequência do envolvimento do Memorial com a preservação do acervo Histórico da Justiça do Trabalho é sua participação na Comissão Permanente de Avaliação de Documentos do TRT4 (CPAD).

Além de participar das reuniões, representado por seus integrantes, o Memorial emite pareceres

³ A Lei nº 11.904, de 14 de Janeiro de 2009, que instituiu o Estatuto dos Museus, fixou o prazo de cinco anos para que as instituições que possuam acervo museológico desenvolvam este plano. Importante norma que regulamenta o tema é o Decreto nº 5.264/2004, que cria o Sistema Brasileiro de Museus, destacando as características das instituições museológicas, dentre as quais o trabalho permanente com patrimônio cultural, seja ele material (documentos, objetos, fotos) ou imaterial (valores e costumes), e o estímulo à produção do conhecimento e a produção de novas oportunidades de acesso à cultura.

sobre eliminação de documentos, bem como sobre a relevância histórica de processos que recebam, por iniciativa de magistrados ou servidores, o selo do acervo histórico, regulamentado pela Portaria nº 5587, de 4 de outubro de 2007, da Presidência do TRT4.

Dentre outros assuntos, discutiu-se a apresentação de estudo sobre a Tabela de Temporalidade dos Documentos Administrativos e a criação de um Grupo de Trabalho para adequar referida Tabela, tendo sido debatidas também questões sobre os processos arquivados no Arquivo Geral e no Depósito Central de Porto Alegre.

4. Convênios e Parcerias

As parcerias com instituições públicas e comunitárias, voltadas à guarda e pesquisa em fontes documentais, vem sendo estimuladas pelo Memorial como meio de preservar os documentos do Judiciário Trabalhista e facilitar sua disponibilização à consulta pública. A iniciativa do TRT4 de estabelecer parcerias proporciona o aumento da visibilidade, e o conhecimento sobre os documentos da Justiça do Trabalho contribui para a realização de diversas pesquisas que desvelam capítulos inéditos ou pouco conhecidos da história da Instituição, e, ainda, promove o conhecimento, a experimentação e o debate sobre novas práticas e técnicas de conservação, pesquisa e disponibilização dos documentos.

4.1 Dissídios Coletivos

Em 30 de março de 2012, o TRT4 assinou convênio de cooperação com o Centro de Pesquisa em História Social da Cultura/Cecult da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, que vem desenvolvendo desde 2007 o projeto “Trabalhadores no Brasil: identidades, direitos e política (séculos XVII a XX)”. O projeto tem como principal objetivo examinar processos históricos.

Inicialmente, foram identificados os que se encontram cadastrados no sistema PDEP e que podem constituir fonte para o trabalho de digitalização e sua catalogação em um banco de dados nacional. Esses processos foram solicitados ao depósito centralizado em 2013 para remessa ao Memorial.

Também, com o auxílio do pesquisador Nauber Gavski da Silva, doutorando do curso de história da UFRGS, foram identificados os dissídios coletivos microfilmados do período de 1941 a 1968, resultando na produção de catálogo e digitalização dos referidos documentos. Esse material será transformado em um DVD para a série de acervos do Memorial.

4.2 Fundação Universidade de Rio Grande (Furg)

Fez-se o levantamento dos processos por ano e por unidade judiciária resultando na apuração de 1.790 lotes, sendo 16.705 registros de processos da 1ª Vara do Trabalho ajuizados entre 1948 e 2004, bem como 14.479 da 2ª Vara do Trabalho, ajuizados entre 1989 e 2004, no total de 31.184 processos. O setor de Triagem do TRT4 separou 630 lotes para encaminhamento à Fundação Universidade de Rio Grande – Furg. A Universidade informou que só poderia receber os processos no início de 2014.

4.3 Soledade

Em 2013, foram cedidos para fins de pesquisa 881 processos oriundos da Vara do Trabalho de Soledade para o Arquivo Histórico Regional de Passo Fundo, materializando-se assim o adendo ao convênio firmado entre a Fundação Universidade de Passo Fundo e o TRT4.

4.4 Pelotas

Em Pelotas, são conservados no Núcleo de Documentação Histórica da UFPel aproximadamente 100.000 processos oriundos do Foro Trabalhista daquela cidade. Atualmente, uma equipe de 4 bolsistas trabalha na alimentação de banco de dados das reclamações ajuizadas nos primeiros anos, com diversos textos, monografias, dissertações de mestrado e teses de doutorado tendo como fonte estes documentos.

4.5 Santa Maria

Em Santa Maria, uma das mais importantes experiências de parceria foi realizada reunião no Foro Trabalhista daquela cidade, em que se verificou que o acervo está organizado de forma exemplar, conservando os 75.001 processos referentes ao período de 1939 a 2011 em dois espaços, um para os mais recentes (fase intermediária) e outro para os considerados de guarda permanente. Constatou-se, ainda, que se encontram separados dos processos findos os que têm pendências, o que facilita sobremaneira seu cadastramento no BNDT, que está sendo efetuado pelas Unidades Judiciárias locais. Tendo em vista as condições excepcionais existentes na cidade, que conta com disponibilidade de espaço para a conservação dos processos e também curso de arquivologia com acúmulo de conhecimento acadêmico na área de conservação e preservação documental, este convênio pode contribuir para aprimorar o conhecimento sobre como conservar e disponibilizar o acervo histórico da Justiça do Trabalho. Em recente iniciativa, a universidade disponibilizou bolsistas para trabalhar no acondicionamento e na disponibilização dos processos históricos.

No relatório encaminhado pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), encontram-se elencadas as atividades referentes ao acervo do Centro de Memória Regional de Santa Maria:

- a) descrição cronológica de aproximadamente 50 processos;
- b) elaboração de três artigos por acadêmicos do Curso de História, que serão apresentados na VI Jornada Mundos do Trabalho;
- c) trabalho de Conclusão de Curso de Arquivologia tratando da descrição dos processos trabalhistas;
- d) trabalho de Conclusão de Graduação em História, que utilizou os processos para trabalhar com os ferroviários em Santa Maria/RS;
- e) pesquisador de mestrado em História da UFRGS passou a estudar no acervo de processos trabalhistas de Santa Maria/RS;
- f) apresentação de Poster na 27ª Jornada Acadêmica Integrada da UFSM;
- g) publicação de artigo em jornal da cidade;
- h) aprovado o Projeto de Pesquisa pelo Programa REUNI de Bolsas de Iniciação Científica elaborado pela Prof. Dra. Glaucia Vieira Ramos Konrad – Arquivos, História e Direito: Acervos da Justiça do Trabalho na Santa Maria Republicana, com destinação de uma bolsa de estudos para trabalhar no acervo dos processos de Santa Maria/RS.

5. Pesquisa

Entre os objetivos do Memorial consta o de promover pesquisas relativas aos seguintes temas: a) História da Justiça do Trabalho no Rio Grande do Sul; b) Justiça, Direitos, relações de trabalho e de emprego; c) Memória(s) e patrimônio da Justiça do Trabalho. Neste item, serão elencadas as atividades envolvendo pesquisa no Memorial em 2013.

5.1 Pesquisas externas no Memorial em 2013

O Memorial manteve seu acervo disponível à pesquisa no horário das 10 às 18 horas, de segunda a sexta-feira, recebendo diversos pesquisadores de diferentes cursos e instituições de ensino, dentre os quais elencam-se os seguintes:

NOME	INSTITUIÇÃO	PROGRAMA	TEMA
Alisson Droppa	Unicamp	Doutorado em História	Justiça do Trabalho de 1945 a 1963
Clarice Speranza	UFRGS	Doutorado em História	Mineiros
Deise Formolo	UFRGS	Museologia	Danúbio Gonçalves
Elisa Dias	UFRGS	Museologia	Danúbio Gonçalves
Giselda Schneider	Uniritter	História	Gênero (Mulheres)
Maria Karina F.	UFRGS	História	União Fabril
Paula Bianco	PUCRS	História	Não Informado
Tatiane Bartman	PUCRS	Mestrado em História	Empresas alemãs em Porto Alegre

Fonte: Livro de registro de pesquisadores do Memorial.

Tabela 1 – Pesquisas externas realizadas no Memorial

Merece destaque a presença constante do pesquisador Alisson Droppa, da Unicamp/SP, que investiga o funcionamento do Poder Normativo da Justiça do Trabalho no período de 1958 a 1964, estudando como os diversos atores (juízes, advogados, servidores, empregados e empregadores) contribuíram, com suas experiências, para as questões ligadas à remuneração dos trabalhadores, com o intuito de analisar como eram encaminhados e julgados os dissídios coletivos.

Por intermédio do Núcleo de Documentação Histórica da Universidade de Pelotas, as bolsistas Lóren Nunes da Rocha e Mariele Agosta Vasconcellos, fizeram pesquisas no acervo histórico de processos trabalhistas de Pelotas disponibilizado por meio de parceria com o TRT4.

5.2 Pesquisas internas do Memorial em 2013

5.2.1 História e Memória da Justiça do Trabalho

A Equipe do Memorial concluiu a pesquisa dos 5 módulos do curso com o tema "História e Memória da Justiça do Trabalho", a ser ministrado pelo TRT4 por meio dos recursos de educação a distância. Cada módulo contará com, no mínimo, com 3 unidades.

O Módulo 1 versa sobre a História da Justiça Do Trabalho; o 2, sobre os Direitos dos Trabalhadores Urbanos e Rurais; o 3, sobre a Estrutura da Justiça do Trabalho; o 4, sobre a Pesquisa, e o 5, sobre Gestão Documental e Memória.

5.2.2 Dicionário Histórico-Biográfico da Magistratura do Trabalho na 4ª Região

Aprovado no contexto dos projetos que envolveram as comemorações dos 70 anos da Justiça do Trabalho no Brasil, o Dicionário Histórico-Biográfico da Magistratura do Trabalho na 4ª Região será feito com dados biográficos de todos os magistrados do trabalho que integraram o Judiciário Trabalhista da 4ª Região, desde a sua criação oficial, em 1941, até nossos dias. Devido ao elevado número de informações e dificuldades de acesso às informações, optou-se em dividir a organização da publicação em dois momentos distintos: juízes que fizeram parte da magistratura de 1941 a 1976 e um segundo volume sobre os que atuaram a partir de 1977 até os dias atuais. Em 2012, o trabalho contou com o apoio do estagiário Cydne

Rosa Lopes Losekann.

Até o momento foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- Digitação de termo de posses de juízes classistas – conforme lista da Secretaria de Apoio aos Magistrados;
- Solicitação de materiais do Ministro Mozart Victor Russomano;
- Localização das pastas funcionais dos juízes togados;
- Contato com todas as Varas do Trabalho do interior do Rio Grande do Sul instaladas anteriormente a 1976;
- Visitas à Associação dos Juízes Classistas – Ajucla;
- Contato com o Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região/SC, verificando a existência de materiais das antigas Juntas de Conciliação e Julgamento que pertenciam ao TRT4;

O projeto prosseguiu em 2013 com a coleta de dados e alimentação do banco de dados.

5.2.3 Diagnóstico do Acervo da Justiça do Trabalho no RS

O Memorial apresentou à Administração estudo da quantidade, do volume e de características do acervo de processos arquivados na Justiça do Trabalho do RS. Realizou também estudos sobre diferentes estratégias de preservação e disponibilização de documentos.

5.2.5 Terceirização e a Justiça do Trabalho: diversidades regionais

Trata-se de pesquisa coordenada pela integrante da Comissão Coordenadora do Memorial, Desembargadora Aposentada Magda Biavaschi, e com recursos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), propondo-se a analisar o papel da Justiça do Trabalho brasileira nas décadas 1980 e 1990 diante do fenômeno da terceirização, com foco no setor papel e celulose, no recorte temporal dado pelas Súmulas 256 e 331 do Tribunal Superior do Trabalho. A fonte primária prevalente foram os processos trabalhistas julgados naquele período; os que tramitaram na então Junta de Conciliação de Guaíba/RS, na 4ª Região, e nas da 15ª Região/Campinas – SP, ajuizados contra a Riocell e a Klabin e os que tramitaram, no mesmo período, na JCJ de Telêmaco Borba – 9ª Região/PR, ajuizados contra a empresa Klabin, igualmente tendo como objeto a Terceirização, valendo-se ainda de entrevistas com atores importantes nos processos estudados ou no setor objeto de análise.

6. Exposições e Eventos

6.1 Exposições

As exposições são realizadas visando a dar visibilidade a um tema considerado relevante para o momento, buscando ancorar-se em materiais do acervo, em pesquisa e em diferentes metodologias para sensibilizar o público.

6.1.1 Exposição 70 anos da CLT – 10 anos do Memorial

A exposição “CLT 70 Anos – Memorial 10 anos”, inaugurada em 20 de maio de 2013 no saguão do prédio-sede do TRT4, conta com vídeos e documentos históricos, e elementos cênicos que representam a história do Memorial da Justiça do Trabalho da 4ª Região. A mostra comemorou o septuagésimo aniversário da CLT e a primeira década de atuação do Memorial da Justiça do Trabalho do Rio Grande do Sul.

Entre os objetos do cenário, há réplicas de processos antigos, formados por folhas envelhecidas e cópias das capas originais do acervo. Em suas lombadas, placas informativas reconstituem a trajetória do Memorial, resumindo as inúmeras realizações da unidade ao longo de sua década de existência. No mesmo espaço, foram expostos objetos antigos que fizeram parte da história da Justiça do Trabalho gaúcha, como placas, telefones, ou máquinas de escrever. Além disso, painéis com imagens de documentos históricos foram pendurados no centro do saguão, em uma espécie de cascata. Para assinar a cenografia da exposição, o TRT4 contratou Élcio Rossini, um dos mais conceituados cenógrafos do Rio Grande do Sul.

6.1.2 Exposição 50 anos da Justiça do Trabalho – Ijuí/RS

Em 18 de agosto de 2013, foi instalada mostra alusiva aos 50 anos da instalação da Justiça do Trabalho em Ijuí/RS, integrando as atividades de comemoração dessa data. A exposição, localizada no saguão do Foro Trabalhista da cidade, constituiu-se de dois expositores contendo documentos e objetos representativos da história da justiça trabalhista na localidade.

6.1.3 Exposição 70 anos da CLT e o Presidente Getúlio Vargas – São Borja/RS

O município de São Borja, no sudoeste gaúcho, organizou, para os dias 23 e 24 de agosto de 2013, uma programação especial para celebrar os 70 anos da Consolidação das Leis do Trabalho. A agenda foi elaborada pela subseção local da Ordem dos Advogados do Brasil, em parceria com a Prefeitura e a Câmara de Vereadores da cidade, e com o apoio do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região. Os eventos também lembraram o aniversário de morte do presidente Getúlio Vargas, que instituiu a Justiça do Trabalho, promulgou a CLT e é natural de São Borja. A programação iniciou com o lançamento da pedra fundamental da nova sede da Vara do Trabalho em São Borja. Na Câmara de Vereadores, realizou-se o seminário “70 anos da CLT e o Trabalhismo na Era Vargas”, com o apoio da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 4ª Região (Amatra IV). A Sessão Solene da Câmara de Vereadores em homenagem ao aniversário de morte de Getúlio Vargas fechou a agenda especial na cidade.

Como forma de marcar essa data na localidade, foi instalada exposição produzida pelo Memorial da Justiça do Trabalho no Rio Grande do Sul em homenagem ao jurista Arnaldo Süssekind, um dos criadores da CLT. A mostra, instalada na sala de audiências da Vara do Trabalho de São Borja, também apresentou conteúdos sobre Getúlio Vargas, da época da criação da Justiça do Trabalho.

6.1.4 Exposição 50 anos da Justiça do Trabalho em Taquara/RS

A Vara de Taquara também comemorou os 50 anos da Justiça do Trabalho na cidade no dia 29 de agosto de 2013. Além de festa comemorativa da data, foi organizada exposição com peças do acervo do memorial, que foram organizadas pelos próprios servidores do Foro Trabalhista, incluindo a ata de posse do Juiz Ivécio Pacheco, nomeado em julho de 1963.

6.2 Representação em entidades ligadas à pesquisa e preservação da Memória

6.2.1 Fórum Nacional Permanente em Defesa da Memória da Justiça do Trabalho

Nos dias 3 e 4 de outubro de 2013, em Curitiba, ocorreu o Seminário de Gestão Documental, Memória e Ensino Jurídico, que finalizou com reunião do Fórum Nacional Permanente em Defesa da Memória da Justiça do Trabalho – Memojutra (no dia 4 de outubro de 2013), que contou com a participação

do atual Coordenador do Memorial, Walter Oliveira, e da Desembargadora Denise Maria de Barros.

6.2.2 3º Seminário Internacional o Mundo dos Trabalhadores e seus arquivos

O Memorial participou do 3º Seminário Internacional o Mundo dos Trabalhadores e Seus Arquivos, no período de 16 a 20 de setembro, no Arquivo Nacional, na cidade do Rio de Janeiro. O evento foi promovido pelo Arquivo Nacional do Brasil e a Central Única dos Trabalhadores (CUT), contando, em sua Comissão Organizadora, com diversas universidades, centros de documentação e instituições de pesquisa.

A terceira edição do evento, que tem como tema Direito à Memória e à Verdade, destacou os arquivos e documentos dos trabalhadores e a importância da recuperação, organização e divulgação das fontes fundamentais para o direito à verdade, à memória e à justiça, no momento em que a Comissão Nacional da Verdade intensifica sua atuação.

O Comitê Organizador do evento aceitou texto encaminhado pelo Memorial da Justiça do Trabalho no RS, passando a integrar a programação do evento. A participação do Memorial consistiu na apresentação oral do seguinte tema: Preservar a Memória e Identidade dos Conflitos Trabalhistas no TRT da 4ª Região: Direito de Todos e Dever do Estado Brasileiro. Os autores desta publicação são a Desembargadora Magda Barros Biavaschi e o servidor Elton Luiz Decker.

6.2.3 2º Seminário Nacional de Museus e Centros de Memória do Poder Judiciário

O Memorial participou o 2º Seminário Nacional de Museus e Centros de Memória do Poder Judiciário, promovido pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região/SP, que tem por objetivo promover o intercâmbio de experiências entre os museus e centros de memória vinculados ao Poder Judiciário no Brasil, de forma a estimular a implantação de ações sistêmicas e de colaboração mútua no que diz respeito à preservação e à promoção da memória/história do Judiciário brasileiro.

A servidora Katia Teixeira Kneipp participou do evento com apresentação relatando a experiência do TRT 4, tendo abordado o tema “Os processos da Justiça do Trabalho como fonte pesquisa: A preservação da memória da luta dos trabalhadores”.

6.3 Oficinas, Cursos e Seminários

6.3.1 Curso Direito, Justiça e Preservação Documental da Justiça do Trabalho no RS (EAD)

O curso sobre Direito, Justiça e Preservação Documental da Justiça do Trabalho no RS, no formato de ensino a distância, nos meses de setembro e outubro de 2013, contou com a participação de 266 participantes. O setor de Educação a Distância da Secretaria de Gestão de Pessoas do TRT4 desenvolveu os módulos da apresentação do curso a partir do conteúdo produzido pelo Memorial, gravando o respectivo áudio. O curso conta com cinco módulos. Para qualificar a orientação aos alunos do curso, contou-se com a tutoria do mestre e doutorando em história Alisson Droppa.

6.3.2 Seminário sobre a Lei de Acesso à Informação e Transparência

O Seminário “Acesso à Informação e Transparência”, promovido pelo Memorial e pela Escola Judicial do TRT4, ocorreu nos dias 11 e 12 de abril de 2013, no Auditório Ruy Cirne Lima, em Porto Alegre (Av. Praia de Belas, 1.432 – prédio 3, 2º andar), reunindo magistrados, servidores e população em geral, com o objetivo de divulgar, debater e possibilitar o aprofundamento da discussão sobre os efeitos da recém promulgada Lei nº 12.527/2011, denominada “Lei da Transparência”, cuja aplicação é crucial para a

qualificação das atividades realizadas pelos entes públicos do Estado brasileiro.

Para tanto, foram convidados especialistas em várias áreas do conhecimento, que dialogam com as questões específicas do Poder Judiciário. Os conferencistas e palestrantes apresentaram reflexões que devem subsidiar as respostas para os questionamentos que já surgiram sobre o tema, como as questões relacionadas aos limites da divulgação de informações públicas e privadas na esfera pública, a dimensão e profundidade do conteúdo a ser divulgado pelas instituições públicas – como é o caso do Poder Judiciário – e as condições para se alcançar as determinações estabelecidas pela Lei, relativamente à manutenção da integridade dos documentos públicos administrados pelo Poder Judiciário.

6.3.3 Curso “Os trabalhadores e os antecedentes da Justiça do Trabalho: a busca da regulação da jornada de trabalho no final do século XIX”

O Memorial organizou projeto para realização de curso, em formato de seminário, versando sobre os antecedentes da Justiça do Trabalho, a ser ministrado pelo Prof. Doutor Marcelo Mac Cord, vencedor do prêmio Capes de 2011 e autor do recente livro “Artífices da cidadania: mutualismo, educação e trabalho no Recife oitocentista”. O curso ocorreu nos dias 9, 10 e 11 de dezembro de 2013, na Capital e em duas cidades do interior do Estado (Santa Maria e Pelotas).

6.3.4 Curso sobre Mudança de Suporte da Informação

O curso intitulado “Reprografia de Preservação” teve por objetivo instrumentalizar os magistrados e servidores do TRT4 e também instituições parceiras na preservação de acervos públicos sobre usos e perigos das diferentes estratégias na mudança de suporte da informação, em virtude do vertiginoso crescimento das possibilidades e riscos advindos da utilização dos documentos eletrônicos, sendo realizado nos dias 21 e 22 de novembro em Porto Alegre, e foi ministrado pela diretora da Associação de arquivistas de São Paulo e historiógrafa Ana Célia Navarro de Andrade, integrante da Equipe Técnica do Cedec PUCSP, em 4 turnos de 3 horas, totalizando carga horária de 12 horas/aula.

7. Memória do Mundo

O TRT4 candidatou-se, no dia 17 de setembro de 2013, ao certificado conferido pela Unesco de reconhecimento de seu acervo de processos trabalhistas do período de 1941 a 2000 como Memória do Mundo.

No dia 29 de novembro de 2013, foi publicado o resultado do concurso, no qual a candidatura apresentada foi selecionada, juntamente com outras 7 no país.

O objetivo pretendido com a nomeação é o de dar visibilidade e garantir a preservação desse rico acervo de documentos para as gerações futuras.

SECRETARIA-GERAL JUDICIÁRIA

A Secretaria-Geral Judiciária, no exercício de 2013, visando ao bom andamento dos processos no âmbito do Tribunal, realizou a coordenação, a orientação, a direção e o controle dos serviços prestados pelas Secretarias do Tribunal Pleno, do Órgão Especial e de Dissídios Coletivos, das duas Seções de Dissídios Individuais, da Seção Especializada em Execução, das onze Turmas Julgadoras e da Secretaria Processual, bem como das seguintes Unidades Judiciárias: Coordenadoria de Cadastramento Processual, Coordenadoria de Traslados e Certidões, Coordenadoria de Precatórios, Coordenadoria de Recursos e Assessoria de Recurso de Revista. A partir de 2 de setembro de 2013, passou a contar com a Seção de Cálculos Trabalhistas (Portaria nº 6.529/2013).

Manteve a prática regular de reuniões mensais com as unidades judiciárias, a fim de verificar as necessidades e promover a padronização de procedimentos e a disseminação de informações procedimentais e de boas práticas. Buscando dar maior agilidade às demandas relacionadas aos sistemas informatizados do Tribunal, a Secretaria-Geral Judiciária procedeu ao contato direto com a Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações do Tribunal, contando com grupo de servidores dedicado a essa atividade, principalmente no tocante às atividades de implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico – PJe-JT. Exerceu, também, a coordenação das atividades do Serviço de Apoio aos Gabinetes (Saga), instituído pela Portaria nº 3.486/2009, e realizou a manutenção do Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho (DEJT) e do Sistema Hermes (Malote Digital).

A Secretaria-Geral Judiciária prestou esclarecimentos às partes, aos procuradores, aos advogados e aos alunos visitantes sobre os trâmites processuais e o funcionamento do Tribunal e da Justiça do Trabalho. Em colaboração com a Secretaria de Gestão de Pessoas, participou do Programa de Ambientação de novos servidores da Justiça do Trabalho da 4ª Região. No cumprimento das determinações emanadas pelo Gestor Regional das Metas de Nivelamento do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, prestou auxílio no cumprimento das Metas Nacionais estabelecidas no 3º Encontro Nacional do Judiciário, ocorrido em fevereiro de 2010 (Meta 1: Julgar quantidade igual à de processos de conhecimento distribuídos em 2010 e parcela do estoque, com acompanhamento mensal; 2: Julgar todos os processos de conhecimento distribuídos – em 1º Grau, 2º Grau e tribunais superiores – até 31.12.2006 e, quanto aos processos trabalhistas, eleitorais, militares e da competência do tribunal do Júri, até 31.12.2007; e Meta 4: Lavrar e publicar todos os acórdãos em até 10 dias após a sessão de julgamento). No tocante às metas definidas para 2011 durante o 4º Encontro Nacional do Judiciário, realizado no Rio de Janeiro em 07.12.2010, a Secretaria-Geral Judiciária, prestou auxílio ao cumprimento da Meta 3 (Julgar quantidade igual a de processos de conhecimento distribuídos em 2011 e parcela do estoque, com acompanhamento mensal), bem como continuou trabalhando para cumprir as metas relativas aos anos anteriores (Metas 2/2010, relativamente aos processos distribuídos até 31.12.2007, e 4/2010, quanto à publicação dos acórdãos em até 10 dias do julgamento). Quantos às metas definidas para 2012, durante o V Encontro Nacional do Judiciário, realizado nos dias 17 e 18 de novembro de 2011, em Porto Alegre/RS, a Secretaria-Geral Judiciária forneceu os dados pertinentes à Meta 1 (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos em 2012). As Metas para o Judiciário em 2013 foram definidas em Aracaju/SE, nos dias 5 e 06.11.2012, durante o VI Encontro Nacional do Judiciário, tendo a Secretaria-Geral Judiciária fornecido os dados pertinentes ao julgamento de quantidade maior de processos de conhecimento dos que os distribuídos no ano – Meta 1. Em todos os períodos indicados, a Secretaria-Geral Judiciária contribuiu com subsídios para a elaboração de relatório circunstanciado, conforme estabelecido no art. 4º da Resolução nº 95/2009 do Conselho Nacional de

Justiça.

O Secretário-Geral Judiciário, sua assessoria e os demais integrantes do gabinete mantiveram-se designados membros das Comissões de Avaliação de Documentos, de Avaliação de Desempenho Funcional, bem como do Comitê de Segurança da Informação e Comitê de Gestão Estratégica (Portaria nº 2.775/2011), tendo participado de diversos eventos institucionais. Ainda, integraram o Grupo Gestor Regional das Tabelas Unificadas de Classes, Assuntos e Movimentação Processuais, já integralmente implementadas, e que sofreram aperfeiçoamento ao longo do ano, e permanecem participando da validação dos dados do novo módulo estatístico “e-Gestão”.

Também integraram o Comitê Gestor Regional de Implantação do PJe-JT (Portarias nº 5.370/2012 e 3.617/2013), a Comissão de Informática do Tribunal (a partir de setembro de 2013), bem como o Comitê Gestor do Programa de Gestão por Competências (Portaria nº 3.764/2012) e Grupo de Trabalho sobre Critérios de Designação e Distribuição de Funções Comissionadas e Cargos em Comissão (Portaria nº 6.265/2013).

Atuaram, também, nos grupos de trabalho envolvendo a implantação do Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho, que culminou na criação da Secretaria de Gestão de Mudanças, na condição de administradores do sistema, realizando o cadastramento dos Órgãos Julgadores e Órgãos Julgadores Colegiados, registros de competências de magistrados e validação de cadastros de advogados, dentre outras atividades correlatas. Ainda, a Secretaria-Geral Judiciária trabalhou na elaboração e revisão dos regulamentos envolvendo o trâmite do Sistema PJe-JT no 2º Grau, no treinamento do público interno e externo, com parceria da Escola Judicial, e prestou esclarecimentos aos usuários sobre o andamento processual nessa plataforma, inclusive no tocante às rotinas para processamento dos recursos de revista e agravos de instrumento em recurso de revista para encaminhamento ao Tribunal Superior do Trabalho.

O Secretário-Geral Judiciário apresentou minutas de portarias, provimentos e resoluções administrativas, sugeriu alterações regimentais e elaborou propostas de despachos à Presidência, e, por delegação, deu andamento a processos judiciais e administrativos que tramitam no Tribunal, buscando dar suporte à Administração, aos magistrados e aos servidores em relação à qualificação e à celeridade na entrega da prestação jurisdicional.

Abaixo, a movimentação de processos no Gabinete da Secretaria-Geral Judiciária:

MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL TOTAL	
Saldo em 2012	0
Processos recebidos	1.666
Processos despachados	1.607
Analisados e devolvidos sem despacho	59
Saldo para 2014	0

NÚMERO DE DESPACHOS POR AUTORIDADE PROLATORA	
Presidente	111
Vice-Presidente	255
Corregedora Regional	0
Vice-Corregedora Regional	5
Secretário-Geral Judiciário	1.236
Total	1.607

MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL EXCLUSIVA DO GABINETE DA SEGJUD	
Saldo em 2012	0

Processos recebidos para despacho do Secretário	1.236
Processos despachados pelo Secretário	1.236
Saldo para 2014	0

SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO, DO ÓRGÃO ESPECIAL E DA SEÇÃO DE DISSÍDIOS COLETIVOS

Em 2013, a Secretaria do Tribunal Pleno, do Órgão Especial e da Seção de Dissídios Coletivos desenvolveu as seguintes atividades:

- Cumpriu os despachos exarados pela Presidência do Tribunal e pelos relatores nos processos de competência originária do Tribunal Pleno e do Órgão Especial, bem como os despachos exarados pela Desembargadora-Vice-Presidente, no exercício da Presidência da SDC, nas fases de instrução e execução dos processos de dissídios coletivos e demais despachos exarados pelos desembargadores integrantes da Seção, registrando no sistema de acompanhamento processual os dados e as informações inerentes à tramitação dos processos, quanto aos processos em meio físico, bem como deu os devidos encaminhamentos aos processos que tramitam no Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT;
- Encaminhou processos ao Ministério Público do Trabalho para emissão de parecer;
- Providenciou a publicação das decisões e dos despachos no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho;
- Organizou as pautas das sessões de julgamento, confeccionou as respectivas certidões, lavrou as atas e publicou os acórdãos julgados pelos respectivos órgãos;
- Realizou os serviços pertinentes às audiências conciliatórias, por meio da expedição de notificações, da publicação de despachos, da juntada de petições e documentos, da organização da pauta e da prestação de informações aos procuradores, às partes e aos demais setores do Tribunal;
- Compilou e encaminhou para publicação, no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, as Resoluções Administrativas editadas pelo Órgão Especial e pelo Tribunal Pleno;
- Encaminhou para publicação no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho a constituição das Turmas, das Seções Especializadas e do Órgão Especial (art. 17, § 2º, do Regimento Interno do Tribunal);
- Validou a estatística mensal do movimento processual do Tribunal Pleno, do Órgão Especial e da Seção de Dissídios Coletivos, encaminhando-a para compilação e remessa ao Tribunal Superior do Trabalho;
- Prestou atendimento às partes e aos procuradores.

SECRETARIA DA 1ª SEÇÃO DE DISSÍDIOS INDIVIDUAIS

No exercício de 2013, a Secretaria da 1ª Seção de Dissídios Individuais desenvolveu as tarefas a seguir relacionadas:

- Organizou as pautas das sessões de julgamento;
- Confeccionou as respectivas certidões de julgamento;
- Registrou as decisões em ata;

- Cumpriu as decisões e determinações do Desembargador-Presidente e dos demais integrantes da Seção;
- Registrou, nos sistemas de acompanhamento processual NovaJus4 e no Sistema PJe-JT, dados e informações relativas à tramitação dos processos distribuídos aos desembargadores que integram a Seção;
- Providenciou a publicação das decisões, dos despachos e das pautas no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho;
- Elaborou editais de citação, notificação e intimação e encaminhou-os para os devidos fins;
- Elaborou boletins estatísticos mensais e relatório anual;
- Prestou atendimento às partes e aos procuradores e atendeu aos demais setores do Tribunal;
- Expediu alvarás de soltura, salvo-condutos, ofícios, notificações, citações, intimações, cartas de ordem e cartas precatórias;
- Expediu intimações e editais referentes aos processos em que publicou acórdãos;
- Ordenou os processos cujos acórdãos foram publicados, para envio à Seção de Apoio Processual;
- Encaminhou processos à consideração do Desembargador-Presidente da Seção;
- Encaminhou processos ao Ministério Público do Trabalho para emissão de parecer;
- Cumpriu plantão e/ou sobreaviso diário após o expediente normal (das 18 às 10 horas), e nos finais de semana, feriados e recesso.

SECRETARIA DA 2ª SEÇÃO DE DISSÍDIOS INDIVIDUAIS

No exercício de 2013, a Secretaria da 2ª Seção de Dissídios Individuais desenvolveu as tarefas a seguir relacionadas:

- Organizou as pautas das sessões de julgamento;
- Confeccionou as respectivas certidões de julgamento;
- Registrou as decisões em ata;
- Cumpriu as decisões e determinações do Desembargador-Presidente e dos demais integrantes da Seção;
- Registrou, no sistema de acompanhamento processual NovaJus4 e PJe-JT, dados e informações relativos à tramitação dos processos distribuídos aos desembargadores que integram essa Seção;
- Providenciou a publicação de decisões, despachos e pautas no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho;
- Elaborou editais de citação, notificação e intimação e encaminhou-os para os devidos fins;
- Elaborou boletins estatísticos mensais e relatório anual;
- Prestou atendimento às partes e aos procuradores e atendeu aos demais setores do Tribunal;
- Expediu ofícios, notificações, citações, intimações, cartas de ordem, cartas precatórias, cartas rogatórias e alvarás;
- Expediu intimações referentes aos processos em que publicou os acórdãos;
- Ordenou os processos cujos acórdãos foram publicados, para envio à Seção de Apoio Processual;
- Encaminhou processos à consideração do Desembargador-Presidente da Seção, elaborando as

propostas de despachos na fase de execução;

- Encaminhou processos ao Ministério Público do Trabalho para emissão de parecer;
- Controlou custas e todos os procedimentos nos processos em fase de execução.

SECRETARIA DA SEÇÃO ESPECIALIZADA EM EXECUÇÃO

Em 2013, a Secretaria da Seção Especializada em Execução realizou as seguintes atividades:

- Executou os procedimentos necessários ao recebimento e encaminhamento de processos aos desembargadores, juízes convocados e demais serviços do Tribunal, à Procuradoria Regional do Trabalho e às unidades judiciárias do 1º Grau, com os registros dos respectivos movimentos no sistema de acompanhamento processual NovaJus4 e no Sistema PJe-JT;
- Deu cumprimento aos despachos exarados pelos Relatores, com certidão nos autos e registro no sistema de acompanhamento processual NovaJus4 e no Sistema PJe-JT;
- Conferiu os processos para inclusão em pauta;
- Organizou as pautas das sessões de julgamento aprovadas pelo Desembargador-Presidente, verificando impedimentos e afastamentos de magistrados;
- Lançou os movimentos correspondentes no sistema de acompanhamento processual NovaJus4 e no Sistema PJe-JT, inclusive para fins de geração dos dados estatísticos no sistema e-Gestão, e elaborou as certidões respectivas para juntada aos autos;
- Registrou no sistema informatizado os pedidos de sustentação oral formulados pelas partes;
- Elaborou e digitou as certidões de julgamento;
- Registrou as decisões em ata;
- Providenciou a publicação das decisões e dos despachos na imprensa oficial e expediu notificações às partes e aos órgãos oficiais por intermédio de Oficial de Justiça;
- Imprimiu e juntou aos autos os acórdãos assinados digitalmente em sessão e as respectivas certidões de publicações;
- Ordenou e elaborou listagem dos processos cujos acórdãos foram publicados, para envio à Seção de Apoio Processual;
- Registrou no sistema de acompanhamento processual os andamentos dos processos distribuídos aos magistrados que compõem o Órgão Julgador;
- Recebeu petições e ofícios e os encaminhou aos desembargadores, com os registros dos movimentos respectivos no sistema de acompanhamento processual NovaJus4 e no Sistema PJe-JT;
- Providenciou a publicação das Orientações Jurisprudenciais editadas pelo Órgão Julgador no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho;
- Prestou atendimento aos procuradores e às partes e entregou autos em carga, bem como solicitou sua devolução, quando ultrapassado o prazo legal.

SECRETARIAS DAS TURMAS

Em 2013, as Secretarias das Turmas realizaram as seguintes atividades:

- Executaram os procedimentos necessários ao recebimento e encaminhamento de processos aos desembargadores, juízes convocados e aos serviços do Tribunal, à Procuradoria Regional do Trabalho e às unidades judiciárias do 1º Grau, com os registros dos movimentos respectivos no sistema de acompanhamento processual NovaJus4 e no Sistema PJe-JT;
- Cumpriram despachos exarados pelos desembargadores das Turmas, com certidão nos autos e registro no sistema de acompanhamento processual;
- Conferiram os processos para inclusão em pauta;
- Organizaram as pautas das sessões de julgamento, com a aprovação dos respectivos Desembargadores-Presidentes, verificando impedimentos e afastamentos de magistrados;
- Lançaram os movimentos correspondentes no sistema de acompanhamento processual NovaJus4 e no Sistema PJe-JT e geraram as certidões respectivas para juntada aos autos;
- Registraram no sistema os pedidos de sustentação oral formulados pelas partes;
- Elaboraram e digitaram as certidões de julgamento;
- Registraram as decisões em ata;
- Providenciaram a publicação das decisões e dos despachos na imprensa oficial e expediram notificações às partes e aos órgãos oficiais por intermédio de Oficial de Justiça;
- Imprimiram e juntaram aos autos os acórdãos assinados digitalmente em sessão e as certidões de publicações respectivas;
- Ordenaram e elaboraram listagem dos processos cujos acórdãos foram publicados, para envio à Seção de Apoio Processual;
- Registraram no sistema de acompanhamento processual os andamentos dos processos distribuídos aos desembargadores que compõem as Turmas;
- Receberam petições e ofícios e os encaminharam aos desembargadores, com os registros dos andamentos respectivos no sistema de acompanhamento processual;
- Prestaram atendimento aos procuradores e às partes e entregaram autos em carga, bem como solicitaram sua devolução, quando ultrapassado o prazo legal;
- Realizaram os lançamentos no sistema informatizado NovaJus4 e no Sistema PJe-JT para a coleta de dados estatísticos baseados no sistema e-Gestão.

ASSESSORIA DE RECURSO DE REVISTA

A Assessoria de Recurso de Revista desenvolveu, entre outras, as seguintes atividades no ano de 2013:

- Assessoramento na análise dos pressupostos de admissibilidade dos recursos de revista bem como do processamento dos agravos de instrumento e do exame de petições e demais incidentes processuais à Desembargadora-Vice-Presidente – por delegação – e às Desembargadoras Presidente, Corregedora Regional e Vice-Corregedora Regional, nos impedimentos;
- Apresentação de propostas de despachos de admissibilidade em petições de recursos de revista, bem como de despachos para processamento de agravos de instrumento, além de diligências e

atendimento de petições diversas;

- Acompanhamento da evolução da produtividade do setor para fins de prestação de contas e apresentação de dados estatísticos a serem publicados;
- Inserção, no sistema informatizado (programas NovaJus4 e e-Recurso), de informações sobre os andamentos processuais relativos aos recursos que ingressaram no setor para despacho;
- Elaboração de projeções estatísticas envolvendo a distribuição semanal, mensal e anual visando à redução e/ou eliminação do resíduo de processos encaminhados para análise;
- Realização de pesquisas junto a outros tribunais regionais e superiores a fim de atualizar posicionamentos e colaborar na uniformização da jurisprudência;
- Disponibilidade para divulgação do trabalho junto a outros setores do Tribunal, notadamente os gabinetes de desembargadores;
- Participação de reuniões envolvendo o sistema processual eletrônico, bem como outras inovações no âmbito jurídico e administrativo que envolvem a atuação da Assessoria de Recurso de Revista;
- Divulgação do trabalho prestado no setor junto aos gabinetes de desembargadores por meio de reuniões feitas em pequenos grupos.

PROPOSTAS DE DESPACHOS EM RECURSOS DE REVISTA

Recursos interpostos no ano			33.607
Processos conclusos para despacho			33.215
Propostas de despachos	Recebidos	10.737	32.916
	Denegados	22.108	
	Baixados	71	
Despachos pendentes no ano – suspensos e sobrestados			1.445

PROPOSTAS DE DESPACHOS EM AGRAVOS DE INSTRUMENTO

Petições interpostas no ano			19.133
Encaminhamentos	Remetidos ao TST	16.156	20.094
	Pendentes de Remessa	3.938	

PROPOSTAS DE DESPACHOS EM REQUERIMENTOS DIVERSOS

Pendentes do ano anterior	-
Despachados	565
Pendentes no ano	-

PROPOSTAS DE DESPACHOS EM RECURSOS DE REVISTA NO PJE

Recursos conclusos para despacho		71
Despachados	Recebidos	17
	Denegados	30
	Acordo	01
Pendentes de despacho PJe-JT		23

Obs.: Informações obtidas a partir do levantamento de dados fornecidos pelos sistemas e-Gestão, Nova-Jus4 e PJe.

SECRETARIA PROCESSUAL

A Secretaria Processual atua na condução dos serviços de suporte às atividades judiciais do Tribunal, na organização e na supervisão dos procedimentos para a correta instrução dos processos judiciais do Tribunal, em consonância com as diretrizes traçadas pela Administração.

Entre as atividades desenvolvidas no ano de 2013, a Secretaria Processual submeteu processos e petições à apreciação da Presidente, por intermédio da Secretaria-Geral Judiciária. Encaminhou, ainda, processos ao Egrégio Superior Tribunal de Justiça, para apreciação de conflitos de competência suscitados por Turmas do Tribunal e Juízos das Varas do Trabalho. Foi responsável pelo processamento e pelo envio da matéria judiciária de processos físicos do Tribunal para publicação no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, bem como pelo envio das intimações eletrônicas ao INSS.

Passou a encaminhar as pautas de julgamento e os acórdãos de processos eletrônicos oriundos do sistema PJe-JT ao Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho.

Ainda em 2013, cadastrou advogados no sistema informatizado do 2º Grau (NovaJus4), conforme solicitações recebidas das unidades judiciais.

Em atenção ao Provimento Conjunto TST/CSJT nº 10/2010, respondeu pela remessa digitalizada de petições providas do 1º e 2º Graus de jurisdição, atinentes aos processos em tramitação no Tribunal Superior do Trabalho.

Foi destinatária de documentos digitalizados pelas Varas do Trabalho, relativos à representação das partes nos processos em tramitação no 2º Grau, encaminhados de forma digital à caixa de correio eletrônico da Secretaria.

Diante das atribuições concedidas no Ofício-Circular Secor nº 302/2011, cumpriu as diligências promovidas pelo Tribunal Superior do Trabalho nos autos eletrônicos em tramitação naquela Corte.

Participou da implantação do Convênio nº 55/2013 firmado entre o Tribunal e a Procuradoria Regional da Fazenda Nacional – PRFN para operacionalizar a carga semanal de autos perante a Seção de Apoio Processual.

Colaborou para a viabilidade de carga de autos à Procuradoria Regional da Fazenda Nacional – PRFN junto à Seção de Apoio Processual de processos incluídos no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

COORDENADORIA DE CADASTRAMENTO PROCESSUAL

A Coordenadoria de Cadastro Processual, com as Seções que a integram, recebe percentual extremamente significativo do movimento global de expedientes judiciais e administrativos encaminhados ao TRT4.

A Coordenadoria de Cadastro Processual é integrada pelas seguintes Seções: Seção de Protocolo, Seção de Apoio Processual, Seção de Classificação e Autuação, Seção de Distribuição e Seção de Triagem de Processos Arquivados.

A seguir, as informações, por Seção, das atividades desenvolvidas em 2013. Os dados foram obtidos a partir do sistema informatizado do 2º Grau (NovaJus4).

Seção de Distribuição

Em 2013, a Seção de Distribuição:

- Procedeu à distribuição diária, por meio eletrônico de processamento de dados, dos processos de competência do Órgão Especial, da 1ª Seção de Dissídios Individuais, da Seção de Dissídios Coletivos, da 2ª Seção de Dissídios Individuais, da Seção Especializada em Execução e das Turmas, aos desembargadores e aos juízes convocados;
- Redistribuiu processos em cumprimento a despachos exarados pela Presidência do Tribunal;
- Recebeu e conferiu o retorno de processos da Procuradoria Regional do Trabalho.

Seção de Protocolo**MATÉRIA JUDICIÁRIA**

RECURSOS INTERPOSTOS PROTOCOLADOS	2011		2012		2013	
Recurso Ordinário ao TST	337		349		283	
Recurso de Revista	27.470		28.399		32.404	
Agravo de Instrumento ao TST	15.328		16.475		19.112	
Recurso Adesivo ao Recurso Ordinário e ao Recurso de Revista	RO	7	RO	11	RO	26
	RR	456	RR	811	RR	1.038
Embargos Declaratórios	12.957		13.112		14.525	
Recurso Extraordinário	15		21		09	
TOTAL	56.570		59.178		67.397	

PETIÇÕES PROTOCOLADAS	2011		2012		2013	
Contrarrazões a Agravo de Instrumento	8.747		10.048		11.322	
Contrarrazões a Recurso Ordinário	181		194		188	
Contrarrazões a Recurso de Revista	7.638		9.009		11.209	
Contrarrazões a Recurso Adesivo	73		74		144	
Outras	30.276		31.319		29.937	
TOTAL	46.915		50.644		52.800	

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

PETIÇÕES PROTOCOLADAS	2011	2012	2013
	4.081	2.728	2.098

Seção de Apoio Processual

No ano de 2013, a Seção de Apoio Processual:

- Recebeu os processos, com prazo recursal, das Turmas, da Coordenadoria de Recursos, da 1ª Seção de Dissídios Individuais, da 2ª Seção de Dissídios Individuais, da Seção Especializada em Execução e da Secretaria do Tribunal Pleno, do Órgão Especial e da Seção de Dissídios Coletivos;

- Prestou atendimento às partes e aos procuradores durante o prazo recursal e forneceu autos em carga;
- Após o decurso do prazo, encaminhou os autos às Turmas, às Seções Especializadas, à Coordenadoria de Recursos, à Coordenadoria de Agravos e Certidões, à Seção de Digitalização e às Varas do Trabalho

MOVIMENTAÇÃO DE PROCESSOS		2011	2012	2013
Acórdãos publicados	Turmas	63.074	56.437	57.753
	SEEx	-	6.739	9.074
	Órgão Especial, 1ª SDI, 2ª SDI e SDC	922	979	414
Despachos	Recursos de revista	25.786	26.323	27.641
	Recursos ordinários	303	331	297
	Recursos adesivos	441	748	1.065
Outros despachos da Presidente		799	977	996
TOTAL		91.325	92.534	97.240

ATENDIMENTO A PARTES E ADVOGADOS	2011	2012	2013
Atendimentos	13.795	12.618	12.755
Cargas	6.972	5.288	5.649
Cópias	13.930	14.595	16.744

Seção de Classificação e Autuação

Em 2013, a Seção de Classificação e Autuação:

- Recebeu, conferiu, autuou, classificou e cadastrou no sistema informatizado processos em grau recursal, oriundos das Varas do Trabalho da Capital e do Interior;
- Autuou, classificou e cadastrou processos de competência originária do Tribunal que tramitam em autos físicos;
- Separou e encaminhou os processos à Seção de Distribuição e à Procuradoria Regional do Trabalho;
- Efetuou retificações de autuação;
- Recebeu os processos baixados do TST, lançou no sistema informatizado o retorno e efetuou a remessa aos locais de destino (unidades do Tribunal ou Varas do Trabalho);
- Cadastrou precatórios e requisições de pequeno valor.

PROCESSOS AUTUADOS	2011	2012	2013
Ação Anulatória de Cláusulas Convencionais (AA)	03	13	00
Ação Rescisória (AR)	212	263	01
Agravo (AG)	42	68	155
Agravo de Instrumento em Agravo de Petição (AIAP)	123	142	153
Agravo de Instrumento em Recurso de Revista (AIRR)	11.112	14.108	14.143
Agravo de Instrumento em Recurso Ordinário (AIRO)	678	459	513
Agravo de Petição (AP)	9.284	9.274	8.701

PROCESSOS AUTUADOS	2011	2012	2013
Agravo de Petição/Reexame Necessário (AP/REENEC)	00	01	00
Agravo Regimental (AGR)	336	324	88
Arresto (ARREST)	00	01	00
Atentado (ATENT)	00	00	00
Busca e Apreensão (BUSAPR)	00	00	00
Carta de Ordem (CARTORD)	01	00	01
Carta Precatória (CARTPREC)	06	04	08
Carta Rogatória (ROGATO)	21	10	15
Caução (CAUÇÃO)	00	00	00
Cautelar Inominada (CAUINOM)	95	105	132
Conflito de Competência (CC)	07	03	08
Consulta (CONS)	39	24	21
Contraprotesto Judicial (CPROT)	00	00	00
Correção Parcial ou Reclamação Correicional (CORPAR)	32	52	56
Dissídio Coletivo (DC)	285	216	00
Dissídio Coletivo de Greve (DCG)	08	07	00
Exceção de Impedimento (EXCIMP)	01	01	00
Exceção de Incompetência (EXCINC)	00	00	00
Exceção de Suspeição (EXSUSP)	38	10	09
Exibição (Exibic)	00	00	00
<i>Habeas corpus</i> (HC)	13	01	00
<i>Habeas data</i> (HD)	00	01	00
Impugnação ao Valor da Causa (IVC)	01	01	00
Incidente de Falsidade (INCFAL)	00	00	00
Incidente de Uniformização de Jurisprudência (IUJ)	03	05	01
Interpelação (INTER)	00	00	00
Justificação (JUSTIF)	00	00	00
Mandado de Segurança (MS)	657	543	00
Notificação (NOTIF)	00	00	00
Oposição (OPOSIC)	14	07	01
Pedido de Providências (PP)*	00	00	00
Pedido de Revisão do Valor da Causa (PRVC)	00	00	00
Petição (PET)	535	624	651
Precatório (PRECAT)	1.294	1.428	1.954
Processo Administrativo (PA)	03	20	12
Processo Administrativo Disciplinar em Face de Magistrado (PADMAG)	00	00	02
Produção Antecipada de Provas (PAP)	00	00	00
Protesto (PROTES)	333	335	00
Reclamação Disciplinar (RECLDISC)	06	14	10
Recurso Administrativo (RECADM)	14	20	29
Recurso de Multa (RM)	00	00	00
Recurso Ordinário (RO)	38.854	43.427	47.329

PROCESSOS AUTUADOS	2011	2012	2013
Recurso Ordinário/Reexame Necessário (RO/REENEC)	318	304	495
Reexame Necessário (REENEC)	49	24	27
Requisição de Pequeno Valor (RPV)	232	249	321
Restauração de Autos (RESAUT)	01	00	00
Sequestro (SEQUES)	00	00	00
Sindicância (SIND)	00	01	01
Suspensão de Liminar e Antecipação de Tutela (SLAT)	01	01	01
TOTAL	64.651	72.090	74.838

* PP – São autuados pela Corregedoria Regional

	2011	2012	2013
CANCELAMENTO DE AUTUAÇÕES	171	122	78

	2011	2012	2013
RETIFICAÇÕES DE AUTUAÇÕES	1.887	1.734	2.358

	2011	2012	2013
RETORNO DO TST e STF	20.857	19.265	17.903*

* Dos quais, 287 retornaram para novo julgamento no TRT.

Seção de Triagem de Processos Arquivados

No ano de 2013, a Seção de Triagem e Processos Arquivados:

- Recebeu e cadastrou processos enviados pelas diversas Varas do Trabalho do interior do Estado e pelo Arquivo de Porto Alegre;
- Prestou atendimento de solicitações de autos efetuadas pela Seção de Conservação e Consulta de Documentos Judiciais (Arquivo) e Varas do Trabalho do interior do Estado, efetuando a busca dos processos, os registros no sistema informatizado e a remessa aos destinos;
- Recebeu os processos devolvidos pelas unidades supracitadas, executando os registros no sistema informatizado e a guarda dos autos.

	2011	2012	2013
Processos Cadastrados	150.451	66.806	82.927

MOVIMENTAÇÃO	2011	2012	2013
Pedidos de Vista	6.723	9.407	13.829
Pedidos de Desarquivamento	4.804	3.028	4.310
Retorno de Vista e Desarquivamento	5.625	5.057	10.127

MOVIMENTAÇÃO	QUANTIDADES DE PROCESSOS

Processos Armazenados	1.862.202
Processos em Trânsito para Vista	26.215
Processos Desarquivados	18.470
TOTAL	1.906.887

COORDENADORIA DE RECURSOS

A Coordenadoria de Recursos, unidade integrante da Secretaria Processual, possui duas seções: Seção de Controle e Movimentação e Seção de Publicação.

A Seção de Controle e Movimentação efetua a juntada das petições de recursos de revista, das contrarrazões e petições diversas com o consequente encaminhamento dos autos a outras Unidades e/ou Seções do Tribunal.

Operacionaliza, também, o Projeto Conciliação no 2º Grau, intimando as partes para manifestarem interesse no acordo, juntando as manifestações e remetendo e recebendo os processos do Juízo Auxiliar de Conciliação do 2º Grau.

A Seção de Publicação é responsável pela publicação, no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, dos despachos exarados pela Vice-Presidente do Tribunal nos recursos de revista e, ainda, pela cobrança de custas em alguns processos originários do Tribunal.

A seguir, dados que refletem a movimentação de petições e processos físicos na Unidade:

PETIÇÕES RECEBIDAS NA COORDENADORIA DE RECURSOS

Recursos de revista (recurso de revista + recurso adesivo ao recurso revista)	33.442
Recursos ordinários (recebidos na unidade)	19
Recursos extraordinários	9
Contrarrazões (recurso de revista e recurso adesivo – enviadas à Coordenadoria Processual)	5.424
PET3 (petições diversas, recebidas nesta unidade)	6.867
TOTAIS	45.761

PUBLICAÇÕES

Despachos de Recursos de Revista	28.706
Projeto Conciliação (ECON)	6.584
DESP – outros despachos	977
TOTAIS	36.267

PROCESSOS REMETIDOS

À Assessoria de Recurso de Revista	28.599
À Seção de Digitalização	3.435
Às Varas do Trabalho	18

À Expedição para baixa à origem	193
Ao Juízo Auxiliar de Conciliação	1.410
Às Turmas Julgadoras	2.850
À Coordenadoria de Agravos e Certidões	564
Ao Apoio Processual	28.772
TOTAIS	65.841

Em 2013, foram recebidos também processos eletrônicos, nos quatro ambientes de recurso de revista do Sistema PJe-JT, totalizando 118 processos para apreciação de recursos interpostos. Após procedimentos de intimação para verificação de possível interesse em conciliação, os processos são encaminhados à conclusão.

O ano de 2013 terminou com 43 processos em que despachos de recurso de revista foram assinados no Sistema PJe-JT, sendo que, desse total, 28 aguardam procedimento de intimação e, em 15 processos, a Coordenadoria de Recursos já procedeu às intimações.

Destes 15 processos, houve interposição de agravo de instrumento em 8, tendo em vista a não admissão do recurso. Além disso, em 7 deles houve decurso de prazo sem manifestações acerca do despacho que negou seguimento ao recurso de revista, estando, portanto, estes 7 processos pendentes de baixa à origem, o que depende de ativação dessa funcionalidade no sistema.

COORDENADORIA DE AGRAVOS E CERTIDÕES

As atividades atinentes à Coordenadoria de Agravos e Certidões não sofreram alterações no decorrer de 2013, tendo sido observada a Resolução Administrativa nº 1.418/2010 do TST no processamento dos agravos de instrumento.

Verificou-se um aumento de 16% no número de agravos de instrumento interpostos, em relação ao ano de 2012.

A seguir estão especificadas as atividades que couberam à Coordenadoria, seguidas das pertinentes às unidades subordinadas – Seção de Agravos de Instrumento e Seção de Certidões e Conferências:

- Orientar e supervisionar as atividades que envolvem o processamento dos agravos de instrumento, assim como as relacionadas ao atendimento ao público;
- Receber e organizar os processos com interposição de agravo de instrumento;
- Receber, organizar e juntar aos autos as petições de agravo de instrumento;
- Revisar os processos para conclusão, certificando quando necessário, inclusive a respeito das guias (GRU e GFIP) com autenticação bancária problemática (baixa nitidez, ilegibilidade, sobreposição de texto ou código de barras, etc), com o objetivo de evitar o retardamento da tramitação eletrônica dos processos no Tribunal Superior do Trabalho;
- Expedir certidões narratórias.

Seção de Agravos de Instrumento

À Seção de Agravos de Instrumento coube o processamento dos agravos de instrumento, o que envolve as seguintes atividades:

- Encaminhar os processos com agravos de instrumento à Assessoria de Recurso de Revista, para despacho;
- Receber os processos despachados na Assessoria de Recurso de Revista, publicando de imediato os que apresentam também recurso de revista admitido e encaminhando os demais à Seção de Classificação e Autuação para autuação como agravo de instrumento (Resolução Administrativa nº 1418/2010, do TST);
- Receber e publicar os processos autuados como agravo de instrumento, advindos da Seção de Classificação e Autuação;
- Atualizar o cadastro de procuradores;
- Publicar despachos em geral, certificando nos autos;
- Expedir intimações;
- Expedir editais e cartas de ordem;
- Revisar e organizar os processos publicados, para futura disponibilização aos interessados;
- Receber, organizar, analisar e juntar petições.

Seção de Certidões e Conferências

À Seção de Certidões e Conferências, responsável também pelo atendimento ao público, coube as seguintes atividades:

- Registrar os pedidos de certidões, cópias e autenticações formulados verbalmente pelo público;
- Fornecer ao público certidões sobre lançamentos constantes no sistema eletrônico de acompanhamento processual, negativas/positivas, de valores devidos em precatórios, de atuação de advogados;
- Fornecer cópias autenticadas de acórdãos armazenados na Base de Acórdãos;
- Conferir e autenticar cópias apresentadas pelas partes, quando extraídas de processos que tramitam no TRT;
- Disponibilizar processos publicados pela Seção de Agravos de Instrumento, fornecendo a carga dos autos ou emprestando-os para extração de fotocópias;
- Calcular os emolumentos a cobrar no fornecimento de cópias, autenticações e certidões;
- Armazenar os comprovantes de recolhimento de emolumentos (GRU);
- Juntar petições;
- Revisar os processos com prazo vencido e remeter à Seção de Digitalização, certificando, quando necessário, inclusive a respeito das guias (GRU e GFIP) com autenticação bancária problemática (baixa nitidez, ilegibilidade, sobreposição de texto ou código de barras, etc.), com o objetivo de evitar o retardamento da tramitação eletrônica no Tribunal Superior do Trabalho.

A seguir, os dados numéricos relativos às atividades da Coordenadoria de Agravos e Certidões como um todo, incluindo o atendimento ao público e a movimentação processual.

ATENDIMENTO		
	2012	2013
Emolumentos recolhidos	R\$ 9.498,55	R\$ 9.062,90
Autenticações	7.189	2.929
Certidões expedidas	1.203	1.220
Cópias	485	41
Cópias autenticadas	955	299
Cargas e empréstimos	8.335	8.535

AGRAVOS DE INSTRUMENTO (AUTOS FÍSICOS)		
	2012	2013
Recebidos	16.475 agravos	19.114 agravos
Remetidos à origem (acordos, desistências, diligências)	41 processos	21 processos
Remetidos à Seção de Digitalização	14.342 processos	15.779 processos

AGRAVOS DE INSTRUMENTO (PJe)		
	2012	2013
Recebidos	-	08

OUTROS		
	2012	2013
Conclusões	16.052 processos	17.184 processos
Publicações de despacho e Intimações (postal, oficial de justiça, edital, carta de ordem)	17.528 processos	19.664 processos
Remessas à origem (recursos incabíveis)	8 processos	59 processos
Apensados (AIRO, CAUINOM, PET e AGR)	21 processos	37 processos

COORDENADORIA DE PRECATÓRIOS

A Coordenadoria de Precatórios desenvolveu as seguintes atividades durante o exercício de 2013:

- Análise dos processos recebidos e verificação das contas homologadas, para conferência com as decisões exaradas nos processos;
- Inserção de valores nas planilhas de cálculo do sistema de precatórios, com individualização de todos os credores e seus respectivos CPFs;
- Correção de valores, conforme diretrizes de cálculos do Provimento TRT4 nº 04/2008 (cabe ressaltar, acerca das correções nos valores históricos, o grande número de precatórios de responsabilidade do Grupo Hospitalar Conceição – GHC formalizados para requisição de inclusão no orçamento de 2014 e nos quais não foram observadas as diretrizes de cálculos de execução contra a Fazenda Pública);
- Expedição de ofícios às Varas do Trabalho, informando retificação de valores;

- Expedição de ofícios requisitórios às entidades executadas, determinando a inclusão na proposta orçamentária do valor requisitado para pagamento dos precatórios;
- Atualização de valores e expedição de guias para pagamento;
- Atualização de valores para fornecer certidão;
- Informações à Presidência sobre petições e ofícios apresentados pelas partes; cumprimento dos despachos proferidos pela Presidência do Tribunal;
- Informações sobre precatórios, requisições de pequeno valor e requisições de pagamento de honorários periciais, por telefone, por meio eletrônico (e-mail), no balcão e por ofício, às partes, aos procuradores, aos juízos de 1º Grau, ao Juízo Auxiliar de Conciliação e a outros órgãos;
- Repasse de recursos financeiros às unidades judiciárias dos valores devidos em precatórios e Requisição de Pequeno Valor da esfera federal;
- Pedidos financeiros e suplementações junto ao CSJT e administração das verbas para pagamento de precatórios e de Requisições de Pequeno Valor – RPVs da esfera federal;
- Relatórios de precatórios vencidos e vincendos, com atualização de valores, em atendimento de solicitação das entidades devedoras;
- Recebimento, análise e controle das Requisições de Pagamento de Honorários Periciais – RPHP, observados os termos do Provimento nº 12/2012;
- Devolução das RPHP irregulares às Varas do Trabalho de origem para correção e/ou complementação;
- Formação de expediente mensal para encaminhamento das requisições regulares ao Serviço de Orçamento e Finanças para os procedimentos necessários ao pagamento, conforme Provimento nº 12/2012;
- Complementação, na planilha que contém todas as Requisições de Pagamento Honorários Periciais – RPHP pagas, das informações acerca da data do arbitramento dos valores dos honorários periciais visando a contribuir com a apuração de diferença a ser paga a cada perito.

ATIVIDADE	QUANTIDADE
Precatórios recebidos	2.015
RPVs recebidas	335
Precatórios formalizados	1.929
RPVs formalizadas	311
Precatórios irregulares	10
Precatórios requisitados para 2013	1.821
Ofícios expedidos	1.270
Precatórios devolvidos à origem por pagamento	1.300
Petições/ofícios protocolizados juntados nos autos	2.855
Informações e conclusões à Presidência	40
Cargas concedidas	83
Requisições de Pequeno Valor pagas	273
Valor total pago dos PREs na esfera federal	R\$ 9.770.199,86
Valor total pago para RPVs federais	R\$ 9.118.458,54

Requisições de Honorários Periciais Regulares	13.630
Requisições de Honorários Periciais Irregulares	570
Valor total das RPHP regulares	R\$ 9.992.314,32

QUADRO COMPARATIVO DOS DADOS DE 2012 E 2013

ATIVIDADES	2012	2013	VARIAÇÃO PERCENTUAL
PRE recebidos	1.477	2.015	(+) 36,4252%
PRE formalizados	1.251	1.929	(+) 54,1966%
RPVs recebidas	256	335	(+) 30,8594%
RPVs formalizadas	241	311	(+) 29,0456%
PRE irregulares/cancelados	95	51	(-) 46,3158%
PRE requisitados	1.208	1.821	(+) 50,7450%
PRE devolvidos à origem por pagamento	384	1.300	(+) 338,5417%
Informações e conclusões à Presidência	61	40	(-) 34,4262%
Petições e ofícios juntados nos processos	1.196	2.855	(+) 138,7124%
Ofícios expedidos	1.139	1.270	(+) 11,5013%
Requisição de Pagamento de Honorários Periciais – RPHP recebidas	17.439	13.630	(-) 21,4364%
Requisição de Pagamento de Honorários Periciais – RPHP irregulares	846	570	(-) 32,6241%

Comparando-se os resultados relativos ao ano de 2013 com os de 2012, verifica-se que houve um acréscimo nos números de:

- Precatórios recebidos;
- Precatórios formalizados;
- Requisições de Pequeno Valor recebidas;
- Requisições de Pequeno Valor formalizadas;
- Precatórios requisitados;
- Precatórios devolvidos à origem por pagamento;
- Petições e ofícios juntados nos processos.
- Ofícios expedidos.

Seção de Perícias

A seguir, relatório estatístico correspondente ao trabalho efetuado pela Seção de Perícias durante o mês de dezembro de 2013.

MOVIMENTO DE PROCESSOS

Recebidos no mês	73
Laudos realizados	75
Informações e/ou diligências	07
Processos pendentes para o próximo mês	188

EXAMES PERICIAIS REALIZADOS

Documentoscópicos	802
Grafoscópicos	472
Datiloscópicos	0

Seção de Expedição

A seguir, o relatório estatístico da Seção de Expedição referente ao ano de 2013:

Notificações expedidas – TRT e 30 VTs (simples e remessa local)	199.004
Correspondência registrada expedida – TRT e 30 VTs	23.214
Malotes enviados para o Interior	15.360
Malotes enviados para o STJ	24
Malotes enviados para o TRT da 2ª Região/SP	48
Malotes enviados para o TST	137
Processos expedidos Interior	23.301
Processos expedidos às 30 Varas do Trabalho	14.059
Processos expedidos ao interior e às 30 Varas do Trabalho (REM2)	21.544
Processos expedidos para a Procuradoria	759

Seção de Digitalização

No ano de 2013, a Seção de Digitalização realizou as seguintes atividades:

- Recebimento de autos;
- Triagem, certidão;
- Digitalização dos autos;
- Conferência dos arquivos digitais;
- Remessa à Secretaria Processual de autos para diligência prévia;
- Remessa dos arquivos eletrônicos ao TST (via Gabinete Virtual/e-remessa);
- Envio e devolução de autos físicos à Origem.

Em relação aos dados extraídos do Sistema Nova Jus4, tem-se os seguintes dados, relativamente ao período de 07.01.2013 a 19.12.2013:

- REM2 (à Seção de Digitalização): 23.750 autos;
- RETS (remessa eletrônica ao TST): 20.874 autos.

Em relação ao total de páginas digitalizadas pela Seção, concluiu-se o ano com 22.269.886 páginas digitalizadas (frente e verso dos originais).

O serviço de digitalização dos autos é terceirizado, conforme contrato TRT nº 61/2011 com a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos – Feneis. O serviço é prestado por uma intérprete e 18 digitalizadores de acordo com o Aditivo nº 61/2011-03.

A Seção de Digitalização conta, também, com seis servidores do quadro do TRT4 e conta com um estagiário do curso de Direito desde novembro de 2013.

Seção de Cálculos Trabalhistas

No ano de 2013, foram realizadas as seguintes atividades:

- Liquidação de sentenças enviadas à Seção pelo Gabinete Extraordinário, e, excepcionalmente, por magistrados;
- Suporte à elaboração de acórdãos líquidos;
- Elaboração e divulgação dos índices e das bases de valores utilizados na Justiça do Trabalho (FACDT, IGPM, INPC, IPCA, IPCA-E, JAM, SELIC, UPF, URE, Salário Mínimo), alguns transformados por fórmulas específicas em fatores para atualização e correção monetária dos valores;
- Lançamentos dos índices *pro-rata-die* nos sistemas InFor e PRECAT e replicação para todas as unidades do TRT;
- Apoio e suporte para usuários das Varas do Trabalho na certidão de cálculos do Sistema InFor;
- Instrutoria de cursos do Sistema JurisCalc, compreendendo a elaboração de manuais, de apostilas e exercícios práticos adequados a cada carga horária e tipo de curso;
- Atendimento aos magistrados e servidores das Varas do Interior e da Capital dando o suporte necessário à realização dos cálculos nas unidades;
- Conferência de cálculos;
- Pesquisa de atualizações legislativas;
- Arquivamento e controle de documentos;
- Atendimento aos contatos efetuados no *site* do TRT4 direcionados à Seção de Cálculos Trabalhistas;
- Testes no projeto do sistema PJe-Calc em colaboração com os gestores do sistema E-Calc do TST, com o objetivo de unificar as ferramentas de cálculos na Justiça do Trabalho;
- Elaboração mensal da planilha de Dissídios Coletivos destinada ao Tribunal Pleno.

DIRETORIA-GERAL

No âmbito de atuação da Diretoria-Geral, o ano de 2013 foi marcado por ações contínuas, objetivando a ampliação, a modernização e a adequação estrutural das condições materiais do Tribunal, perseguindo-se o nível de excelência na prestação jurisdicional.

Na área de Material e Logística, foram efetivadas diversas ações voltadas à continuidade do processo de modernização do mobiliário, conforme padrão instituído pela Resolução nº 54/2008, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho – CSJT, visando à melhoria das condições laborais nos ambientes de trabalho nas diversas unidades. Merecem destaque as ações de gestão de alguns serviços contratados, dentre os quais o transporte de cargas comuns e de mobiliário para as diversas unidades do Tribunal, o fornecimento de bilhetes de passagens aéreas, o fornecimento de água mineral para todas as unidades do TRT e de *coffee breaks* para os cursos de capacitação e treinamentos promovidos pela Secretaria de Gestão de Pessoas e pela Escola Judicial, bem como para eventos diversos (congressos, seminários, palestras) promovidos pelo Tribunal.

Na área de Licitações e Contratos, salienta-se a preponderância das contratações decorrentes de pregões eletrônicos. Em 2013, o pregão eletrônico foi responsável pela aplicação de recursos na ordem de 34,43 milhões de reais, aproximadamente 57,68% do total de valores decorrentes das licitações do Tribunal. Ressalta-se, também, a redução do prazo médio das contratações por meio de pregão eletrônico, de 62,43 dias em 2012 para 55,53 dias em 2013. Destaca-se, ainda, a crescente utilização do Sistema de Registro de Preços, por intermédio do qual é possível ao Tribunal realizar contratações em decorrência de licitações realizadas por outros Órgãos. No exercício de 2013, o Sistema de Registro de Preços possibilitou a aplicação de recursos orçamentários na ordem de R\$12,80 milhões, sendo 59,95% desse valor mediante utilização de Atas de Registro de Preços de outros Órgãos.

Na área de Engenharia e Arquitetura, destacaram-se as ações voltadas à elaboração de projetos, orçamentos e especificações técnicas para execução de serviços especializados de adaptação, ampliação, reforma, alteração de *layout* e construção de prédios no Interior e na Capital do Estado, merecendo ênfase as seguintes ações: término dos serviços complementares para a conclusão do Prédio Administrativo; construção do reservado dos magistrados e autoridades junto ao Plenário; conclusão das adequações da nova sede da Vara de Frederico Westphalen; fiscalização das obras para as novas instalações dos Postos Avançados de Capão da Canoa e Tramandaí e da Vara do Trabalho de Torres; reformas para melhoria da acessibilidade (Gramado, Caxias do Sul, Farroupilha e Vacaria); reformas para melhorias estruturais e funcionais (Novo Hamburgo, Cachoeirinha, Bento Gonçalves e Porto Alegre); reforma do saguão do Prédio I do Foro Trabalhista de Porto Alegre (para implantação da Central de Atendimento ao Público) e do saguão do prédio-sede do TRT; adequação das instalações de prevenção contra incêndio (PPCIs) no prédio-sede e nos Foros Trabalhistas de Cachoeira do Sul e Cachoeirinha; ampliação do gabinete do Juiz da Vara de Alvorada; elaboração de anteprojeto para os novos prédios de Alegrete e Arroio Grande; troca do piso vinílico e adequação da rampa de acesso principal do Foro Trabalhista de Bento Gonçalves; adequação de espaço da OAB para gabinete do Juiz da 5ª Vara de Canoas; contratação e fiscalização da elaboração de PPCI na unidade de Carazinho; estudo de layout para a 5ª Vara do Trabalho de Caxias do Sul e reforma na sala de perícias; projeto em andamento para reformas gerais (calçada, pintura, fossa, rede pública) no Foro de Estância Velha; projeto de novo *layout* para instalação da 2ª Vara de Estrela e readequação dos projetos do novo Foro Trabalhista de Estrela; reforma do saguão do Prédio I e colocação de divisórias e móveis no Prédio III, ambos do Foro Trabalhista de Porto Alegre; adequação das divisórias do prédio do

Memorial, reorganização de diversas unidades dos Prédios I e II, realização de adequações na sala de conciliação no 6º pavimento do Prédio I do Foro Trabalhista de Porto Alegre; contratação dos serviços de adequação de acessibilidade do Foro Trabalhista de Gramado; elaboração das peças técnicas para ampliação do Foro Trabalhista de Gravataí; elaboração de projetos básico, executivo e complementares – construção do Foro Trabalhista de Novo Hamburgo; elaboração de anteprojeto para o novo prédio de Lagoa Vermelha; fiscalização e adequação de imóvel de investidor para instalação de uma Vara em Nova Prata e contratação de gradil e cerca elétrica; adequação do prédio locado para instalação do Posto de Panambi; fiscalização da Fase II do Prédio Administrativo; projeto e fiscalização dos estandes da Feira do Livro de Porto Alegre e Expointer; reforma do saguão do prédio-sede; *retrofit* do subsolo, 6º e 11º pavimentos (piso, forros, paredes e sanitários) do Prédio-Sede; elaboração de anteprojeto para o novo prédio de Triunfo; contratação e fiscalização de georreferenciamento para o novo prédio de Uruguaiana; e avaliação de terrenos para doação para construção do novo Foro de Vacaria.

Na área de Apoio Administrativo, a Coordenadoria de Segurança Institucional, responsável pela coordenação das unidades a ela subordinadas (Setor de Operações, Setor de Inteligência e Tecnologia, Setor de Segurança Especializada, Setor de Segurança do Foro Trabalhista de Porto Alegre, Seção de Transportes e Seção de Manutenção de Viaturas) planejou e organizou as demandas ligadas à segurança pessoal e patrimonial, estabelecendo diretrizes, métodos e critérios para a execução dos serviços. Dentre as atividades desempenhadas pelo Setor de Inteligência e Tecnologia, destacaram-se o monitoramento por CFTV do prédio-sede e Plenário do TRT, bem como dos estandes do Tribunal na Feira do Livro de Porto Alegre e na Expointer; o monitoramento por CFTV remoto dos prédios do Arquivo e do Memorial, do Depósito Centralizado, do depósito da Seção de Cadastro de Bens e Seção de Almoxarifado, assim como de diversas unidades judiciais do interior do Estado. Destacaram-se, ainda, o monitoramento de alarmes de intrusão em 7 (sete) unidades administrativas e 62 (sessenta e duas) unidades judiciais monitoradas 24 horas por dia, 7 dias por semana, bem como a instalação e substituição de sistemas de alarme de intrusão em diversos Foros Trabalhistas do interior do Estado. Importante referir, ainda, a instalação e configuração dos sistemas de CFTV em diversos prédios, bem como a instalação e manutenção corretiva e preventiva de equipamentos e a instalação de portal detector de metais em unidades judiciais, totalizando 52 equipamentos instalados.

Na área de Gestão de Pessoas, destacaram-se o Programa de Ambientação – INTEGRAR-TE, destinado a servidores recém-ingressos no quadro de pessoal do Tribunal. O programa tem por objetivo proporcionar formação inicial aos novos servidores, sensibilizando-os para o cumprimento da missão e visão previstos no Plano Estratégico, bem como incentivando-os na prática dos valores institucionais. Busca, ainda, contribuir para a qualificação dos servidores ingressantes para a efetividade e qualidade dos serviços prestados aos cidadãos. Além disso, tem como conteúdo informações sobre a estrutura organizacional e a cultura da Instituição, além de treinamento técnico básico para o desempenho das atribuições nas diferentes unidades, abrangendo o fluxo do processo trabalhista e as principais atividades desenvolvidas nas Varas do Trabalho. Merece registro, também, que o número de servidores que participaram de ações de capacitação presenciais totalizou 5.188 (considerando mais de uma participação por servidor), bem como que o número total de horas de treinamento na modalidade presencial foi de 53.573,5 (10,33 horas/servidor), ao passo que, na modalidade à distância, foi de 139.903 (22,88 horas/servidor). Incumbiu, ainda, à referida área, o controle das entregas de autorização de acesso dos dados de Bens e Rendas das Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física e das respectivas retificações apresentadas à Receita Federal do Brasil, com posterior comunicação ao Tribunal de Contas da União; a implementação do estabelecido na Resolução CNJ nº 156/2012, em especial na parte que trata do cadastramento dos atuais ocupantes dos cargos em comissão ou função comissionada; a administração do

programa de estágios para estudantes (1 processo seletivo realizado), que teve média mensal de 135 estudantes; a administração dos atos referentes ao ingresso e desligamento de servidores (147 novos servidores e 67 desligamentos – vacâncias e exonerações); e a divulgação, na página eletrônica do TRT, dos dados referentes aos concursos públicos e aos concursos internos de remoção.

Como consequência das rotinas de trabalho e dos fluxos de processos apresentados pelas unidades administrativas, durante o 16º Encontro Anual de Gestores do Tribunal, que ocorreu de 9 a 11 de outubro de 2013, foi dado início a um projeto, no âmbito da Diretoria-Geral, intitulado Redesenhando Rotinas, Reduzindo Tempos de Resposta, diretamente ligado ao processo Eficiência Operacional, do Plano Estratégico do Tribunal, com o objetivo de, por meio de uma prática mais simples, definir uma lógica de melhoria e racionalização do trâmite dos processos administrativos, a partir da análise do tempo decorrido entre a autuação e o encerramento dos referidos processos. O projeto teve início em novembro de 2013, com a realização de reuniões com todos os gestores das Secretarias vinculadas à Diretoria-Geral, e deve se estender até meados do ano de 2014.

Para finalizar, atendendo ao disposto no art. 39, XXVII, do Regimento Interno do Tribunal, apresenta-se o quadro demonstrativo da execução orçamentária do exercício do ano de 2013.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2013

AÇÃO	DOTAÇÃO	EMPENHADO	EMP/DOT
GND 1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.117.174.401,00	1.116.397.180,04	99,9%
PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO DA UNIÃO NACIONAL	626.210.067,00	626.210.067,00	100,0%
3190 11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	580.643.089,22	580.643.089,22	100,0%
3190 16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	2.954.255,34	2.954.255,34	100,0%
3190 92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	42.539.322,28	42.539.322,28	100,0%
3191 13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS - OPERAÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	73.400,16	73.400,16	100,0%
CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA	111.429.330,00	111.429.330,00	100,00%
3191 13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS - OPERAÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	111.429.330,00	111.429.330,00	100,0%
PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES - SERVIDORES CIVIS	359.169.328,00	359.169.328,00	100,0%
3190 01 APOSENTADORIAS E REFORMAS	248.958.752,57	248.958.752,57	100,0%
3190 03 PENSÕES	65.188.748,39	65.188.748,39	100,0%
3190 91 SENTENÇAS JUDICIAIS	831.010,92	831.010,92	100,0%
3190 92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	44.190.816,12	44.190.816,12	100,0%
CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL (PRECATÓRIOS)	11.245.676,00	10.469.996,50	93,1%
3190 00 APLICAÇÕES DIRETAS - PESSOAL	775.679,50	0,00	0,0%
3190 91 SENTENÇAS JUDICIAIS	10.469.996,50	10.469.996,50	100,0%
CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL DE PEQUENO VALOR (PRECATÓRIOS)	9.120.000,00	9.118.458,54	99,9%
3190 00 APLICAÇÕES DIRETAS - PESSOAL	1.541,46	0,00	0,0%
3190 91 SENTENÇAS JUDICIAIS	9.118.458,54	9.118.458,54	100,0%
GND 3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	148.036.099,05	148.036.099,05	100,0%
APRECIAÇÃO DE CAUSAS NA JUSTIÇA DO TRABALHO	59.313.643,00	59.313.643,00	100,0%
3390 08 OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	461.015,32	461.015,32	100,0%
3390 14 DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	1.329.948,63	1.329.948,63	100,0%
3390 30 MATERIAL DE CONSUMO	4.480.197,77	4.480.197,77	100,0%
3390 33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	336.140,80	336.140,80	100,0%
3390 35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	77.690,69	77.690,69	100,0%
3390 36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PF	1.705.571,94	1.705.571,94	100,0%
3390 37 LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	17.080.434,64	17.080.434,64	100,0%
3390 39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ	23.813.972,18	23.813.972,18	100,0%
3390 47 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	136.664,19	136.664,19	100,0%
3390 92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.681.984,28	2.681.984,28	100,0%
3390 93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	5.596.619,30	5.596.619,30	100,0%
3391 39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ	522,00	522,00	100,0%
3391 47 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1.612.881,26	1.612.881,26	100,0%
CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	2.656.500,00	2.656.500,00	100,0%
3390 14 DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	841.083,72	841.083,72	100,0%
3390 30 MATERIAL DE CONSUMO	848,00	848,00	100,0%
3390 33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	219.127,87	219.127,87	100,0%
3390 35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	4.215,00	4.215,00	100,0%
3390 36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PF	549.090,27	549.090,27	100,0%
3390 39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ	815.978,81	815.978,81	100,0%
3390 92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	74.783,69	74.783,69	100,0%
3390 93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	136.787,64	136.787,64	100,0%
3391 39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ	14.585,00	14.585,00	100,0%
CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL (PRECATÓRIOS)	38.065,00	38.065,00	100,0%
3390 91 SENTENÇAS JUDICIAIS	38.065,00	38.065,00	100,0%
ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA	18.219.055,00	18.219.055,00	100,0%
3390 39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ	18.219.055,00	18.219.055,00	100,0%

AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	32.505.145,00	32.505.145,00	100,0%
3390 46 AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	31.574.185,76	31.574.185,76	100,0%
3390 92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	930.959,24	930.959,24	100,0%
AUXÍLIO-TRANSPORTE	659.000,00	659.000,00	100,0%
3390 49 AUXÍLIO TRANSPORTE	659.000,00	659.000,00	100,0%
ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR	4.306.455,00	4.306.455,00	100,0%
3390 08 OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	4.306.455,00	4.306.455,00	100,0%
COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL	400.000,00	400.000,00	100,0%
3390 30 MATERIAL DE CONSUMO	8.000,00	8.000,00	100,0%
3390 39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ	152.595,00	152.595,00	100,0%
3391 39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ	111.806,80	111.806,80	100,0%
3391 92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	127.598,20	127.598,20	100,0%
ASSISTÊNCIA JURÍDICA A PESSOAS CARENTES	27.161.923,00	27.161.923,00	100,0%
3390 36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PF	22.401.796,92	22.401.796,92	100,0%
3390 39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ	335.077,02	335.077,02	100,0%
3391 47 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	4.425.049,06	4.425.049,06	100,0%
IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO (e-JUS)	356.570,89	356.570,89	100,0%
3390 14 DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	170.016,00	170.016,00	100,0%
3390 33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	186.554,89	186.554,89	100,0%
MANUTENÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO (e-JUS)	812.496,29	812.496,29	100,0%
3390 39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ	812.496,29	812.496,29	100,0%
MODERNIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES FÍSICAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO	1.316.340,47	1.316.340,47	100,0%
3390 39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ	1.316.340,47	1.316.340,47	100,0%
FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS	290.905,40	290.905,40	100,0%
3390 14 DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	259.086,30	259.086,30	100,0%
3390 33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	27.419,10	27.419,10	100,0%
3390 92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	4.400,00	4.400,00	100,0%
AÇÃO	DOTAÇÃO	EMPENHADO EMP/DOT	
GND 4 - INVESTIMENTOS	30.237.392,62	27.485.615,61	90,9%
APRECIACÃO DE CAUSAS NA JUSTIÇA DO TRABALHO	8.532.215,70	8.532.200,15	99,9%
4490 00 APLICAÇÕES DIRETAS - INVESTIMENTOS	15,55	0,00	0,0%
4490 39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.759.943,45	1.759.943,45	100,0%
4490 52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	6.772.256,70	6.772.256,70	100,0%
IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO (e-JUS)	6.426.535,00	6.426.535,00	100,0%
4490 39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	823.700,00	823.700,00	100,0%
4490 52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.602.835,00	5.602.835,00	100,0%
MODERNIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES FÍSICAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO	4.120.643,92	4.120.642,31	99,9%
4490 00 APLICAÇÕES DIRETAS - INVESTIMENTOS	1,61	0,00	0,0%
4490 51 OBRAS E INSTALAÇÕES	23.650,00	23.650,00	100,0%
4490 52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	4.096.992,31	4.096.992,31	100,0%
GESTÃO DOCUMENTAL	147.232,00	147.040,58	99,9%
4490 00 APLICAÇÕES DIRETAS - INVESTIMENTOS	191,42	0,00	0,0%
4490 52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	147.040,58	147.040,58	100,0%
MANUTENÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO (e-JUS)	156.604,00	156.604,00	100,0%
4490 52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	156.604,00	156.604,00	100,0%
CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO DE APOIO AO TRT DA 4ª REGIÃO EM PORTO ALEGRE	1.751.875,00	302.455,75	17,3%
4490 00 APLICAÇÕES DIRETAS - INVESTIMENTOS	1.449.419,25	0,00	0,0%
4490 51 OBRAS E INSTALAÇÕES	302.455,75	302.455,75	100,0%
CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA VT DE PALMEIRA DAS MISSÕES	685.341,00	583.193,61	85,1%
4490 00 APLICAÇÕES DIRETAS - INVESTIMENTOS	102.147,39	0,00	0,0%
4490 51 OBRAS E INSTALAÇÕES	181.097,81	181.097,81	100,0%
4490 51 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	402.095,80	402.095,80	100,0%
CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DO FÓRUM DE URUGUAIANA	854.255,00	854.255,00	100,0%
4490 51 OBRAS E INSTALAÇÕES	854.255,00	854.255,00	100,0%
CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA VARA DE SANTO ÂNGELO	3.181,00	3.180,84	99,9%
4490 00 APLICAÇÕES DIRETAS - INVESTIMENTOS	0,16	0,00	0,0%
4490 51 OBRAS E INSTALAÇÕES	3.180,84	3.180,84	100,0%
CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DO FÓRUM DE ERECHIM	2.500.000,00	2.500.000,00	100,0%
4490 00 APLICAÇÕES DIRETAS - INVESTIMENTOS	2.500.000,00	2.500.000,00	100,0%
CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA VARA DE VIAMÃO	25.388,00	25.387,89	99,9%
4490 00 APLICAÇÕES DIRETAS - INVESTIMENTOS	0,11	0,00	0,0%
4490 51 OBRAS E INSTALAÇÕES	25.387,89	25.387,89	100,0%
CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DO FÓRUM DE ESTRELA	850.000,00	850.000,00	100,0%
4490 51 OBRAS E INSTALAÇÕES	850.000,00	850.000,00	100,0%
CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO ANEXO AO FÓRUM DE SÃO LEOPOLDO	2.672.922,00	2.672.922,00	100,0%
4490 51 OBRAS E INSTALAÇÕES	2.672.922,00	2.672.922,00	100,0%

CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO ANEXO AO FÓRUM DE RIO GRANDE		5.628,00	5.627,96	99,9%
4490 00	APLICAÇÕES DIRETAS - INVESTIMENTOS	0,04	0,00	0,0%
4490 51	OBRAS E INSTALAÇÕES	5.627,96	5.627,96	100,0%
CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO ANEXO AO FÓRUM DE ESTEIO		391,00	390,19	99,8%
4490 00	APLICAÇÕES DIRETAS - INVESTIMENTOS	0,81	0,00	0,0%
4490 51	OBRAS E INSTALAÇÕES	390,19	390,19	100,0%
CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DO FÓRUM DE NOVO HAMBURGO		291.181,00	291.180,33	99,9%
4490 00	APLICAÇÕES DIRETAS - INVESTIMENTOS	0,67	0,00	0,0%
4490 51	OBRAS E INSTALAÇÕES	291.180,33	291.180,33	100,0%
AMPLIAÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DO FÓRUM DE LAJEADO		14.000,00	14.000,00	100,0%
4490 51	OBRAS E INSTALAÇÕES	14.000,00	14.000,00	100,0%
CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA VARA DE ALEGRETE		400.000,00	0,00	0,0%
4490 00	APLICAÇÕES DIRETAS - INVESTIMENTOS	400.000,00	0,00	0,0%
CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA VARA DE ARROIO GRANDE		400.000,00	0,00	0,0%
4490 00	APLICAÇÕES DIRETAS - INVESTIMENTOS	400.000,00	0,00	0,0%
CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DO FÓRUM DE VACARIA		400.000,00	0,00	0,0%
4490 00	APLICAÇÕES DIRETAS - INVESTIMENTOS	400.000,00	0,00	0,0%
TOTAL		1.295.447.892,67	1.291.918.894,70	99,7%

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Incumbe à Secretaria de Administração, em conformidade com as diretrizes da Diretoria-Geral, planejar, coordenar e controlar as atividades das áreas de Planejamento, Material e Logística, Licitações e Contratos e Contabilidade, além da responsabilidade pela Ordenação da Despesa, a fim de concretizar as metas e os objetivos traçados pela Administração do Tribunal.

COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

A Coordenadoria de Contabilidade é composta pela Seção de Tomada de Contas e Balancetes, Seção de Liquidação e pela Seção de Apoio à Fiscalização de Contratos e, no ano de 2013, realizou o controle e a análise dos registros da execução orçamentária, financeira e patrimonial lançados no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi, visando à Conformidade Contábil (certificação dos demonstrativos contábeis).

Com apoio da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações, buscou a maior integração entre os sistemas corporativos e o Siafi, aprimorando e expandindo o compartilhamento de arquivos pelo processo batch, bem como melhorias nesses sistemas para otimização das rotinas realizadas pela Coordenadoria e outras áreas do Tribunal.

Em 2013, foram criados procedimentos contábeis necessários à implementação da nova Contabilidade Pública Aplicada ao Setor Público – CPASP, prevista para o ano de 2014.

Seção de Tomada de Contas e Balancetes

A Seção de Tomada de Contas e Balancetes realizou as seguintes atividades no exercício de 2013:

- Análise e lançamento no Siafi de despesas realizadas por meio de Suprimento de Fundos pela utilização exclusiva do Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF;
- Publicação bimestral na Internet (Contas Públicas) do quadro de despesa pelos Suprimentos de Fundos, conforme exigência do art. 12 do Ato CSJT.GP.SE nº 8/2009;
- Controle complementar do limite de despesas realizadas por meio de saque com o CPGF (de até 30%, segundo a Resolução nº 49/2008 do CSJT), com prioridade para a utilização da modalidade fatura, tendo sido sacados R\$ 6.596,27 no exercício de 2013 (14,11% do total das despesas com Suprimento de Fundos);
- Organização e guarda de documentação e processos comprobatórios da execução orçamentária, financeira e patrimonial conforme prazos determinados pelo TCU;
- Análise e encerramento dos processos de pagamento dos anos de 2009 a 2011;
- Inclusão de informações no Siafi pertinentes ao Rol de Responsáveis;
- Análise dos processos de desfazimento de bens, com a verificação das relações de bens, termos e classificações, efetuando-se o registro da baixa de bens móveis no SIAFI, totalizando, em 2013, 335 termos de desfazimento;
- Acompanhamento mensal do Relatório de Movimentação de Almoxarifado (RMA) pela análise e confronto das informações geradas pelo sistema Almoxarifado com as apropriações da despesa, e registros contábeis, no sistema Siafi, dos recebimentos e das saídas de materiais de consumo;
- Acompanhamento mensal do Relatório de Movimentação de Bens Móveis (RMB), pela análise e confronto das informações geradas pelo sistema Patrimônio com as apropriações da despesa, e registros contábeis, no sistema Siafi, das aquisições de bens móveis (entradas) e dos desfazimentos de bens (saídas);
- Cálculo dos valores referentes à depreciação dos bens móveis do Tribunal, representados pela redução do valor dos bens pelo desgaste ou pela perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência, e o consequente registro no Siafi, de acordo com a Macrofunção 02.03.30 da STN, totalizando o montante de R\$ 15.919.696,02 no final do exercício;
- Reconhecimento dos ativos intangíveis, bem como a mensuração e contabilização da amortização e das perdas de tais ativos, totalizando R\$ 1.081.426,82;
- Conferência e apropriação das despesas antecipadas, mediante controles auxiliares, com as Informações relativas aos valores pagos e às parcelas a serem apropriadas;
- Inscrição e baixa de dívida ativa, conforme o Manual Siafi 02.11.12 e o Manual de Procedimentos da Dívida Ativa, aprovado pela Portaria STN nº 564, de 27.10.2004;
- Controle e registro contábil no Siafi das garantias prestadas nas modalidades de Fiança Bancária, Seguro Garantia ou Caução, bem como atualização das cauções por meio de solicitação mensal dos valores atualizados à Caixa Econômica Federal (CEF);
- Certificação “sem restrições”, pela Conformidade de Registros de Gestão, da regularidade dos atos e fatos de execução orçamentária, financeira e patrimonial incluídos no Siafi e da existência de documentos hábeis que comprovaram tais operações;
- Acompanhamento da avaliação dos bens móveis de acordo com o cronograma da macrofunção 02.03.30 da STN;
- Análise de dados e elaboração de informações para atender às solicitações do CSJT e TCU;
- Acompanhamento do registro dos imóveis, por meio do Sistema de Patrimônio da União – Spiunet;

- Colaboração com a Coordenadoria de Planejamento – Coordplan na organização dos processos de Tomada e de Prestação de Contas dos atos e fatos da gestão do exercício anterior;
- Elaboração do Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e Demonstrativo de Restos a Pagar para compor o Relatório de Gestão Fiscal – 3º quadrimestre/2013;
- Registro no Siafi das liquidações pagas por convênio com os bancos, conforme orientação da Dicont/TST, na mensagem Siafi 2009/0110520;
- Análise das despesas com diárias e passagens, por meio da verificação do registro no SIAFI e controle, de forma a distinguir nas contas de escrituração os valores pagos a servidores, membros de poder e a colaboradores eventuais, conforme orientação do STJ – Nota de Auditoria/TST nº 24/2009;
- Conciliação das contas de contratos de aluguéis, bens e serviços, por meio da análise dos pagamentos de despesas e de controles auxiliares;
- Registro no Siafi dos valores referentes a precatórios de acordo com o Processo Administrativo nº 0000240-36.2012.5.04.0000;
- Análise dos processos de folhas de pagamento de pessoal, folhas de pagamento de aluguéis e portarias de atribuição de diárias;
- Análise dos eventos gerados pela Seção de Liquidação, por meio do registro no Siafi das Notas de Sistema, GPS para recolhimento de contribuição previdenciária, DARF para recolhimento total de impostos e contribuições federais, DAR para recolhimento de ISS à(s) prefeitura(s) municipal(is) e GRU para pagamento a órgãos públicos federais, totalizando, em 2013, 5.128 processos de liquidação.

Seção de Apoio à Fiscalização de Contratos

A Seção de Apoio à Fiscalização de Contratos realizou as seguintes atividades no exercício de 2013:

- Análise da documentação GFIP/Sefip, de documentos de arrecadação das obrigações previdenciárias (GPS e GRF), folhas de pagamento e seus respectivos comprovantes, referentes a 31 contratos;
- Disponibilização de documentos requeridos pela Advocacia-Geral da União (AGU), fornecendo, entre outros, os comprovantes de recolhimento do FGTS e relação Sefip, além de esclarecimentos úteis, totalizando o atendimento de 42 reclamações trabalhistas;
- Inclusão, no Sistema Compras, de informações de 1.659 certidões de regularidade fiscal e previdenciária, e de 704 certidões de regularidade com as obrigações trabalhistas dos fornecedores do Tribunal;
- Informações às Varas do Trabalho, no momento do pagamento da despesa, sobre créditos disponíveis para penhora, quando verificada Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas;
- Assessoramento aos fiscais de contratos nas questões relativas à GFIP/Sefip;
- Apoio à Seção de Liquidação, com a emissão de 883 guias para o recolhimento de ISSQN de diversos municípios;
- Apoio à Seção de Contratos, com o lançamento de 125 contratos e 127 termos aditivos no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais, módulo Sicon.

Seção de Liquidação

A Seção de Liquidação executou, no decorrer do exercício de 2013, a liquidação das despesas de custeio e de capital, exceto folha de pagamento e suprimento de fundos. Essa atividade envolveu os procedimentos a seguir:

- Exame dos processos eletrônicos recebidos de outras áreas do TRT, protocolo dos documentos fiscais neles contidos e distribuição dos processos entre os servidores da Seção de Liquidação;
- Conferência do documento fiscal quanto aos dados do fornecedor e quanto à descrição do serviço e/ou material especificados no empenho e em planilha de medição, dentre outros;
- Identificação e análise do atestado de prestação do serviço ou da Nota de Entrada, quando for material;
- Análise da despesa para enquadramento na legislação fiscal e identificação dos impostos e contribuições que devem ser retidos na fonte, sendo que, em 2013, foram implementadas as medidas necessárias para o recolhimento de ISSQN em todos os municípios onde há unidades judiciárias, totalizando a retenção para 40 novos municípios;
- Identificação, conferência e análise dos documentos acessórios exigíveis para a liquidação, tais como declaração de opção pelo “Simples”, declaração de entidade sem fins lucrativos, declaração de isenção de impostos municipais, comprovação de recolhimento de INSS sobre o teto da previdência, declaração de não incidência de INSS, GFIP, GPS e GRF de empresas que prestam serviços continuados mediante cessão de mão de obra;
- Preenchimento de formulário eletrônico no sistema Compras, com resumo das informações necessárias à liquidação, que incluem dados do fornecedor, da nota de empenho, do documento fiscal entregue pelo fornecedor e das retenções cabíveis;
- Geração e transferência de arquivo para o Siafi, contendo os dados relativos às liquidações a serem realizadas no dia posterior;
- Conferência e ajuste, no Siafi, das informações contidas no arquivo gerado no dia anterior, o que envolve a complementação de informações e eventualmente o preenchimento de diferentes formulários eletrônicos, que podem incluir a Ordem Bancária, DARF para recolhimento total de impostos e contribuições federais, GPS para recolhimento de contribuição previdenciária e DAR para recolhimento de ISS à(s) prefeitura(s) municipal(is);
- Elaboração de planilhas de despesas com fornecimento de energia elétrica, fornecimento de água e coleta de esgoto e encaminhamento dessas planilhas ao fornecedor, como forma de garantir a quitação do débito;
- Acompanhamento de repactuações e aditivos a contratos, envolvendo construção e reformas e elaboração de planilha de controle de saldos dos empenhos e dos contratos, especificando valores de material e mão de obra e discriminando verbas de orçamento e de convênios;
- Acompanhamento de prazos de validade, repactuações e aditivos a contratos de prestação de serviços continuados, tais como vigilância, limpeza, manutenção de elevadores, movimentação de carga, movimentação de documentos e processos, lavagem de veículos, digitalização de processos, manutenção elétrica, manutenção de aparelhos condicionadores de ar, telefonia fixa, telefonia móvel, manutenção de equipamentos de informática, suporte técnico, manutenção de central telefônica, serviços postais e outros. Essas atividades acessórias conferem à Seção de Liquidação

responsabilidade de controle da execução da despesa, o que contribui para reduzir a incidência de equívocos quanto aos prazos contratuais e aos valores a serem pagos ao fornecedor;

- Recebimento, organização e conferência de comprovantes de postagem e relatórios de despesas postais recebidos das unidades judiciárias do interior do Estado.

Dados estatísticos referentes ao exercício de 2013:

Documentos fiscais recebidos	10.123
Processos de liquidação	5.128
Valores liquidados	R\$ 115.392.250,57

COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO

As atividades desenvolvidas pela Coordenadoria de Planejamento em 2013 foram:

- Acompanhamento da execução orçamentária de “outras despesas correntes e de capital”;
- Elaboração de projeções e demonstrativos para auxiliar na elaboração da Proposta Orçamentária de 2014 e nos pedidos de suplementação no exercício de 2013;
- Elaboração do Relatório de Gestão 2012, para encaminhamento ao TCU.

A Coordenadoria de Planejamento é composta pela Seção de Controle Orçamentário, pela Seção de Empenhos e pela Seção de Proposições e Análise.

Seção de Controle Orçamentário

As atividades desenvolvidas pela Seção de Controle Orçamentário em 2013 foram:

- Acompanhamento diário do saldo orçamentário;
- Elaboração do Demonstrativo de Impacto Orçamentário das despesas, em atendimento à Lei de Responsabilidade Fiscal;
- Acompanhamento do recebimento dos sub-repasses financeiros nas ações orçamentárias de atividades, observando a utilização correta das respectivas fontes de receita;
- Publicação dos dados orçamentários na página de Transparência do *site* do TRT4 e na página do CNJ.

Seção de Empenhos

No decorrer de 2013, a Seção de Empenhos realizou:

- Análise do preenchimento do empenho, classificação da despesa, referência da dispensa e consulta ao credor no Siafi (CADIN), cadastrando quando necessário;

- Emissão das notas de empenho no Sistema Siafi, relativas às contratações ou aquisições realizadas pelo Tribunal;
- Lançamento dos valores relativos a contratos no Siafi, por intermédio de notas de lançamento;
- Encaminhamento dos empenhos (recibo) às empresas contratadas e às áreas interessadas nas contratações;
- Cobrança da aceitação do empenho junto às empresas contratadas, para contagem de prazo para a entrega do material ou conclusão do serviço;
- Registro dos empenhos no Banco de Compras e controle desses saldos;
- Informações às áreas requisitantes do TRT dos dados das contratadas (razão social, telefone e pessoa de contato), a fim de que as unidades interessadas possam acompanhar a execução das respectivas solicitações.

Saliente-se que, no exercício de 2013, como em anos anteriores, coube à Seção de Empenhos atuar em conjunto com as demais áreas para o sucesso e otimização da execução do orçamento disponível.

QUADRO DE EMPENHOS EMITIDOS EM 2013		
MÊS	EMPENHOS EMITIDOS	%
Janeiro	478	11,17%
Fevereiro	326	7,62%
Março	399	9,33%
Abril	483	11,29%
Maio	348	8,13%
Junho	238	5,56%
Julho	306	7,15%
Agosto	231	5,40%
Setembro	227	5,31%
Outubro	256	5,98%
Novembro	331	7,74%
Dezembro	655	15,31%
Total	4.278	100,00%

Seção de Proposições e Análise

A Seção de Proposições e Análise executou, no decorrer do exercício de 2013, as seguintes atividades:

- Autuação de processos administrativos referentes à aquisição de bens e de contratação de prestação de serviços diversos;
- Elaboração das proposições para compra de material de consumo, material permanente e prestação de serviços diversos;

- Consulta aos preços de mercado e de aquisições realizadas por outros órgãos públicos, objetivando a elaboração dos termos de referência e das proposições;
- Encaminhamento da compra e realização de controle de assinaturas de periódicos diversos.

Dados Estatísticos referentes ao exercício de 2013:

ATIVIDADE	QUANTIDADE
Processos autuados	59
Proposições	1.294

COORDENADORIA DE MATERIAL E LOGÍSTICA

A Coordenadoria de Material e Logística – CLOG, no ano de 2013, deu continuidade às ações voltadas ao processo de modernização do mobiliário, seguindo o padrão instituído pela Resolução nº 54/2008 do CSJT, visando à melhoria das condições de trabalho no âmbito do Tribunal.

A Seção de Cadastramento de Bens, que compõe a Coordenadoria, efetua também o suprimento e a substituição de mobiliário das diversas unidades judiciárias e administrativas do TRT, tanto quando da criação de novas unidades como nas situações onde há mudança de sede ou sala, na Capital e no interior do Estado, casos em que acompanha a entrega do mobiliário e a organização final do *layout*.

A CLOG, por meio da Seção de Bens Imóveis, atua como fiscal dos contratos de locação de 44 imóveis, dos quais 25 também contemplam o pagamento de despesas acessórias (condomínio, IPTU, água e energia elétrica).

Merecem ênfase, ainda, as ações de gestão de serviços contratados, dentre os quais destacaram-se os seguintes:

- Transporte de cargas comuns e de mobiliário para as diversas unidades do Tribunal;
- Fornecimento de bilhetes de passagens aéreas;
- Fornecimento de água mineral;
- Fornecimento de *coffee breaks* para os cursos de capacitação e treinamentos promovidos pela Secretaria de Gestão de Pessoas e pela Escola Judicial, bem como para eventos diversos (congressos, seminários, palestras);
- Carregamento de mobiliário e afins.

A CLOG, no decorrer do exercício de 2013, também atuou no desenvolvimento das atividades rotineiras pertinentes às suas atribuições, dentre as quais se elencam:

- Previsão, especificação e controle de estoque e provisão de materiais de consumo e bens permanentes destinados a todas as unidades do Tribunal;

- Elaboração dos relatórios físicos e estatísticos mensais dos materiais estocados na Seção de Almoxarifado;
- Recebimento, conferência, registro e distribuição de todos os equipamentos e materiais permanentes adquiridos, bem como o controle do prazo de garantia;
- Tramitação dos processos de desfazimento de bens, até a fase final, que culmina com a baixa dos mesmos no Sistema de Patrimônio do TRT;
- Inspeções para conferência de inventários das unidades judiciárias;
- Acompanhamento e registro de imóveis doados ao Tribunal junto à SPU – Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Rio Grande do Sul;
- Controles especiais sobre as faturas de diversos serviços, como energia elétrica, água e esgoto, transporte de carga e de mobiliário para todas unidades judiciárias e administrativas, os quais visam a acompanhar a evolução das despesas e impedir que os serviços sofram descontinuidade, sempre buscando atender com eficiência às necessidades dos usuários;
- Fornecimento de subsídios e informações para a elaboração da proposta orçamentária para o exercício seguinte;
- Aperfeiçoamento constante das rotinas de trabalho nas seções subordinadas à Coordenação de Material e Logística, em função da progressiva informatização das atividades e do crescente aumento do número de unidades a serem atendidas, tendo como objetivo aumentar a agilidade na sua execução.

Em termos quantitativos, no exercício de 2013, foram gerados os documentos e realizadas as atividades sintetizados no quadro a seguir:

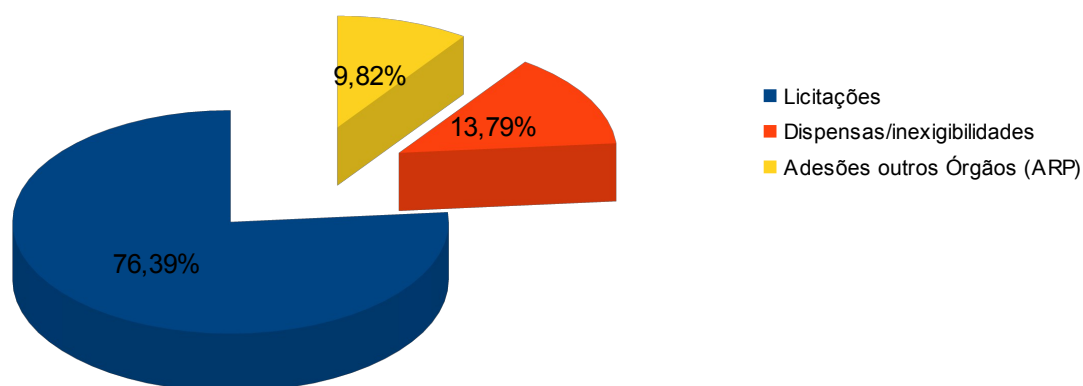
ATIVIDADES / DOCUMENTOS GERADOS	QUANTIDADE
Termos de Referência / Projetos Básicos (para licitação/adesão a RP)	40
Notas de entrada de materiais de consumo e permanentes	1.193
Pedidos de materiais de consumo atendidos pelo Almoxarifado	4.296
Bens permanentes incluídos no patrimônio do TRT	15.968
Bens permanentes tombados (distribuídos e/ou realocados)	40.940
Termos de Responsabilidade sobre bens permanentes emitidos	5.123
Número de unidades mobiliadas (instalação ou mudança)	20
Bens permanentes doados para outros órgãos/entidades	4.927
Entidades beneficiadas com doações de bens pelo TRT	71

COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

A Coordenadoria de Licitações e Contratos – CLC é responsável por processar as aquisições de materiais e equipamentos e as contratações de serviços e obras, mediante processos licitatórios ou

compras diretas (hipóteses de dispensa e inexigibilidade de licitação). Relativamente ao orçamento de 2013, o volume de recursos aplicados totalizou 78,14 milhões de reais, dentre os quais 59,69 milhões decorreram de licitações, 10,78 milhões foram utilizados mediante dispensas/inexigibilidades de licitação e 7,67 milhões em adesões a Atas de Registro de Preços de outros órgãos.

Processamento dos Recursos Orçamentários



O resultado concreto do desempenho da Coordenadoria materializa-se na eficiência da aplicação de recursos, por intermédio das licitações e compras diretas realizadas no exercício de 2013, dentre as quais destacou-se o número expressivo de licitações para construção e reforma de prédios para instalação ou ampliação de unidades judiciárias:

CONTRATAÇÃO	INVESTIMENTO
Construção do prédio destinado ao Foro Trabalhista de Uruguaiana	R\$ 5.387.000,00
Construção do prédio destinado ao Foro Trabalhista de Estrela	R\$ 5.953.000,00
Construção do prédio destinado ao Foro Trabalhista de Erechim	R\$ 6.677.000,00
Ampliação do prédio do Foro Trabalhista de São Leopoldo	R\$ 5.881.000,00
Reformas do prédio-sede (subsolo, 6º e 11º pavimentos)	R\$ 1.113.000,00

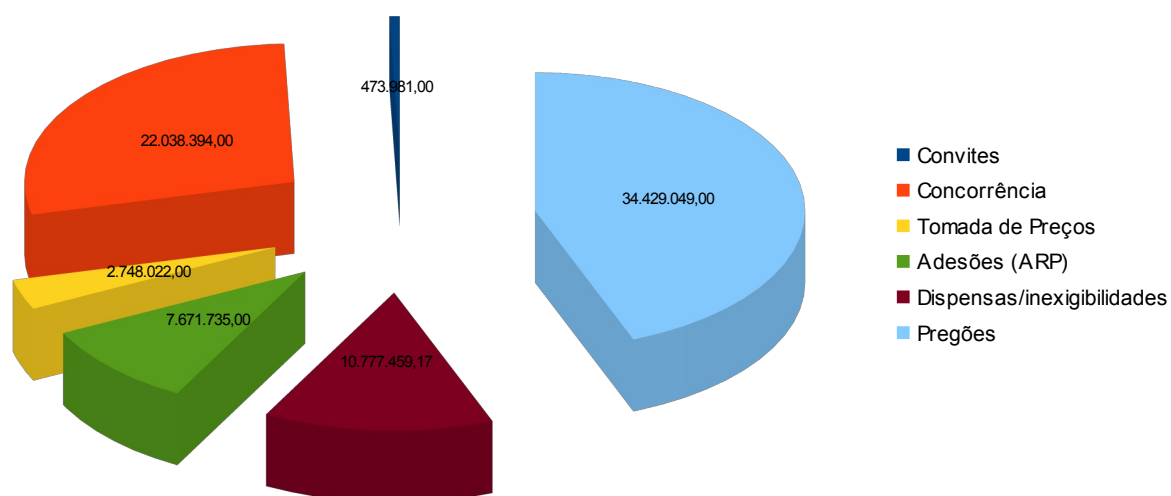
A utilização da Internet para as contratações já é uma realidade no âmbito da Administração Pública, o que se reflete, em última análise, na preponderância das contratações decorrentes da realização de Pregão Eletrônico.

A condução dos procedimentos ocorre sob a responsabilidade do Pregoeiro, devidamente assessorado pela Equipe de Apoio, a qual é composta por servidores lotados na Coordenadoria de Licitações e Contratos.

As vantagens da utilização do Pregão Eletrônico aparecem, principalmente, sob dois aspectos: na economia gerada aos cofres públicos em virtude da ampliação da competitividade (universalidade do acesso por parte das licitantes); e na transparência do procedimento, uma vez que as licitações do Tribunal podem ser acompanhadas por qualquer interessado, bastando acessar o endereço eletrônico www.licitacoes-e.com.br.

Esta modalidade foi responsável pela aplicação de recursos na ordem de R\$ 34,43 milhões, aproximadamente 57,68% dos valores aplicados nas licitações do Tribunal.

MODALIDADES x VOLUME DE R\$



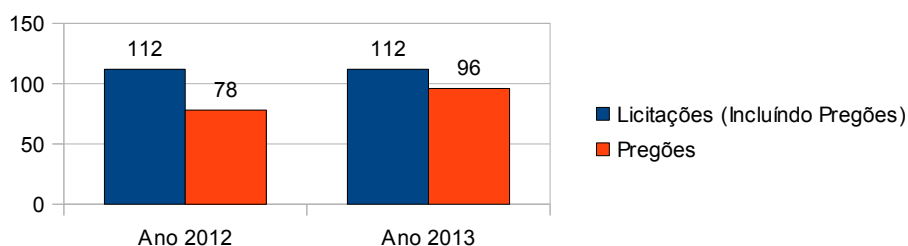
Ainda com relação ao Pregão Eletrônico, importante destacar a redução do prazo médio das contratações, de 62,43 dias em 2012 para 55,53 dias em 2013.

Destaca-se também a utilização do Sistema de Registro de Preços, por intermédio do qual é possível realizar contratações em decorrência de licitações realizadas por outros órgãos ou mesmo implementar contratações compartilhadas a partir da participação de vários órgãos em um mesmo Registro de Preços. No exercício de 2013, o Sistema de Registro de Preços possibilitou a aplicação de recursos orçamentários na ordem de 12,80 milhões de reais, sendo 59,95% desse valor mediante utilização de Atas de Registro de Preços de outros Órgãos. Foram realizados também 4 Registros de Preços que contaram com a participação de Tribunais Regionais do Trabalho de outras regiões.

O Registro de Preços figura como importante ferramenta de gestão, na medida em que permite contratações frequentes de itens com relação aos quais há incerteza quanto à quantidade ou tempo de surgimento da demanda. O resultado prático é a redução do número de licitações e a celeridade do processo.

Nesse contexto, as demais modalidades licitatórias, como o Convite, a Tomada de Preços e a Concorrência permaneceram em uso, porém restritas às contratações de obras e determinados serviços de engenharia de natureza mais complexa. Essas modalidades licitatórias são conduzidas pela Comissão Permanente de Licitações, composta por três membros efetivos e três substitutos.

O gráfico a seguir apresenta um comparativo do número de licitações ao longo dos anos de 2012 e 2013.



Destaca-se, na Coordenadoria, o trabalho de apoio prestado por quatro servidores, cujas atribuições são a pesquisa de legislação, doutrina e jurisprudência, a análise de reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos e a análise de impugnações aos editais. Desde maio de 2013, referidos servidores processam, também, as penalizações nas contratações, inclusive nos casos em que não há instrumento contratual. Além do registro no Sistema de Compras, as sanções também estão sendo publicadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (Sicaf), o qual permite a visualização dos lançamentos por toda a Administração Pública.

Em 2013, foram aplicadas as seguintes punições:

- advertência: 16 empresas;
- proibição de licitar e contratar com o Tribunal: 8 empresas;
- multa: 23 empresas, no montante total de R\$ 1.383.362,55.

As pesquisas de legislação, doutrina e jurisprudência visam a elucidar dúvidas e apresentar soluções para problemas da própria Coordenadoria e de outras unidades do Tribunal, contribuindo significativamente com o planejamento das áreas requisitantes. No ano de 2013, foram realizadas 49 pesquisas.

Ainda, cumpre mencionar que a Coordenadoria de Licitações e Contratos tem se empenhado na padronização dos fluxos referentes às contratações, no intuito de facilitar a atividade da área requisitante. Nesta senda, foram criados dois formulários específicos para a requisição de bens e serviços, ambos disponíveis na intranet, na aba solicitações/formulários CLC.

A estrutura da Coordenadoria de Licitações e Contratos é composta por três Seções – Seção de Apoio a Licitações, Seção de Compras e Seção de Contratos – cuja síntese das atribuições são relatadas a seguir.

Seção de Apoio a Licitações

A Seção de Apoio a Licitações realiza as diversas tarefas relativas à preparação e ao processamento das licitações, desde a elaboração dos editais, publicação, divulgação e esclarecimento de dúvidas quanto a seus termos, preparo das atas de registro de preços e sua publicação, elaboração de minutas de contrato, etc.

No ano de 2013 foram elaborados 12 editais de Convite, 9 de Tomada de Preços, 8 de Concorrência, 2 de Pregão Presencial e 91 de Pregão Eletrônico.

Quanto aos Registros de Preços, cabe à Seção de Apoio o controle das Atas de Registro de Preços do Tribunal, que em 2013 alcançaram o número de 46, bem assim as adesões a Registros de Preços de outros órgãos, que totalizaram 11 no mesmo período. A Seção também é responsável pelo processamento dos pedidos de adesão formulados por outros órgãos da Administração Pública, sendo que, no ano de 2013, foram concedidas 14 adesões a Atas de Registro de Preços do Tribunal.

O registro e a guarda dos documentos referentes aos assentamentos cadastrais das empresas que intentam fornecer materiais ou prestar serviços ao Tribunal também são atribuições da Seção. No Banco de Compras, podem ser localizados registros de mais de 8.500 empresas. Além do registro e da guarda de documentos, a Seção de Apoio também emite Certificados de Registro Cadastral relativos à documentação

depositada junto à Seção, a qual objetiva a inscrição ou renovação do cadastro de empresas interessadas em participar de licitações nas modalidades Tomada de Preços e Concorrência.

Cabe ressaltar, ainda, que a Seção é responsável pela emissão de atestados de capacidade técnica referentes às contratações estabelecidas com o Tribunal, os quais atingiram o número de 49 em 2013.

Seção de Compras

Na Seção de Compras são realizados todos os procedimentos necessários às aquisições e contratações de serviços nas modalidades de dispensa e inexigibilidade de licitação, definidas de modo genérico como Compras Diretas.

As dispensas e inexigibilidades de licitação ocorrem em virtude do valor da contratação, das particularidades do objeto a ser contratado, de características específicas por parte do prestador do serviço, ou, ainda, nos casos de fornecedor exclusivo.

Dentre as atividades realizadas pela Seção de Compras pode-se citar a solicitação de orçamentos aos fornecedores, classificação e lançamento das propostas apresentadas no Banco de Compras, elaboração de informações necessárias à instrução de processos de inexigibilidade e dispensa de licitação, negociação com fornecedores e pesquisas de mercado.

No ano de 2013, a Seção de Compras passou a utilizar formulários padronizados para a tramitação de informações, medida que conferiu significativa celeridade ao processo de aquisição. Iniciou-se, ainda, a utilização do Sistema de Cotação Eletrônica de Preços, que permite o recebimento de propostas de fornecedores de todo o país e garante maior transparência e agilidade aos processos de aquisição, além de possibilitar significativa economia devido à ampliação da concorrência.

Relativamente aos dados estatísticos, foram processadas 1.035 compras diretas, sendo 777 dispensas de licitação e 258 processos de inexigibilidade de licitação/outros, cujo valor aplicado alcançou o valor de R\$ 10.777.459,17.

Seção de Contratos

A Seção de Contratos é responsável pela gestão administrativa dos contratos celebrados pelo Tribunal. Dentre as principais atividades executadas, destacaram-se:

- Formalizar convênios de colaboração com outros órgãos públicos,
- Elaborar minutas de termos aditivos;
- Analisar a possibilidade de acréscimos ou supressões quantitativas e qualitativas nos contratos;
- Elaborar apostilas com vistas à atualização de valores nos contratos em que há previsão de reajuste com base em índices oficiais do governo;
- Efetuar os lançamentos no Banco de Compras de todas as contratações e aditamentos formalizados;
- Prestar as informações solicitadas pela Advocacia-Geral da União, relativas às reclamações trabalhistas oriundas dos contratos celebrados com o Tribunal;

- Analisar as planilhas de repactuação solicitadas pelas contratadas em função de homologação de convenção coletiva de trabalho;
- Negociar com os locadores eventuais valores requeridos acima dos índices oficiais como condição à prorrogação dos contratos de locação de imóvel;
- Lançar no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (Siasg) todos os convênios e contratos onerosos celebrados, de acordo com as orientações do Tribunal de Contas da União;
- Instruir pedidos de prorrogação de prazo de execução formulados pelos fornecedores.
- Encaminhar o contrato para assinatura das partes;
- Acompanhar a prestação da garantia contratual, quando for o caso.

Em 2013, foram implementadas medidas para o cumprimento de recomendação constante do acórdão exarado nos autos de Auditoria nº CSJT-A 10583-05.2012.5.90.0000, que determinou que o Tribunal passasse a “designar, de forma precisa, individual e nominal”, servidor ou comissão responsável para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos (inclusive os vigentes), em consonância com o art. 67 da Lei n.º 8.666/1993. O mapeamento realizado pela Seção de Contratos envolveu todos os contratos vigentes (cerca de 300). Também neste ano foi realizada a verificação de todos os contratos de locação mantidos pelo Tribunal (43), com o objetivo de verificar a regularidade dos contratos vigentes e atualizar a documentação.

Relativamente aos dados estatísticos da unidade, em 2013 foram celebrados 122 contratos. No mesmo período, foram realizados 230 termos aditivos, o que representa um aumento de 10,58% em relação ao ano de 2012, quando foram formalizados 208 termos aditivos.

SECRETARIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS

A Secretaria de Manutenção e Projetos – Semprow é responsável pela criação, materialização e manutenção das edificações do TRT, e visa à provisão de espaços adequados para as atividades desenvolvidas, atentando-se à sustentabilidade ambiental.

O fluxo do desenvolvimento dos serviços de engenharia e arquitetura desenvolvidos pela Secretaria de Manutenção e Projetos, que envolve a criação, materialização e manutenção dos espaços edificadas, reflete a estrutura organizacional. Dessa forma, o relatório de atividades da Secretaria de Manutenção e Projetos é apresentado de acordo com sua estrutura, discriminando as atividades desenvolvidas no âmbito da Seção de Planejamento; da Coordenadoria de Projetos e Execução de Obras e Serviços – Copex e suas respectivas Seções; e da Coordenadoria de Manutenção e Instalações Prediais – Comip.

Seção de Planejamento

As ações da Seção de Planejamento englobam a implantação e coordenação do Sistema de Gerenciamento de Projetos e do Banco de Dados da Secretaria de Manutenção e Projetos, auxiliando a

Direção da Secretaria no gerenciamento e controle das ações desenvolvidas, e no planejamento de metodologias de trabalho eficientes, eficazes e efetivas.

A Seção de Planejamento também trabalhou na implantação do Sistema de Avaliação e Priorização de Obras, que propiciou uma avaliação criteriosa e minuciosa das condições físicas de todos os prédios, gerando a verificação das situações mais críticas a serem resolvidas.

Ações Estratégicas

As ações estratégicas desenvolvidas em 2013 pela Seção de Planejamento foram as seguintes:

- Implantação do software Trace-GP: Continuidade à implantação de um sistema de gerenciamento de projetos na Semprom, com o auxílio e acompanhamento da utilização do Trace-GP pelos gerentes de projeto;
- Criação do Banco de Dados da Semprom: Na área de gestão documental, o Banco de Dados da Semprom constitui-se no primeiro elemento a elevar o nível de precisão e facilidade de busca das informações a respeito dos imóveis ocupados pelo Tribunal. Inicialmente, com consulta restrita à Secretaria de Manutenção e Projetos, o Banco de Dados reúne informações sobre os imóveis e suas benfeitorias, como área do terreno, área construída, data de ocupação, imagens de satélite do imóvel e fotos das fachadas. Em 2013, foram realizadas as devidas atualizações dos dados cadastrados anteriormente;
- Manutenção dos sistemas de orçamento e medição de obras: em apoio às Coordenadorias vinculadas à Semprom, foram desenvolvidas automações para planilhas de orçamento e medição em anos anteriores. Em 2013, foram realizadas as devidas manutenções e correções das automações já desenvolvidas, bem como foi desenvolvida planilha de medição específica para a Seção de Projetos da Copex.

Ações de Apoio Técnico

A Seção de Planejamento desenvolveu atividades rotineiras, que buscaram complementar as atividades das Coordenadorias e demais Seções vinculadas à Semprom, destacando-se:

- Elaboração de Planejamento de Licitação, Projetos Básicos e Termos de Referência: documentos elaborados para encaminhar à Administração os projetos e especificações de arquitetura e engenharia e, eventualmente, a especificação de produtos ou serviços comuns, com vistas à contratação ou aquisição do objeto especificado. Em 2013, foram realizados planejamentos de licitação e projetos básicos para 16 certames.
- Análise de minutas de edital: A maioria das aquisições encaminhadas pela SEMPRO, notadamente pela COPEX, que necessitem de realização de um procedimento licitatório, são encaminhadas para a Seção de Planejamento para uma análise técnica da minuta do Edital. Tal análise visa a adequar e corrigir quaisquer aspectos técnicos relevantes para a realização do certame e, quando for o caso, para a celebração de contrato. No ano de 2013, foram analisadas 13 minutas de Edital.
- Análise de propostas: As propostas de preços apresentadas nas licitações para contratação de obras e serviços de engenharia passam por análise técnica, a fim de verificar pontos específicos do

Edital, como o atendimento de atestados de capacidade técnica, a assinatura de profissional legalmente habilitado no orçamento, entre outras. Em 2013, foram analisadas 16 propostas.

Ações diversas

A Seção de Planejamento, realizou, também, ações diversas, como:

- Proposição de aquisições de Normas da ABNT, de *softwares* de arquitetura e engenharia;
- Renovação de assinaturas de revistas, do Sinapi e do Pleo (serviços de cotação eletrônica para construção civil);
- Envio de informações a diversas unidades e setores do Tribunal;
- Coleta de indicadores de desempenho de demandas de infraestrutura predial para a Assessoria de Gestão Estratégica e estudo para metas de redução de consumo de energia elétrica dos imóveis ocupados por unidades do Tribunal;
- Digitalização de pranchas de desenho em papel vegetal, para constituição de banco de dados eletrônico dos projetos de edificações do Tribunal;
- Gerenciamento do envio para pagamento das RRTs e ARTs dos técnicos da Sempro. Em 2013, foram emitidas 55 RRTs e 46 ARTs;
- Elaboração de 33 laudos de avaliação de imóveis da União para fins contábeis da SPU;
- Realização da especificação para compra e fiscalização da contratação de 21 laudos de avaliação de imóveis locados para fins de repactuação do contrato de locação.

COORDENADORIA DE PROJETOS E EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS

As ações da Coordenadoria de Projetos e Execução de Obras e Serviços – Copex englobam o desenvolvimento e acompanhamento das obras de engenharia, desde adaptações e reformas de espaços existentes, sejam eles próprios, locados ou cedidos, até a construção de novas sedes para abrigar unidades judiciárias de todo o Tribunal, tanto na Capital e na Região Metropolitana como no Interior. Tais ações são geridas a partir do Plano de Obras – 2011/2015 e do Plano Permanente de Modernização das Instalações.

A Copex atua na elaboração de projetos de arquitetura e outras intervenções civis, na elaboração de orçamentos técnicos discriminados e estudos, em vistorias e avaliações técnicas relativas a edificações e às atividades técnicas de coordenação e fiscalização de todos os contratos de obras e serviços de engenharia e arquitetura.

Os contratos de engenharia geridos e fiscalizados pela Copex compreendem a elaboração de projetos executivos e complementares, e, principalmente, a execução das obras de diversos portes.

A Copex é composta por três seções: Seção de Fiscalização de Obras e Serviços; Seção de Orçamentos de Obras e Serviços; e Seção de Projetos de Edificações.

Ações Gerais

Como principais ações gerais voltadas à construção e ao uso das edificações, destacaram-se:

- Estudo de ocupação dos espaços para racionalização dos fluxos de pessoas e processos, considerada a acessibilidade;
- Elaboração de edital (incluindo peças técnicas) para a contratação de escritórios de projetos para a construção dos novos Foros Trabalhistas de Novo Hamburgo, Viamão, Santo Ângelo e Gravataí;
- Elaboração de peças técnicas dos editais para contratação de escritórios de projetos de arquitetura, estrutural, fundações e PPCI para a construção de novos Foros;
- Fiscalização e análise de projetos arquitetônicos básicos, executivos e complementares (estruturais, fundações, hidrossanitários e PPCI) com apoio da Comip para as áreas especializadas de mecânica e elétrica para os novos prédios de Estrela, Viamão, Santo Ângelo, São Leopoldo, Gravataí, Novo Hamburgo e Lajeado;
- Elaboração do orçamento das obras;
- Acompanhamento da aprovação das obras junto aos órgãos competentes;
- Elaboração de projetos arquitetônicos preliminares para os novos prédios de São Borja, Arroio Grande, Lagoa Vermelha, Triunfo e Alegrete;
- Projeto e fiscalização da construção do reservado dos magistrados e autoridades no Plenário do TRT e reformas dos saguões do prédio-sede do TRT e do Foro Trabalhista de Porto Alegre (Prédio I);
- Elaboração das peças técnicas para início das obras do *retrofit* do prédio-sede do TRT;
- Participação no projeto de Auditoria e Apoio Administrativos em várias unidades do interior do Estado;
- Especificação e fiscalização da realização dos estandes da Expointer e Feira do Livro (arquitetura e instalações civis);
- Atendimento ao público, apropriação e registro das demandas feitas pelos usuários do TRT e encaminhamento às respectivas seções para providências;
- Elaboração, integrada às outras Seções, de rotinas com vistas à efetiva execução das atividades demandadas;
- Continuação da implantação do sistema Trace-GP – Sistema de Governança em Gestão de Projetos, respondendo à antiga demanda da unidade por um programa específico informatizado de registro e controle dos pedidos de serviços;
- Autuação de 67 processos administrativos eletrônicos, em diversos assuntos, destacando-se: “Serviço”; “Fiscalização de contratos”; “Liquidação”; “Orçamento”; “Compra de material”; e “Sanção”;
- Inclusão e atestado do recebimento de materiais e serviços de notas fiscais e documentos em compras originadas de procedimentos licitatórios ou por dispensa (compra direta), para fins de liquidação e pagamento, com elaboração de planilhas periódicas de medição de serviços.

Seção de Fiscalização de Obras e Serviços

A Seção de Fiscalização de Obras e Serviços atuou na fiscalização de contratos essenciais para a execução do Plano de Obras do Tribunal e de seu Planejamento Estratégico.

Dentre as principais atuações da Fiscalização, destacaram-se: serviços complementares para a conclusão do Prédio Administrativo; construção do reservado dos magistrados e autoridades junto ao

Plenário; conclusão das adequações da nova sede da Vara do Trabalho de Frederico Westphalen; fiscalização das obras para as novas instalações dos Postos Avançados de Capão da Canoa e Tramandaí e da Vara do Trabalho de Torres; reformas para melhoria da acessibilidade (Gramado, Caxias do Sul, Farroupilha e Vacaria); reformas para melhorias estruturais e funcionais (Novo Hamburgo, Cachoeirinha, Bento Gonçalves e Foro de Porto Alegre); reforma do saguão do Prédio I do Foro Trabalhista de Porto Alegre (para implantação da Central de Atendimento ao Público – CAP) e do saguão do prédio-sede do TRT; outras fiscalizações para adequação das instalações de prevenção contra incêndio (prédio-sede do TRT, Foro Trabalhista de Cachoeira do Sul e Foro Trabalhista de Cachoeirinha).

Além das ações de fiscalização, a Seção fica responsável pelo pós-obra, recebendo e demandando ações que envolvam garantia das obras entregues.

A Seção também atua no apoio na avaliação, medição e recebimento de projetos (estruturais, hidrossanitários, PPCI) contratados e fiscalizados originalmente pela Seção de Projetos de Edificações.

A fiscalização exercida pela Seção redundou na apropriação de milhões de reais em serviços e alguns milhares de metros quadrados de área construída ou reformadas.

Lista das principais demandas fiscalizadas, por modalidade de licitação:

TOMADA DE PREÇOS	
Nº Processo	Objeto
0014/12-2	Adequação dos Foros Trabalhistas de Caxias do Sul, Farroupilha e Vacaria – Acessibilidade universal
0013/12-2	Reforma do prédio: novas instalações da Vara do Trabalho de Frederico Westphalen
0007/12-2	Elaboração de projetos básico, executivo e complementares – Construção do Foro Trabalhista de Novo Hamburgo
0003/11-2	Reforma de prédio: abertura para a Rua Baronesa do Gravataí – Prédio III do Foro Trabalhista de Porto Alegre
0003/13-2	Reforma para a instalação do reservado de juízes e da sala de recepção de autoridades do Prédio Administrativo
0001/13-2	Gradeamento dos postos avançados de Capão da Canoa e Tramandaí e da Vara do Trabalho de Torres
Contrato emergencial	Reforma de diversos serviços contra infiltrações e alagamentos no Foro Trabalhista de Novo Hamburgo
0002/13-2	Reforma e ampliação do Foro Trabalhista de Canoas (arquivo, sala de audiência)
0005/13-2	Reforma e ampliação das Varas do Trabalho do Prédio II do Foro Trabalhista de Porto Alegre

CONVITE	
Nº Processo	Objeto
0004/12-1	Adequação de PPCI – Plano de Prevenção Contra Incêndio – Foro Trabalhista de Cachoeirinha (repetição)
0002/12-1	Reforma para adequações ao sistema de acessibilidade do Foro Trabalhista de Gramado
0001/13-1	Reforma incluindo diversos serviços no Foro Trabalhista de Bento Gonçalves
0011/12-1	Reforma para adaptação de sala para instalar vestiário da Seção de Limpeza no Prédio II do Foro Trabalhista de Porto Alegre
0006/13-1	Reforma do saguão do Prédio I do Foro de Porto Alegre

0003/13-1	Reforma do saguão do prédio-sede do TRT
0007/13-1	Reforma para troca de esquadrias das salas de audiências do Prédio I do Foro Trabalhista de Porto Alegre
0002/13-1	Reforma do Foro Trabalhista de Cachoeirinha – diversos serviços
0039/13-8	Instalação de divisórias do térreo do Prédio III do Foro Trabalhista de Porto Alegre

CONCORRÊNCIA	
Nº Processo	Objeto
0006/09-3	Construção de Prédio Administrativo – obras complementares

Participações na avaliação, medição e recebimento de projetos contratados e fiscalizados originalmente pela Seção de Projetos de Edificações:

TOMADA DE PREÇOS	
Nº Processo	Objeto
0003/12-2	Análise projetos hidrossanitários e PPCI – Foros Trabalhistas de Lajeado e São Leopoldo
0007/11-2	Análise projetos estruturais, hidrossanitários e PPCI – Construção dos Foros Trabalhistas de Santo Ângelo e Viamão
0007/12-2	Análise projetos hidrossanitários e PPCI – Construção do Foro Trabalhista de Novo Hamburgo

Seção de Orçamentos de Obras e Serviços

A Seção de Orçamentos de Obras e Serviços elaborou mais de 60 peças técnicas de orçamento discriminado, totalizando mais de 30 milhões de reais em quantificações e definições de custo, atendendo não só à necessidade de agregar peças técnicas aos editais de licitação, mas também à análise de preços de propostas de aditivos dos contratos em execução.

Lista das demandas orçadas, por localidade:

LOCALIDADE	DEMANDA ORÇADA
Bagé	Adequação de acessibilidade
Bento Gonçalves	Serviços diversos – pequenas reformas
Cachoeirinha	Aditivo do PPCI – Cachoeirinha
	Reforma do Foro
Canoas	Aditivo Reforma e ampliação do Foro Trabalhista
Capão da Canoa	Devolução de imóvel locado
	Colocação de grades
Caxias do Sul	Programa de Acessibilidade – aditivos
	Avaliação de imóvel
Erechim	Atualização do preço obra novo Foro Trabalhista
Estância Velha	Avaliação de imóvel

LOCALIDADE	DEMANDA ORÇADA
Esteio	Reformas no pátio do estacionamento
	Avaliação de aditivos (PPCI)
	Avaliação de imóvel
Estrela	Adequação do orçamento pós CSJT
Frederico Westphalen	Entrega do prédio locado
Farroupilha	Programa de Acessibilidade – aditivos
Gravataí	Ampliação do Foro Trabalhista atual
Guaíba	Avaliação de imóvel
Lajeado	Ampliação do Foro Trabalhista atual
Marau	Reforma sanitário
Nova Prata	Colocação de grades
Novo Hamburgo	Aditivos reformas diversas no Foro Trabalhista atual
Osório	Avaliação de imóvel
Porto Alegre	Adequação do PPCI prédio-sede + aditivos
	Reforma do saguão do prédio-sede + aditivos
	Reforma do saguão do Prédio I das Varas de Porto Alegre + aditivos
	Construção do reservado dos magistrados e autoridades no Plenário + aditivos
	Reformas (<i>retrofit</i>) prédio-sede do TRT (11º andar, 6º andar e subsolo)
	Ampliação das varas do Prédio II do Foro Trabalhista de Porto Alegre
	Reforma do térreo do Prédio III do Foro Trabalhista de Porto Alegre – aditivo
	João Telles – especificação e orçamento adequação PPCI
	Custo da execução de tomadas no palco do auditório do Prédio III
Rio Grande	Orçamento nova cobertura no prédio próprio
	Adequação das 3ª e 4ª Varas do Trabalho – aditivos
São Leopoldo	Orçamento construção do novo prédio e reforma do atual
	Análise projeto estrutural do novo prédio
Santo Ângelo	Construção do novo prédio
Torres	Pintura externa
	Colocação de grades
Tramandaí	Colocação de grades
	Devolução de imóvel locado
Três Passos	Pintura do prédio
Uruguaiana	Construção do novo prédio
Vacaria	Acessibilidade – aditivos
Viamão	Construção do novo prédio

Seção de Projetos de Edificações

A Seção de Projetos de Edificações executou atividades técnicas de projeto e desenvolvimentos acessórios para essa atividade para 33 localidades. Em especial, foram realizadas adequações de acessibilidade, adequações de prevenção contra incêndio, tramitações legais de projetos, avaliações de imóveis e alterações de *layout*.

Outra ação desenvolvida pela Seção de Projetos foi a elaboração de *layouts* para eventos com a locação de materiais para paisagismo (vasos, folhagens) para diversas localidades.

A compra de bicicletários para diversas localidades, bem como a definição do local de instalação também foi de responsabilidade da Seção.

A Seção também elaborou as peças técnicas para contratação de escritório de arquitetura para elaboração de projetos de arquitetura, acessibilidade, maquetes e seus devidos orçamentos e apoio para a elaboração das peças técnicas para a contratação de escritórios de projetos estruturais e de fundações e seus devidos orçamentos.

Lista de demandas, por localidade:

LOCALIDADE	DEMANDAS
Alvorada	União de duas salas para ampliar gabinete
Alegrete	Elaboração de anteprojeto para novo prédio
Arroio Grande	Elaboração de anteprojeto para novo prédio
Bagé	Reforma acessibilidade
	Adequação de projeto e memorial para aprovação na Prefeitura
Bento Gonçalves	Troca do piso vinílico e adequação da rampa de acesso principal
Canoas	Adequação de espaço da OAB para um gabinete de juiz da 5ª Vara do Trabalho
Carazinho	Contratação e fiscalização da elaboração PPCI
Caxias do Sul	Estudo de <i>layout</i> para a 5ª Vara do Trabalho e reforma na sala de perícias
Estância Velha	Projeto em andamento para reformas gerais (calçada, pintura, fossa, rede pública) e Sala de capacitação (com sala de segurança e depósito materiais limpeza)
Esteio	Projeto em andamento para adaptação gradil para lixeira, pavimentação para veículos, copa para Central de Mandados, troca de piso da área da distribuição
Estrela	Readequação dos projetos do novo Foro pós CSJT
	Fiscalização de projeto – anteprojeto, projetos executivos e complementares; Acompanhamento da aprovação junto aos órgãos competentes
	Projeto de novo <i>layout</i> para instalação da 2ª Vara do Trabalho no prédio atual
	Contratação e fiscalização Georreferenciamento para novo prédio
Foro Trabalhista de Porto Alegre e outras localidades em Porto Alegre	Isolamento acústico – audiências
	Reforma do saguão do Prédio I do Foro de Porto Alegre
	Diversos <i>layouts</i> : 3ª, 10ª, 19ª e 20ª Varas do Trabalho; retirada de divisórias do 4º andar (saguão) para fazer uma sala de audiências; salas de capacitação (Prédio III); aquisição de mobiliário para o <i>lounge</i> no térreo do Prédio III; e 15ª Vara do Trabalho (primeiros volumes)
	Divisórias móveis para saguão do Prédio III

LOCALIDADE	DEMANDAS
	Memorial – adequação de divisórias
	Coordenadoria de Saúde – balcão de atendimento (readequação do desenho) e 2 armários sob medida para a guarda de material de consultório e de livros
	Prédios I e II – Reorganização das unidades (informática, zeladoria, oficiais de justiça, precatórios, CLOG)
	Adequações na sala de conciliação (6º pavimento do Prédio I)
	Mobiliário para sala de audiências modelo (5ª Vara do Trabalho) incluindo mesas com rasgos, móvel para CPUs e apoio para monitores (inclinação)
	Apoio na análise do projeto contratado pela Comunicação Social para subsidiar execução do Estúdio de TV (em andamento)
Gramado	Contratação dos serviços de adequação de acessibilidade
Gravataí	Elaboração das peças técnicas para ampliação do Foro. Elaboração dos projetos arquitetônicos (básicos e executivos) e complementares (com apoios das áreas especializadas (civil, mecânica e elétrica)
	Acompanhamento da aprovação junto aos órgãos competentes
Lagoa Vermelha	Elaboração de anteprojeto para novo prédio
Lajeado	Fiscalização e análise de projetos arquitetônicos básicos e executivos e complementares, com apoios das áreas especializadas (civil, mecânica e elétrica)
	Acompanhamento da aprovação junto aos órgãos competentes
Nova Prata	Fiscalização e adequação de imóvel de investidor para instalação de uma Vara do Trabalho
	Contratação de gradil e cerca elétrica
Novo Hamburgo	Em andamento a fiscalização e análise de projetos arquitetônicos básicos e executivos e complementares, com apoios das áreas especializadas (civil, mecânica e elétrica)
	Acompanhamento da aprovação junto aos órgãos competentes
Panambi	Adequação de prédio locado para instalação do Posto
Pelotas	Visita técnica para elaboração das especificações de diversas reformas no Foro (rampas, portas principais, esquadrias, fissuras, infiltrações, <i>layouts</i>)
Porto Alegre – Prédio Administrativo	Fiscalização da Fase II
	Diversos <i>layouts</i> : Gabinete 803; estantes no espaço para 3º banco, no Prédio Administrativo; Gabinetes 303, 304 e 504, Setor de Digitalização, no prédio da Rua João Telles; ampliação da Recepção de Gabinetes; espaço para BNDT, Seção de Cálculos e sala de reuniões para a Assessoria de Planejamento Estratégico, no 4º pavimento (antigo local do Banco do Brasil S/A); estantes no 4º pavimento (antigo local da CEF); e sala 506 (Dissídios Coletivos)
	Projeto e fiscalização de estandes: Feira do Livro e Expinter
Porto Alegre – prédio-sede	Reforma do saguão
	<i>Retrofit</i> do subsolo, 6º e 11º pavimentos (piso, forros, paredes e sanitários)
	Adequação de espaço 3º andar para Secretaria de Gestão de Mudanças, Relações Internas e Comunicação Social
	Ampliação da SEEx, utilizando a sala de reuniões da 2ª SDI
	Iluminação do pátio interno na rua Marcílio Dias
	Projeto da sala de recepção de autoridades e reservado para juízes, com espaço para jardins
Santo Ângelo	Fiscalização e análise de projetos arquitetônicos básicos e executivos e

LOCALIDADE	DEMANDAS
	complementares, com apoios das áreas especializadas (civil, mecânica e elétrica) Acompanhamento da aprovação junto aos órgãos competentes
São Borja	Elaboração de anteprojeto arquitetônico para aprovação na unidade
São Leopoldo	Fiscalização e análise de projetos arquitetônicos básicos e executivos e complementares, com apoios das áreas especializadas (civil, mecânica e elétrica) Acompanhamento da aprovação junto aos órgãos competentes
Triunfo	Elaboração de anteprojeto para novo prédio
Uruguaiana	Contratação e fiscalização de georreferenciamento para o novo prédio
Vacaria	Avaliação de terrenos para doação
Viamão	Fiscalização e análise de projetos arquitetônicos básicos e executivos e complementares (com apoio das áreas especializadas: civil, mecânica e elétrica) Acompanhamento da aprovação junto aos órgãos competentes

COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS

As ações da Coordenadoria de Manutenção e Instalações Prediais – Comip englobam a implantação do Plano de Manutenção Predial Permanente, a coordenação e fiscalização dos contratos regionais de manutenção predial, a coordenação e fiscalização dos contratos de manutenção das instalações mecânicas e de climatização, a implementação do Plano Permanente de Modernização das Instalações Prediais, o projeto, o orçamento e a fiscalização das instalações mecânicas e eletrológicas de todos os prédios do Tribunal (Capital e Interior), além de estudos, vistorias e avaliações técnicas relativas à manutenção predial, às instalações eletrológicas e mecânicas. A Comip é composta por cinco Seções: Seção de Manutenção; Seção de Instalações Eletrológicas; Seção de Instalações Mecânicas; Seção de Marcenaria e Carpintaria; e Seção de Metalurgia.

Ações gerais por localidade

LOCALIDADE	AÇÃO
Diversas	Elaboração de edital (incluindo peças técnicas) para contratação de empresa para serviços de climatização (instalações e remanejamentos), com fornecimento de equipamentos, para o Interior do Estado
	Elaboração de edital (incluindo peças técnicas) para contratação de empresa para elaboração de projetos elétricos e lógicos para todo o Estado
	Fiscalização dos serviços de manutenção predial programada preventiva e corretiva em todo o Estado, que englobou visitas mensais em todos os Foros, com inúmeras ações de manutenção predial, incluindo equipamentos, de caráter preventivo e corretivo
	Fiscalização dos serviços de manutenção em cabeamento estruturado programada preventiva e corretiva em todo o Estado
	Especificação, contratação e fiscalização de cabeamento lógico para os

LOCALIDADE	AÇÃO
	monitores de vídeo instalados nos elevadores do prédio-sede e do Foro Trabalhista de Porto Alegre, visando a solucionar os problemas atuais de mal funcionamento (interferências e indisponibilidades)
	Execução de infraestrutura para implantação de entrada de fibra óptica em várias unidades do Estado
	Instalação de pontos lógicos para visibilizar a instalação dos <i>access points</i> de rede sem fio no Estado
	Participação no projeto de Auditoria e Apoio Administrativos em várias unidades do interior do Estado
Prédio-sede do TRT	Especificação e fiscalização da parte eletrológica e de climatização das obras de reforma do saguão do prédio-sede
	Execução de infraestrutura para entrada de fibra óptica do novo <i>link</i> de dados da Setic
	Reformas gerais de manutenção do Foro Trabalhista, tais como pintura e recomposições na área do subsolo; pintura das portas corta-fogo; pintura dos corrimãos; manutenção no passeio público, reforma no terraço, etc.
	Especificação e fiscalização da parte elétrica das obras de implantação do PPCI
	Reforma na antiga área da reprografia para aumento da área para os terceirizados
	Especificação e fiscalização da instalação e reposicionamento de <i>splits</i> em diversos setores
	Reforma nas antigas áreas dos bancos para a instalação do BNDT e Seção de Cálculos
	Criação de área de vestiário para a segurança terceirizada
Prédio Administrativo e Plenário do TRT	Fiscalização da instalação de pontos eletrológicos em diversos setores
	Finalização da fiscalização da execução da climatização do Prédio Administrativo
	Finalização da fiscalização de todas as ações das instalações elétricas, lógicas e automação da construção do Prédio Administrativo
	Especificação e fiscalização da parte eletrológica e de climatização das obras de ampliação da sala dos magistrados e reservado para autoridades
Foro Trabalhista de Porto Alegre	Instalação de todas as divisórias leves do prédio
	Fiscalização das obras de reforma do Prédio III (elétrica, lógica e climatização)
	Reforma do sistema de som dos Prédios I e II
	Reformas gerais de manutenção do Foro Trabalhista, tais como: reforma do Restaurante e Central de Mandados, visando a eliminar problemas de infiltração; manutenção no passeio público; pinturas nas áreas dos saguões; pinturas nas portas das unidades, etc.
	Início da elaboração de projeto com vistas à implantação de sistema de gerador nos elevadores e infraestrutura de informática nos prédios do Foro
	Especificação e fiscalização da parte eletrológica das obras no saguão do Prédio I: implantação da CAP
	Reformas nas novas instalações da Seção de Cadastramento de Bens
	Reforma na área da AGU/PRF para criar novas instalações para a Zeladoria

LOCALIDADE	AÇÃO
	do Foro
	Reforma no Espaço Cultural B
	Reforma na antessala da Direção do Foro, criando espaço cultural
	Reforma nas instalações do Auditório Ruy Cirne Lima: rede lógica, tomadas elétricas e sistema de som
Arquivo Geral da Rua João Telles	Identificação dos pontos de rede nos <i>patch panels</i> (melhoria na infraestrutura de rede lógica)
Alvorada	Ações de manutenção predial de médio porte, atingindo várias áreas do Foro
Cachoeira do Sul	Ações de manutenção predial de médio porte, atingindo várias áreas do Foro
Cachoeirinha	Especificação e fiscalização da recomposição do SPDA
	Ações de manutenção predial de médio porte, atingindo várias áreas do Foro
Canoas	Ações de manutenção predial de médio porte, atingindo várias áreas do Foro
	Especificações e fiscalização dos projetos eletrológicos e mecânicos da nova sede
Caxias do Sul	Ações de manutenção predial de médio porte, atingindo várias áreas do Foro
	Ações de manutenção predial de médio porte, atingindo várias áreas do Foro
Erechim	Eliminação dos <i>racks</i> paralelos (aprimoramento das instalações eletrológicas)
	Obras de adequação do prédio para possibilitar a instalação da 2ª Vara do Trabalho: rede eletrológica, climatização, divisórias
Farroupilha	Ações de manutenção predial de médio porte, atingindo várias áreas do Foro
Frederico Westphalen	Fiscalização das instalações eletrológicas e de climatização das adaptações da nova sede do Foro
Gravataí	Fiscalização dos projetos elétricos, lógicos e de climatização para a reforma completa do Foro
Guaíba	Ações de manutenção predial de médio porte, atingindo várias áreas do Foro
Lajeado	Fiscalização dos projetos elétricos, lógicos e de climatização para o novo prédio do Foro
	Ações de manutenção predial de médio porte, atingindo várias áreas do Foro
Montenegro	Ações de manutenção predial de médio porte, atingindo várias áreas do Foro
	Especificações e fiscalização dos projetos eletrológicos e mecânicos da nova sede
	Reforma do QGBT, especialmente focada na melhoria da segurança aos usuários
Novo Hamburgo	Ações de manutenção predial de médio porte, atingindo várias áreas do Foro
	Fiscalização dos projetos elétricos, lógicos e de climatização para o novo prédio do Foro
	Projeto e execução da substituição da rede eletrológica do Foro
Panambi	Adequação de prédio locado para possibilitar a instalação do Posto: rede eletrológica, climatização, divisórias e obras civis
	Ações de manutenção predial de médio porte
Santa Maria	Ações de manutenção predial de médio porte, atingindo várias áreas do Foro

LOCALIDADE	AÇÃO
	Execução de divisórias de gesso acartonado nas salas de audiência, em substituição às divisórias leves, gerando conforto acústico
Santa Rosa	Reformas gerais de médio porte no Foro, incluindo pinturas e substituição do piso da sala de audiências e gabinete
Santo Ângelo	Fiscalização dos projetos elétricos, lógicos e de climatização para o novo prédio do Foro Trabalhista
	Fiscalização dos projetos elétricos, lógicos e de climatização para o novo prédio do Foro e reforma do atual
	Ações de manutenção predial de médio porte, atingindo várias áreas do Foro
Taquara	Ações de manutenção predial de médio porte, atingindo várias áreas do Foro
Taquari	Finalização da substituição de toda a rede eletrológica
Torres	Fiscalização das instalações eletrológicas e de climatização na nova sede da Vara do Trabalho
Tramandaí	Elaboração de projeto e fiscalização da execução das instalações eletrológicas da nova sede
	Fiscalização da execução das instalações de climatização da nova sede
Viamão	Reforma nas instalações lógicas na sala do CPD
	Fiscalização dos projetos elétricos, lógicos e de climatização para o novo prédio do Foro
	Ações de manutenção predial de médio porte, atingindo várias áreas do Foro

PRINCIPAIS AÇÕES GERAIS POR SEÇÃO

Seção de Manutenção

Durante o exercício de 2013, a Seção de Manutenção, que dispõe de quatro servidores lotados e um servidor cedido para auxílio no atendimento telefônico, executou uma série de atividades, visando ao efetivo atendimento das demandas encaminhadas à Seção: supervisão da execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva nos prédios do Tribunal, bem como dos consertos das instalações e dos diversos bens patrimoniais existentes; atendimento ao público usuário, apropriação e registro das demandas feitas pelos usuários do TRT, e encaminhamento às respectivas seções, para providências, bem como o acompanhamento das demandas até sua completa execução; elaboração de rotinas com vistas à efetiva execução das atividades demandadas; supervisão e elaboração de propostas de contratação de serviços de manutenção prestados por empresas terceirizadas, bem como a compra de materiais, que resultaram na autuação de 124 (cento e vinte e quatro) processos administrativos; gestão e fiscalização dos contratos realizados com as empresas terceirizadas; inclusão de notas fiscais e documentos em processos licitados e/ou processos contratados por compra direta, para fins de liquidação e pagamento; administração do suprimento de fundos, relativo às compras de materiais e serviços diversos do TRT, totalizando R\$ 6.216,63 em materiais e R\$ 350,00 em serviços, cujo pagamento é realizado com a utilização do cartão

corporativo.

Entre os serviços contratados, destacaram-se a recarga de extintores, a manutenção de persianas, o corte e remoção de árvores, e a instalação de películas nas diferentes unidades do TRT.

Destacou-se, ainda, o acompanhamento da execução de serviços, em 21 unidades no Interior do Estado, além da Região Metropolitana de Porto Alegre, conforme relação abaixo:

Alvorada	Estrela	Palmeira das Missões
Bento Gonçalves	Frederico Westphalen	Panambi
Canoas	Gravataí	Pelotas
Carazinho	Gramado	Santa Maria
Caxias do Sul	Ijuí	Santo Ângelo
Encantado	Montenegro	Soledade
Esteio	Novo Hamburgo	Taquara

A Seção de Manutenção, no ano de 2013, recebeu 336 demandas pelo sistema informatizado Trace-GP, além de pedidos telefônicos e via *e-mail*, os quais ocasionaram as seguintes atividades:

ATIVIDADES EXECUTADAS PELA EMPRESA CONTRATADA – EPACOM	QUANTIDADE
Revisão e conserto de portão de ferro	1 un.
Conserto/regulagem de porta de divisória	2 un.
Vidro liso comum transparente, espessura de 4mm	1,62 m²
Película para vidro	207,42 m²
Regulagem de mecanismo de porta de vidro temperado	1 un.
Montagem de estante metálica	18 un.
Persiana vertical com lâminas em tecido <i>blackout</i> (50% poliéster e 50% emborrachado), com acabamento espatulado em 3 camadas	117 m²
Teste nível 2 – recargas de extintores	9 un.

A seguir, é apresentado o quadro de atendimento de serviços executados via contratação pelo sistema ADMEletrônico ou pela própria Seção:

ATIVIDADES	OUTRAS EMPRESAS	PRÓPRIA SEÇÃO	QUANTIDADE
Manutenção de Persianas	X		75

Recarga de extintores e cilindros	X		42
Montagem de Exposição (5), quadros		X	159
Poda e supressão total de árvores	X		40
Instalação de Placas		X	20
TOTAL			336

Seção de Instalações Eletrológicas

Foram realizados diversos projetos, orçamentos, fiscalizações e execuções de redes elétricas e lógicas, tais como o novo espaço do Sistema PJe-JT no Foro Trabalhista de Porto Alegre, novas Varas do Trabalho em Capão da Canoa, Tramandaí e Nova Prata, reformulação de redes em prédios existentes, como Osório e Estrela, e, ainda, novos projetos para prédios a serem construídos, como Erechim, Estrela, Lajeado, São Leopoldo, Novo Hamburgo, Viamão, entre outros.

Em 2013, a Seção de Instalações Eletrológicas atendeu a 1.311 demandas de manutenção elétrica geral, incluindo iluminação, tomadas e quadros elétricos.

Também atendeu a 1.444 demandas de lógica e telecomunicações incluindo pontos de rede para informática, pontos de telefonia, som, imagem, organização de *racks*, infraestrutura para CFTV, entre outros.

Foram mais de 50 eventos de sonorização atendidos, incluindo inaugurações, posses, sessões, cursos, palestras e reuniões na Região Metropolitana e Interior.

Dentre os diversos itens de elétrica e telecomunicações que foram reparados ou instalados, destacaram-se:

ITEM	QUANTIDADE
Cabos Elétricos	18.502 metros lineares
Cabos de Telecomunicações	20.845 metros lineares
Disjuntores e dispositivos de Proteção	379 un.
Lâmpadas	10.398 un.
Luminárias	1.683 un.
Reatores	2.039 un.
Reparos e Instalações de Pontos Lógicos	2.830 un.

Seção de Instalações Mecânicas

A Seção de Instalações Mecânicas elabora projetos e orçamentos, acompanha a execução e a manutenção de obras e serviços que envolvem condicionadores de ar e elevadores.

Dentre as principais ações da área em 2013, destacam-se:

- Projeto básico para a contratação da obra de climatização do Foro Trabalhista de Porto Alegre;
- Projeto de climatização para o prédio do Arquivo-Geral e do Memorial;
- Contratação do escritório de projetos de climatização;
- Contratação de empresa para instalação/remanejamento de condicionadores de ar tipo *split* para Porto Alegre e Região Metropolitana;
- Contratação de empresa para fornecimento e instalação/remanejamento de condicionadores de ar tipo *split* para o interior do Estado;
- Fiscalização da execução da climatização nas novas instalações do Posto Avançado da Justiça do Trabalho – PAJT de Tramandaí;
- Projeto básico e fiscalização da obra de climatização nas novas instalações do PAJT de Nova Prata;
- Projeto básico para contratação da obra de climatização para as novas instalações do PAJT de Panambi;
- Fiscalização da execução do monta-carga para o restaurante do Prédio Administrativo;
- Fiscalização de 4 contratos de manutenção de condicionadores de ar, sendo atendidos 590 chamados de manutenção corretiva;
- Gestão de 25 contratos de manutenção de elevadores.

Seção de Metalurgia

A Seção de Edificações e Metalurgia, no ano de 2013, realizou projetos, orçamentos e fiscalização de obras e serviços, concluindo 1.633 ordens de serviço.

Dentre as várias obras fiscalizadas pela Seção, destacaram-se: Foro Trabalhista de Canoas; Foro Trabalhista de Cachoeira do Sul; Foro Trabalhista de Ijuí; Foro Trabalhista de Alvorada; Foro Trabalhista de Canoas; Foro Trabalhista de Porto Alegre; Foro Trabalhista de Santa Maria; Foro Trabalhista de Taquara; Foro Trabalhista de Cachoeira do Sul; Foro Trabalhista de Caxias dos Sul; Foro Trabalhista de Sapiranga; Foro Trabalhista de Farroupilha; Foro Trabalhista de Novo Hamburgo; TRT.

Dentre os diversos itens fiscalizados pela Seção de Edificações, destacaram-se como sendo de maior volume:

ITEM	QUANTIDADE
Impermeabilização com manta asfáltica	460 m2

Pintura acrílica	9941 m2
Pintura PVA	738 m2
Pintura esmalte	1073 m2
Massa corrida	850 m2
Isolamento de janelas	98 un.
Troca de reparo de válvulas de descarga	254 un.
Instalação de bebedouros elétricos	109 un.
Desentupimento de rede de esgoto	342 m2
Telhado	269 m2

Seção de Marcenaria e Carpintaria

A Seção de Marcenaria e Carpintaria concluiu 996 ordens de serviço em 2013, período que contou com 236 dias úteis, perfazendo uma média de 4,2 ordens diárias, com a execução das seguintes atividades:

- Confecção de atris;
- Confecção e instalação de cabideiros, bem como eventuais trocas de local;
- Confecção, instalação e remoção de divisórias comuns (AL1, AL2 e AL3);
- Conserto, instalação e substituição de fechaduras de portas e de móveis;
- Confecção, conserto, montagem, desmontagem, instalação e restauração de móveis;
- Conserto, instalação e remoção de portas, bem como instalação e substituição de dobradiças;
- Confecção, instalação e remoção de prateleiras;
- Confecção e instalação de murais;
- Confecção de molduras para organogramas;
- Colocação e troca de local de quadros e espelhos;
- Colocação de biombos;
- Colocação de ganchos para bolsas, em banheiros e em estações de trabalho;
- Confecção de supedâneos;
- Confecção de suportes de monitor;
- Confecção de base para placas de inaugurações diversas;
- Outras, como abertura de gaveteiros, colocação de porta-toalhas e saboneteiras, confecção de rampa para acesso de carrinho de processos, e conserto de portas de *shaft*.

Dentre os serviços executados, destacaram-se:

- Instalação de divisórias e portas no Prédio Administrativo;
- Mudança no *layout* do Plenário para colocação de rampa de acesso;
- Colocação de isolantes acústicos em diversos gabinetes do TRT e salas do Prédio Administrativo;
- Execução de serviços variados nas Varas da Região Metropolitana, bem como em Varas/Postos do Interior (Bagé, Bento Gonçalves, Capão da Canoa, Caxias do Sul, Estrela, Gramado, Ijuí, Panambi, Passo Fundo, Rio Grande, Santa Cruz do Sul, Santa Maria, São Borja, São Lourenço do Sul, Taquara, Tramandaí e Torres) notadamente a revisão, remoção, instalação de divisórias, portas e fechaduras. Salienta-se a instalação de Vara do Trabalho em Estrela (2ª Vara do Trabalho) e de Posto Avançado em Panambi, bem como a troca de 40 fechaduras no Foro Trabalhista de Taquara;
- Confeção de seis móveis sob medida para atender necessidades específicas de unidades administrativas e judiciárias da Capital e Região Metropolitana, salientando-se os balcões de atendimento instalados no saguão do prédio-sede do TRT e três tablados para fotos oficiais do TRT.
- restauração de 10 móveis para os gabinetes da Corregedoria Regional, da Presidência e de Desembargadores.

A partir de julho de 2013, algumas demandas foram terceirizadas, sendo que 56 (cinquenta e seis) ordens de serviço foram concluídas pela empresa Epacom, em Varas do Trabalho/Unidades de Porto Alegre e da Região Metropolitana (Esteio, Montenegro, Novo Hamburgo, Sapiranga, Sapucaia, São Jerônimo, São Leopoldo e Viamão), e de cidades do interior (Arroio Grande, Camaquã, Caxias do Sul, Cruz Alta, Erechim, Estrela, Lagoa Vermelha, Osório, Passo Fundo, Pelotas, Rio Grande, Santa Cruz do Sul, Santa Maria, Santa Vitória do Palmar, Santo Ângelo, Três Passos e Triunfo). Houve também a autuação de 10 Processos Administrativos Eletrônicos para compra de materiais diversos, madeiras, compensados, perfis de alumínio, chapas de divisórias, entre outros, bem como de uma esquadrejadeira, uma coladeira, um motor para polimento e um esmeril.

Por fim, segue a relação dos cursos e treinamentos realizados por servidores da Seção:

- Curso de Manuseio e Confeção de Móveis em MDF;
- Curso Planejamento, Organização e Administração do Tempo;
- Curso Noções Básicas em Direito Processual do Trabalho;
- I Congresso Nacional de Gestão e Fiscalização de Contratos de Obras de Engenharia;
- Curso Como Licitar e Contratar Obras e Serviços de Engenharia;
- Curso Elaboração de Editais, Termos de Referência e Projetos Básicos;
- Curso BrOffice Texto – Básico e Avançado;
- Curso Introdução ao Direito Administrativo;
- Curso Retenção na Fonte de Tributos e Contribuições Sociais: IRRF, CSLL, COFINS, PIS, INSS e ISS;
- Curso EAD de Matemática;

- Curso EAD de Marcenaria;
- 16º Encontro Anual de Gestores.

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

COORDENADORIA DE PAGAMENTO

A Secretaria de Orçamento e Finanças elaborou as folhas de pagamento mensais, suplementares, de férias e de gratificação de natal. Das atividades exercidas, destacaram-se as seguintes:

- Elaboração de controles e planilhas eletrônicas;
- Acompanhamento da legislação sobre pagamento de pessoal;
- Preparo de informações em processos administrativos;
- Emissão de certidões;
- Prestação de informações à Advocacia-Geral da União, aos Juízes Federais e Estaduais e à Procuradoria da Fazenda Nacional;
- Controle e encaminhamento de débitos existentes na folha de pagamento para inscrição em Dívida Ativa da União;
- Manutenção da parte de cálculo da folha, como criação, exclusão e associação de rubricas, bem como desenvolvimento e atualização das tabelas de dados e outros indicadores;
- Transmissão dos arquivos para crédito da folha de pagamento na rede bancária;
- Controle e elaboração da DIRF, Informe de Rendimentos do IRRF, RAIS, SEFIP e PASEP;
- Utilização de programas de busca de informações no banco de dados (*Access* e *Discoverer*);
- Automatização dos procedimentos mensais de concessão de progressões/promoções, adicional de qualificação por ações de treinamento, por meio da manipulação direta do banco de dados da Folha de Pagamento via utilização do *microsoft access*; automatização dos procedimentos de indenização das dispensas de FC/CJ ocorridas durante o ano e do cômputo da média das substituições dos Juízes no cálculo da parcela final da gratificação natalina;
- Inclusão no banco de dados do Sistema de Compras dos pagamentos dos honorários periciais via utilização do *microsoft access*, a partir de planilha eletrônica elaborada pela Coordenadoria de Precatórios;
- Emissão e envio, via Malote Digital, dos contracheques dos servidores cedidos a outros Tribunais;
- Criação e manutenção da página na intranet, com as informações referentes aos pagamentos realizados e a serem realizados;
- Criação e manutenção dos dados no menu “Transparência” do portal do Tribunal na internet;
- Encaminhamento, a partir da competência novembro de 2010, ao Conselho Nacional de Justiça – CNJ, do Detalhamento da folha de pagamento de pessoal – Anexo VIII e da Estrutura Remuneratória – Anexo III, da Resolução nº 102, de 15.12.2009;

- Validação e envio de arquivos de dados no formato XML ao Ministério da Previdência Social para Avaliação Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos da União para o exercício de 2013;
- Administração e renovação dos contratos regulados pela Portaria TRT nº 108, de 24.01.2005;
- Análise dos lançamentos e pagamentos efetuados pela folha de pagamento, mediante o uso de técnicas de auditoria, visando a detectar possíveis incorreções no sistema, fortalecendo a segurança das operações;
- Verificação, mediante controles diversos, da adequacidade e legalidade das operações efetivadas no sistema de folha de pagamento e respectivos efeitos.

Principais alterações e pagamentos extraordinários efetuados no exercício de 2013:

JANEIRO	• Reajuste aos inativos no percentual de 6,20%, a partir de 1º.01.2013, dos benefícios mantidos pela Previdência Social, previsto na Portaria Interministerial MPS/MF nº 15, de 10.01.2013, publicada no DOU de 11.01.2013; • Pagamento aos magistrados e classistas, ativos, inativos e pensionistas, das diferenças da Unidade Real de Valor (URV) sobre a Parcela Autônoma de Equivalência (PAE), na proporção de 45%; • Pagamento do adiantamento de 50% da gratificação natalina do exercício de 2014 aos servidores inativos e pensionistas substituídos pelo Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Rio Grande do Sul – Sintrajufe/RS na Ação Ordinária nº 5069969-88.2012.404.7100/RS e que haviam optado no Sistema de Folha de Pagamento pela percepção no mês de janeiro de 2014 (Processo Administrativo nº 0000042-62.2013.5.04.0000). Nos meses de fevereiro a maio, houve pagamentos idênticos.
FEVEREIRO	• Recálculo dos passivos de Parcela Autônoma de Equivalência – PAE (período de setembro/1994 a dezembro/1997), Adicional por Tempo de Serviço – ATS de magistrados (período de janeiro/2005 a maio/2006), Unidade Real de Valor – URV (período de abril/1994 a dezembro/2000) e Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada – VPNI (período de abril/1998 a abril/2006), conforme Ofício Circular CSJT.SG.CCAUD nº 01, de 14 de fevereiro de 2013. Esse trabalho estendeu-se até dezembro, em face da complexidade.
MARÇO	• Pagamento das diferenças de janeiro a março de 2013, decorrentes dos reajustes assegurados pelas Leis nº 12.771 e 12.774, ambas de 28.12.2012, DOU de 31.12.2012, com correção monetária e juros. Houve também o reenquadramento previsto no Anexo III (Anexo V da Lei nº 11.416, de 15.12.2006).
JUNHO	• Pagamento do enquadramento previsto no art. 3º da Lei nº 12.774, de 28.12.2013 (categoria de Auxiliar Operacional de Serviços Diversos que ocupavam as Classes “A” e “B”); • Divulgação do relatório Detalhamento da Folha de Pagamento de Pessoal (Anexo VIII, da Resolução CNJ nº 102/2009) também com servidores e magistrados inativos e pensionistas.
SETEMBRO	• Pagamento a servidores e pensionistas PJ-1 da diferença do decréscimo remuneratório, conforme Mandado de Segurança nº 0056889-60.2003.404.7100.
NOVEMBRO	• Pagamento da 4ª parcela do passivo da diferença do recálculo da PAE aos magistrados e classistas, com o pagamento da URV sobre a PAE do período de setembro/1994 a janeiro/1995 e desconto dos 45% da URV sobre a PAE pagos anteriormente, conforme critérios do Acórdão TCU nº 2306/2013 – Plenário. Em dezembro houve novos pagamentos, de acordo com as declarações dos interessados, na forma do art. 7º do Ato CSJT nº 48/2013; • Pagamento da 4ª parcela do passivo da diferença da URV aos servidores,

	conforme critérios do Acórdão TCU nº 2306/2013 – Plenário. Em dezembro houve novos pagamentos, de acordo com as declarações dos interessados na forma do art. 7º do Ato CSJT nº 48/2013.
DEZEMBRO	• Devolução dos descontos da URV sobre a PAE, processados quando do pagamento da 4ª parcela do passivo da diferença do recálculo da PAE de magistrados, atualizado até dezembro de 2013, se efetuado em novembro, ou pelo mesmo valor, se efetuado em dezembro/2013, decorrentes da suspensão dos efeitos do Acórdão TCU nº 2.306/2013 – Plenário, por força da Medida Cautelar em Mandado de Segurança nº 32.538 do STF; • Pagamento das diferenças resultantes do reenquadramento dos antigos Auxiliares Operacionais de Serviços Diversos e Auxiliares Judiciários para o cargo de Técnico Judiciário, conforme previsto na Resolução CSJT nº 129/2013, assim como do montante devido relativo ao período de 31 de dezembro de 2012 a outubro de 2013, a título de reposicionamento de dois padrões dos servidores de carreira, conforme determinação contida na Portaria Conjunta STF nº 4/2013, de 08.10.2013; • Pagamento de auxílio-alimentação aos magistrados ativos do período de maio a setembro de 2010, com correção monetária e juros na forma do Ato CSJT nº 48/2010, com a redação do Ato CSJT nº 432/2012; • Pagamento de folha suplementar com as diferenças remuneratórias decorrentes de concessões encaminhadas após o fechamento da folha normal de dezembro de 2013; • Pagamento parcial aos magistrados e classistas da correção monetária e dos juros sobre o auxílio-moradia de janeiro de 1998 a agosto de 1999, pago como parte integrante do Abono Variável concedido pela Lei nº 10.474/02, conforme Processo CSJT-PP-744-53.2012.5.90.0000; • Pagamento de Abono de Permanência aos beneficiários com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos; • Pagamento das diferenças da incorporação da Vantagem Pecuniária Individual concedida pela Lei nº 10.698/03, nas férias e na gratificação natalina de maio de 2003 a dezembro de 2007, aos ativos, inativos e pensionistas.

Integram a folha de pagamento do Tribunal os seguintes quantitativos de pessoal:

NÚMERO DE SERVIDORES E MAGISTRADOS		
Ativos	Servidores	3.460
	Magistrados	288
	Servidores	1.051
Inativos	Magistrados	111
	Juizes Classistas	113
Pensionistas	Pensionistas Civis	473
TOTAL		5.496

COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Em 2013, dentre as atividades relacionadas a orçamento e finanças do Tribunal, destacaram-se:

- Elaboração da Proposta Orçamentária Prévia 2014 de pessoal, encargos sociais e benefícios, com projeção da folha normal de pessoal e incrementos não previstos na folha base, bem como levantamento atualizado dos passivos devidos pelo Tribunal. Inclusão da Proposta Orçamentária 2014 no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – Siop;
- Elaboração da proposta para abertura de créditos suplementares no decorrer do exercício para atender a despesas com pessoal, encargos sociais e outros custeios. Inclusão do Pedido de Suplementação Orçamentária 2013 no Siop; lançamento de dados no Siop de acompanhamento e informações relativas ao desempenho das ações orçamentárias sob a responsabilidade do TRT;
- Projeções e acompanhamento dos saldos orçamentários e financeiros do Orçamento de 2013, referentes a despesas com pessoal, encargos sociais e benefícios assistenciais, com demonstrativos de previsão da despesa e cálculos de acréscimos à despesa, tais como projeções de aposentadorias, pensões civis e preenchimento de novos cargos e funções, criados pelas Leis nº 11.436/06, 12.421/2011 e 12.475/2011, e outras diversas variáveis;
- Alteração de QDD (Quadro de Detalhamento da Despesa), em nível de Modalidades de Aplicação e Elemento de Despesas nos grupos de despesas com pessoal, encargos sociais, benefícios, precatórios, RPV, e assistência jurídica a pessoas carentes;
- Execução orçamentária e financeira da folha de pagamento de pessoal, sendo feita no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi a apropriação da despesa, documentos de descontos, encargos e emissão de ordens bancárias, viabilizada por meio da emissão de documentos de movimentação financeira com o acompanhamento e controle da execução;
- Atualização de dados no Siafi e pagamento de valores referentes a Precatórios da Administração Direta, Indireta e Requisições de Pequeno Valor;
- Pagamento de honorários periciais – registro e pagamento no Siafi do Programa Assistência Jurídica a Pessoas Carentes e consequente disponibilização dessas informações em meio eletrônico;
- Emissão de Ordens Bancárias de Pagamento de fornecedores e respectivas retenções;
- Emissão de Ordens Bancárias de Folha de Pagamento de magistrados, servidores e pensionistas;
- Pagamento de diárias a servidores, magistrados e eventuais, e disponibilização em meio eletrônico dessas informações;
- Transmissão de informações à Previdência Social, por meio do aplicativo Sefip, dos trabalhadores vinculados ao RGPS que prestaram serviço ao Tribunal;
- Análise da documentação referida no art. 11, §1º, da Resolução CNJ nº 98/2009, para fins da liberação a que se refere;
- Restituição aos contribuintes de valores arrecadados por meio de GRU, no caso de pagamentos a maior ou indevidas;
- Regularização, junto à Receita Federal do Brasil, de pendências relativas a recolhimentos de tributos (Redarf e Certidão Negativa de Débitos);

- Elaboração de Relatórios Gerenciais para acompanhamento da execução do Orçamento, tais como: 1. Variação Mensal da Despesa Orçamentária; 2. Controle do Saldo Orçamentário; 3. Projeções da Folha de Pagamento; e 4. Comparativo do Sub-repasse das Categorias de Pessoal e Outros Custeios com a Despesa Executada;
- Declarações para empresas do imposto referente à Lei nº 9.430/96;
- Elaboração da Declaração de Imposto e Contribuições Retidas em meio magnético, discriminando mensalmente o somatório dos valores pagos e o total retido, por contribuinte e por código de recolhimento, nos termos das especificações aprovadas pela Secretaria da Receita Federal;
- Elaboração, publicação no Diário Oficial da União (DOU) e disponibilização em meio eletrônico do Relatório de Gestão Fiscal -RGF nos três quadrimestres do ano. Lançamento e disponibilização do RGF no Sistema de Coleta de Dados Contábeis da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios – SISTN;
- Conciliação e composição de contas contábeis de adiantamentos e provisão de férias e gratificação de natal;
- Elaboração do Cronograma Anual de Desembolso;
- Lançamento no SIAFI e encaminhamento dos Pedidos de Programação Financeira – PPF de pessoal e benefícios;
- Atendimento, controle e acompanhamento das mensagens da ASPO/CSJT, contendo informações orçamentárias e financeiras solicitadas pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho – CSJT.

SECRETARIA DE APOIO ADMINISTRATIVO

Em 2013, a Secretaria de Apoio Administrativo – Seapa promoveu e coordenou os serviços de apoio necessários às diversas atividades desenvolvidas no prédio-sede do TRT, tais como manutenção predial, segurança, transportes, serviços gráficos, portaria, reprografia, zeladoria, limpeza, manutenção de viaturas, telefonia e transporte de processos, documentos e cargas.

Na Capital e no interior do Estado, a Seapa atuou como gestora dos contratos nos serviços de vigilância, limpeza, jardinagem e telefonia. Na Capital, ainda, coordenou a gestão de contratos com empresas terceirizadas que executaram serviços de copeiragem, recepcionistas, transporte de processos e documentos, movimentação de cargas em geral e lavagem de veículos.

Por meio da Portaria nº 7.835, de 14.10.2013, foi implementada a Central de Recebimento de Demandas Administrativas – Credem, que atua junto à Seapa, sob a responsabilidade do Diretor da Secretaria.

A Credem visa a eficácia na solicitação e atendimento das demandas administrativas, por meio de um sistema informatizado de recepção e processamento das solicitações, resultando na agilização dos trâmites internos e a melhoria da comunicação. Objetiva ainda a atender o Plano Estratégico do Tribunal, no que tange à inovação, integração e atualização dos sistemas de informação. Da data de sua criação até o final no ano, foram recebidas aproximadamente 100 (cem) demandas, as quais foram imediatamente respondidas e encaminhadas às unidades competentes.

Além da gestão das atividades citadas, a Secretaria de Apoio Administrativo ainda realizou as seguintes ações:

- Controle dos vencimentos dos contratos de serviços terceirizados vinculados às suas diversas Seções;
- Recebimento, arquivamento e controle da documentação e registros dos funcionários das empresas terceirizadas das áreas da limpeza e transporte de processos;
- Prestação de informações e documentação para a Advocacia-Geral da União quanto às ações trabalhistas movidas contra o TRT da 4ª Região, relativas às empresas terceirizadas, cuja gestão de contratos incumbe à Seapa;
- Encaminhamento de prorrogações dos contratos de serviços terceirizados;
- Análise das minutas de contratos e pregões eletrônicos referentes a contratações de serviços terceirizados;
- Elaboração de projetos básicos para contratações de serviços terceirizados;
- Elaboração de relatórios, ofícios e demais documentos atinentes à Seapa;
- Autuação de processos eletrônicos e elaboração de minutas de despachos;
- Atualização do guia telefônico na Intranet, encaminhamento para impressão gráfica e distribuição às diversas unidades da Capital e Interior do Estado;
- Divulgação no *site* do Tribunal, na internet, da relação dos veículos da frota da Instituição;
- Distribuição do calendário do Tribunal para as unidades administrativas e judiciárias da Capital e interior do Estado;
- Atualização contínua do Portal Transparência;
- Gestão dos contratos mantidos com as empresas Claro e Vivo, para o serviço de telefonia móvel para voz e dados em aparelhos *smartphones*;
- Distribuição, organização, e controle dos celulares funcionais de desembargadores, juízes e servidores da Administração, incluindo orientações quanto ao uso, reparos e/ou trocas, visando a seu perfeito funcionamento e utilização.

Seção de Conservação Predial

A Seção de Conservação Predial coordenou os serviços necessários à conservação predial por meio das Seções de Zeladoria e Limpeza. Atendeu também, na Região Metropolitana e no Interior do Estado, as demandas de limpeza, jardinagem e dedetização, tendo realizado, em 2013, as seguintes atividades:

- Coordenou e supervisionou as Seções de Zeladoria e Limpeza;
- Elaborou Projetos Básicos e Termos de Referência;
- Realizou a gestão dos contratos com empresas terceirizadas de limpeza que atuam em todo Tribunal;
- Efetuiu a proposição de Termos Aditivos e Supressões aos contratos de limpeza;
- Efetuiu a proposição de renovação do contrato de limpeza, com pesquisa dos custos junto a diversos órgãos públicos;
- Realizou a análise de documentos fiscais e trabalhistas fornecidos pelas empresas contratadas;

- Conferiu e atestou as Notas Fiscais dos contratos sob gestão da Seção;
- Elaborou despachos em processos e expedientes administrativos;
- Efetuou a proposição de contratação de serviços de jardinagem e dedetização para todo o TRT;
- Encaminhou informações para a AGU, relativamente aos empregados terceirizados do contrato de limpeza que ingressaram com ações judiciais trabalhistas;
- Elaborou relatórios, memorandos, ofícios e mensagens eletrônicas.

Seção de Limpeza e Conservação

A Seção de Limpeza e Conservação realizou, em 2013, as seguintes atividades:

- Supervisão e fiscalização dos serviços terceirizados de limpeza dos prédios do Tribunal, das Varas do Trabalho da Capital e do Interior do Estado;
- Controle do recolhimento do lixo orgânico e seco (reciclável), no prédio-sede e no Prédio Administrativo, bem como nos prédios do Foro Trabalhista da Capital, com planilhas enviadas à Comissão de Gestão Ambiental, para registro do *quantum* apurado mensalmente;
- Controle de pragas (desinsetização/desratização) dos prédios do TRT em Porto Alegre e de várias unidades do Interior, dentre as quais: Novo Hamburgo, Gravataí, Bagé, Sapiranga, Viamão, Marau, São Leopoldo, Cachoeira do Sul e Canoas;
- Aprimoramento do controle da documentação dos funcionários da atual empresa terceirizada, ACN – Serviços de Limpeza e Portaria Ltda., destacando-se a criação de tabelas e pastas individuais para a otimização desse processo, para acompanhamento dos documentos recebidos, tais como: cartões-ponto, recibos de salários, entrega de equipamentos de proteção individual, vales-transporte e alimentação;
- Acompanhamento, junto à empresa terceirizada, dos pleitos e necessidades de todas as unidades do Tribunal, seja em razão de materiais ou de funcionários para a realização dos serviços;
- Fiscalização diária do suprimento de materiais, em especial os de higiene (papel higiênico, papel toalha, sabonete líquido, álcool gel, aromatizador ambiental, etc.), nas dependências do Tribunal, do Foro Trabalhista e das unidades do Interior, bem como atendimento das solicitações dos servidores;
- Representação do Tribunal, como preposto, na Capital, em audiências trabalhistas ajuizadas contra o TRT e a União Federal, envolvendo empresas terceirizadas de limpeza, pelo Assistente-Chefe da Seção e pelo Fiscal das Varas do Trabalho, e no Interior, representado pelos Diretores das Coordenadorias de Distribuição dos Feitos nos respectivos Foros Trabalhistas;
- Disponibilização, na intranet, de formulário para lavagem de pisos, bem como sistema de avaliação para receber sugestões sobre o trabalho desenvolvido em todas as unidades;
- Acompanhamento *in loco* das inaugurações ocorridas no ano de 2013, coordenando a limpeza e colocação de funcionários terceirizados, bem como nas mudanças de prédio, das seguintes unidades: Torres, Capão da Canoa, Tramandaí, Panambi e Estrela;
- Fiscalização e acompanhamento detalhado da limpeza em eventos de grande porte.

Seção de Oficinas Gráficas

A Seção de Oficinas Gráficas realizou, em 2013, as seguintes atividades:

- Impressão de documentos e formulários em geral, bem como reprodução de convites diversos, informativos, cartazes, cartões timbrados com envelopes, folders, etc;
- Confecção de carimbos;
- Serviços de encadernação;
- Confecção do guia telefônico interno.

Quadro comparativo das atividades realizadas em 2012 e 2013:

	ANO DE 2012	ANO DE 2013
Confecção de carimbos	4.490	7.340
Encadernações	2.421	4.350
Impressos em geral	2.106.000	3.771.000

Seção de Portaria

A Seção de Portaria realizou, em 2013, as atividades de recepção, transporte e entrega de correspondências e processos entre os prédios da Capital, conforme descrito no quadro a seguir:

MOVIMENTAÇÃO DE CORRESPONDÊNCIAS

	ANO DE 2012	ANO DE 2013
Correspondências registradas (via correio)	6.788	6.097
Correspondências simples (via correio)	18.053	3.953
Processos (via malote)	19.931	40.940
Correspondências (via malote)	41.403	16.440
Processos da Capital (Varas do Trabalho)	4.005	5.192
Processos MP	794	416
Correspondências da Capital (Varas do Trabalho)	4.397	4.493
Correspondências MP	312	246
TOTAL	95.683	77.777
MÉDIA MENSAL	7.973	6.481

Seção de Recepção de Gabinetes

A Seção de Recepção de Gabinetes realizou, em 2013, as seguintes atividades:

- Coordenação das atividades dos meirinhos;
- Coordenação da Seção de Reprografia;

- Atendimento às solicitações de transporte e entrega de processos e documentos, oriundas dos gabinetes de desembargadores, gabinetes de juízes convocados, Turmas, Presidência, Vice-Presidência, Corregedoria Regional, Vice-Corregedoria Regional, Ouvidoria, Secretaria do Tribunal Pleno, 1ª e 2ª SDI, SDC, todas as Seções da Segesp, Diretoria-Geral, todas as Seções do Material e Patrimônio, Assessoria da Coordenação Judiciária, Assessoria Judiciária, Secretaria Judiciária, Serviço Processual, sala 403, Assessoria de Juízes, Serviço de Precatórios, Secont, todas as Seções do Protocolo, Apoio Processual, Distribuição do Pleno, Serviço de Acórdãos, Traslados e Certidões, Portaria, Expedição, Sempro, Arquivo Geral, Biblioteca, Escola Judicial, Varas do Trabalho e apoio aos meirinhos nos dias de sessões (duas vezes na semana);
- Execução de cópias e digitalizações de documentos.

Seção de Telefonia

A atividade principal da Seção de Telefonia é o atendimento e a transferência de ligações telefônicas na Capital (prédio-sede e Foro Trabalhista de Porto Alegre).

Ligações telefônicas atendidas pela Seção de Telefonia (via telefonista) em 2013:

TIPOS DE LIGAÇÕES TELEFÔNICAS	QUANTIDADE
Ligações de entrada*	134.485
Ligações de saída*	9.924
Ligações internas	6.620
Total de ligações	151.029
Média mensal	12.586

Fonte: Tarifador Sumus for web

Em 2013, a Seção de Telefonia realizou as seguintes atividades:

- Elaboração e encaminhamento de relatórios com as ligações telefônicas, interurbanas e celulares locais, às unidades judiciárias e administrativas da Capital e do interior do Estado para identificação de ligações particulares (ressarcimento) e ateste daquelas realizadas por motivo de serviço;
- Ressarcimento do custo de ligações particulares da Capital, totalizando R\$ 13.220,00, com média mensal de R\$ 1.101,75.

VALORES TARIFADOS		
CAPITAL	2013 (R\$)	MÉDIA MENSAL (R\$)
Valor total cobrado *	92.909,13	7.742,00
Valores ressarcidos	13.220,99	1.101,75

* Refere-se somente aos valores de ligações interurbanas (DDD) e para telefones móveis (celulares). Não são computadas as ligações para telefones fixos locais e interurbanos realizados entre as unidades judiciárias trabalhistas do TRT.

Observação: Os valores referem-se aos meses de novembro/2012 a outubro/2013 (12 meses). Dados: tarifador Sumus for web.

- Ressarcimento do custo de ligações particulares do Interior, totalizando R\$ 6.691,78 anuais, com média mensal de R\$ 557,65:

INTERIOR	OUT/2012 A SET/2013	MÉDIA MENSAL
Valor total cobrado *	R\$ 134.400,90	R\$ 11.200,07
Valores ressarcidos	R\$ 6.691,78	R\$ 557,00

Obs.: Os valores referem-se aos meses de outubro/2012 a setembro/2013 (12 meses). A tarifação é realizada a partir dos dados fornecidos pela operadora Oi/SA.

- elaboração de termos de referência para a contratação (licitação) de serviços e equipamentos de telefonia, conforme segue:
 - (1) serviço de telefonia fixa comutada (STFC), modalidade local, a partir de linhas analógicas (diretas) para as unidades que não possuem sistema Digital DDR – PE 0055/13-08 – outubro/2013;
 - (2) solicitação e/ou contratação de linhas telefônicas para as Varas do Trabalho inauguradas em 2013 (aditamento Contratos 94/2011 e 94/2013);
 - (3) solicitação de prorrogação dos Contratos 170/2011, 106/2011, 94/2011 e 84/2012;
 - (4) conferência e atestados de faturas dos serviços contratados de telefonia e inclusão dos documentos nos respectivos processos administrativos eletrônicos;
 - (5) contato com as operadoras de telefonia para solicitar reparos, correções de faturamento, emissão de 2ª via de faturas, reuniões, etc;
 - (6) controle da distribuição dos celulares institucionais para os plantões judiciais e administrativos.

Seção de Zeladoria

Em 2013, a Seção de Zeladoria realizou as seguintes atividades:

- Zelo pelo patrimônio público, constatando danos e situações irregulares, relatando-os à Secretaria de Apoio Administrativo ou solicitando providências diretamente ao setor competente;
- Controle e acompanhamento do consumo de água, com adoção de medidas preventivas para redução de consumo, incluindo inspeções periódicas para detectar vazamentos;
- Acompanhamento do consumo de energia elétrica, com adoção de medidas preventivas para redução de consumo;
- Fiscalização do contrato de manutenção de elevadores do prédio-sede e Prédio Administrativo (a cargo da empresa Atlas Schindler), com acionamento de técnicos para a resolução de panes (158 acionamentos);
- Fiscalização da equipe do prédio-sede responsável pelo transporte de materiais, por meio de mão de obra terceirizada – a cargo da empresa Clinsul, a partir de 25.06.2012, com utilização dos funcionários para atendimento de atividades como o descarte de lixo, transporte de móveis,

mudanças internas, transporte de equipamentos para outras unidades, reposição de água nos bebedouros, etc;

- Fiscalização dos serviços realizados em cortinas, cuja execução neste exercício coube à empresa Rocho Decorações;
- Fiscalização do contrato de entrega de cartuchos de *toner* vazios à empresa Lexmark, a qual fornece 1 unidade carregada para cada 25 unidades vazias (em 2013, foram disponibilizadas 225 carcaças);
- Acompanhamento e fiscalização do fornecimento de materiais inservíveis para a empresa Embapel, para posterior permuta (recolhidos 1.487 kg de papel branco, 4.848 kg de papel misto, 74 kg de alumínio e 94 kg baterias, o que resultou no fornecimento de 100 resmas de papel A4 reciclado);
- Fiscalização do contrato de copeiragem, a cargo da empresa Clinsul, que fornece chá, água e café para as sessões de julgamento e eventos (968 no prédio-sede) realizados no âmbito do TRT, bem como o atendimento direto à Secretaria-Geral da Presidência, Secretaria da Corregedoria Regional e Escola Judicial;
- Afixação de cartazes em murais e elevadores;
- Disponibilização de utensílios para confraternizações realizadas no espaço multiúso;
- Confeção de chaves e consertos de fechaduras (serviços executados por terceiros: 386 cópias de chaves simples, 14 de chaves tetra, 4 trocas de segredos de fechadura – somente prédio-sede e Prédio Administrativo);
- Disponibilização de chaves diariamente aos servidores e funcionários terceirizados que realizam serviços em finais de semana e feriados.

COMPARATIVO DE CONSUMO DE ÁGUA E PRINCIPAIS SERVIÇOS REALIZADOS

	2012	2013
Consumo de água – prédio-sede	11.184m ³	13.000m ³
Eventos na sala multiúso	155	68
Encaminhamento confecção de chaves	275	386
Acionamento de técnico para os elevadores	90	158

COORDENADORIA DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

Em 2013, a Coordenadoria de Segurança Institucional realizou as seguintes atividades:

- Planejamento e organização das demandas ligadas à segurança, aos transportes e à manutenção da frota de veículos do Tribunal, estabelecendo diretrizes, métodos e critérios para execução dos serviços;
- Coordenação das unidades subordinadas: Setor de Operações, Setor de Inteligência e Tecnologia, Setor de Segurança Especializada, Setor de Segurança do Foro de Porto Alegre, Seção de Transportes e Seção de Manutenção de Viaturas;

- Planejamento e execução da segurança em eventos externos, tais como Feira do Livro; inauguração das novas Unidades; 16º Encontro de Gestores em Bento Gonçalves; 8º Encontro Institucional da Magistratura, em Canela/RS; Projeto Auditoria e Apoio Administrativos; estande na Expointer;
- Controle interno e manutenção dos sistemas de segurança ligados ao Ministério da Justiça (Infoseg) e à Secretaria da Segurança Pública do Estado (consultas integradas);
- Atendimentos ao Provimento nº 233, de 14.09.2009, da Corregedoria Regional;
- Gestão do contrato de vigilância armada;
- Traslados de dignitários que visitaram o TRT;
- Reforço na segurança em unidades do Interior em situações especiais, como: audiência do caso Boate Kiss em Santa Maria; audiência plúrima em Caxias do Sul; audiência com informação de risco em Sapiranga; audiência com informação de risco em Estância Velha;
- Seminário sobre Direito Portuário;
- Fórum Nacional Permanente em Defesa da Memória da Justiça do Trabalho – Memojutra;
- Participação no Projeto de Auditoria e Apoio Administrativos;
- Coordenação da Reciclagem 2013;
- Servidores atuantes na especialidade, com curso de primeiros socorros, segurança das pessoas e segurança das instalações, visando capacitar os agentes de segurança para prestarem os respectivos atendimentos de forma padronizada e seguindo as normas e recomendações internacionais.

Setor de Inteligência e Tecnologia

Em 2013, o Setor de Inteligência e Tecnologia realizou as seguintes atividades:

- Monitoramento de alarmes de intrusão: 7 unidades administrativas e 62 unidades judiciárias, monitoradas 24 horas por dia, 7 dias por semana;
- Monitoramento por CFTV: prédio-sede, Plenário do TRT, estande da Feira do Livro, estande da Expointer;
- Monitoramento por CFTV remoto (unidades administrativas): Arquivo e Memorial, Depósito Centralizado, Depósito da Seção de Cadastramento de Bens e Seção de Almoxarifado;
- Monitoramento por CFTV remoto (unidades judiciárias do Interior): Foros Trabalhistas de Bento Gonçalves, Caxias do Sul, Gravataí, Novo Hamburgo, Pelotas, Rio Grande e Santa Maria;
- Instalação e configuração dos sistemas de CFTV nos prédios dos Foros Trabalhistas de Bagé e Sapiranga e no Prédio Administrativo;
- Instalação e manutenção corretiva e preventiva de equipamentos;
- Portal detector de metais nas unidades judiciárias, atualmente com 52 equipamentos instalados;
- Instalação e substituição de sistemas de alarme de intrusão nas seguintes unidades: Vacaria, Torres, Frederico Wesphalen, Taquara, Capão da Canoa, Tramandaí, Panambi, Itaqui, Estrela, Passo Fundo, Farroupilha e Palmeira das Missões;
- Relatórios de inteligência, subsidiando a Coordenadoria com informações relativas à segurança da instituição;

- Monitoramento das atividades de risco potencial à atividade de segurança do Tribunal (manifestações sociais, movimentações sindicais e protestos em função de negociações trabalhistas, audiências trabalhistas com potencial de risco à segurança, atividades diversas);
- Cadastramento de servidores e prestadores de serviço que acessam o prédio-sede e o Prédio Administrativo, com pesquisa nos sistemas de informações de segurança; suporte nas operações de segurança em eventos, situações emergenciais e segurança de autoridades.

Qualificação dos servidores do setor:

- Seminário de Equipamentos de CFTV Brazil Roadshow 2013;
- Geovision; Seminário Internacional de Inteligência e Contrainteligência promovido por Intelabs Tecnologia Eletrônica;

Treinamento Ministrado:

- Seminário de Equipamentos de CFTV Brazil Roadshow 2013;
- Treinamento em sistemas Geovision;
- Comunicação para Gestores;
- Multiplicador do Programa de Ambientação Integrar-te, "Informações sobre Segurança no âmbito da Justiça do Trabalho da 4ª Região";
- Gestão de Segurança no Serviço Público;
- Treinamentos no Sistema Trace-GP para todos os integrantes da equipe;
- Capacitação em instalação e configuração de equipamentos detectores de metais;
- Seminário de Inteligência do Poder Judiciário – Brasília/DF;
- Feira Internacional de Equipamentos de Segurança – São Paulo/SP;
- Gerenciamento de Projetos.

DADOS ESTATÍSTICOS		
Atividade	Quantidade	OBSERVAÇÕES
Total de ordens de serviço abertas	254	
Monitoramento de alarmes de intrusão	66	Unidades administrativas e judiciárias (24h/dia)
Monitoramento de CFTV	16	
Instalação de sistemas de CFTV	3	
Sistemas de alarme de intrusão instalados ou substituídos	12	
Consertos sistemas alarme de intrusão	20	
Instalação e/ou manutenção de equipamento portal detector de metais	21	
Relatórios de Inteligência	10	
Solicitações de cadastro de servidores no controle de acesso	119*	Dados registrados no Trace-GP a contar de dezembro/2013
Solicitações de cadastro de prestadores de serviço no controle de acesso	43*	Dados registrados no Trace-GP a contar de dezembro/2013

Setor de Segurança Especializada

- Atendimentos e/ou orientações a servidores da Capital e interior do Estado, terceirizados e usuários da justiça;
- Suporte com pessoal e equipamentos nos grandes eventos promovidos pelo TRT, tais como posses de desembargadores e cerimônia de posse da nova Administração.

Prevenção e combate a incêndio:

- Elaboração de Projeto Básico para licitação e fiscalização do serviço de recarga de extintores das unidades trabalhistas da Grande Porto Alegre;
- Avaliação das bombas de hidrante e *sprinklers* do prédio-Sede do TRT;
- Avaliação do sistema de alarme de incêndio no prédio-Sede do TRT.

Contrato de vigilância terceirizada:

- Fiscalização do serviço de vigilância nas unidades do TRT em todo o Estado;
- Reorganização das planilhas e arquivos referentes ao controle dos vigilantes da empresa de vigilância terceirizada;
- Melhoramento do sistema de fiscalização do cumprimento do contrato de serviço terceirizado de vigilância armada no TRT da 4ª Região;
- Participações, como prepostos, em audiências de ações trabalhistas movidas por funcionários da empresa Seltec Vigilância Especializada Ltda., em que o TRT é reclamado, de forma subsidiária.

Contrato de Recepcionistas:

- Fiscalização do Contrato nº 115/2012, de recepcionistas no prédio-Sede e no Foro Trabalhista de Porto Alegre;
- Projeto Auditoria e Apoio Administrativos: Representação da Secretaria de Apoio Administrativo – Seapa e Coordenadoria de Segurança Institucional, em visita a diversos Foros Trabalhistas.

Setor de Operações

- Segurança preventiva e ostensiva nas Salas de Sessões, Presidência, Corregedoria Regional e demais postos do prédio-sede;
- Recepção, proteção e acompanhamento de autoridades;
- Execução de plantões nos feriados e finais de semana;
- Controle e proteção dos estacionamentos;
- Operação dos sistemas detectores de metais;
- Atendimento aos botões de pânico;
- Atendimento às ocorrências de primeiros socorros;
- Registro de ocorrências (furto, perda de objeto, etc.);
- Coibição do ingresso ou da permanência de pessoas portando qualquer espécie de armamento nas unidades judiciárias e administrativas;
- Controle de acesso de pessoas ao prédio-sede do TRT;

- Organização dos serviços realizados pela vigilância terceirizada.

Organização e Controle:

- Supervisão e orientação dos serviços executados pelas recepcionistas terceirizadas: Identificação de visitantes, cadastro de novos visitantes, fornecimento de informações gerais, encaminhamento de visitantes ao destino correto e localização de funcionários para atendimento de entregas;
- Acompanhamento de ingresso de terceirizados: Verificação de cadastro atualizado e válido, verificação de uniforme e identificação;
- Controle dos acessos feitos pela guarita localizada na rua Marcílio Dias: observação do trânsito de veículos e pessoas pelo acesso, bem como na frente da guarita;
- Registro de ocorrências no prédio-sede e no Prédio Administrativo (furto, perda de objetos, etc.);
- Gerenciamento do uso de boxes dos estacionamentos;
- Controle da saída de materiais.

Outras Atividades

- Recepção de acadêmicos em visita ao TRT;
- Recepção de autoridades e encaminhamento ao seu destino;
- Atendimento às ocorrências de primeiros socorros;
- Auxílio às pessoas com deficiência.

Setor de Segurança das Varas de Porto Alegre

O Setor de Segurança das Varas de Porto Alegre realizou as seguintes atividades em 2013:

- Realização de audiências, em geral na sala de segurança, envolvendo apenas, podendo também, a cargo da autoridade, serem realizada nas salas de audiências das Varas;
- Atendimentos a chamados nas secretarias das Varas, nas salas de audiências e nas dependências em geral, para ocorrências como agressões, desentendimentos, desacatos, barulho e socorro de saúde. Os chamados são realizados por telefone, via alarme de pânico ou pessoalmente;
- Videomonitoramento, para acompanhamento da circulação de pessoas nas dependências do Foro por meio de 58 câmeras de vídeo, sendo 56 fixas e 2 móveis. As imagens são gravadas no sistema e ficam disponíveis para recuperação por aproximadamente 10 dias, conforme volume de gravação;
- Acompanhamento rotineiro do sistema de combate a incêndio, caixas de hidrantes e mangueiras, chuveiros *sprinklers* e extintores, fazendo os encaminhamentos necessários para manutenção;
- Controle de acesso de veículos de Juízes Titulares, Diretores de Secretaria e Chefes de Setores. Utilizam vagas fixas os Juízes Substitutos, Oficiais de Justiça, Viaturas Oficiais do Tribunal, outros órgãos públicos e idosos;
- Controle de achados e perdidos: diariamente, são recebidos objetos e documentos que foram perdidos nas dependências do Foro. É realizada a guarda e devolução dos objetos procurados.

Portais detectores de metais e raios-X:

Contando com dois aparelhos detectores de metais e um equipamento de raios-X nos acessos principais do prédio, a equipe de segurança reteve os objetos elencados a seguir:

RETENÇÃO DE OBJETOS 2013													
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Arma de fogo	15	20	20	22	22	36	28	14	21	31	22	19	270
Arma branca	34	29	49	61	43	25	38	37	24	55	45	29	469
Bastão, algemas, gás, choque, estrela e soqueira	1	3	6	6	7	3	0	2	7	1	8	4	48
Ferramentas	8	4	5	6	3	9	4	4	1	4	5	1	54
Total	58	56	80	95	75	73	70	57	53	91	80	53	841

Fluxo de pessoas:

Utilizando os contadores de passagem dos portais detectores de metais, foram contabilizados os seguintes acessos durante o ano de 2013.

MÊS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Quantidade	67.916	71.517	66.718	104.396	*	*	*	*	90.917	82.752	92.894	59.279

* Os meses de maio a agosto foram desconsiderados, pois o contador de um dos portais não estava fazendo a leitura correta.

Qualificação dos servidores do setor:

- Curso de reciclagem anual obrigatório, totalizando 30 horas para todos os Agentes de Segurança.

Seção de Transportes

A Seção tem como missão organizacional atender ao público interno do Tribunal nas necessidades de transportes de magistrados e servidores, conforme Resolução nº 68/2010 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e Portaria nº 7.465/2012, e realizou as seguintes atividades em 2013:

- Controle do fornecimento de combustíveis por meio de cartão magnético;
- Controle da utilização do sistema de gestão de meios de pagamento de pedágio;
- Controle do seguro contra terceiros para toda a frota;
- Controle da frota de veículos e atendimento aos magistrados e servidores, na Capital e no interior do Estado, bem como transporte de móveis e equipamentos;
- Realização de despesas e prestação de contas do suprimento de fundos;
- Fiscalização do serviço de lavagem e limpeza geral dos veículos da frota;
- Licenciamento da frota junto ao Detran;
- Controle de pagamento de multas pelos servidores que as originaram;

- Indicação diária das viaturas a serem limpas, controle da qualidade do serviço, renovação e fiscalização do contrato, além do pagamento mensal;
- Realização diária da escala de motoristas para demandas locais e viagens;
- Controle do equipamento de auxílio à orientação (GPS), para uso em atendimentos de demandas com destino de difícil localização, disponibilizados aos motoristas mediante carga em planilha de controle própria;
- Criação do sistema informatizado (Trace-GP, com interface com a Intranet do TRT), o qual apropria dados – por demanda solicitada – da viatura, data e horários de deslocamentos, destino, motorista, quilometragem percorrida e solicitante;
- Controle diário do uso de uniforme, nos termos facultados pela Portaria 2.815/2012 da Presidência do TRT e em consonância com a disponibilidade de vestimentas pela CSI.

Qualificação dos servidores:

- Programa de reciclagem anual para atividades de segurança.

Alterações nos veículos:

Ao longo do ano, houve o desfazimento de quatro viaturas e a aquisição de uma nova.

Total de Atendimentos:

TOTAL DE ATENDIMENTOS	ANO DE 2012	ANO DE 2013
Atendimentos a Desembargadores	2.891	2.920
Atendimentos a servidores	5.721	3.307
Total	8.612	6.227

Quadro comparativo de consumo de combustíveis e de quilometragem total percorrida:

QUANTIDADE DE VEÍCULOS		TIPO DE COMBUSTÍVEL	CONSUMO TOTAL NO ANO (EM LITROS)		QUILOMETRAGEM TOTAL PERCORRIDA		MÉDIA DE CONSUMO (KM/LITRO)	
2012	2013		2012	2013	2012	2013	2012	2013
		gasolina	35.439	31.791	360.011	328.962	10,16	10,35
		álcool	25	44	300	337	12,04	7,66
		diesel	15.458	10.327	92.103	84.115	5,96	9,8
40	37	TOTAL	50.922	42.162	452.414	413.41	8,88	7,09

Seção de Manutenção de Viaturas

A Seção de Manutenção de Viaturas realizou as seguintes atividades em 2013:

- Manutenção geral dos veículos, com ações preventivas e corretivas dos veículos da frota do Tribunal;

- Regulagem dos motores;
- Testes de diagnósticos de falhas;
- Substituição de óleo de motores e de caixas de câmbio;
- Manuseio de pneus;
- Manuseio de baterias;
- Revisão dos itens básicos (níveis de óleo lubrificante e de líquido de freio);
- Arrefecimento, tensão das correias, tensão de bateria, calibragem de pneus e parte elétrica.

	2012	2013
Quantidade média de veículos atendidos	40	40
Total de atendimentos efetuados nos veículos	320	290
Valor total do custo de peças e serviços	R\$ 38.728,33	R\$ 58.657,01
Média mensal do custo de manutenção da frota	R\$ 3.227,36	R\$ 4.888,08
Média mensal do custo de manutenção p/veículo	R\$ 80,68	R\$ 122,20

	2012	2013
Valor de peças ou serviços (por empenho)	R\$ 26.362,40	R\$ 46.670,75
Valor de peças ou serviços (por suprimento de fundos)	R\$ 12.365,93	R\$ 11.986,26

SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

A Secretaria de Gestão de Pessoas tem a seguinte estrutura:

SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

Seção de Conferência Interna

Seção de Legislação de Pessoal

Coordenadoria de Informações Funcionais

Seção de Afastamentos e Tempo de Serviço

Seção de Apoio Administrativo

Seção de Aposentadorias e Pensões

Seção de Assuntos da Magistratura

Seção de Benefícios

Seção de Frequência e Férias

Seção de Publicações e Registros

Seção de Vantagens

Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas

Seção de Acompanhamento Funcional

Seção de Assuntos Disciplinares

Seção de Avaliação de Desempenho

Seção de Capacitação

Seção de Educação a Distância

Seção de Funções Comissionadas

Seção de Ingresso e Remoção

Seção de Conferência Interna

Em 2013, a Seção de Conferência Interna realizou as seguintes atividades:

- Acompanhamento e atualização da planilha de controle orçamentário da verba de capacitação;
- Elaboração de controles diversos sobre o sistema de Recursos Humanos, tais como planilhas e relatórios;
- Auxílio na elaboração de relatórios como o de gestão do TCU e Siprev;
- Análise dos processos de trabalho da Segesp.

Seção de Legislação de Pessoal

A Seção de Legislação de Pessoal desempenha importante papel de suporte legal e jurisprudencial relacionado à área de pessoas, com ênfase para as matérias constantes na Lei nº 8.112/1990.

Dentre as atividades realizadas, merecem destaque a elaboração de pareceres em processos administrativos, a elaboração e atualização de normas internas, a revisão e conferência de informações para subsidiar a defesa da União em processos judiciais, a prestação de informações em consultas formuladas pelas demais Seções da Secretaria de Gestão de Pessoas, por servidores, bem como por outros setores, como outros órgãos da Justiça do Trabalho e Conselhos Superiores.

No decorrer do ano de 2013, foram elaborados os seguintes tipos de trabalho com manifestação formal da Seção de Legislação de Pessoal:

TIPO/QUANTIDADE							
AGU	Consultas escritas	Consultas verbais	Informações (ADME)	Normatização	Parecer	Revisão de Informações	Outros
47	79	46	11	5	33	21	1

Alguns dos principais assuntos abordados no período foram: estágio de estudantes, ajuda de custo, adicional noturno, aposentadoria, posse, remoção, gratificação por encargo de curso, plano de saúde – Unimed, isenção do imposto de renda, função comissionada, licenças e afastamentos, GAS, jornada de trabalho, frequência e férias, auxílio-alimentação, diárias, carreira (promoção, progressão e

reenquadramento), acumulação de cargo público, pensão, união estável, auxílio-natalidade, adicional de penosidade, nepotismo e teletrabalho.

Dentre as atividades, destacaram-se a elaboração de minuta de convênio de programa de estágio e trabalho educativo entre TRT4 e FASE, regulamentação do Adicional de Qualificação (Portaria TRT4 nº 6.113/2012), novo regramento da união estável (Portaria TRT4 nº 2.334/2013), nova regulamentação de diárias (Resolução Administrativa TRT4 nº 11/2013) e reenquadramento de que trata a Lei nº 12.774/2012.

COORDENADORIA DE INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

Seção de Afastamentos e Tempo de Serviço

TEMPO DE SERVIÇO	
Averbação de Tempo de Serviço	260
Conversão de tempo especial (deferimento/indeferimento)	05
Concessão/revisão de adicional por tempo de serviço	27
Certidões de Tempo de Serviço (ex-servidores)	77
Reconhecimento e revisão (LPA)	17
Desentranhamento de Certidões	20
Desaverbação	05
Diligência regularização documentação/averbação	141
TOTAL	552

LICENÇAS	
Licença para tratar de Interesses Particulares	06
Licença para tratar de Interesses Particulares (vinculada a Mandato Sindical)	03
Licença para o Desempenho de Mandato Classista	01
Concessão de Licença para Acompanhamento de Cônjuge	07
Indeferimento de Licença para Acompanhamento de Cônjuge	01
Alteração de lotação de Licença para Acompanhamento de Cônjuge	03
Cancelamento de Licença para Acompanhamento de Cônjuge	02
Recadastramento de servidores em Licença para Acompanhamento de Cônjuge	17
Concessão de Licença-prêmio por Assiduidade	05
Indeferimento de Licença-prêmio por Assiduidade	00
Concessão de Licença para Atividade Política	00
Cálculo quinquênio para Licença para Capacitação	04
TOTAL	49

AFASTAMENTOS/REQUISIÇÕES/LOTAÇÕES PROVISÓRIAS	
Afastamento para frequentar programas de formação	00
Afastamento para trabalhar em outros TRTs (cedência/renovação)	14
Afastamento para trabalhar em outros órgãos (cedência/renovação)	06
Requisitados de outros TRTs pelo Tribunal (requisição/renovação)	01
Requisitados de outros Órgãos pelo Tribunal (requisição/renovação)	01
Cancelamento de requisições	01
Requisições indeferidas	03
Licença para Acompanhamento de Cônjuge com lotação provisória no Tribunal	01
TOTAL	27

DIVERSOS	
Pedido de reconsideração/recurso	02
Informações prestadas à AGU	03
TOTAL	05

Seção de Apoio Administrativo

A Seção de Apoio Administrativo realizou as seguintes atividades em 2013, nos quantitativos abaixo:

ATIVIDADES	
Espécie	Quantidade
Carteiras funcionais expedidas	239
Registros de andamentos de expedientes no NovaJus4	142
Registros no livro de protocolos externos	3.007
Registros no sistema informatizado da Segesp de protocolos internos	4.939

Além dessas, outras atividades desenvolvidas pela Seção em 2013 foram:

- Atendimento ao público e às ligações telefônicas;
- Recebimento/encaminhamento de documentos e correspondências;
- Controle do relatório de ligações telefônicas, da comunicação de ausências dos servidores da Secretaria e das numerações de portarias;
- Controle do estoque de material de expediente e dos empréstimos dos equipamentos da SEGESP para uso da Seção de Capacitação e de outras unidades do Tribunal;
- Gerenciamento do correio eletrônico, do malote digital e da caixa do ADM Eletrônico da SEGESP;
- Participação no processo de cadastramento anual de aposentados e pensionistas;
- Participação na organização do 16º Encontro Anual de Gestores da Justiça do Trabalho do RS, ocorrido na cidade de Bento Gonçalves/RS;
- Acompanhamento e apoio da mudança de endereço da Segesp, e da troca de seu mobiliário;

- Participação no projeto do *layout* das unidades da Segesp no novo endereço;
- Operacionalização da premiação anual de servidores por tempo de serviço;
- Consolidação dos relatórios gerenciais e levantamentos estatísticos da Segesp.

Seção de Aposentadorias e Pensões

APOSENTADORIAS	
Tipos	Quantidade
Invalidez	06
Proporcional ao Tempo de Contribuição	02
Tempo de Contribuição	61
Cancelamento de Aposentadoria	29
Indeferimento de Aposentadoria	09
Indeferimento de Revisão	01
Revisão	40

PENSÕES	
Tipos	Quantidade
Concessão	37
Reversão de cotas	04
Cancelamento	08
Indeferimento	05
Revisão	05
Indeferimento de revisão	01

AUXÍLIO-FUNERAL, DESIGNAÇÃO DE COMPANHEIRO (A), UNIÃO ESTÁVEL, ISENÇÕES, ABONO, DILIGÊNCIAS, RECADASTRAMENTOS E OUTROS	
Tipos	Quantidade
Abono de Permanência	76
Auxílio-funeral	26
Cancelamento da isenção da Contribuição Previdenciária	12
Cancelamento da isenção do IRRF	12
Cancelamento de designação de companheiro (a)	01
Concessões de licença-prêmio em pecúnia	32
Contagens de tempo de contribuição	170
Designação de companheiro (a)	12
Designação de filho (a) inválido (a), irmão, mãe e neto	02
Desistência de designação de companheiro (a)	05
Diligências do TCU	09
Diligências da Secont	03
Inclusão/exclusão de dependentes para fins de IRRF/CSAÚDE	40
Indeferimento da isenção do IRRF	13

AUXÍLIO-FUNERAL, DESIGNAÇÃO DE COMPANHEIRO (A), UNIÃO ESTÁVEL, ISENÇÕES, ABONO, DILIGÊNCIAS, RECADASTRAMENTOS E OUTROS	
Tipos	Quantidade
Indeferimento do Abono de Permanência	02
Indeferimento licença-prêmio em pecúnia	02
Indenização de Férias	01
Indenização de funeral	06
Informações prestadas à AGU	18
Informações prestadas a outros órgãos públicos	04
Isenção da Contribuição Previdenciária	27
Isenção do desconto do IRRF	27
Manutenção da isenção do IRRF após reavaliação	03
Pedidos de reconsideração	04
Recursos administrativos	02
Recadastramento de aposentados	1.222
Recadastramento de pensionistas	433
União estável	04
Outras informações	15

Seção de Assuntos da Magistratura

ASSUNTO	EXPEDIENTES
Averbação de tempo de serviço/contribuição	11
Ajuda de custo (1), indenização de transporte de pessoal e ressarcimento de transporte de mobiliário, bagagem e automóvel	67
Licenças (afastamento, casamento, paternidade, luto, para frequência a curso)	166
Férias	213
Nomeação/promoção/remoção/permuta de Juízes do Trabalho Titulares e Substitutos (2)	9
Diárias de Desembargadores, Juízes Titulares e Substitutos (3)	347
Boletim de Substituição (4)	12
Quadro de Antiguidade de Juízes Titulares e Substitutos (5)	18
Certidões diversas para magistrados e ex-representantes classistas	34
Outros (alteração de nome, cadastro de dependentes, reconhecimento união estável,	36

(1) A ajuda de custo compreende a análise e instrução do processo e a elaboração da portaria correspondente;

(2) A nomeação/promoção/remoção/permuta de Juiz compreende, conforme o caso, a instrução do processo, a elaboração de portaria e do termo de posse e o lançamento ou atualização cadastral no Sistema de Recursos Humanos e no sistema SISAC/TCU;

(3) As portarias de concessão de diárias elaboradas pela Seção aos Juízes Titulares e Substitutos são referentes à participação na condição de instrutores ou à participação em cursos ou eventos fora do Estado;

(4) Elaborado pela Seção apenas o boletim de substituição dos Juízes convocados para atuar no Tribunal e os designados para atuar no Juízo Auxiliar de Conciliação;

(5) Anualmente é instruído expediente com os quadros de antiguidade dos Desembargadores, Juízes Titulares e Substitutos e submetido à apreciação do Órgão Especial na sessão do mês de março, e a cada alteração no Quadro de Juízes Titulares e Substitutos é elaborado novo quadro de antiguidade, com posterior disponibilização na internet.

Outras atividades desenvolvidas pela Seção:

- Inclusão/exclusão de dependentes de desembargadores e juízes de 1º Grau, ativos, para fins de imposto de renda e assistência médico-odontológica;
- Reconhecimento de união estável;
- Elaboração de termos de posse de desembargadores e juízes substitutos;
- Controle das vagas existentes de Desembargadores e Juízes de 1º Grau;
- Elaboração de edital para concurso nacional de remoção para Juiz do Trabalho Substituto;
- Lançamento no sistema informatizado da Segesp, dos cursos realizados pelos desembargadores e juízes de 1º Grau, cujos diplomas foram encaminhados à Seção, para arquivo em seus assentamentos funcionais;
- Lançamento no sistema informatizado da Segesp, dos tempos de serviço averbados pelos Desembargadores e Juízes de primeiro grau;
- Atendimento às diligências propostas pelo TCU, CNJ, CSJT, TST e outros tribunais, como, por exemplo, número de vagas existentes, cargos ocupados, questionamentos sobre férias e diárias;
- Controle das entregas de autorização de acesso dos dados de Bens e Rendimentos das Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física e das respectivas retificações apresentadas à Receita Federal do Brasil, com a posterior comunicação ao Tribunal de Contas da União;
- Controle e recebimento de documentos para posse (nomeação, remoção e permuta) de Juiz do Trabalho Substituto;
- Registro das admissões no sistema TCU-Sisac.

Seção de Benefícios

ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR		
Nº de servidores e de magistrados beneficiados	Nº de dependentes beneficiados	Custo anual
582	670	R\$ 3.927.476,85

AUXÍLIO-NATALIDADE	
Nº de concessões no ano	Custo anual
103	R\$ 69.285,00

AUXÍLIO-TRANSPORTE	
Nº de servidores beneficiados	Custo anual
306	R\$ 661.454,73

DEPENDENTES PARA FINS DE IRRF E ASSISTÊNCIA MÉDICO-ODONTOLÓGICA (Servidores Ativos)

Finalidade	Número
IRRF	3.114
Assistência Médico-Odontológica	3.662

UNIMED

Titulares		Dependentes		Total
Coletivo	Individual	Coletivo	Individual	
4.159	541	6.525	579	11.804

PARTICIPAÇÃO DO TRIBUNAL***PARTICIPAÇÃO DOS SERVIDORES*****CUSTO ANUAL TOTAL***

R\$ 18.180.488,73

R\$ 25.888.539,38

R\$ 44.069.028,11

valores com impostos incluídos*Seção de Frequência e Férias****FÉRIAS DE SERVIDORES**

Cálculo do saldo de férias em virtude de falecimento	1
Cálculo do saldo de férias em virtude de exoneração de cargo em comissão	75
Cálculo do saldo de férias em virtude de pedido de vacância	81
Cálculo do saldo de férias não fruídas por ocasião da aposentadoria	69
Lançamentos no Sistema de Pessoal das alterações de férias	949
TOTAL	1.175

LICENÇAS, AFASTAMENTOS E CONCESSÕES PROCESSADAS

Afastamentos para participação em júri e outros serviços obrigatórios por lei	41
Afastamento integral do servidor por convocação	263
Casamento	69
Afastamentos por motivo de doação de sangue	50
Afastamentos por motivo de falecimento de pessoa da família	102
Certidões	26
Comparecimento na Segesp, por convocação	5
Concessões de dispensa de ponto	168
Concessões de horário especial de estudante	1

LICENÇAS, AFASTAMENTOS E CONCESSÕES PROCESSADAS

Registros à disposição da Justiça Eleitoral – Lei nº 8.868/1994	15
Registros de fruição dos dias trabalhados nas eleições	207
Licença adotante	1
Licença paternidade	53
Plantão – Atuação em regime de plantão	4
Teletrabalho	1
Férias – Período averbado e não indenizado no cargo anterior	18
TOTAL	1.024

FREQUÊNCIA

Boletins de frequência conferidos	218
Confecção de crachás	814
Fotos digitalizadas para ficha cadastral do sistema de RH	166
Frequência de servidores requisitados/licença para acompanhar cônjuge	395
Frequência servidores cedidos/licença para acompanhar cônjuge	252
Investigações e registros de faltas injustificadas	12
TOTAL	1.857

Ressalta-se, ainda, que a Seção de Frequência e Férias realizou o controle da situação eleitoral de servidores e magistrados por meio do encaminhamento à Justiça Eleitoral de listagem nominal de magistrados e servidores, em decorrência de Acordo de Cooperação Técnica firmado em 2006 entre o TRT e o TRE/RS.

Seção de Publicações e Registros**ATIVIDADES**

Espécie	Quantidade
Abertura de pastas funcionais de servidores nomeados em 2013	147
Certidões coletivas solicitadas por unidades do TRT para fins de certificação digital	120
Certidões solicitadas por servidores para fins diversos	600
Certidões coletivas solicitadas por escritório de advocacia encarregado de ações do Sintrajufe	8
Elaboração de Boletins de Serviço, disponibilizados na Intranet do TRT	203
Elaboração de gabaritos com matérias enviadas para publicação no DEJT	223
Elaboração de gabaritos com matérias enviadas para publicação no DOU	95
Cadastramento dos Processos Administrativos de alteração de nome e de registro de União	99

Estável dos servidores ativos

Outras atividades desenvolvidas pela Seção:

- Manutenção das pastas funcionais dos servidores ativos;
- Manutenção e atualização dos dados cadastrais de todos os servidores ativos no sistema informatizado da Segesp, incluindo alteração de conta bancária, de endereço residencial, de lotação, de exercício de função comissionada, etc.;
- Realização de levantamentos estatísticos solicitados pelo CNJ, relativos ao quadro de pessoal.

Seção de Vantagens

CONCESSÃO DE DIÁRIAS	
Espécie	Quantidade
Diárias concedidas	6.928
Diárias lançadas	4.850
Servidores atendidos	747
Portarias expedidas	523
Processos Administrativos	271
Diárias concedidas a instrutores externos	3

RESSARCIMENTO DE DESPESAS COM DESLOCAMENTO	
Espécie	Quantidade
Ressarcimentos lançados	1.837
Servidores e magistrados atendidos	547
Processos Administrativos	134

ADICIONAIS	
Espécie	Quantidade
Servidores com Adicional de Periculosidade	6
Servidores com Adicional de Insalubridade	56
Servidores com Adicional Noturno	4
Servidores com Adicional de Penosidade	0
Servidores com Adicional de Horas Extras	0

CONCESSÃO DE AJUDA DE CUSTO	
Espécie	Quantidade

Ajudas de custo concedidas	57
Ajudas de custo indeferidas	44

RESSARCIMENTO DE DESPESAS COM TRANSPORTE PESSOAL, MOBILIÁRIA E BAGAGEM

Espécie	Quantidade
Servidores atendidos	26
Magistrados atendidos	12

COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

Seção de Acompanhamento Funcional

ACOMPANHAMENTOS INDIVIDUAIS

Acompanhamentos iniciados	18
Acompanhamentos retomados	4
Acompanhamentos em andamento	4
Acompanhamentos encerrados	25
Total de contatos (pessoal, por telefone e por e-mail)	288
Total de registros	322

ACOMPANHAMENTOS AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

Acompanhamentos iniciados	9
Acompanhamentos em andamento	8
Acompanhamentos encerrados	23
Total de contatos (pessoal, telefone e e-mail)	90
Total de registros	114

Ações paralelas:

PROJETO INTEGRAR-TE

Participação na programação (Boas-vindas)	6 participações

ACOLHIMENTO DE SERVIDORES COM DEFICIÊNCIA

Total de contatos (pessoal, por telefone e por e-mail)	143
Total de registros	144

PLANO PILOTO SERVIDOR	
Total de contatos (pessoal, por telefone e por e-mail)	28
Total de registros	28

TRABALHO INDIVIDUAL COM SERVIDORES DE VARAS DO TRABALHO	
Total de contatos (pessoal, por telefone e por e-mail)	17
Total de registros	17

Seção de Assuntos Disciplinares

A Seção de Assuntos Disciplinares – Seadis, vinculada à Secretaria de Gestão de Pessoas, possui atribuições relacionadas ao regime disciplinar dos servidores públicos federais, constantes na Lei nº 8.112/1990.

Dentre as atividades desempenhadas, merecem destaque a elaboração de informações relacionadas à sua área de competência, notadamente quanto à instauração de sindicâncias e processos administrativos disciplinares, bem como o acompanhamento da atuação das respectivas comissões, prestando-lhes apoio técnico.

PROCESSOS AUTUADOS EM 2013	
Espécie	Quantidade
Processos administrativos (PA)	22
Processos Administrativos Disciplinares (PADSERV)	11
Sindicâncias investigativas	0
Sindicâncias acusatórias	2

Seção de Avaliação de Desempenho

AVALIAÇÃO ANUAL DE DESEMPENHO					
Período	Avaliações			Progres- sões/Promo- ções	Final De Carreira
	Nº Avaliações	Encaminha- das à SAF	Recursos		
Janeiro	71	-	1	56	15
Fevereiro	373	5	-	59	243
Março	192	2	2	102	90
Abril	823	1	-	156	667
Maio	169	2	1	140	29
Junho	189	4	-	177	12
Julho	249	1	-	138	111
Agosto	101	2	1	76	25
Setembro	88	-	-	52	36
Outubro	436	-	-	93	343

Novembro	79	1	-	50	29
Dezembro	104	-	2	82	22
Total	2.802	18	7	1.181	1.622

ESTÁGIO PROBATÓRIO

PERÍODO	AVALIAÇÕES			1ª Nota	Progres- são 2ª Nota	3ª Nota	Progres- são 4ª Nota	5ª Nota
	Nº Avaliações	Encaminhad o à SAF	Recursos					
Janeiro	69		-	4	28	12	6	19
Fevereiro	67	-		21	7	24	-	15
Março	31	-		3	14	2	-	12
Abril	64		1	22	5	21	-	16
Maio	54			10	7	17	-	20
Junho	108			34	23	28	-	23
Julho	60			10	4	28	12	6
Agosto	51			-	21	6	24	-
Setembro	30			11	3	14	2	-
Outubro	48			-	22	5	21	-
Novembro	58			24	10	7	17	-
Dezembro	104		-	19	34	23	28	-
Total	744	-	1	158	178	187	110	111

Dentre as atividades realizadas pela Seção, destacaram-se as abaixo relacionadas:

- Gerenciamento do Sistema Informatizado de Gestão do Desempenho Funcional;
- Conferência dos documentos elaborados pela Seção;
- Exame e instrução de processos administrativos relativos a estágio probatório, progressão funcional, promoção funcional e servidores em final de carreira;
- Verificação das situações de insuficiência de desempenho individual e seus reflexos no desempenho organizacional;
- Encaminhamento dos casos de notas inferiores a 70 pontos para acompanhamento funcional;
- Lançamento e atualização da evolução funcional de todos os servidores;
- Informação aos servidores das pendências relativas ao processo avaliativo;
- Organização, acompanhamento e operacionalização do processo de avaliação de desempenho dos servidores em estágio probatório, procedendo à progressão dos servidores aprovados juntamente com a declaração de estabilidade e o encaminhamento para exoneração dos reprovados;
- Operacionalização do processo de avaliação de desempenho para promoção/progressão dos servidores estáveis;
- Organização e acompanhamento do processo de avaliação de desempenho dos servidores à disposição de outros órgãos;
- Recepção e andamento dos recursos interpostos às avaliações de desempenho;
- Participação no Projeto Capacitação de Gestores, Curso “Comunicação, Gestão de Conflitos e da Diversidade”;

- Participação no Programa de Ambientação – Integrar-te.

Seção de Capacitação

Servidores que participaram de ações de capacitação, por área (não considerando mais de uma participação por servidor):

GERAL			MODALIDADE PRESENCIAL	
	Número	Percentual em relação ao total de servidores da área	Número	Percentual em relação ao total de servidores da área
1º Grau	1.908	95,93%	1.296	65,16%
2º Grau	583	75,42%	465	60,16%
Administrativa	513	95,53%	441	82,12%
Total de treinados / percentual geral	3.004	91,06%	2.202	66,75%

Total de participantes em ações de Capacitação presenciais (considerando mais de uma participação por servidor):

MODALIDADE PRESENCIAL	
Número de participantes	5.188

Número de horas de capacitação:

MODALIDADE PRESENCIAL	
Número Total de Horas de Treinamento	Horas / Servidor
53.573,5	10,33

ADICIONAL DE QUALIFICAÇÃO POR AÇÕES DE TREINAMENTO	
Cursos averbados com proposta de deferimento	2.106
Cursos averbados com proposta de indeferimento	265
Recursos interpostos	4

ADICIONAL DE QUALIFICAÇÃO POR PÓS-GRADUAÇÃO	
Concessões	222
Recursos interpostos	4

Seção de Educação a Distância

Total de participantes em ações de Capacitação a Distância (considerando mais de uma participação por servidor):

MODALIDADE A DISTÂNCIA	
Número de participantes	6.114

Número de horas de capacitação:

MODALIDADE A DISTÂNCIA	
Número Total de Horas de Treinamento	Horas / Servidor
139.903	22,88

Seção de Funções Comissionadas

No quadro abaixo, estão relacionadas as movimentações ocorridas no Quadro de Cargos em Comissão e de Funções Comissionadas no ano de 2013:

CJ/FC	QUANTITATIVO EXISTENTE	EXONERAÇÕES E DISPENSAS PROCESSADAS	NOMEAÇÕES E DESIGNAÇÕES PROCESSADAS	PORTARIAS
Cargos em comissão	318	81	90	171
Funções comissionadas	1.778	897	911	1.808

OUTRAS PORTARIAS EXPEDIDAS	
Colocar à disposição	71
Tornar sem efeito e designação de substituto	466
Remoções	525
Vinculações	100
Concessão/cancelamento GAS – Gratificação Atividade Segurança	10
Expedição Tabela Funções/Cargos Comissão	2

PROCESSOS/ESTATÍSTICAS/RELATÓRIOS	
Indicação para desempenho de atribuições de Executantes de Mandados <i>ad hoc</i>	0

Transformações de funções comissionadas, cargos em comissão, extinção e criação de unidades	12
Estatísticas para TST, CNJ, CSJT, TCU	20
Relatórios de composição de funções comissionadas/cargos em comissão para outras unidades	29

QUINTOS

Concessão de Quintos Residuais	1
Pedidos de atrasados	1
Certidões de quintos incorporados	0
Averbação de quintos incorporados em outros órgãos	0

Outras atividades desenvolvidas pela Seção de Funções Comissionadas no ano de 2013:

- Conferência e envio das informações à Secretaria de Orçamento e Finanças para pagamento aos substitutos designados, para fins de inclusão em folha de pagamento, totalizando em torno de 2.120 registros;
- Implementação do estabelecido na Resolução CNJ nº 156/2012. A partir da publicação ocorrida em 09.8.2012, para todos os servidores indicados para o exercício de função comissionada/cargos em comissão, são expedidas certidões negativas das Justiças: Federal, Eleitoral, Estadual, Militar, do TCU e do CNJ. Estima-se que tenham sido expedidas em torno de 7.000 certidões;
- Conferência e recebimento dos documentos necessários à designação/nomeação dos servidores indicados para exercerem cargos em comissão ou funções comissionadas, tais como Termo de Opção, Declaração para Provisão em Cargo em Comissão ou Função Comissionada e escolaridade exigida (quando for o caso);
- Informação/instrução sobre a situação dos servidores envolvidos nas indicações para cargos e funções comissionadas, bem como para as funções de substitutos e, ainda, em todas as situações que envolvam os controles das funções e cargos comissionados (em torno de 1.000 informações no ano).

Seção de Ingresso e Remoção

PROCESSOS

Cartão de Identificação – elaboração e envio à FCC	91
Colocar à disposição	15
Estatísticas para TST, CNJ, CSJT, TCU, ASSEPLAN, SECOF, DG	56
Exoneração de cargo efetivo	8
Informação ao Ministério Público Federal	1
Informação sobre lotação para Corregedoria Regional	19
Informações à AGU	1
Lei de Diretrizes Orçamentárias – levantamento	2

Nomeações	140
Posse e exercício de servidores	146
Lotação de servidores	160
Quadro de Pessoal da 4ª Região – levantamento mensal	12
Redistribuição	14
Relatórios diversos (lotações, consultas)	102
Remoção	392
Tornar sem efeito	43
Trânsito	28
Vacâncias	57

REMOÇÕES

Remoções	392
Remoções por permuta na 4ª Região	11
Remoção por motivo de saúde	7
Remoções de outros Tribunais – acompanhamento de cônjuge	1
Remoções por permuta nacional	27
Remoções de ofício	1

CONCURSO INTERNO DE REMOÇÃO (NÚMERO DE PROCESSOS)

Concurso Interno de Remoção	10

ESTÁGIOS

Contratações	154
Apoio ao processo de contratação de novo Agente de Integração	1
Avaliações de desempenho/acompanhamento	75
Certidões para estagiários	37
Controle de Frequência/estágios envolvidos	1.626
Desligamentos	71
Folhas de pagamento/estagiários envolvidos	12/1.626
Folhas Suplementares/estagiários envolvidos	10/32

Outras atividades desenvolvidas pela Seção de Ingresso e Remoção em 2013:

- Acompanhamento do processo seletivo para servidores: 2 concursos em andamento;
- Administração do processo de estágios para estudantes: realização de 1 processo seletivo e administração do programa, que teve média mensal de 135 estudantes; procedimentos relativos à troca de agente de integração;
- Administração dos atos referentes ao ingresso e desligamento de servidores: 147 novos servidores e 67 desligamentos (vacâncias e exonerações);
- Administração, controle e atualização do quadro efetivo de pessoal; implementação de cargos criados por lei; reenquadramento, transformação e extinção de cargos;

- Levantamento das vagas existentes nas unidades e controle e processamento da movimentação de pessoal;
- Controle do não desligamento do Tribunal dos servidores participantes dos cursos de especialização promovidos pela Escola Judicial, pelo prazo previsto no art. 8º da Portaria nº 2.517/2008;
- Controle da lotação dos servidores que percebem a Gratificação Especial de Localidade;
- Eegistro dos atos de admissão e desligamento de servidores no Sisac;
- Resposta às mensagens eletrônicas encaminhadas pela Ouvidoria e pelo “Fale Conosco” disponível no *site* do Tribunal na internet;
- Divulgação, na página do TRT na internet, dos dados referentes aos Concursos Públicos e aos Concursos Internos de Remoção.
- Atendimento ao público interno e externo (candidatos, servidores e gestores).

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Durante o ano de 2013, a Secretaria de Comunicação Social realizou as seguintes atividades:

- **Notícias no *site* institucional:** Foram publicadas 945 notícias no *site* do TRT. As matérias trataram de acontecimentos institucionais, das decisões de 1º e 2º Graus, e de outros assuntos.
- **Cobertura de eventos:** A equipe da Secretaria de Comunicação Social – Secom realizou a cobertura fotográfica e jornalística de todos os eventos relacionados à Justiça do Trabalho do RS, tendo publicado as notícias no site e na Intranet/VOX.
- **Cobertura da agenda da Administração:** Acompanhamento da agenda da Administração, com publicação de notícias no *site* sobre eventos e reuniões dos seus integrantes.
- **Redes Sociais:** Foi dada continuidade às páginas do TRT no Facebook e no Twitter, alimentando-as com as notícias e informações veiculadas no site. As redes sociais contribuem para ampliar a visibilidade das notícias do Tribunal, além de permitir a interatividade com os cidadãos. Também foi aprimorada a página do Tribunal no *Flickr*, rede social que armazena os álbuns fotográficos de todos os eventos institucionais, possibilitando aos usuários acesso e *download* das imagens.
- **TRT4 Notícias:** A Secom produziu seis edições do TRT4 Notícias, informativo bimestral, de oito páginas, que reúne as principais notícias da Justiça do Trabalho do RS. O informativo pode ser acessado pelo *site* do Tribunal, em versões PDF e *Flip* (folheável). Em 2013, também passou a ter tiragem impressa, remetida a um *mailing* de destinatários externos (entidades associativas, sindicatos, deputados, senadores da bancada gaúcha, ministros do TST, procuradores do Trabalho, dentre outros públicos-alvo).
- **Portal VOX:** A Secretaria de Comunicação Social concretizou, em maio de 2013, em parceria com a SETIC, a principal ação prevista no projeto estratégico de Melhoria da Comunicação Interna: o lançamento do Portal VOX. O portal substituiu a antiga intranet. Além de apresentar um *design* moderno, característico dos principais portais de notícias na WEB, o VOX aborda uma ampla

variedade de assuntos de interesse do público interno, dividida em editorias: Acontece (notícias do dia a dia), Plano Estratégico, Processo Eletrônico, Capacitação, Artigos, Você Precisa Saber (Dicas para o trabalho), Raio-X (descrição da equipe das atividades de um determinado setor), Nossas Histórias (histórias de servidores), Vida Saudável (saúde e qualidade de vida), Sustentabilidade, Fica a Dica (dicas culturais, de turismo e de gastronomia), Classificados (venda/aluguel de bens), Nascimentos (filhos de magistrados e servidores), Classificados (anúncios de vagas e oportunidades dentro da Instituição), dentre outras. O portal também trouxe, como novidade, a possibilidade de os magistrados e servidores postarem comentários nas matérias, tornando a comunicação mais democrática. Entre maio e dezembro, o VOX veiculou 741 matérias.

- **Informativos especiais:** ao longo de 2013, a Secretaria de Comunicação Social produziu, a pedido da Presidência, nove publicações especiais:
 - (1) Livro sobre o Encontro Institucional da Magistratura do Trabalho do RS;
 - (2) Projeto Auditoria e Apoio Administrativos;
 - (3) Projetos inscritos no Prêmio Inovare;
 - (4) Sessões de Julgamento Externas;
 - (5) Conciliação no 2º Grau;
 - (6) Conciliação – Precatórios;
 - (7) Relatório de Gestão – Presidência;
 - (8) PJe-JT na 4ª Região;
 - (9) Atividades do Cerimonial.
- **Reformulação do Portal do PJe-JT:** Em parceria com a Corregedoria Regional e a Setic, a Secom reformulou o layout e o conteúdo do Portal do Sistema PJe-JT no *site* institucional, dividindo-o por perfil de usuário. Dentre as novidades, destaque para a seção “Fique por Dentro”, com informações sobre treinamentos, notícias sobre o PJe-JT, cronograma de implantação, dentre outros dados.
- **Folder “Saúde e PJe-JT”:** A Secom produziu, em parceria com a Coordenadoria de Saúde e com a Secretaria de Gestão de Mudanças, um *folder* para servidores e magistrados com dicas de ergonomia e cuidados com os olhos, visando a prevenir os impactos na saúde para quem trabalha com computador.
- **Campanha interna de sensibilização para o PJe-JT:** A Secom desenvolveu uma campanha institucional interna para sensibilização dos servidores quanto à chegada do PJe-JT. O trabalho envolve vídeos produzidos com a equipe da Oficina de Improvisação Teatral, matérias e *banners* para o VOX. Previsão de lançamento no primeiro semestre de 2014.
- **Clipping:** A Secom envia um *clipping* diário, com todas as notícias veiculadas nos *sites* do TRT, TST, CNJ e matérias de jornais, rádios e TVs que tenham relação com o TRT, Justiça do Trabalho ou com o mundo do trabalho em geral. A produção do *clipping* é terceirizada, mas revisada e acompanhada pela equipe da Secom.

- **Criação e produção de peças gráficas:** A Secom criou e produziu todas as peças gráficas do TRT, como cartazes, *banners*, *folders*, cartões, convites, material de apoio a eventos, placas, cartões via e-mail em datas comemorativas, dentre outros.
- **Coluna de artigos (Jornal O Sul):** Coluna semanal, publicada aos domingos, com artigos de magistrados do TRT, aprovados previamente pela Comissão de Comunicação Social e Relações Institucionais. A Secretaria de Comunicação Social manteve contato permanente com os magistrados para obter os artigos.
- **Coluna de Jurisprudência (Jornal do Comércio):** Coluna semanal, publicada às terças-feiras, no Jornal da Lei, do Jornal do Comércio, com duas ou três matérias sobre decisões do TRT. O jornal pesquisou as matérias no próprio *site* do Tribunal.
- **Coluna Por Dentro da Lei (Zero Hora):** Coluna semanal publicada aos domingos, no Caderno de Empregos da ZH, com resposta a dúvidas enviadas pelos leitores. As respostas aos questionamentos dos leitores foram redigidas pela Secretaria-Geral da Presidência e aprovadas pela Comissão de Comunicação Social e Relações Institucionais. A Secom enviou as respostas por e-mail e administrou o contato com o jornal.
- **Coluna Justiça do Trabalho (Correio do Povo):** Coluna semanal publicada aos sábados, no Caderno de Empregos do Correio do Povo, com três notícias institucionais do TRT.
- **Feira do Livro e Cartilhas:** A Justiça do Trabalho gaúcha participou, de 1º a 17 de novembro de 2013, da Feira do Livro de Porto Alegre. Em um estande na Praça da Alfândega, magistrados e servidores atenderam aos visitantes, esclarecendo dúvidas sobre processos, direitos trabalhistas e o funcionamento da Justiça do Trabalho. A ação teve a parceria da Amatra IV. A Secom foi responsável pela produção e impressão das cartilhas (Cartilha do Trabalhador e Cartilha do Empregado e do Empregador Rural, que precisaram ser atualizadas), dos *folders* institucionais, dos marcadores de livros e de outros materiais de divulgação.
- **Expointer:** Entre 24 de agosto e 1º de setembro de 2013, o TRT participou da Expointer. Assim como costuma ocorrer na Feira do Livro de Porto Alegre, o Tribunal manteve um estande na Expointer, no Pavilhão Internacional, para esclarecer dúvidas dos visitantes e distribuir material informativo. A Secom foi responsável pela administração do material distribuído (cartilhas e folders).
- **Atualização dos perfis dos Desembargadores no site:** A Secom produziu arquivos PDF com as fotos e os currículos resumidos de todos os Desembargadores do TRT da 4ª Região. O material pode ser acessado pelo site, e o conteúdo é atualizado periodicamente.
- **Monitores nos elevadores e saguões:** Ao longo de 2013, a Secom atualizou diariamente o conteúdo dos monitores nos elevadores e saguões do prédio-sede do TRT e do Foro Trabalhista de Porto Alegre, composto pelas manchetes do *site* do Tribunal, por notícias gerais, pela agenda de eventos, por vídeos, peças de campanhas, dentre outros.
- **Arquivo fotográfico:** A Secom manteve arquivo fotográfico de todos os eventos realizados no Tribunal.
- **Avisos internos:** Foram enviados por e-mail, pela Secom, comunicados a todo o público interno, informando falecimentos de magistrados/servidores/familiares ou pedidos de doação de sangue ou plaquetas.

COORDENADORIA DE SAÚDE

No ano de 2013, a Coordenadoria de Saúde prestou os seguintes serviços e realizou as seguintes atividades:

Consultas médicas	10.230
Laudos de licenças para tratamento de saúde	3.400
Laudos de licenças por motivo de doença em pessoa da família	514
Laudos de licença à gestante	63
Laudos de licença por acidente em serviço	2
Laudos de perícia médica	62
Laudos de licença de magistrados	118
Laudos de assunção	156
Atendimento ambulatorial	2.107
Eletrocardiograma	132
Atendimentos fisioterapêuticos	11
Avaliações ergonômicas individuais	445
Sessões de Cinesioterapia Laboral	2
Atendimentos odontológicos (consultas, perícias, Raio X, emergências, orientação e encaminhamento)	2.603

Outras atividades desenvolvidas no ano de 2013:

- Programa de Controle Médico da Saúde Ocupacional (PCMSO): Respondidas 2.415 anamneses e emitidos 1.124 Atestados de Saúde Ocupacional;
- Disponibilização do Programa Ginástica Laboral Virtual para todos os servidores a partir de outubro de 2013;
- Participação na organização da I Sipat (Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho);
- Participação no Encontro de Gestores, com palestras sobre Ergonomia;
- Acompanhamento de servidores com necessidades especiais;
- Programa de Controle de Saúde dos Trabalhadores Expostos a Riscos Ambientais;
- Visitas ao Interior com o Projeto Auditoria e Apoio Administrativos, totalizando 32 cidades: Lagoa Vermelha, Vacaria, Canoas, Gravataí, Rosário do Sul, Santana do Livramento, São Gabriel, Porto Alegre, (Foro, Área Administrativa e João Telles), Novo Hamburgo, Camaquã, Caxias do Sul, Encantado, Lajeado, Estrela, Montenegro, Pelotas, Sapucaia do Sul, Triunfo, Taquari, Guaíba, São Leopoldo, Cruz Alta, Soledade, Carazinho, Torres, Rio Grande, Santa Vitória do Palmar, São Jerônimo, Gramado, Tramandaí, Capão da Canoa e Osório;
- Orientações aos servidores com relação à ergonomia dos postos de trabalho, posturas, exercícios e alongamentos;
- Ações em saúde ocupacional: Avaliação das condições ambientais e dos servidores quanto à aptidão ao trabalho; controle dos casos de LER/DORT; ergonomia;

- Curso de Reeducação Postural: Ministrados 7 cursos nas cidades de Novo Hamburgo, Santa Rosa, Erechim, Lajeado, Caxias do Sul, Sapucaia do Sul e São Leopoldo, com a participação de 142 juízes/servidores. Realizadas 15 palestras do Programa Ergonomia para Todos na Grande Porto Alegre e nas cidades de Santana do Livramento, Rosário do Sul, São Gabriel, Cachoeira do Sul, Santa Vitória do Palmar, Arroio Grande, Camaquã, Encantado, Estrela, Triunfo, Montenegro, Santo Ângelo, Ijuí, Cruz Alta e Soledade, com a participação de 117 servidores/juízes, seguidas de posicionamento dos servidores nos postos de trabalho. As palestras em Porto Alegre foram realizadas em 6 Gabinetes; em 3 unidades da área administrativa; e em 5 Varas do Trabalho de Porto Alegre (3ª, 7ª, 8ª, 18ª e 28ª), totalizando, no ano, 353 atendimentos, entre servidores e juízes, com ajustes nos Postos de Trabalho;
- Parceria com a Segesp no acompanhamento funcional, individualmente e com alguns setores, bem como colaboração no cadastramento dos servidores inativos;
- *Workshop* Saúde Bucal da Gestante e do Bebê, promovido pela Seção de Assistência Odontológica, com 06 (seis) participantes;
- Projeto Malote da Saúde Bucal, que consiste no empréstimo de livros infantis às unidades judiciárias. O malote circulou por 40 unidades;
- Atuação no Projeto Integrar-te, promovido pela Segesp, realizando palestras com informações sobre a Coordenadoria de Saúde e ergonomia;
- Atuação da equipe de enfermagem nos Encontros de Gestores e de Magistrados, realizando medição da pressão arterial, glicose e colesterol;
- *Click* Saúde: Circulação mensal de informativo sobre saúde;
- Campanha do Agasalho: 256 peças de vestuário e calçados distribuídos a 70 empregados terceirizados;
- Campanha Dia das Crianças: 120 brinquedos doados a filhos de empregados terceirizados.

MOVIMENTO JUDICIÁRIO

1º GRAU

No ano de 2013, foram recebidos nas Varas do Trabalho do Rio Grande do Sul **160.995** processos e solucionados **157.672**. Ficaram pendentes para o ano de 2014 **72.543** processos na fase de conhecimento, e **285.812** na fase de execução.

1º GRAU		
Processos	Casos novos + sentenças reformadas ou anuladas	160.995
	Solucionados – fase de conhecimento	157.672
	Pendentes – fase de conhecimento (em 31.12.2013)	72.543
	Pendentes – fase de execução (em 31.12.2013)	285.812

VARAS DO TRABALHO

Fase de Conhecimento – Casos Novos

VARA DO TRABALHO	CASOS NOVOS			SENTENÇA REFORMADA OU ANULADA	TOTAL
	DISTRIBUIÇÃO	REDISTRIBUIÇÃO	SUBTOTAL		
Alegrete – 1ª Vara	474	0	474	9	483
Alvorada – 1ª Vara	1.033	0	1.033	4	1.037
Arroio Grande – 1ª Vara	346	0	346	6	352
Bagé – 1ª Vara	1.131	5	1.136	14	1.150
Bagé – 2ª Vara	1.125	10	1.135	12	1.147
Bento Gonçalves – 1ª Vara	1.759	27	1.786	12	1.798
Bento Gonçalves – 2ª Vara	1.760	25	1.785	1	1.786
Cachoeira do Sul – 1ª Vara	953	1	954	8	962
Cachoeirinha – 1ª Vara	1.264	24	1.288	6	1.294
Cachoeirinha – 2ª Vara	1.259	39	1.298	6	1.304
Camaquã – 1ª Vara	545	0	545	6	551
Canoas – 1ª Vara	1.343	33	1.376	0	1.376
Canoas – 2ª Vara	1.331	34	1.365	11	1.376
Canoas – 3ª Vara	1.359	54	1.413	20	1.433
Canoas – 4ª Vara	1.320	48	1.368	3	1.371
Canoas – 5ª Vara	1.331	83	1.414	10	1.424
Capão da Canoa – Posto Avançado	915	0	915	0	915

VARA DO TRABALHO	CASOS NOVOS			SENTENÇA REFORMADA OU ANULADA	TOTAL
	DISTRIBUIÇÃO	REDISTRIBUIÇÃO	SUBTOTAL		
Carazinho – 1ª Vara	1.349	1	1.350	1	1.351
Caxias do Sul – 1ª Vara	1.595	26	1.621	22	1.643
Caxias do Sul – 2ª Vara	1.578	25	1.603	17	1.620
Caxias do Sul – 3ª Vara	1.599	28	1.627	2	1.629
Caxias do Sul – 4ª Vara	1.558	24	1.582	7	1.589
Caxias do Sul – 5ª Vara	1.582	30	1.612	5	1.617
Caxias do Sul – 6ª Vara	1.306	22	1.328	0	1.328
Cruz Alta – 1ª Vara	1.009	0	1.009	0	1.009
Dom Pedrito – Posto Avançado	236	4	240	0	240
Encantado – 1ª Vara	565	0	565	0	565
Erechim – 1ª Vara	572	9	581	4	585
Erechim – 2ª Vara	539	14	553	5	558
Erechim – 3ª Vara	961	9	970	2	972
Estância Velha – 1ª Vara	1.801	2	1.803	9	1.812
Esteio – 1ª Vara	718	5	723	0	723
Esteio – 2ª Vara	746	31	777	4	781
Estrela – 1ª Vara	1.626	0	1.626	6	1.632
Estrela – 2ª Vara	23	470	493	0	493
Farroupilha – 1ª Vara	935	1	936	4	940
Frederico Westphalen – 1ª Vara	754	3	757	11	768
Gramado – 1ª Vara	920	10	930	17	947
Gramado – 2ª Vara	927	6	933	2	935
Gravataí – 1ª Vara	1.179	23	1.202	14	1.216
Gravataí – 2ª Vara	1.179	21	1.200	18	1.218
Gravataí – 3ª Vara	1.171	33	1.204	4	1.208
Gravataí – 4ª Vara	1.192	22	1.214	13	1.227
Guaíba – 1ª Vara	1.274	4	1.278	1	1.279
Ijuí – 1ª Vara	1.110	0	1.110	9	1.119
Itaqui – Posto Avançado	287	0	287	1	288
Lagoa Vermelha – 1ª Vara	475	1	476	3	479
Lajeado – 1ª Vara	1.167	36	1.203	4	1.207
Lajeado – 2ª Vara	1.196	27	1.223	2	1.225
Marau – Posto Avançado	904	39	943	7	950
Montenegro – 1ª Vara	1.254	2	1.256	13	1.269
Nova Prata – Posto Avançado	815	32	847	5	852
Novo Hamburgo – 1ª Vara	1.180	38	1.218	0	1.218

VARA DO TRABALHO	CASOS NOVOS			SENTENÇA REFORMADA OU ANULADA	TOTAL
	DISTRIBUIÇÃO	REDISTRIBUIÇÃO	SUBTOTAL		
Novo Hamburgo – 2ª Vara	1.228	32	1.260	9	1.269
Novo Hamburgo – 3ª Vara	1.236	27	1.263	0	1.263
Novo Hamburgo – 4ª Vara	1.258	43	1.301	18	1.319
Novo Hamburgo – 5ª Vara	1.170	66	1.236	18	1.254
Osório – 1ª Vara	1.405	6	1.411	3	1.414
Palmeira das Missões – 1ª Vara	661	1	662	8	670
Panambi – Posto Avançado	402	3	405	0	405
Passo Fundo – 1ª Vara	1.145	28	1.173	13	1.186
Passo Fundo – 2ª Vara	1.078	10	1.088	13	1.101
Passo Fundo – 3ª Vara	750	29	779	5	784
Passo Fundo – 4ª Vara	753	29	782	12	794
Pelotas – 1ª Vara	1.228	7	1.235	4	1.239
Pelotas – 2ª Vara	1.229	5	1.234	17	1.251
Pelotas – 3ª Vara	1.227	10	1.237	1	1.238
Pelotas – 4ª Vara	1.219	9	1.228	9	1.237
Porto Alegre – 1ª Vara	1.499	16	1.515	33	1.548
Porto Alegre – 2ª Vara	1.480	23	1.503	7	1.510
Porto Alegre – 3ª Vara	1.494	18	1.512	15	1.527
Porto Alegre – 4ª Vara	1.520	13	1.533	0	1.533
Porto Alegre – 5ª Vara	1.487	22	1.509	21	1.530
Porto Alegre – 6ª Vara	1.478	17	1.495	3	1.498
Porto Alegre – 7ª Vara	1.505	10	1.515	1	1.516
Porto Alegre – 8ª Vara	1.503	15	1.518	13	1.531
Porto Alegre – 9ª Vara	1.507	19	1.526	52	1.578
Porto Alegre – 10ª Vara	1.496	15	1.511	10	1.521
Porto Alegre – 11ª Vara	1.508	12	1.520	18	1.538
Porto Alegre – 12ª Vara	1.493	25	1.518	12	1.530
Porto Alegre – 13ª Vara	1.513	11	1.524	13	1.537
Porto Alegre – 14ª Vara	1.489	39	1.528	10	1.538
Porto Alegre – 15ª Vara	1.482	16	1.498	11	1.509
Porto Alegre – 16ª Vara	1.525	16	1.541	17	1.558
Porto Alegre – 17ª Vara	1.505	27	1.532	12	1.544
Porto Alegre – 18ª Vara	1.421	73	1.494	39	1.533
Porto Alegre – 19ª Vara	1.489	19	1.508	12	1.520
Porto Alegre – 20ª Vara	1.478	56	1.534	21	1.555
Porto Alegre – 21ª Vara	1.478	16	1.494	7	1.501

VARA DO TRABALHO	CASOS NOVOS			SENTENÇA REFORMADA OU ANULADA	TOTAL
	DISTRIBUIÇÃO	REDISTRIBUIÇÃO	SUBTOTAL		
Porto Alegre – 22ª Vara	1.486	19	1.505	18	1.523
Porto Alegre – 23ª Vara	1.489	30	1.519	9	1.528
Porto Alegre – 24ª Vara	1.486	41	1.527	42	1.569
Porto Alegre – 25ª Vara	1.493	18	1.511	3	1.514
Porto Alegre – 26ª Vara	1.505	17	1.522	10	1.532
Porto Alegre – 27ª Vara	1.482	18	1.500	1	1.501
Porto Alegre – 28ª Vara	1.489	27	1.516	5	1.521
Porto Alegre – 29ª Vara	1.483	26	1.509	13	1.522
Porto Alegre – 30ª Vara	2.035	146	2.181	5	2.186
Rio Grande – 1ª Vara	727	11	738	9	747
Rio Grande – 2ª Vara	722	6	728	7	735
Rio Grande – 3ª Vara	733	87	820	3	823
Rio Grande – 4ª Vara	692	85	777	6	783
Rosário do Sul – 1ª Vara	343	0	343	4	347
Santa Cruz do Sul – 1ª Vara	1.171	17	1.188	12	1.200
Santa Cruz do Sul – 2ª Vara	1.242	33	1.275	7	1.282
Santa Cruz do Sul – 3ª Vara	1.130	16	1.146	12	1.158
Santa Maria – 1ª Vara	1.120	14	1.134	15	1.149
Santa Maria – 2ª Vara	1.108	26	1.134	17	1.151
Santana do Livramento – 1ª Vara	718	0	718	10	728
Santa Rosa – 1ª Vara	580	24	604	8	612
Santa Rosa – 2ª Vara	529	103	632	10	642
Santa Vitória do Palmar – 1ª Vara	391	0	391	3	394
Santiago – 1ª Vara	459	0	459	9	468
Santo Ângelo – 1ª Vara	1.155	3	1.158	20	1.178
São Borja – 1ª Vara	632	0	632	2	634
São Gabriel – 1ª Vara	621	1	622	2	624
São Jerônimo – 1ª Vara	969	1	970	2	972
São Leopoldo – 1ª Vara	1.533	23	1.556	15	1.571
São Leopoldo – 2ª Vara	1.519	25	1.544	13	1.557
São Leopoldo – 3ª Vara	1.529	24	1.553	0	1.553
São Leopoldo – 4ª Vara	1.484	36	1.520	1	1.521
São Lourenço do Sul – Posto Avançado	235	0	235	0	235
São Sebastião do Caí – Posto Avançado	66	819	885	4	889
Sapiranga – 1ª Vara	1.399	8	1.407	6	1.413
Sapiranga – 2ª Vara	1.398	13	1.411	4	1.415

VARA DO TRABALHO	CASOS NOVOS			SENTENÇA REFORMADA OU ANULADA	TOTAL
	DISTRIBUIÇÃO	REDISTRIBUIÇÃO	SUBTOTAL		
Sapiranga – 3ª Vara	1.399	12	1.411	8	1.419
Sapucaia do Sul – 1ª Vara	936	19	955	10	965
Sapucaia do Sul – 2ª Vara	921	18	939	39	978
Soledade – 1ª Vara	837	0	837	12	849
Taquara – 1ª Vara	1.397	1	1.398	5	1.403
Taquara – 2ª Vara	1.394	14	1.408	8	1.416
Taquara – 3ª Vara	1.402	9	1.411	7	1.418
Taquara – 4ª Vara	1.387	12	1.399	1	1.400
Taquari – Posto Avançado	335	0	335	7	342
Torres – 1ª Vara	620	0	620	11	631
Tramandaí – Posto Avançado	1.311	2	1.313	25	1.338
Três Passos – 1ª Vara	683	2	685	3	688
Triunfo – 1ª Vara	876	0	876	11	887
Uruguaiana – 1ª Vara	1.583	5	1.588	26	1.614
Uruguaiana – 2ª Vara	1.576	5	1.581	4	1.585
Vacaria – 1ª Vara	835	1	836	2	838
Viamão – 1ª Vara	1.481	2	1.483	11	1.494
TOTAL – 4ª REGIÃO	160.995	3983	164.978	1.294	166.272

Obs.: quanto à informação dos casos novos das Varas do Trabalho de Encantado e Guaíba, foi feita a dedução dos processos do PJ4 ajuizados em 2012, que constam na estatística do e-Gestão de 2013 pelo fato de haverem sido cadastrados no sistema PJe no curso deste ano

Fase de Conhecimento – Processos Solucionados por Vara do Trabalho

VARA DO TRABALHO	PROCESSOS SOLUCIONADOS		
	Com exame de mérito	Sem exame de mérito	Total
Alegrete – 1ª Vara	381	29	410
Alvorada – 1ª Vara	692	103	795
Arroio Grande – 1ª Vara	263	41	304
Bagé – 1ª Vara	990	99	1.089
Bagé – 2ª Vara	1.134	97	1.231
Bento Gonçalves – 1ª Vara	1.586	141	1.727
Bento Gonçalves – 2ª Vara	1.528	140	1.668
Cachoeira do Sul – 1ª Vara	848	135	983
Cachoeirinha – 1ª Vara	1.107	121	1.228
Cachoeirinha – 2ª Vara	1.079	91	1.170
Camaquã – 1ª Vara	467	58	525

VARA DO TRABALHO	PROCESSOS SOLUCIONADOS		
	Com exame de mérito	Sem exame de mérito	Total
Alegrete – 1ª Vara	381	29	410
Canoas – 1ª Vara	1.254	250	1.504
Canoas – 2ª Vara	1.248	239	1.487
Canoas – 3ª Vara	1.173	280	1.453
Canoas – 4ª Vara	1.081	299	1.380
Canoas – 5ª Vara	996	282	1.278
Capão da Canoa – Posto Avançado	699	126	825
Carazinho – 1ª Vara	1.361	119	1.480
Caxias do Sul – 1ª Vara	1.242	217	1.459
Caxias do Sul – 2ª Vara	1.462	159	1.621
Caxias do Sul – 3ª Vara	1.298	186	1.484
Caxias do Sul – 4ª Vara	1.184	171	1.355
Caxias do Sul – 5ª Vara	1.091	168	1.259
Caxias do Sul – 6ª Vara	560	92	652
Cruz Alta – 1ª Vara	774	122	896
Dom Pedrito – Posto Avançado	222	19	241
Encantado – 1ª Vara	313	48	361
Erechim – 1ª Vara	508	37	545
Erechim – 2ª Vara	655	72	727
Erechim – 3ª Vara	731	69	800
Estância Velha – 1ª Vara	1.814	206	2.020
Esteio – 1ª Vara	693	125	818
Esteio – 2ª Vara	551	120	671
Estrela – 1ª Vara	1.176	151	1.327
Estrela – 2ª Vara	20	1	21
Farroupilha – 1ª Vara	679	91	770
Frederico Westphalen – 1ª Vara	617	109	726
Gramado – 1ª Vara	918	97	1.015
Gramado – 2ª Vara	832	107	939
Gravataí – 1ª Vara	759	141	900
Gravataí – 2ª Vara	778	79	857
Gravataí – 3ª Vara	646	128	774
Gravataí – 4ª Vara	627	111	738
Guaíba – 1ª Vara	925	213	1.138
Ijuí – 1ª Vara	853	133	986
Itaqui – Posto Avançado	212	34	246
Lagoa Vermelha – 1ª Vara	422	53	475

VARA DO TRABALHO	PROCESSOS SOLUCIONADOS		
	Com exame de mérito	Sem exame de mérito	Total
Alegrete – 1ª Vara	381	29	410
Lajeado – 1ª Vara	1035	97	1.132
Lajeado – 2ª Vara	972	103	1.075
Marau – Posto Avançado	861	99	960
Montenegro – 1ª Vara	1.122	161	1.283
Nova Prata – Posto Avançado	780	126	906
Novo Hamburgo – 1ª Vara	1.135	168	1.303
Novo Hamburgo – 2ª Vara	1.075	168	1.243
Novo Hamburgo – 3ª Vara	930	163	1.093
Novo Hamburgo – 4ª Vara	1.197	250	1.447
Novo Hamburgo – 5ª Vara	1.310	147	1.457
Osório – 1ª Vara	1.391	110	1.501
Palmeira das Missões – 1ª Vara	558	97	655
Panambi – Posto Avançado	309	47	356
Passo Fundo – 1ª Vara	858	130	988
Passo Fundo – 2ª Vara	955	94	1.049
Passo Fundo – 3ª Vara	730	71	801
Passo Fundo – 4ª Vara	865	64	929
Pelotas – 1ª Vara	1.055	115	1.170
Pelotas – 2ª Vara	1.019	138	1.157
Pelotas – 3ª Vara	1.131	150	1.281
Pelotas – 4ª Vara	1.128	161	1.289
Porto Alegre – 1ª Vara	1.402	185	1.587
Porto Alegre – 2ª Vara	1.263	210	1.473
Porto Alegre – 3ª Vara	1.576	215	1.791
Porto Alegre – 4ª Vara	1.331	182	1.513
Porto Alegre – 5ª Vara	1.339	242	1.581
Porto Alegre – 6ª Vara	1.244	180	1.424
Porto Alegre – 7ª Vara	1.136	179	1.315
Porto Alegre – 8ª Vara	1.316	232	1.548
Porto Alegre – 9ª Vara	1.255	178	1.433
Porto Alegre – 10ª Vara	1.360	193	1.553
Porto Alegre – 11ª Vara	1.272	169	1.441
Porto Alegre – 12ª Vara	1.181	191	1.372
Porto Alegre – 13ª Vara	1.238	216	1.454
Porto Alegre – 14ª Vara	1.343	182	1.525
Porto Alegre – 15ª Vara	1.200	212	1.412

VARA DO TRABALHO	PROCESSOS SOLUCIONADOS		
	Com exame de mérito	Sem exame de mérito	Total
Alegrete – 1ª Vara	381	29	410
Porto Alegre – 16ª Vara	1.400	209	1.609
Porto Alegre – 17ª Vara	1.284	242	1.526
Porto Alegre – 18ª Vara	851	173	1.024
Porto Alegre – 19ª Vara	1.175	177	1.352
Porto Alegre – 20ª Vara	1.428	199	1.627
Porto Alegre – 21ª Vara	1.240	219	1.459
Porto Alegre – 22ª Vara	1.132	186	1.318
Porto Alegre – 23ª Vara	1.420	243	1.663
Porto Alegre – 24ª Vara	1.318	271	1.589
Porto Alegre – 25ª Vara	1.465	221	1.686
Porto Alegre – 26ª Vara	1.297	240	1.537
Porto Alegre – 27ª Vara	1.322	207	1.529
Porto Alegre – 28ª Vara	1.388	190	1.578
Porto Alegre – 29ª Vara	1.279	216	1.495
Porto Alegre – 30ª Vara	1.311	277	1.588
Rio Grande – 1ª Vara	610	112	722
Rio Grande – 2ª Vara	709	122	831
Rio Grande – 3ª Vara	646	84	730
Rio Grande – 4ª Vara	601	122	723
Rosário do Sul – 1ª Vara	348	33	381
Santa Cruz do Sul – 1ª Vara	866	116	982
Santa Cruz do Sul – 2ª Vara	1.077	76	1.153
Santa Cruz do Sul – 3ª Vara	878	95	973
Santa Maria – 1ª Vara	993	149	1.142
Santa Maria – 2ª Vara	950	123	1.073
Santana do Livramento – 1ª Vara	620	57	677
Santa Rosa – 1ª Vara	589	65	654
Santa Rosa – 2ª Vara	602	71	673
Santa Vitória do Palmar – 1ª Vara	303	49	352
Santiago – 1ª Vara	446	35	481
Santo Ângelo – 1ª Vara	1.266	115	1.381
São Borja – 1ª Vara	588	49	637
São Gabriel – 1ª Vara	421	40	461
São Jerônimo – 1ª Vara	760	96	856
São Leopoldo – 1ª Vara	1.196	145	1.341
São Leopoldo – 2ª Vara	1.225	140	1.365

VARA DO TRABALHO	PROCESSOS SOLUCIONADOS		
	Com exame de mérito	Sem exame de mérito	Total
Alegrete – 1ª Vara	381	29	410
São Leopoldo – 3ª Vara	1.204	163	1.367
São Leopoldo – 4ª Vara	1.137	124	1.261
São Lourenço do Sul – Posto Avançado	183	25	208
São Sebastião do Caí – Posto Avançado	678	144	822
Sapiranga – 1ª Vara	1.433	106	1.539
Sapiranga – 2ª Vara	1.207	110	1.317
Sapiranga – 3ª Vara	1.278	118	1.396
Sapucaia do Sul – 1ª Vara	658	112	770
Sapucaia do Sul – 2ª Vara	894	62	956
Soledade – 1ª Vara	608	109	717
Taquara – 1ª Vara	1.479	114	1.593
Taquara – 2ª Vara	1.200	141	1.341
Taquara – 3ª Vara	1.248	134	1.382
Taquara – 4ª Vara	1.228	199	1.427
Taquari – Posto Avançado	304	81	385
Torres – 1ª Vara	541	75	616
Tramandaí – Posto Avançado	1.037	183	1.220
Três Passos – 1ª Vara	581	60	641
Triunfo – 1ª Vara	649	127	776
Uruguaiana – 1ª Vara	1.620	205	1.825
Uruguaiana – 2ª Vara	1.731	142	1.873
Vacaria – 1ª Vara	705	78	783
Viamão – 1ª Vara	1.307	127	1.434
TOTAL – 4ª REGIÃO	138.235	19.437	157.672

Fase de Conhecimento – Processos Pendentes de Solução

VARA DO TRABALHO	PROCESSOS AGUARDANDO A 1ª SESSÃO DE AUDIÊNCIA	PROCESSOS AGUARDANDO O ENCERRAMENTO DA INSTRUÇÃO	PROCESSOS AGUARDANDO PROLAÇÃO DE SENTENÇA			TOTAL
			Prazo vencido	Dentro do prazo	Subtotal	
Alegrete – 1ª Vara	80	159	0	14	14	253
Alvorada – 1ª Vara	229	371	83	69	152	752
Arroio Grande – 1ª Vara	83	70	0	1	1	154
Bagé – 1ª Vara	163	390	47	44	91	644
Bagé – 2ª Vara	158	352	14	28	42	552
Bento Gonçalves – 1ª Vara	422	961	9	44	53	1.436
Bento Gonçalves – 2ª Vara	233	756	7	61	68	1.057
Cachoeira do Sul – 1ª Vara	95	691	22	27	49	835
Cachoeirinha – 1ª Vara	243	651	6	21	27	921
Cachoeirinha – 2ª Vara	174	658	55	58	113	945
Camaquã – 1ª Vara	101	141	3	43	46	288
Canoas – 1ª Vara	242	519	24	20	44	805
Canoas – 2ª Vara	266	517	5	22	27	810
Canoas – 3ª Vara	245	570	2	99	101	916
Canoas – 4ª Vara	193	565	112	93	205	963
Canoas – 5ª Vara	240	670	70	84	154	1.064
Capão da Canoa – Posto Avançado	156	284	1	64	65	505
Carazinho – 1ª Vara	174	232	10	14	24	430
Caxias do Sul – 1ª Vara	336	501	3	52	55	892
Caxias do Sul – 2ª Vara	167	379	59	64	123	669
Caxias do Sul – 3ª Vara	280	510	76	51	127	917
Caxias do Sul – 4ª Vara	315	525	57	74	131	971
Caxias do Sul – 5ª Vara	394	656	97	52	149	1.199
Caxias do Sul – 6ª Vara	221	521	111	68	179	921
Cruz Alta – 1ª Vara	140	408	24	41	65	613
Dom Pedrito – Posto Avançado	15	67	7	8	15	97
Encantado – 1ª Vara	129	104	6	16	22	255
Erechim – 1ª Vara	94	337	51	20	71	502
Erechim – 2ª Vara	63	271	68	37	105	439
Erechim – 3ª Vara	126	175	53	21	74	375
Estância Velha – 1ª Vara	194	358	6	13	19	571
Esteio – 1ª Vara	150	327	35	18	53	530
Esteio – 2ª Vara	88	308	64	45	109	505
Estrela – 1ª Vara	88	283	0	8	8	379
Estrela – 2ª Vara	23	431	0	18	18	472
Farroupilha – 1ª Vara	117	425	1	6	7	549
Frederico Westphalen – 1ª Vara	148	226	0	24	24	398

VARA DO TRABALHO	PROCESSOS AGUARDANDO A 1ª SESSÃO DE AUDIÊNCIA	PROCESSOS AGUARDANDO O ENCERRAMENTO DA INSTRUÇÃO	PROCESSOS AGUARDANDO PROLAÇÃO DE SENTENÇA			TOTAL
			Prazo vencido	Dentro do prazo	Subtotal	
Gramado – 1ª Vara	29	152	1	1	2	183
Gramado – 2ª Vara	51	223	0	10	10	284
Gravataí – 1ª Vara	343	520	1	40	41	904
Gravataí – 2ª Vara	409	577	0	34	34	1.020
Gravataí – 3ª Vara	318	741	1	32	33	1.092
Gravataí – 4ª Vara	438	620	7	62	69	1.127
Guaíba – 1ª Vara	736	697	120	84	204	1.637
Ijuí – 1ª Vara	132	408	5	32	37	577
Itaqui – Posto Avançado	23	107	19	7	26	156
Lagoa Vermelha – 1ª Vara	74	103	5	15	20	197
Lajeado – 1ª Vara	89	228	5	1	6	323
Lajeado – 2ª Vara	152	260	0	20	20	432
Marau – Posto Avançado	165	371	5	27	32	568
Montenegro – 1ª Vara	70	555	44	155	199	824
Nova Prata – Posto Avançado	92	401	15	19	34	527
Novo Hamburgo – 1ª Vara	340	850	50	63	113	1.303
Novo Hamburgo – 2ª Vara	156	379	34	42	76	611
Novo Hamburgo – 3ª Vara	287	545	22	66	88	920
Novo Hamburgo – 4ª Vara	56	389	42	60	102	547
Novo Hamburgo – 5ª Vara	70	491	92	92	184	745
Osório – 1ª Vara	206	498	0	0	0	704
Palmeira das Missões – 1ª Vara	42	175	15	31	46	263
Panambi – Posto Avançado	40	229	5	10	15	284
Passo Fundo – 1ª Vara	109	429	5	67	72	610
Passo Fundo – 2ª Vara	74	380	4	33	37	491
Passo Fundo – 3ª Vara	111	419	169	69	238	768
Passo Fundo – 4ª Vara	115	471	1	9	10	596
Pelotas – 1ª Vara	163	338	25	47	72	573
Pelotas – 2ª Vara	210	351	35	30	65	626
Pelotas – 3ª Vara	115	229	0	4	4	348
Pelotas – 4ª Vara	124	204	1	0	1	329
Porto Alegre – 1ª Vara	292	633	73	25	98	1.023
Porto Alegre – 2ª Vara	206	752	44	78	122	1.080
Porto Alegre – 3ª Vara	298	725	50	106	156	1.179
Porto Alegre – 4ª Vara	165	566	55	103	158	889
Porto Alegre – 5ª Vara	247	430	0	39	39	716
Porto Alegre – 6ª Vara	283	777	17	69	86	1.146
Porto Alegre – 7ª Vara	297	812	19	71	90	1.199
Porto Alegre – 8ª Vara	212	557	97	118	215	984

VARA DO TRABALHO	PROCESSOS AGUARDANDO A 1ª SESSÃO DE AUDIÊNCIA	PROCESSOS AGUARDANDO O ENCERRAMENTO DA INSTRUÇÃO	PROCESSOS AGUARDANDO PROLAÇÃO DE SENTENÇA			TOTAL
			Prazo vencido	Dentro do prazo	Subtotal	
Porto Alegre – 9ª Vara	338	682	56	54	110	1.130
Porto Alegre – 10ª Vara	146	642	12	80	92	880
Porto Alegre – 11ª Vara	179	666	116	118	234	1.079
Porto Alegre – 12ª Vara	209	581	33	82	115	905
Porto Alegre – 13ª Vara	318	581	74	70	144	1.043
Porto Alegre – 14ª Vara	138	539	11	80	91	768
Porto Alegre – 15ª Vara	238	649	66	81	147	1.034
Porto Alegre – 16ª Vara	246	513	59	78	137	896
Porto Alegre – 17ª Vara	203	624	4	79	83	910
Porto Alegre – 18ª Vara	534	143	75	86	161	838
Porto Alegre – 19ª Vara	409	687	85	73	158	1.254
Porto Alegre – 20ª Vara	267	861	20	52	72	1.200
Porto Alegre – 21ª Vara	201	432	27	76	103	736
Porto Alegre – 22ª Vara	303	688	54	88	142	1.133
Porto Alegre – 23ª Vara	227	618	1	51	52	897
Porto Alegre – 24ª Vara	186	533	37	80	117	836
Porto Alegre – 25ª Vara	192	637	63	133	196	1.025
Porto Alegre – 26ª Vara	234	546	109	97	206	986
Porto Alegre – 27ª Vara	309	630	5	100	105	1.044
Porto Alegre – 28ª Vara	265	766	52	87	139	1.170
Porto Alegre – 29ª Vara	303	444	2	67	69	816
Porto Alegre – 30ª Vara	310	1.982	21	104	125	2.417
Rio Grande – 1ª Vara	196	255	77	68	145	596
Rio Grande – 2ª Vara	127	289	58	39	97	513
Rio Grande – 3ª Vara	275	334	15	68	83	692
Rio Grande – 4ª Vara	228	303	30	42	72	603
Rosário do Sul – 1ª Vara	32	41	0	13	13	86
Santa Cruz do Sul – 1ª Vara	472	247	2	6	8	727
Santa Cruz do Sul – 2ª Vara	157	460	0	8	8	625
Santa Cruz do Sul – 3ª Vara	97	428	57	47	104	629
Santa Maria – 1ª Vara	159	463	60	118	178	800
Santa Maria – 2ª Vara	356	507	52	109	161	1.024
Santana do Livramento – 1ª Vara	72	160	0	8	8	240
Santa Rosa – 1ª Vara	68	175	126	34	160	403
Santa Rosa – 2ª Vara	52	223	24	45	69	344
Santa Vitória do Palmar – 1ª Vara	41	22	0	6	6	69
Santiago – 1ª Vara	23	75	0	3	3	101
Santo Ângelo – 1ª Vara	94	273	36	79	115	482
São Borja – 1ª Vara	75	153	42	12	54	282

VARA DO TRABALHO	PROCESSOS AGUARDANDO A 1ª SESSÃO DE AUDIÊNCIA	PROCESSOS AGUARDANDO O ENCERRAMENTO DA INSTRUÇÃO	PROCESSOS AGUARDANDO PROLAÇÃO DE SENTENÇA			TOTAL
			Prazo vencido	Dentro do prazo	Subtotal	
São Gabriel – 1ª Vara	61	243	24	80	104	408
São Jerônimo – 1ª Vara	337	732	63	42	105	1.174
São Leopoldo – 1ª Vara	174	233	76	78	154	561
São Leopoldo – 2ª Vara	136	285	38	56	94	515
São Leopoldo – 3ª Vara	156	260	111	25	136	552
São Leopoldo – 4ª Vara	169	281	48	78	126	576
São Lourenço do Sul – Posto Avançado	32	55	0	1	1	88
São Sebastião do Caí - Posto Avançado	104	172	39	27	66	342
Sapiranga – 1ª Vara	205	277	1	6	7	489
Sapiranga – 2ª Vara	125	532	0	8	8	665
Sapiranga – 3ª Vara	142	469	0	39	39	650
Sapucaia do Sul – 1ª Vara	97	370	73	78	151	618
Sapucaia do Sul – 2ª Vara	97	226	0	10	10	333
Soledade – 1ª Vara	85	245	16	19	35	365
Taquara – 1ª Vara	118	496	20	21	41	655
Taquara – 2ª Vara	103	604	17	43	60	767
Taquara – 3ª Vara	87	491	11	45	56	634
Taquara – 4ª Vara	147	599	23	71	94	840
Taquari – Posto Avançado	42	61	0	18	18	121
Torres – 1ª Vara	57	205	2	14	16	278
Tramandaí – Posto Avançado	130	316	5	24	29	475
Três Passos – 1ª Vara	29	160	0	48	48	237
Triunfo – 1ª Vara	142	346	1	52	53	541
Uruguaiana – 1ª Vara	128	137	0	3	3	268
Uruguaiana – 2ª Vara	183	281	2	19	21	485
Vacaria – 1ª Vara	111	245	0	9	9	365
Viamão – 1ª Vara	225	364	1	15	16	605
TOTAL – 4ª REGIÃO	12.541	51.076	3.299	5.627	8.926	72.543

Fase de Execução – Pendentes de Execução

VARA DO TRABALHO	PENDENTES DE EXECUÇÃO		
	Pendentes de Execução (sem Exclusiv. Prev.)	Saldo de Processos em Arquivo Provisório	Total
Alegrete – 1ª Vara	590	732	1.322
Alvorada – 1ª Vara	406	1.533	1.939
Arroio Grande – 1ª Vara	463	487	950
Bagé – 1ª Vara	1.108	1.190	2.298
Bagé – 2ª Vara	1.125	486	1.611
Bento Gonçalves – 1ª Vara	941	850	1.791
Bento Gonçalves – 2ª Vara	1.293	663	1.956
Cachoeira do Sul – 1ª Vara	1.153	2.189	3.342
Cachoeirinha – 1ª Vara	1.116	1.269	2.385
Cachoeirinha – 2ª Vara	1.083	698	1.781
Camaquã – 1ª Vara	771	1.240	2.011
Canoas – 1ª Vara	898	2.031	2.929
Canoas – 2ª Vara	683	1.987	2.670
Canoas – 3ª Vara	725	2.558	3.283
Canoas – 4ª Vara	817	82	899
Canoas – 5ª Vara	696	86	782
Capão da Canoa – Posto Avançado	626	607	1.233
Carazinho – 1ª Vara	875	1.256	2.131
Caxias do Sul – 1ª Vara	649	1.728	2.377
Caxias do Sul – 2ª Vara	861	1.538	2.399
Caxias do Sul – 3ª Vara	752	1.485	2.237
Caxias do Sul – 4ª Vara	763	900	1.663
Caxias do Sul – 5ª Vara	553	20	573
Caxias do Sul – 6ª Vara	5	0	5
Cruz Alta – 1ª Vara	1.178	1.187	2.365
Dom Pedrito – Posto Avançado	289	231	520
Encantado – 1ª Vara	309	107	416
Erechim – 1ª Vara	590	756	1.346
Erechim – 2ª Vara	572	135	707
Erechim – 3ª Vara	433	0	433
Estância Velha – 1ª Vara	739	1.482	2.221
Esteio – 1ª Vara	457	1.688	2.145
Esteio – 2ª Vara	441	100	541
Estrela – 1ª Vara	583	319	902
Estrela – 2ª Vara	537	0	537
Farroupilha – 1ª Vara	391	857	1.248

VARA DO TRABALHO	PENDENTES DE EXECUÇÃO		
	Pendentes de Execução (sem Exclusiv. Prev.)	Saldo de Processos em Arquivo Provisório	Total
Alegrete – 1ª Vara	590	732	1.322
Frederico Westphalen – 1ª Vara	299	628	927
Gramado – 1ª Vara	383	1.440	1.823
Gramado – 2ª Vara	359	481	840
Gravataí – 1ª Vara	809	2.163	2.972
Gravataí – 2ª Vara	865	691	1.556
Gravataí – 3ª Vara	834	47	881
Gravataí – 4ª Vara	567	100	667
Guaíba – 1ª Vara	1.627	2.091	3.718
Ijuí – 1ª Vara	494	1.249	1.743
Itaqui – Posto Avançado	165	545	710
Lagoa Vermelha – 1ª Vara	549	410	959
Lajeado – 1ª Vara	436	1.499	1.935
Lajeado – 2ª Vara	441	108	549
Marau – Posto Avançado	478	1	479
Montenegro – 1ª Vara	765	902	1.667
Nova Prata – Posto Avançado	578	329	907
Novo Hamburgo – 1ª Vara	1.239	2.576	3.815
Novo Hamburgo – 2ª Vara	1.075	1.618	2.693
Novo Hamburgo – 3ª Vara	1.095	2.036	3.131
Novo Hamburgo – 4ª Vara	951	1.382	2.333
Novo Hamburgo – 5ª Vara	886	1.548	2.434
Osório – 1ª Vara	1.135	2.265	3.400
Palmeira das Missões – 1ª Vara	724	308	1.032
Panambi – Posto Avançado	306	63	369
Passo Fundo – 1ª Vara	517	1.773	2.290
Passo Fundo – 2ª Vara	550	1.448	1.998
Passo Fundo – 3ª Vara	528	23	551
Passo Fundo – 4ª Vara	367	77	444
Pelotas – 1ª Vara	2.276	2.482	4.758
Pelotas – 2ª Vara	1.313	2.394	3.707
Pelotas – 3ª Vara	1.509	1.621	3.130
Pelotas – 4ª Vara	965	543	1.508
Porto Alegre – 1ª Vara	1.185	1.808	2.993
Porto Alegre – 2ª Vara	1.353	1.479	2.832
Porto Alegre – 3ª Vara	888	1.864	2.752
Porto Alegre – 4ª Vara	680	1.961	2.641

VARA DO TRABALHO	PENDENTES DE EXECUÇÃO		
	Pendentes de Execução (sem Exclusiv. Prev.)	Saldo de Processos em Arquivo Provisório	Total
Alegrete – 1ª Vara	590	732	1.322
Porto Alegre – 5ª Vara	1.176	2.284	3.460
Porto Alegre – 6ª Vara	1.186	2.213	3.399
Porto Alegre – 7ª Vara	1.281	1.263	2.544
Porto Alegre – 8ª Vara	1.083	1.482	2.565
Porto Alegre – 9ª Vara	1.343	1.810	3.153
Porto Alegre – 10ª Vara	1.414	1.336	2.750
Porto Alegre – 11ª Vara	776	2.181	2.957
Porto Alegre – 12ª Vara	1.369	1.734	3.103
Porto Alegre – 13ª Vara	1.055	2.171	3.226
Porto Alegre – 14ª Vara	1.005	1.858	2.863
Porto Alegre – 15ª Vara	895	1.781	2.676
Porto Alegre – 16ª Vara	599	2.015	2.614
Porto Alegre – 17ª Vara	1.008	1.343	2.351
Porto Alegre – 18ª Vara	4.687	1.409	6.096
Porto Alegre – 19ª Vara	1.467	1.338	2.805
Porto Alegre – 20ª Vara	1.281	1.621	2.902
Porto Alegre – 21ª Vara	951	1.387	2.338
Porto Alegre – 22ª Vara	1.145	1.349	2.494
Porto Alegre – 23ª Vara	878	1.235	2.113
Porto Alegre – 24ª Vara	1.127	1.486	2.613
Porto Alegre – 25ª Vara	889	1.710	2.599
Porto Alegre – 26ª Vara	1.390	1.436	2.826
Porto Alegre – 27ª Vara	1.292	1.482	2.774
Porto Alegre – 28ª Vara	1.750	1.307	3.057
Porto Alegre – 29ª Vara	1.232	2.170	3.402
Porto Alegre – 30ª Vara	1.301	818	2.119
Rio Grande – 1ª Vara	951	1.552	2.503
Rio Grande – 2ª Vara	924	1.982	2.906
Rio Grande – 3ª Vara	939	21	960
Rio Grande – 4ª Vara	1.009	24	1.033
Rosário do Sul – 1ª Vara	296	397	693
Santa Cruz do Sul – 1ª Vara	844	2.136	2.980
Santa Cruz do Sul – 2ª Vara	949	1.361	2.310
Santa Cruz do Sul – 3ª Vara	836	609	1.445
Santa Maria – 1ª Vara	1.447	2.001	3.448
Santa Maria – 2ª Vara	757	2.303	3.060

VARA DO TRABALHO	PENDENTES DE EXECUÇÃO		
	Pendentes de Execução (sem Exclusiv. Prev.)	Saldo de Processos em Arquivo Provisório	Total
Alegrete – 1ª Vara	590	732	1.322
Santana do Livramento – 1ª Vara	874	1.735	2.609
Santa Rosa – 1ª Vara	647	1.922	2.569
Santa Rosa – 2ª Vara	572	85	657
Santa Vitória do Palmar – 1ª Vara	537	760	1.297
Santiago – 1ª Vara	467	788	1.255
Santo Ângelo – 1ª Vara	1.484	1.442	2.926
São Borja – 1ª Vara	618	1.545	2.163
São Gabriel – 1ª Vara	229	945	1.174
São Jerônimo – 1ª Vara	925	1.680	2.605
São Leopoldo – 1ª Vara	661	2.025	2.686
São Leopoldo – 2ª Vara	651	1.793	2.444
São Leopoldo – 3ª Vara	573	1.944	2.517
São Leopoldo – 4ª Vara	482	125	607
São Lourenço do Sul – Posto Avançado	311	329	640
São Sebastião do Caí - Posto Avançado	218	174	392
Sapiranga – 1ª Vara	913	1.623	2.536
Sapiranga – 2ª Vara	458	2.720	3.178
Sapiranga – 3ª Vara	594	1.517	2.111
Sapucaia do Sul – 1ª Vara	549	1.599	2.148
Sapucaia do Sul – 2ª Vara	577	428	1.005
Soledade – 1ª Vara	428	333	761
Taquara – 1ª Vara	541	1.742	2.283
Taquara – 2ª Vara	510	1.144	1.654
Taquara – 3ª Vara	583	626	1.209
Taquara – 4ª Vara	530	69	599
Taquari – Posto Avançado	373	247	620
Torres – 1ª Vara	486	256	742
Tramandaí – Posto Avançado	779	755	1.534
Três Passos – 1ª Vara	264	590	854
Triunfo – 1ª Vara	466	670	1.136
Uruguaiana – 1ª Vara	1.561	1.825	3.386
Uruguaiana – 2ª Vara	1.867	995	2.862
Vacaria – 1ª Vara	679	583	1.262
Viamão – 1ª Vara	1.088	2.070	3.158
Total	119.693	166.119	285.812

DADOS ESTATÍSTICOS DOS JUÍZES DE PRIMEIRO GRAU**Juizes Titulares**

JUIZ	INCLUÍDOS EM PAUTA	RESOLVIDOS	SENTENÇAS DE COGNIÇÃO PROFERIDAS	CONCILIA- ÇÕES	SENTENÇAS DE EXECUÇÃO PROFERIDAS
Adriana Freires	1.369	863	462	317	45
Adriano Santos Wilhelms	842	508	257	207	55
Alcides Otto Flinkerbusch	1.103	719	233	414	35
Alexandre Schuh Lunardi	1.549	762	318	361	53
Ana Ilca Härter Saalfeld	1.193	884	359	448	26
Ana Julia Fazenda Nunes	627	484	249	206	50
André Ibaños Pereira	1.124	592	303	230	85
André Luiz Schech	1.144	686	282	365	18
André Reverbel Fernandes (a)	0	0	0	0	0
André Vasconcellos Vieira	1.381	816	413	336	61
Andréa Saint Pastous Nocchi	895	583	307	206	66
Anita Job Lübbe	1.031	593	276	251	99
Artur Peixoto San Martin	1.819	997	339	536	81
Ary Faria Marimon Filho	1.294	584	282	252	69
Ben-Hur Silveira Claus	1.523	903	331	505	85
Bernarda Núbia Toldo	1.436	713	264	373	140
Brígida J. Charão Barcelos Toschi	930	504	296	152	84
Cacilda Ribeiro Isaacsson	355	293	151	101	16
Candice Von Reisswitz	1.038	749	371	328	22
Carla Sanvicente Vieira	1.096	721	442	213	34
Carlos Alberto May	1.291	598	190	285	16
Carlos Henrique Selbach	1.641	859	284	476	110
Celso Fernando Karsburg	934	906	468	358	109
Ceres Batista da Rosa Paiva	1.185	672	288	252	73
Cinara Rosa Figueiró	1.172	672	358	242	55
Cíntia Edler Bitencourt	827	450	254	146	52
Cláudio Roberto Ost	772	492	296	171	70
Claudio Scandolara	1.506	631	267	293	53
Cleiner Luiz Cardoso Palezi	1.378	1.284	269	930	42
Clocemar Lemes Silva	1.368	873	213	535	27
Cristiane Bueno Marinho	1.394	849	388	331	143
Cristina Bastiani	1.009	417	163	243	39
Daniel de Sousa Voltan	479	353	160	154	30
Déborah Madruga Costa Lunardi	1.363	714	219	335	28
Edson Moreira Rodrigues	1.112	1.040	479	347	63
Edson Pecis Lerrer	895	627	347	218	78
Eduardo de Camargo	2.027	1.186	272	826	42
Eduardo Duarte Elyseu	1.156	749	291	364	71
Elisabete Santos Marques	1.450	837	461	300	130

JUIZ	INCLUÍDOS EM PAUTA	RESOLVIDOS	SENTENÇAS DE COGNIÇÃO PROFERIDAS	CONCILIAÇÕES	SENTENÇAS DE EXECUÇÃO PROFERIDAS
Eny Ondina Costa da Silva	1.154	621	340	210	103
Fabiana Gallon	173	234	140	83	9
Fabiane Rodrigues da Silveira	1.401	885	574	245	102
Fernando Formolo	634	498	239	227	27
Fernando Luiz de Moura Cassal	316	150	44	87	3
Flávia Cristina Padilha Vilande	1.277	483	135	298	55
Frederico Russomano	1.498	855	505	268	83
Glória Valério Bangel	866	427	258	107	37
Gustavo Fontoura Vieira	1.025	700	419	218	87
Horismar Carvalho Dias	1.376	788	378	280	48
Ingrid Loureiro Irion	1.318	707	356	218	43
Ivanildo Vian	1.058	676	238	333	29
Janaína Saraiva da Silva	1.237	775	280	396	27
Janney Camargo Bina	983	742	230	263	27
Jarbas Marcelo Reinicke	1.341	851	348	419	34
João Batista de Matos Danda	283	218	102	86	20
João Batista S. M. Vianna	656	390	269	2	51
João Carlos Franckini	163	63	20	15	2
Joe Ernando Deszuta	1.447	902	270	545	55
Jorge Alberto Araujo	1.140	790	288	401	68
José Carlos Dal Ri	1.128	745	338	254	60
José Cesário Figueiredo Teixeira	689	367	190	143	38
José Luiz Dibe Vescovi	1.493	886	193	566	65
José Renato Stangler	1.195	744	284	329	69
Julieta Pinheiro Neta	1.295	735	312	323	107
Karina Saraiva Cunha	1.277	704	283	327	22
Laís Helena Jaeger Nicotti (b)	0	0	0	0	0
Laura Antunes de Souza	1.502	1.192	831	273	134
Leandro Krebs Gonçalves	905	731	397	239	46
Lenir Heinen (c)	279	116	57	51	13
Lila Paula Flores França	1.157	590	288	235	60
Lina Gorczewski	300	202	52	129	5
Luciana Böhm Stahnke	1.232	744	228	416	70
Luciane Cardoso Barzotto	1.220	749	454	225	134
Luciano Ricardo Cembranel	1.296	653	368	226	79
Luis Antônio Mecca	269	263	203	58	48
Luís Carlos Pinto Gastal	1.805	808	438	300	62
Luís Ernesto dos Santos Veçozzi	1.155	812	309	403	33
Luis Fettermann Bosak	1.475	928	199	619	43
Luis Ulysses do Amaral de Pauli	1.270	689	372	237	100
Luiz Antonio Colussi	1.200	623	349	160	43
Luiz Fernando Bonn Henzel	1.090	680	438	181	49
Manuel Cid Jardón	1.208	458	177	206	64

JUIZ	INCLUÍDOS EM PAUTA	RESOLVIDOS	SENTENÇAS DE COGNIÇÃO PROFERIDAS	CONCILIA- ÇÕES	SENTENÇAS DE EXECUÇÃO PROFERIDAS
Marcelo Caon Pereira	765	476	151	265	43
Marcelo Papaléo de Souza	1.099	766	245	451	39
Marcelo Silva Porto	1.498	823	410	251	0
Márcia Carvalho Barrili	1.373	749	277	233	88
Márcio Lima do Amaral	918	574	344	185	24
Marco Aurélio Barcellos Carneiro	755	472	288	120	139
Marcos Fagundes Salomão	368	191	133	38	49
Maria Silvana Rotta Tedesco	40	15	4	9	6
Maria Teresa Vieira da Silva Oliveira	1.019	526	235	243	39
Marilene Sobrosa Friedl	1.297	745	344	349	13
Maristela Bertei Zanetti	1.088	708	325	293	41
Maurício Machado Marca	1.280	934	418	425	76
Maurício Schmidt Bastos	743	421	238	129	119
Miriam Zancan (d)	778	532	246	218	16
Neuri Gabe	1.554	990	284	603	12
Neusa Líbera Lodi	1.603	932	476	398	69
Noêmia Saltz Gensas	1.094	725	192	424	59
Odete Carlin	779	565	293	236	111
Patrícia Dornelles Peressutti	1.777	1.119	372	650	59
Patrícia Heringer	1.194	812	327	331	41
Paulo André de França Cordovil	1.419	857	267	439	61
Rafael da Silva Marques	1.384	765	420	301	52
Raquel Nenê Santos	911	661	328	297	79
Raul Zoratto Sanvicente (e)	0	0	0	0	0
Renato Barros Fagundes	1.181	698	254	366	78
Renato Walmor Medina Guedes (f)	832	494	162	278	18
Ricardo Fioreze	0	21	4	2	138
Rita de Cássia da Rocha Adão	550	388	194	162	20
Roberto Antonio Carvalho Zonta	888	504	252	212	89
Roberto Teixeira Siegmann	1	2.546	2.533	0	5
Rogério Donizete Fernandes	1.402	950	304	519	15
Rosane Cavalheiro Gusmão	0	0	0	0	0
Rosane Marlene de Lemos	1.871	1.085	204	737	21
Rosâne Marly Silveira Assmann	1.166	1.210	608	502	86
Rosemarie Teixeira Siegmann	1.147	594	274	219	67
Rosiul de Freitas Azambuja	1.386	826	324	370	57
Rubens F. Clamer dos Santos Júnior	931	663	213	396	70
Rui Ferreira dos Santos	1.575	738	321	324	30
Silvana Martinez de Medeiros	1.248	857	379	419	130
Silvionei do Carmo	1.473	822	261	498	108
Simone Maria Nunes Kunrath	1.630	854	275	520	37
Simone Oliveira Paese	1.486	1.096	656	282	99
Simone Silva Ruas	1.046	605	378	152	29

JUIZ	INCLUÍDOS EM PAUTA	RESOLVIDOS	SENTENÇAS DE COGNIÇÃO PROFERIDAS	CONCILIAÇÕES	SENTENÇAS DE EXECUÇÃO PROFERIDAS
Sônia Maria Fraga da Silva	1.156	621	350	214	86
Tatyanna Barbosa Santos Kirchheim	1.064	548	273	216	22
Themis Pereira de Abreu	1.298	492	177	213	25
Valdete Souto Severo	109	330	262	60	8
Valéria Heinicke do Nascimento	1.387	752	348	306	111
Vanda Iara Maia Müller	1.384	708	364	236	66
Volnei de Oliveira Mayer	2.300	1.733	397	1.206	75

(a) Promovido a desembargador em 16.04.2013.

(b) Promovida a desembargadora em 24.01.2013.

(c) Falecimento em 31.08.2013.

(d) Aposentou-se em 14.08.2013.

(e) Promovido a desembargador em 16.04.2013.

(f) Falecimento em 16.08.2013.

Juízes Substitutos

JUIZ	INCLUÍDOS EM PAUTA	RESOLVIDOS	SENTENÇAS DE COGNIÇÃO PROFERIDAS	CONCILIAÇÕES	SENTENÇAS DE EXECUÇÃO PROFERIDAS
Adair João Magnaguagno	1.458	750	319	340	45
Adriana Kunrath	1.217	647	305	270	64
Adriana Moura Fontoura	1.222	734	368	284	63
Adriana Seelig Gonçalves	1.249	666	301	267	69
Alessandra Casaril (a)	394	304	182	100	21
Aline Doral Stefani Fagundes	1.177	828	341	383	95
Aline Veiga Borges	1.386	746	365	245	44
Almiro Eduardo de Almeida	1.122	634	381	195	59
Ana Carolina Schild Crespo	1.170	783	324	395	53
Ana Luiza Barros de Oliveira	1.304	661	299	265	128
Ana Paula Keppeler Fraga	1.225	825	363	344	52
Ana Paula Kotlinsky Severino	1.297	712	294	324	64
Ana Paula Sartorelli Brancaccio (b)	436	261	130	106	27
André Sessim Parimenti (c)	527	300	107	154	12
Andrea Renzo Brody (d)	366	213	121	60	37
Bárbara Schönhofen Garcia	1.308	699	360	258	84
Bernardo G. Fernandes da Rocha (e)	516	271	99	133	4
Braulio Affonso Costa	1.080	500	218	221	131
Bruno Marcos Guarnieri	1.229	825	196	517	24
Carlos Alberto Zogbi Lontra	1	3	0	3	0
Carlos Ernesto Maranhão Busatto	1.321	742	163	522	18
Carolina Cauduro Dias de Paiva	1.170	581	255	247	47
Carolina Hostyn Gralha Beck	1.476	892	469	335	96
Carolina Santos Costa de Moraes	1.258	709	345	259	112
Carolina Toaldo D. da Silva Firpo	94	407	377	25	0

JUIZ	INCLUÍDOS EM PAUTA	RESOLVIDOS	SENTENÇAS DE COGNIÇÃO PROFERIDAS	CONCILIAÇÕES	SENTENÇAS DE EXECUÇÃO PROFERIDAS
Cauê Brambilla da Silva (f)	461	225	114	97	21
Cesar Zucatti Pritsch	530	389	248	125	25
Charles Lopes Kuhn	740	427	238	156	36
Cláudia Elisandra de F. Carpenedo (g)	881	480	259	171	30
Daniela Elisa Pastório	1.243	712	242	417	23
Daniela Floss	1.294	794	314	389	25
Daniela Meister Pereira	1.210	651	240	352	18
Deise Anne Herold	976	554	199	264	14
Denilson da Silva Mroginski	1.096	862	460	329	63
Diogo Souza	1.262	643	224	342	81
Edenilson Ordoque Amaral	1.207	625	390	179	50
Edenir Barbosa Domingos (h)	569	417	223	157	23
Eduardo Batista Vargas	1.003	784	346	376	14
Eduardo Vianna Xavier	1.124	714	372	264	125
Eliane Covolo Melgarejo	1.088	588	307	232	91
Eliseu Cardozo Barcellos (i)	583	330	160	131	13
Elizabeth Bacin Hermes	1.016	693	461	160	79
Elson Rodrigues da Silva Junior	1.411	732	346	291	103
Evandro Luís Urnau	991	734	409	292	46
Fabiane Martins	1.044	641	303	229	26
Fabíola Schivitz Dornelles Machado	1.290	729	327	321	62
Felipe Lopes Soares	800	483	277	145	117
Fernanda Guedes P. C. Woodhead	698	377	182	133	27
Fernanda Probst Marca	862	454	186	234	18
Gabriela Lenz de Lacerda (j)	277	149	72	68	2
Giani Gabriel Cardozo	1.067	557	239	255	67
Gilberto Destro	1.500	802	280	383	52
Giovani Martins de Oliveira	1.172	731	405	256	88
Glória Mariana da Silva Mota	1.184	606	356	187	37
Graciela Maffei	1.448	860	238	572	116
Guilherme da Rocha Zambrano	1.161	679	318	268	113
Gustavo Friedrich Trierweiler	1.270	803	422	328	31
Gustavo Jaques	1.084	560	260	239	111
Gustavo Pusch (k)	859	442	193	185	26
Inácio André de Oliveira (l)	598	455	304	117	22
Ivanise Marilene Uhlig de Barros	1.074	620	202	367	31
Jaqueline Maria Menta (m)	299	149	36	94	1
Jefferson Luiz Gaya de Goes	1.178	572	273	238	64
José Frederico Sanches Schulte	1.211	763	291	408	42
Juliana Oliveira	1.160	789	342	368	34
Juliane Penteado de Carvalho Bernardi	208	766	312	358	32
Kelen Patrícia Bagetti	1.434	759	226	439	55
Laura Balbuena Valente Gabriel	885	513	294	163	23

JUIZ	INCLUÍDOS EM PAUTA	RESOLVIDOS	SENTENÇAS DE COGNIÇÃO PROFERIDAS	CONCILIAÇÕES	SENTENÇAS DE EXECUÇÃO PROFERIDAS
Lenara Aita Bozzetto	1.218	710	345	278	66
Ligia Maria Fialho Belmonte	1.227	897	355	419	67
Lúcia Rodrigues de Matos	1.156	636	251	333	39
Luciana Caringi Xavier	1.269	608	341	126	29
Luciana Kruse	311	209	128	61	23
Luciano Moraes Silva (n)	64	139	117	18	0
Luís Fernando da Costa Bressan	1.319	801	317	413	64
Luís Henrique Bisso Tatsch	1.326	881	257	507	27
Luísa Rumi Steinbruch	1.119	556	305	170	29
Marcele Cruz Lanot Antoniazzi	1.368	976	427	380	78
Marcelo Bergmann Hentschke	1	2	2	0	749
Marcello Dibi Ercolani (o)	279	237	162	61	8
Marcia Padula Mucenic	970	646	394	200	41
Marcos Rafael Pereira Piscino	806	735	482	192	81
Maria Cristina Santos Perez	1.148	741	331	318	51
Mariana Roehe Flores Arancibia	1.051	567	246	252	74
Matheus Brandão Moraes	1.086	610	338	212	29
Maurício de Moura Peçanha	2.106	1.218	506	545	84
Mauricio Joel Zanotelli (p)	345	151	84	54	3
Max Carrion Brueckner	1.337	693	364	236	84
Milena Ody	146	159	118	36	7
Nadir Fátima Zanotelli Coimbra	1.264	731	307	262	58
Nelsilene Leão de Carvalho Dupin	1.083	574	218	293	19
Nivaldo de Souza Junior	1.205	858	511	274	71
Osvaldo Antonio da Silva Stocher	1.161	633	193	364	33
Patrícia Helena Alves de Souza	987	604	240	297	20
Patricia Iannini dos Santos	569	264	173	37	12
Patricia Zeilmann Costa	1.074	588	313	230	47
Paula Silva Rovani Weiler	1.218	794	286	440	26
Paulo Cezar Herbst (q)	1.474	785	190	493	21
Paulo Ernesto Dorn	447	586	525	0	220
Rachel Albuquerque de M. Mello (r)	310	146	58	53	8
Rachel de Souza Carneiro	1.221	631	294	275	56
Rafael Moreira de Abreu (s)	178	109	41	65	1
Rafaela Duarte Costa	1.191	566	300	173	45
Raquel Gonçalves Seara	1.342	632	343	187	34
Raquel Hochmann de Freitas	822	807	523	151	125
Rita de Cássia Azevedo de Abreu	1.333	631	312	267	99
Rita Volpato Bischoff	1.498	641	353	193	91
Rodrigo de Almeida Tonon	1.079	656	383	230	43
Rodrigo Machado Jahn	1.114	579	292	247	48
Rodrigo Trindade de Souza	1.199	596	274	256	86
Rozi Engelke	1.269	781	382	298	66

JUIZ	INCLUÍDOS EM PAUTA	RESOLVIDOS	SENTENÇAS DE COGNIÇÃO PROFERIDAS	CONCILIAÇÕES	SENTENÇAS DE EXECUÇÃO PROFERIDAS
Rubiane Solange Gassen Assis	188	247	164	82	11
Sérgio Giacomini	1.428	895	353	458	36
Sofia Fontes Regueira	1.218	703	389	204	55
Sonia Maria Pozzer	1.303	709	404	218	99
Thiago Boldt de Souza	1.243	595	258	266	26
Tiago Mallmann Sulzbach	588	400	188	177	63
Valtair Noschang	902	557	287	202	31
Victor Pedroti Moraes (t)	85	94	73	16	2
Vinícius Daniel Petry	1.169	610	284	255	73

a) Posse em 13.08.2013.

b) Removida para o TRT da 15ª Região em 11.07.2013.

c) Posse em 17.06.2013.

d) Removida para o TRT da 2ª Região em 14.06.2013.

e) Posse em 17.06.2013.

f) Removido para o TRT da 15ª Região em 11.07.2013.

g) Posse em 14.06.2013.

h) Posse em 11.07.2013.

i) Posse em 11.07.2013.

j) Posse em 08.10.2013.

l) Removido para o TRT da 21ª Região em 13.08.2013.

k) Posse em 03.05.2013.

m) Posse em 18.10.2013.

n) Exonerou-se em 16.05.2013.

o) Removido para o TRT da 9ª Região em 28.06.2013.

p) Posse em 17.06.2013.

q) Removido para o TRT da 12ª Região em 23.10.2013.

r) Posse em 08.10.2013.

s) Posse em 08.10.2013.

t) Removido para o TRT da 1ª Região em 03.05.2013.

PROCESSOS RECEBIDOS, SOLUCIONADOS E PENDENTES (COGNIÇÃO – ÚLTIMOS 10 ANOS)

ANO	PROCESSOS DE COGNIÇÃO		
	RECEBIDOS	SOLUCIONADOS	PENDENTES
2004	104.628	113.172	55.173
2005	128.377	120.944	64.884
2006	122.658	114.402	73.387
2007	122.838	119.530	76.941
2008	129.420	131.165	69.623
2009	140.615	130.400	79.599
2010	125.455	124.592	81.069
2011	137.117	132.977	85.484
2012	154.901	142.984	96.963
2013	160.995	157.672	72.543

**VARAS DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VALORES RECOLHIDOS EM 2013**

MÊS	INSS *
Custas Processuais	39.116.520,14
Emolumentos	60.913,96
Contribuições previdenciárias	233.477.558,87
Imposto de Renda	72.587.067,85
Valores decorrentes de multas	348.490,98
TOTAL	345.590.551,80

* Valores em Reais.

MOVIMENTO JUDICIÁRIO**2º GRAU**

No Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, no ano de 2013, foram recebidos 59.169 processos, distribuídos 59.789 e julgados 69.685. Ficaram pendentes de julgamento 14.942 processos.

2º GRAU		
Processos	Recebidos	59.169
	Distribuídos	59.789
	Julgados	69.685 *
	Pendentes de julgamento em 31.12.2013	14.942 **

* Destes, 12.479 são Embargos Declaratórios.

** Saldo na Seção de Distribuição, PRT, processos em estudo, aguardando pauta e pedidos de vista.

Processos Recebidos, Distribuídos, Julgados – Últimos 10 anos

ANO	RECEBIDOS	DISTRIBUÍDOS	JULGADOS
2004	35.334	34.608	42.497
2005	40.959	40.705	49.326
2006	37.618	38.143	44.069
2007	50.032	50.489	57.981
2008	65.914	66.872	71.508
2009	53.620	54.543	74.501
2010	47.350	48.039	62.262
2011	51.736	52.027	63.857
2012	56.481	55.907	65.102
2013	59.169	59.789	65.102

TRIBUNAL PLENO

Sessões	Ordinárias	1	8
	Extraordinárias	7	
Processos recebidos por distribuição			0
Processos recebidos por redistribuição			0
Processos recebidos por vinculação			4
Processos solucionados	Por julgamento em sessão	4	5
	Por decisão monocrática	1	
Saldo por julgar em 31.12.2013	Com o relator para estudo	4	4
	Em diligência	0	
	Aguardando pauta	0	
	Saldo no MP	0	

PROCESSOS RELATADOS

DESEMBARGADORES	CLASSES PROCESSUAIS*		
	IUJ	ED	TOTAL
MARIA DA GRAÇA RIBEIRO CENTENO	1	0	1
TÂNIA ROSA MACIEL DE OLIVEIRA	0	3	3
VANIA CUNHA MATTOS	1	0	1
TOTAL	2	3	5

RESOLUÇÕES ADMINISTRATIVAS DO TRIBUNAL PLENO

Resolução Administrativa nº 06/2013 – Suspende os prazos processuais, as intimações e a realização de audiências e sessões de julgamento no período de 07 a 20 de janeiro dos anos de 2014 e 2015, relativamente às unidades judiciárias de primeiro e segundo grau da Justiça do Trabalho da 4ª Região.

Resolução Administrativa nº 07/2013 – Trata da limitação da distribuição de processos de RO aos integrantes da Seção Especializada em Execução.

Resolução Administrativa nº 12/2013 – Dispõe sobre a proporcionalidade para fins de distribuição de processos de que tratam os art.34-B, "a", e 37, "a", do Regimento Interno, aos Desembargadores integrantes de Turma e da Seção Especializada em Execução e revoga a Resolução Administrativa nº 7/2013.

Resolução Administrativa nº 17/2013 – Aprova o Assento Regimental nº 01/2013.

Resolução Administrativa nº 18/2013 – Aprova o Regulamento da Consulta prevista no parágrafo 1º do artigo 16 do Regimento Interno do TRT da 4ª Região.

Resolução Administrativa nº 19/2013 – Aprova alterações no Regulamento da Escola Judicial, aprovado pela Resolução Administrativa nº 03/2007.

Resolução Administrativa nº 24/2013 – Aprova a edição da Súmula nº 56.

Resolução Administrativa nº 25/2013 – Aprova a edição da Súmula nº 57.

Resolução Administrativa nº 26/2013 – Aprova a edição da Súmula nº 58.

Resolução Administrativa nº 27/2013 – Aprova a edição da Súmula nº 59.

Resolução Administrativa nº 28/2013 – Aprova a edição da Súmula nº 60.

Resolução Administrativa nº 29/2013 – Aprova o Assento Regimental nº 02/2013.

ÓRGÃO ESPECIAL

Sessões	Ordinárias	11	21
	Extraordinárias	10	
Processos recebidos por distribuição			105
Processos recebidos por redistribuição			8
Processos solucionados	Por julgamento em sessão	77	104
	Por decisão monocrática	27	
Saldo por julgar em 31.12.2013	Com o relator para estudo	11	17
	Em diligência	3	
	Aguardando pauta	3	
	Saldo no MP	0	

PROCESSOS RELATADOS

DESEMBARGADORES	CLASSES PROCESSUAIS*					
	AGR	MS	ED	PA	RECADM	TOTAL
ANA LUIZA HEINECK KRUSE	2	0	1	2	0	5
CLEUSA REGINA HALFEN	8	0	1	0	0	9
EMÍLIO PAPALÉO ZIN	1	0	0	0	0	1
FLÁVIA LORENA PACHECO	1	0	0	0	0	1
FLAVIO PORTINHO SIRANGELO	0	0	0	0	3	3
JOÃO ALFREDO BORGES A. DE MIRANDA	5	0	0	0	0	5
JOÃO GHISLENI FILHO	1	1	1	0	2	5
JOÃO PEDRO SILVESTREIN	0	1	1	0	0	2
JURACI GALVÃO JÚNIOR	1	0	0	0	0	1
MARIA HELENA MALLMANN	6	0	3	0	0	9
RICARDO CARVALHO FRAGA	1	0	0	0	0	1
ROSANE SERAFINI CASA NOVA	6	0	2	9	16	33
TÂNIA ROSA MACIEL DE OLIVEIRA	1	0	0	0	0	1
VÂNIA CUNHA MATTOS	0	0	0	0	1	1
TOTAL	33	2	9	11	22	77

RESOLUÇÕES ADMINISTRATIVAS DO ÓRGÃO ESPECIAL

Resolução Administrativa nº 01/2013 – Revoga as Resoluções Administrativas nº 07/1982 e nº 04/2012 – Concessão de ajuda de custo a magistrados e servidores

Resolução Administrativa nº 02/2013 – Altera a Resolução Administrativa nº 08/2012, ampliando o rol de matérias incluídas na especialização da 6ª Vara do Trabalho de Caxias do Sul

Resolução Administrativa nº 03/2013 – Nomeia o Desembargador do Trabalho João Pedro Silvestrin para, em regime de dedicação exclusiva, atuar no recebimento, na gestão e no encaminhamento das demandas relativas à implementação do PJe-JT no âmbito da 4ª Região.

Resolução Administrativa nº 04/2013 – Nomeia o Desembargador do Trabalho Cláudio Antônio Cassou Barbosa para, em regime de dedicação exclusiva, atuar no recebimento, na gestão e no encaminhamento das demandas relativas à implementação do PJe-JT no âmbito da 4ª Região.

Resolução Administrativa nº 05/2013 – Estabelece a vinculação dos processos distribuídos a Juízes do Trabalho convocados para atuar no Tribunal.

*AGR – Agravo Regimental (nomenclatura anterior à implementação das Tabelas Processuais Unificadas); MS – Mandado de Segurança; ED – Embargos Declaratórios; PA – Processo Administrativo; REC ADM – Recurso Administrativo.

Resolução Administrativa nº 07/2013 – Trata da limitação da distribuição de processos de RO aos integrantes da Seção Especializada em Execução.

Resolução Administrativa nº 08/2013 – Trata da prorrogação da validade do Concurso Público para Provimento de Cargos do Quadro de Pessoal deste Tribunal – Edital nº 01/2011.

Resolução Administrativa nº 09/2013 – Altera o §1º do art. 1º da Resolução Administrativa nº 03/2009, que dispõe sobre o estágio de estudantes no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

Resolução Administrativa nº 10/2013 – Dispõe sobre o dever do juiz de residir na comarca em que atua e regulamenta o pedido de autorização para residência fora da comarca

Resolução Administrativa nº 11/2013 – Regulamenta a concessão de diárias e a aquisição de passagens aéreas no âmbito da Justiça do Trabalho da 4ª Região.

Resolução Administrativa nº 13/2013 - Altera data de comemoração do Dia do Servidor Público para 31 de outubro de 2013.

Resolução Administrativa nº 14/2013 – Trata da convocação do Exmo. Juiz Lenir Heinen para atuar na cadeira do Exmo. Des. Flavio Portinho Sirangelo, pelo período de 30 dias a contar de 19 de agosto de 2013.

Resolução Administrativa nº 15/2013 – Convocação do Exmo. Juiz João Batista de Matos Danda para atuar no Tribunal, na cadeira do Exmo. Desembargador João Pedro Silvestrin, a partir de 02 de setembro de 2013

Resolução Administrativa nº 16/2013 – Convocação do Exmo. Juiz Manuel Cid Jardón para atuar no Tribunal, na cadeira do Exmo. Des. Flavio Portinho Sirangelo, a partir de 02 de setembro de 2013.

Resolução Administrativa nº 20/2013 – Acrescenta o parágrafo único ao art. 21 da Resolução Administrativa nº 11/2013

Resolução Administrativa nº 21/2013 – Altera a redação do "caput" do art. 2º da Resolução Administrativa nº 03/2003 – Republicada por conter erro material

Resolução Administrativa nº 22/2013 – Suspensão de prazos para recolhimento e comprovação dos depósitos recursais e custas em razão da greve dos bancários

Resolução Administrativa nº 23/2013 – Convocação da Exma. Juíza Brígida Joaquina Charão Barcelos Toschi para a cadeira do Exmo. Des. Leonardo Meurer Brasil.

Resolução Administrativa nº 30/2013 – Suspende a designação do desembargador Cláudio Cassou Barbosa estabelecida por meio da Resolução Administrativa nº 04/2013

Resolução Administrativa nº 31/2013 – Fixa o horário de atendimento ao público externo nas unidades judiciárias de 1º Grau do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região no período de 7 a 20 de janeiro de 2014.

Resolução Administrativa nº 32/2013 – Altera a redação do art. 4º da Resolução Administrativa nº 11, de 13 de maio de 2013, que regulamenta a concessão de diárias e a aquisição de passagens aéreas no âmbito da Justiça do Trabalho da 4ª Região.

Resolução Administrativa nº 33/2013 – Dispõe sobre a convocação de Juíza de 1º Grau para auxílio no âmbito da Corregedoria Regional.

Resolução Administrativa nº 34/2013 – Alteração do feriado referente ao dia do servidor público.

Resolução Administrativa nº 35/2013 – Dispõe sobre a convocação do Juiz Ricardo Fioreze em regime de auxílio à Presidência do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

Resolução Administrativa nº 36/2013 – Afastamento da Jurisdição do Desembargador José Felipe Ledur para atuar como Diretor da Escola Judicial.

Resolução Administrativa nº 37/2013 – Suspensão da distribuição dos processos de competência da 8ª Turma do Tribunal ao Exmo. Des. João Paulo Lucena, no período de 07 de janeiro a 05 de fevereiro de 2014, mediante compensação.

SEÇÃO DE DISSÍDIOS COLETIVOS

Sessões	Ordinárias	9	9
	Extraordinárias	0	
Processos recebidos por distribuição			567
Processos recebidos por redistribuição			63
Processos solucionados	Por julgamento em sessão	92	482
	Por decisão monocrática	390	
	Por despacho	0	
Saldo por julgar em 31.12.2013	Com o relator para estudo	72	440
	Em diligência	360	
	Aguardando pauta	8	
	Saldo no MP	0	

PROCESSOS RELATADOS

DESEMBARGADORES / JUÍZES CONVOCADOS	CLASSES PROCESSUAIS*				
	AACC	DC	DCG	ED	TOTAL
ÂNGELA ROSI DE ALMEIDA CHAPPER	1	6	0	1	8
BERENICE MESSIAS CORRÊA	0	4	0	1	5
CLÁUDIO ANTÔNIO CASSOU BARBOSA	1	2	0	0	3
FLÁVIA LORENA PACHECO	1	8	0	3	12
FRANCISCO ROSSAL DE ARAÚJO	1	7	0	3	11
JOÃO BATISTA DE MATOS DANDA	1	5	1	1	8
JOÃO PEDRO SILVESTRIN	0	2	0	1	3
JURACI GALVÃO JÚNIOR	1	6	0	0	7
MARCOS FAGUNDES SALOMÃO	0	4	0	2	6
MARIA MADALENA TELESKA	0	10	0	2	12
RICARDO LUIZ TAVARES GEHLING	1	7	0	1	9
TÂNIA ROSA MACIEL DE OLIVEIRA	0	6	0	2	8
TOTAL	7	67	1	17	92

* AACC – Ação Anulatória de Cláusulas Convencionais; DC – Dissídio Coletivo; DCG – Dissídio Coletivo de Greve; ED – Embargos Declaratórios; AGR – Agravo Regimental.

1ª SEÇÃO DE DISSÍDIOS INDIVIDUAIS

Sessões	Ordinárias	13	13
	Extraordinárias	0	
Processos físicos – recebidos por distribuição			8
Processos recebidos por redistribuição			2
Processos eletrônicos – recebidos por distribuição			967
Processos solucionados	Processos físicos – Por julgamento em sessão		14
	Processos eletrônicos – Por julgamento em sessão		421
	Processos físicos – Decisão monocrática		5
	Processos eletrônicos – decisão monocrática		450
Saldo por julgar em 31.12.2013	Processos físicos – Com o relator para estudo		2
	Processos físicos – Em diligência		3
	Processos físicos – Aguardando pauta		0
	Processos físicos – Saldo no MP		0

PROCESSOS RELATADOS (processos físicos)

DESEMBARGADORES / JUÍZES CONVOCADOS	CLASSES PROCESSUAIS*			
	MS	CC	ED	TOTAL
ALEXANDRE CORRÊA DA CRUZ	0	0	0	0
ANA LUIZA HEINECK KRUSE	0	0	0	0
DENISE PACHECO	0	0	0	0
EMÍLIO PAPALÉO ZIN	2	1	1	1
FERNANDO LUIZ DE MOURA CASSAL	1	0	0	0
GILBERTOU SOUZA DOS SANTOS	0	2	0	2
HERBERT PAULO BECK	2	0	0	0
JOÃO PAULO LUCENA	0	1	0	1
LAIS HELENA JAEGER NICOTTI	1	0	1	0
LENIR HEINEN	1	0	0	0
MARIA CRISTINA SCHAAN FERREIRA	1	0	0	0
RAUL ZORATTO SANVICENTE	2	1	0	1
TÂNIA REGINA SILVA RECKZIEGEL	2	0	0	0
TOTAL	12	5	2	5

* MS – Mandado de Segurança; CC – Conflito de Competência; ED – Embargos Declaratórios.

MOVIMENTO PROCESSUAL 1ª SDI (processos eletrônicos)

[illegible]

2ª SEÇÃO DE DISSÍDIOS INDIVIDUAIS

Sessões – Processos físicos	Ordinárias	10	10
	Extraordinárias	0	
Sessões – Processos eletrônicos	Ordinárias	8	8
	Extraordinárias	0	
Processos físicos - recebidos por distribuição			19
Processos físicos - recebidos por redistribuição			16
Processos eletrônicos - recebidos por distribuição			201
Processos eletrônicos - recebidos por redistribuição			12
Processos físicos - solucionados	Por julgamento em sessão	200	211
	Decisão monocrática	11	
	Despacho	0	
Processos eletrônicos - solucionados	Por julgamento em sessão	33	93
	Decisão monocrática	60	
	Despacho	0	
Saldo por julgar em 31.12.2013 – processos físicos	Com o relator para estudo	05	44
	Em diligência	23	
	Aguardando pauta	16	
	Saldo no MP	0	
Saldo por julgar em 31.12.2013 – processos eletrônicos	Com o relator para estudo	19	102
	Em diligência	68	
	Aguardando pauta	8	
	Saldo no MP	7	

PROCESSOS RELATADOS (processos físicos)

DESEMBARGADORES / JUIZES CONVOCADOS	CLASSES PROCESSUAIS				
	AR	AGR	ED	CAUINOM	TOTAL
BRÍGIDA JOAQUINA C. BARCELOS TOSCHI	4	0	2	0	6
CARMEN GONZALEZ	9	0	3	0	12
CLÓVIS FERNANDO SCHUCH SANTOS	18	4	5	0	27
FLAVIO PORTINHO SIRANGELO	4	1	1	0	6
IRIS LIMA DE MORAES	13	0	4	0	17
JOSÉ FELIPE LEDUR	9	1	1	0	11
LEONARDO MEURER BRASIL	8	1	0	0	9
MANUEL CID JARDON	5	0	0	0	5
MARÇAL HENRI DOS SANTOS FIGUEIREDO	13	4	6	0	23
MARCELO GONÇALVES DE OLIVEIRA	12	0	7	1	20
MARIA HELENA LISOT	19	0	4	0	23
RICARDO CARVALHO FRAGA	13	0	3	0	16
RICARDO H. DE ALMEIDA MARTINS COSTA	19	2	4	0	25
TOTAL	146	13	40	1	200

*AR – Ação Rescisória; AGR – Agravo Regimental (nomenclatura anterior à implementação das Tabelas Processuais Unificadas); ED – Embargos Declaratórios; CAUINOM – Cautelar Inominada.

PROCESSOS RELATADOS (processos eletrônicos)

DESEMBARGADORES / JUÍZES CONVOCADOS	CLASSES PROCESSUAIS*				
	AR	AGR	ED	CAUINOM	TOTAL
BRÍGIDA JOAQUINA C. BARCELOS TOSCHI	2	0	0	0	2
CARMEN IZABEL CENTENA GONZALEZ	6	1	1	1	9
CLÓVIS FERNANDO SCHUCH SANTOS	0	1	0	0	1
IRIS LIMA DE MORAES	1	0	0	0	1
JOSÉ FELIPE LEDUR	2	1	0	0	3
LEONARDO MEURER BRASIL	0	3	0	0	3
MANUEL CID JARDON	4	0	1	0	5
MARÇAL HENRI DOS SANTOS FIGUEIREDO	3	1	0	0	4
MARIA HELENA LISOT	2	1	0	0	3
RICARDO CARVALHO FRAGA	0	1	0	0	1
RICARDO H. DE ALMEIDA MARTINS COSTA	1	0	0	0	1
TOTAL	21	9	2	1	33

*AR – Ação Rescisória; AGR – Agravo Regimental (nomenclatura anterior à implementação das Tabelas Processuais Unificadas); ED – Embargos Declaratórios; CAUINOM – Cautelar Inominada.

SEÇÃO ESPECIALIZADA EM EXECUÇÃO

Sessões	Ordinárias	28	29
	Extraordinárias	1	
Processos recebidos por distribuição			7.815
Processos recebidos por redistribuição			138
Processos solucionados	Órgão colegiado	9.019	10.063
	Decisão monocrática	1.044	
	Despacho	0	
Saldo por julgar em 31.12.2013	Com o relator para estudo	709	1.860
	Em diligência	82	
	Aguardando pauta	1.067	
	Saldo no MP	2	

PROCESSOS RELATADOS

DESEMBARGADORES / JUÍZES CONVOCADOS	CLASSES PROCESSUAIS*									
	AIAP	AP	CAU- INOM	RO	PET	AGR	REEN EC/R O	ED	AG	TO- TAL
BEATRIZ RENCK	8	705	2	1	2	1	0	73	6	798
GEORGE ACHUTTI	11	825	1	2	0	0	0	80	0	919
JOÃO ALFREDO B. A. DE MIRANDA	12	730	1	1	0	0	0	93	2	839
JOÃO GHISLENI FILHO	15	817	2	2	1	2	0	50	14	903
JOSÉ CESÁRIO F. TEIXEIRA	5	475	0	0	0	0	0	77	5	562
LUCIA EHRENBRINK	12	813	2	0	0	0	0	95	6	928
LUIZ ALBERTO DE VARGAS	11	670	2	0	0	1	1	77	13	775
MARCELO JOSÉ FERLIN D'AMBROSO	10	619	2	0	0	0	0	52	26	709
MARIA DA GRAÇA RIBEIRO CENTENO	14	923	1	2	2	1	0	80	7	1.030
REJANE SOUZA PEDRA	16	745	1	1	1	0	0	61	9	834
VANIA CUNHA MATTOS	21	770	2	0	1	1	0	109	10	914
WILSON CARVALHO DIAS	11	760	2	2	2	0	0	63	11	851
JOÃO PEDRO SILVESTRIN	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
TOTAL	146	8.852	18	11	9	6	1	911	109	10.063

* AIAP – Agravo de Instrumento em Agravo de Petição; AP – Agravo de Petição; CAUINOM – Cautelar Inominada; RO – Recurso Ordinário; PET – Petição; AGR – Agravo Regimental (nomenclatura anterior à implementação das Tabelas Processuais Unificadas); RO/REENEC – Recurso Ordinário em Reexame Necessário; ED – Embargos Declaratórios; AG – Agravo Regimental.

TURMAS

NÚMERO DE SESSÕES

TURMA	ORDINÁRIAS	EXTRAORDINÁRIAS	TOTAL
1ª	34	0	34
2ª	27	2	29
3ª	30	6	36
4ª	38	0	38
5ª	27	1	28
6ª	35	0	35
7ª	40	3	43
8ª	29	0	29
9ª	35	0	35
10ª	31	0	31
11ª	31	0	31

MOVIMENTO PROCESSUAL

TURMA	RECEBIDOS*	SOLUCIONADOS			
		JULGADOS		DESPACHO	TOTAL
		ÓRGÃO COLEGIADO	DECISÃO MONOCRÁTICA		
1ª	4.261	5.073	30	0	5103
2ª	4.464	5.363	60	0	5423
3ª	4.184	5.047	0	0	5047
4ª	5.495	5.164	11	0	5175
5ª	4.525	5.302	0	0	5302
6ª	4.794	5.138	2	0	5140
7ª	5.854	5.495	18	0	5513
8ª	4.358	5.129	5	0	5134
9ª	4.263	5.415	3	0	5418
10ª	4.606	5.197	24	0	5221
11ª	4.798	5.196	11	0	5207

* Por distribuição, redistribuição e vinculação

PROCESSOS RELATADOS – TURMAS

1ª TURMA											
DESEMBARGADORES/ JUIZES CONVOCADOS	CLASSES PROCESSUAIS*										
	AIRO	AP	CAUINO M	EXCSU P	PET	RO	REENE C	REENE C/RO	ED	AG	TOTAL
GEORGE ACHUTTI	0	2	0	0	0	49	0	0	29	0	80
IRIS LIMA DE MORAES	12	0	1	0	0	1.172	0	15	291	0	1.491
JOSÉ CESÁRIO F. TEIXEIRA	2	0	1	1	0	140	0	3	60	0	207
JOSÉ FELIPE LEDUR	0	1	0	0	0	3	0	0	21	0	25
LAÍS HELENA JAEGER NICOTTI	12	0	0	0	1	1.209	0	10	315	0	1.547
MARÇAL H. DOS S. FIGUEIREDO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
MARCELO JOSÉ F. D'AMBROSO	4	0	0	1	0	446	1	4	96	5	557
ROSANE SERAFINI CASA NOVA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	41	3	5	2	1	3.908	1	42	1.094	5	5.102

2ª TURMA											
DESEMBARGADORES/ JUIZES CONVOCADOS	CLASSES PROCESSUAIS*										
	AIRO	AP	CAUINO M	EXCSU SP	PET	RO	REENE C	REENE C/RO	ED	AG	TOTAL
ALEXANDRE CORRÊA DA CRUZ	12	1	2	1	1	1259	1	13	342	4	1.636
MARCELO JOSÉ FERLIN D'AMBROSO	3	0	0	0	0	1	0	0	0	0	4
MARIA DA GRAÇA R. CENTENO	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	2
RAUL ZORATTO SANVICENTE	10	0	1	0	0	1175	0	9	335	1	1.531
TÂNIA ROSA MACIEL DE OLIVEIRA	13	0	2	0	0	1358	0	8	308	1	1.690
VANIA MARIA CUNHA MATTOS	8	0	0	0	6	492	0	4	144	6	660
TOTAL	46	1	5	1	7	4.286	1	34	1.130	12	5.523

3ª TURMA											
DESEMBARGADORES / JUIZES CONVOCADOS	CLASSES PROCESSUAIS*										
	AIRO	AP	CAUINO M	EXCSU SP	PET	RO	REENE C	REENE C/RO	AGR	ED	TOTAL
CLÁUDIO A. CASSOU BARBOSA	3	0	1	0	0	306	0	3	0	86	399
FLÁVIA LORENA PACHECO	0	0	0	0	0	3	0	0	0	4	7
GILBERTO SOUZA DOS SANTOS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
JOÃO BATISTA DE MATOS DANDA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	12	12
JOÃO GHISLENI FILHO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
LUIZ ALBERTO DE VARGAS	9	0	2	1	1	532	1	4	0	211	761
MARCOS FAGUNDES SALOMÃO	9	0	0	0	0	795	1	12	1	263	1.081
MARIA MADALENA TELESKA	13	0	0	2	0	1.098	1	14	0	303	1.431
RICARDO CARVALHO FRAGA	10	0	0	1	0	1.002	0	9	0	334	1.356
TOTAL	44	0	3	3	1	3.736	3	42	1	1.213	5.047

*AIAP – Agravo de Instrumento em Agravo de Petição; AP – Agravo de Petição; CAUINOM – Cautelar Inominada; RO – Recurso Ordinário; PET – Petição; AGR – Agravo Regimental (nomenclatura anterior à implementação das Tabelas Processuais Unificadas); RO/REENEC – Recurso Ordinário em Reexame Necessário; ED – Embargos Declaratórios; AG – Agravo Regimental.

PROCESSOS RELATADOS – TURMAS (Continuação)

4ª TURMA									
DESEMBARGADORES / JUÍZES CONVOCADOS	CLASSES PROCESSUAIS*								
	AIRO	CAUINOM	AGR	RO	REENEC	REENEC/RO	ED	AG	TOTAL
GEORGE ACHUTTI	6	3	0	524	0	7	101	0	641
JOÃO BATISTA DE MATOS DANDA	9	1	1	806	0	10	217	2	1.046
JOÃO PEDRO SILVESTRIN	5	0	0	326	1	2	79	0	413
RICARDO LUIZ TAVARES GEHLING	15	4	3	1.313	1	13	305	0	1.654
GILBERTO SOUZA DOS SANTOS	8	0	1	788	1	6	135	0	939
LENIR HEINEN	4	1	0	370	0	3	98	0	476
MARCELO GONÇALVES DE OLIVEIRA	1	0	0	5	0	0	0	0	6
TOTAL	48	9	5	4.132	3	41	935	2	5.175

5ª TURMA										
DESEMBARGADORES / JUÍZES CONVOCADOS	CLASSES PROCESSUAIS*									
	AIRO	AP	CAUINO M	ARREST O	PET	RO	REENEC	REENEC /RO	ED	TOTAL
ANDRÉ REVERBEL FERNANDES	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
BERENICE MESSIAS CORRÊA	14	0	2	1	0	1.072	2	8	268	1.367
BRÍGIDA J. C. BARCELOS TOSCHI	7	0	1	0	0	493	1	7	78	587
CLÓVIS FERNANDO SCHUCH SANTOS	13	1	3	0	0	1.206	0	10	356	1.589
LEONARDO MEURER BRASIL	12	0	0	0	1	804	0	13	237	1.067
REJANE SOUZA PEDRA	4	0	4	0	0	542	1	5	136	692
TOTAL	50	1	10	1	1	4.117	4	43	1.075	5.302

6ª TURMA											
DESEMBARGADORES / JUÍZES CONVOCADOS	CLASSES PROCESSUAIS*										
	AIRO	AP	CAUIN OM	EXCSU SP	PET	RO	REENE C	REENE C/RO	ED	AG	TOTAL
JOSÉ FELIPE LEDUR	15	0	0	0	0	1.199	0	10	301	0	1.525
MARIA CRISTINA SCHAAN FERREIRA	14	0	2	0	0	1.065	1	7	288	0	1.377
MARIA HELENA LISOT	15	0	1	0	0	1.150	0	16	284	0	1.466
BEATRIZ RENCK	6	1	0	1	0	594	0	4	161	0	767
EMÍLIO PAPALÉO ZIN	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	2
JOSÉ CESÁRIO FIGUEIREDO TEIXEIRA	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	2
TOTAL	50	1	3	1	0	4.009	1	37	1.037	0	5.139

*AG – Agravo Regimental; AGR – Agravo Regimental (nomenclatura anterior à implementação das Tabelas Processuais Unificadas); AIAP – Agravo de Instrumento em Agravo de Petição; AIRO – Agravo de Instrumento em Recurso Ordinário; AP – Agravo de Petição; CAUINOM – Cautelar Inominada; ED – Embargos Declaratórios; EXCSUSP – Exceção de Suspeição; PET – Petição; REENEC – Reexame Necessário; RO – Recurso Ordinário; RO/REENEC – Recurso Ordinário em Reexame Necessário

PROCESSOS RELATADOS – TURMAS (Continuação)

7ª TURMA										
DESEMBARGADORES / JUÍZES CONVOCADOS	CLASSES PROCESSUAIS*									
	AIRO	CAUINO M	EXCSUS P	PET	RO	REENEC	REENEC /RO	ED	AG	TOTAL
DENISE PACHECO	0	0	0	0	3	0	0	0	0	3
EMÍLIO PAPALÉO ZIN	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
FLAVIO PORTINHO SIRANGELO	6	0	1	0	594	2	2	155	0	760
LENIR HEINEN	1	0	0	0	51	0	1	13	0	66
MANUEL CID JARDÓN	7	2	0	0	473	0	3	78	2	565
MARÇAL HENRI DOS S. FIGUEIREDO	0	0	0	0	2	0	0	43	0	45
MARCELO GONÇALVES DE OLIVEIRA	12	1	0	0	1.178	1	11	290	0	1.493
MARIA DA GRAÇA RIBEIRO CENTENO	7	1	0	0	742	1	7	138	0	896
TÂNIA REGINA SILVA RECKZIEGEL	18	4	0	1	1.363	1	18	275	0	1.680
WILSON CARVALHO DIAS	0	0	0	0	5	0	0	0	0	5
TOTAL	51	8	1	1	4.411	5	42	992	2	5.513

8ª TURMA											
DESEMBARGADORES / JUÍZES CONVOCADOS	CLASSES PROCESSUAIS*										
	AIRO	AP	CAUINO M	EXCSU SP	PET	RO	REENE C	REENE C/RO	ED	AG	TOTAL
JURACI GALVÃO JUNIOR	11	0	4	1	0	1.107	0	13	269	0	1.405
FRANCISCO ROSSAL DE ARAÚJO	15	0	3	0	0	1.141	1	12	271	0	1.443
LUCIA EHRENBRINK	8	1	1	0	0	521	0	4	152	0	687
ANGELA ROSI ALMEIDA CHAPPER	14	0	2	0	0	1.277	0	16	290	0	1.599
TOTAL	48	1	10	1	0	4.046	1	45	982	0	5.134

9ª TURMA									
DESEMBARGADORES / JUÍZES CONVOCADOS	CLASSES PROCESSUAIS*								
	AIRO	CAUINOM	AGR	RO	REENEC	REENEC/RO	ED	AG	TOTAL
ANA ROSA PEREIRA ZAGO SAGRILLO	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ANDRÉ REVERBEL FERNANDES	7	1	0	1.202	2	12	315	0	1.539
CARMEN IZABEL CENTENA GONZALEZ	13	1	0	1.139	1	13	270	1	1.438
FERNANDO LUIZ DE MOURA CASSAL	0	0	0	1	0	0	10	0	11
JOÃO ALFREDO B. A. DE MIRANDA	8	1	1	659	0	15	190	0	874
JOÃO BATISTA DE MATOS DANDA	0	0	0	0	0	0	4	0	4
LUCIA EHRENBRINK	0	0	0	0	0	0	0	0	0
MANUEL CID JARDÓN	0	0	0	0	0	0	7	0	7
MARÇAL HENRI DOS S. FIGUEIREDO	14	0	0	1.150	2	22	262	0	1.450
MARIA DA GRAÇA RIBEIRO CENTENO	0	0	0	0	0	0	0	0	0
MARIA MADALENA TELESKA	0	0	0	1	0	0	5	0	6
RICARDO H. DE A. MARTINS COSTA	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TÂNIA REGINA SILVA RECKZIEGEL	0	0	0	36	0	1	52	0	89
TOTAL	42	3	1	4.188	5	63	1.115	1	5.418

*AG – Agravo Regimental; AGR – Agravo Regimental (nomenclatura anterior à implementação das Tabelas Processuais Unificadas); AIAP – Agravo de Instrumento em Agravo de Petição; AIRO – Agravo de Instrumento em Recurso Ordinário; AP – Agravo de Petição; CAUINOM – Cautelar Inominada; ED – Embargos Declaratórios; EXCSUSP – Exceção de Suspeição; PET – Petição; REENEC – Reexame Necessário; RO – Recurso Ordinário; RO/REENEC – Recurso Ordinário em Reexame Necessário

PROCESSOS RELATADOS – TURMAS (Continuação)

10ª TURMA									
DESEMBARGADORES / JUÍZES CONVOCADOS	CLASSES PROCESSUAIS*								
	AIRO	CAUINO M	AGR	RO	RENEEC	RENEEC/ RO	ED	AG	TOTAL
DENISE PACHECO	13	2	0	1.062	0	13	229	1	1.320
EMÍLIO PAPALÉO ZIN	13	2	0	1.279	1	15	298	0	1.608
FERNANDO LUIZ DE MOURA CASSAL	8	1	0	788	0	7	242	0	1.046
JOÃO PAULO LUCENA	5	2	0	521	0	4	72	3	607
WILSON CARVALHO DIAS	6	1	1	525	1	4	98	0	636
REJANE SOUZA PEDRA	1	0	0	1	0	0	0	0	2
VANIA MARIA CUNHA MATTOS	1	0	0	1	0	0	0	0	2
TOTAL	47	8	1	4.177	2	43	939	4	5.221

11ª TURMA									
DESEMBARGADORES / JUÍZES CONVOCADOS	CLASSES PROCESSUAIS*								
	AIRO	CAUINOM	AGR	EXCSUSP	RO	RENEEC	RENEEC/ RO	ED	TOTAL
FLÁVIA LORENA PACHECO	14	3	1	1	1.265	0	15	297	1.596
HERBERT PAULO BECK	8	2	0	0	877	2	3	192	1.084
JOÃO GHISLENI FILHO	13	1	1	0	634	1	9	134	793
JOSÉ CESÁRIO FIGUEIREDO TEIXEIRA	2	0	0	0	280	0	1	38	321
RICARDO H. DE A. MARTINS COSTA	9	1	0	0	1.144	3	7	249	1.413
TOTAL	46	7	2	1	4.200	6	35	910	5.207

*AG – Agravo Regimental; AGR – Agravo Regimental (nomenclatura anterior à implementação das Tabelas Processuais Unificadas); AIAP – Agravo de Instrumento em Agravo de Petição; AIRO – Agravo de Instrumento em Recurso Ordinário; AP – Agravo de Petição; CAUINOM – Cautelar Inominada; ED – Embargos Declaratórios; EXCSUSP – Exceção de Suspeição; PET – Petição; REENEC – Reexame Necessário; RO – Recurso Ordinário; RO/REENEC – Recurso Ordinário em Reexame Necessário

REGISTRO FOTOGRÁFICO

Janeiro



Dia 9: Visita de Juízes Substitutos vitaliciandos à Desa. Rosane Serafini Casa Nova, Vice-Presidente. Juiz Carlos Alberto Zogbi Lontra acompanhou a visita.



Dia 17: Desa. Ana Rosa Pereira Zago Sagrilo, Vice-Corregedora, representou o TRT4 em almoço comemorativo ao Dia do Procurador do Estado.



Dia 21: Jovens da Fundação de Atendimento Sócio-Educativo – Fase visitaram a Justiça do Trabalho e foram recebidos pelos Juízes Daniel Souza de Nonohay e Carolina Hostyn Gralha Beck.



Dia 24: Juíza Laís Helena Jaeger Nicotti, da 1ª VT de Porto Alegre, tomou posse como Desembargadora do Trabalho, em cerimônia realizada no Salão Nobre da Presidência.



Dia 18: Desa. Cleusa Regina Halfen, Corregedora Regional, recebeu diploma de "Excelência Jurídica Internacional", em Portugal, durante o X Encontro Internacional de Juristas.

Fevereiro



Dia 5: Marcelo Machado Bertoluci, Presidente da OAB/RS, acompanhado da Secretária-Geral Adjunta, Maria Cristina Carrion Vidal de Oliveira, reafirmou compromisso de parceria entre a Instituição e o Tribunal em visita à Administração realizada no Salão Nobre da Presidência.



Dia 18: Desa. Vania Mattos e Diretores do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal do RS – Sintrajufe/RS José Carlos Pinto de Oliveira e Bárbara Wilbert na abertura da exposição em homenagem aos 15 anos do Sindicato



Dia 20: Reunião de Mediação entre a Companhia Carris Porto-Alegrense e a Comissão de Negociação dos Trabalhadores Rodoviários, conduzida pela Corregedora Regional, Desa. Cleusa Regina Halfen

Fevereiro



Dia 25: Juiz Félix Azón Vilas, ex-Diretor da Escola Judicial da Espanha, falou sobre o modelo espanhol de formação judicial na abertura do 36º Encontro do Conselho Nacional das Escolas de Magistratura do Trabalho – Conematra, sediado na Escola Judicial.



Dia 25: Novos Juízes do Trabalho Substitutos visitaram as empresas Dismat Brinquedos, de pequeno porte, e a Marcopolo, de grande porte, em atividade que integrou o Módulo Regional de Formação Inicial dos Juízes Vitaliciandos, promovido pela Escola Judicial.

Março



Dia 1º: Des. Alexandre Corrêa da Cruz, Coordenador do Núcleo Regional do Programa Trabalho Seguro, participou da 8ª Semana de Prevenção das Lesões por Esforço Repetitivo, promovida pela Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação do RS.



Dia 5: Administração do TRT4 esteve presente na solenidade de posse do Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Ministro Carlos Alberto Reis de Paula.



Dia 8: A Presidente do TRT4, Des. Maria Helena Mallmann, e a Corregedora Regional, Des. Cleusa Regina Halfen, participaram da sessão de posse da Diretoria da OAB/RS.



Dia 8: Ministro Teori Zavascki, do Supremo Tribunal Federal, falou sobre a antecipação de tutela em aula magna da Escola Judicial.



Dia 14: A Presidente do TRT4, Des. Maria Helena Mallmann, e os ex-presidentes do TRT4 Carlos Alberto Robinson, Denis Molarinho, João Ghisleni Filho e Fabiano Bertolucci descerraram a placa de inauguração do Prédio Administrativo.



Dia 15: Reunião de mediação entre o Ministério Público do Trabalho, o Sindicato dos Trabalhadores e o Sindicato das Empresas de Ônibus assegurou a normalidade do transporte coletivo de Porto Alegre.

Março



Dia 25: PJe-JT foi pauta de reunião extraordinária do Fórum de Relações Institucionais, no Salão Nobre da Presidência.



Dia 18: Inaugurado o Protocolo Expresso da Justiça do Trabalho no Praia de Belas Shopping.



Dia 26: Justiça do Trabalho homenageou a cidade de Porto Alegre com a exposição "Centro Histórico", no Foro Trabalhista de Porto Alegre.



Dia 27: Des. Maria Helena Mallmann, Presidente do TRT4, defendeu parceria com o Sintrajufe/RS na discussão dos novos desafios da Justiça do Trabalho.

Abril



Dia 5: Representantes de entidades associativas de advogados participaram de treinamento sobre o Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho, na Escola Judicial. Na foto, Juiz Marcelo Bergmann Hentschke proferindo palestra sobre o sistema.



Dia 11: Presidente do TRT4, Des. Maria Helena Mallmann, fez a abertura do Seminário de Acesso a Informação e Transparência, que discutiu a Lei da Transparência, no Auditório Ruy Cirne Lima do Foro Trabalhista de Porto Alegre.



Dia 15: Diretores de Secretaria das unidades onde implantado o Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT participaram de treinamento na Escola Judicial.

Abril



Dia 17: Procurador do Trabalho Gilberto Souza dos Santos (na foto, o quarto, da esq. para a dir.) assumiu o cargo de Desembargador do Trabalho, em cerimônia de posse realizada no Salão Nobre da Presidência.



Dia 18: Acompanhadas pelo Presidente do Jockey Club do RS, José Vecchio Filho, as Desembargadoras Maria Helena Mallmann, Cleusa Regina Halfen e Maria da Graça Ribeiro Centeno entregaram os prêmios do clássico de hipismo em homenagem ao TRT4.



Dia 19: Juizes Raul Zoratto Sanvicente, da 30ª VT de Porto Alegre, e André Reverbel Fernandes, da 5ª VT de Porto Alegre, tomaram posse como Desembargadores do Trabalho, em cerimônia realizada no Salão Nobre da Presidência.



Dia 24: Terceiro dia da 1ª Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho – Sipat foi marcado por análises sobre as mudanças trazidas pelo PJe-JT à Justiça do Trabalho do RS.



Dia 25: Jurista espanhol Jesus Lahera Forteza, Doutor em Direito do Trabalho pela Universidad Autónoma de Madrid e professor da Universidad Complutense, falou sobre a regulamentação do teletrabalho naquele país europeu durante o 34º Fim de Tarde na EJ.



Dia 26: Reunião de mediação conduzida pela Vice-Presidente do TRT4, Desa. Rosane Serafini Casa Nova, encaminhou proposta que encerrou a greve da General Motors – GM.

Maio



Dia 10: Inaugurada nova sede da Vara do Trabalho de Torres/RS, sob a titularidade do Juiz Cláudio Scandolara.



Dia 13: TRT4 firmou convênio com a Femargs voltado à cooperação técnico-científica para a capacitação de recursos humanos.



Dia 20: Sessão solene do TRT da 4ª Região homenageou os 70 anos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

Maio



Dias 21 e 22: Processo Judicial Eletrônico foi tema de treinamento para advogados de Erechim/RS. Na foto, o Juiz Marcelo Bergmann Hentschke palestra sobre o uso do sistema.



Dia 27: Servidores de Porto Alegre e de Canoas iniciaram atividades de capacitação para uso do Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT.

Junho



Dia 5: Inaugurada nova sede da Vara do Trabalho de Frederico Westphalen, sob a titularidade do Juiz José Carlos Dal Ri.



Dia 5: O Prefeito de Frederico Westphalen, Roberto Felin Júnior, e a Presidente do TRT4, Desa. Maria Helena Mallmann, descerraram a placa da nova sede da Vara do Trabalho na cidade.



Dia 6: TRT4 solucionou três processos trabalhistas ajuizados há mais de 30 anos na Vara do Trabalho de Cruz Alta.



Dia 7: Em visita ao TRT4, o Juiz José Hortêncio Júnior, Coordenador do Comitê Gestor Nacional do PJe-JT, anunciou melhorias no sistema.



Dia 13: O Prefeito de Tramandaí/RS, Edegar Rapaki, e a Presidente do TRT4, Desa. Maria Helena Mallmann, inauguraram as novas instalações do posto avançado da Justiça do Trabalho na cidade. A Juíza Titular da VT de Osório, Silvana Medeiros e o Juiz Substituto Mauricio de Moura Peçanha também participaram da solenidade.



Dia 20: "O Tempo e o Direito" foi o tema de debates no 23º Encontro de Juízes do Trabalho do RS, em Rivera, no Uruguai.

Julho



Dia 5: Sessão Solene de Ratificação da Posse dos Desembargadores André Reverbel Fernandes (5ª VT de Porto Alegre), João Paulo Lucena (membro da advocacia trabalhista), Laís Helena Jaeger Nicotti, Gilberto Souza dos Santos (MPT), Raul Zoratto Sanvicente (30ª VT de Porto Alegre) e Marcelo José Ferlin D'Ambroso (MPT) (ordem da foto). A posse dos seis desembargadores, ocorrida no Plenário do Tribunal, completou o quadro de magistrados do 2º Grau.



Dia 11: Cerimônia de Posse dos Juízes do Trabalho Substitutos Eliseu Cardozo Barcellos e Edenir Barbosa Domingos, no Salão Nobre da Presidência



Dia 12: TRT4 e OAB/RS promoveram treinamento sobre o PJe-JT em Porto Alegre. Na foto, o Juiz Marcelo Bergmann Hentschke.



Dia 16: Presidente do TRT4, Des. Maria Helena Mallmann, participou da entrega de prêmios do Programa Qualidade RS na Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul – Fiersg.



Dia 19: Celebração do cinquentenário da Justiça do Trabalho em Santa Cruz do Sul. Representaram as unidades do Foro Trabalhista de Santa Cruz os Juízes Titulares Celso Fernando Karsburg (1ª VT), Rosane Marly Silveira Assmann (2ª VT) e Luciana Böhm Stahnke (3ª VT).



Dia 23: A Universidade Regional da Campanha – Urcamp, com sede em Bagé, procurou o Juízo Auxiliar de Conciliação do TRT4 para viabilizar a quitação de suas dívidas trabalhistas, e foi recebida pelo Juiz Carlos Alberto Zogbi Lontra.



Dia 26: Na celebração dos 50 anos do Foro Trabalhista de Santa Rosa, a Presidente do TRT4, Des. Maria Helena Mallmann, e a Juíza Diretora do Foro, Raquel Nenê Santos, descerraram a placa em homenagem àquele Foro.

Agosto



Dia 8: Primeira sessão de julgamento da 3ª Turma do TRT4, presidida pelo Des. Ricardo Carvalho Fraga, utilizando o sistema PJe-JT.



Dia 8: Aposição do retrato do Des. Aposentado Carlos Alberto Robinson na Galeria de Presidentes do TRT4.



Dia 12: Sessão de julgamento externa da 3ª Turma do TRT no auditório da Faculdade de Direito da Universidade de Passo Fundo



Dia 14: Des. João Pedro Silvestrin recebeu medalha da Ordem do Mérito Judiciário do TST no grau de Comendador.



Dia 14: Juiz Fernando Luiz de Moura Cassal (15ª VT de Porto Alegre) recebeu medalha da Ordem do Mérito do TST no grau de Oficial.



Dia 18: A Des. Maria Helena Mallmann e o Juiz Luís Ernesto Veçozzi descerraram a placa em celebração aos 50 anos da JT em Ijuí/RS.



Dia 23: O Prefeito em exercício, Jeferson O Homerich, a Juíza Titular da VT de São Borja, Julieta Pinheiro Neta, e a Presidente do TRT4 no lançamento da pedra fundamental da nova sede da JT da cidade.



Dia 23: Grupo de magistrados visitou o frigorífico JBS Aves, em Montenegro. A atividade fez parte do Seminário sobre Frigoríficos, realizado pela Escola Judicial.



Dia 27: Des. Flavio Portinho Sirangelo tomou posse como Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.



Dia 30: Ministra Kátia Magalhães Arruda, do TST, proferiu a conferência "Erradicação do Trabalho Infantil no Mundo" durante seminário na Escola Judicial.

Setembro



Dia 3: Prefeito Miguel Schmitt-Prym e o Juiz Titular da VT de Palmeira das Missões, Eduardo Duarte Elyseu, descerraram a placa de inauguração das novas instalações da JT em Panambi.



Dia 19: Ministro Aposentado do TST José Luciano de Castilho Pereira proferiu a palestra de encerramento do Encontro Institucional da Magistratura do Trabalho do RS.



Dia 23: Inauguração do painel comemorativo aos 70 anos da Consolidação das Leis do Trabalho contou com a presença do Presidente do TST, Ministro Carlos Alberto Reis de Paula.



Dia 25: Sessão de julgamento externa da 3ª Turma lotou auditório da Faculdade Cenecista Nossa Senhora dos Anjos – Facensa, em Gravataí/RS.



Dia 17: No segundo dia do Encontro Institucional da Magistratura do Trabalho do RS, o principal tema abordado foi o Sistema de Processo Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT.



Dia 23: O Presidente do TST, Ministro Carlos Alberto Reis de Paula, abriu o seminário em comemoração aos 70 anos da Consolidação das Leis do Trabalho.



Dia 23: A Des. Maria Helena Mallmann, Presidente do TRT4, e o Min. Carlos Alberto Reis de Paula, Presidente do TST, descerraram a placa comemorativa à implantação do PJe-JT no Foro Trabalhista de Porto Alegre/RS.



Dia 26: Comissão de Consulta presidida pelo Des. Juraci Galvão Júnior apurou o resultado da consulta feita aos magistrados de 1º Grau quanto à preferência pelos próximos ocupantes de cargos da Administração, iniciativa inédita no Judiciário brasileiro.



Dia 27: Ministro do TST Cláudio Mascarenhas Brandão palestrou no Seminário "Acidentes, Trabalho e Saúde no Século XXI", na Escola Judicial.

Outubro



Dia 8: Cerimônia de posse dos Juizes do Trabalho Gabriela Lenz de Lacerda (TRT 15ª Região – Campinas/SP), Rafael Moreira de Abreu (TRT 15ª Região – Campinas/SP) e Rachel Albuquerque de Medeiros Mello (TRT 23ª Região – MT), removidos ao TRT4, no Salão Nobre da Presidência



Dia 10: No 16ª Encontro Anual de Gestores da Justiça do Trabalho gaúcha, foi debatido, entre outros assuntos, o Sistema de Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT.



Dia 18: Min. do TST Augusto de Carvalho falou sobre os novos entendimentos da Corte em palestra na Escola Judicial.



Dia 17: Sessão de julgamento externa da 3ª Turma, realizada no Salão de Atos da Universidade Feevale, recebeu cerca de 500 pessoas.



Dia 16: Secretário Estadual Luis Augusto Lara, solicitou apoio do TRT4 na mediação de dispensas de trabalhadores do Polo Naval de Rio Grande, em virtude da conclusão das plataformas P-55 e P-58.



Dia 28: Encaminhada solução às dispensas de trabalhadores no Polo Naval de Rio Grande, mediante reunião com Grupo Técnico composto pelas empresas interessadas.



Dia 29: Reunião de mediação definiu proposta para o encerramento da paralisação dos funcionários do Banco do Estado do Rio Grande do Sul – Barrisul.

Novembro



Dia 5: TRT4 prestou homenagem aos servidores que completaram 10, 20 e 30 anos de trabalho na Instituição.



Dia 17: A Justiça do Trabalho da 4ª Região esteve presente na Feira do Livro de Porto Alegre pelo quinto ano consecutivo.



Dia 19: Juiz espanhol Faustino Rodriguez Garcia palestrou sobre o regime das cooperativas em seu país para magistrados e servidores do TRT4, na Escola Judicial.



Dia 29: Acervo de processos trabalhistas do Memorial da JT, de 1935 e 2000, foi reconhecido internacionalmente como patrimônio da humanidade, pela Unesco. Estima-se que o número de processos no acervo pode chegar a dois milhões.

Dezembro



Dia 2: Procurador do Trabalho Paulo Douglas de Moraes falou sobre as inovações trazidas pela Lei nº 12.619/2012, que regula o trabalho dos motoristas profissionais, em Seminário sobre Trabalho Seguro, na Escola Judicial.



Dia 4: Ministro Ives Gandra Martins Filho, Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, proferiu palestra sobre a nova lei das cooperativas, na Escola Judicial.



Dia 6: Ministro Ives Gandra Martins Filho, Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, discursou após a leitura da ata da Correição Ordinária realizada no TRT da 4ª Região de 2 a 6 de dezembro.

Dezembro



Dia 9: Professor Marcelo Mac Cord, professor da Universidade Federal Fluminense (UFF) e Doutor em história pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); o professor de história da UFRGS e ex-diretor do Memorial, Benito Bisso Schmidt, e a professora da UFPEL Clarice Gontarski Speranza apresentaram estudos sobre a história da Justiça do Trabalho em seminário realizado na Escola Judicial.



Dia 10: Durante a inauguração da 2ª VT de Estrela, a Presidente do TRT4, Des. Maria Helena Mallmann, anunciou a construção da nova sede do Foro Trabalhista no município, juntamente com o Juiz Diretor daquele Foro, Clocemar Lemes Silva.



Dia 13: Solenidade de posse da Administração do TRT da 4ª Região para o biênio 2014-2015. Tomaram posse as Desas. Cleusa Regina Halfen (Presidente), Ana Luiza Heineck Kruse (Vice-Presidente), Beatriz Renck (Corregedora Regional) e Carmen Izabel Centena Gonzalez (Vice-Corregedora Regional).



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

CERTIDÃO:

RELATÓRIO ANUAL

CERTIFICO que o Órgão Especial do Tribunal Regional do Trabalho da Quarta Região, na sessão ordinária realizada nesta data, tomou conhecimento e, por unanimidade, aprovou o relatório de atividades deste Tribunal referente ao exercício de 2013, nos termos do disposto no art. 39, inciso XXVII, do Regimento Interno. Tomaram parte na sessão os Exmos. Desembargadores Rosane Serafini Casa Nova, João Alfredo Borges Antunes de Miranda, Ana Luiza Heineck Kruse, Berenice Messias Corrêa, Ana Rosa Pereira Zago Sagrilo, Ricardo Carvalho Fraga, Beatriz Renck, Cláudio Antônio Cassou Barbosa, Carmen Izabel Centena Gonzalez, Marçal Henri dos Santos Figueiredo, Francisco Rossal de Araújo, Tânia Regina Silva Reckziegel e Raul Zoratto Sanvicente, sob a presidência da Exma. Desembargadora Cleusa Regina Halfen, Presidente deste Tribunal. Presente pelo Ministério Público do Trabalho o Dr. Fabiano Holz Beserra. Dou fé. Porto Alegre, 19 de maio de 2014.-----


Cláudia Regina Schröder
Secretária do Tribunal Pleno,
do Órgão Especial e da SDC